



ROBINZON PIÑEROS LIZARAZO

**MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO DE JOVENS RURAIS EM
TERRITÓRIOS DO AGROHIDRONEGÓCIO DE CULTIVOS FLEXÍVEIS.
PALMA DE AZEITE NOS DEPARTAMENTOS DE META E CASANARE
(COLÔMBIA) E CANA-DE-AÇÚCAR NO PONTAL
DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO, BRASIL)**



**Presidente Prudente/SP
2018**

**MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO DE JOVENS RURAIS EM
TERRITÓRIOS DO AGROHIDRONEGÓCIO DE CULTIVOS FLEXÍVEIS.
PALMA DE AZEITE NOS DEPARTAMENTOS DE META E CASANARE
(COLÔMBIA) E CANA-DE-AÇÚCAR NO PONTAL
DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO, BRASIL)**

Tese de Doutorado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
- Área de concentração: Produção do
Espaço Geográfico - Linha de Pesquisa:
Trabalho, saúde ambiental e Movimentos
socioterritoriais, para obtenção do título de
Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

**Agência de fomento
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
Processo FAPESP nº 2015/10470-0
Grupos de Pesquisa,
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT - UNESP) Centro de
Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS - UNESP)**

**Presidente Prudente/SP
2018**

P651m Piñeros Lizarazo, Robinzon
Mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais em territórios do agrohidronegócio de cultivos flexíveis. Palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (Colômbia) e cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil) / Robinzon Piñeros Lizarazo. -- Presidente Prudente, 2018
391 f. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Antonio Thomaz Junior

1. Agrohidronegócio. 2. Cultivos Flexíveis (Cana-de-açúcar e Palma de azeite). 3. Mobilidade Territorial do Trabalho. 4. Juventude Rural. 5. Gerações. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO DE JOVENS RURAIS EM TERRITÓRIOS DO AGROHIDRONEGÓCIO DE CULTIVOS FLEXÍVEIS. PALMA DE AZEITE NOS DEPARTAMENTOS DE META E CASANARE (COLÔMBIA) E CANA-DE-AÇÚCAR NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO, BRASIL)

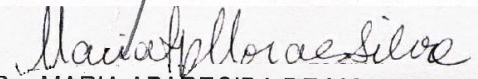
AUTOR: ROBINZON PINEROS LIZARAZO

ORIENTADOR: ANTONIO THOMAZ JUNIOR


Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR

Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Profa. Dra. MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA

Programa de Pós-Graduação em Sociologia / UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS


Prof. Dr. GUSTAVO MONTANEZ

Departamento de Geografia / Universidad Externado de Colombia


Prof. Dr. GUILHERME MARINI PERPETUA

Pós-doutorado / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Profa. Dra. EDVÂNIA ÂNGELA DE SOUZA LOURENÇO

Departamento de Serviço Social / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP Campus de Franca

Presidente Prudente, 19 de setembro de 2018

DEDICATÓRIA

A Yolima (*Quyca*)

Mi universo, compañera de vida, luchadora, madre de Malena Luna y Luciano Sol

Malena (*Chie*) y Luciano (*Sué*)

Sentido de vida y cómplices de dos tesis

A mi madre María Tulia (*Bagüe*)

Mujer valiente que acompaña la vida con su experiencia y amor

A los trabajadores y trabajadoras

Fuente de lucha en la construcción de humanidad

Aos trabalhadores e trabalhadoras

Alicerce da luta na construção de humanidade

AGRADECIMENTOS

Essa é uma tese que trata da mobilidade da classe trabalhadora e a exploração que sofrem e resistem os jovens rurais do Brasil e da Colômbia, o processo para ver a luz foi também de mobilidade do sujeito enquanto pesquisador, companheiro casal, pai, amigo, filho, companheiro militante, e outros tantos papéis que apareceram nesses mais de quatro anos. Essa mobilidade também significou a utilização da língua portuguesa tanto para o diálogo do dia-a-dia na faculdade, nos eventos acadêmicos, nos assentamentos, no bar etc., quanto para a argumentação político-científica que exige a escrita para o doutoramento. Por isso, quero fazer essa parte da tese me amparando nessa mobilidade linguística para fazer chegar meus agradecimentos em espanhol e português a todos aqueles que contribuíram para que hoje possa defender esta tese.

A Yoli, batalladora, con quien he construido un proyecto de vida, de pareja y de cuidado de nuestros hijos. Gracias por tu sonrisa, paciencia y amor profundo.

A Malena y Luciano por su presencia para iluminar nuestros días.

A mi madre María Tulia, otra batalladora que me acompaña con su amor.

A mis tías Elo, Flor y el tío Nelson; primas Elsa, Yuri, Tatiana, Sandra, Paola, Natalia, Vanesa y Gabriela; primos Andrés, Juan Pablo, Santiago, Martín.

Ao Thomaz, orientador, amigo, companheiro e corintiano, pela orientação, companhia e ensinamentos na pesquisa e na língua portuguesa.

A nossa família em Presidente Prudente: Lia, Professor César, Maria Vitória, Mariana, Senhora Clarinda, pelo carinho, confiança e solidariedade.

A la Señora Lau y Don Fídolo, por recibirnos en Villavicencio y ayudarnos durante los trabajos de campo

Aos colegas do CEGeT e CETAS, pela amizade e disposição para me mostrar a brasilidade do Oeste Paulista.

Sidney, Diógenes, Larissa, Thiago, Joseli, Guilherme, Ana Terra pela amizade e apoio na pesquisa

Cacá e Soninha, dois grandes do CEGeT que me guiaram nos primeiros anos do Doutorado.

Lucas campesino, Maria, Giovanna, Cássia, Lucas Aranha pela ajuda na pesquisa e a amizade.

Aos trabalhadores, assentados e militantes do MST do Pontal do Paranapanema que abriram as portas da sua casa para compartilhar suas vidas conosco.

A los trabajadores del Meta y Casanare que abrieron las puertas de sus casas para compartir su vida con nosotros.

A Jairo, Nelson y compañeros de Sintraimagra por su ayuda y confianza.

A Daniel, Elkin, Javier, Harvey, Cope y Herwin, amigos de siempre.

Aos Professores e Professoras da Pós-Graduação em Geografia pelos debates e aprendizados.

A la profesora Flor Edilma Osorio por su disposición y acompañamiento en la estancia BEPE.

Ao Guilherme e à Professora Maria Moraes por suas contribuições na banca de qualificação.

Agradeço à FAPESP pela bolsa de estudos que nos permitiu dedicação exclusiva desde 2016 para as atividades do Doutorado.

Aos funcionários e funcionárias da UNESP, da seção de Pós-Graduação e do Departamento de Geografia.

Às mães e pais com os que criamos um grupo e tecemos uma amizade ao redor da vida acadêmica e brincadeiras, churrascos, shows e muitas outras atividades: Sérgio, Márcia, Baltazar, Carla, Beatriz, Nécio, Sirley, Eduardo. E às crianças que são o alicerce deste grupo: Lucas, Layla, Maya, Sofia e Otto.

A los amigos colombianos y extranjeros que conocimos durante el Doctorado, con quienes compartimos el sentimiento y la solidaridad del migrante académico: Felipe, Hellen, Anita, César, Luisa, Kathy y familia, Oliver...

**MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO DE JOVENS RURAIS EM
TERRITÓRIOS DO AGROHIDRONEGÓCIO DE CULTIVOS FLEXÍVEIS.
PALMA DE AZEITE NOS DEPARTAMENTOS DE META E CASANARE
(COLÔMBIA) E CANA-DE-AÇÚCAR NO PONTAL
DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO, BRASIL)**

RESUMO

Esta tese teve como objetivo a compreensão da mundialização e o avanço territorial do capital do agrohidronegócio de cultivos flexíveis e seus desdobramentos para a mobilidade do trabalho de jovens rurais assalariados nas funções agrícolas em dois países da América do Sul no período 2000 e 2017. O recorte empírico da pesquisa foi o Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil) e os Departamentos de Meta e Casanare (Colômbia). Utilizamos referencial teórico assentado na Geografia do Trabalho, com seus aportes para a análise da exploração e controle da força de trabalho. A metodologia considerou a utilização de procedimentos qualitativos de coleta de fontes secundárias, mediante revisão bibliográfica e levantamento de dados; e de fontes primárias, por meio de entrevistas e diários de campo. Também foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo para a interpretação das entrevistas e da bibliografia selecionada, além disso, utilizamos a estatística descritiva para a análise de bases de dados sobre área a plantada e colhida e o emprego. Os resultados nos permitem afirmar que no contexto mundializado do Regime Alimentar Corporativo, nos dois países estudados o avanço territorial de lavouras e plantas de agroprocessamento para a produção de agrocombustíveis e *commodities* está disputando terra, água e outros recursos territoriais. Nesse contexto a dupla capital do agrohidronegócio-Estado, através das práticas das classes dominantes, agrupadas no bloco no poder, anunciam a utilização do discurso do ambientalismo do capital para disponibilizar novas áreas para a expansão desses cultivos. Paralelamente, identificamos a dinâmica da mobilidade territorial dos jovens rurais para trabalhar nas empresas canavieiras e palmeiras por meio da segmentação etária do mercado de trabalho, assim como das estratégias das empresas para mobilizar e disponibilizar a força de trabalho e das trajetórias dos trabalhadores. Desse modo, os jovens rurais são entendidos como uma transversalidade de classe pautada pela idade e seu agrupamento como geração útil para o capital: os órfãos e herdeiros da cana-de-açúcar e os *otros nuevos llaneros* da palma de azeite. Esses sujeitos da classe trabalhadora detêm protagonismo nos processos de reestruturação produtiva, tanto no novo perfil do trabalhador regional nas funções relacionadas com a mecanização do plantio e da colheita da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, quanto na massa de trabalhadores migrantes assalariados nas funções agrícolas da palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare. Por fim, com a análise das trajetórias dos jovens apresentamos as experiências atreladas ao processo de expropriação e despossessão de camponeses, assentados da reforma agrária e comunidades afrodescendentes, e as formas de flexibilização e precarização do trabalho.

Palavras-chave: Agrohidronegócio. Cultivos Flexíveis. Mobilidade Territorial do Trabalho. Juventude Rural. Gerações.

**MOVILIDAD TERRITORIAL DEL TRABAJO DE JÓVENES RURALES
EN TERRITORIOS DE CULTIVOS FLEXIBLES. PALMA DE ACEITE EN
LOS DEPARTAMENTOS DE META Y CASANARE (COLOMBIA) Y CAÑA
DE AZÚCAR EN EL PONTAL DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO,
BRASIL)**

RESUMEN

Esta tesis tuvo como objetivo la comprensión del avance territorial del capital del agrohídronegocio de los cultivos flexibles y las consecuencias para la movilidad del trabajo de jóvenes rurales asalariados en las funciones agrícolas en dos países de América del Sur entre en el período 2000-2017. El recorte empírico de la investigación fue el Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil) y los departamentos de Meta y Casanare (Colombia). Utilizamos un referencial teórico fundamentado en la Geografía del Trabajo y sus aportes para el análisis del control y explotación de la fuerza de trabajo. La metodología consideró la utilización de procedimientos cualitativos de recolección de: fuentes secundarias, mediante la revisión bibliográfica y el levantamiento de datos; y fuentes primarias, por medio de entrevistas y diarios de campo. También fueron utilizadas técnicas de análisis de contenido para la interpretación de las entrevistas y de la bibliografía seleccionada, además, fue utilizada estadística descriptiva para el análisis de las bases de datos sobre área sembrada y cosechada, y empleo. Los resultados nos permiten afirmar que en el contexto mundializado del Régimen Alimentario Corporativo, en los dos países el avance territorial de cultivos y plantas de agroprocesamiento para la producción de agrocombustibles y *commodities*, está disputando tierra, agua y otros recursos territoriales. En ese contexto, la dupla capital del agrohídronegocio-Estado a través de las prácticas de las clases dominantes, agrupadas en el bloque en el poder, utilizan el discurso del ambientalismo del capital para producir la disponibilidad de nuevas áreas para la expansión de estos cultivos. Paralelamente, identificamos la dinámica de la movilidad territorial de jóvenes rurales para trabajar en las empresas de la caña y de la palma a partir de la segmentación etaria del mercado de trabajo, de las estrategias de las empresas para movilizar y organizar la disponibilidad de la fuerza de trabajo, así como de las trayectorias de los trabajadores. En consecuencia, los jóvenes rurales son entendidos como una transversalidad de clase definida por la edad y su agrupamiento como una generación útil para el capital: los huérfanos y herederos de la caña de azúcar y los otros nuevos llaneros de la palma de aceite. Estos sujetos de la clase trabajadora tienen protagonismo en los procesos de reestructuración productiva, tanto en el nuevo perfil del trabajador regional en las funciones relacionadas con la mecanización de la siembra y recolección de la caña de azúcar en el Estado de São Paulo, como parte de una masa de trabajadores migrantes en funciones agrícolas de las plantaciones de palma de aceite en los departamentos de Meta y Casanare. Finalmente, con el análisis de las trayectorias de los jóvenes rurales, presentamos las experiencias relacionadas con el proceso de desposesión y expropiación de campesinos, asentados de la reforma agraria y de comunidades afrodescendientes, y las formas de flexibilización y precarización del trabajo.

Palabras clave: Agrohídronegocio. Cultivos Flexibles. Movilidad Territorial del Trabajo. Juventud Rural. Generaciones.

TERRITORIAL LABOR MOBILITY OF YOUNG RURAL WORKERS IN FLEX-CROPS TERRITORIES. OIL PALM IN THE DEPARTMENTS OF META AND CASANARE (COLOMBIA) AND SUGAR CANE AT THE PONTAL DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO, BRAZIL)

ABSTRACT

The main aim of this thesis was to understand the territorial advance of the agro-hydro-business of flex crops and its consequences upon the labor mobility of rural young wage earners in two countries of South America between 2000-2017. The empirical regions of the research were the Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brazil) and the Departamentos of Meta and Casanare (Colombia). We used a theoretical framework based on the Geography of Labor and its contributions for the analysis of the control and exploitation of the labor force. The methodological approach included the use of qualitative research methods to collect information coming from secondary sources through bibliographic review and data collection; it also included the collection of primary sources through interviews and field journals. We used content analysis techniques to analyze the interviews and the selected bibliography. In addition, we used descriptive statistics to analyze data about employment and planted and harvested areas. The results allowed us to confirm that, within the globalized context of the Corporate Food Regime, the territorial advance of crops and agro-processing plants to produce agro-fuels and commodities is disputing land, water and other territorial resources. In this context, the couple agro-hydro-business capital/State and the practices of the ruling classes are using the environmental discourse in order to keep available new areas for the expansion of these crops. We also identified the dynamics of the territorial mobility of the rural youth when working in sugarcane and palm companies. These dynamics are based on the segmentation of the labor market by age, on the strategies of companies to mobilize and organize the availability of labor, as well as on the trajectories of workers. Therefore, we understand that the rural youth are defined in their transversality of class by their age and by their grouping as a useful generation for the expansion of the capital: the orphans and heirs of the sugarcane and other new “llaneros” of the oil palm. This working class group is key to the restructuring of the productive processes, and to the new profile of the worker in the regions of this study. Their functions are related to the mechanization of the sowing and to the harvesting of sugar cane in the State of São Paulo. They are also part of a mass of migrant workers with agricultural functions within the oil palm plantations in the departments of Meta and Casanare. Finally, along with the analysis of the trajectories of the young rural workers, we show the experiences related to the process of dispossession and expropriation that peasants, settlers of the agrarian reform, and Afro-descendant communities experience, along with the forms of flexible labor and labor precarity present in these processes.

Key words: Agro-hydro-business. Flex crops. Territorial labor mobility. Rural youth. Generations.

LISTA DE SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ABF	Associated British Foods
ABG	Associação Brasileiro do Agronegócio
ADM	Archer Daniels Midland
AGRONET	Red de Información y Comunicación del Sector Agropecuario
AIAA	Associação das Indústrias de Açúcar e Álcool
AIS	Agro Ingresso Seguro
ALCA	Área de Livre Comercio das Américas
APE	Alianças Produtivas Estratégicas
APROBIO	Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
ASOCAÑA	Asociación de Cultivadores de Caña de Azúcar de Colombia
ASOPAY	Asociación de Palmicultores de Guarupay
AUC	Autodefensas Unidas de Colômbia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BLUM	Brazilian Land Use Model
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDES PASS	Programa de Apoio ao Setor Sucreenergético
BNDES PRORENOVA	Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais
BP	British Petroleum
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAFTA-DR	Tratado de Livre Comércio de Centro América – Estados Unidos – República Dominicana
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAI	Complexos Agroindustriais
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CCT	Corte, Carregamento e Transporte
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CIAT	International Center for Tropical Agriculture

CIMMYT	International Maize and Wheat Improvement Center
CGM	Culturas Geneticamente Modificadas
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CONPES	Conselho Nacional de Política Econômica e Social
COPERSUCAR	Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo
CS	Contratos Sindicais
CTA	Cooperativas de Trabalho Associado
CTC	Confederación de Trabajadores de Colombia
CUT	Central Unitaria de Trabajadores de Colombia
CVG	Cadeias de Valor Global
DNP	Departamento Nacional de Planeación
EIA	Energy Information Administration
ELN	Ejército de Liberación Nacional
ECOPETROL	Empresa Colombiana de Petróleos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENS	Escuela Nacional Sindical
EPA	Agência de Proteção Ambiental
EPL	Ejército Popular de Liberación
EST	Empresas de Servicios Temporales
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAOSTAT	Estatísticas Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPESP	Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FARC	Forças Armadas Revolucionarias de Colômbia
FEDEBIOCOMBUSTIBLES	Federación Nacional de Biocombustibles de Colombia
FEDEPALMA	Federação Nacional de Cultivadores de Palma
FEP	Fundo de Estabilização de Preços
FFP	Fundo de Fomento Palmeiro
FIB	Fórum Internacional de Biocombustíveis
FINAGRO	Fondo para el Financiamiento del Sector Agropecuario
FMI	Fundo Monetário Internacional

GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GEE	Gases de Efeito Estufa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICONE	Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais
ICR	Incentivo de Capitalização Rural
IEA	International Energy Agency
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IIRSA	Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IGAC	Instituto Geográfico Agustín Codazzi
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRENA	International Renewable Energy Agency
ISCC	International Sustainability & Carbon Certification
MADR	Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAVDT	Ministério de Ambiente, Moradia e Desenvolvimento Territorial
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MIDAS	Más Inversión para el Desarrollo Sostenible
MME	Ministério de Minas e Energia
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
NACs	New Agricultural Countries
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização de Estados Americanos
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização de Nações Unidas
OPEP	Organização de Países Exportadores de Petróleo
ORPLANA	Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAISS	Programa de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico
PAL	Plan de Acción Laboral
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PL480	Public Law 480 de 1954
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PrAA-SP	Protocolo Agroambiental do Estado de São Paulo para o setor sucroenergético
PROCAÑA	Asociación Colombiana de Produtores y Proveedores de Caña de Azúcar
PT	Partido dos Trabalhadores
PTP	Programa de Transformação Produtiva
REN21	Renewable Energy Policy Network for the 21st Century
RSPO	Rountable on Sustentable Palm Oil
RA	Região Administrativa
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SAS	Sociedad por Acciones Simplificadas
SMA	Secretaria do Meio Ambiente
SOPRAL	Sociedade dos Produtores de Álcool de São Paulo
TICs	Tecnologías de Informação e da Comunicação
TLC	Tratado de Livre Comércio
TLCAN	Tratado de Livre Comércio de América do Norte
UAF	Unidade Agrícola Familiar
UCP	Usina Conquista do Pontal
UDOP	União dos Produtores de Bioenergia
UNICA	União da Indústria de Cana-de-Açúcar
UNIPONTAL	União dos Municípios do Pontal do Paranapanema
UPRA	Unidad de Planificación de Tierras Rurales, Adecuación de Tierras y Usos Agropecuarios
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USD	United States Dollars
VEETC	Volumetric Ethanol Excise Tax Credit

ZAA-BR Zoneamento Agroambiental da cana-de-açúcar para o Brasil
ZAA-SP Zoneamento Agroambiental do Estado de São Paulo para o setor
sucroenergético
ZIDRES Zonas de Interés de Desarrollo Rural Económico y Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Pontal do Paranapanema (10ªRA) (Brasil) e dos Departamentos de Meta e Casanare (Colômbia)	34
Figura 2 - Dez maiores corporações transnacionais e filiais de alimentos para humanos e bebidas.....	76
Figura 3 - Estrutura acionária e setores da Raízen	82
Figura 4 - Áreas de avanço da palma de azeite nos Trópicos (2014).....	86
Figura 5. Representação da "flexibilidade" da cana-de-açúcar	98
Figura 6 - Representação da "flexibilidade" da palma de azeite	98
Figura 7 - Produção canavieira no Brasil com destaque para o Polígono do Agrohídronegócio Canavieiro. Safra 2015/2016.....	156
Figura 8 - Peças comunicativas para a legitimação do Etanol e Agrodiesel colombiano	171
Figura 9 - Publicidade da ONG <i>supplichainge.org</i> contra a compra de azeite de palma na Europa.....	173
Figura 10 - Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar do Brasil com destaque para o Estado de São Paulo e o Pontal do Paranapanema	183
Figura 11 - Regionalização por áreas de produção de palma de azeite de acordo com a FEDEPALMA	195
Figura 12 - Áreas com aptidão para o plantio de palma de azeite (2012)	198
Figura 13 - Portada Revista <i>Dinero</i> . Febrero 2011.....	209
Figura 14. Definição dos <i>Milennials</i> pela agência qualificadora de risco Goldman Sachs	251
Figura 15 - Publicação em Facebook (28/06/2018) do recorde diário de produção de Etanol na Usina Conquista do Pontal (ATVOS)	275
Figura 16 - Publicação em Facebook (02/07/2018) com a divulgação de vagas de emprego na Usina UMOE/BIOENERGY	276
Figura 17 - Processo de corte de cacho, colheita de fruto solto e carregamento da palma de azeite.....	280
Figura 18 - Anúncios de empresas de intermediação laboral no setor da palma de azeite do Meta e Casanare. 2017.....	285
Figura 19 - Departamentos de origem dos trabalhadores migrantes da palma de azeite	297
Figura 20 - Anúncio de emprego na página de Facebook (14/08/2017) da empresa COCAL, Unidade Narandiba, SP.....	321
Figura 21 - Anúncios de emprego no Balcão de Emprego de Teodoro Sampaio, SP. .	323
Figura 22 - Alojamento (<i>campamento</i>) de trabalhadores agrícolas em empresa palmeira do município de San Carlos de Guaroa (Meta). Junho de 2017.....	332
Figura 23 - Alojamento (<i>campamento</i>) de trabalhadores agrícolas em empresa palmeira do município de Puerto Gaitán (Meta). Abril de 2016.....	333
Figura 24 - Localización de las plantaciones y agroindustria de Manuelita y Surimena (San Carlos de Guaroa)	334
Figura 25 - Tipos de moradia de trabalhadores em Surimena (San Carlos de Guaroa, Meta).....	335
Figura 26 - A moto e a bicicleta como médio de transporte para o deslocamento entre a moradia e as plantações.	346

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de hectares segundo o objetivo do investimento de capital. Todos os continentes, 2000-2017	69
Gráfico 2 - Variação dos preços anuais dos alimentos e do barril de petróleo 1990-2015 (USD)	80
Gráfico 3 - Preço médio anual de <i>commodities</i> agrícolas. 1990-2015	84
Gráfico 4 - Tendência mundial da área plantada de monoculturas utilizadas para a produção de agrocombustíveis 1990-2014 (ha).....	87
Gráfico 5 - Desembolsos do BNDES para o agrohidronegócio canavieiro. 2004-2014	155
Gráfico 6 - Créditos FINAGRO para o agrohidronegócio palmeiro. Colômbia, 2004-2014	169
Gráfico 7 - Créditos FINAGRO para o agrohidronegócio canavieiro. Colômbia, 2004-2014	170
Gráfico 8 - Área Colhida por tipo de colheita no Pontal do Paranapanema (10 ^a RA). Unidades Agroprocessadoras com Selo Etanol Verde 2006-2014.....	191
Gráfico 9 - Área colhida (ha) dos principais cultivos no departamento de Meta. 2000-2015	204
Gráfico 10 - Área colhida (ha) dos principais cultivos no departamento de Casanare. 205	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de hectares por continente segundo a origem e a finalidade do investimento de capital. 2000-2017.....	69
Tabela 2 - Produção e exportação do agrohidronegócio canavieiro brasileiro. 2000-2015	132
Tabela 3 - Produção e vendas do agrohidronegócio palmeiro colombiano. (2000-2015)	137
Tabela 4 - Área plantada (ha) por Região e Estado. Brasil. 2000-2015	184
Tabela 5 - Plantas de produção de agrodiesel ativas no complexo agroindustrial palmeiro da Orinoquia. 2015	211
Tabela 6 - Faixa etária de trabalhadores canavieiros admitidos no Pontal do Paranapanema (10ªRA). 2000-2015	267
Tabela 7. Variação de admitidos por função agroindustrial no Pontal do Paranapanema (10ª RA) de acordo a admitidos por ocupação CBO2002. 2010-2105, RAIS/MTE...	270
Tabela 8 - Número de assentamentos e famílias assentadas nos municípios pesquisados	309

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Países com políticas de utilização de agroenergia até 2016.....	90
Quadro 2 - Corporações transnacionais na produção de agroenergia	92
Quadro 3 - Produção e consumo mundial de etanol por regiões (1995-2014) Mil barris/dia	93
Quadro 4 - Produção e consumo mundial de agrodiesel por regiões (1995-2014)	94
Quadro 5 - Produção e consumo de etanol na América Latina (1995-2014). Mil barris/dia	114
Quadro 6 - Produção e consumo de agrodiesel na América Latina (1995-2014). Miles de barris/dia	116
Quadro 7- Grupos econômicos por moagem de cana. Brasil. Safra 2015/2016.....	135
Quadro 8 - Empresas com capital brasileiro que operam no comércio mundial de açúcar e/ou etanol (2018).....	136
Quadro 9 - Normativa referente aos agrocombustíveis na matriz energética brasileira	147
Quadro 10 - Organizações de representação de classe do	152
Quadro 11 - Normativa referente aos agrocombustíveis na matriz energética colombiana	161
Quadro 12 - Organizações de representação de classe do agrohidronegócio.....	166
Quadro 13 - Zoneamentos para a produção de agrocombustíveis.....	180
Quadro 14 - Unidades Agroindustriais Canavieiras em Funcionamento, em 2015 no Pontal do Paranapanema (10 ^a RA)	189
Quadro 15 - Plantas extratoras ativas em 2015, no complexo agroindustrial da Orinoquia	210

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - América Latina. Aumento da área plantada (ha) de palma de azeite. 1995-2005	107
Mapa 2 - América Latina. Aumento da área plantada (ha) de soja. 1995-2005	110
Mapa 3 - Aumento da área plantada (ha) de cana-de-açúcar. 1995-2005	111
Mapa 4 - Áreas de referência para a criação de ZIDRES.....	164
Mapa 5 - Zoneamento Agroambiental do Estado de São Paulo para o setor sucroenergético e variação da área plantada por Região Administrativa. 2000-2015..	187
Mapa 6 - Zoneamento UPRA 2017 de áreas aptas para o plantio de palma de azeite e avanço da área colhida entre 2000 e 2015	200
Mapa 7 - Pessoas empregadas anualmente na Agroindústria Canavieira (RAIS/MTE) e Área Plantada com Cana-de-Açúcar (IBGE) no Pontal do Paranapanema (10RA). 2000-2015	265
Mapa 8 - Área plantada (ha) de palma de azeite e estimação de emprego em funções agrícolas. 2007-2015	291
Mapa 9 - Localização dos assentamentos da reforma agrária, canaviais, plantas agroprocessadoras e áreas urbanas dos municípios do Pontal do Paranapanema (10ª RA)	308
Mapa 10 - Localização das áreas urbanas com locais de moradia de trabalhadores palmeiros (2017) e áreas de palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (2015)	329

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	12
APRESENTAÇÃO	25
INTRODUÇÃO	30

PARTE 1

A MOBILIDADE DO CAPITAL DO AGROHIDRONEGÓCIO DOS CULTIVOS FLEXÍVEIS NO SÉCULO XXI E SUA TERRITORIALIZAÇÃO NO BRASIL E NA COLÔMBIA

CAPÍTULO 1 - A CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DOS AGROCOMBUSTÍVEIS NA FASE ALIMENTAR-FINANCEIRO-ENERGÉTICA DO REGIME ALIMENTAR CORPORATIVO

1.1 O ambientalismo e a transição energética como estratégias da gestão da crise do capital	47
1.2 A estruturação do regime de acumulação com dominação financeira.....	51
1.2.1 Regime de acumulação, capitalismo verde e agroenergia.....	56
1.3 O Regime alimentar corporativo: alimentos, agroenergia e ambiente.....	60
1.4 A acumulação flexível, monopólios e corporações no regime alimentar corporativo.....	70
1.5 A consolidação da agroenergia no regime alimentar corporativo	83
1.6 A Classe trabalhadora na fase alimentar-financeiro-energética do regime alimentar corporativo.....	99

CAPÍTULO 2 - O AVANÇO TERRITORIAL DO CAPITAL DO AGROHIDRONEGÓCIO DOS CULTIVOS FLEXÍVEIS NO BRASIL E NA COLÔMBIA NO SÉCULO XXI

2.1 O avanço do agrohídronegócio dos cultivos flexíveis na América Latina: <i>commodities</i> e agrocombustíveis	105
2.2 A dupla Capital-Estado na produção dos arranjos espaciais do agrohídronegócio da cana-de-açúcar no Brasil e da palma de azeite na Colômbia .	122
2.2.1 O papel econômico-político-ideológico do Estado na consolidação do projeto dos agrocombustíveis	125
2.2.2 Mercadorias verdes e mundialização do processo de trabalho do agrohídronegócio no Brasil e na Colômbia	141
2.2.3 Bloco no poder e valores de uso e troca verdes dos agrocombustíveis: mundialização, adaptação da ordem jurídico-política e financiamento público ..	146
2.2.3.1 Brasil. Articulação jurídico-política para a expansão territorial da produção dos agrocombustíveis	147

2.2.3.2 Colômbia. Agrocombustíveis e expansão territorial do agrohidronegócio na Orinoquia	157
--	-----

CAPÍTULO 3 - O CAPITAL DO AGROHIDRONEGÓCIO DOS CULTIVOS FLEXÍVEIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA (BRASIL) E NO DEPARTAMENTO DE META E CASANARE (COLÔMBIA) NO SÉCULO XXI

3.1 Os territórios do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis	177
3.2 O Pontal do Paranapanema: zoneamentos e expansão do plantio e agroprocessamento da cana-de-açúcar para o Oeste paulista.....	181
3.3 Departamentos de Meta e Casanare: zoneamentos para disponibilizar e legitimar o avanço do capital na “última” fronteira agrícola.....	192
3.4 O ambientalismo do capital: controle territorial e mobilidade do trabalho ...	213

PARTE 2

A MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO DE JOVENS RURAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO) E NOS DEPARTAMENTOS DE META E CASANARE (COLÔMBIA)

CAPÍTULO 4 – A MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO DA JUVENTUDE RURAL

4.1 A mobilidade territorial do trabalho e intersecções teóricas.....	219
4.1.1 A mobilidade do trabalho: Percursos do conceito e disputas	221
4.1.2 Entendimentos para uma mobilidade territorial do trabalho	224
4.1.3 A centralidade da mobilidade territorial do trabalho nas disputas de classe no século XXI.....	230
4.1.4 A mobilidade territorial do trabalho nos territórios do agrohidronegócio	236
4.2 Juventude rural e mobilidade territorial do trabalho no século XXI	240
4.2.1 A juventude rural sob o olhar acadêmico	241
4.2.2 Juventude e dinâmica territorial do trabalho	244
4.2.3 Juventude e centralidade do trabalho no século XXI	248
4.2.4 A juventude como geração	250

CAPÍTULO 5 – OS TRABALHADORES RURAIS JOVENS E SUAS TRAJETÓRIAS

5.1 O mercado de trabalho do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis.....	254
5.1.1 Órfãos e herdeiros do corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo	260
5.1.2 Órfãos e herdeiros no Pontal do Paranapanema	264
5.1.3 Os <i>Otros Nuevos Llaneros</i> . Trabalhadores migrantes e sazonais na palma de azeite nos Departamentos de Meta e Casanare	277

5.1.4	As origens regionais dos <i>Otros Nuevos Llaneros</i>	289
5.2	Trajetórias dos trabalhadores rurais jovens: plasticidade do trabalho e relatos de desterração, exploração e controle do trabalho no agrohidronegócio dos cultivos flexíveis	301
5.2.1	Trabalhar, estudar e migrar nas trajetórias dos trabalhadores rurais jovens	305
5.2.1.1	Trajetória dos herdeiros da cana em funções agrícolas e de mecanização (motoristas e mecânicos) no Pontal do Paranapanema.....	307
5.2.1.2	Entre ficar e sair para se assalariar no Pontal do Paranapanema.....	310
5.2.1.3	Formação e educação: exploração e controle do trabalho nas funções agrícolas e da mecanização.....	315
5.2.2	Trajetórias dos <i>otros nuevos llaneros</i> . Migração, trabalho e moradia nos Lhanos Orientales.	326
5.2.2.1	Tipos de moradia para a alocação dos trabalhadores rurais	331
5.2.2.2	Migrar para trabalhar na palma de azeite nos Lhanos Orientais	336
5.2.2.3	Formas complementares de exploração e controle do trabalho. A moto como veículo dos trabalhadores rurais na palma de azeite.....	345
5.2.3	Trajetórias flexíveis e precarização do trabalho dos jovens rurais nos cultivos de cana-de-açúcar e palma de azeite	348
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	354
	REFERÊNCIAS	361
	APÊNDICES	383
	Apêndice A – Roteiro de entrevistas	384
	Trabalhadores da palma de azeite (Departamentos de Meta e Casanare)	384
	Trabalhadores da cana-de-açúcar (Pontal do Paranapanema)	388

APRESENTAÇÃO

Esta Tese de Doutorado em Geografia objetiva a continuidade e aprofundamento na análise da juventude como sujeito social, protagonista das pesquisas do mestrado e outras inserções profissionais e acadêmicas entre os anos 2007 e 2013. Nosso interesse se ancora na compreensão das formas como o capital (re) produz os períodos de vida como valor de troca da mercadoria força de trabalho. A juventude comparece nesse processo se materializando através de sujeitos classificados socialmente pela idade e sua desejável produtividade, estranhados do seu trabalho, tanto na produção, quanto no consumo.

Essa pesquisa de Doutorado está atrelada à nossa trajetória sobre a análise da juventude, pautada pela transição educação-emprego da juventude urbana de Bogotá (Colômbia) na dissertação de mestrado, posteriormente nos adentramos nas questões da educação e do trabalho na juventude rural, possibilitada pela pesquisa realizada entre 2011 e 2013 como professor da *Licenciatura em Educación Básica com Énfasis em Ciencias Sociales* da *Universidad de Cundinamarca* (Colômbia). Nessa última pesquisa concluímos que há uma necessidade de aprofundar entendimentos sobre os papéis desempenhados pelo capital e pelo Estado para estimular a saída dos jovens da terra para o assalariamento tanto na cidade quanto no campo. Entre esses estímulos para a saída, identificamos as expectativas construídas durante a trajetória educativa desses jovens, as quais acabam confrontando a decisão de sair para morarem, estudarem e trabalharem na cidade, frente a possibilidade de desenvolver um projeto de vida na terra como camponeses e/ou trabalhadores rurais (diaristas –*jornaleros*-, assalariados etc.).

A partir dessas constatações compreendemos que a saída da juventude não está configurada unicamente no sentido campo-cidade, já que além desta há migrações orientadas para trabalhos formais e informais no campo. Com o avanço territorial de diferentes ramos do agrohidronegócio (cana-de-açúcar, palma de azeite, soja, milho, pecuária, eucalipto etc.) nas últimas décadas, a venda da força de trabalho aparece como uma possibilidade para os jovens ficar, ou mesmo, para migrar e se empregar como trabalhadores nas lavouras para a produção de *commodities* e agrocombustíveis.

Nesse percurso, inicialmente propomos para a pesquisa de doutorado, investigar as condições de trabalho na palma de azeite no Departamento de Meta e Casanare, na Colômbia, o que demandou recorrermos ao referencial teórico da Geografia do trabalho

e sua proposta de análise da exploração do trabalho pelo agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2018; THOMAZ JUNIOR, 2013; THOMAZ JUNIOR, 2009; THOMAZ JUNIOR, 2002). No processo de revisão e amadurecimento do projeto durante o primeiro ano de doutorado, surgiu a possibilidade de participar do Projeto Temático “Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental”¹, junto aos grupos de pesquisa Centro de Geografia do Trabalho (CEGeT) e Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS). A partir dessa experiência, e dos colóquios como o orientador, surgiu a ideia de fazer uma pesquisa que tivesse os dois recortes, o proposto na Colômbia, o Departamento de Meta (depois se adicionou o Departamento de Casanare)² e, o Pontal do Paranapanema. Finalmente foi decidido empreender a pesquisa nos dois países, analisando o avanço territorial desses cultivos e a exploração e controle de jovens rurais, além disso, concordou-se que cada recorte fosse uma unidade com identidade que se atrelam nas diferenças existentes no desenvolvimento desigual e combinado do capital (MOREIRA, 2008; HARVEY, 2006; SMITH, 1988).

Foi assim que o projeto de doutorado implementado incorporou a indagação das tramas espaciais da contradição capital x trabalho no século XXI, através do assalariamento dos jovens rurais no agrohidronegócio dos cultivos flexíveis (BORRAS JR, FRANCO, *et al.*, 2014). Ou seja, daqueles cultivos dos quais são produzidas mercadorias que posteriormente são vendidas como matéria-prima ou *commodity*, por exemplo, o azeite de palma ou o açúcar, ou como bem de consumo, neste caso os agrocombustíveis (etanol e agrodiesel). Além disso, estão inseridos na dinâmica da mundialização do capital que se interessa em investimentos atrelados aos mercados de futuros e sua especulação financeira, e ainda, se apresentam ideologicamente como materialização do ambientalismo do capital, quer dizer, como mercadorias verdes que ajudam na diminuição das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e na melhora das condições de vida no campo através dos empregos em funções agroindustriais (GAMEIRO, 2017; PEDREÑO, 2014; MORAES, GADEA, *et al.*, 2012; CORNETTA, 2010; SOUZA, 2011; THOMAZ JUNIOR, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2008).

¹ Projeto financiado pela FAPESP (Processo 2012/23959-9) coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior.

² O Departamento de Casanare foi adicionado em 2017, resultado dos avanços na pesquisa que apontavam a importância deste departamento na dinâmica territorial da palma de azeite e da migração de trabalhadores sazonais. Essa possibilidade de ampliação do recorte da pesquisa foi o resultado do estágio BEPE, realizado na Colômbia com bolsa da FAPESP (Processo 2017/04426-3), junto à Professora Doutora Flor Edilma Osorio, da Faculdade de Estudios Ambientales y Rurales, da Pontificia Universidad Javeriana.

A hipótese de pesquisa resultado dessa proposta interpela os desdobramentos da relação entre a mobilidade do capital e a força de trabalho, no notado avanço das monoculturas e plantas agroprocessadoras para a produção de agrocombustíveis e *commodities*, entendendo que, as empresas do setor se propõem utilizar força de trabalho jovem. Esses sujeitos são interessantes para as empresas por terem a possibilidade de se encaixar nos requisitos laborais de docilidade e utilidade, materializados nas características físicas, psicológicas e sociais para se submeter às condições de trabalho (GAUDEMAR, 1977; NOVAES, CONDE, *et al.*, 2007). Além disso, os jovens fazem parte de uma geração que é valorizada como parte das estratégias de reestruturação produtiva do capital, para a renovação, qualificação e expulsão de trabalho vivo (ALVES, 2007, 2011, 2001; BEAUD e PIALOUX, 2009). Tudo isso, levou-nos a afirmar que o perfil do trabalhador jovem no agrohidronegócio se expressa por meio da faixa etária, interpretada pelo capital como habilitações e qualificações passíveis de exploração e manipulação, as quais são mobilizadas no mercado de trabalho.

Com esse referencial pretendemos enfatizar a territorialização do capital do agrohidronegócio da cana-de-açúcar no Brasil, e da palma de azeite na Colômbia, interessados pelo aumento da área plantada destes cultivos no Século XXI, atrelada à produção e consumo massivos de agrocombustíveis e a exportação de *commodities*. Essa expansão faz parte da fase alimentar-financeiro-energética do Regime Alimentar Corporativo (MCMICHAEL, 2016, RUBIO, 2015), que é uma expressão do regime de acumulação com dominância financeira (CHESNAIS, 2003, 2002, 2001), no qual a valorização do capital tem amplificado o mercado mundial dos agrocombustíveis com o intuito de transformar essa mercadoria em uma *commodity*.

O projeto dos agrocombustíveis tem conseguido expandir a produção e o número de países que produzem e utilizam esse tipo de energia sob o comando de dois blocos, o do Etanol com Estados Unidos e Brasil, e o do Agrodiesel liderado pela União Europeia. Nesse contexto, nossa pesquisa compreende as articulações entre capital e Estado para desvendar a trama existente entre a mundialização do capital, o avanço territorial dos cultivos flexíveis e a mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais.

Para apresentarmos os resultados da pesquisa, construímos duas dimensões entrelaçadas que comparecem na estrutura temática que organiza a Tese. Uma escalar que relaciona a escala mundial do Regime Alimentar Corporativo (MCMICHAEL, 2016), com um nível meso-escalar na América Latina para identificar a dinâmica na qual interagem Brasil e Colômbia e, por último, uma que foca no micro, na mobilidade

territorial do trabalho. A outra dimensão é de tipo epistemológica, refere-se à relação entre estrutura e sujeito (BOURDIEU, 2008; THOMPSON, 1981). As forças estruturais comparecem na primeira parte como mobilidade do capital, como resultado da sua reprodução, histórica e espacialmente determinada (HARVEY, 2013, 2005), expressos na mundialização e a acumulação flexível (HARVEY, 1999; CHESNAIS, 1996). A mobilidade territorial do trabalho dos jovens rurais comparece na segunda parte, sendo que vivenciam a reestruturação produtiva em cada recorte territorial, configurando trajetórias sociais atravessadas pela exploração e o controle, rebatendo em formas de precarização, flexibilização e degradação do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2018; MORAES SILVA, BUENO e MELO, 2014; ALVES, 2011; ANTUNES, 1999). Assim sendo, a tese está dividida em duas partes, sendo, pois, a primeira composta por 3 capítulos e a segunda por 2 capítulos.

No primeiro capítulo, aprofundamos reflexões sobre a consolidação da agroenergia como parte da acumulação flexível, influenciada pelo ambientalismo do capital que a utiliza como subterfúgio para administrar sua crise estrutural, produzindo novas fronteiras para a acumulação, sendo que, o ambiente é essa fronteira. Deste modo, comparecem os cultivos flexíveis e junto à capacidade para participar dos mercados mundializados de alimentos (*food*), ração animal (*feed*) e agroenergia (*fuel*), os quais se expandem pelo Sul Global desde o início do século XXI alicerçado na expropriação de terra e águas, dois fatores indispensáveis para os empreendimentos agroindustriais que se colocam como foco das disputas territoriais (THOMAZ JUNIOR, 2010).

No segundo capítulo, objetivamos analisar o avanço territorial do capital do agrohídronegócio no século XXI, entre o ano 2000 e 2017, dos cultivos flexíveis no Brasil e na Colômbia, retomando aspectos desse processo em referência à América Latina. Nessa perspectiva, propomos a análise do que denominamos dupla capital-Estado, materializada nas ações jurídico-políticas do bloco no poder de cada país, com o objetivo de produzir os arranjos espaciais que possibilitaram a expansão da área plantada com cana-de-açúcar no Brasil e de palma de azeite na Colômbia. Entre estes arranjos comparece a viabilização dos agrocombustíveis como mercadorias verdes, as quais possuem um valor de troca pautado ideologicamente por seus aportes para a mudança da matriz energética nacional.

No terceiro capítulo encerramos a primeira parte da Tese com uma análise da atuação Estado-agrohídronegócio nos dois recortes estudados, os quais representam a localização e o encaixe no global da territorialização do projeto dos agrocombustíveis e

do pacto das *commodities*. A partir disso, desvendamos como o avanço territorial dos cultivos flexíveis está articulado a processos diferenciados de reestruturação produtiva, na Colômbia, com a utilização de força de trabalho migrante, e no Brasil com a introdução da mecanização do plantio e da colheita da cana-de-açúcar. Fatos que envolvem a juventude rural como parte dessa reestruturação, sendo que no Brasil constituem um coletivo duplamente atingido pelo capital, como desempregados, resultado, pois, das inovações técnicas e organizacionais para substituir os cortadores manuais de cana-de-açúcar e como parte do novo perfil do trabalhador da mecanização. No caso da Colômbia, comparecem como uma fatia dos trabalhadores migrantes, que se deslocam em busca emprego e alívio dos embates do conflito armado interno, presente em diferentes regiões do país, e passam a ser explorados nas safras da palma de azeite nos Departamentos de Meta e Casanare.

Por sua vez, no capítulo quatro apresentamos nossos entendimentos teóricos sobre a mobilidade territorial do trabalho. Posteriormente, analisamos a juventude rural, enquanto preocupação que emerge da proposta para compreendermos a idade como uma transversalidade de classe (HIRATA, 2014; ANTUNES, 1999), a qual configura faixas etárias que passam pela normatização estatal dos ciclos vitais e a avaliação do capital como força de trabalho agrupada na geração útil.

Com esses referenciais, no capítulo cinco analisamos o mercado de trabalho do agrohidronegócio a partir das características próprias de cada recorte territorial, atravessados não apenas por fatores econômicos, mas também históricos, atrelados às transversalidades de classe (gênero, raça, etnia e idade) presentes em cada território pesquisado. Nessa análise vão comparecer os jovens como parte de gerações exploradas, no Pontal do Paranapanema como órfãos e/ou herdeiros da cana-de-açúcar, e nos Departamentos de Meta e Casanare como os *otros nuevos llaneros*. Encerramos, com a reconstrução das trajetórias dos jovens, acentuando sua experiência de classe no processo de expropriação/desposseção e precarização do trabalho.

INTRODUÇÃO

As duas primeiras décadas do século XXI têm sido o cenário do aumento exponencial da produção de *commodities* agrícolas, alavancada pelo aumento dos preços internacionais das matérias-primas. Além disso, do aumento da produção de agrocombustíveis como estratégia de mudança da matriz energética de alguns países, visando enfrentar a dependência e os impactos ambientais do petróleo. Por trás disto, comparece a crise estrutural do capital que se iniciou desde os anos 1970, marcada pelas contínuas crises de acumulação e de superprodução, que o obrigam a se mobilizar no intuito de administrar a crise através de mecanismos que garantam sua valorização (THOMAZ JUNIOR, 2009; HARVEY, 2005, 2005a; CHESNAIS, 1996).

Nesse contexto, a produção de *commodities* e agrocombustíveis se transformou em uma fronteira para a acumulação. Portanto, o capital tem utilizado o discurso da economia verde para controlar cultivos que possam ser flexibilizados entre os mercados internacionais de alimentos para humanos (*food*) e animais (*feed*) e de agrocombustíveis (*fuel* e fibras (*fibres*)). Especificamente, os agrocombustíveis foram impulsionados em resposta ao aumento dos preços do petróleo em 2003, e assim comparecem econômica e politicamente como um segmento que passa a ser impulsionado pelo Estado e as instituições multilaterais. Para isso, foram incorporados a programas nacionais de desenvolvimento rural e desenvolvimento sustentável, junto com normatividade específica para sua produção e utilização. Em decorrência, foram apresentados como uma oportunidade para fortalecer a agroindústria com um duplo propósito: 1) fomentar a soberania energética e alimentar, e 2) para alavancar os investimentos de capital na agroindústria.

A partir disto, a contradição alimentos x agrocombustíveis se instalou no regime alimentar corporativo, expresso na ordem mundial de produção, circulação e troca, sob comando das corporações transnacionais (MCMICHAEL, 2016). Os regimes alimentares analisam a economia política da ordem mundial constituída por cadeias globais de mercadorias oriundas da agricultura, especificamente, na assimetria das relações internacionais entre países do Norte e o Sul Global. No nosso caso, constitui um marco analítico para compreender o papel da dupla capital-Estado no Século XXI, marcado pela expansão da agroindústria, dos cultivos flexíveis como soja, palma de azeite, cana-de-açúcar e milho, quer dizer, daqueles cultivos que podem ser transformados para um, dois

(alimentos e/ou agrocombustíveis), ou mais mercados, como é o caso da produção de energia elétrica, a partir da utilização de resíduos de biomassa (bagaço e outras fibras).

Borras et.al. (2014, p. 6), afirmam que a reestruturação agrícola contemporânea se compõe da utilização flexível das matérias-primas para a produção industrial de mercadorias, as quais são inseridas em diferentes circuitos mundializados de produção e circulação controlados pelas corporações e/ou capital financeiro. Desta maneira, os cultivos flexíveis fazem parte das relações Norte-Sul Global, sendo que no Sul Global são produzidas a maior parte das matérias-primas agrícolas para a exportação. Ao mesmo tempo, no Sul aumentou a produção e consumo de agroenergia, que se transformou em uma possibilidade de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL), que pode ser vendido no mercado para a compensação ambiental dos países mais poluentes no Norte Global (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2009). Isto é, o Sul Global vai continuar abastecendo uma parte importante da dieta do Norte, e além disso, torna-se uma fazenda mundial de agroenergia (MCMICHAEL, 2009).

Deste modo, a dinâmica da mobilidade mundializada do capital participa na trama política e econômica que justifica o avanço dos investimentos em cultivos flexíveis. Entretanto, esses investimentos comparecem, junto como outros segmentos de capital como a mineração, no centro das disputas territoriais, seja em busca das províncias minerais, por terras agriculturáveis, disponibilidade hídrica e outros recursos territoriais (PERPETUA, 2017; THOMAZ JUNIOR, 2009). Neste sentido, Thomaz Junior (2010, p. 6) propõe incluir a água no entendimento das disputas territoriais por acesso e controle da terra, sendo que são elementos fundamentais para o processo produtivo agroindustrial. Para isso, sugere o conceito de agrohidronegócio, o qual utilizamos para elencar as múltiplas disputas territoriais, entre estas, a exploração e degradação do trabalho, resultantes do avanço da área plantada e do agroprocessamento de cultivos flexíveis.

De acordo com o exposto, o Brasil e a Colômbia comparecem na América Latina como dois países protagonistas da recente expansão da área plantada de alguns cultivos flexíveis para a produção de agrocombustíveis e a exportação de *commodities* agrícolas. O Brasil possui a maior área plantada de cana-de-açúcar do mundo, a qual, em 2015, totalizava 10.111.376 de hectares, além disso, é também o maior produtor de açúcar e o segundo produtor de etanol, porém oriundo cana-de-açúcar é líder absoluto. (FAOSTAT, 2017; EIA, 2017). Acrescenta-se seu papel hegemônico no desenvolvimento e difusão de tecnologias para a lavoura de cana-de-açúcar e a destilação de etanol em países de América Latina e África (MACHADO, 2014).

Do mesmo modo, a Colômbia se destacava, em 2015, como o quarto maior produtor de azeite de palma³, resultado da expansão de plantações de palma de azeite⁴ nas últimas duas décadas, passando de 113.367 ha, em 1995, para 590.960 ha, em 2015 (FAOSTAT, 2017; FEDEPALMA, 2016). A Colômbia, implementou políticas de produção e utilização de agrocombustíveis nos anos 2000, passando a se destacar na América Latina como o terceiro maior produtor de agrodiesel oriundo da palma, e de etanol oriundo da cana-de-açúcar (EIA, 2017). Além disso, passou a ser parte dos países fornecedores de azeite de palma para a União Europeia, utilizado para a produção de alimentos e agrodiesel.

Como visto, ambos países têm dimensões e trajetórias diferenciadas de plantio e agroprocessamento destes cultivos flexíveis. Por conseguinte, são protagonistas da fase expansiva do capital do agrohidronegócio neste Século XXI, pautada pelas disputas por controlar novas áreas para lavouras e construção de plantas agroprocessadoras, e pelo controle e exploração do trabalho no intuito de aumentar a produtividade através de inovações técnicas, tecnológicas e organizacionais pautadas pela reestruturação produtiva. Esses dois elementos são fundamentais para entendermos a dialética do controle territorial para a reprodução do capital em cada país, isto é, do arranjo espacial que reproduz a lógica do modo de produção (MOREIRA, 2007). Deste modo, o território comparece como recorte espacial das relações de poder, historicamente determinadas pelo devir do desenvolvimento das forças produtivas em contínua relação com a natureza (OLIVEIRA, 2009, RAFFESTIN, 1996).

A mobilidade territorial do trabalho é o reflexo das forças estruturais do capital para disponibilizar e controlar a força de trabalho (GAUDEMAR, 1977). Desta maneira, emerge o mercado de trabalho como uma relação social de troca, atravessada pelos marcadores históricos e sociais que configuram as relações de poder que definem o perfil do trabalhador a partir da materialidade das suas características sociais como o gênero, raça, etnia e idade, ou seja, das transversalidades de classe (HIRATA, 2014; ANTUNES, 1999).

³ Decidimos utilizar a palavra “azeite” tentando aproximar a nomenclatura em espanhol e português, sendo que em espanhol é conhecido como “*aceite de palma*” e no Brasil é chamado de azeite de palma, óleo de palma ou azeite de dendê. O agrohidronegócio deste cultivo está em expansão no Brasil e ainda não homologou uma nomenclatura, as vezes é denominado de azeite e outras de óleo.

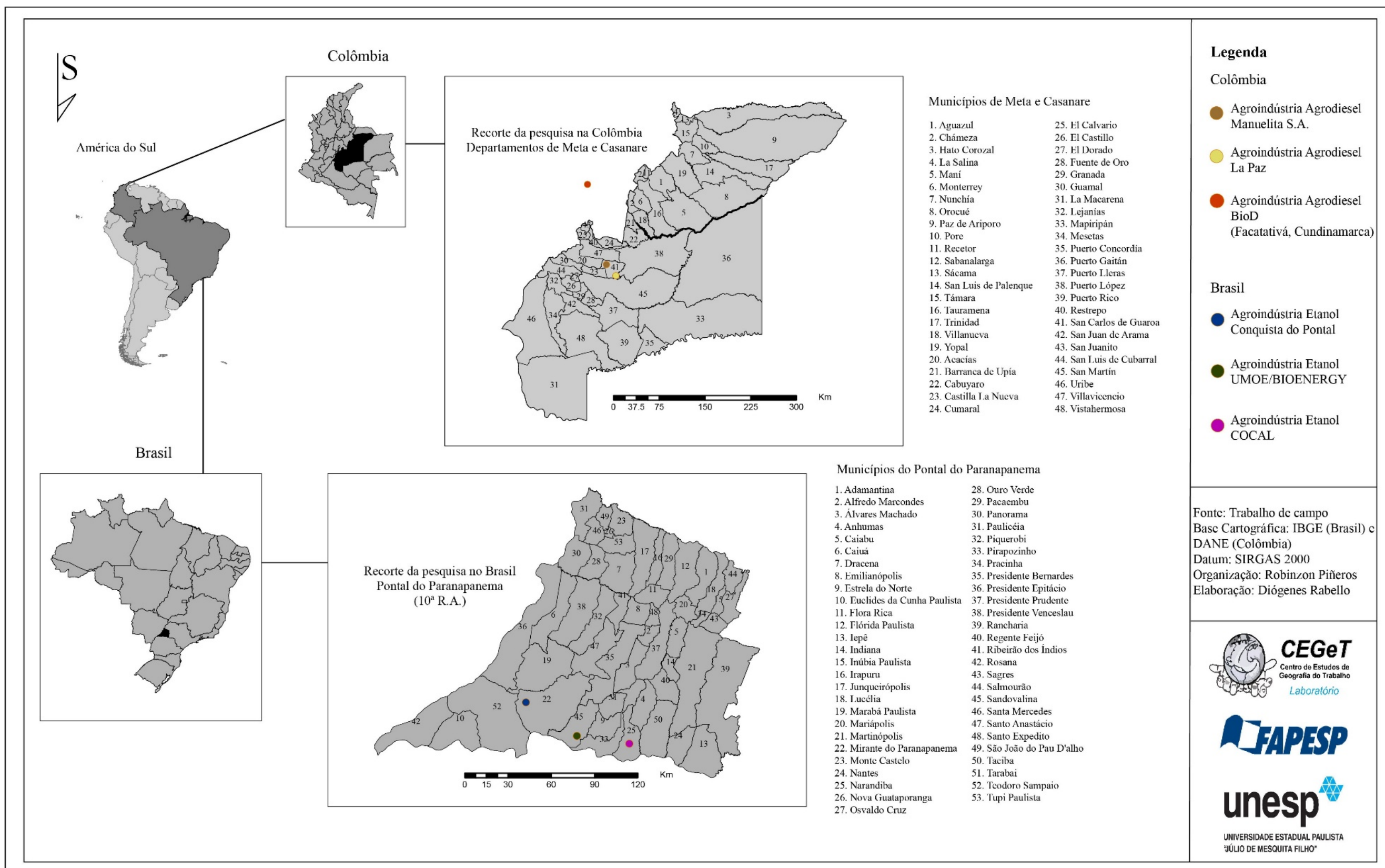
⁴ Neste caso também homologamos na nomenclatura “palma de azeite” os múltiplos nomes que recebe essa palma em espanhol (*palma de aceite* ou *palma aceitera*) e em português (palma de azeite, palma de óleo, palma azeiteira, dendezeiro, dendê etc.).

Tendo como referência essas constatações e baseados na proposta da Geografia do trabalho, propusemo-nos compreender o avanço territorial alicerçado na dupla capital do agrohidronegócio-Estado para disponibilizar e controlar terra, água e outros recursos territoriais, e seus desdobramentos para a mobilidade do trabalho de jovens rurais assalariados nas funções agrícolas.

Para isso, buscamos: i) analisar a consolidação do mercado mundial dos agrocombustíveis no contexto do regime alimentar corporativo; ii) averiguar o avanço territorial do capital do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis no Brasil e na Colômbia no século XXI; iii) compreender a relação entre a mobilidade do trabalho e os processos de reestruturação produtiva no Pontal do Paranapanema (São Paulo) e nos Departamentos de Meta e Casanare (Colômbia); iv) entender as trajetórias dos trabalhadores rurais jovens como uma geração atravessada por suas experiências de expropriação e exploração.. Os dois recortes empíricos selecionados para a pesquisa (Figura 1) são expressivos do avanço desigual e combinado dos cultivos flexíveis e a mobilidade territorial do trabalho no século XXI.

Na Colômbia analisamos os Departamentos de Meta e Casanare, os quais fazem parte da expansão das lavouras de palma de azeite no sentido Centro-Leste, na região da Orinoquia. Neste recorte há 27 plantas extratoras de azeite de palma, algumas destas estão integradas às três unidades agroprocessadoras de agrodiesel; duas no município de San Carlos de Guaroa (Meta) e uma no município de Facatativá (Cundinamarca), localizada a 172 km das plantações e das plantas extratoras de óleo. Isto é possível pela estocagem do azeite de palma e posterior transporte para esse município, onde estão localizados os tanques das empresas que misturam o diesel com o agrodiesel. O recorte empírico da análise da mobilidade territorial do trabalho, concentra-se entre os municípios de San Carlos de Guaroa, Cumaral, Barranca de Upía, Cabuyaro no Departamento de Meta, e Villanueva no Departamento de Casanare.

Figura 1 - Localização do Pontal do Paranapanema (10ªRA) (Brasil) e dos Departamentos de Meta e Casanare (Colômbia)



No Brasil, estudamos o Pontal do Paranapanema, localizado no Oeste do Estado de São Paulo, constituído por 32 municípios, formulação essa proposta pela União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL)⁵, que sedia, além do avanço da cana-de-açúcar, número expressivo de Assentamentos Rurais oriundos da luta pela terra. No entanto, esse recorte tem sido ampliado no âmbito do Projeto Temático no qual estamos participando, fundamentados na dinâmica do avanço da cana-de-açúcar e seus desdobramentos para a saúde o trabalho e o ambiente (THOMAZ JUNIOR, 2017, p. 16-17). Portanto, o recorte da pesquisa se ampliou para os 53 municípios⁶ de abrangência da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente (10ª RA). Já, nossos aprofundamentos sobre a mobilidade territorial do trabalho se concentram nos municípios-sede e alguns do raio de contratação de três unidades agroprocessadoras: Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, onde atua a Unidade Conquista do Pontal; Sandovalina, onde se localiza a UMOE/BIOENERGY; Estrela do Norte; e Narandiba, sede da Unidade COCAL (Figura 1).

A hipótese que orientou a pesquisa assevera que nos territórios do capital do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis, no século XXI, têm-se alicerçado a mobilidade do trabalho de jovens rurais em concordância com os formatos diferenciados da reestruturação produtiva e as inovações geracionais, com o intuito de aumentar a produtividade e a disponibilidade de força de trabalho em condições precárias e degradantes.

A constatação dessa hipótese partiu da compreensão da relação dialética entre a mobilidade mundializada do capital (primeira parte) e a mobilidade territorial do trabalho (segunda parte). Municiamo-nos do postulado de Mészáros (2007, 2011) sobre o sociometabolismo do capital como uma estrutura totalizante de organização e controle para a subsunção do trabalho, a qual se sustenta na inter-relação orgânica do tripé capital,

⁵ Alfredo Marcondes, Alvares Machado, Anhumas, Caiabú, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

⁶ Adamantina, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Dracena, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Flórida Paulista, Iepê, Indiana, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Marabá Paulista, Mariápolis, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Nantes, Narandiba, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Pauliceia, Piquerobi, Pirapozinho, Pracinha, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sagres, Salmourão, Sandovalina, Santa Mercedes, Santo Anastácio, Santo Expedito, São João do Pau-d'Alho, Taciba, Tarabai, Teodoro Sampaio e Tupi Paulista.

trabalho e Estado. A partir dessa proposição teórica, separamos, com fins analíticos, dois elementos desse tripé e passamos a denominá-los como dupla capital-Estado, sendo que essa elaboração nos possibilitou avançar na desconstrução das contradições estruturais (econômicas, políticas e ideológicas), que sustentam o projeto dos agrocombustíveis, que têm balizado sua viabilidade produtiva e potenciado saída para a crise econômica, energética e ambiental. Além disso, possibilitou-nos o entendimento de cada um dos países como uma formação social (MOREIRA, 2016; SANTOS, 1977), na qual o Estado atua como estrutura político-jurídica para garantir a reprodução do capital, e como nos sugere Poulantzas (1977), através das práticas das classes dominantes agrupadas no bloco no poder. Nesse papel, o bloco no poder utilizou os zoneamentos agroambientais para disponibilizar e legitimar a ocupação de áreas de expansão territorial dos cultivos flexíveis, tanto no Brasil quanto na Colômbia, amparado na ideologia reformista do ambientalismo de capital.

A partir da legitimação da ocupação e da disponibilização dessas áreas, o capital não apenas territorializou as lavouras e unidades agroprocessadoras, mas também alicerçou a mobilidade territorial do trabalho, regulada pela implementação das inovações organizacionais e tecnológicas que precarizam e degradam o trabalho. Com essa constatação, compareceu o elemento que tínhamos abstraído do tripé, ou seja, o trabalho. Através dos jovens rurais como sujeitos da classe trabalhadora, conseguimos identificar seu protagonismo na mecanização do plantio e da colheita da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, assim como na massa de trabalhadores migrantes e sazonais assalariados nas funções agrícolas da palma de azeite nos Departamentos de Meta e Casanare. Afinal, com a análise da expropriação e exploração da classe trabalhadora jovem, conseguimos encerrar a investigação da relação capital x trabalho proposta.

Percurso metodológico da pesquisa

Os procedimentos metodológicos dessa pesquisa entrecruzam a compreensão da mobilidade do capital e da mobilidade territorial do trabalho em dois recortes localizados em dois países da América do Sul. O primeiro desafio foi definir como abordaríamos as diferenças desses dois recortes, atrelados pelo fato comum de serem alvo do avanço territorial do capital do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis. Nos colóquios com o orientador concordávamos que não é um estudo comparativo, que busca as semelhanças por meio do controle de variáveis, hipóteses ou proposições generalizantes de ordem

dedutivo. Entendíamos que se optássemos por essa escolha, íamos atrás de semelhanças ou identidades territoriais que obrigariam que o fenômeno existente numa formação social fosse investigado para suprimir suas diferenças, sua singularidade, portanto, o resultado seria uma homogeneidade abstrata com o escopo de produzir regularidades científicas.

A nossa escolha do método foi alimentada pelo desenvolvimento desigual e combinado do capital, influenciada pelas interpretações Harvey (2006) e Moreira (2008a). Isto é, compreender o espaço de modo relacional e relativo, para enxergar na acumulação de capital a construção de territórios e suas formas particulares de territorialidade (FERNANDES, 2008; HARVEY, 2006). Deste modo, aparece uma alusão para a utilização de uma metodologia relacional, no sentido que deveríamos analisar os processos estruturais que revelam a territorialização do capital, e sua representação nas experiências dos sujeitos (HARVEY, 2006; BOURDIEU e WACQUANT, 2005; THOMPSON, 1981). A partir dessas reflexões, nos aproximamos da escolha e construção do método como “meta (por, através de) e hodos (caminho)” (SPÓSITO, 2004, p. 25).

Essa construção do método consolidou a estratégia de análise dos territórios nos dois países, complementada pela proposta de Moreira (2007a) de entender a dialética da identidade-diferença na geografia, concebida como a conjugação de identidade-sujeito-diferença. A partir disso, aparece a “geografia de um espaço que pode ser pensado como a coabitação tensa da diferença e da unidade”. Dessa maneira, chegamos a compreender que a diferença de cada um dos territórios estudados faz parte da unidade do desenvolvimento desigual do capitalismo (THOMAZ JUNIOR, 2009; SMITH, 1989)

O desenvolvimento da pesquisa se inicia em março de 2014, e a formulação fundante de sua execução aproveitou-se do diálogo duplo, com base na nossa formação em sociologia e geografia. Essa conjugação de esforços e interesses, foi imprescindível para compreendermos os territórios do agrohidronegócio e os sujeitos da classe trabalhadora, ou a juventude rural como foco da dominação do capital. Naquele refazer teórico e metodológico, o conceito de mobilidade do trabalho de Gaudemar (1977), foi fundamental para apurar as formas territoriais como o capital mobiliza a força de trabalho, isto é, do “uso capitalista das disponibilidades de homens [e mulheres], da docilidade (...) dos seus corpos” (p. 17).

Nesse entendimento comparecem as formas dessa mobilidade, sejam espaciais na forma de deslocamentos, seja entre profissionais, entre funções e qualificações etc., o que

sinaliza uma complexidade que articula a estrutura que domina o sujeito, ou seja, o “modo como os homens [e mulheres] submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista” (GAUDEMAR, 1977, p. 17). Isto posto elenca a objetividade da estrutura que se impõe ao sujeito, se bem que, simultaneamente, comparece a experiência dos sujeitos de classe, que mesmo dominados/estranhados possuem a possibilidade de resistência (THOMPSON, 1991; 1981). O vínculo estrutura-sujeito é revisto através da proposta relacional de Bourdieu e Wacquant (2005), os quais afirmam que “a sociedade tem uma estrutura objetiva, mas não é menos crível que também se compõe, de modo decisivo, de ‘representação e vontade’” o que vem a configurar os significados da experiência (p. 12, tradução nossa).

Sem dúvida as reflexões coletivas durante as aulas, discussões de textos, colóquios junto ao orientador e debates no Grupo de Pesquisa subsidiaram a leitura geográfica dos rearranjos do trabalho “na dimensão da regulação sociedade-espço”. É fato, nossa opção foi pelo entendimento do controle e da resistência de classe com base nos “significados e os sentidos de ser dos trabalhadores formais (...); assalariados temporários (...); trabalhadores informais (...)” (THOMAZ JUNIOR, 2013, p. 4). Tudo isso considerando os aspectos econômicos, sociais e culturais que estruturam a trajetória de classe dos jovens, com origem camponesa ou de comunidades tradicionais.

A trajetória remete ao tempo e ao espaço narrados pelos sujeitos, onde comparecem as formas individuais, sociais e estruturais da história. Isto é, baseados no nosso referencial marxista acreditamos que os homens fazem a sua própria história, mas em condições previamente dadas, pautadas pela estrutura de classes e suas transversalidades.

Uma vez explicitado o método para desenvolver a pesquisa, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados, e a operacionalização entre a observação e análise do concreto em movimento. Para fazer essa apresentação nos baseamos em Marradi (2007) para identificar e relacionar a metodologia e as técnicas, sendo que para isso passamos a descrever o processo da pesquisa por meio de procedimentos que foram usados com os supostos subjacentes, oriundos do método, da teoria e seu encontro com o concreto observado. Deste modo, as técnicas são as ferramentas utilizadas para nos aproximar do concreto, oriundas do projeto inicial e das decisões, modificações e inovações que na trilha da pesquisa foram construídas sob a pauta da heurística, no sentido de “ajudar a encontrar” (MENNA, 2014).

Ressalvamos que os procedimentos utilizados estão baseados em técnicas qualitativa, procurando aproximar-nos empiricamente do movimento interno do objeto, constituído pelas estruturas objetivas e subjetivas, atuantes em cada um dos recortes territoriais. Partindo disso apresentamos os procedimentos que nos permitiram desenvolver a investigação.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos para coleta, sistematização e análise das informações oriundas de fontes primárias e secundárias nos dois países, estão interconectados pela reflexão das informações coletadas e a reflexividade das experiências pessoais como pesquisador estrangeiro que fala espanhol em um país de língua portuguesa, e como pesquisador no seu país de origem (GUBER, 2005; BOURDIEU e WACQUANT, 2005).

Contudo, a observação e recolecção de informação tem se baseado desde o começo das atividades de campo em dois eixos teórico-metodológicos: a mobilidade territorial do trabalho pelas empresas do agrohidronegócio e as trajetórias dos jovens que trabalham ou trabalharam para essas empresas.

A coleta de dados secundários foi levantada em fontes escritas, imagens, fotografias e mapas, entre outros. Nos trabalhos de campo foram contempladas as visitas em bibliotecas e acervos físicos de instituições públicas, privadas, de instituições representativas tanto da classe trabalhadora, quanto de grupos empresariais. Da mesma forma, a consulta em *internet* fez parte desse procedimento, objetivada em três ações: a) Acesso a repositórios digitais de diferentes órgãos públicos, empresas, sindicatos e instituições de pesquisa; b) Seguimento das empresas e os territórios pesquisados nas versões digitais de jornais nacionais e regionais (No Brasil, selecionamos Folha de São Paulo, O Imparcial, Valor Econômico, O Estado de São Paulo, e na Colômbia, selecionamos El Espectador, Revista Semana e El Tiempo); c) Coleta de informações junto às páginas de *internet* e perfis de *Facebook*, com o intuito de observar outras formas emergentes indicativas relações entre as empresas, os trabalhadores e as populações que estão nos municípios ou áreas de influência das empresas.

O acervo coletado de livros, revistas e imagens, entre outros, em formato impresso e digital, foi organizado com o objetivo de reconstruir temporalidades do avanço territorial e como fonte para desconstruir o papel do agrohidronegócio como parte da

dupla capital-Estado (SOUZA, 2011). Isto nos proporcionou informações importantes para entender o ambientalismo do capital, ou seja, a direção moral e política exercida pelas frações de classes dominantes, vinculadas ao agrohidronegócio, para criar programas, políticas e legislação específica pretextando impulsionar a produção e utilização de agrocombustíveis sob a ideologia do desenvolvimento sustentável.

Atrelado a isso, compareceu outra fonte secundária no Brasil, as publicações nos perfis das empresas, nas Redes Sociais como *Facebook* e *LinkedIn*. Descobrimos que esses meios são utilizados para estabelecer contato com trabalhadores, ora para divulgar metas de produção, ora para difundir informações de publicidade corporativa que também envolve a população próxima às plantas agroprocessadoras e áreas de plantios. Especificamente observamos a difusão de informações referentes à divulgação de emprego de duas empresas canaveiras, ou seja, a UMOE/BIOENERGY e Cocal, para reconstruir os perfis dos trabalhadores solicitados e a interação virtual das empresas com os candidatos. No caso da Odebrecht Agroindustrial, utilizamos as informações para analisar a imagem corporativa de programas com jovens aprendizes ou Acreditar Junior. Fizemos seguimento desses perfis entre 2016 e 2018, revisando periodicamente as Redes Sociais para selecionar e guardar as publicações de nosso interesse.

A consulta e sistematização de bancos de dados sobre emprego, área plantada, produtividade e financiamento público foram procuradas segundo a sua disponibilidade. Para os dados internacionais consultamos diferentes bases de dados, como a FAO (FAOSTAT), que disponibiliza informações oficiais de área plantada, área colhida e produtividade de quase todos os países. Além disso, consultamos o banco de dados da IEA (*International Energy Agency*), com as atenções para os dados internacionais de produção e consumo de etanol e agrodiesel.

No caso do Brasil, consultamos os microdados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nas bases RAIS e CAGED, com o propósito de fazer proceder análises que enfatizasse as ocupações, faixa etária e sexo, por município, do Pontal do Paranapanema. Com respeito à área plantada e produtos oriundos da cana-de-açúcar, acessamos os bancos de dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), IBGE, CONAB, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e CANASAT.

Na Colômbia, no que diz respeito ao emprego, os dados oficiais não são fornecidos de tal forma que possibilitem fazer as mesmas análises que fizemos com os dados do Brasil. Apenas temos extraído dados gerais dos relatórios das empresas, sendo que os setores palmeiro e canavieiro não disponibilizam informações. Já, as bases de

dados sobre culturas, área plantada e colhida, foram consultadas junto aos bancos de dados do *Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural* (MADR), os quais fornecem microdados que possibilitam análises similares às que realizamos para a área estudada no Brasil.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de trabalho de campo, fundamentado na observação, no registro em diário de campo e a aplicação de entrevistas semiestruturadas.

As primeiras atividades de entrada ao campo iniciaram no final de 2014, no Brasil, e nos primeiros meses de 2015 na Colômbia. Consideramos essa primeira fase da pesquisa, muito importante, pois tivemos a possibilidade de participar apoiando diferentes atividades de pesquisa e extensão realizadas pelo CEGeT (Grupo de Estudo em Geografia do Trabalho) nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Foram nessas atividades, especialmente as relacionadas ao Projeto Temático, que idealizamos a possibilidade de incluir esse recorte territorial na pesquisa, pensando nos jovens assentados que trabalhavam nas agroindústrias canavieiras. Na Colômbia, significou retomar alguns contatos realizados em trabalhos de campo com estudantes de Graduação, ainda no período que trabalhava como professor na *Universidad de Cundinamarca*. Além disso, visitamos a prefeitura do município de San Carlos de Guaroa, sendo que, nessa visita foi indicada uma liderança do sindicato patronal da maior empresa palmeira do município. Através da conversa que tivemos abriu-se o universo da palma de azeite e o protagonismo dos trabalhadores migrantes.

Essa primeira observação nos dois recortes, possibilitou a decisão de enfrentar a pesquisa nos dois países, buscando a aprovação da bolsa junto à FAPESP, para resolver as limitações de recursos para os trabalhos de campo. A partir de 2015, os trabalhos de campo da nossa pesquisa, no Brasil, ocorreram junto às atividades de pesquisa de duas equipes do Projeto Temático⁷. Nestas interagimos com assentados, lideranças do MST e professores de escolas de assentamentos. Sempre, colocávamos a questão da juventude, o que faziam? Para onde eles migravam? Quais os empregos que eles tinham?

⁷ Equipe 7: Entrevistas/ações de campo a respeito das relações de trabalho (formas de arregimentação, contratação, migrantes); processo de trabalho na agroindústria canavieira (acidentes, agravos, exposição aos riscos, contaminação/intoxicação, saúde do trabalhador); e Equipe 8: Entrevistas/ações de campo a respeito da Luta pela terra, políticas públicas (PAA / PNAE), degradação e movimentos/ações de resistência, agricultor familiar/assentado/camponês; processos alternativos: agricultura orgânica, agroecológica, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, MST, Centrais Sindicais, conflitos fundiários (acampamentos rurais, ocupações de prédios públicos, marchas etc.).

Em novembro de 2015 decidimos fazer uma atividade que possibilitasse uma maior compreensão da juventude assentada. Para isso realizamos atividades no âmbito da cartografia social, com jovens de último ano do ensino médio, em cinco escolas próximas ou localizadas em assentamentos⁸. O objetivo era identificar os projetos de futuro, a importância do trabalho no setor canavieiro e, além disso, buscamos contatar a outros jovens que estiveram trabalhando e que poderíamos entrevistar. A partir dessa atividade descobrimos que a “usina” é a principal fonte de emprego e muitos jovens, homens, queriam entrar nas funções relacionadas com a mecanização, ou seja, como motoristas, caso conseguissem tirar a habilitação, ou como borracheiros ou noteiros (apontadores de produção), sendo que neste caso, somente se tivessem no mínimo o ensino médio. Outra constatação feita é que as empresas estavam destinando os ônibus para os trabalhadores somente nas sedes dos municípios ou distritos. Ou seja, não estavam mais buscando-os nos assentamentos, o que obrigava os trabalhadores a morarem nas cidades próximas. A partir disto, fizemos encaminhamentos para as atividades de pesquisa em 2016, atentando-nos para os jovens assentados que moram nas cidades e trabalham nas empresas do setor canavieiro.

Com a aprovação da bolsa FAPESP, em dezembro de 2015, tivemos a possibilidade de planejar um trabalho de campo de dois meses na Colômbia, entre fevereiro e abril de 2016. Nesse período, visitamos os municípios de San Carlos de Guaroa, Puerto Gaitán e Puerto López, e pudemos aprofundar entendimentos sobre o processo de trabalho na palma de azeite, as áreas de expansão das plantações e os locais de moradia dos trabalhadores. Entrevistamos funcionários públicos, lideranças comunitárias e sindicais, e trabalhadores. Afinal, decidimos verticalizar atividades em San Carlos de Guaroa, o município que possui a maior quantidade de hectares de palma da região e do país desde 2013.

No Brasil, voltamos a campo com as atividades da nossa pesquisa em outubro e novembro de 2016. Aproveitando os contatos realizados na pesquisa de campo, nos assentamentos, contatamos jovens assentados do município de Mirante do Paranapanema que estavam morando na cidade de Teodoro Sampaio, e que participavam do Programa Jovem Aprendiz, de uma empresa canavieira. Além disso, abrimos o leque para

⁸ Escola São Bento (Mirante do Paranapanema), Escola Romilda Lazara Pillon dos Santos no Assentamento Água Sumida (Teodoro Sampaio), Escola João da Cruz Mellão (Distrito do Planalto do Sul, Teodoro Sampaio), Escola Assentamento Santa Zélia (Teodoro Sampaio) e Escola Antônia Binato Silva –Vô Nina (Teodoro Sampaio)

entrevistar jovens oriundos da sede do município, o que nos possibilitou entender outras trajetórias.

Em 2017 com a realização de estágio BEPE (Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior), na Colômbia, entre o mês de maio e julho, e conseguimos aprofundar a pesquisa de campo no município de San Carlos de Guaroa, e acrescentar os municípios de Cumaral, Cabuyaro e Barranca Upia, no Norte do Departamento do Meta, e o município de Villanueva, no Sul do Departamento de Casanare. O projeto BEPE nos permitiu pesquisar questões referentes à Responsabilidade Social Empresarial e o controle do trabalho, para isso utilizamos o mesmo questionário de entrevista para os trabalhadores, e fizemos outras entrevistas e visitas junto às empresas da área adicionada.

Por fim, no Pontal do Paranapanema realizamos outras atividades de pesquisa no Município de Mirante do Paranapanema, entre o mês de novembro e dezembro. Além disso, fomos convidados a participar de apresentações da Equipe que trabalha com escolas rurais, escolhidas pelo Projeto Temático⁹. Dessa vez, apresentamos e debatemos alguns avanços da pesquisa, especialmente sobre o interesse das empresas pela formação técnica dos jovens dos municípios próximos aos plantios e unidades agroprocessadoras. O resultado foi uma retroalimentação com a experiência dos professores, significativa para o amadurecimento das nossas análises.

Para encerrarmos as atividades de campo, entre janeiro e fevereiro de 2018, fizemos a última atividade no município de Sandovalina, aproveitando contatos feitos nas atividades realizadas nas escolas, em 2017. Nessas entrevistas, tivemos oportunidade de aprofundar nos impactos na vida cotidiana e nas exigências de formação profissional pela empresa do setor canavieira que atua na cidade.

O roteiro da entrevista foi elaborado a partir das atividades em campo do primeiro ano e a revisão bibliográfica sobre teoria e metodologia. O roteiro está composto por seis tópicos: informações pessoais; origem social (família de origem e trajetória educativa); emprego ou atividade atual (condições de trabalho); Migração; Geração (o que estão fazendo os seus amigos?); futuro (projetos individuais e familiares). É um questionário extenso, mas optamos por utilizá-lo como referente durante a entrevista sem a obrigação de desenvolver todos os tópicos.

⁹ Escola Professora Romilda Lara Pillon dos Santos, Assentamento Água Sumida, Teodoro Sampaio; Escola João da Cruz Melão, Distrito de Planalto, Teodoro Sampaio; Escola Professora Liria Yurico Sumida, Sandovalina.

Essa flexibilidade na aplicação, também se adaptava às condições diferenciadas de cada recorte. Afinal, conseguimos entrevistar 1 trabalhadora, 14 trabalhadores, 2 desempregados/acampados e 1 estudante de ensino médio no Pontal do Paranapanema. Nos Departamentos de Meta e Casanare, entrevistamos 3 trabalhadoras, 13 trabalhadores, 2 aposentados e 1 desempregado.

Toda a informação coletada, tanto de fontes secundárias quanto primárias, foi sistematizada e analisada. No caso das entrevistas, todas foram analisadas por meio de *software* de análise qualitativa (Atlasti), que utilizamos como ferramenta de codificação dos textos e/ou dos trechos de áudio, os quais são apresentados de forma sistemática e sintética, de acordo às agrupações que o pesquisador requer. O método se fundamentou na análise de conteúdo guiado por três elementos da mobilidade territorial que constituem a trajetória: Os elementos transversais (gênero e idade), as experiências de expropriação (da terra ou de qualificações no trabalho), e de exploração (condições de trabalho, qualificação, arregimentação, riscos à saúde, formas de controle).

A diversidade de fontes, convergiram por meio das análises, o que nos mostrou o avanço do capital do agrohidronegócio e a utilização da juventude entre suas estratégias de reestruturação produtiva. Nesta compareceram os jovens do Pontal do Paranapanema, como uma geração de herdeiros da cana-de-açúcar, mobilizados para as funções na mecanização, e a necessidade de trabalhadores regionais com maior qualificação que a geração dos órfãos do corte manual. Nos Departamentos de Meta e Casanare, estão os *otros nuevos llaneros*, trabalhadores jovens, migrantes, explorados nas funções manuais de corte, colheita e tratos culturais da palma de azeite.

PARTE 1**A MOBILIDADE DO CAPITAL DO AGROHIDRONEGÓCIO DOS
CULTIVOS FLEXÍVEIS NO SÉCULO XXI E SUA
TERRITORIALIZAÇÃO NO BRASIL E NA COLÔMBIA**

CAPÍTULO 1 - A CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DOS AGROCOMBUSTÍVEIS NA FASE ALIMENTAR-FINANCEIRO-ENERGÉTICA DO REGIME ALIMENTAR CORPORATIVO

O começo do século XXI apresenta-se como o pano de fundo da recente faceta dos investimentos do capital reestruturado para a produção de agrocombustíveis, sendo, pois, mais um subproduto obtido de monocultivos, como a cana-de-açúcar, palma de azeite, soja, canola, milho etc., dos quais também são extraídas ou processadas *commodities* agrícolas.

A característica principal dessa fase é a projeção da transição da matriz energética estruturada durante o século XX, ou a substituição gradativa do petróleo e seus derivados como fonte de energia, para a produção/utilização de energia oriunda da biomassa e outras fontes renováveis (eólica, solar, hidráulica, geotérmica etc.), tendo como justificativa a passagem para um modelo de desenvolvimento “sustentável”. A legitimidade desta transição vem se gestando desde os anos 1960 e 1970 do século XX como uma reforma que procura atingir as crises ambiental e climática, as quais foram resultado do desenvolvimento capitalista e a apropriação irracional da natureza, considerada como fonte infinita de recursos para serem transformados em mercadorias vendidas para as massas de consumidores.

As respostas do capital para resolver as crises ambiental e climática têm sido criativas ao apelar às energias renováveis, especialmente aquelas oriundas da agricultura (agrocombustíveis para a produção de energia elétrica). No entanto, os agrocombustíveis comparecem de forma contraditória, ora para a produção de alimentos, ora para o controle da emissão e captura de carbono, além das consequências no âmbito da exploração da classe trabalhadora. Isto é, a solução destas crises está pautada pela mobilidade do capital mundializado para investir nas cadeias de valor de *commodities* agrícolas para a produção de alimentos e/ou para a produção de agroenergia.

Esse fato induz, desde a primeira década do século XXI, a uma relação de mercado diretamente proporcional entre o aumento dos preços das *commodities* agrícolas utilizadas para a agroenergia-alimentos (agroinflação) e os preços internacionais do petróleo. No que tange à diminuição das emissões de gases de efeito estufa (GEE), resulta ser uma contradição, sendo que a agroindústria se mantém dependente do petróleo e seus derivados, sejam estes, agroquímicos ou combustíveis, assim mesmo, o desmatamento para plantar monocultivos produz emissões de carbono (MCMICHAEL, 2009; 2016;

THOMAZ, 2009; HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2009; PORTO GONÇALVES, 2008).

A estratégia para resolver as crises via transição energética coloca como prioridade a reprodução do capital antes da sustentabilidade ambiental e social. Para isso, reconfigura-se a relação Capital-Estado ao outorgar maior poder ao mercado comandado pelo capital financeiro e as corporações.

De acordo com Porto Gonçalves (2008, p. 334), o poder corporativo aprofunda seu comando do complexo técnico-científico-agroindustrial-financeiro-midiático, materializado em instituições públicas e privadas que atuam em âmbitos políticos, econômicos, acadêmicos, de pesquisa, midiáticos, que enlaçam as cadeias de valor em escala mundial, nas quais o Sul Global é protagonista na venda de créditos de carbono, na extração de recursos naturais, a subordinação da agricultura e na exploração de trabalhadores rurais para a produção das matérias-primas utilizadas pela agroindústria alimentar (*commodities*) e/ou de agrocombustíveis (agroenergia).

Sobre esses fatos, neste capítulo empreendemos a investigação da trama da contradição Capital x Trabalho na produção de agrocombustíveis. Para isso, começamos focando a emergência do ambientalismo empresarial como elo que nos permite adentrar na escala mundial da administração da crise pelo capital, sob o regime de acumulação, com dominância financeira (CHESNAIS, 2003; 2002; 2001). Nesse contexto, nos municiamos da análise dos regimes alimentares colocando em destaque a fase contemporânea do controle corporativo dos cultivos flexíveis e as cadeias de valor global para a produção de alimentos e a consolidação do mercado mundial de agrocombustíveis. Finalmente, encerramos com apontamentos norteadores da tese sobre a exploração do trabalho no processo de trabalho agroindustrial desses cultivos flexíveis.

1.1 O ambientalismo e a transição energética como estratégias da gestão da crise do capital

A partir dos anos 1960 começa a se manifestar a crise do sociometabolismo do fordismo-taylorismo, fundamentado na lógica irracional de utilização de recursos naturais considerados como insumos infinitos para o desenvolvimento da humanidade, ou seja, da utilização do petróleo como fonte infinita de energia garantida pelo controle geopolítico dos países produtores e do preço internacional pelos Estados Unidos e aliados, assim como da União Soviética. Além disso, do controle do comércio internacional de outras

matérias-primas de origem agrícola, vegetal e mineral, extraídas nas condições impostas pelas relações assimétricas entre o Sul e o Norte Global¹⁰, onde o primeiro comparece como fornecedor de matérias-primas sob a base da exploração da natureza e do trabalho para serem transferidas para o Norte Global e, desde os anos 1980, para os países emergentes, no intuito de serem transformadas em mercadorias.

Porto Gonçalves (2009, p. 331; 2006, p 51) afirma que as advertências sobre os limites da natureza para sustentar o modelo de desenvolvimento fordista chamaram a atenção tanto para as consequências da questão ambiental quanto para a geopolítica do fluxo de matérias-primas e de energia (combustíveis) para a reprodução do capital mundializado. De fato, desde a década de 1970, com o aumento exponencial dos preços do petróleo e a crise do sistema monetário internacional, os Estados, as empresas e as instituições multilaterais entenderam a necessidade de manipular a relação existente entre a crise ambiental e a crise energética através da promessa de desenvolvimento sustentável.

A década de 1970 constituiu-se, portanto, num ‘divisor de águas’, porque foi o período no qual os Estados Nações industrializados se deram conta de que dependiam dos países que controlavam as mais pujantes jazidas de petróleo do globo. Por conseguinte, tanto os países centrais quanto os semiperiféricos, como o Brasil, passaram a formular políticas de substituição desse combustível fóssil por outras fontes de energia alternativas. (FREITAS, 2013, p. 161)

A crise do petróleo desencadeada nos anos 1970 se manifestou pelo aumento dos preços dessa *commodity*, o barril de petróleo aumentou mais de dez vezes, passando da faixa dos U\$ 10 para a dos U\$ 110 (BRITISH PETROLEUM, 2016). Isto provocou o desabastecimento e inflação nos países industrializados e também naqueles em processo de industrialização, como o caso do Brasil, e uma bonança econômica para os países que exportavam essa *commodity*. Nesse cenário, ficou evidente o fim do mercado do petróleo devido à oferta quase ilimitada e preços baixos, e, com isso, expôs-se a dependência petroleira dos países mais industrializados e o poder econômico dos países membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Organização que reúne desde

¹⁰ Utilizamos Norte e Sul Global de acordo com autores oriundos da teoria social crítica (PORTO-GONÇALVES, 2017; MCMICHAEL, 2016; QUIJANO, 2000). Coincidimos com Jaramillo e Vera (2013) que o Sul Global reflete três usos, porém três significados politicamente construídos. O primeiro se refere ao uso do Banco Mundial para o grupo de países em vias de desenvolvimento e os modelos para o crescimento econômico, pautados nos exemplos dos países do Norte ou desenvolvidos; o segundo, reflete sobre a geopolítica da dominação e as resistências dos países do Sul, integrados a uma ordem mundial fundamentada tanto no político quanto no econômico, a qual está polarizada entre o Sul e o Norte ou Centro-Periferia. Por último, no âmbito da geopolítica epistemológica, foca na disputa hegemônica pelo pensamento e os saberes próprios, para descortinar a colonialidade do saber e a possibilidade de construir teoria desde e para o Sul em diálogo crítico entre Sul-Sul e entre Sul-Norte.

1960 países exportadores de petróleo, orientada por uma política de regulação e controle desse mercado; já, nos anos 1970, a organização reorienta suas ações como resposta à política colonialista dos Estados Unidos e da Europa sobre os países árabes e outros países do “terceiro mundo”, com reservas e jazidas importantes, como a Venezuela e a Nigéria.

Deste modo, comparece a estreita relação entre a reestruturação do capital e a questão ambiental, especificamente com a dependência de combustíveis fósseis que obrigam o capital a construir um discurso de sustentabilidade através da bandeira da transição energética. Ou seja, a dupla Estado-Capital, seja qual for sua posição nacional na geopolítica da energia desde os anos 1970, vai se inserir política e economicamente diante do controle internacional do preço e abastecimento de petróleo e do desenvolvimento e utilização de energias alternativas e/ou renováveis.

O protagonismo dos países “desenvolvidos” nesse processo comparece com o interesse pelo financiamento de pesquisas e programas para identificar fontes de energia alternativas. Para tanto, é criada em 1974, a convite dos Estados Unidos e como resposta à institucionalidade da OPEP, a *International Energy Agency* (IEA), com a finalidade de coordenar internacionalmente as ações dos países compradores de petróleo, que tem muito a ver com as políticas energéticas (IEA, 2017)¹¹.

Nesse processo a hegemonia do capital distorceu o sentido da crise ambiental e energética, criando um discurso ambientalista de cunho empresarial, acomodando o discurso do controle das emissões de gases de efeito estufa para conter o aquecimento global e os danos ambientais. Em consequência, a transição energética é uma das estratégias desse ambientalismo do capital para

[...] tirar proveito das próprias contradições apontadas criticamente pelos movimentos sociais, como o movimento ambientalista, incorporando uma retórica ambiental, procurando, assim, emprestar legitimidade a uma nova matriz energética por meio da qual busca manter seu poder. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 335)

A legitimação da transição energética está à tona dos contornos de um novo regime de acumulação que começa a se estruturar a partir dos finais dos anos 1970, e com mais intensidade nos anos 1990, com as políticas de desregulamentação e liberalização, orientadas para o mercado sob comando do capital financeiro. O domínio do mercado e do capital fictício vai transformar em valor de troca a crise ambiental e climática,

¹¹ Atualmente a IEA está constituída por 29 países <https://www.iea.org/countries/membercountries/>.

aproveitando a legitimidade obtida nos relatórios¹², eventos¹³ e programas¹⁴ da Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições multilaterais¹⁵. As propostas surgidas focaram em proferir reformas por meio da orientação para o crescimento econômico com investimentos em energias renováveis, eficiência energética, conservação da natureza etc. (LANDER, 2011; CORNETTA, 2010).

Através da orientação para investimentos e inovações verdes, o desenvolvimento sustentável abre as portas para a utilização massiva de biomassa para a produção de agroenergia, o que em teoria aporta para a redução de emissões de GEE. Já, os estados passam a promover esses investimentos criando incentivos de mercado, por exemplo, com políticas nacionais de produção e uso de agrocombustíveis que fazem decolar a economia verde, materializada nos investimentos e inovações de capitais nacionais e transnacionais articulados corporativamente (MCMICHAEL, 2016; HOUTART, 2010).

Nesse âmbito, o capital e sua economia verde alicerçam desde o final do século XX, o controle de segmentos da agricultura através da volatilidade dos mercados alimentares para humanos e animais (ração), e agroenergia, especulando de acordo com a conjuntura do mercado que ofereça mais ganhos. Assim, a agricultura mundializada é a mais recente fronteira que o capital financeiro vai arranjar, logo de especular em outros setores (RUBIO, 2015; VERGOPOULOS, 2014). Nesse processo, os agrocombustíveis são contraditoriamente inseridos nas políticas de desenvolvimento rural como a oportunidade para fortalecer a agricultura, a soberania energética e alimentar, a criação de empregos verdes, a venda de créditos de carbono e a alavanca de mais um mercado para os produtos derivados de determinados cultivos (cana-de-açúcar, soja, palma de azeite etc.), o que ao final acaba flexibilizando a agricultura para subordiná-la ainda mais ao mercado e às corporações que controlam o processo produtivo mundializado das cadeias de valor global.

A gestão da crise pela via da liberação do mercado de produção e consumo de agrocombustíveis nos leva a aprofundar a análise da mundialização do capital financeiro no regime de acumulação e seus desdobramentos no regime alimentar dominado pelas corporações. Essa análise nos municia a compreendermos os impactos da acumulação

¹² Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland (1987).

¹³ Conferência sobre meio ambiente e o desenvolvimento RIO-92, Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável RIO+12.

¹⁴ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) criado em 1972, atualmente ONU Meio Ambiente.

¹⁵ Protocolo de Kyoto (1997) e Acordo de Paris (2015).

flexível na agricultura, deslocando a produção de matérias-primas agrícolas e a exploração do trabalho rural para o Sul Global.

1.2 A estruturação do regime de acumulação com dominação financeira

A crise do petróleo e a transição energética é um elo da crise estrutural do capital que reverteu em uma reestruturação orientada pelos princípios neoliberais de regulação através do mercado para conter os efeitos políticos e econômicos do *keynesianismo* do pós-guerra. Embora, como finalidade, estava a retomada do aumento das taxas de lucro, quer dizer, da acumulação, com uma menor regulação estatal, a mobilidade mundial do capital para deslocar os efeitos das crises de sobreacumulação e sobreprodução, e a reorganização, sob comando do capital financeiro, do sistema monetário internacional após a queda do acordo de Breton Woods (CORSI, 2010, p. 59)

A procura da saída da crise estrutural alicerçou ações vinculadas à reestruturação do capitalismo que rebateu no desmonte de políticas de bem-estar social que tinham respondido parcialmente às demandas da classe trabalhadora dos países do Norte e uma parte do Sul global. Atrelado a isso, colocou-se como exigência fundamental a desregulamentação dos mercados nacionais de trabalho, comércio e capital financeiro, com o objetivo de permitir a livre circulação de mercadorias e de capitais.

Segundo Chesnais (2002), a mundialização do capital alicerçada pelas políticas de liberalização, de desregulamentação e de privatização alavancou a emergência de um regime de acumulação diferenciado com dominância do capital financeiro dos países centrais (Estados Unidos, Europa Ocidental e alguns emergentes asiáticos como Japão, China e Coreia), na qual essa fração de capital protagoniza uma recuperação temporária e instável dos indicadores de acumulação. Os capitais fictícios que passaram a compor a esfera financeira fortaleceram sua autonomia diante da produção de valor, sendo que a consequência é uma economia mundial diferenciada pela instabilidade controlada, pautada pela formação de bolhas especulativas e o deslocamento de capitais ao vaivém do mercado de capitais (MÉSZÁROS, 2011, p. 698). Concomitante a isso, o Estado como estrutura institucional organizada mundialmente entre países centrais e periféricos, tem sido fundamental nesse regime emergente de acumulação, contrário aos postulados ideologicamente orientados pelo neoliberalismo contra a ação do Estado no mercado. Esta atuação pode ser identificada através das políticas neoliberais anticíclicas e regulatórias, voltadas para atrair o Investimento Estrangeiro Direto (IED) ou alavancar

capitais nacionais para a produção de bens e serviços a serem comercializados no mercado mundial (MÉSZÁROS, 2011; CORSI, 2010).

Nesse entendimento, a crise ambiental e climática como parte da crise estrutural e os desdobramentos para a configuração de um regime de acumulação, confluem como elementos conjunturais e estruturais da realidade histórica atrelada à resposta do capital para justificar a produção de agrocombustíveis, dominando a sociedade e a natureza para resolver parcialmente a sua dependência de energia oriunda do petróleo e em última instância reproduzir o capital. Contudo, o fato de privilegiar a agricultura como meio transformador da biomassa para extrair energia, amplifica as contradições no que se refere à apropriação da natureza como valor de troca, à questão agrária, à territorialização dos monopólios, à superexploração do trabalho e à soberania alimentar.

Retomaremos algumas das contradições enunciadas para construirmos uma análise tomando como fundamento estrutural o regime de acumulação e seus desdobramentos como regime alimentar, no qual têm protagonismo a fase de mundialização do capital do agrohidronegócio que acolhe os agrocombustíveis e as políticas de mudança da matriz energética. Nesse entendimento, elencamos a economia política por trás da produção de alimentos e agroenergia, reconhecendo o papel dos agrocombustíveis como meio para flexibilizar alguns cultivos e o processo de trabalho agroindustrial.

A crise dos anos 1970 do século XX e seus desdobramentos, ainda que estruturais, diferencia-se de outras crises por não ter se deflagrado como uma grande tempestade contida por uma reestruturação imediata, acompanhada de uma destruição massiva de capitais como ocorreu na primeira metade desse mesmo século. Segundo Mézáros (2011), o capital tem aperfeiçoado os métodos para a “administração das crises”, estendendo-as no sentido temporal e espacial (p. 696-697), o que significa que a “anormalidade” da crise se torna “normalidade” através de crises contínuas que são criadas pelos fluxos mundiais de capitais financeiros que configuram bolhas especulativas em diferentes países (dos alimentos, imobiliária, das empresas “.com”, do crédito e consumo etc.).

No entanto, isso não significa que as contradições sejam superadas, ao contrário, são submetidas e dinamizadas no *continuum depressivo* de uma “crise cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva última de uma crise estrutural cada vez mais profunda e acentuada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 697). Essa dinâmica da crise contínua não é obstáculo para a emergência de um regime de

acumulação, ainda em formação e sem perspectiva de longo prazo. De acordo com Chesnais (2001, 2002), esse regime emergente está alicerçado pela retomada das taxas de lucro para os capitais fictícios mundializados, espelhados nas ações, títulos de dívida e créditos investidos em setores que garantem a sua autorreprodução.

O conceito de regime de acumulação oferece aos nossos objetivos uma perspectiva mundial da mobilidade do capital e sua expressão geográfica na relação entre estados, agências multilaterais, capital financeiro, corporações transnacionais etc. Isto é, permite-nos abstrair a relação dominante Capital-Estado nas formas históricas de acumulação, ou seja, possibilita-nos compreender a atualidade do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo no tocante à agricultura mundial, enxergando através da sua mundialização e apropriação da natureza a exploração do trabalho (OLIVEIRA, 2016; THOMAZ JUNIOR, 2009; HARVEY, 2005; SMITH, 1988).

A análise da agricultura esteia o entendimento da fase atual da reestruturação produtiva via mobilidade do capital para controlar terra, água e trabalho, especialmente em países do Sul Global. Eis a dinâmica mundializada do agrohídronegócio, que no intuito de estabelecer empreendimentos agroindustriais monopoliza terras e, ao mesmo tempo, analisa estrategicamente o acesso e controle da água para a irrigação e processamento agroindustrial, o que em consequência fixa territorialmente o controle do tecido social (THOMAZ JUNIOR, 2010).

O conceito de regime de acumulação é oriundo da teoria da regulação da década de 1970 que objetiva analisar historicamente as mediações institucionais que regulam ou organizam as formas hegemônicas de acumulação de capital em determinado período histórico. Reconhecer o poder e a mudança histórica como eixos da análise, posicionam essa teoria no leque heterodoxo, da mesma forma que essa teoria se destaca pela compreensão das relações de poder interestatais, porém dá importância à geopolítica, às mudanças históricas produto das crises que reconfiguram os espaços de concentração e centralização do capital, à relação capital-trabalho, à hegemonia de determinadas frações de capital e às contradições e mudanças causadas pelas lutas políticas e de classe (BRENNER e GLICK, 2003).

Contudo, a proximidade teórica entre a teoria da regulação e a teoria marxista tem subsidiado algumas propostas de análise da reestruturação do capital nas últimas quatro décadas. Em referência a isso, Brenner e Glick (2003) fazem um balanço teórico e histórico da escola da regulação e sinalizam algumas linhas de similaridade com o marxismo. Estes autores apontam que ambas as teorias estão sustentadas na atenção aos

fatos e mudanças históricas, assim como existe uma similitude entre conceitos como modo de regulação e regime de acumulação, com os conceitos de relações sociais de produção e forças produtivas, respectivamente. Todavia, destacam que a maior proximidade está na compreensão das mudanças históricas como produto social das lutas políticas e de classe, rejeitando a teleologia da história.

Embora compareçam diferenças, a proximidade é fundamento para o diálogo cruzado entre a análise do capitalismo e a relação capital x trabalho. Nesse entendimento, Chesnais (2001, 2002, 2003) encontra no conceito de regime de acumulação alguns fundamentos para interpretar as fases da mundialização recente do capital financeiro, com o propósito de abordar as formas de regulamentação hegemônica que os países centrais têm construído para se deslocar mundialmente, ao tempo que exploram e submetem politicamente os países da periferia. O autor justifica essa relação através da aproximação entre regime de acumulação e a ideia marxiana de “superação momentânea dos limites do modo de produção capitalista”, destacando o caráter temporal e espacial (CHESNAIS, 2002, p. 1).

Nesse sentido, o tempo constitui o regime visando na “estabilização temporária das condições de acumulação” (CHESNAIS, 2002, p. 14) e o espaço expressa os limites/possibilidades e polaridades da mobilidade de capitais na procura de locais para territorializar seus investimentos e se valorizar. Deste modo, o autor ressalva a proposta de Boyer sobre o regime de acumulação e seus três elementos: a acumulação é determinante da dinâmica do conjunto, porém, não está determinada unicamente pelo mercado e a concorrência. Para tanto, dá importância às instituições e às formas estruturais, ou seja, as formas de controle e consenso individual e coletivo (BOYER, 1988, p. 111 apud CHESNAIS 2002, p. 14). Quer dizer, tanto no regime quanto no modo de produção, o tempo e o espaço são estruturas oriundas das forças sociais, agindo na luta de classes. É por isso que o regime vai ser uma construção espaço-temporal produto das relações sociais estruturadas, para além das forças “invisíveis” do mercado e da concorrência, e aquém das instituições e formas estruturais que determinam e reproduzem as práticas coletivas e individuais.

Outro elemento destacado por Chesnais (2002; 2003), das análises regulacionistas é a ordem política internacional e suas assimetrias como fundamento do imperialismo. Na dominância do capital mundializado, os Estados, segundo a interpretação ortodoxa, agem como agentes econômicos que lançam sinais com o intuito de se tornarem atrativos dos IED. No entanto, essa interpretação desconhece a hierarquização política no interior

da organização da economia mundial, isto é, como o capital se centraliza e concentra na forma de capital financeiro ou monopólico protegido pelas políticas econômicas nacionais dos Estados. Essa é a forma de intervenção da dupla Capital-Estado na configuração de instituições e atuações nacionais ou multilaterais, reproduzindo a hierarquia das “economias nacionais dominantes” sobre as “economias nacionais dominadas”. Eis a proposta para compreendermos a totalidade como “sistema das relações entre governos e as relações entre classes sociais na mundialização do capital” (CHESNAIS, 2001, p. 13).

Dessa construção teórica emerge a proposta de regime de acumulação com dominação financeira ou financeirizado, o qual se distingue por dois elementos. O primeiro deles destaca a importância do aumento das receitas resultantes da propriedade de títulos de divisas e ações, o que significa uma estratégia para a transferência de renda, seja através das receitas oriundas de taxas de juros sobre títulos de dívida pública, seja pela governança corporativa (*corporate governance*), fundamentada no mercado de ações, colocando a organização empresarial à mercê dos investidores e seus interesses de lucro exponencial especulativo. Isto é, os capitais fictícios entram para comandar o processo produtivo de maneira externa, organizando estruturas de gestão e avaliação, nas diferentes fases da produção. Neste caso o peso da dominação financeira recai sobre a superexploração da classe trabalhadora, que terá que responder aos indicadores de produtividade exigidos para garantir a reprodução dos capitais fictícios.

O segundo elemento identifica o poder político econômico centralizado através da regulação das instituições multilaterais, esse poder está articulado pelas normas (consensos, relatórios, sanções etc.) das instituições multilaterais financeiras como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos de fomento regionais, para o caso da América Latina o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Assim mesmo, nas décadas de 1980 e 1990 foram alavancadas instituições de regulação do comércio mundial, particularmente dando trânsito ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), criado em 1947 e modificado em diferentes rodadas até 1994, para a Organização Mundial do Comércio (OMC), órgão que a partir de 1995 tem aumentado o número de países participantes passando de 128 para 164.

É assim que o regime de acumulação fundamentado na dominação financeira está sustentado na mundialização do capital em geral, orquestrada, pois, pela hegemonia econômica e política dos Estados Unidos e Reino Unido, além de países como Alemanha e Japão. Embora, essa hegemonia tem sido desafiada no século XXI pela emergência de

potências econômicas, alguns agrupados nos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), que antes de conter, alavancam a mundialização.

[O regime] é efetivamente mundializado, no sentido em que seu funcionamento exige, a ponto de ser consubstancial a sua existência, um grau bastante elevado de liberalização e de desregulamentação não apenas da finança, mas também do investimento externo direto (IED) e das trocas comerciais. Essas medidas não devem ser impostas somente nos países onde o novo regime de acumulação foi implantado. Elas devem ser impostas em todos os lugares. (CHESNAIS, 2003, p. 52)

Em síntese, o regime de acumulação vem configurando uma ordem mundial dominada pelo capital financeiro e agenciada pelos Estados centrais-periféricos. No tocante à agricultura, sua finalidade é expandir e reproduzir o sociometabolismo do capital por meio da sua capacidade para deslocar e mundializar o processo produtivo agroindustrial, espoliando terra, controlando o uso e acesso à água, explorando trabalho e espalhando ideologicamente a imagem do desenvolvimento sustentável.

1.2.1 Regime de acumulação, capitalismo verde e agroenergia

Os fundamentos sociometabólicos do capitalismo verde envasam o projeto de expansão da produção mundial de *commodities* e agrocombustíveis, essa é a mais recente e remanejada promessa de reforma pelo capital, a qual renova a promessa da Revolução Verde, apresentando-se como modelo de desenvolvimento protagonizado pelas corporações para alimentar a população mundial e cuidar do meio ambiente, reduzindo emissões de GEE.

No entanto, essa é mais uma das fronteiras do capital para alavancar a sua valorização, apropriando-se da natureza e do trabalho, por meio das inovações sócio-metabólicas que criam sinais para os capitais de IED, mercados de créditos de carbono, flexibilizam a utilização das lavouras e seus subprodutos, justificam a inserção de técnicas e tecnologias modernas no processo de trabalho, além de criarem os nomeados empregos verdes que engajam ideologicamente aos sujeitos como parte da estratégia ambientalista do capitalismo. Nessa lógica de acumulação a biomassa é a mais recente fronteira de domínio da natureza pelo capital para resolver a sua crise energética oriunda da dependência do petróleo, ao mesmo tempo em que tenta resolver os limites à acumulação expostos pela crise estrutural, demonstrando mais uma vez a sua incontornabilidade e destrutividade intrínsecas (MÉSZÁROS, 2011). Essa conjuntura coloca a agroenergia

como um dos principais projetos de apropriação capitalista da biomassa para alavancar a transição energética controlada pelo bloco técnico-científico-agroindustrial-financeiro-midiático, com desdobramentos na criação de associações nacionais e internacionais de agrocombustíveis, fundos internacionais de financiamento, políticas e programas de produção e uso, pesquisas acadêmicas e produção midiática (MCMICHAEL, 2016; BARRETO, 2013; PORTO-GONÇALVES, 2008).

O etanol e o agrodiesel fazem parte da primeira geração de agrocombustíveis, oriundos de culturas oleaginosas e gramíneas, presentes historicamente na base da alimentação da população mundial, seja pela via de alimentos e plantios tradicionais consumidos em redes de curta distância, seja como matérias-primas (*commodities*) para a produção de alimentos industrializados e distribuídos mundialmente. Esses cultivos são: cana-de-açúcar, palma de azeite ou dendê, soja, milho, beterraba, canola, sorgo, jatropha (ou pinhão manso) etc. (MOREIRA, 2016; HOUTART, 2014; THOMAZ JUNIOR, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2008).

A biomassa apropriada pelo valor de troca no capitalismo passa a se transformar em mais uma fonte de recursos renováveis diante do petróleo como recurso não renovável. Segundo Moreira (2016a), a biomassa é um recurso disponível em qualquer canto da terra, enquanto que o petróleo é um recurso seletivamente localizado. O autor está sinalizando que a biomassa está presente “onde haja fotossíntese e água suficiente”, disso deriva a sua importância estratégica que alicerça interesses que buscam resolver um problema central, ou seja: o “meio técnico passível de transformá-la economicamente em energia” (MOREIRA, 2016a, p. 161). Isto é, fazer com que as forças e relações de produção se reproduzam nas condições ótimas com disponibilidade de fatores como são o trabalho, a terra, a água e a radiação solar, estes últimos especialmente concentrados nas zonas tropicais e subtropicais (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Essas condições põem em destaque a expansão do capital sustentada no poder político e econômico do Estado e a imprescindibilidade das instituições multilaterais, político-financeiras. Essa articulação é a base da ordem mundial baseada na ideologia do desenvolvimento, que prescreve os limites da natureza como limites ao crescimento econômico. Nessa ordem, a ciência e a técnica têm um papel destacado, já que muitas das pesquisas e desenvolvimentos estão sob o controle do capital, sendo que, no caso da agricultura o aumento de produtividade está atrelado ao aprimoramento de sementes e na dependência de insumos químicos (muitos destes subprodutos do petróleo) ou

agroquímicos e, mais recentemente, com a bioengenharia para a produção de Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

As fronteiras para a acumulação do capital na qual estão envolvidos os agrocombustíveis, estão imaterialmente configuradas pelo conhecimento humano, espelhado na sua forma moderna de ciência e técnica com o fim de modificar ou melhorar as culturas e seu processamento para inseri-las no circuito produtivo de energia para os humanos (alimentos processados) e/ou para os automóveis (agrocombustíveis). Assim mesmo, estão materialmente representadas nas fronteiras agrícolas localizadas na periferia mundial, onde têm terra plana, disponibilidade hídrica e suficiente radiação solar para as monoculturas, e onde ainda existem sistemas produtivos camponeses e de comunidades originárias e tradicionais, muitos dos quais são alheios às relações de produção capitalista, e que acabam sendo desterrados e/ou explorados pelo processo agroindustrial monocultor territorializado (THOMAZ JUNIOR, 2013).

Contudo, nas últimas três décadas a mobilidade mundializada do capital vem se deslocando entre setores econômicos, nos quais o agrohidronegócio se envolve na trama política que justifica o avanço dos empreendimentos que se fundamentam novamente sobre os discursos de desenvolvimento e crescimento econômico dos países periféricos. Tais discursos ancoram-se no aumento da produtividade para que os países do Sul Global atraiam os investimentos (IED) para se inserir nos mercados mundiais de alimentos, de carbono, de agrocombustíveis, e da especulação e manipulação do capital financeiro.

Isto é, pela via do discurso e das políticas nacionais e internacionais de financiamento e investimento impõem-se as mudanças na matriz energética nacional para concretizar a pretendida soberania energética diante da flutuação internacional dos preços do petróleo e os compromissos ambientais dos países nos protocolos internacionais sobre o clima¹⁶. Como supracitado, os agrocombustíveis fazem parte das energias renováveis e vão somar junto com as energias oriundas de fontes como água, ar, sol, geotérmica etc. Sobre esse aspecto, REN21¹⁷ (2017) apresenta dados do aumento exponencial da produção de agrocombustíveis no período 2004-2013, sendo que, em 2004 no mundo todo se produziam 30,9 bilhões de litros de agrocombustíveis, dos quais 28,5 bilhões de litros foram etanol e 2,4 bilhões de litros agrodiesel. Já, para 2013 o crescimento foi de

¹⁶ Protocolo de Kyoto (1995) e Acordo de Paris (2015).

¹⁷ A Renewable Energy Policy Network for the 21st Century (REN21) é uma associação sem fins lucrativos que se baseia nos princípios do Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP em inglês e PNUMA em português).

267%, ou seja, foram produzidos 113,5 bilhões de litros de agrocombustíveis, desagregados em 87,2 bilhões de litros de etanol e 26,3 bilhões de litros de agrodiesel (REN21, 2017a, p. 8).

O avanço do nomeado capitalismo verde através dos agrocombustíveis no mundo, vai elencar a organização temporal e espacial da utilização da ciência e da técnica ao serviço do capital, do agrohidronegócio, Isso, pois, pela via da modificação genética dos ciclos naturais das lavouras e do controle dos riscos ambientais oriundos de pragas, fungos etc. Esse conjunto de inovações tecnológicas, organizacionais e sociometabólicas norteiam a reestruturação produtiva para controlar o trabalho e a natureza (ALVES, 2011, p. 40), expressiva na utilização de OGM, da microeletrônica e as tecnologias da informação para aprimorar a mecanização do plantio e o agroprocessamento. Tudo isso desemboca em formas do controle da mobilidade do trabalho de homens e mulheres para venderem a sua força de trabalho e/ou produto do seu trabalho na terra, sendo que, na maioria das ocorrências, em condições precárias, de superexploração, até de condições análogas às de escravidão. Como exemplo deste discurso do desenvolvimento que abriga todas essas contradições, os pesquisadores ao serviço do Banco Mundial afirmam:

As recentes inovações em melhoramento genético, lavoura, preparo do solo e utilização de tecnologias da informação podem facilitar a supervisão do trabalho e *reduzir* as deseconomias de escala de grandes operações. As variedades resistentes a pragas e herbicidas incentivaram a ampla adoção de nenhum preparo do solo, a redução do número de passos no processo produtivo e a diminuição da intensidade do trabalho, o que tem permitido o manejo de áreas maiores. A possibilidade de utilizar maquinaria guiada por GPS substituiu o trabalho do motorista e permite diminuir a relevância da supervisão do trabalho. (DEININGER; BYERLEE, 2011, p. 8, tradução nossa)

Decorrente disto, concluímos que o agrohidronegócio é um elo de importância na mobilidade do capital no regime de acumulação de dominação financeira, enquadrando os investimentos de capitais especializados no setor e também daqueles que especulam em diferentes mercados (fundos venture, capitais de risco e outros.). Ao mesmo tempo, o agrohidronegócio tem se articulado à pretendida regulamentação global do comércio através da OMC, alicerçando a destruição voraz das forças e relações produtivas presentes nos territórios onde localizam seus investimentos. Nesse sentido, é preciso complementar os entendimentos do regime de acumulação com o da agricultura através da economia política da produção e troca de alimentos, a qual integra dialeticamente a

produção de agrocombustíveis. Portanto, para continuarmos a nossa argumentação vamos adentrar na proposta dos regimes alimentares (MCMICHAEL, 2016; 2009).

1.3 O Regime alimentar corporativo: alimentos, agroenergia e ambiente

Como colocado, consideramos que a proposta analítica do regime de acumulação complementa-se com a do regime alimentar, para analisarmos a mundialização da agricultura na dialética alimentos x agrocombustíveis. Nesse contexto, focamos nas relações alimentares internacionais que configuram a ordem mundial de produção, circulação, troca de alimentos e agrocombustíveis que garantem a acumulação e desenvolvimento desigual do capital.

A proposta analítica dos regimes alimentares surgiu na década dos anos 1980 no contexto da reestruturação alimentar mundial, passando a considerar tanto a questão espacial das relações alimentares mundiais, quanto a temporal, elencando a ordem mundial da relação Capital-Estado atravessada pelas relações coloniais e imperialistas (MCMICHAEL, 2016, p. 13 et seq.). Por trás desse arcabouço comparecem as instituições e normas (*de jure* e *de facto*) que regulamentam a ordem alimentar internacional para a acumulação de capital pela via de apropriação de mais-valia e de renda da terra (MCMICHAEL, 2016; ARAGHI, 2003). Em consequência, o regime alimentar dá conta da economia política mundial dos alimentos identificando historicamente três regimes, concomitantes com os regimes de acumulação de capital.

O primeiro regime comparece, segundo McMichael (2016, 2009), como o resultado da intensificação da mundialização da agricultura sob a hegemonia europeia alguns anos antes do final do século XIX, especificamente na década de 1870, atrelado ao livre-comércio e os capitais concentrados e centralizados na Europa. Esse regime eurocêntrico da divisão internacional do trabalho estava comandado pela Grã-Bretanha como potência colonial, a qual se autodenominava como a “oficina do mundo” (*workshop of the world*), no sentido de ter se especializado na transformação industrial das matérias-primas. Tanto é que a periferia não industrial, localizada fora da Europa, estava conformada pelas colônias, protetorados e países soberanos que configuravam a “granja do mundo”, provendo o mercado mundial com mercadorias e matérias-primas oriundas da agricultura e da pecuária. Essa ordem garantiu o abastecimento de alimentos produzidos por camponeses e/ou colonos a preço baixo, constituindo uma dieta baseada em produtos tropicais (açúcar, azeite de palma, café, chá, bananas etc.), grãos e carne para

a burguesia e para as classes trabalhadoras proletarizadas na Europa, oriundas do processo de industrialização. A agricultura colonial estava baseada na expansão da fronteira agrícola ultramarina, subordinada ao poder urbano-industrial europeu como fornecedora ora de energia, via produção de alimentos, ora de extração de matérias-primas para a indústria.

De acordo com os especialistas (MCMICHAEL, 2016; OTERO, 2013), esse primeiro regime se estende até às três primeiras décadas do século XX, afetado pela decadência da hegemonia inglesa e a crise capitalista internacional de 1929. A partir da década de 1930 começa a transição para o segundo regime, agora sob o poder imperial dos Estados Unidos. Nessa sequência, no período do pós II Guerra consolida-se a hegemonia estadunidense no regime de acumulação, apoiada no poder militar, político e econômico.

Destaca-se nesse outro regime alimentar a criação de políticas econômicas protecionistas na agricultura. Tais políticas se fundamentavam nas salvaguardas para favorecer os EEUU, para impedir a importação de produtos agrícolas que afetassem a produção agrícola nacional por meio de subsídios agrícolas, assim mesmo, alavancavam a difusão do seu modelo de desenvolvimento agrário como estratégia política e econômica para vender os seus excedentes no mercado mundial e o pacote técnico e tecnológico da Revolução Verde.

Por conta disso, a hegemonia estadunidense cuidava do mercado nacional com subsídios para capitais nacionais e dominava o regime agroalimentar mundial pela via de políticas de ajuda incluídas nos programas de ajuda e assistência para países subdesenvolvidos, garantindo, de um lado, a influência imperialista durante a guerra fria, e, do outro, direcionando ao mercado mundial os excedentes de grãos sob princípios estratégicos de ajuda para a paz e a democracia. De fato, por meio da *Public Law 480* de 1954, conseguiu-se utilizar os alimentos como arma política e militar para alimentar a população em países do denominado “terceiro mundo”, colocando-os na órbita norteamericana, e conter as revoltas sociais, especialmente as camponesas, e a organização de guerrilhas comunistas vinculadas ao modelo marxista-leninista da União Soviética, maoísta da China, ou socialista de Cuba (RUBIO, 2016; MCMICHAEL, 2009).

A PL480 também alavancou a mundialização de capitais agroindustriais e comerciais estadunidenses, os quais recebiam empréstimos em moeda local oriunda dos pagamentos dos países compradores de alimentos. Dessa maneira, alguns capitais conseguiram instalar sua infraestrutura produtiva no “terceiro mundo”, difundindo o

pacote tecnológico da Revolução Verde (RUBIO, 2015, p. 44). Houve outros países da órbita estadunidense que implementaram políticas desenvolvimentistas, tendo como referência o modelo de promoção da agroindústria nacional, uso do pacote tecnológico e, por recomendação de instituições multilaterais, a realização de reformas agrárias institucionais para conter revoltas, solucionar a questão agrária, possibilitar os investimentos de capital e alavancar a produção de alimentos para a população, especialmente urbana.

Além disso, fortaleceram-se empresas estadunidenses que recebiam subsídios e se especializaram em armazenagem e comercialização mundial de grãos. Como colocado por Rubio (2016, p. 56, tradução nossa) em meados do Século XX: “cinco empresas se constituíram nas maiores corporações voltadas para a agricultura, em particular, mas não de forma exclusiva, nos cereais: Cargill, Continental Grain, Bunge, Dreyfus e André Garnac”. A disponibilidade internacional de grãos alavancou desde os anos 1970 o fortalecimento de cadeias globais de abastecimento para a indústria, tecendo complexos transnacionais alimentares vinculados ao processamento industrial e ao comércio de energia nas duplas grãos/carboidratos (alimento humano), e grãos/proteína animal (ração) que vão fortalecer os monopólios das corporações e os capitais financeiros mundializados.

No entanto, a ordem alimentar mantida pela hegemonia dos Estados Unidos defrontou sua crise desde os anos 1970 nos âmbitos político e econômico, sem comprometer a sua supremacia militar. Essa crise se manifestou através da perda de poder financeiro baseado na convertibilidade ouro/dólar, da perda do controle dos preços do petróleo, da derrota política para o Vietnã, das revoltas mundiais de 1968 contra seu poder político, e, principalmente, da perda do protagonismo como maior exportador de cereais diante de países como Canadá, França, Argentina, Austrália, Alemanha, China e Brasil (RUBIO, 2015, p. 89-90).

Contudo, a crise de hegemonia estadunidense é mais um elo da crise estrutural do capital que vai alicerçar a implementação do neoliberalismo, marcadamente, com a diminuição da intervenção do Estado no mercado, em detrimento de maior protagonismo das Corporações. Ou seja, a ação conjunta do capital e o Estado vai outorgar mais importância ao mercado mundializado de capitais e de mercadorias, isto para que as corporações alimentares reorganizem sua estrutura em torno de uma rede mundial, controlando geograficamente os segmentos das cadeias de valor global de alimentos e agroenergia desde o plantio até o varejo.

Nesse contexto, emerge o terceiro regime alimentar ou regime corporativo que começa a se esboçar entre os anos 1980-2000 apoiado na arquitetura neoliberal de desregulamentação de mercados e na mobilidade mundializada do capital. Esse regime é produto do trânsito de um regime alimentar no qual as relações internacionais estavam baseadas na “exportação bilateral politicamente administrada de excedentes de alimentos e tecnologias agroindustriais” (MCMICHAEL, 2016, p. 74), para um regime em formação no qual o capital, especificamente o capital financeiro investido em corporações multinacionais, vai ter o poder para controlar as relações mundiais de produção e circulação de alimentos. Ou seja, controlar o mercado mundial de energia para humanos (*food*) e animais (*feed*), e, no século XXI, o novo mercado mundial de agroenergia (*fuel*) para automóveis.

Salientamos que o regime alimentar corporativo está submerso na dialética do processo de consolidação do regime de dominância financeira, devido ao fato de que desde os 1970 está administrando as crises sequenciais do capital por meio da especulação financeira. Segundo os postulados teóricos e empíricos, a estabilização da reprodução ampliada do capital ainda não se estrutura como um regime pleno, sendo que, isso acontece principalmente devido à instabilidade própria do capital financeiro que se desloca espacial e setorialmente procurando lucro. Em consequência, essa mobilidade cria bolhas especulativas, utilizando os seus nexos com o Estado para injetar créditos e influenciar decisões que defendem os interesses privados nas instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (MCMICHAEL, 2016, 2009; CHESNAIS, 2001).

Entretanto, nesse processo de possível consolidação do regime de acumulação para conter as crises periódicas, se fortalece o comando do bloco de poder técnico-científico-agroindustrial-financeiro. Bloco beneficiado pela implementação das políticas neoliberais desde a década de 1980, reproduzindo um projeto que se propõe instaurar uma ordem mundial baseada no mercado para manter a tendência à mobilidade mundial do capital, atuando junto ao Estado como a instituição que regulamenta política e economicamente a favor dos monopólios das corporações. A estrutura organizacional desse projeto atrela instituições financeiras internacionais (IFI) que atuam como assessores internacionais dos países credores do Sul Global para fazerem ajustes estruturais e setoriais no intuito de desregulamentar, privatizar e liberalizar dando abertura ao investimento de capitais industriais, agroindustriais, financeiros e comerciais (FMI, Banco Mundial etc.).

Já o deslocamento da regulamentação do Estado para o mercado, no que tem a ver com o comércio mundial, terá à frente, desde 1995, a OMC como a instituição multilateral que vai regulamentar as rotas alimentares transnacionais. Para isso, durante a reestruturação do GATT entre 1986 e 1994, no Uruguai, a agricultura foi classificada como setor que produz bens, os quais podem ser regulamentados pelas condições de livre comércio internacional, o que em teoria acabaria com o protecionismo agrícola dos países do Norte Global e os subsídios, tarifas e normas fitossanitárias.

Diferentes autores (RUBIO, 2016; MCMICHAEL, 2016; THOMAZ JUNIOR, 2009; MACHADO, 2002) afirmam que esse novo formato organizativo reforçou a polaridade Norte-Sul, no qual os países do Norte agrupados especialmente na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e no bloco G-7¹⁸ mantiveram políticas econômicas de proteção, seja por meio de preços *dumping* para vender no mercado internacional seus excedentes (grãos, laticínios, fibras, carne e produtos processados de milho e soja), ou seja, com barreiras comerciais para impedir a entrada de produtos mais baratos aos seus mercados nacionais ou regionais. Do outro lado os países do Sul foram compelidos desde os anos 1980 a adotar políticas de agroexportação de produtos não tradicionais, quer dizer, para além dos produtos agrícolas tradicionais com os quais tinham se inserido na divisão internacional do trabalho do século XX. Nessa configuração aparece o grupo dos novos países agrícolas ou *New Agricultural Countries* (NACs), alguns localizados no Sul da Ásia e na América Latina, os quais se reestruturaram internamente para sediar os investimentos agroindustriais, tanto estrangeiros quanto nacionais, como elos das cadeias de valor global agroalimentar, produzindo matérias-primas e/ou processamento de alimentos. Deste modo o capital protagoniza as novas condições para os investimentos, avaliando diretamente ou por meio de agências de avaliação do risco as condições fiscais, a infraestrutura, as normas para exportar e a disponibilidade de terra, água e força de trabalho para o plantio de *commodities* ou monoculturas promissoras como a soja, a cana-de-açúcar e a palma de azeite (MCMICHAEL, 2016, p. 74).

O Sul e o Norte organizados como blocos de países mantiveram uma disputa assimétrica nas negociações durante a Rodada Uruguai para substituir o GATT e dar passo à OMC. É importante salientar que a agricultura na nova institucionalidade do comércio mundial regulamentado pela OMC foi classificada como um setor que produz

¹⁸ Grupo criado em 1976 pelas 7 maiores economias do mundo: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália Japão e Reino Unido.

bens, ou seja, produz mercadorias que podem ser trocadas no mercado mundial, sendo que desde o pós-guerra os acordos comerciais internacionais a excluía das negociações entre países, considerando esse tratamento especial por razões de “segurança alimentar surgidas na Segunda Guerra Mundial” (MACHADO, 2002, p. 109, tradução nossa).

O bloco hegemônico constituído no seio da OMC pelos Estados Unidos e a União Europeia enfrentou as propostas do Grupo de Cairns, estabelecido em 1986 e composto por países agroexportadores, majoritariamente do Sul Global e com diferentes níveis de desenvolvimento, os quais não tinham políticas de subsídios para a produção agrícola¹⁹ e exigiam maior liberalização do mercado para vender seus produtos nos países industrializados. Outros grupos atuantes foram constituídos pelos países em desenvolvimento não vinculados ao Grupo de Cairns, importadores de alimentos e pouco poder de negociação, e os países emergentes como a Coreia e o Japão que defendiam as suas políticas protecionistas para o arroz (MACHADO, 2002, p.110).

Em síntese, a regulamentação do comércio mundial sob os cuidados da OMC vai representar a ordem de países do Norte, protecionistas, por excelência, e sede de capitais agroindustriais multinacionais que deslocam seus investimentos para os países do Sul. Essa mobilidade os leva a impulsionar a abertura de fronteiras (comerciais e agrícolas) para oferecerem garantias aos planos de expansão de capitais que aprofundam a subordinação da agricultura através do “controle corporativo de sistemas alimentares domésticos do Sul (incluindo sementes, fertilizantes e setores de insumos químicos)” (MCMICHAEL, 2016, p. 75).

Desse modo, podemos afirmar que no regime alimentar corporativo a mundialização do capital do agrohidronegócio está fundamentada em formas institucionais mutuamente dependentes que representam a ação conjunta entre capital-Estado. De um lado estão as corporações, bancos e fundos de investimento, suportadas na regulação hierárquica do comércio mundial sob comando da OMC, o Banco Mundial e outras instituições de fomento ao desenvolvimento. Do outro lado estão os estados, acolhendo os interesses de classe por meio de representantes do agrohidronegócio como parte do bloco no poder, garantindo sua representação política na estrutura burocrática formal dos ministérios, secretarias, bancadas no legislativo. Inclusive, esses interesses de

¹⁹O Grupo foi criado em 1986 na cidade de Cairns (Austrália) para exercer pressão nas negociações do GATT. Foi conformado por 17 países: Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nueva Zelândia, Paraguai, Filipinas, Sul África, Tailândia e Uruguai.

classe se impõem por meio do *lobby*, prática para exercer pressão, consenso político, e a manipulação midiática para a reprodução ideológica com fins hegemônicos

Portanto, o Estado é tomado pelo bloco no poder, composto em parte por representantes de frações do capital que lutam e fazem alianças de classe para assegurar “o poder sobre os diferentes tipos de capital [econômico, simbólico, social e cultural] e sobre sua reprodução” (BOURDIEU, 2008, p. 100). Inclusive, a captura do Estado por frações do agrohidronegócio comparece nos governos da América Latina nas últimas décadas, ora de esquerda ora de direita, na forma de adoção do “consenso das *commodities*”, uma estratégia política de desenvolvimento para aproveitar os altos preços internacionais de *commodities* agrícolas e minerais (SVAMPA, 2013).

Em consequência, nas últimas décadas consolidou-se mais uma fase da economia, alicerçando a reprimarização dos países latino-americanos com a exportação de mercadorias de baixo valor agregado oriundas de atividades extrativas (mineração e agricultura) ou maquilas para os países de Norte e emergentes do Sul Global (China, Rússia e Índia). Acrescenta-se a lógica destrutiva da natureza via exploração “de recursos naturais, em grande parte não renováveis, além da expansão das fronteiras para territórios considerados em outros períodos como ‘improdutivos’” (Ibid., p. 34, tradução nossa).

Deste modo, o regime corporativo acolhe o pacto das *commodities* na dialética alimentos x agrocombustíveis para alicerçar a financeirização da energia (alimentos e/ou combustíveis) ao disponibilizar antigos e novos setores de investimento para o capital fictício compromissado com o desenvolvimento limpo, sustentável, verde e outros tantos adjetivos criados com fins políticos e econômicos de cuidar do meio ambiente. Isto é, a financeirização da energia constitui um leque no qual comparecem soluções do capital, tanto para alimentar o mundo, quanto para fazer os “reparos” das degradações ambientais com base em lógicas compensatórias” sustentadas nos créditos de carbono trocados entre países mais e menos poluentes, tudo isto, objetivando novas fontes de taxas de lucro (CORNETTA, 2010, p. 91).

Assim termina se equacionando a interdependência capitalista entre alimentos, agroenergia e ambiente, contido no projeto dos agrocombustíveis, caracterizado segundo McMichael (2009, p. 826) por manter

[...] a tentativa enganosa da revolução verde de ‘alimentar o mundo’ por meio de produtos químicos e de biotecnologias, subordinando ainda mais a agricultura a produzir combustíveis para os padrões de consumo energético-intensivos de uma minoria mundial.

E agrega

[A] substituição perversa de culturas alimentares para culturas de combustível, impulsionada pelas corporações, converteu a agricultura em um ramo do complexo energético-industrial aprofundando a fetichização da agricultura como fonte de lucro, em vez de reconhecê-la como uma fonte de vida (Ibid., tradução nossa).

Esse projeto dos agrocombustíveis tem se espalhado rapidamente pelo mundo nos últimos 10 anos, sendo que em 2004 apenas 10 países tinham políticas de produção e utilização de agrocombustíveis e já para 2014 esse número passa para 63 países (REN21, 2017a, p. 8). Porém, os agrocombustíveis compõem como mais uma faceta do mercado mundializado de energia constituído por alimentos (*food e feed*), agroenergia (*fuel* e energia elétrica oriunda da queima de biomassa) e atrelado à agroindústria que utiliza matérias-primas oriundas de monocultivos como a cana-de-açúcar e milho para o etanol; soja, palma de azeite, canola e girassol para o agrodiesel. Tudo isso condiz com que no regime alimentar corporativo a produção de agrocombustíveis seja integrada dialeticamente ao metabolismo do capital na tentativa de explorar e transformar a natureza sob um regime que controla corporativamente as mercadorias da energia produzidas via agroindústria, seja da energia contida nos alimentos para humanos e animais, seja da agroenergia para a locomoção de veículos (automóveis, ônibus, caminhões etc.) ou para múltiplos usos como a energia oriunda da queima de biomassa (bagaço) para a produção de energia elétrica.

Além disso, os agrocombustíveis se integram como parte do leque de mercadorias “verdes”, devido à capacidade de reduzir a emissão de GEE e a captura, na fase agrícola, de quantidades de carbono. Ambas são medidas como créditos de carbono, ou seja, o capital consegue criar mais um valor de troca para o pagamento de serviços ambientais no mercado mundializado de carbono. Isto é, os agrocombustíveis compõem como um Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no cenário das mudanças climáticas por meio da redução de emissões de GEE contempladas tanto no Protocolo de Quioto, discutido e negociado em 1997, mas que entrou em vigor só em 2005, quanto no de Paris negociado em 2015.

Para isso, a mobilidade mundializada do capital do agrohidronegócio na produção de energia (alimentos e/ou agroenergia) e da redução de emissões de GEE tem recebido as garantias para a territorialização das corporações, balizadas pelo controle de terra e de água, assim como da exploração de força de trabalho. Para entendermos essas facetas, é necessário amplificar o entendimento da agricultura na produção de múltiplas mercadorias utilizadas pelo capital para se reproduzir, ora complementando ora

substituindo a finalidade alimentar de alguns cultivos (HOUTART, 2010). Ou seja, não podemos tratar separadamente os monocultivos para a produção de agrocombustíveis sem destacar as outras finalidades possíveis e complementares que o capital efetiva para lucrar em diferentes mercados como o alimentar, o dos agrocombustíveis e o ambiental.

Isto é, o capital está flexibilizando a produção de mercadorias extraídas e/ou processadas da agricultura de acordo com os valores de troca. Essa tendência transparece nos destinos e finalidades dos investimentos de capital para a agricultura entre 2000 e 2017, de acordo com os dados coletados e disponibilizados no LAND MATRIX²⁰. Esses dados, ainda que parciais²¹, ajudam na representação de uma parcela dos investimentos mundiais em agricultura, dado que o objetivo desse projeto independente é o monitoramento das negociações para investimentos de capital (transnacional e nacional) em terras para diferentes empreendimentos (agricultura, mineração, florestamento, energias alternativas etc.)²².

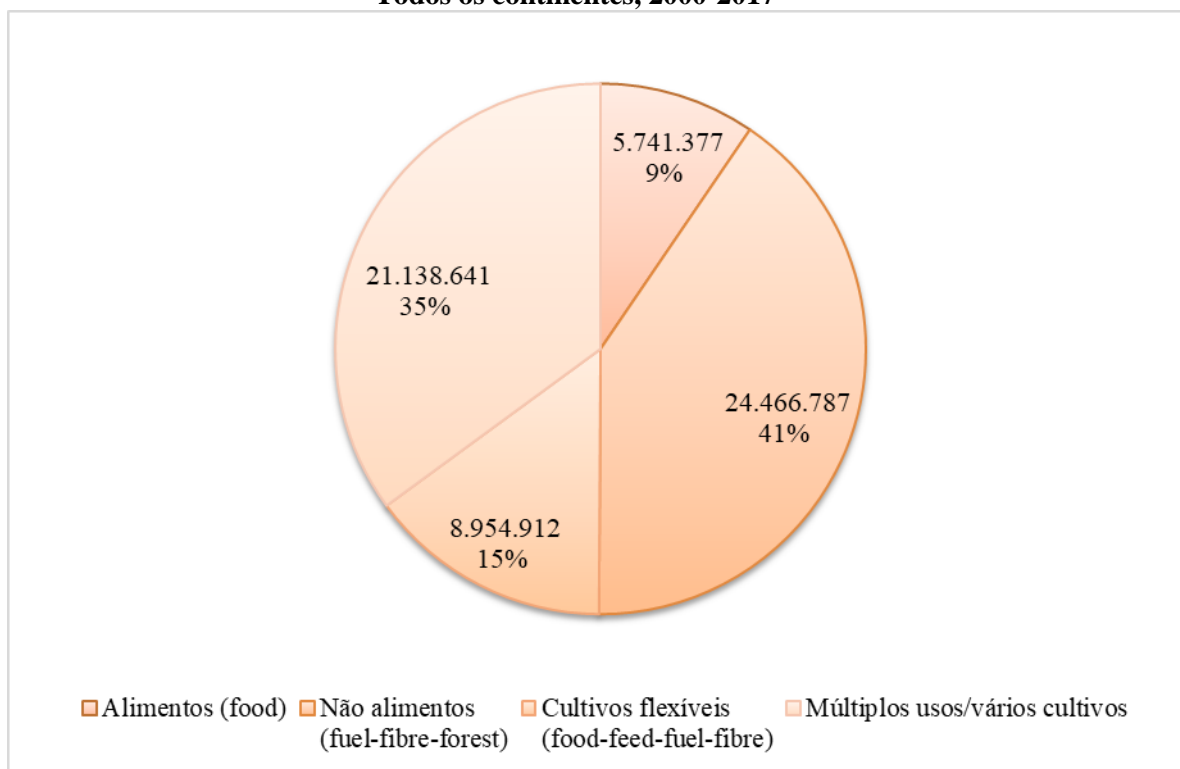
No Gráfico 1 apresenta-se a quantidade de hectares comprados entre o ano 2000 e 2017 segundo a finalidade do investimento. Os investimentos de capital nacional e transnacional negociaram 60.317.063 ha nesse período, sendo que 9% têm por finalidade a produção exclusiva de alimentos; 41% foram para não alimentos, ou seja, agrocombustíveis, florestamento, celulose, captura de carbono e outros fins; 15% foram cultivos flexíveis que abrangem múltiplos fins do mesmo cultivo, alimento (*food e feed*), agrocombustível, (*fuel*) ou florestamento (*forest*), nesse grupo encontram-se a cana-de-açúcar, milho, soja e palma de azeite; o restante 35% agrega os múltiplos usos, por exemplo com fins especulativos, e o plantio de vários monocultivos.

²⁰ Cfr. Land Matrix <http://landmatrix.org/en/>.

²¹ Os dados do projeto Land Matrix são pesquisados e disponibilizados por diferentes órgãos privados e públicos de pesquisa e ativismo político como *International Land Coalition*, *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement*, *Centre for Development and Environment*, *German Institute of Global and Area Studies / Leibniz-Institut für Globale und Regionale Studien*, *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*, *Regional Focal Points*, *Asian Farmers' organisation for Sustainable Rural Development*, *Fundación para el Desarrollo en Justicia y Paz*, *JASIL-Mongolia*, *University of Pretoria*, *Centre of Environmental Initiatives*.

²² A confiabilidade dos dados, de acordo com Land Matrix, são uma mostra pequena que espera se tornar mais confiável, tendo em vista que a disponibilidade das informações muitas vezes não é pública. Porém, muitos dos casos inseridos na base de dados são oriundos de fontes não oficiais o que pode gerar erros de acordo com a fonte, ainda assim, o projeto vem revisando e utilizando critérios mais rigorosos para garantir a veracidade da informação (LAND MATRIX, 2018).

**Gráfico 1 - Número de hectares segundo o objetivo do investimento de capital.
Todos os continentes, 2000-2017**



Fonte: Land Matrix, 2018. Organização: Robinzon Piñeros

Os dados detalhados dos investimentos por origem do capital e continente constam na Tabela 1. Estes expressam a mobilidade espacial mundializada dos investimentos, colocando como foco a África, com mais de 29 milhões de hectares, dos quais, 75% são de capitais transnacionais (22.200.257 ha), da mesma maneira, na América e na Ásia os investimentos de capitais transnacionais representam 66% (6.063.600 ha) e 65% (6.036.633 ha), respectivamente. De fato, as tendências da mobilidade do capital representadas demonstram como se reproduz o imperialismo no século XXI para controlar as esferas de acumulação antigas (alimentos) e novas (agroenergia e captura de carbono) com o controle da terra e a água para a agricultura.

Tabela 1 - Número de hectares por continente segundo a origem e a finalidade do investimento de capital. 2000-2017

Continentes	Finalidade dos Investimentos de Capitais Transnacionais					Finalidade dos Investimentos de Capitais Nacionais					Total Transnacionais e Nacionais
	Alimentos (<i>food</i>)	Não alimentos (fuel-fibre-forest)	Cultivos flexíveis (food-feed-fuel-fibre)	Múltiplos usos/variados cultivos	Total Transnacionais	Alimentos (<i>food</i>)	Não alimentos (fuel-fibre-forest)	Cultivos flexíveis (food-feed-fuel-fibre)	Múltiplos usos/variados cultivos	Total Nacionais	
Todos	3.441.344	17.113.445	6.201.710	15.015.631	41.772.130	2.300.033	7.353.342	2.753.202	6.123.010	18.529.587	60.301.717
África	1.501.667	13.614.284	2.131.483	4.952.823	22.200.257	572.404	5.347.351	517.696	929.091	7.366.542	29.566.799
América	1.296.020	1.213.143	1.314.563	2.239.874	6.063.600	162.883	675.770	1.091.812	1.168.229	3.098.694	9.162.294
Ásia	173.002	2.089.150	2.616.396	1.158.085	6.036.633	180.942	1.330.221	976.656	675.938	3.163.757	9.200.390
Europa	407.155	32.476	4.200	4.696.336	5.140.167	1.383.804	-	3.495	3.338.052	4.725.351	9.865.518
Oceania	63.500	164.392	135.068	1.968.513	2.331.473	-	-	163.543	11.700	175.243	2.506.716

Fonte: Land Matrix, 2018. Organização: Robinzon Piñeros

Nessa sequência, os investimentos e seus destinos refletem a forma como o capital utiliza a crise ambiental e energética como uma solução temporal à sua crise estrutural, transformando “as poluições, bem como a rarefação e/ou degradação de recursos, como a água e até o ar, em ‘mercados’, isto é, em novos campos de acumulação” (CHESNAIS e SERFATI, 2003, p. 42).

Contudo, os novos campos de acumulação como os agrocombustíveis atrelam a disponibilidade de biomassa nos países do Sul Global apropriando-a sob as regulamentações ambientais mundializadas, como o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris, tornando-a propriedade privada que garante o direito de poluir dos países que mais emitem GEE e o sustento da civilização do automóvel.

Além disso, não podemos esquecer que essa destrutividade do capital mundializado também está sustentada na superexploração do trabalho, acelerando a “extinção planejada” de trabalhadores assalariados, via descarte e desemprego, assim como dos modos de vida parcialmente integrados ao capitalismo que habitam nestes territórios (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 385).

Esses subsídios nos municiam para continuarmos a nossa desconstrução do regime alimentar corporativo sob o entendimento da acumulação flexível nas cadeias de valor global compostas pela produção de matérias-primas, processamento industrial e comércio de alimentos, ração animal e agrocombustíveis.

1.4 A acumulação flexível, monopólios e corporações no regime alimentar corporativo

A reestruturação do capital a partir da crise dos anos 1970 comparece como uma ruptura do fordismo, como modelo de produção e consumo de massas, e como uma reforma da intervenção e regulamentação do mercado por parte do Estado. Harvey (1999) apresenta as múltiplas facetas da rigidez fordista, expressiva nos limites do próprio

mercado de massas que apresentava um crescimento estável e não exponencial para recuperar investimentos em capital fixo, e, ao mesmo tempo, os mercados de trabalho se tornaram rígidos pelas normas que fixavam o empreendimento ao local e à força de trabalho (contrato de trabalho e os sistemas de seguridade social). Além disso, para o capital, o Estado estava enrijecido ao atuar como mediador da relação capital-trabalho.

Decorrente disso a acumulação do regime fordista experimentava seus limites, ou seja:

Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital (HARVEY, 1999, p. 136)

A flexibilidade vai enquadrar a mobilidade do capital como saída espacial da rigidez concentrada em países no norte global, alicerçando a reestruturação produtiva para procurar novos locais com o fim de descentralizar a produção, transferindo partes do processo produtivo para outros países e para diversificar os investimentos em outros setores econômicos que financeiramente oferecem maiores lucros. Por conseguinte, a acumulação flexível baseada na mobilidade espacial e setorial do capital é a resposta para superar as crises que atenuaram a acumulação, de acordo com Harvey:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas... (HARVEY, 2006, p. 140)

Portanto, a flexibilidade antes de tudo é uma característica da capacidade de destruição criativa do capital para garantir sua reprodução, e, ainda, seguindo os postulados de Mészáros (2011, p. 96), é um elo da estrutura totalizadora de controle do capital que salienta a reestruturação e a dominação de outras esferas parcial ou totalmente fora do seu controle, objetivando a sua reprodução ampliada. A flexibilidade como superação da acumulação rígida do fordismo atua material e imaterialmente como uma estratégia para provar a viabilidade e a organização produtiva dos investimentos onde se fixa espacial e temporalmente o capital. Nesse sentido, vai enquadrar a relação capital x trabalho no regime alimentar corporativo em duas esferas interdependentes e

multiescalares, isto é, na esfera da circulação do mercado mundializado de alimentos e na esfera da produção atingindo o processo produtivo da agricultura e o processamento industrial. Nesta última esfera observa-se a luta de classes através da mobilidade territorial da classe trabalhadora, protagonizada pelos camponeses, comunidades tradicionais e trabalhadores rurais que enfrentam as múltiplas formas de dominação, exploração e perda de controle sobre o processo de trabalho e seu produto, afinal, eis a despossessão e destruição dos modos de vida do campo alicerçados pelo desenvolvimento desigual e combinado do capital.

A esquematização da flexibilidade no entendimento da totalidade do capital, nos possibilita compreender a reestruturação do capital desde os anos 1970 como fase histórica da administração da crise, e como estrutura subjacente da mobilidade do capital para alavancar o projeto dos agrocombustíveis no regime alimentar corporativo.

Na esfera da circulação a mundialização das mercadorias extraídas ou processadas da agricultura (alimentos, ração, agroenergia, créditos de carbono etc.) vai significar a criação ou maior complexidade das trocas, quer dizer, da internacionalização das mercadorias extraídas e/ou processadas da agricultura para serem inseridas nas Cadeias de Valor Global (CVG). No entanto, como afirma Serfati (2009, p. 126, tradução nossa) a noção de CVG:

[...] não pode se restringir apenas no sentido de uma descrição dos passos da transformação de matérias-primas até o produto final (...); utilizamos essa noção para sublinhar o fato de que as organizações, as grandes [corporações] são capazes de controlar uma porção significativa do processo de criação de valor.

Isto significa que as CVG estão hierarquizadas pelo poder estruturado ao redor das corporações que podem capturar porções do valor criado por suas subsidiárias e filiais, ou podem atuar como monopólios e/ou oligopsônios no mercado, controlando o processo produtivo de empresas fornecedoras de menor porte, mediante normas de qualidade baseadas nas requisições dos consumidores finais ou de exigências técnicas do processo de transformação industrial, assim como pela manipulação do preço de compra das mercadorias.

Concomitante a isso, na esfera da produção de acordo, com Harvey (2006) e McMichael (2016, p. 72-73), a acumulação flexível desloca mundialmente a produção industrial e agrícola à procura de força de trabalho barata, e de condições econômicas e naturais para materializar uma vantagem comparativa. Consequentemente, o capital do

agrohidronegócio acaba se deslocando e fragmentando espacialmente a produção para aproveitar as vantagens das tecnologias da informação e de logística, assim como a disponibilidade hídrica e de terra para seus empreendimentos (THOMAZ JUNIOR, 2010).

Portanto, a reestruturação do regime alimentar desde a década de 1980 possibilita o protagonismo do mercado e do capital financeiro como regulamentadores das relações globais, espelhado no controle ou governança das CVG sob o fortalecimento do monopólio do processo produtivo mundializado pelas corporações transnacionais. O protagonismo da mobilidade do capital está inteiramente afinado à desregulamentação financeira favorável para os investimentos, alternativa alicerçada pela elevação das taxas de juros feita pelos Estados Unidos para atrair fluxos de capitais e conter o seu declínio na produção industrial (RUBIO, 2016; MCMICHAEL, 2016, p. 72; HARVEY, 2006).

Além do mais, a mobilidade do capital também foi alavancada pela via do domínio político e econômico multilateral sob comando dos Estados Unidos, Europa e Japão, os quais forjaram reformas econômicas estruturais nos países em desenvolvimento, endividados nos anos 1970 via empréstimos de capitais (petrodólares), administrados por bancos e fundos globais (OLIVEIRA, 2016; RUBIO, 2015). Deste modo, criou-se um disciplinamento do Sul Global para a aplicação sistemática de políticas neoliberais de ajuste estrutural e austeridade com mais vantagens para o IED; tudo isto, pois, garantido pelo Acordo de Washington, selado entre o FMI e o Banco Mundial.

Em consequência, segundo McMichael (2016, p. 74), na década de 1980 se propagou um novo modelo da agroexportação dos países do Sul revendo as vantagens comparativas de cada um para alavancar a economia nacional e as obrigações da dívida. Surge dessa realidade o grupo dos Novos Países Agrícolas (NACs) como o Brasil e a Argentina na América Latina, ou como a Tailândia, na Ásia, os quais experimentaram sucessiva integração aos mercados de *commodities* agrícolas durante o século XX. No entanto, a nova fase da internacionalização alimentar fragilizou ainda mais a soberania alimentar dos países do Sul Global que colocaram como eixo da sua política econômica a exportação de produtos agrícolas, especializando-se no plantio de monoculturas (grãos, frutas, fibras, florestamento, verduras) e alimentos com valor agregado (açúcar, lipídios, ração e proteína animal). E ainda, com a utilização de tecnologia e insumos passaram a disponibilizar durante o ano todo alimentos frescos (frutas, legumes e verduras) para os supermercados dos países do Norte. Ou seja, o Sul passou a garantir o fornecimento de

alimentos frescos e de temporada nos padrões de qualidade do mercado de classes médias e altas na Europa, América do Norte e uma parte da Ásia (PEDREÑO, 2014, p. 19).

O poder corporativo nessa recente fase de internacionalização dos alimentos é potenciado e cobiçado pelos acordos comerciais no marco da OMC, nas políticas da União Europeia (Política Agrícola Comum), dos Estados Unidos (*Farm Bill*) e os Tratados de Livre Comércio (TLC) entre países (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 386; CHESNAIS, 1996, p. 230). Essa reordenação viabilizou acordos estatais bilaterais e multilaterais de exportação, por exemplo, o Acordo Internacional do Café²³ que desapareceu em 1989, para um cenário de trocas alimentares internacionais sob controle das corporações com capitais sediados no Norte.

Ou seja, a mundialização do capital compõe uma nova fase do imperialismo que tem por base a mobilidade de investimentos de capitais do Norte Global, na forma de Investimento Estrangeiro Direto e Indireto, articulado pelas corporações que controlam uma grande fatia do comércio exterior. Estas organizam formas de intercâmbio intra-setorial e inter-setorial que integram horizontal e verticalmente os intercâmbios entre companhias independentes e filiais que fornecem matérias-primas de base e produtos semiprocessados, para configurar o processo produtivo mundializado em rede das CVG (CHESNAIS, 1996, p. 211 et seq.).

Deste modo o capital acaba se concentrando em grupos econômicos mundiais que controlam as corporações multinacionais sediadas no Norte, sendo que muitas destas foram resultado de alianças com capitais e burguesias nacionais, de diferentes países (inclusive do Sul Global²⁴), fundamentado em estratégias para fundir ou fusionar empresas (públicas e privadas), e ainda, criar filiais ou fundos de investimento, entre outras. Nesse cenário, emerge a fase atual do capitalismo monopolista mundializado, alicerçando a internacionalização das agriculturas nacionais (OLIVEIRA, 2016, p. 47).

Em decorrência disso, no regime alimentar contemporâneo o poder corporativo dos monopólios se observa em diferentes segmentos que atingem a agricultura. Por exemplo, o mercado de insumos químicos (agroquímicos) e de sementes é controlado por corporações herdeiras da Revolução Verde e filiadas à fase contemporânea do modelo

²³ Criado em 1962 por países produtores e consumidores reunidos na Organização Internacional do Café (OIC), regulava o mercado internacional a partir de quotas de exportação. Em 1989 foi decidido na OIC passar para um modelo de livre mercado, abrindo a livre concorrência entre produtores.

²⁴ Cfr. OLIVEIRA, 2016, p. 47.

químico-dependente e dos OGM. Em 2015 as dez maiores corporações de agroquímicos (AQ) e de sementes (SE) foram: Monsanto (AQ e SE), DuPont Pioneer (AQ e SE), Syngenta (AQ e SE), Bayer (AQ e SE) e Dow Chemical (AQ e SE), BASF (AQ), Adama (AQ), ChemChina (AQ), Nufarm (AQ), UPL (AQ). Os mais recentes desdobramentos dessa concentração são colocados no Atlas Agroalimentar de 2017:

Atualmente, sete empresas dominam a produção global de pesticidas e sementes, um setor chave na agricultura. (...) As duas empresas norte-americanas DuPont e Dow Chemical se fusionaram, a ChemChina comprou a empresa suíça Syngenta, e o gigante químico alemão Bayer vai assumir a empresa norte-americana Monsanto. Três conglomerados recém-formados dominariam mais de 60% do mercado de sementes comerciais e produtos químicos agrícolas. Eles administrariam o fornecimento de quase todas as plantas geneticamente modificadas neste mercado. Eles também possuíam a maioria dos pedidos de patente para direitos de propriedade intelectual para plantas no Instituto Europeu de Patentes (HIRTZ, 2017, p. 20, tradução nossa)

No que tem a ver com o setor da maquinaria agrícola, alavancada pela difusão da agricultura de precisão, 50% do mercado está controlado por três corporações. A maior é a estadunidense Deere & Company com a marca John Deere; segue a CNH Industrial (sediada na Holanda e Inglaterra), de propriedade do Grupo FIAT, com 12 marcas entre as quais se destacam Case, New Holland, Steyr, Magirus e Iveco; a terceira maior é a estadunidense AGCO com as marcas Gleaner, Deutz-Fahr, Fendt, Valtra e Massey Ferguson. Destas a Deere & Company “sozinha teve um volume de negócios de US \$ 29 bilhões em 2015” (Ibid. p. 16).

Já, as 5 corporações que se destacam na fase de transporte e comercialização internacional (*traders*) de *commodities* agrícolas são: Cargill (EUA), Archer Daniels Midland – ADM – (EUA), Cofco (China), Louis Dreyfus (Holanda) e Bunge (EUA). No entanto, essas corporações possuem investimentos diversificados nos segmentos das CVG, na produção, no transporte e no comércio. No caso do grupo ABCD (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus) os seus clientes se distinguem por serem

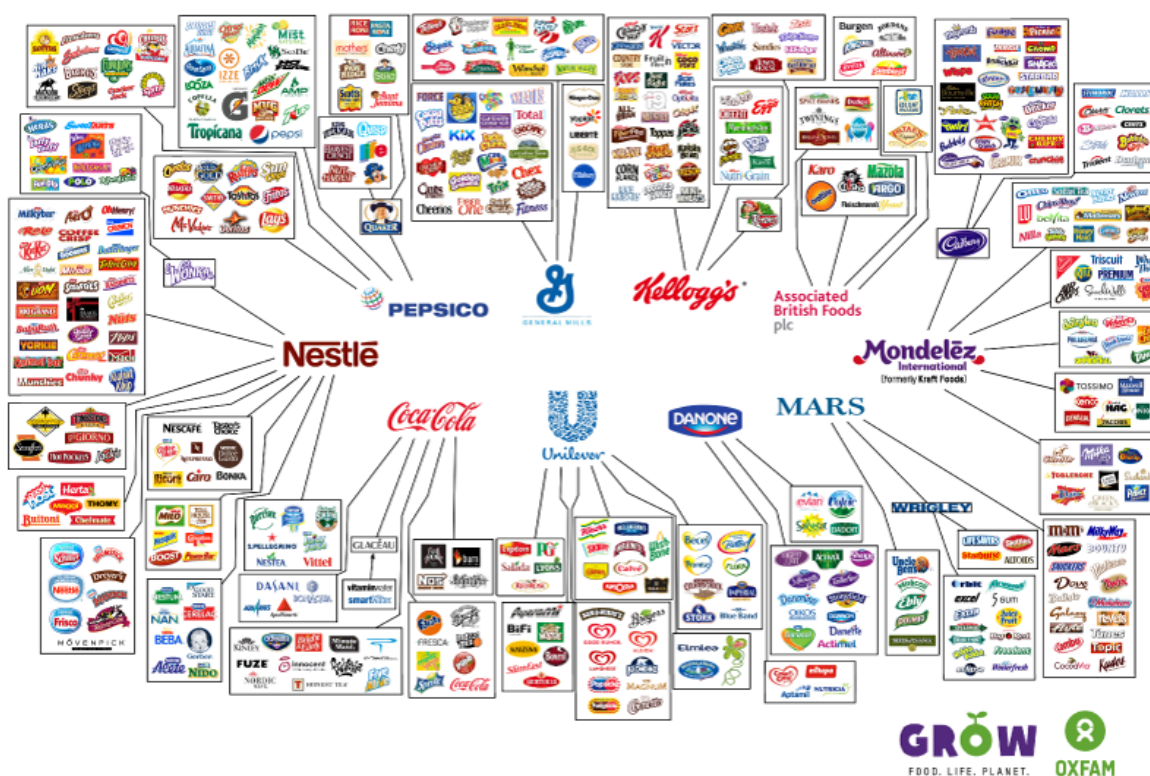
[...] fabricantes de alimentos para animais, produtores de carne, produtores de biocombustíveis e retalhistas de alimentos. (...) A Cargill é a única envolvida diretamente na produção e comercialização de carne. Também detém 25% do comércio mundial de óleo de palma (HERRE, 2017, p. 26, tradução nossa).

Entretanto, o processamento de alimentos está controlado por corporações alimentares que compram e transformam matérias-primas ou produtos semielaborados como cereais, açúcar, laticínios, lépidos vegetais e outras *commodities* agrícolas. Esse

mercado se destaca pelo processo de concentração e centralização do capital nas últimas décadas, por meio da compra ou fusão de antigas indústrias alimentares nacionais e compra de terras. Segundo OXFAM (2013) as dez maiores corporações desse segmento são Unilever, Nestlé, PepsiCo, Coca-Cola, Mondelez, Mars, Danone, Associated British Foods (ABF), General Mills e Kellogg's, as quais controlam parcial ou totalmente o processo produtivo encadeado globalmente, desde a propriedade da terra até o processamento e distribuição (Figura 2).

O domínio alimentar destas dez corporações se caracteriza por ter “7 bilhões de consumidores de alimentos e 1,5 milhão de produtores de alimentos, pouco mais de 500 empresas controlando 70% das escolhas” (OXFAM, 2013, p. 5). Nesse mercado também se destacam os mercados dos países emergentes, alguns destes fazem parte do grupo BRICS, notadamente os países da Ásia, especialmente a China que tem se consolidado como um dos maiores importadores mundiais de soja, açúcar e milho, entre outros.

Figura 2 - Dez maiores corporações transnacionais e filiais de alimentos para humanos e bebidas



Fonte: OXFAM, 2013

Existe um segundo mercado derivado da produção de alimentos que implica o comércio de produtos frescos e exóticos oriundos do agronegócio, como flores, carnes e

frutas, que são transportadas em condições técnicas especiais, regulamentadas por normas fitossanitárias, de refrigeração dentre outras, para manter a qualidade exigida pelos países e agentes de mercado. O controle deste mercado é do capital comercial dos supermercados ou varejistas que estocam alimentos e outros bens. Na lista dos maiores varejistas mundiais em 2016, comparece em primeiro lugar a Walmart atuando em 28 países, seguidamente está *The Croger Co.* com lojas nos Estados Unidos, logo depois *Tesco PLC* do Reino Unido em 13 países, e Carrefour com mercados em 34 países (DELOITTE, 2015, p. 12).

De outro lado, no início do século XXI as CVG ou complexos de *commodities* agrícolas (oleaginosas, grãos, açúcar etc.) experimentam uma flexibilização do mercado, por conta do processamento de mercadorias complementares ou suplementares oriundas de alguns cultivos (milho, soja, cana-de-açúcar e palma de azeite). O resultado disto foi a flexibilização com fins de diversificar a produção para o mercado da agroenergia, produzindo mercadorias complementares ou suplementares dos alimentos, de acordo com a avaliação de mercado baseada na expectativa de lucros. Especificamente, as energias verdes estão atreladas ao crescimento do mercado mundial da agroenergia que se expandiu pela via dos mercados nacionais recentemente criados pelos países com políticas de uso e produção de agroenergia para diminuir as emissões de GEE atendendo as demandas do Protocolo de Quioto, assim como do acordo político entre os Estados Unidos e o Brasil, em 2007, para transformar os agrocombustíveis em *commodities*, especialmente o etanol, fato que até hoje não se concretizou (MARINHO, 2015, p. 343).

Essa flexibilização alavancou os investimentos de capitais e o desenvolvimento tecnológico para a produção de mercadorias verdes oriundas da biomassa, como os agrocombustíveis e a energia elétrica oriunda da queima ou do processo químico para a produção de biogás, por exemplo, e a produção de diversos materiais industriais derivados, como os bioplásticos, bem como o polietileno da cana-de-açúcar.

Por conseguinte, a flexibilização das CVG alimentares para integrar as mercadorias das quais é extraída/produzida a agroenergia, tem trazido nas últimas duas décadas uma diversificação para além dos mercados alimentares. Isto é, os agrocombustíveis e os créditos de carbono vêm se amplificando como alternativa especulativa, que segundo Rubio (2016, 2008), começa a configurar uma ordem alimentar-financeira-energética. Essa fase se caracteriza pela mobilidade de capitais especulativos para as CVG das *commodities* agrícolas e, em consequência, poder-se-á contar novas bolhas financeiras em outros setores econômicos nas primeiras décadas do

século XXI, colocando-se em direta relação com as políticas nacionais e regionais de soberania energética para conter os efeitos do aumento dos preços do petróleo (crise energética), que tinham se mantido relativamente estáveis desde os anos 1980 (MCMICHAEL, 2016, p. 159).

Destacamos o caso dos Estados Unidos e da União Europeia por utilizarem políticas protecionistas (subsídios e políticas de uso e importação), respectivamente a *Farm Bill* e a PAC, para exercer soberania energética através da produção de agrocombustíveis; etanol de milho em primeiro plano e agrodiesel de oleaginosas em segundo. Essas medidas estimularam investimentos de diferentes capitais para usufruírem esse mercado cativo, o que vai resultar no caso dos Estados Unidos em uma maior concentração de capitais. Destacam-se nesse processo a Cargill e a ADM que, além de controlarem uma grande fatia do comércio mundial de grãos e sementes, passam a produzir etanol para o mercado estadunidense. Já no tocante à Cargill, logo depois de se colocar desde o começo do século XXI entre as maiores produtoras de etanol nos Estados Unidos, expandiu seus investimentos para a produção no mercado brasileiro em 2006, controlando uma porção dos dois maiores mercados de etanol do mundo (CARGILL BRASIL, 2017).

De novo, como vem acontecendo desde a crise dos anos 1970, emergem estratégias do capital para sustentar a acumulação sob a regência financeira. Nesse conturbado cenário, os agrocombustíveis (etanol e agrodiesel) vão se converter em uma das principais mercadorias, cumprindo uma função econômica e política para conter os efeitos das múltiplas crises do século XXI (econômica, energética, ambiental e alimentar etc.). Em primeiro plano, são colocados como uma estratégia para diminuir a dependência, tanto energética, baseada no uso de combustíveis fósseis, especialmente do petróleo, quanto política, dos países que controlam as jazidas. Logo depois, o que acontece é a integração da agroenergia como mais uma mercadoria no conjunto de energias renováveis que fazem parte da mercantilização do ambiente, as quais possuem valores de uso específicos, isto é, a captura de carbono e a diminuição de emissões de GEE, cujo valor de troca depende do mercado mundial de compensações ambientais no âmbito do Protocolo de Quioto e as tentativas para dar um preço no mercado de ações. Ou seja, o mercado do qual alguns dos países assinantes deste protocolo passam a vender o carbono capturado pelo capital privado em diferentes cenários, a agricultura é um destes, para os países que atingem a cota de emissões de GEE, muitos dos quais são os mais industrializados (CORNETTA, 2010, p. 98 et seq.).

A complementariedade ou flexibilidade dos valores de troca da energia oriunda dos produtos alimentares ou agroenergéticos de determinados cultivos, acabou se tornando em um atrativo para os capitais que procuravam altas taxas de lucro depois da crise imobiliária de 2008. Ao mesmo tempo, a complementariedade foi utilizada como estratégia política pelos Estados Unidos, União Europeia e Brasil com fins de diminuir a emissão de GEE e, ao mesmo tempo, conter os efeitos dos preços do petróleo por meio da inserção ou massificação do uso de agrocombustíveis na sua matriz energética. De fato, produto destas manobras, surgiram dois grandes blocos mundiais de utilização de agrocombustíveis, baseados nas diferenças da base técnica de utilização de combustíveis fósseis. Na Europa, a maior parte dos veículos leves e de transporte é movida com diesel e gasóleo, passando a misturar o agrodiesel, oriundo da canola, palma de azeite e outros). Já nos Estados Unidos e no Brasil, a maior parte da frota de veículos se move com gasolina misturada, em diferente porcentagem e tecnologia, com etanol (FREITAS, 2013, p. 384), sendo que no Brasil aproximadamente 80% da frota é *flex fuel*.

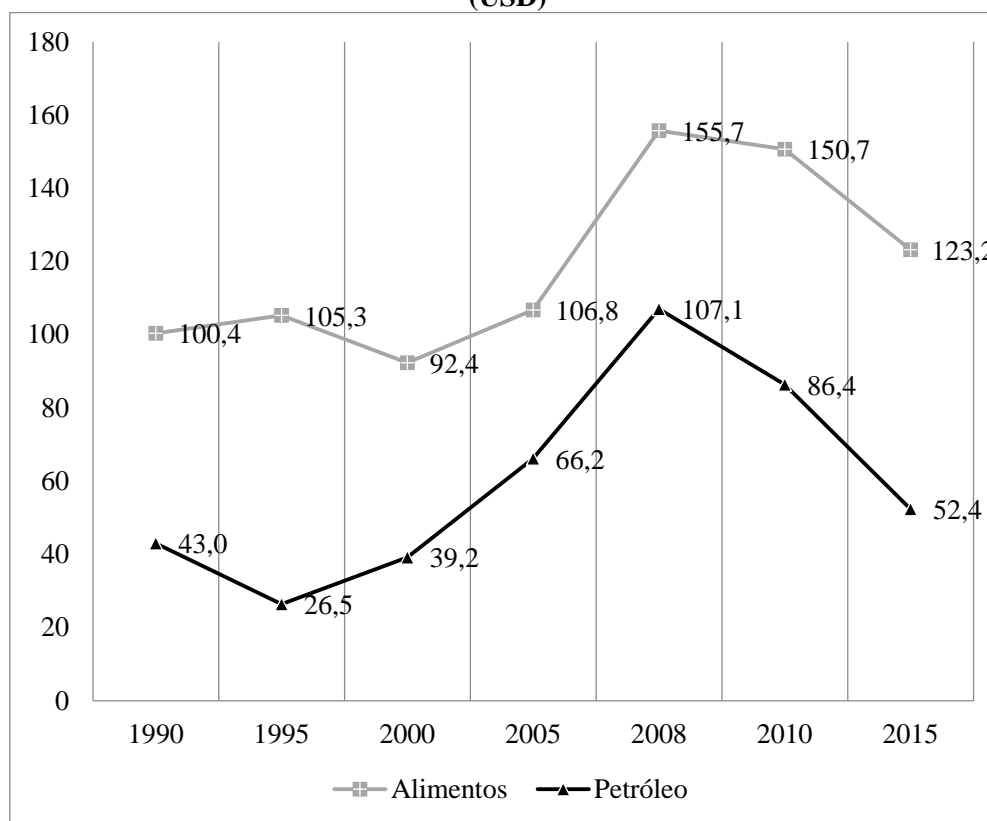
Neste contexto, os Estados Unidos reagem hegemonicamente a partir de 2007 com a implementação de estratégias alimentares-agroenergéticas através da transferência de milhões de toneladas de milho para a produção de etanol, com preços subsidiados e fundamentado no objetivo de conter os altos preços do petróleo e aprofundar a política comercial baseada no livre comércio. Deste modo, reorientou seus excedentes agroalimentares (grãos, alimentos processados e etanol) para mercados de países dependentes, com os quais têm assinado tratados de livre-comércio bilaterais²⁵. Opção que comparece no cenário das relações comerciais com países da América Latina, depois do fracasso da proposta da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), em 2003, devido à oposição do bloco de países com governos de esquerda ou progressistas, especialmente o Brasil e a Venezuela (RUBIO, 2015, p. 183).

Eis o pano de fundo do desencadeamento da crise alimentar em 2008, sobre a qual vários autores afirmam que sua origem é especulativa e constituiu-se numa saída temporária da crise financeira mundial, que até hoje não tem sido contida pela essência

²⁵ Entre 2000 e 2012 os Estados Unidos assinaram tratados de livre comércio com a Jordânia (2000), Chile (2003), Uruguai (2004), Austrália (2004), Bahrein (2004), o tratado de livre comércio CAFTA-DM (2004) com um grupo de países da América Central e Caribe (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, y República Dominicana), Marrocos (2004), Omã (2006), Peru (2006), Vietnã (2006), Colômbia (2006), União Aduaneira da África Meridional (2006), Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN- (2006) e Panamá (2006) (RUBIO, 2015, p. 183)

reformista do capital (OLIVEIRA, 2016, p. 121; RUBIO, 2008). Nessa sequência, a relação direta entre a variação dos preços dos alimentos (FAO, 2017) e do petróleo (BP, 2017), que começa a se produzir, a partir do ano 2000, alcançando seu máximo nível em 2008 (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Variação dos preços anuais dos alimentos e do barril de petróleo 1990-2015 (USD)



Fonte: FAOSTAT, 2017; BP, 2016 Organização: Robinzon Piñeros

Desde 2003, os preços dos alimentos (grãos básicos como trigo, arroz, milho e soja) começaram a aumentar por conta do incremento do preço do petróleo, o que impactou nos custos dos combustíveis (transporte) e dos fertilizantes, como também, a produção. O efeito desta articulação dos mercados de petróleo e de *commodities* oriundas de cultivos flexibilizados, nesse processo especulativo, é a atenção para a agroflação, ou

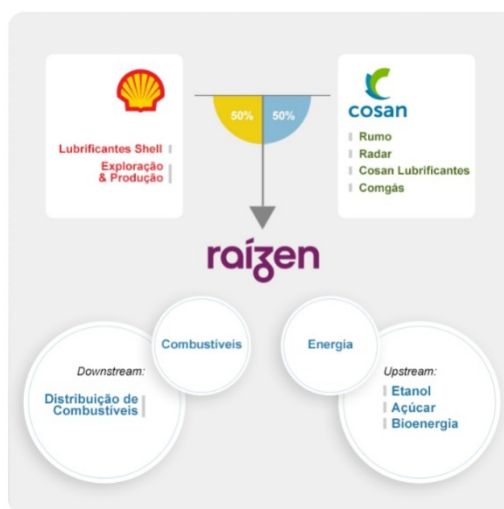
seja, a inflação vinculada à volatilidade dos preços das *commodities* agrícolas e dos alimentos (MCMICHAEL, 2016, p. 153).

A crise alimentar de 2008 significou mais uma manobra especulativa que aproveitou o aumento dos preços das *commodities* agrícolas para atrair a intervenção de agentes não comerciais (fundos) na compra de grande parte dos contratos futuros, controlando quantidades de grãos que equivalem ao consumo anual de países como os Estados Unidos. Essa tendência de preços altos se expandiu ainda mais pela demanda de matéria-prima para os agrocombustíveis e pelo desabastecimento do mercado mundial de arroz, milho e outros alimentos, que tiveram restrições de exportação pelos países fornecedores, com a finalidade de conter a inflação interna empurrada pelos preços dos alimentos.

Ao mesmo tempo, a crise com altas taxas de lucro acabou fortalecendo o poder dos monopólios das corporações transnacionais, amplificando a criação de fundos para investimentos *joint venture*, oriundos de capitais dos setores de combustíveis fósseis, petroleiros, e do agrohidronegócio. Esses investimentos acabaram concretizando a flexibilização dos cultivos para alimentos (humanos e ração) e agroenergia. Um primeiro exemplo é a British Petroleum (agora BP), que em 2008 comprou parte da Tropical Bioenergia do Brasil, no estado de Goiás, depois tornou-se única proprietária da sociedade, e tem multiplicado os investimentos no setor, contando atualmente com 3 unidades de agroprocessamento de cana-de-açúcar, sendo, pois, 2 em Goiás e 1 em Minas Gerais. (BP, 2018).

Outro caso importante, também no Brasil, foi a criação em 2011 da Raízen, um fundo *joint venture* entre a Shell, transnacional de combustíveis fósseis, e a Cosan, grupo brasileiro que produz açúcar e etanol, a partir do agroprocessamento de cana-de-açúcar (Figura 3). A empresa constituída é “a principal fabricante de etanol de cana-de-açúcar do país e a maior exportadora individual de açúcar de cana-de-açúcar no mercado internacional, além de (...) um dos principais *players* na distribuição e comercialização de combustíveis no Brasil” (RAÍZEN, 2014).

Figura 3 - Estrutura acionária e setores da Raízen



Fonte: (COSAN , 2018)

A Raízen também participa de outro grande fundo *joint venture* criado em 2016 junto à Wilmar International, grupo do agrohidronegócio sediado em Cingapura, com um “modelo integrado de agronegócio que engloba toda a cadeia de valor do negócio de *commodities* agrícolas, desde o cultivo, transformação, comercialização até a fabricação de uma ampla gama de produtos agrícolas” como óleo de palma, agrodiesel, açúcar refinado, arroz etc. (WILMAR INTERNATIONAL LIMITED, 2018, p. tradução nossa). O fundo chamado RaW começou a operar na safra 2017/2018 constituindo a segunda maior comercializadora internacional (*trading*) do açúcar brasileiro com 4,5 milhões de toneladas (NOVACANA, 2016).

Enfim, assistimos neste século XXI à consolidação da agroenergia como mais uma fronteira do capital, carregando fases nas quais tinha se expandido no Brasil e nos EEUU, países que adotaram o etanol e o desenvolvimento de tecnologia específica para sua utilização na matriz energética nacional. Essa consolidação faz parte da administração da crise, exacerbando a incontrolável mobilidade do capital para controlar terra, água e trabalho, processo entendido por alguns autores como uma corrida mundial por terras ou *land grabbing* (OLIVEIRA, 2016; SAUER e BORRAS, 2016) ou corrida mundial por energias alternativas (FREITAS, 2013, p. 332 et seq.) ou *green grabbing* (SAUER e BORRAS, 2016).

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo pode ser observado nas formas da flexibilização da produção de alimentos/agroenergia, inserindo a agricultura como parte da fase atual da destrutividade do sociometabolismo do capital que se desloca

para criar e reproduzir valores de troca que se inserem na divisão Norte-Sul Global. Essa incessante destrutividade vem se consolidando por meio de mecanismos que garantem a sua reprodução pela via da ideologia do ambientalismo do capital, do mercado de *commodities* e de energias renováveis. Articulando-se com os processos de despossessão de terras, territórios, que se expressam na desterração de comunidades originárias e tradicionais, mudança nas formas de uso da terra, e, especialmente, da exploração de força de trabalho em monocultivos flexibilizados (THOMAZ JUNIOR, 2017)

1.5 A consolidação da agroenergia no regime alimentar corporativo

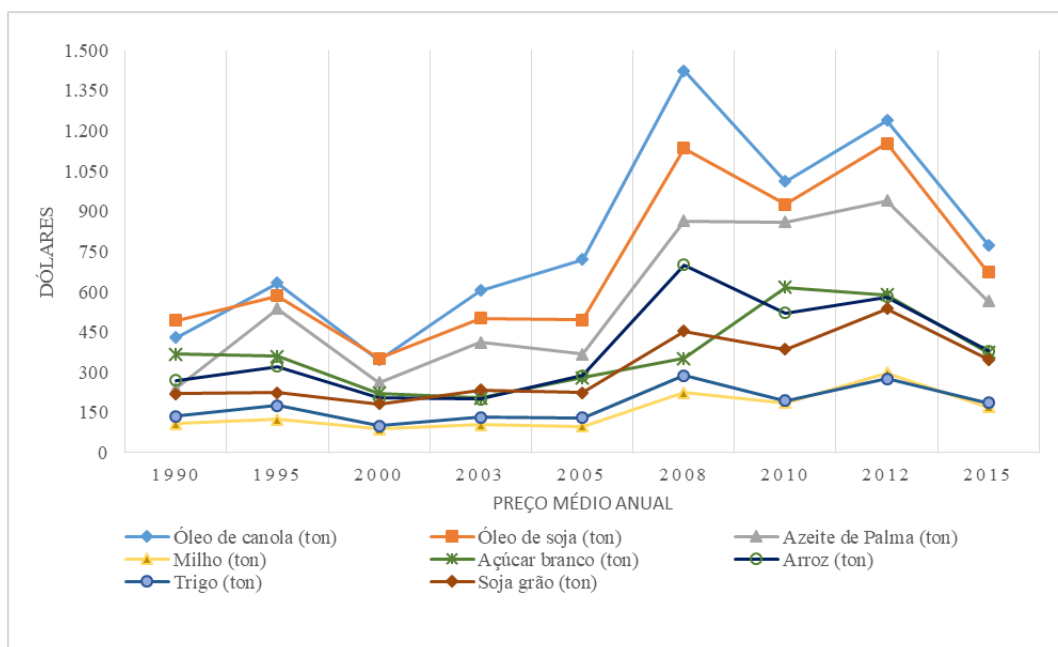
A ordem alimentar-financeira-energética do regime alimentar corporativo vai consolidar a expansão mundial de produção e utilização de agrocombustíveis, fato inédito nas anteriores crises econômicas-energéticas dos anos 1930 e 1970, quando poucos países como os Estados Unidos e, especialmente, o Brasil, adotaram a agroenergia para conter a dependência do abastecimento mediado pelo mercado mundial do petróleo. Isto contrasta com as afirmações de alguns autores quando defendem que os agrocombustíveis não são competitivos pelo custo de produção e porque são uma saída temporal à crise econômica-energética, portanto sua utilização se enfraqueceria quando os preços do petróleo despencassem. Ainda, desde o campo ambiental é colocado que o processo produtivo da agroenergia é mais poluente e não cumpre com a promessa de diminuir as emissões que alavancam o aquecimento global (MCMICHAEL, 2016; RUBIO, 2015; PORTO-GONÇALVES, 2008).

No entanto, acreditamos que a agroenergia está se consolidando como um setor que aprofunda a financeirização da agricultura para além da produção de alimentos e institui uma ordem mundial agroenergética comandada pelos blocos hegemônicos do Etanol (Estados Unidos e Brasil) e Agrodiesel (União Europeia). A nossa argumentação se apoia no aumento dos preços dos alimentos lastreados pelas *commodities* agrícolas (Gráfico 2), as quais até 2015 não desceram aos níveis de finais dos anos 1990, mesmo com a diminuição dos preços do petróleo (RUBIO, 2015, p. 205). Ou seja, uma parte das *commodities* barateadas durante a segunda parte do século XX, com subsídios e acordos multilaterais via GATT ou OMC, para garantir a segurança alimentar de uma parcela importante da sociedade, foi capturada neste século XXI pela especulação do capital mundializado que investiu no setor alimentício e/ou agroenergético, demonstrando a

integração parcial entre o mercado de alimentos e do petróleo (MCMICHAEL, 2016; 2009).

Ao se abordar especificamente os preços das *commodities* agrícolas desde 1990, compreende-se a fase financeira que conecta as crises econômica, ambiental e energética, concentradas na especulação de matérias-primas agrícolas que são comercializadas no mercado de alimentos e/ou de agroenergia, os quais atraíram os investimentos em terra e o pacote tecnológico complementar de OGM, agroquímicos e maquinaria. O aumento dos preços de *commodities* agrícolas expressa as aproximações entre o contexto da crise alimentar de 2008 e o comportamento das cotações dos grãos básicos (trigo, arroz, soja e milho) e das *commodities* extraídas de oleaginosas (óleo de canola, óleo de soja e azeite de palma) (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Preço médio anual de *commodities* agrícolas. 1990-2015



Fonte: (FUND INTERNATIONAL MONETARY, 2018) Organização: Robinzon Piñeros (2017)

Observa-se que mesmo a crise alimentar é impulsionada pelos grãos básicos, especialmente o arroz. Os óleos vegetais extraídos da canola, da palma de azeite e da

soja foram os que mais oscilaram e elevaram seus preços, seguidos do milho e do açúcar, em 2010. Na prática, a oscilação dos preços do grupo de *commodities* oleaginosas, do milho e do açúcar, se explica pelas políticas dos Estados Unidos e da União Europeia em aumentar a utilização de etanol e agrodiesel, oferecendo abrigo aos capitais especulativos ao garantirem um risco diferenciado. Isto é, garantindo que um único cultivo tem demanda em pelo menos dois mercados (alimentos e agroenergia), e, nesses termos, minimiza o risco e possibilita a diversificação da carteira de investimentos em cinco setores: mercado de futuros, compra de terras, capital fixo (usinas e maquinaria), ações e/ou crédito para empresas (BORRAS JR, FRANCO, *et al.*, 2014, p. 9).

Em suma, a flexibilidade dos cultivos faz parte da estrutura totalizadora do controle do capital, que se explicita no caso destes monocultivos, como o meio para demonstrar a sua “viabilidade produtiva” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96). Isso em razão da mediação do poder do capital que manipula sistematicamente a relação homem-alimento (natureza) controlada pelo fetiche homem-alimento/ração/agroenergia.

Essa viabilidade produtiva também foi favorecida pelo aumento do estoque de algumas destas *commodities* no mercado mundial, resultado do aumento desde 1990 do comércio mundial de óleos vegetais e ração animal, os quais são processados com base em matérias-primas oriundas de monocultivos de oleaginosas, muitos destes espalhados pelo Sul Global, especificamente, a palma de azeite e a soja. Essas duas culturas constituem o que Byerlee, Falcon e Naylor (2016) denominam como a revolução tropical de culturas oleaginosas, a qual:

[...] tem se produzido durante as décadas de 1990 e 2000, a produção mundial de soja cresceu um 220% e a produção de azeite de palma um 300%, muito mais do que cresceu a produção de trigo durante a revolução verde [1965-1985] e mais rápido que o aumento da produção de arroz nesse mesmo período. (BYERLEE; FALCON; NAYLOR, 2016, p. 1, tradução nossa)

Ou seja, com o aumento da demanda mundial de oleaginosas se produz uma expansão destes monocultivos. No caso da soja, o Brasil e a Argentina passaram a concentrar extensas áreas de plantio, se posicionando como um dos maiores produtores mundiais do grão, depois dos Estados Unidos. Já a palma de azeite se espalhou por áreas tropicais, desde a Oceania, Sudeste Asiático, África e América Latina (Figura 4), mas com grande concentração na Malásia e na Indonésia (FAOSTAT, 2017; GRAIN, 2014).

Figura 4 - Áreas de avanço da palma de azeite nos Trópicos (2014)



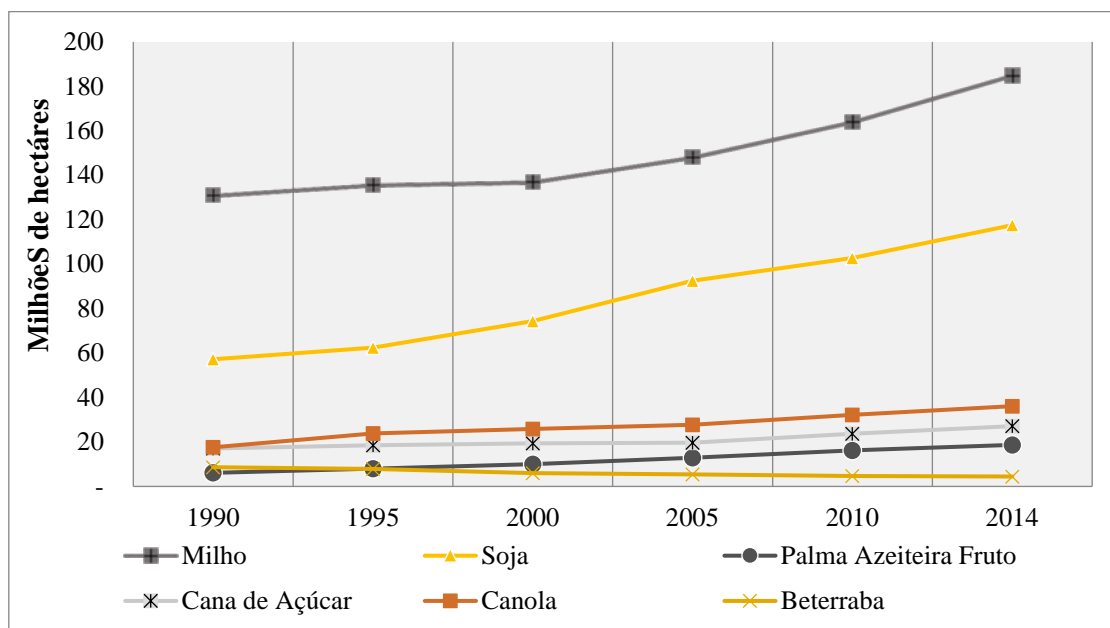
Fonte: Grain, 2014, p. 30

No caso da cana-de-açúcar e do milho, o aumento da área plantada vai se alavancar nos países que já concentravam o plantio e o agroprocessamento, como Brasil e Estados Unidos, respectivamente. No Brasil, o agrohidronegócio da cana-de-açúcar tem avançado diferencialmente em áreas de fronteira agrícola; latifúndio; terras griladas, terras indígenas, camponesas e quilombolas, localizadas no Polígono do Agrohidronegócio, que agrupa áreas dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 302). Além disso, a cana-de-açúcar aumentou a área plantada na Tailândia e na Índia. Nos Estados Unidos o aumento da produção foi possível com a expansão e intensificação do plantio nas áreas do cinturão do milho (*corn belt*), localizado entre os estados de Iowa, Illinois, Nebraska, Minnesota e Indiana.

Em consequência, a área plantada dos cultivos passíveis de serem utilizados como agroenergia aumenta a área plantada, especialmente no Sul Global, deslocando capitais, tecnologia, investimentos, meios de transporte e um projeto *civilizatório* fundamentado na expropriação e exploração do trabalho.

É fato que as lavouras para a produção de agroenergia, seja para a extração de açúcar e/ou etanol: beterraba e especialmente a cana-de-açúcar; seja oleaginosas: milho para a destilação de etanol, e canola, palma de azeite e soja para extrair agrodiesel. (Gráfico 4). A tendência mostra que todas, com exceção da beterraba, começaram a aumentar a área plantada com mais intensidade no mundo todo desde o ano 2005, com taxas de crescimento mais altas do que outras lavouras para o consumo alimentar, como o arroz, trigo e feijão (RUBIO, 2016, p. 154).

Gráfico 4 - Tendência mundial da área plantada de monoculturas utilizadas para a produção de agrocombustíveis 1990-2014 (ha)



Fonte: FAOSTAT, 2017

Organização: Robinzon Piñeros

O ano 2005 é o divisor de águas nessa tendência devido à reação ao aumento dos preços do petróleo (crise energética) e as políticas dos dois blocos dos agrocombustíveis para aumentar a produção e utilização, mascaradas ideologicamente como estratégias para diminuir as emissões de GEE (crise ambiental). Deste modo, os agrocombustíveis passam a ser elencados nas políticas de desenvolvimento rural e ambiental, assim como as referidas à soberania energética.

O bloco do etanol constituído pelos Estados Unidos e Brasil, sistematicamente, impulsionaram, desde 2003, a produção e utilização do etanol baseado nas suas matrizes energéticas para conter os efeitos do aumento dos preços do petróleo. Os Estados Unidos passaram a aumentar o percentual de mistura etanol-gasolina (*gasohol*) que tinha desde os anos 1970. Legislativamente as energias renováveis obtêm apoio no *Biomass Research and Development Act* de 2000, no *Farm Bill* de 2002, depois, no *American Jobs Creation Act* de 2004, *Energy Policy Act* de 2005, e no *Energy Independence and Security Act* de 2007. Esse conjunto de leis e programas incluía disposições políticas e econômicas para o desenvolvimento de tecnologias para a produção e utilização de energias de agrocombustíveis de primeira (milho e soja), e de segunda geração (celulose), a regulamentação das quantidades a serem produzidas para o mercado interno, e os

incentivos econômicos como o *Volumetric Ethanol Excise Tax Credit* (VEETC) do Jobs Act (2004), impactando no aumento da área plantada de milho e na quantidade produzida de etanol, e, em menor medida, na soja para o agrodiesel (GREENFACTS, 2018).

Na sequência, o Brasil alavancou a utilização do etanol de cana-de-açúcar com a introdução do motor *flex-fuel* desde 2003, e o aumento em 2003 da mistura de etanol-gasolina no patamar de 20%, elevando o volume de consumo dos dois tipos de etanol que produz (anidro e hidratado), orientando esse monocultivo para a nova fase de expansão do mercado da agroenergia, o que trouxe uma pressão inflacionária sobre os preços mundiais do açúcar e o aumento dos custos dos alimentos (MCKAY, SAUER, *et al.*, 2016, p. 201). Além do mais, em 2004 foi criado o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), que alavancou a produção em grande e pequena escala de agrodiesel oriundo de soja e outras matérias-primas vegetais.

A União Europeia tem conseguido o aumento da utilização de agrocombustíveis através do processamento de cereais produzidos internamente, como a canola, e, desde 2009 com matéria-prima ou agrodiesel importados do Sul Global, especialmente óleo de palma africana, posicionando-se hegemonicamente no bloco mundial do agrodiesel. A política de energias renováveis, no intuito de diminuir as emissões de GEE, foram regulamentadas em diferentes diretivas comunitárias com objetivos voluntários de porcentagens de mistura para os países-membros, especialmente de agrodiesel, o combustível mais utilizado, tanto em veículos pequenos quanto nos de transporte (TRANSPORT & ENVIRONMENT, 2017). Em 2003, a Diretiva Comunitária (2003/30/CE), que versa sobre a “promoção da utilização de biocombustíveis ou de outros combustíveis renováveis nos transportes”, colocou como justificativa o compromisso comunitário assinado em 2001 sobre desenvolvimento sustentável e o cumprimento do Protocolo de Quioto. Importante reiterar que tudo isso esteve pautado pelas “práticas agrícolas e florestais sustentáveis” previstas na Política Agrícola Comum (PAC).

No que tange aos agrocombustíveis, na citada diretiva da União Europeia, foi projetada até 2020 a utilização gradativa destes em até 20% no combustível dos transportes rodoviários, sendo que, para tanto colocou como meta de 2% de mistura na gasolina e no diesel até 2005, e 5,75% até 2010 (PARLAMENTO EUROPEU, 2003). Em 2009 a Diretiva 28 modifica em parte as diretivas anteriores, mantendo como objetivo a utilização de energias renováveis em 20% e 10% de biocombustíveis (agrocombustíveis de primeira e, preferencialmente, de segunda geração) até 2020. A mudança é que deixa de ser indicativa e passa a ser compulsória para os países-membros, além de revisar os

critérios para a utilização de biomassa oriunda de cultivos alimentares para a produção, alertando para a diminuição da utilização destas fontes (PARLAMENTO EUROPEU, 2009).

Nesse cenário, a produção e utilização de agrodiesel cresceu, com protagonismo da Espanha, Alemanha, França e Itália. Esse salto foi baseado na utilização de oleaginosas plantadas no próprio território como a canola e o girassol, no entanto, devido à demanda foram importadas matérias-primas, como o azeite de palma da Ásia e da América Latina, e, desde 2008, agrodiesel procedente da Argentina e da Indonésia (FLACH, LIEBERZ e ROSSETTI, 2017, p. 28; TRANSPORT & ENVIRONMENT, 2016, p. 4).

Com a consolidação da agroenergia como fonte renovável sob a dominância do bloco do etanol e do agrodiesel, comparecem as articulações políticas dos Estados para fortalecerem o mercado mundial de agrocombustíveis, atrelado às ações para transformar o etanol e o agrodiesel em *commodities*. A dupla Capital-Estado vai agir sob os princípios de liberalização e privatização para promover a organização de associações nacionais de produtores, transferência de tecnologia, programas de crédito e IED para aumentar o número de países produtores e consumidores mundiais. Por exemplo, em 2007 foi criado o Fórum Internacional de Biocombustíveis (FIB), com parceria entre Estados Unidos, Brasil, União Europeia, Índia, China e África do Sul. Nesse cenário, acordos bilaterais do Brasil e dos Estados Unidos em 2007, impulsionados pelos presidentes Lula e Bush, tinham o objetivo de ampliar o número de produtores e a quantidade de etanol por meio da transferência de tecnologia e investimentos privados, o que resultou em programas de cooperação Sul-Sul, protagonizados pelo Brasil, com países do Caribe, América Central e África (MARINHO, 2015, p. 341 et seq.).

Eis mais um fator que exige compreensão da geopolítica dos agrocombustíveis, colocando em destaque a expansão do número de países que no século XXI adotaram políticas de uso e produção de agroenergia referenciada na mistura desta energia renovável com combustíveis fósseis. No Quadro 1 comparecem os países que até 2016 tinham políticas de mistura, sendo que o ano de criação sinaliza a primeira ou a mais recente legislação a respeito (no caso do Brasil e os Estados Unidos).

Quadro 1 - Países com políticas de utilização de agroenergia até 2016

Região	País	Número de Políticas	Mistura %		Voluntário/Obrigatório	Ano
			Etanol	Agrodiesel		
Américas	Argentina	3	10	8-10	Obrigatório	2013
	Bolívia	0			Em processo	
	Brasil*	4	27,5	7-10	Obrigatório	2004
	Canada	1	5	2		
	Colombia	3	8-10	5-10	Obrigatório	2002
	Chile	0	5	5	Proposta	
	Costa Rica	1	7	20	Obrigatório	
	Equador	9	5	5-10	Obrigatório	2012
	Guatemala	1				
	Jamaica	1	10		Obrigatório	2011
	México	1	2			
	Nicarágua	1				
	Panamá	4	2-10		Obrigatório	2011
	Paraguai	3	25-27,5		Obrigatório	2014
	Peru	1	7-8	2-5	Obrigatório	2003
	Estados Unidos*	4	10-85		Obrigatório	2000
	Uruguai	3	10	2-5	Obrigatório	
África	Angola	1	10			
	Botswana	1				
	Etiópia	1	5			
	Gana	1				
	Quênia	1	5			
	Malawi	2	10			
	Mali	2				
	Ilhas Maurício	1	10			
	Moçambique	3	10	3-20	Obrigatório	
	Nigéria		10			
	África do Sul	4	2-10	5		2015
	Sudão	5	5			
	Suazilândia	1	10	3		
	Tanzânia	1				
	Zâmbia	1				
Zimbabwe	3	20			2014	

Europa (União Europeia e outros)	Albânia	2			Obrigatório	
	Áustria	1			Obrigatório	
	Bielorrússia	2			Obrigatório	
	Bélgica	1	10		Obrigatório	2003
	Bósnia e Herzegovina	1			Obrigatório	
	Bulgária	2			Obrigatório	
	Croácia	1	1	3	Obrigatório	
	Chipre	2			Obrigatório	
	República Checa	1			Obrigatório	
	Dinamarca	1	4	6	Obrigatório	2003
	Estônia	1			Obrigatório	
	Finlândia	1			Obrigatório	
	França	2			Obrigatório	2003
	Alemanha	2	2	4	Obrigatório	2003
	Grécia	1			Obrigatório	
	Hungria	2	2.2	2.9	Obrigatório	
	Islândia	1			Obrigatório	
	Irlanda	5			Obrigatório	
	Itália	2		6.3	Obrigatório	
	Letónia	1			Obrigatório	
	Lituânia	1			Obrigatório	
	Luxemburgo	1			Obrigatório	2003
	Malta	1			Obrigatório	
	Montenegro	3			Obrigatório	
	Noruega	1		2-7	Obrigatório	2003
	Polónia	5			Obrigatório	2003
	Portugal	2	5.5		Obrigatório	2003
	România	1			Obrigatório	2003
Eslováquia	21	4.5	7.5	Obrigatório		
Espanha	4			Obrigatório		
Suécia	2			Obrigatório		
Ucrânia	3	5		Obrigatório		
Reino Unido	8			Obrigatório		
Ásia-Oceania	Austrália	1	7	2		
	China	2	10	10	Obrigatório	
	China-Taipei	2				
	Fiji	1	10	5	Obrigatório	2011
	Índia	4	5-20	5-20		2015
	Indonésia	1	3	5-10	Obrigatório	2014
	Jordan	2				
	Malásia	1		10-20	Obrigatório	
	Nova Zelândia	1				2012
	Filipinas	2	10	2-5		2013
	Coreia do Sul	3		2		2014
	Sri Lanka	1		1-2		2008
	Tailândia	2	10-20	5-10	Obrigatório	2012
	Vanuatu	1				
Vietnã	1	5				

Fonte: Organização própria com base em dados da REN21, biofuesldigest.com e

biofuelassociation.com.au

Organização: Robinzon Piñeros

Isto posto, no regime alimentar corporativo também vai se consolidar o grupo de corporações que atuam no agroprocessamento e comercialização dos cultivos flexíveis, representados, pois, por corporações transnacionais mais importantes na produção de agroenergia (Quadro 2).

Quadro 2 - Corporações transnacionais na produção de agroenergia

Corporação	Origem	Grupo	Investimentos agroenergia	Tipos agroenergia
ADM	Estados Unidos	ADM	Estados Unidos, Brasil	Etanol
Raizen	Holanda-Brasil	Shell-Cosan	Brasil	Etanol
Odebrecht Agroindustrial	Brasil	Odebrecht	Brasil	Etanol
Biosev	Estados Unidos	Louis Dreyfus	Brasil	Etanol
Wilmar	Cingapura	Wilmar	Malásia, Indonésia, Nigéria, Gana, Costa de Marfim, Uganda, Honduras	Biodiesel
Abengoa Bioenergy	Espanha	Abengoa	Espanha, Francia, Holanda, Estados Unidos, Brasil	Etanol e Biodiesel
Henan Tianguan Group	China	Pública	China	Etanol
Dupont	Estados Unidos	Dupont	Estados Unidos	Etanol

Fonte: REN21, 2015; MCKAY, SAUER *et al.* e diversas fontes.

Organização: Robinzon Piñeros

Afinal, a falácia ambiental do capital conseguiu impulsionar mudanças na matriz energética mundial, colocando a agricultura na trama ambiental, energética, alimentar e financeiro-especulativa, acima dos princípios da segurança e da soberania alimentar. Isso, de fato, acabou criando e ocupando diferentes fronteiras de acumulação a partir de novos valores de troca da natureza. Deste modo, consolidou-se um bloco mundial de poder corporativo heterogêneo que atrela as relações assimétricas entre os países produtores e/o consumidores, capital financeiro, agrohidronegócio, biotecnologia, bioengenharia, construção, indústria agroquímica, latifundiários, agências de classificação de risco, ONGs e mídia, entre outros.

Esse bloco vai garantir as taxas de lucro por meio das condições de mercado dos cultivos flexibilizados para a especulação entre o mercado de alimentos e de agroenergia, sendo que poderá controlar as contingências da especulação dos mercados de *commodities* agrícolas, com a salvaguarda do mercado interno dos agrocombustíveis. Isto é, poderão levar para um ou outro mercado, segundo as condições econômicas, políticas e tecnológicas. Porém, o mercado interno/nacional de agroenergia opera sob o princípio de inelasticidade-preço da demanda, em razão da obrigatoriedade da mistura com

combustíveis fósseis (também inelásticos), condição que demonstra a dependência metabólica do sistema do capital do uso de energia para a combustão de veículos. Essa inelasticidade significa que em curto e médio prazos existem poucos substitutos, tanto dos combustíveis fósseis quanto dos agrocombustíveis (ainda que a segunda geração com outras fontes de biomassa já está sendo alavancada), portanto a demanda se manterá no tempo e funciona como atraente dos investimentos (IED). Isso coloca aos países a necessidade de criar uma agenda de apoio público para oferecer financiamento público e privado, isenções fiscais, investimentos em tecnologia, restrições de importação e políticas para a posse e/ou compra da terra.

Para demonstrarmos como toda a estratégia político-econômica tem consolidado a produção e consumo mundial de etanol e de agrodiesel, nos últimos 20 anos, nos Quadros 3 e 4 comparecem a produção e o consumo de etanol e agrodiesel por regiões do mundo. Essas informações baseadas na classificação da *Energy Information Administration* (EIA) dos Estados Unidos.

O Quadro 3 contém dados do bloco do etanol, para 1995, 2005 e 2014, nos quais as regiões Sul e Central da América Latina, destacam-se pelo etanol oriundo da cana-de-açúcar, como temos exposto, sendo que, o mais importante produtor é o Brasil, detentor da maior área plantada de cana-de-açúcar do mundo, e que mantém-se líder absoluto na produção e consumo. Além disso, destaca-se o fato de que nestas duas regiões, desde 2005, tem-se a inserção no rol de produtores de etanol, a Argentina, Colômbia e Guatemala.

Quadro 3 - Produção e consumo mundial de etanol por regiões (1995-2014) Mil barris/dia²⁶

Região	1995		2005		2014	
	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo
África	2	2	2	0	1	0
América do Norte	89	90	259	271	967	929
Ásia e Oceania	0	0	26	26	83	92
Centro e Sul América	221	198	284	184	466	445
Eurásia	0	0	3	0	9	0
Europa	8	8	15	20	89	100
Oriente Médio	0	0	0	0	0	0

Fonte: IEA, 2017

Organização: Robinzon Piñeros

²⁶ 1 barril = 159 litros

Na sequência, situa-se a América do Norte, com os Estados Unidos, por meio do etanol obtido do milho, sendo que, a partir de 2005 esse país se torna o maior produtor e consumidor, ultrapassando o Brasil, na produção. Observa-se também como o etanol passa de uma produção e consumo baixos na Europa, para posicionar-se como a terceira região consumidora. No entanto, possui um déficit de 11.000 barris/dia, em 2014, que é solucionado mediante importações dos Estados Unidos ou da América Latina (Guatemala, Peru e Bolívia) (FLACH, LIEBERZ e ROSSETTI, 2017, p. 21).

O bloco do agrodiesel, representado no Quadro 4, coloca a Europa como o maior produtor e consumidor desse agrocombustível, processado industrialmente com matéria-prima plantada no próprio território europeu, ou nos países exportadores de azeite de palma. No entanto, a Europa apresenta um déficit entre consumo e produção que tem sido solucionado com a importação de agrodiesel de soja da Argentina e azeite de palma do Sudeste Asiático e da América Latina. Ao mesmo tempo, destaca-se, entre 2005 e 2014, o aumento contínuo da América Latina, devido ao avanço das lavouras de soja no Sul da América do Sul e da palma de azeite na faixa tropical e subtropical que atravessa a Colômbia, Equador, Peru, Guatemala, Honduras e norte do Brasil.

Quadro 4 - Produção e consumo mundial de agrodiesel por regiões (1995-2014)

Mil barris/dia

Região	2000		2005		2014	
	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo
África	0	0	0	0	0	0
América do Norte	0	0	61	6	88	106
Ásia e Oceania	0	0	22	2	112	94
Centro e Sul América	1	0	5	0	120	93
Eurásia	0	0	3	0	5	3
Europa	15	14	62	53	203	234
Oriente Médio	0	0	0	0	0	0

Fonte: IEA, 2017

Organização: Robinzon Piñeros

De fato, salienta-se que desde 2005 a Colômbia passou a ocupar a quarta posição entre os produtores de azeite de palma do mundo, seguida pela Nigéria, Equador e Guatemala (FAOSTAT, 2017). Outro fato a destacar é a vocação exportadora da Ásia, Oceania e da América Central, pois em 2014 tiveram mais produção do que consumo, sendo que esses excedentes foram exportados, especialmente, para a União Europeia, Estados Unidos e Canadá.

Simultaneamente à consolidação do mercado mundial, ocorre a consolidação da faceta ideológica, quer dizer, colocar os agrocombustíveis como uma mercadoria que contribui para a diminuição das emissões de GEE, em comparação com os combustíveis fósseis. A estruturação de instituições encarregadas de analisar, produzir e difundir informações a respeito das energias renováveis, foi colocada desde as diferentes conferências das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável e fontes de energia novas e renováveis, especificamente em Nairóbi (1981), Johannesburgo (2002), Bonn (2004) e Pequim (2005). No âmbito da Conferência de Energia Renovável de Bonn, foi criada a Rede de Política de Energia Renovável para o Século XXI ou REN21, sendo esta a instituição encarregada de oferecer um panorama mundial das políticas, investimentos, uso e produção deste tipo de energias.

A REN21 constitui-se na instituição de coleta, sistematização e difusão sobre as energias renováveis, conformada como uma rede “que conecta uma ampla gama de atores-chave, incluindo governos, organizações internacionais, associações industriais, ciência, academia e sociedade civil” (REN21, 2017a). Desde 2004 produz relatórios anuais focados no avanço das políticas, utilização, investimentos e distribuição mundial e regional da energia renovável. Complementar a esta, em 2009, no mesmo âmbito das Conferências das Nações Unidas, foi criada a *International Renewable Energy Agency* (IRENA), encarregada da promoção destas energias por meio de análise, sistematização e transferência de práticas. Em 2011 a agência congregava 64 países, e em 2017, 150. (IRENA, 2018).

Essa estruturação de instituições mundiais define a energia renovável entre moderna, produzida pela utilização de técnica e tecnologia em diferentes fontes para sua produção, e a tradicional, associada à combustão de biomassa como madeira e carvão tradicional. As renováveis modernas incluem a bioenergia, oriunda da biomassa, geotérmica, hidráulica, solar, eólica e marinha. Em 2015, no relatório da REN21, foi estimado o percentual de consumo de energia no mundo à base de 78,4% para a energia fóssil, a nuclear com 2,3%, e a renovável com 19,3%. Esta, ao ser desagregada, divide-se entre biomassa tradicional (9,1%); hidráulica (3,6%); biomassa, solar e geotérmica para aquecimento de água (4,2%); agrocombustíveis para o transporte (0,8%); e eólica, solar, biomassa, geotérmica para geração elétrica (1,6%) (REN21, 2017a, p. 30).

A agroenergia, no âmbito das energias modernas aporta tanto à biomassa, para a geração de eletricidade via combustão (p.e. bagaço) ou biogás, como também aos agrocombustíveis (etanol e diesel). No entanto, a energia da biomassa também é definida

como combustíveis líquidos (*liquid fuels*), nos quais estão o etanol e o agrodiesel, e os combustíveis sólidos (*solid fuels*), oriundos de resíduos sólidos vegetais para serem queimados e produzir eletricidade, como o bagaço da cana-de-açúcar ou caco de madeira, assim como por meio de processos químicos para produzir biogás e biometano, entre outros.

Os combustíveis sólidos constituem uma fatia da segunda geração de combustíveis, amplificando a utilização das formas da biomassa, apresentada como uma saída à utilização de cultivos alimentares. Tanto nos Estados Unidos e no Brasil, quanto na Europa, estão sendo impulsionadas pesquisas e produção de combustíveis de segunda geração, seja o etanol celulósico ou o biodiesel extraído de processos químicos com algas modificadas geneticamente, metanol, butanol etc. Esse desenvolvimento coloca as universidades, centros e agências de pesquisa e a indústria química, em parceria com o capital privado, para levar em frente a nova fase de criação de valores de troca fundamentada na apropriação da natureza para produzir energia. Não obstante, esse processo, diga-se, histórico, é mascarado pelo ambientalismo do capital para responder às demandas de movimentos sociais e ambientalistas, que denunciaram a utilização de alimentos para a produção de agrocombustíveis, como milho, e ainda, as denúncias de desmatamento, para plantio de palma de azeite na Malásia e na Indonésia.

Cabe elencar outro viés ideológico que se atrela ao ambientalismo do capital acionando as características de flexibilidade, o qual é equacionado, especialmente nos relatórios e projetos de pesquisa da União Europeia, como “4F”: alimento (*Food*), ração (*Feed*), combustível (*Fuel*), fibra (*Fibre*) (ALEXOPOULOU, 2010). Outra expressão dessa equação está no discurso de Manfred Kern, especialista da Bayer CropScience em desenvolvimento sustentável, que defende nas suas palestras o Factor Fth, que identifica, segundo ele, *Future Farming, Food, Feed, Fitness, Fuel, Fiber, Flowers, Freshwater, Fishery, Forestry, Flora, Fauna, Fun, Fortune, Freedom* sob o princípio de

[...] atender à crescente demanda por alimentos, rações, fibras, combustíveis, produtos industriais e produtos baseados em plantas "funcionais" e sistemas de produção agrícola melhorados. A agricultura voltada para o futuro, baseada no conhecimento e com valor agregado terá de se tornar uma realidade. Isso significa um uso reduzido e realocação de recursos (KERN, 2014 apud KERN, 2015, p. 2, tradução nossa)

Em conclusão, no que tem a ver com a nossa pesquisa não podemos separar o âmbito energético do alimentar, presente nos cultivos que pesquisamos (cana-de-açúcar

e palma de azeite), isto porque, na fase alimentar-financeira-energética do regime alimentar corporativo que temos apresentado, o mercado é o carro-chefe da transformação das matérias-primas extraídas, portanto essa realidade nos obriga a falarmos de cultivos flexíveis (*flex crops*). Essa denominação é para além da dimensão discursiva do capital e se concentra na sua capacidade de produzir valores de troca. A esse respeito Borrás et.al. (2014, p. 6), afirmam que a reestruturação agrícola contemporânea atrela a multiplicidade de usos das lavouras e as matérias-primas agrícolas, o que não expressa nada novo, porém ressalvam a mudança atual nos padrões de produção, circulação e consumo, para serem inseridas em diferentes circuitos de troca controlados pelas corporações e/ou capital financeiro. Em consequência, o fator que dá a sua “viabilidade produtiva” são os múltiplos usos pautados pelo mercado capitalista e o fator Fⁿ: combustível, ração, alimento, fibra, indústria de higiene pessoal e cosméticos, que agregam uma segurança financeira aos investimentos no mercado de futuros, pois podem ser deslocadas segundo o vaivém especulativo, tornando-se atrativas para os investidores.

Os cultivos flexíveis (*flexcrops*) e as matérias-primas deles oriundas, segundo Borrás, et.al. (2014), possuem três condições mínimas: a primeira é a base material, a qual é a multiplicidade de usos como matéria-prima em direta relação com a produção industrial; a segunda são as possibilidades tecnológicas disponíveis em cada país ou território, o que diminui os custos em capital fixo e variável; a terceira se refere ao lucro que pode garantir em diferentes mercados onde é vendida, isto é, os atores que intervêm no comércio e a produção agroindustrial, além do apoio econômico dos Estados (BORRAS JR, FRANCO, *et al.*, 2014, p. 7).

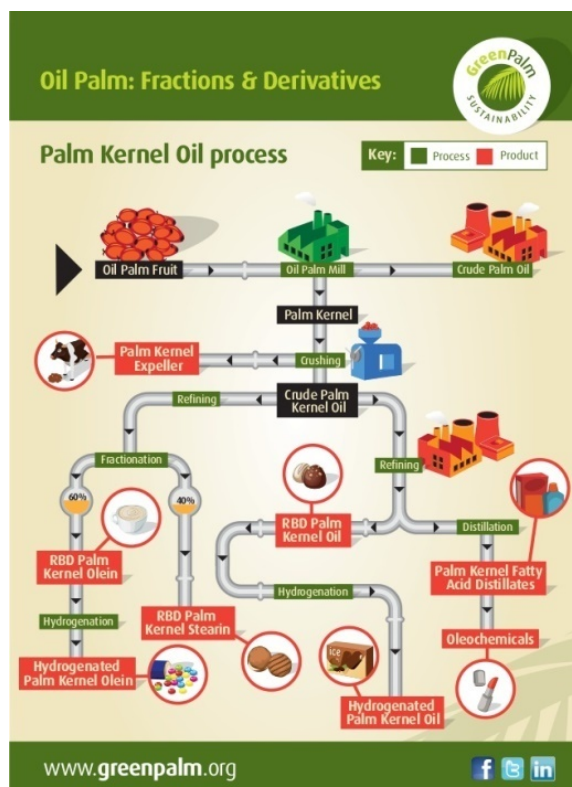
Ou seja, os cultivos flexíveis se inserem na complexidade da relação Norte-Sul Global, tanto na produção de alimentos, quanto na produção de agroenergia para criar mecanismos de compensação ambiental e mascarar a dependência metabólica dos combustíveis fósseis. Nas Figuras 5 e 6 pode-se observar a flexibilização e os impactos no processo de trabalho que atrela desde o plantio até os diferentes processos industrial-alimentar-agroenergéticos, para produzir as mercadorias que são vendidas em diferentes mercados.

Figura 5. Representação da "flexibilidade" da cana-de-açúcar



Fonte: Odebrecht agroindustrial. Organização: Robinzon Piñeros

Figura 6 - Representação da "flexibilidade" da palma de azeite



Fonte: www.greenpalm.org Organização: Robinzon Piñeros

Na representação da flexibilização para produzir mais produtos oriundos destes cultivos, também comparece a acumulação flexível, ou o modo como o processo de trabalho é mundializado no Regime Alimentar Corporativo. Eis a centralidade do trabalho nos empreendimentos do capital para a exploração e subordinação do trabalho de homens e mulheres, fato, que se articula à destrutividade por trás da expropriação da terra e dos recursos territoriais. Portanto, surge a pergunta pelas características da classe trabalhadora.

1.6 A Classe trabalhadora na fase alimentar-financeiro-energética do regime alimentar corporativo

A administração da crise estrutural do capital encontrou uma saída no agrohidronegócio por meio do projeto dos agrocombustíveis, estreitamente vinculado à contradição alimentos-combustíveis, que levou à amplificação espacial da acumulação pela via da flexibilização de alguns cultivos e matérias-primas agrícolas. A partir disso, dinamizou-se a apropriação da natureza na forma de procura de terras, disponibilidade hídrica, condições logísticas favoráveis etc. Simultaneamente alavancou a expropriação material e simbólica da terra para assalariar, integrar verticalmente e/ou, por meio da expropriação, compra, todavia, deslocando modos de vida preexistentes. Muitos dos quais constituem territorialidades camponesas, indígenas, afrodescendentes, dentre outras, que compõem a classe trabalhadora, considerada de forma ampliada (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2017).

Os espaços rurais são o pano de fundo onde se mobiliza territorialmente o trabalho deste segmento da classe trabalhadora, comparecendo como uma mercadoria no processo de expansão e destruição, impulsionado pelos empreendimentos do agrohidronegócio. O aprofundamento da junção agricultura-indústria neste processo expansivo cria, contraditoriamente, empregos, em condições precárias, sob riscos e agravos iminentes para a saúde, sem contar que muitos dos trabalhadores se encontram em condições de insegurança alimentar, o que pode ser agravado, ainda mais, na condição de desempregado, de descartado, porque é a materialização da barbárie sob a imposição da exclusão no limite.

Isto é, o processo de racionalização do controle do trabalho, desde as operações agrícolas até o processamento industrial, continua se referenciando nas inovações organizacionais e tecnológicas, desta maneira coloca em curso o modo espectral das

formas elusivas da modernização da produção agrícola, sem agricultores. Isto se manifesta no objetivo de aumentar a substituição de trabalho vivo através do uso de maquinaria, tecnologias da informação, GPS, sistemas de controle centralizados de dados de processos etc. O viés regressivo desta modernização se expressa nas condições precárias de trabalho, às quais se somam os riscos e agravos para a saúde tanto pela utilização de insumos químicos, quanto pelo desgaste físico e psicológico das funções, medo do desemprego e rotatividade (THOMAZ JUNIOR, 2017).

A superexploração do trabalho no agrohidronegócio vai se encobrir através do patamar ideológico do desenvolvimento sustentável, demonstrando que o trabalho no campo não é mais cansativo e degradante, no entanto o trabalhador passa a se estranhar diante das máquinas e ferramentas da agricultura de precisão e da agricultura climaticamente inteligente (*climatic smart agriculture*), ou seja, a agricultura que utiliza máquinas e tecnologia de georreferenciamento e transmissão de dados informatizados, por exemplo, no bojo do controle *just-in-time*, bem como, a medição das emissões e captura de carbono no processo de trabalho (MORENO, 2013).

Presenciamos um amálgama de formas e escalas de controle que atuam dentro e fora do local de trabalho, garantindo a exploração e controle do trabalho e a desterritorialização dos modos de vida preexistentes. Nessa realidade contraditória misturam-se formas de exploração e subordinação do trabalho que têm a ver com o controle presente na base técnica da produção (revoluções tecnológicas ou idades da máquina), e os modelos produtivos (Fordismo-Taylorismo, Toyotismo) (ALVES, 2007). Além disso, considera as formas complementares de controle, para além do chão de fábrica e do plantio, que têm muito a ver com a dominação de classe exercida na forma de empresas/corporações ou do Estado, valendo-se de formas de violência (assassinatos sistemáticos) e de consenso (paternalismos, filantropia e caridade) que impactam a esfera da reprodução da classe trabalhadora, inclusive, entendendo esta como população ou estoque humano, ou seja, como recurso disponível, ora passivo ora atuante (capaz de recriar resistências) (RAFFESTIN, 1996, p. 67).

Eis a superexploração do trabalho encravada nas relações de dominação colonial e imperialista da divisão internacional do trabalho, presentes no Sul Global em todos os processos agrícolas e industriais que ocupam a retaguarda das cadeias de valor global (CVG), das *commodities* agrícolas. Com a acumulação flexível, o Sul Global se especializa na produção e exportação de bens primários agrícolas oriundos de cultivos flexíveis, produzidos mediante processos de industrialização adequados para a extração

de óleos, refino de açúcar, destilação/esterificação de agrocombustíveis ou geração de eletricidade com biomassa. A dependência do Sul, mais uma vez, direciona-se pela venda de meios de subsistência de origem agropecuária (MARINI, 2008, p. 113), somados às mercadorias criadas pelo ambientalismo do capital através dos MDL, e o mercado mundial de compensações das emissões de GEE. Ou seja, o Sul vai continuar abastecendo a parte da dieta e, agora, vai se tornar uma fazenda mundial de energia para compensar os efeitos ambientais do consumo elevado de energia fóssil e elétrica do Norte (MCMICHAEL, 2009).

Comparecem numerosos exemplos desta superexploração, pesquisados, relatados e denunciados por acadêmicos, ONGs, sindicatos e movimentos sociais. Esses estudos e relatórios mostram as condições de trabalho nos canaviais e nas plantações de palma de azeite no Sudeste Asiático, África e América Latina, como expressão da barbárie, muitas vezes em condições análogas à escravidão. O trabalho sem contrato ou informal, sazonal, temporário, por tarefa ou peça, bem como, a exploração de crianças, e a falta de fornecimento de ferramentas, de itens de proteção, constituem uma constante das denúncias sobre as formas mundializadas de intensificação e degradação do trabalho para os homens e mulheres que trabalham (AMNESTY INTERNATIONAL, 2016; OPPUK; RAINFOREST ACTION NETWORK, ILRF, 2016; VERITÉ. FAIR LABOUR. WORLDWIDE, 2016; HOUTART, 2010).

Na Malásia e na Indonésia, além de empregarem homens e mulheres expropriados das suas terras e expulsos de suas comunidades, expropriados/expulsos das florestas, derrubadas para o plantio de palma, há também o tráfico de trabalhadores de outros países (Camboja, Indonésia, Laos, Myanmar, Nepal, Filipinas, Tailândia e Vietnã), intermediado pelas empresas, para as plantações e plantas agroprocessadoras de agrocombustíveis. Essas plantações fazem parte dos investimentos (*join venture*) entre empresas locais e corporações transnacionais, financiados por Bancos, como o Deutsche Bank, no intuito de garantirem o fluxo contínuo de matérias-primas e mercadorias finais, especialmente o agrodiesel, nas cadeias globais de valor (CGV) controladas por corporações alimentares como Pepsico, Procter & Gamble, Nestlé, Unilever ou por Wilmar. Isto é, trata-se do grande capital do agrohidronegócio asiático com investimentos em palma de azeite, agrodiesel, comercialização de açúcar e azeite de palma etc. (OPPUK; RAINFOREST ACTION NETWORK, ILRF, 2016; AMNESTY INTERNATIONAL, 2016).

No que tem a ver com a África, os de capitais oriundos da China, Malásia, Indonésia e a Europa têm conseguido se favorecer politicamente via *lobby* para comprar ou concessionar terras públicas, procedendo o desmatamento e expulsando comunidades para plantarem palma de azeite. Destacam-se a Nigéria (o quinto maior produtor de azeite do mundo), Congo, Uganda, Camarões, Togo, Benim, Gana, Serra Leoa, Costa de Marfim, Guiné, Gabão e Uganda. A expropriação das terras é igual à da Ásia, pois proletariza homens e mulheres que se vinculavam há séculos às práticas de extrativismo. Já, na América Latina, destacam-se o Equador, Honduras, Guatemala, México e Colômbia com o deslocamento de comunidades afrodescendentes, indígenas e camponesas para a expansão das plantações e as plantas agroprocessadoras de azeite e esterificação de agrodiesel.

No que tange à cana-de-açúcar, o Brasil é o mais destacado pela expansão da área plantada e o aumento da produtividade que, apenas em retórica, amenizou a exploração do trabalho dos cortadores manuais, especialmente no Estado de São Paulo, por meio da aplicação de justificativas ambientais para a mecanização (SAUER e BORRAS, 2016). No entanto, as pesquisas sobre essas mudanças demonstram que a internacionalização do setor agroindustrial canavieiro, embora tenham melhorado as condições de trabalho, continuam se caracterizando pelo emprego de trabalhadores em condições precárias, com a manutenção da exposição aos riscos e os agravos à saúde, e com a ocorrência de morte dos trabalhadores. (THOMAZ JUNIOR, 2017; BUNDE, 2017; VERÇOZA, 2016). Sob a órbita da expansão deste cultivo para a produção de açúcar e de etanol, em países da América Central e da África, têm sido documentadas as condições precárias, às quais se submetem os trabalhadores, sendo que muitos deles são migrantes, da Guatemala, Angola, Moçambique e África do Sul (THOMAZ JUNIOR, 2017).

Contudo, nesse marco mundializado do regime alimentar corporativo apontamos a importância da tessitura territorial e suas interconexões multiescalares e multidimensionais constituintes da relação capital x trabalho. A materialização desta relação é produto das forças estruturais do capital que dinamizam a mobilidade do trabalho através da expropriação, despossessão, subordinação, deslocamento, precarização, superexploração, desqualificação, podendo-se se combinar ou não, no entanto, materializando-se em diferentes formas de controle do trabalho.

Por sua vez, a mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977) se expressa na dimensão econômica e social da construção e reprodução do mercado de compra-venda de força de trabalho, ou seja, na junção da dominação e da exploração presentes na

acumulação primitiva e na exploração do trabalho, o que induz à necessária compreensão multifacetada da classe trabalhadora, para além do proletariado industrial, fordista-taylorista (THOMAZ JUNIOR, 2009; HARVEY, 2005a; ANTUNES, 1999; MORAES SILVA, 1998).

Em consonância a esse entendimento, temos que a formação da classe trabalhadora é um processo determinado histórica e espacialmente, que tece dialeticamente violência e consenso, assim como resistência e luta, conforme salientado por Harvey (2005, p. 122)

[...] Em alguns casos, as estruturas preexistentes têm de ser violentamente reprimidas como incompatíveis com o trabalho sob o capitalismo, porém múltiplos relatos sugerem hoje que há a mesma probabilidade de serem cooptadas, numa tentativa de forjar alguma base consensual, em vez de coercitiva, de formação da classe trabalhadora. Em suma, a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão. As condições de luta e de formação da classe trabalhadora variam amplamente, havendo portanto, como o insistiu Thompson, entre outros, um sentido no qual a classe trabalhadora "se faz a si mesma", ainda que nunca, é claro, em condições de sua escolha. O resultado é muitas vezes deixar vestígios de relações sociais pré-capitalistas na formação da classe trabalhadora, assim como criar diferenciações geográficas, históricas e antropológicas no modo de definir a classe trabalhadora (HARVEY, 2005a, p. 122).

Nessas diferenciações presentes no processo da formação da classe trabalhadora emergem novas fronteiras e embates para além das definições ortodoxas. Essa possibilidade de reconhecer as múltiplas dimensões que conformam a classe trabalhadora também se nutre da transversalidade ou interseccionalidade de classe, que ressaltam os sujeitos explorados, atentando-nos para as questões do controle pautadas pela inter-relação entre gênero, raça, sexo, etnia e geração (idade) (HIRATA, 2014; THOMAZ JUNIOR, 2013; ANTUNES, 1999; MORAES SILVA, 1998).

Nesse íterim, nossa pesquisa opta por analisar a geração por meio do protagonismo da juventude rural, como força de trabalho mobilizada pelo agrohidronegócio para ser explorada. Em primeiro lugar, é operacionalizada como um grupo etário construído legalmente (leis e políticas) e pelas condições para sua empregabilidade no mercado de trabalho. Posteriormente, comparece a experiência destes nos seus relatos de vida, e por conta dessas vinculações, optamos por pesquisar a juventude rural como sujeito da classe trabalhadora que tem protagonizado nossas pesquisas, reforçada na ideia de ser um segmento da classe trabalhadora que junto às mulheres sofrem com mais intensidade a precariedade do trabalho, expressiva na

rotatividade, desemprego, qualificação profissional, e agravos para a saúde (VASAPOLLO, 2005).

Além disso, consideramos que o avanço territorial do capital do agrohidronegócio, no Sul Global, não apenas manipula ao seu favor a disponibilidade de terra, água e outros recursos territoriais, mas também controla a disponibilidade demográfica da força de trabalho ou população em idade de trabalhar.

A FAO, em estudo de 2010, afirma que, em 2007, os países com mais população essencialmente agrícola estão no Sul Global, nos quais os jovens, entre 15 e 24 anos, especialmente os homens, participam como força de trabalho com taxas superiores a 30%. A América Latina se destaca por ter os países com as taxas mais altas de participação de jovens homens, entre estes o Brasil, Paraguai e Nicarágua estão entre 70 e 82,4%. A Colômbia, México, Equador, Peru e Bolívia chegam a ter entre 60% e 70%, com menos de 50% situam-se a Argentina e o Chile.

Tudo isto nos leva a pesquisar a mobilidade do trabalho da juventude rural nos territórios de avanço para o plantio e processamento industrial de cultivos e matérias-primas flexíveis nas duas décadas deste século XXI. Para isso, tomamos como marco a América Latina, sendo que se destaca no regime alimentar como uma região protagonista na produção de *commodities* agrícolas e agrocombustíveis.

Com base nesse processo, tomamos como recorte dois territórios, sendo, pois, um no Brasil, situado no Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo e, outro, na Colômbia, os Departamentos de Meta e Casanare. Nossas reflexões objetivam mostrar a face espacial da contradição capital x trabalho, sob os fundamentos da Geografia do Trabalho. Os processos em consecução nesses territórios, estarão presentes nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2 - O AVANÇO TERRITORIAL DO CAPITAL DO AGROHIDRONEGÓCIO DOS CULTIVOS FLEXÍVEIS NO BRASIL E NA COLÔMBIA NO SÉCULO XXI

Uma vez apresentada a consolidação do mercado mundial dos agrocombustíveis no âmbito da acelerada e intensa mundialização do capital, cabe-nos situá-la nas políticas mundiais de energias renováveis e nacionais de soberania energética e meio ambiente, as quais garantem a administração das crises do capital oriundas da dependência metabólica do petróleo e os combustíveis fósseis. Isto afiança a expansão do agrohidronegócio dos cultivos e matérias-primas flexíveis em terras do Sul Global e a intensificação do poder corporativo dos monopólios transnacionais para controlar o processo de trabalho pela via de investimentos diretos (IED) e/ou controle da Cadeia de Valor Global (CVG).

Neste capítulo analisaremos, na primeira parte, o contexto do avanço territorial dos cultivos flexíveis na América Latina. Para tanto, vamos apresentar elementos da economia política que subsidiaram o projeto dos agrocombustíveis primeiramente na América Latina e, em segundo momento, no Brasil e na Colômbia. Faremos uma análise abrangente da América Latina, considerando as diferenças nacionais do processo estudado referente às políticas de uso e produção de agrocombustíveis, por meio da análise do que denominamos dupla capital-Estado, representada pelas forças estruturais do bloco no poder. Em síntese, como setores hegemônicos que exercem papel econômico, político e ideológico para a consolidação dos agrocombustíveis como uma mercadoria verde.

2.1 O avanço do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis na América Latina: *commodities* e agrocombustíveis

Como foi abordado no Capítulo 1, o avanço do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis foi alicerçado pela mobilidade do capital para comprar e/ou controlar terra, água e trabalho no Sul Global. A América Latina comparece nesse quadro com destaque em três cultivos para a produção de *commodities* e/ou agrocombustíveis, ora de etanol a partir da cana-de-açúcar e, em menor medida, o milho na Argentina e o Brasil; ora de agrodiesel processado da soja ou da palma de azeite.

Esse quadro nos exige que identifiquemos a dinâmica do avanço do plantio desses cultivos nos últimos 20 anos e em quais países esteve diretamente relacionada com a produção e circulação dos agrocombustíveis, especialmente desde 2005, ano em que começa a se consolidar o mercado mundial da agroenergia comandado pelos dois blocos, o do etanol (Estados Unidos e Brasil) e o do agrodiesel (Europa).

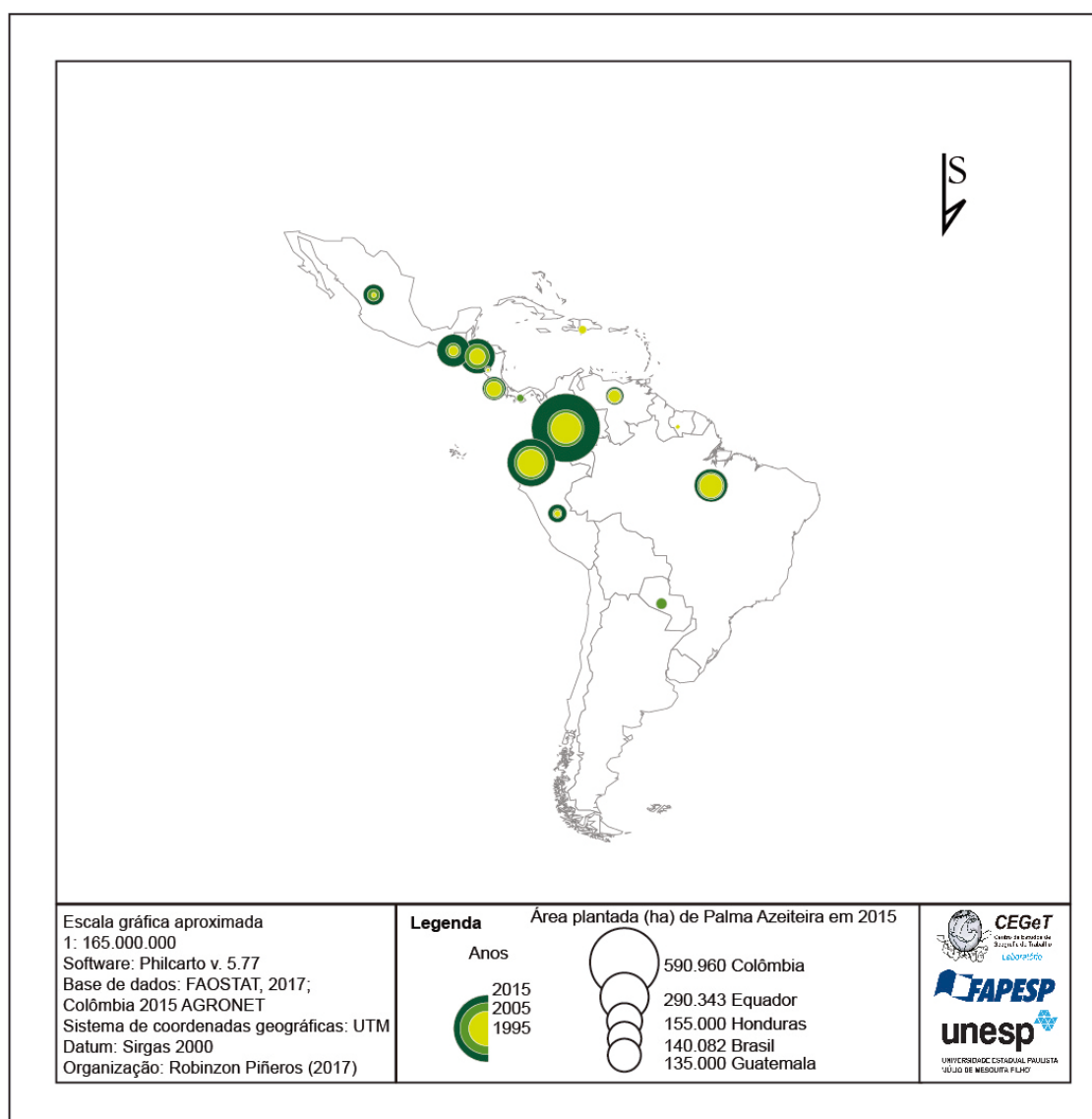
Nos mapas 1, 2 e 3, de acordo com os dados da FAO²⁷, tem-se o crescimento da área plantada dos três cultivos flexíveis mais destacados na América Latina, sendo a cana-de-açúcar, a palma de azeite e a soja, os que apresentam uma tendência à concentração em determinados países no ano 2015. No caso da cana-de-açúcar e da soja no Brasil, ocupam o primeiro lugar, já a palma de azeite se concentrou com mais intensidade na Colômbia.

Ao detalharmos sobre o cultivo da palma de azeite (Mapa 1), comparece a especialização dos países tropicais que dispõem de condições edafoclimáticas situadas entre os 15°-20° de latitude Norte e 15°-20° de latitude Sul, ou seja, nos trópicos úmidos, com terras planas, regime anual de chuvas entre 1500-2400 mm, e temporada seca de no máximo 90 dias. Essas condições se apresentam desde o Norte do Brasil e a região central do Peru, até o Sul do México, coincidindo com algumas das áreas onde têm se territorializado as plantações dos agrocombustíveis em cada país.

Cabe salientar que o óleo (azeite) de palma é oriundo de pequenas e médias plantações sob responsabilidade das comunidades tradicionais, na África, que passou a ser disseminada desde a Revolução Industrial pela Inglaterra, como lubrificante para a maquinaria, combustível para as lamparinas, e matéria-prima para fabricar velas e sabão. A utilização massiva no século XIX levou a Inglaterra a utilizar seu poder colonial para extensão das plantações na África ocidental e a difusão no Sudeste asiático, especialmente na Malásia (KIPLE, 2000).

²⁷ Apenas o dado para a palma de azeite na Colômbia em 2015 utilizou-se a informação de Agronet do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR) da Colômbia por ser o dado oficial não contemplado na base de dados da FAO.

Mapa 1 - América Latina. Aumento da área plantada (ha) de palma de azeite. 1995-2005



Por trás deste poder colonial estavam os interesses industriais da *Lever Brother*, criada em 1871, que teve protagonismo no mercado internacional de sabão para higiene pessoal, elaborado com óleo vegetal extraído de plantações próprias de palma de azeite e outras oleaginosas. Em 1930 fundiu-se com o consórcio holandês *Margarine Unie* que produzia margarina a partir de óleo vegetal hidrogenado, do qual surge o conglomerado anglo-holandês UNILEVER, constituindo-se em uma das maiores e mais antigas corporações transnacionais alimentares e de higiene pessoal (UNILEVER, 2018). Deste modo, o azeite de palma e sua utilização na indústria alimentar durante o século XX, passou a conformar o complexo mundial de óleos e gorduras.

A partir dos anos 1960 se implementaram pesquisas que levaram a uma melhora na produtividade da palma, e, ao mesmo tempo, um deslocamento das plantações da

UNILEVER para o Sudeste asiático, depois da descolonização do Congo, país onde a transnacional tinha as plantações próprias, mas diante da interrupção dos privilégios coloniais concedidos a esta empresa alimentar, deslocou-se para a Ásia. A partir dessa década, o Sudeste asiático vai sediar as maiores áreas plantadas e a maior produção de azeite de palma do mundo, sendo que muitas destas plantações avançaram em terras da Malásia e da Indonésia, na maioria dos casos, florestas nativas e também antigas plantações de seringueira, desde o período colonial. (BYERLEE, FALCON e NAYLOR, 2016; AMNESTY INTERNATIONAL, 2016).

Já a história da palma de azeite na América Latina registra usos anteriores por comunidades afrodescendentes no Estado da Bahia, no Brasil. Sua utilização como cultivo comercial data-se desde início do século XX, com as plantações da empresa estadunidense *United Fruit Company* (atualmente Chiquita Brands), na Guatemala, Honduras, Panamá e Colômbia, que o utilizou como cultivo experimental e possível substituto da banana, sendo, pois, esta fruta produzida para o consumo nos Estados Unidos e na Europa (BYERLEE, FALCON e NAYLOR, 2016).

A partir dos anos 1960 o plantio de palma de azeite foi impulsionado para o abastecimento de óleos e gorduras da indústria alimentar nacional dos países que já tinham histórico no plantio, aos quais se soma o Peru. Essa fase foi protagonizada por empresas nacionais, com concessões e crédito públicos no contexto das políticas de substituição de importações. Depois dos anos 1990 e, com mais intensidade, no século XXI, os efeitos das políticas neoliberais de abertura comercial para a agricultura e a expansão do mercado mundial de óleos e gorduras impulsionaram o aumento da área de plantio e os investimentos de capitais nacionais. A finalidade desses investimentos foi a inserção desses capitais na CVG da *commodity* óleo de palma ou a produção de agrodiesel para consumo interno e, em poucos casos, para a exportação. Foram poucos os países que tiveram grandes investimentos de capitais mundializados nesta agroindústria, apenas Honduras e Guatemala possuem alguns investimentos desse porte (ALONSO-FRADEGAS, ALONZO e DÜR, 2008).

Em decorrência disso, a América Latina, em 2015, tinha se consolidado como a terceira região do mundo com mais área plantada com palma de azeite, depois do Sudeste Asiático e da África, com 1.542.410 ha, tendo na Colômbia o país com a maior expansão, passando de 113.367 ha, em 1995, para 590.960 ha, em 2015. Esse crescimento de 421,3%, colocou o país como o quarto maior produtor de azeite de palma, em 2016, com uma produção de mais de 1 milhão de toneladas. Na sequência estão o Equador, que

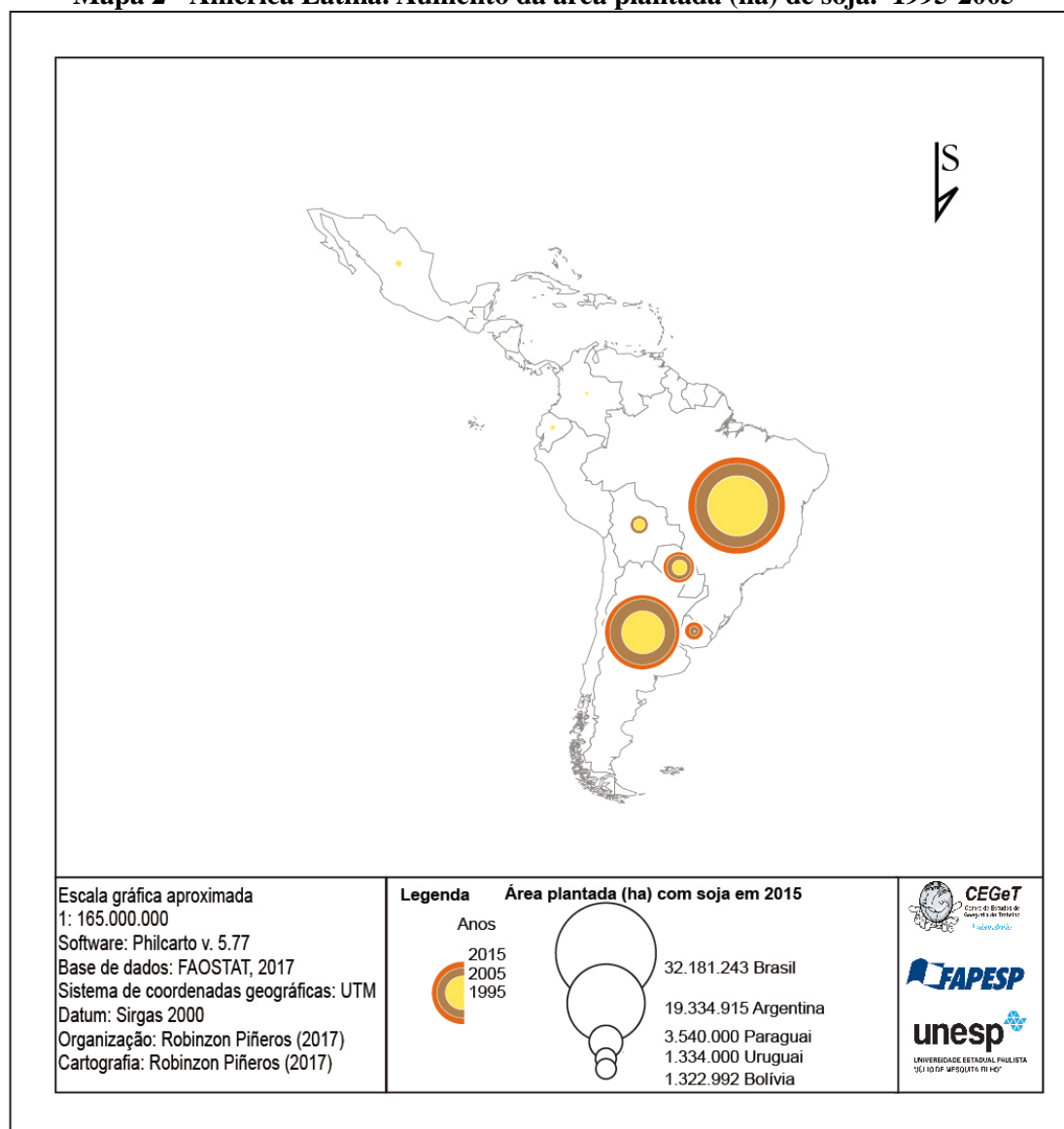
passou de 91.010 ha, em 1995, para 290.343 ha, em 2015, seguido por Guatemala, Brasil, Honduras, Costa Rica e Peru (FAOSTAT, 2017).

O mapa também destaca o avanço mais acentuado entre os anos 2005 e 2015, pautado pela conjuntura mundial da crise alimentar e energética que levou ao aumento dos preços das *commodities* agrícolas. Isto foi associado ao aumento da demanda de óleos vegetais impulsionada por países como a China e a Índia, e à utilização como matéria-prima de ração animal, assim como a produção e utilização de agrodiesel.

No tocante à soja, em 2015 passou a ocupar na América Latina mais de 58 milhões de hectares. Grande parte dessa área se concentrou nos países do Sul, sendo o Brasil o segundo com maior área plantada do mundo (32.181.243 ha), depois dos Estados Unidos (33.123.470 ha), tendo em seguida a Argentina (19.334.915 ha), o Paraguai (3.540.000 ha), o Uruguai (1.334.000 ha) e a Bolívia (1.322.992 ha) (Mapa 2). Além da concentração no Sul também comparece a descontinuidade do plantio em países como Colômbia, México e Equador que em 1995 tinham uma área plantada que diminuiu nos anos posteriores, e poderíamos apontar como uma das causas as políticas neoliberais de abertura comercial e os tratados de livre comércio (o TLCAN no caso de México) que passaram a garantir a importação de grãos oriundos dos Estados Unidos e do Canadá.

De acordo com Goldarf (2014, p. 156), a mobilidade do cultivo de soja para o Sul dependeu da desconcentração do plantio nos Estados Unidos e a mobilidade de capitais da ADM, Bunge e Cargill para investir na Argentina e no Brasil, desde os anos 1970, com o intuito de garantir a disponibilidade mundial da soja como uma das fontes mais importantes de proteína vegetal na dieta mundial. Um dos fatos que justificou essa mobilidade do plantio e dos capitais foi a escassez de proteína na dieta da população na Europa e em outros países, resultado da diminuição de proteína obtida da farinha processada com a anchova pescada no Peru, que em 1972 teve pouca oferta devido às consequências da sobrepesca e a fatores associados ao fenômeno do Niño. Concomitantemente, houve nessa mesma década uma seca nos Estados Unidos que acabou provocando o encerramento das exportações de soja.

Mapa 2 - América Latina. Aumento da área plantada (ha) de soja. 1995-2005

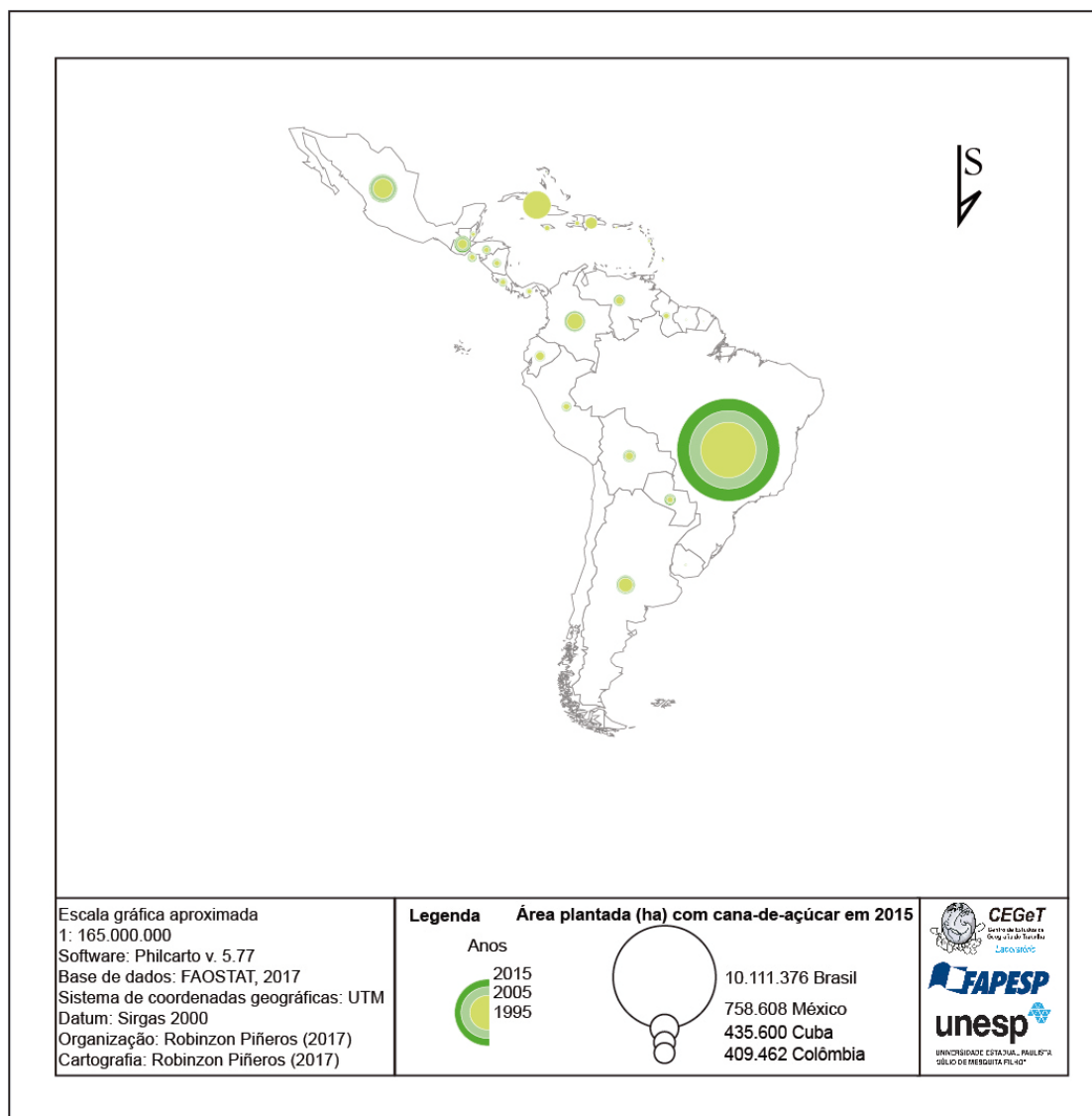


A cana-de-açúcar representa o poder do doce e a doçura do poder, como patenteado por Mintz (2009), ao procurar as razões históricas que incentivaram o consumo humano de sacarose na forma de cristais de açúcar, processados a partir desta gramínea. A dominação colonial desde o século XVI trouxe o plantio da cana-de-açúcar para a América Latina com o fim de abastecer de sacarose a burguesia europeia, espalhando-se nas terras ultramarinas dos impérios Português, Espanhol e, posteriormente, Inglês, Francês, Holandês, desde o Sul dos Estados Unidos, o Caribe, o litoral Atlântico e Pacífico até o Norte da Argentina.

Os fragmentos dessa história de expansão colonial da cana-de-açúcar na maior parte dos países da América Latina, atrelam-se recentemente pela expansão agroindustrial durante os últimos 20 anos para a produção flexível de energia (alimentar,

agrocombustível ou elétrica), embora haja um desenvolvimento desigual do patamar tecnológico e produtivo por país (Mapa 3). Nesse conjunto, destaca-se o Brasil com a maior área plantada (10.111.376 ha), em 2015, bem como o maior produtor de açúcar do mundo, e uma atuação hegemônica no desenvolvimento e difusão da tecnologia para a destilação de etanol.

Mapa 3 - Aumento da área plantada (ha) de cana-de-açúcar. 1995-2005



Ainda que o tamanho da produção de açúcar e de etanol no Brasil tenham dimensões únicas na América Latina, não pode ser ignorada a persistência do cultivo e os usos flexíveis que têm sido incentivados nas últimas décadas, especialmente com o etanol. Esses fatos e os estímulos de mercado sustentados nos altos preços internacionais do açúcar compõem como causas do aumento da área plantada entre 2005 e 2015,

destacando-se o México como o país que mais aumentou a área plantada nesse período com 88.827 ha, seguido da Guatemala (82.959 ha), Argentina (48.930 ha), Paraguai (46.000 ha), Bolívia (37.135 ha), El Salvador (27.135 ha), Nicarágua (25.442 ha), Peru (23.025 ha) e Costa Rica (16.676 ha). Entretanto, em 2015 os países com mais área plantada foram o Brasil, México (758.608 ha), Cuba (435.600 ha), Colômbia (409.462 ha), Argentina (333.569 ha) e Guatemala (267.887 ha). Porém quem se destacou foi Cuba, que, apesar de ter passado por uma reestruturação institucional e produtiva que diminuiu a área plantada e a produção de açúcar, ainda assim continua sendo um dos países mais importantes no cultivo e processamento de cana-de-açúcar em nível mundial.

A configuração espacial do avanço das três culturas: palma de azeite, soja e cana-de-açúcar tanto na escala latino-americana, quanto no interior dos próprios países, comparece diretamente relacionada com a mobilidade mundializada do capital na fase alimentar-financeiro-energética do regime alimentar. Reiteramos que o agrohidronegócio dos cultivos flexíveis tem se beneficiado da articulação do mercado internacional do petróleo e das *commodities* agrícolas, ou seja, tem conseguido vender suas mercadorias (matérias-primas com pouca ou nenhuma transformação) tanto para o mercado mundial de *commodities*, quanto para o mercado da agroenergia, no qual comparecem os agrocombustíveis que podem ser misturados com combustíveis fósseis ou puros, estratégia que se massificou neste século XXI para gerenciar as crises do petróleo e ambiental.

O mercado de agrocombustíveis está constituído pela produção para o consumo interno, alavancada pelas políticas de mudança da matriz energética para diminuir os GEE, materializadas em porcentagens de mistura gradativa, que em muitos os casos obrigatória, ou na utilização de tecnologia *flex fuel*, como vimos no capítulo 1. A consolidação desse mercado interno é do Estado, cumprindo obrigações vindas dos protocolos internacionais sobre mudança climática, cooperação internacional e pactos de classe voltados às corporações e organizações de representação de classe do agrohidronegócio, as quais têm se debruçado sobre empréstimos do capital financeiro ou crédito público para expandir seus investimentos em terras, plantio e capital fixo, focado nos empreendimentos de usinas, tanto para a produção de açúcar e destilação de etanol, quanto para a extração de óleo (de soja ou de palma) e esterificação de agrodiesel.

Outro desdobramento da criação do mercado interno de agrocombustíveis é a implementação de políticas neoliberais de abertura comercial para exportar tanto os excedentes quanto a produção total, assim como para importar as quantidades necessárias

para cumprir com as porcentagens de mistura determinadas pelas leis nacionais. Essa é a arquitetura impulsionada pelos dois blocos que configuraram o mercado internacional de etanol e de agrodiesel neste século XXI, o que de fato tem possibilitado que países que não têm políticas de mistura, ou seja, de consumo interno, produzam agrocombustíveis para o mercado mundial, sendo esse o caso de países da América Central, como Guatemala e Honduras. Além disso, existe outra face dessa arquitetura no mercado do agrodiesel e que reproduz o modelo extrativista, isto é, a Europa importa o azeite de palma como matéria-prima para a esterificação de agrodiesel ou o processamento alimentar.

Desta maneira, a flexibilidade das matérias-primas extraídas destes cultivos tem expressões diferenciadas segundo o país e o mercado. Em concordância com isto, poderíamos sinalizar que o aumento da área plantada dos cultivos flexíveis nos mapas apresentados tem relação com a produção nacional de agrocombustíveis. A produção e consumo de etanol e agrodiesel na América do Sul e Central, entre 2000 e 2014, tem no ano de 2005 o divisor de águas da produção (Quadros 5 e 6).

A expansão de políticas nacionais de mistura etanol-gasolina e o uso de tecnologia *flex fuel* em 2003 no Brasil, e de agrodiesel-diesel, teve justificativa ambiental nas políticas de mudança e soberania da matriz energética para a redução de GEE. Além disso, contava com a justificativa econômica, mediada pela cooperação internacional, pautada em grande medida pelos interesses políticos e econômicos, de um lado dos Estados Unidos e do Brasil - para tornar o etanol uma commodity (GAMEIRO, 2017), e, de outro lado, a União Europeia, para comprar azeite de palma ou agrodiesel (GILBERTSON, HOLLAND, *et al.*, 2007).

No que tange ao etanol, o tamanho da produção do Brasil, como segundo colocado em termos mundiais, tem importante influência para que a América Latina seja a segunda região com maior produção deste agrocombustível (Quadro 5). Nesse ínterim, aparecem países com uma pequena produção e com trajetórias diferenciais no mercado interno e na exportação. Em primeiro plano comparece a Argentina, que até 2010 não registrava produção de etanol, o que somente passa a ser registrado, em 2012, como o segundo país (11 mil barris/dia) na produção de etanol destilado de cana-de-açúcar e também de milho, que são vendidos para a União Europeia e os Estados Unidos. Em seguida está a Colômbia que, a partir de 2005, se apresenta como país produtor de etanol apenas para o consumo interno, na porcentagem de mistura que regulamenta a lei (E10)²⁸.

²⁸ Cf. Quadro 1.

Quadro 5 - Produção e consumo de etanol na América Latina (1995-2014). Mil barris/dia

País		2000	2005	2010	2014
América Central e do Sul	Consumo	168	184	412	445
	Produção	185	284	464	466
Argentina	Consumo	0	0	2	11
	Produção	0	0	2	11
Brasil	Consumo	167	182	395	412
	Produção	184	276	445	430
Colômbia	Consumo	0	1	5	7
	Produção	0	5	4	7
Outros	Consumo	1	1	10	15
	Produção	1	3	13	18

Fonte: IEA, 2017. Organização: Robinzon Piñeros

No entanto, na América Latina 8 países têm regulamentado o uso do etanol, o que, sem dúvida, carimbou a expansão deste mercado pelas ações conjuntas entre o Estado e o capital do agrohidronegócio. Neste cenário, o Brasil é o mais antigo mercado de etanol para mistura (anidro) e puro (hidratado), seguido por 8 países com políticas de mistura²⁹. Seguindo a sequência temporal da regulamentação nestes países temos o Paraguai (1999), os demais durante o início do século XXI: Colômbia (2003), Peru (2003), Costa Rica (2006), Argentina (2008), Equador (2009), e, mais recentemente, México (2016) e Bolívia (2017).

Além destes países há outros que não possuem leis, mas praticam mistura como o Chile e Jamaica, ou como a Guatemala que exporta 100% para os mercados dos Estados Unidos e da União Europeia. Contudo, América Latina experimentou uma expansão da produção de etanol oriundo da cana-de-açúcar, sendo que essa produção foi impulsionada através da aliança Estado-Capital, via criação do mercado interno com políticas, leis e créditos públicos disfarçados de soberania energética e de sustentabilidade capitalista, além disso, em alguns países foi complementada com a atuação hegemônica dos Estados Unidos e/ou do Brasil. Este último país aproveitou a sua experiência neste plantio e na destilação para exercer a “diplomacia do etanol”, estabelecida desde 2003, no governo

²⁹ Cf. Quadro 1, Capítulo 1.

Lula e reforçada via acordos que favoreceram a intervenção direta ou indireta de instituições e empresas públicas (p.ex. Petrobras e Embrapa), e capitais privados nos programas nacionais de etanol via cooperação internacional (GAMEIRO, 2017, p. 226 et seq.; MACHADO, 2014, p. 158 et seq.).

Deste modo, o aumento da área plantada com cana-de-açúcar em alguns países, responde em determinada medida às políticas para alavancar a destilação de etanol, dos preços internacionais da *commodity* açúcar, das importações de países asiáticos como Índia e China, do aumento do consumo interno, das reformas mediadas pela OMC para regulamentar os efeitos dos subsídios ao açúcar europeu, oriundo de beterraba, e da tessitura das relações internacionais imperialistas, sustentadas pela dupla Capital-Estado.

Bunde (2017), explicita alguns desses fatores para o caso brasileiro, além da expansão do consumo interno de etanol.

Foi a partir de 2003 que houve grande expansão da produção de açúcar no Brasil, motivada, principalmente, pela expansão da demanda do produto no mercado internacional e, também, pelas reformas da política europeia para a *commodity*, no ano de 2005. A reforma foi fruto de um questionamento feito por Brasil, Austrália e Tailândia, na OMC, contra os subsídios praticados por alguns países europeus para o açúcar, em 2002 (BUNDE, 2017, p. 142)

Já, sobre o consumo interno

[...] cresceu até a década de 1990 devido à mudança dos hábitos alimentares das pessoas. Para termos uma ideia desse aumento, o consumo *per capita* na década de 1930 era de 15 quilos. Esse valor saltou para cerca de 50 quilos na década de 1990. De lá para cá, o consumo *per capita* estabilizou-se e está em torno de 52 quilos por pessoa/ano. O Brasil é um dos maiores consumidores *per capita* do produto no mundo (Ibid. p. 146).

Cada país terá desdobramentos diferenciados nesse cenário “otimista” e multifacetado para o agrohidronegócio canavieiro. Já, no tocante aos países que pesquisamos, no Brasil se destaca a magnitude da mobilidade de investimentos e fusões de capitais transnacionais e nacionais subsidiando a mundialização da agricultura (OLIVEIRA, 2016). Enquanto na Colômbia se fortaleceram os grupos empresariais canavieiros nacionais (Riopaila-Castilla, Manuelita, Incauca e Mayagüez), alguns, inclusive, ampliaram seus investimentos para o setor da palma de azeite (Grupo Manuelita e Rio Paila-Castilla), ou se internacionalizaram com investimentos na América do Sul.

Entretanto, o agrodiesel vai despontar no século XXI na América Latina seguindo a tendência da Europa, que desde 2003 optou pela utilização da mistura agrodiesel-diesel como

alternativa para a redução de emissões de carbono, sendo que a sua frota de veículos é, mormente, movida a diesel. A tendência à utilização do agrodiesel tanto na Europa como em alguns países da América Latina, assim como a demanda do mercado de óleos e gorduras que abastece as corporações alimentares sediadas nos Estados Unidos e na Europa, além das suas filiais na região, impactaram na expansão do plantio de oleaginosas, como a soja e a palma de azeite.

A respeito do agrodiesel, o Quadro 6 traz em destaque a emergência do agrodiesel na América Latina, sendo que nenhum país tinha produção nos anos 2000 e 2005, tendo em conta esse fato em comparação com a produção do etanol, menos países possuem leis de mistura de agrodiesel. Diante disso, cabe salientar que há países, como a Argentina e a Guatemala, que têm se especializado na exportação tanto da matéria-prima (óleo ou azeite) extraída de oleaginosas (dendê/palma de azeite e soja) quanto do agrodiesel puro.

Quadro 6 - Produção e consumo de agrodiesel na América Latina (1995-2014). Miles de barris/dia

País		2000	2005	2010	2014
América Central e do Sul	Consumo	0	0	60	93
	Produção	1	5	45	120
Argentina	Consumo	0	0	10	19
	Produção	1	2	19	50
Brasil	Consumo	0	0	42	59
	Produção	0	s.d.	22	60
Colômbia	Consumo	0	0	5	10
	Produção	0	0	2	10
Outros	Consumo	0	0	3	5
	Produção	0	3	2	0

Fonte: IEA, 2017

Organização: Robinzon Piñeros

Em 2010 comparece o Brasil como o maior produtor na região, como consequência da atuação do Estado desde 2003 com a regulamentação da produção e utilização, tendo em vista que em 2004 o governo Lula lançou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), que impulsionou a produção industrial de grande escala. Isso se deu, de um lado devido, a programas de pesquisa para a utilização da mamona e do fruto da palma de macaúba como matérias-primas oriundas de parcerias entre a Petrobras e comunidades camponesas e quilombolas e, do outro, da esterificação de óleo de soja e sebo bovino, pelo agrohidronegócio.

Ao final, o Brasil passou a produzir agrodiesel extraído da mistura de óleo de soja – este representando 80% –, sebo bovino e algodão, alavancado pelo consumo interno, (60 mil barris/dia) em 2014. As usinas de esterificação se territorializaram seguindo a trilha do avanço territorial da soja desde as áreas históricas no Sul, até a fronteira agrícola do Cerrado, sendo que em 2015 existiam 54 usinas distribuídas assim: Centro-Oeste 25, Sul 13, Sudeste 10, Nordeste 3 e Norte 3, com uma capacidade de produção de 7.652.418 ton./ano (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2015, p. 11). No entanto, a produção de agrodiesel em 2015 foi de 3.937.269 ton., ou seja, atinge 51% da capacidade de produção (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2017a, p. 193)

Algumas das usinas deste setor são propriedades de corporações transnacionais, como a Cargill, ADM e Noble Group (China), que passaram a aproveitar o óleo extraído do esmagamento da soja para o processamento do farelo, ou seja, faz parte da estratégia de aproveitamento dos subprodutos para diminuir estoques e evitarem a armazenagem de óleo, transformando-o para o crescente mercado interno por conta do aumento do teor de mistura. Com a inclusão do agrodiesel na matriz energética brasileira desde 2003, primeiro de modo facultativo, e desde 2008 obrigatório, iniciou-se com teor de mistura de 2%, aumentando para 8% em 2017 (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2017).

A Argentina começou a produção de agrodiesel em 2008, sendo que a partir de então, destinou uma grande fatia desta produção para a exportação, tanto para a Europa quanto para Estados Unidos, passando a ser o maior exportador mundial. O agrodiesel, similar ao Brasil, é extraído da soja, com usinas localizadas na pampa, no complexo da soja ao redor da cidade-porto de Rosario, com uma capacidade de produção, em 2017, de 4.398.800 ton./ano (CALZADA e MOLINA, 2017). Em 2017 operavam no país 37 usinas de esterificação para produzir, tanto para o mercado interno, criado em 2010, via implementação da lei de 2007 sobre mistura agrodiesel-diesel à base de 10% (Lei 26.093), quanto para a exportação. No entanto, devido a sanções ao agrodiesel argentino por *dumping*, os Estados Unidos e a Europa têm restringido importações desde 2017. Similar ao Brasil, o capital das corporações transnacionais como Louis Dreyfus, Cargill, COFCO (empresa pública chinesa), Cremer (Alemanha), possuem usinas de biodiesel que complementam os investimentos de plantio, armazenagem do grão e produção de farelo.

Contudo, nos dois países o agrodiesel de soja tem sido uma das mercadorias que, com um mercado em crescimento ajudou a canalizar os excedentes do grão, fato que

auxiliou a diminuição do estoque na rede privada de armazenagem, aumentando a sua transformação industrial para acelerar a rotação do capital e produzir valor diante do aumento da produtividade e suas “safra históricas” ou “safra recordes”. Nesse entendimento, a armazenagem é entendida como tempo morto da circulação da mercadoria, o qual é resolvido com a instalação de plantas de agroprocessamento de mais uma mercadoria produzida a partir da soja, isto é, o biodiesel.

Como colocado por Goldarf (2013, p. 133): “a questão do controle do transporte e estocagem dos grãos foi e é uma estratégia central das grandes corporações, tanto no Brasil, como na Argentina e nos EUA”. Para tanto, a Cargill, em 2012, possuía capacidade de armazenagem de mais de 4 milhões de toneladas no Brasil, e na Argentina, de 1 milhão de toneladas.

A capacidade estocadora é reflexo do controle territorial corporativo exercido pelos capitais transnacionais como Cargill e ADM, que criaram uma rede de armazenamento privada maior e com melhores condições técnicas do que a pública, utilizando-a como estratégia monopolista para se adequarem às condições logísticas de escoamento na fronteira agrícola do Cerrado brasileiro, ou nas proximidades dos portos argentinos, e além disso, agroprocessar outras mercadorias que realizam o valor. Em consequência, o controle territorial se fortalece ainda mais com a complexidade da logística plantio-armazenamento-agroprocessamento na indústria alimentar-energética do complexo da soja, para superar as barreiras espaciais à circulação do capital, como visto no caso da rede de usinas que produzem para o mercado cativo (inelástico), ora nacional, ora internacional, do agrodiesel.

A Colômbia comparece nesse cenário como o terceiro produtor de biodiesel, sendo o desenlace do aumento da área plantada e da produção de azeite de palma, assim como da legislação (Lei 939 de 2004), que determina uma mistura gradativa de até 10% (B10) e incentivos fiscais e financeiros que desde 2004 estimularam a criação e crescimento do mercado interno. O agrohidronegócio palmeiro experimentou uma maior participação no mercado internacional da *commodity* azeite de palma, desde o início do século XXI. Movido pela demanda do mercado alimentar mundial e, desde 2003, pelo mercado agroenergético da Europa, iniciou-se a importação de matéria-prima desde a Ásia, África e América Latina. Com os estímulos fiscais e financeiros o setor palmeiro colombiano teve um aumento do estoque de excedentes, os quais não conseguiram colocar nem no mercado internacional, nem na indústria alimentar nacional, similar ao caso brasileiro e argentino. Portanto, a aliança de classe entre setores da agroindústria

nacional com o governo de Álvaro Uribe adicionou o agrodiesel à matriz energética nacional, somando-se ao etanol.

O avanço do agrohidronegócio na Colômbia neste século XXI mantém a tendência das políticas neoliberais de abertura comercial para a mundialização da agricultura via *commodities*, criando por parte do Estado diferentes salvaguardas de mercado através dos agrocombustíveis e seu mercado interno (FAJARDO, SALINAS e ALVAREZ, 2010).

Nesse contexto, 2008 será o divisor de águas para o crescimento do agrohidronegócio palmeiro- energético-alimentar. Como salientado por Rueda (2015, p. 41):

A finales de 2008, los apoyos gubernamentales además de la promoción de los biocombustibles como un nuevo mercado y, con ello, la promesa de absorción del aceite a nivel local, fueron factores definitivos para que se duplicara el área sembrada con palma. En 2013, casi que se triplicaran las siembras establecidas 10 años atrás. Entonces, 2008 marcó el comienzo de una nueva etapa con la comercialización del biodiesel de palma a nivel nacional y unas inversiones adicionales que sumaron alrededor de USD 1200 millones tan solo en el cultivo

As primeiras usinas de agrodiesel começaram a esterificar em 2009, localizando-se próximas às áreas das plantações e plantas extratoras de óleo do Norte e do Leste da Colômbia. No entanto, o capital encontrou condições para sua expansão no Leste, nas terras planas do sopé da cordilheira avançando no sentido da segunda maior savana tropical da América, depois do Cerrado brasileiro, conhecida como os Lhanos Orientais e, recentemente, como Altillanura, porção dos Lhanos demarcada como a última fronteira agrícola do país, e uma promessa para os empreendimentos agroindustriais de soja, palma de azeite e milho (RUEDA e PACHECO, 2015; PIÑEROS, 2015).

Deste modo, a territorialização da palma de azeite na fronteira agrícola vai ter a produção de agrodiesel como uma garantia para os investimentos do agrohidronegócio (*greenfield*), construída pela classe dominante. Ou seja, garantir a rotatividade de capital em uma área situada longe dos portos de exportação, e, para tanto, aproveitar as condições logísticas (rodovias e plantas de armazenamento de diesel), com a finalidade de orientar uma fatia da produção para o mercado interno de agrodiesel (RUEDA e PACHECO, 2015, p. 43). Em 2017 existiam na Colômbia 11 usinas de esterificação de agrodiesel, somando uma capacidade de 906.000 toneladas/ano com uma produção total de 447.768 ton., equivalentes a 49% da capacidade. Segundo a localização, no Norte produziam 8 usinas, sendo as mais próximas do porto de exportação em Santa Marta, no Atlântico, e

as restantes no Centro Leste (3), próximas do mercado de agrodiesel e do complexo da indústria alimentar nacional de Bogotá (FEDEBIOCOMBUSTIBLES, 2018).

Em síntese, através da análise da relação existente entre o aumento da área plantada, a produção de *commodities* e a emergência ou consolidação da produção/consumo de agrocombustíveis na América Latina neste século XXI, temos nos aproximado em primeira instância das formas como a dupla Estado-Capital se materializam nas práticas do bloco no poder em cada país para alicerçar a acumulação de capital do agrohídronegócio dos cultivos flexíveis. Os desdobramentos desta relação afundam nas mediações atuantes no nível ideológico que reproduz o fetiche do etanol e do biodiesel como mercadorias verdes, as quais mascaram as salvaguardas financeiras e de mercado a favor dos investimentos ora transnacionais, ora nacionais, para articular os complexos agroindustriais de agroprocessamento de *commodities* agrícolas e agrocombustíveis. Isso se desdobra na materialização, no espaço rural, de uma divisão territorial do trabalho característica do agrohídronegócio mundializado, estruturada espacialmente pelo processo de trabalho que integra plantio e processamento (agroprocessamento) de *commodities* e/ou agrocombustível.

Nessa sequência, resgatamos as informações apresentadas na Tabela 1 do Capítulo 1, reportados pela Land Matrix para toda a América (incluídos os Estados Unidos e Canadá), na qual comparecem os investimentos para a compra de terras e sua finalidade produtiva no período 2000-2017. Consideramos esses investimentos como um indicador da mobilidade espacial e setorial da aliança alimentar-energético-ambiental de capitais voltada para a expansão dos cultivos flexíveis e do projeto dos agrocombustíveis. De acordo com as informações disponíveis, do total das 9.162.294 ha de terra que foram comprados, apenas 1.458.903 ha tinham como objetivo a produção exclusiva de alimentos. Outro tanto semelhante tinha como destino plantar monocultivos florestais voltados para a produção de madeira, celulose, captura de carbono ou exclusivamente para agrocombustíveis, ou seja, não alimentos (1.888.913 ha), seguido de 2.406.375 ha, destinados para cultivos flexíveis e, por último, o grupo de múltiplos usos/vários cultivos (3.408.103 ha), que não identifica a finalidade produtiva. Em síntese, o fetiche protagonizado pelas *mercadorias verdes* não esconde a origem destes capitais, ou seja, a escala da sua mobilidade sobre 6.063.600 ha de terras que foram compradas por empresas/conglomerados transnacionais, e 3.098.694 ha por capitais nacionais.

Contudo, o que temos apresentado a respeito do avanço do projeto dos agrocombustíveis na América Latina é reflexo do desenvolvimento geográfico desigual

que o capital produz na busca incessante de administrar a crise estrutural, no caso, sua face energética e ambiental, e elevar a taxa de lucro via criação-destrutiva de relações de produção (HARVEY, 2013; THOMAZ JUNIOR, 2009; HARVEY, 2005; SMITH, 1988). Ainda que haja um número expressivo de países que regulamentaram o uso via mistura de etanol e/ou agrodiesel, o Brasil, a Argentina e a Colômbia têm se destacam neste século XXI no plantio de cana-de-açúcar, soja e palma de azeite para a produção de *commodities* e/ou agrocombustíveis. No entanto, Bolívia, Peru, Paraguai, Uruguai, México, Equador, dentre outros, vêm desenvolvendo mercado interno regulamentado por leis de mistura que estão alavancando produção/compra de agrocombustíveis, ou ainda, outros se destacam como exportadores de etanol ou matéria-prima para agrodiesel, como Honduras e Guatemala.

Isto significa que o desenvolvimento geográfico desigual também se apresenta na forma combinada, quer dizer, o projeto se espalhou simultaneamente na América Latina no século XXI e vem se desenvolvendo no espaço e no tempo como resultado da atuação da dupla Capital-Estado na escala nacional, regional e mundializada do regime alimentar. Isto é, o projeto dos agrocombustíveis, como reflexo da insustentabilidade econômica, social e ambiental do capital, possui fôlego ao ter se instalado tanto como ideologia reproduzida pelo ambientalismo do capital (mercadorias verdes), quanto no processo produtivo dos complexos agroindustriais, reproduzindo a acumulação de capital sem cumprir a promessa de substituir o uso de combustíveis fósseis. Portanto, mesmo contraditório e irracional, esse projeto tem uma perspectiva histórica e geográfica para se reproduzir junto à produção de *commodities* agrícolas, inclusive, na forma da segunda geração que utiliza outros tipos de biomassa (celulose do bagaço, algas etc.) para produzir biocombustíveis.

Deste modo, a Geografia do trabalho que realizamos está orientada teórica e metodologicamente para o entendimento crítico do desenvolvimento desigual e combinado alicerçado pelo capital, que temos diferenciado em dois níveis. O primeiro, que corresponde à primeira parte da tese (Capítulos 1, 2, e 3), responde à produção do espaço pelo capital do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis, percorrendo a escala mundializada da acumulação flexível no regime alimentar corporativo e, posteriormente, sua territorialização na América Latina. O segundo nível, que será tratado na segunda parte (Capítulos 4 e 5), vai percorrer as diferenças existentes nos âmbitos da exploração e controle da classe trabalhadora, bem como na trama da divisão territorial do trabalho nos dois territórios pesquisados (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 75).

Nessa perspectiva analítica e expositiva, precisamos nos debruçar em dois tópicos que complementam a dialética da identidade e da diferença³⁰ na produção do espaço pelo capital nos dois países pesquisados: Brasil e Colômbia. O primeiro tópico se enquadra na consolidação da mercadoria verde que representa o etanol e o agrodiesel, como produção política do bloco no poder em cada formação social e como reflexo das políticas ambientais em nível mundial. O segundo tópico, desenvolvido no capítulo 3, refere-se à territorialização da produção dos agrocombustíveis, tendo como caso o etanol no Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo (Brasil), e o agrodiesel nos Departamentos de Meta e Casanare (Colômbia).

A escolha dos países se fundamenta no fato de ambos (Brasil e Colômbia) se destacarem, embora haja uma diferença de tamanho de área plantada e de produção, na produção da *commodity*, ora açúcar, ora azeite de palma, e na produção de agrocombustível, o etanol e agrodiesel, respectivamente. Poder-se-ia colocar a Argentina nessa mesma ordem, mas o projeto de pesquisa contemplou e orientou desde o começo os esforços e recursos para o estudo do recorte territorial nos dois países selecionados. Embora, também podemos justificar a não inclusão da Argentina na nossa pesquisa pelo fato de sua produção se orientar em maior quantidade para a exportação, sendo relativamente recente o uso massivo do agrodiesel de soja ou o etanol de cana-de-açúcar ou de milho na sua matriz energética, ou seja, a utilização e a legitimação ideológica dos agrocombustíveis como mercadoria verde é mais recente.

2.2 A dupla Capital-Estado na produção dos arranjos espaciais do agrohidronegócio da cana-de-açúcar no Brasil e da palma de azeite na Colômbia

O aumento da área plantada dos cultivos flexíveis apresentados é uma das facetas do avanço do agrohidronegócio na América Latina. Outras pesquisas nos alertam sobre seu avanço territorial e a exploração do trabalho na América Latina e no Caribe, com monocultivos, para a exportação de mercadorias – expressão em construção da mundialização da agricultura em suas diferentes facetas nacionais e locais –, com pouco ou nenhum agroprocessamento (ou valor agregado), comparecendo nessa lista os cultivos florestais (eucalipto, teca, seringueira etc.); verduras; legumes; frutas (uva, banana, abacaxi, manga etc.) e flores, dentre outros (PERPETUA, 2016; RIELLA e

³⁰ Cf. MOREIRA, 2008.

MASHERONI, 2015; ; DA PONTE, 2014; LARA FLORES, SÁNCHEZ e SALDAÑA, 2014; STEIMBREGER, 2008).

Isto posto, a América Latina se apresenta como um dos cenários importantes para a mobilidade do capital do agrohidronegócio pelo Sul Global à procura de terras planas, disponibilidade hídrica, logística de transporte para circulação das mercadorias, e trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2010). Nessa procura o capital centraliza suas decisões de forma articulada nesses atributos, sendo, pois, o diferencial que viabiliza a seguridade para os investimentos, ou seja, a possibilidade de extrair renda da terra implementando os pacotes tecnológicos baseados em agroquímicos, biotecnologia e mecanização, além do transporte e comunicações para acelerar a circulação de mercadorias (PORTO-GONÇALVES, 2004). Contudo, não abrindo mão dos expedientes que lhe garantem expropriar, expulsar, apropriar-se ilegalmente de terras públicas e de posse de populações centenárias (originárias e tradicionais), via práticas truculentas da grilagem de terras.

Os fatores sinalizados comparecem na avaliação que fazem as corporações transnacionais alimentares-energéticas, e as Instituições Financeiras (IFI) sobre a América Latina e o Caribe. Trazemos como exemplo o relatório elaborado em 2014 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), junto à *Global Harvest Initiative*, fundação que atua como *think-tank* das corporações alimentares ADM, DuPont, John Deere e Monsanto. Este relatório também recebeu apoio de corporações envolvidas na produção alimentar-energética como Dow Chemicals, AGCO, UNILEVER, Coca-Cola, Mondeléz, Grupo Los Grobo, IICA, centros de pesquisa como o CIAT (*International Center for Tropical Agriculture*) e o CIMMYT (*International Maize and Wheat Improvement Centre*), ONGs ambientalistas, além de outras instituições. O relatório coloca como objetivo central da procura de novas áreas de plantio um compromisso com a produção de alimentos com o intuito de diminuir a fome e a insegurança alimentar mundial, implantando o controle corporativo da agricultura.

Esse equacionamento para dirigir os investimentos coloca a América Latina e o Caribe com notáveis vantagens naturais e logísticas em comparação a outras regiões, sendo que:

[...] é rica em três dos ingredientes mais importantes para a produção agrícola: terra, água e hábitat natural. A região tem um terço dos recursos de água doce do mundo, mais que qualquer outra região em desenvolvimento tomando-se como base a renda per capita. Tem mais de 28% da terra do mundo identificada como de médio a alto potencial para a expansão sustentável da área cultivada e cerca de 36% das terras que estão a seis horas [de] viagem dos mercados. De

fato, a região tem mais terra potencialmente adequada à agricultura de chuva do que a terra combinada de todas as outras regiões do mundo, afora a África subsaariana (BID E GLOBAL HARVEST INITIATIVE, 2014, p. 1)

Nessa lógica, a disponibilidade de terras na América Latina e a produtividade conseguida pelo pacote tecnológico da agricultura capitalista e seus monocultivos supõem a produção de excedentes, os quais poderão ser orientados para a produção de agrocombustíveis, sem afetar a segurança alimentar. O relatório produzido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), em 2007, com apoio da Comissão Interamericana de Etanol³¹, já colocava essa relação entre aumento da produtividade agrícola e a produção de agrocombustíveis sem afetar a produção de alimentos. O pacote para atingir os níveis de produtividade necessários colocava a expansão da fronteira agrícola, a mecanização e a irrigação como uma prioridade, além disso, destacava os aportes ao desenvolvimento rural com a criação de mais empregos, portanto de assalariamento como pré-condição ou ideiação da qualidade de vida.

La expansión de la frontera de producción cañera es factible, si se tiene en cuenta que el área agrícola disponible en la región es de 585 millones de hectáreas. Una expansión de esta naturaleza abriría nuevas oportunidades de inversión en las zonas rurales de América Latina y el Caribe, y tendría repercusiones importantes en la generación de empleo: se estima que cada hectárea de caña genera, en el campo y en la industria, un empleo.

[...]

Esto significa, que si se siembran 2.4 millones de hectáreas adicionales las mismas que constituyen apenas el 0.41% del área agrícola disponible en la región, se cubren las necesidades de E10 [10%] en todos los países y se habrá creado 2.4 millones de plazas de trabajo contribuyendo así de manera práctica y directa al mejoramiento del empleo y las condiciones de vida del sector rural. De preferencia estas tierras deben ser no aptas para el desarrollo de productos alimenticios (IICA, 2007, p. 10).

Alimentos e agroenergia apresentam-se como avanço do controle corporativo da agricultura da América Latina e do Caribe, como peça importante nas ideias sobre o futuro alimentar e energético mundial, comparando como celeiro de alimentos e como fazenda energética mundial. Isto é,

[...] a produção global de alimentos precisará aumentar 60%, mas ocupando apenas 12% mais de terras aráveis, boa parte das quais provavelmente será marginal e/ou ambientalmente sensível. No todo, para atender às necessidades de alimentos, de combustível, de fibras e do setor industrial, a produção agrícola provavelmente precisará dobrar em relação aos níveis atuais de produção (BID E GLOBAL HARVEST INITIATIVE, 2014, p. 7)

³¹ Instituição criada em 2006 [resulta](#) do acordo entre os governos de Lula da Silva (Brasil) e George Bush (EUA) em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A produção da imagem da América Latina e do Caribe como fronteira disponível para o capital transnacional e nacional fazem parte da “dinâmica mutante de expansão e acumulação” do capital, expressiva nas formas espaciais e setoriais da mobilidade do capital mundializado (MÉSZÁROS, 2011). O resultado disto são as alianças e investimentos de capitais oriundos de diferentes setores e países, demonstrando a importância da agricultura e do projeto dos agrocombustíveis para os capitais da indústria do petróleo, automotiva, biotecnológica etc. (MCMICHAEL, 2009, p. 830), que reproduzem e reestruturam as relações de produção baseadas na contínua expropriação, exploração e controle do trabalho. O avanço expansivo do projeto dos agrocombustíveis por diferentes países é produto dessa mobilidade do capital que busca massificar a produção desta alternativa de negócio, oriunda do processo de trabalho na agroindústria, despontando a necessidade de corrigir e controlar os defeitos estruturais para se valorizar o processo produtivo. Ou seja, produzir mercadorias e realizá-las na distribuição ou no consumo produtivo, e também na circulação ou no consumo final, valendo-se das estratégias comerciais, acordos multilaterais, preferenciais, *dumping* etc. (MÉSZÁROS, 2011). Para superar essa incontrolabilidade inerente ao sociometabolismo do capital, articula-se a sua dominância estrutural da produção material de mercadorias à estrutura de comando político representada pelo Estado. Portanto, resulta fundamental compreendermos a complementariedade entre o Estado, no avanço territorial do agrohidronegócio, e o projeto dos agrocombustíveis.

2.2.1 O papel econômico-político-ideológico do Estado na consolidação do projeto dos agrocombustíveis

Para dar sequência nessa análise precisamos aprofundar as formas corretivas efetuadas pelo Estado para unificar e viabilizar economicamente a produção, tanto de *commodities*, quanto de agrocombustíveis. Já temos avançado nessa linha ao apresentarmos o aumento da área plantada de cultivos flexíveis e as políticas nacionais de mistura de etanol e/ou agrodiesel aos combustíveis fósseis, dando destaque às forças econômicas desenvolvidas para alavancar a agroenergia no regime alimentar corporativo. No entanto, precisamos aprofundar no entendimento do Estado como estrutura totalizadora de comando político do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 107), nesse entendimento, a finalidade do Estado é o controle dos antagonismos sociais, assegurando a produção através das práticas que corrigem e protegem “legalmente a relação de forças

estabelecidas”, ou seja, garantir o agrupamento e coordenação econômica do capital e a reprodução da dominação sob princípios de igualdade formal, mecanismo por meio do qual se reproduz a cultura da desigualdade substantiva (MÉSZÁROS, 2007, p. 187).

Deste modo, o Estado comparece como uma estrutura político-jurídica complementar e constitutiva do sociometabolismo do capital (RIVEIRO, 2014, p. 18). O papel do Estado é alicerçar a expansão da capacidade produtiva e a (re)produção das condições de acumulação, no nosso caso, gestadas pela complementariedade da agroenergia aos investimentos do agrohidronegócio, em cultivos para produção de *commodities*. Isto é, legitimar os interesses de classe através das formas jurídicas, garantindo as condições para a exploração do trabalho (p.ex. nas leis trabalhistas, e expedientes protetivos, como as Normativas Regulamentadoras ou NRs, bem como na dilaceração dos direitos conquistados, como previstos e em execução, oriundos das reformas empreendidas pelo governo e Congresso Nacional golpistas, a partir de 2016. Da mesma forma que, através da criação de “oportunidades” econômicas (fiscais, crédito), espaciais para os investimentos (fronteiras agrícolas, zoneamentos agroambientais e econômicos, mudanças de uso do solo, zonas francas, condomínios, infraestrutura de transporte e comunicação etc.), criação de novos valores de uso para as matérias-primas agrícolas (os agrocombustíveis como mercadoria verde), e a sua demanda efetiva, ou leis sobre o teor de mistura, uso de motor *flex fuel* ou de exportação para garantir a circulação e o consumo nas escalas nacional e/ou internacional (THOMAZ JUNIOR, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2008)

Por meio desse papel corretivo, empresarial, financiador e mediador do Estado estamos desconstruindo o mascaramento das relações de produção constituídas pelo processo contínuo de expropriação, exploração e dominação do agrohidronegócio da cana-de-açúcar no Brasil, e da palma de azeite na Colômbia, na fase alimentar-financeira-energética. Ao adentrarmos nos elementos das condições particulares produzidas pela dupla capital-Estado, fundamentamos os conteúdos da lógica orientada pela tendência à diferenciação espacial do capital, que se apresenta como arranjo alicerçado pela mobilidade do capital, expressiva na divisão territorial do trabalho produzida pelo agrohidronegócio em cada um dos países e territórios pesquisados (SMITH, 1988, p. 152).

Como salientado por Moreira (2007), o arranjo espacial é uma unidade diferenciada “que reproduz a própria lógica do modo de produção”, ou seja, é o recorte concreto observável da produção e reprodução por meio das “relações que compõem a

estrutura da formação econômico-social” (MOREIRA, 2007, p. 62). Destacamos a centralidade da formação social reconhecendo os aportes da geografia de cunho marxista ao colocar o espaço como estrutura fundamental para sua compreensão. Milton Santos propôs que fosse a categoria de análise da geografia (MACHADO, 2016), agregando a particularidade da formação socioespacial (SANTOS, 1977). Nesse mesmo sentido reporta-se Moreira (2007, p. 63), quando apresenta o espaço como objeto da geografia e ao mesmo tempo a âncora de diálogo com outras disciplinas:

O espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da geografia. É a categoria por intermédio da qual se pode dialogar com os demais cientistas que buscam compreender o movimento do todo da formação econômico-social, cada qual a partir de sua referência analítica.

Em obra posterior, o autor aponta mais elementos que afirmam a importância metodológica do recorte espacial que significa a formação social, afirmando o princípio relacional, sendo que a interação entre formações é “o ponto e o contraponto da unidade-diversidade do espaço-mundo. A escala de realidade onde os espaços recortados interagem” (MOREIRA, 2016, p. 18). Isto posto, o Estado comparece como base territorial do recortado e como ponto de encaixe do plano global, portanto, um “recortado político-econômico-cultural de estrutura espacialmente localizada, antes de tudo” (p. 13).

Ao entendermos o Estado como recorte espacial no qual se reproduzem as relações econômicas, políticas, sociais e culturais, estamos levando em frente a sequência de análise do desenvolvimento contraditório do capital a partir de suas diferenciações, no caso, a partir da particularidade do avanço do projeto dos agrocombustíveis, articulado com a produção de *commodities*, pelo capital do agrohidronegócio no século XXI, em cada um dos dois países pesquisados.

Portanto, o Estado comparece como uma unidade particular em interação, ou seja, articulada nesse movimento contraditório das relações internacionais do mercado mundializado de capitais, bens e serviços, hierarquizadas pela relação Centro-Periferia e a mobilidade do capital, como parte ativa do “desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 111).

Esclarecida a relação analítica que temos da dupla capital-Estado, nos debruçamos na forma como o Estado institui a coesão a partir da sua estrutura jurídico-política, ou seja, a estrutura que “*possui a função particular de constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social*” (POULANTZAS, 1977, p. 42, grifo do autor). Para isso se

municia do direito e do burocratismo, sendo capaz de reproduzir a desigualdade substantiva refletida nos princípios de liberdade e igualdade, ora na forma de indivíduos juridicamente atomizados, ora na forma de representação da unidade como povo-nação (BERRINGER, 2014, p. 22). Entretanto, a função corretiva do comando político não é, de modo nenhum, equilibrada, sendo que “é também a estrutura na qual se condensam as contradições entre os diversos níveis de uma formação” (Ibidem. p. 43, grifo da autora).

Em meio a essas contradições emerge a luta política que tem por objetivo o controle do Estado. É necessário assinalar que, no desenvolvimento contraditório do capital subsistem formas de outros modos de produção, portanto, no recortado espacial da formação social representada pelo Estado, esses modos subsistentes se expressam na forma de interesses de frações de classe, na luta política, da qual surge o comando da função global de coesão do Estado, constituída por três níveis ou funções: técnico-econômica, política e ideológica (POULANTZAS, 1977, p. 48), as quais mantêm a coesão social e as relações de produção, ou seja, a exploração e o controle (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Comparece nesse processo o bloco no poder, de poder dominante no Estado, composto de várias classes ou frações politicamente dominantes que exercem hegemonia como representantes do interesse geral. Nesse sentido, o bloco detém politicamente a dupla função de “representar o interesse geral do povo-nação e de manter uma dominância específica entre as classes e frações dominantes; e isto, na sua relação particular com o Estado capitalista” (POULANTZAS, 1977, p. 137).

De outro lado, convém ressaltar que o Estado não é uma unidade isolada, mas o encaixe no espaço global e as relações hierárquicas que o organizam, no nosso caso, o regime alimentar corporativo. Para isso, destaca-se que mesmo a mobilidade mundializada do capital tenha sido apresentada como o trunfo do mercado sobre o Estado, o papel deste último continua sendo fundamental, pois a sua função política de coesão se mantém, ao mesmo tempo em que intensifica a sua intervenção nas relações internacionais para garantir os interesses do capital transnacional no seu território, assim como de:

[...] representar os interesses do bloco no poder no cenário internacional. É o Estado quem promove parcerias, cria blocos econômicos e permite a internacionalização das empresas, a exportação de mercadorias ou capitais nacionais, define taxas de câmbio, taxa de juros, tarifas aduaneiras, protecionismos, celebra acordos e contratos internacionais, resolve os

impasses comerciais no âmbito da OMC e em todos os fóruns, organismos e negociações internacionais. (BERRINGER, 2014, p. 35)

Em concordância com isto a autora reafirma que o:

Estado não representa os interesses do povo-nação, mas sim, o interesse das classes dominantes, ou melhor, do bloco no poder. A política externa não é, portanto, uma política de Estado, autônoma em relação às classes sociais e aos governos. Ela é determinada pela fração hegemônica do bloco no poder e é permeada pela contradição entre as classes e frações de classe.

Portanto, a relação do Estado com a mundialização do capital, por um lado, atinge a recepção de capitais e a organização das condições para a territorialização da produção articulada à acumulação flexível coordenada pelo poder corporativo transnacional, e, do outro, representar a hegemonia do bloco no poder e suas contradições, tanto para a sua articulação com o capital estrangeiro, quanto com a internacionalização de capitais nacionais e seus interesses no âmbito da OMC e instituições multilaterais (ONU, OEA etc.). Nesse contexto, intervém a força motriz do imperialismo mantendo como preceito o desenvolvimento desigual, fundamentado nos monopólios, a exportação e fusão de capitais e as relações de dependência entre centro-periferia, concretamente no que chamamos de Norte-Sul Global.

O imperialismo, em relação ao agrohidronegócio dos cultivos flexíveis no século XXI, vai impulsionar os desdobramentos das políticas neoliberais dos anos 1980 e 1990 de desregulamentação e abertura comercial das agriculturas nacionais, objetivando a produção de *commodities* agrícolas e de exportações não tradicionais para o Norte Global, incluindo os agrocombustíveis. Salientamos que nessa linha de análise comparecem duas correntes, uma que focaliza na expropriação, compra/venda, e subordinação de comunidades originárias, tradicionais, camponeses etc., por meio do controle das terras por capitais transnacionais (p.ex. *land grabbing*) (SAUER e BORRAS, 2016; RUBIO, 2015; MCMICHAEL, 2009). A outra corrente de análise que enxerga a totalidade da reprodução do capital, considerando a expropriação, a subordinação e a exploração-degradação do trabalho oriunda dos desdobramentos da relação agricultura-indústria e sua organização mundializada (PEDREÑO, 2014; THOMAZ JUNIOR, 2009). Ambas as perspectivas apresentam a luta política e a concorrência econômica diante da perda relativa da hegemonia estadunidense no regime alimentar, o que sem dúvida tem dado protagonismo a capitais oriundos de países de blocos emergentes como Brasil, Rússia,

Índia, China e África do Sul com papel diferenciado nessa disputa hegemônica (SAUER e BORRAS, 2016; RUBIO, 2015).

Nesse contexto, passamos a analisar o papel do Estado no caso do Brasil e da Colômbia, no século XXI, apontando para as práticas de legitimação dos interesses do agrohidronegócio canavieiro e palmeiro, espelhados no consenso das *commodities*, ou seja, da exportação de matérias-primas oriundas da agricultura (SVAMPA, 2013), e a produção de agroenergia impulsionada pelo projeto mundial dos agrocombustíveis. O objetivo é priorizarmos a ação do Estado na complementação da produção de *commodities* com a produção/consolidação do valor de uso e troca agroenergético. Tudo isto acarretou desdobramentos na esfera da produção, materializados nas condições para a expansão territorial dos cultivos, agroprocessamento e exploração do trabalho na cana-de-açúcar e na palma de azeite no recorte estudado, respectivamente, em cada um dos países.

A análise se estrutura em duas escalas inter-relacionadas da intervenção do Estado. A escala internacional diz respeito à atuação do Estado para criar as condições para a mundialização da agricultura nacional, tanto com a abertura comercial com Tratados de Livre Comércio (TLC) e os investimentos IED e *joint venture* (CHESNAIS, 1996; OLIVEIRA, 2016), quanto na representação dos interesses de classe, de capitais nacionais que se internacionalizaram no processo de expansão do agrohidronegócio da cana-de-açúcar e da palma de azeite. Isso tem transcorrido, ora com a produção de *commodities* ou de agroenergia, ora com a exportação de capitais de empresas translatinas (GORESTEIN e ORTIZ, 2016). Complementar a isso, comparece a intervenção para atender as demandas da organização mundializada e hierarquizada da produção e circulação de *commodities* sob a perspectiva das CVG, controladas pelo poder corporativo dos monopólios transnacionais (CHESNAIS, 2016; CLAPP e FUCHS, 2009). Alguns elementos foram tratados em subitens anteriores, portanto vamos apresentar apenas apontamentos complementares.

No tocante à escala nacional, retoma-se a questão jurídica da regulamentação da produção e consumo de agrocombustíveis e seus desdobramentos para impulsionar políticas de financiamento com crédito público do processo produtivo, tanto de *commodities*, quanto de agroenergia. Complementar a isso, comparece a faceta da produção e consumo “sustentável” atravessada pela ideologia da “sustentabilidade”, voltada para a produção de uma mercadoria que parece resolver uma parte da questão ambiental vinculada aos GEE, oriundos dos combustíveis fósseis. Ou seja, como reflexo

da hegemonia das classes dominantes na direção moral, intelectual e política da sociedade, com a utilização das ideias ambientalistas, vinculadas e influenciadoras da produção em aliança pública e privada de protocolos agroambientais, zoneamentos etc. Sem contar os livros, cartilhas e manuais de divulgação, cooptação do currículo da educação formal e técnica para reproduzir as benesses para o ambiente, o emprego, o desenvolvimento rural sustentável, e a segurança alimentar, afirmando o projeto destrutivo de classe, ao mesmo tempo em que responde às críticas oriundas dos movimentos sociais, camponeses e ambientalistas (MÉSZÁROS, 2007).

O capital do agrohídronegócio dos cultivos flexíveis no século XXI conseguiu consolidar a dualidade da produção de mercadorias, tanto para os mercados alimentares, quanto para o recente mercado mundial agroenergético, sendo, pois, ambos unificados sob os preceitos de uma economia verde. Essa dualidade faz parte da trama de relações de produção, circulação e troca que organizam o regime alimentar, estruturando a rede de cadeias globais de mercadorias, de acordo com as estratégias das corporações, as instituições multilaterais e o Estado.

Nesta estruturação mundializada da produção, o Estado e sua política exterior vai produzir ou manter as condições para a exportação de uma ou outra mercadoria, o que rebate economicamente no aumento da fatia do Produto Interno Bruto (PIB), que corresponde à agricultura e, também, ideologicamente no discurso da produção de excedentes alimentares e energéticos possibilitados pela expansão territorial atrelados aos investimentos do agrohídronegócio.

Nessa sequência, abordamos a dualização e mundialização da produção do setor canavieiro no Brasil e palmeiro na Colômbia, ou seja, o aumento da produção de agrocombustíveis, assim como a maior internacionalização da *commodity* açúcar e azeite de palma.

O aumento da quantidade de cana-de-açúcar cortada em 2,59 vezes, entre as safras de 2000/2001 e 2015/2016, impactou sobremaneira o aumento da produção de açúcar em 2,08 vezes e de etanol, em 2,85 vezes (Tabela 1). De fato, o aumento da produção de açúcar foi direcionado para o mercado mundial, sendo que no ano 2000, foram exportados 40,1% da produção, e em 2015 aumentou para o 70,9%. Essa intensificação da exportação foi alavancada, entre outros fatores, pelo aumento da demanda internacional e a mediação da OMC contra políticas de subsídios ao açúcar da Europa em 2002. (BUNDE, 2017, p. 142)

Tabela 2 - Produção e exportação do agrohidronegócio canavieiro brasileiro. 2000-2015

	Produto/Safra	2000/2001	2005/2006	2010/2011	2015/2016
Produção	Cana-de-açúcar cortada (ton. x 1000)	256.818	385.129	620.409	666.824
	Açúcar (ton. x 1000)	16.198	25.823	38.006	33.837
	Etanol Anidro (m³ x 1000)	5.621	8.067	8.323	11.661
	Etanol Hidratado (m³ x 1000)	4.971	7.754	19.053	18.572
	Total Etanol	10.592	15.821	27.376	30.232
Exportação	Exportações Etanol (m³ x 1000)	217,8	2.592,2	1.900	1.867
	Exportações Açúcar (ton. x 1000)	6.502,3	18.147	27.999,8	24.012,2

Fonte: ÚNICA (2017), MAPA (2018; 2018a) Organização: Robinzon Piñeros

A maior produção e exportação da *commodity* açúcar é acompanhada pela produção de etanol (anidro e hidratado), que aumentou 2,85 vezes no período apresentado. No entanto, o destacado aumento da produção de agrocombustível recaiu sobre o etanol hidratado - que no mesmo período cresceu 3,73 vezes -, usado como combustível direto, para os motores *flex fuel* massificados no mercado brasileiro desde 2003. Inclusive, o protagonismo do Brasil no bloco internacional do etanol repercutiu no aumento da exportação desta mercadoria (8,57 vezes), sendo que em 2000 exportou 2% ou 217.800 m³ da produção total de etanol, e em 2015 alcançou 6,17%, ou seja, 1.867.000 m³. (MAPA, 2018a).

Oliveira (2016, p.123) salienta que a passagem da agricultura brasileira para uma fase mundializada é resultado da “mundialização do capitalismo monopolista e conseqüentemente, do neoliberalismo” que se estruturou com base em três fatores: a produção de *commodities*, o sistema de troca centralizada pelas bolsas de mercadorias e de futuros, bem como a formação de empresas monopolistas mundiais. O açúcar já tem uma consolidação como *commodity*, com o protagonismo do Brasil, já o etanol foi alçado nas relações internacionais, no século XXI, especialmente durante o governo Lula, com

o intuito de convertê-lo em *commodity* (KLOSS, 2012). Isto, pois, somado a esforços para exportar capitais, etanol e tecnologia, em parceria com o novo maior produtor mundial de etanol, os Estados Unidos.

De acordo com Penteado (2011, p.128), no Protocolo de entendimento de 2007, assinado pelos dois países,

[...] reconheciam seus interesses comuns a serem compartilhados com relação ao desenvolvimento de recursos energéticos baratos, limpos e sustentáveis. Ambos os países consideravam a importância estratégica dos bicombustíveis como uma força transformadora da região na diversificação de recursos energéticos que visam promover o crescimento econômico, buscando a melhoria ambiental e avanços na agenda social.

Além disso, acordaram ações em três níveis: bilateral, no tocante a pesquisa e tecnologia para a produção de agrocombustíveis; com as atenções para outros países, especialmente na América Central, Caribe e África, levando investimentos privados; e global, visando a expansão do mercado mundial, mediante normas reguladoras e a mediação do Fórum Internacional de Biocombustíveis.

Nesse cenário, o papel do Estado para posicionar o Brasil no bloco mundial do etanol se sustenta na assinatura de 65 acordos sobre temas de agrocombustíveis entre 1979 e 2011, dos quais a maior parte foi assinada durante o governo Lula (PENTEADO, 2011, p. 121). Durante esse governo estabeleceu-se o que diversos pesquisadores denominam de “diplomacia do etanol” (GAMEIRO, 2017), focada na cooperação Sul-Sul e que acarretou ações burocráticas (pesquisas, consultorias, documentos técnicos etc.)³² e financeiras, via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e IFIs - como o BID -, para efetivar a internacionalização de capitais brasileiros, e mais um mercado para os capitais transnacionais que investiram no setor (diretamente ou via *joint venture*). No grupo de capitais brasileiros internacionalizados está o conglomerado Odebrecht, com sua filial Odebrecht Agroindustrial (atual ATVOS), com plantio e usina de cana-de-açúcar em Angola. No tocante a instituições públicas, a EMBRAPA tem sido fundamental nesse processo de internacionalização, pois tem protagonizado acordos de cooperação para influenciar os resultados de pesquisas brasileiras, posicionando o país como referência na agricultura tropical.

Embora o acordo com os Estados Unidos não tenha avançado pelos questionamentos dos produtores de milho que exerceram “pressão junto ao Congresso

³² Cf. (KLOSS, 2012)

para a não aceitação de tal acordo” (BERRINGER, 2014, p. 161), o Brasil diversificou o número de países para os quais exporta o etanol, sendo que em 2000 foram 19 países e em 2015 foram 33 países, sendo que, em ambos os momentos, manteve como destino central os Estados Unidos, a Coreia do Sul e a China, e se ampliou o mercado para países latino-americanos e africanos (MAPA, 2018).

Contudo, no tocante ao agrohidronegócio brasileiro, a política exterior praticada pelo Estado durante os governos Lula possibilitou a mobilidade de capital produtivo brasileiro, com financiamento público, para países da América Central e África. Já, no que tange à produção interna, propiciou a consolidação de monopólios com investimento de capitais, brasileiros e transnacionais, tanto na produção de açúcar e etanol, quanto de capitais comerciais (*tradings*) que passaram a controlar o comércio internacional de açúcar e etanol oriundo de cana-de-açúcar.

Como resultado imediato desse processo o poder corporativo transnacional se fortaleceu com a centralização e concentração de capital, aproveitando a crise de endividamento dos grupos usineiros brasileiros. A esse respeito, Bunde (2017, p. 84) afirma que “os IEDs no setor sucroenergético brasileiro começaram no ano 2000 e se intensificaram entre os anos de 2007 e 2011, quando boa parte das usinas nacionais encontrava-se endividada”.

De fato, o controle do setor canavieiro por capitais estrangeiros alcançou seu ápice em 2013. Em matéria da página de *internet* da Novacana, de 2013, se apresentava esse cenário da seguinte forma:

[...] o setor atingiu no ano passado [2012] uma marca impressionante: os estrangeiros foram responsáveis por 33% da produção brasileira de açúcar e álcool. Em 2010 a participação era de apenas 12%. Em 2006, quando o processo de internacionalização começou, a presença dos estrangeiros era de somente 3%. (NOVACANA, 2013)

Já em 2017, houve uma mudança ao se estagnar o avanço do capital estrangeiro, entre outras causas podemos sinalizar a atenuação da participação do capital canavieiro no bloco no poder, de certo modo como consequência do recuo da justificativa do aporte do etanol à matriz energética nacional depois de comparecer no cenário nacional o petróleo do Pré-Sal, anunciado em 2007. Esse fato gerou tensões entre a composição política que controlava o governo Lula e um distanciamento a partir do primeiro governo Dilma (2011-2014). Também acabou acontecendo a diminuição dos preços internacionais do petróleo, e o aumento do preço interno do etanol desde começos de

2010 (GAMEIRO, 2017, p. 245). Igualmente, produziu-se um novo ciclo de endividamento das unidades agroindustriais canavieiras, desde 2009, somado à bancarrota do projeto de “commoditizar” o etanol, que acabou por “reduzir” as expectativas dos investidores estrangeiros e as organizações de representação setorial (p.ex. UNICA) de acessar ao mercado mundial (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2017).

Desta maneira, o Brasil se insere no mercado mundial de açúcar e etanol, sustentado em “três processos combinados contraditoriamente. A necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista mundial e a existência de ações de governos em nível mundial”, passaram a se impor no cenário nacional. (OLIVEIRA, 2016, p. 99) (Quadro 7).

Quadro 7- Grupos econômicos por moagem de cana. Brasil. Safra 2015/2016

N	Grupo	Origem	Cana cortada (ton.)
1	COOPERSUCAR	35 usinas de capitais nacionais e estrangeiros	90.000.000
2	RAÍZEN	Cosan (Brasil) - Shell (Anglo-holandesa)	62.700.000
3	BIOSEV	Louis Dreyfus (Holanda)	30.959.000
4	ODEBRECHT	Brasil	29.292.632
5	BUNGE	Holanda	21.000.000
6	TEREOS GUARANI/PETROBRAS	França-Brasil	19.600.000
7	USAÇUCAR - SANTA TEREZINHA	Brasil	17.968.476
8	TÉRCIO WANDERLEY	Brasil	14.179.135
9	LINCOLN JUNQUEIRA	Brasil	13.545.713
10	COFCO AGRI	China	11.000.000
11	ZILOR	Brasil	10.814.257
12	CLEALCO	Brasil	9.946.000
13	RENUKA DO BRASIL	Brasil	9.859.851
14	MORENO	Brasil	9.565.530
15	PEDRA AGROINDUSTRIAL	Brasil	9.400.000
16	DELTA SUCROENERGIA	Brasil	9.159.738
17	BP BIOCOMBUSTÍVEIS	British Petroleum (Inglaterra)	8.860.000
18	COLORADO	Brasil	8.601.567
19	COCAL	Brasil	8.428.214
20	COLOMBO	Brasil	8.418.524

Fonte: BUNDE, 2017, p. 272.

Assim, comparece a tessitura dos monopólios mais importantes no comando da produção e do agrohidronegócio canavieiro brasileiro, na safra 2015/2016. Também

representa a participação desses capitais em uma parte da CVG, ou seja, em elos da divisão técnica do trabalho mundializada no regime alimentar, especificamente nos elos da produção e na distribuição (*trading*) da *commodity* açúcar e do etanol, o que rebate em uma relação de dependência de mercado com as corporações alimentares ou de agroenergia mundializadas, assim como dos países importadores. Salientamos que dos capitais reportados a maior parte se concentra no Estado de São Paulo e se estendem pelo polígono do agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Além disso, destacamos que no Quadro 7 também comparecem os grupos proprietários de quatro das usinas ativas e localizadas no Pontal do Paranapanema: UMOE Bioenergy de capital norueguês e uma das 35 cooperadas da Copersucar, Conquista do Pontal da filial ATVOS (Odebrecht Agroindustrial), Alto Alegre do grupo Lincoln Junqueira e a COCAL do grupo do mesmo nome.

Entretanto, as maiores empresas que atuam no comércio internacional de açúcar e etanol apresentam uma estrutura de *joint venture* com participação de capitais brasileiros (Quadro 8)

Quadro 8 - Empresas com capital brasileiro que operam no comércio mundial de açúcar e/ou etanol (2018)

N	Empresa	Origem	Produto
1	Alvean	Copersucar (Brasil) -Cargill (Estados Unidos)	Açúcar-etanol
2	RaW	Raizen (Brasil/Anglo-holandesa) e Wilmar (Cingapura)	Açúcar
3	Copertrading Comércio Exportação e Importação S/A	Brasil	Açúcar-Etanol

Fonte: OLIVEIRA, 2016; NOVACANA, 2016. Organização: Robinzon Piñeros

No tocante à mundialização do agrohidronegócio da palma de azeite, na Colômbia, decorreu por um processo diferenciado, sendo que não houve IED de grandes corporações, nem no plantio e agroprocessamento, nem na comercialização internacional. Entretanto, houve aumento da área plantada o que possibilitou a Colômbia ocupar importante protagonismo no mercado mundial. Entre 2000 e 2015, ocorreu aumento da quantidade de fruto de palma cortado, o que rebateu no aumento da produção de azeite cru, que passou de 524.001 toneladas, no ano 2000, para 1.272.523 toneladas em 2015, ou seja, 2,42 vezes (Tabela 3). Destacam-se também os subprodutos extraídos do

processo de agroprocessamento do fruto, sendo a amêndoa (*kernel*), o óleo da amêndoa (*crude palm kernel oil*), e a torta de palmiste (*palm kernel meal*), os quais são vendidos diferencialmente para a indústria alimentar e de ração animal.

Tabela 3 - Produção e vendas do agrohídronegócio palmeiro colombiano. (2000-2015)

	Produto/Safra	2000	2005	2010	2015
Produção em toneladas (x 1000)	Fruto de palma	2.465	3.241	3.785	6.253
	Azeite de palma cru	524	673	753	1.273
	Subprodutos*	211	308	338	528
Vendas em toneladas (x 1000)	Nacional	396	424	662	844
	Agrodiésel**	S.P.	S.P.	298	489
	Exportação de azeite de palma cru	39	47	92	419
	Total demanda	435	471	753	1.264

* Subprodutos: Amêndoa, óleo de palmiste (extraído da amêndoa) e torta de palmiste (biomassa residual)

** Desagregado das vendas nacionais

Fonte: FEDEPALMA, 2001; 2006; 2011; 2016

Organização: Robinzon Piñeros

A tendência exportadora da monocultura da palma de azeite no século XXI se viabiliza depois de uma crise nos finais da década de 1980, oriunda da implementação de políticas neoliberais que desregulamentaram o mercado interno por meio da abertura para a importação de óleos vegetais de outras monoculturas e do desmonte da regulamentação de preços. No entanto, o azeite de palma predominou diante da redução absoluta da área plantada de outras oleaginosas (soja, gergelim, e algodão), também afetadas pela liberalização (RUEDA e PACHECO, 2015, p. 8). Mesmo com a liberalização do mercado, durante os anos 1990 o Estado estabeleceu outros mecanismos de financiamento e estabilização de preços que protegeram a palma de azeite no plantio, a produção e o mercado interno, como são o Fundo de Estabilização de Preços (FEP)³³ e o Incentivo à Capitalização Rural (ICR). O FEP foi determinante como mecanismo para atender as flutuações do preço internacional da *commodity*, portanto, almejava alavancar as exportações.

³³ Criado pela Lei 101 de 1993 e regulamentado pelo Decreto 130 de 1998 e 242 de 2011. O fundo é constituído com aportes obrigatórios dos produtores de palma e administrados por um órgão público-privado.

Além disso, o cultivo de palma tem sido impulsionado pelo Estado como um meio para pacificar e modernizar o campo diante do conflito interno armado desde a metade do século XX, e que tem atingido com mais intensidade em áreas rurais. Isto possibilitou o apoio com fundos de cooperação internacional da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), especialmente, para impor um modelo “humanitário” para os camponeses que plantam coca, promovendo a sua integração vertical como fornecedores de fruto de palma para as plantas extratoras. Essa estratégia denominou-se Alianças Produtivas Estratégicas (APE), e foram implementadas desde 1998, durante as negociações de paz com a guerrilha das FARC (Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia).

Outro fator destacado na internacionalização da produção de azeite de palma foram os preços internacionais da *commodity* e a abertura desde 2003 do mercado da União Europeia para a importação deste para a produção de agrodiesel; fatos interpretados pelo bloco no poder como uma oportunidade para se inserir ao mercado mundial com exportações não tradicionais. Além disso, foram implementadas políticas de crédito e apoio técnico, p.ex. Agro Ingresso Seguro (AIS) em 2007 e o Programa de Transformação Produtiva (PTP) de 2011, direcionadas a fortalecer a agroindústria, o latifúndio e os monocultivos, diante da política econômica neoliberal de estabelecer tratados de livre comércio (LÓPEZ, 2009).

Desta maneira, a palma de azeite acabou se posicionando como uma mercadoria flexibilizada entre o mercado internacional, que no ano 2000 constituiu 8,9% das vendas, no entanto, passou para 33% em 2015, e o mercado nacional, composto pelo complexo industrial de gorduras e óleos e a produção de agrodiesel (desde 2008), passou de 91% em 2000 para 38,6% em 2015. É de ressaltar que a diminuição percentual da fatia do mercado interno indica o protagonismo da exportação, no entanto, em termos absolutos indica o aumento do consumo interno, sendo que em 2000 foram consumidas 396.233 toneladas, e em 2015 foram 844.415 toneladas.

Contudo, a maior exportação de azeite e subprodutos da palma de azeite é um desdobramento da atuação conjunta do Estado e o capital palmeiro nacional, agrupado em torno da Federação Nacional de Cultivadores de Palma (FEDEPALMA), órgão privado que representa os interesses setoriais e administra fundos como o FEP e o Fundo

de Fomento Palmeiro (FEP)³⁴. Essa tendência consolidou na última década a União Europeia como o principal destino das exportações, depois vêm o Brasil e o México.

Nesse contexto, houve uma reestruturação produtiva nacional que levou a desconcentrar a produção do Norte e Centro da Colômbia, para a procura de terras no Leste, nos Departamentos de Meta e Casanare, que fazem parte do nosso recorte. Em geral, a concentração de capital se deu no agroprocessamento, seja na extração e no refino do azeite, seja na esterificação do agrodiesel, os quais possuem terra, mas precisam da integração de grandes, médios e pequenos produtores de fruto. De acordo com Rueda e Pacheco (2015, p. 36), a flexibilização oriunda do novo mercado do agrodiesel entrou para concorrer com o monopólio das extratoras de azeite para o mercado de gorduras e óleos. No entanto, das 11 plantas de agrodiesel ativas em 2015, a maior parte é de grupos ou associações empresariais que possuem plantas extratoras (FEDEBIOCOMBUSTIBLES, 2018). Isto é, os monopólios se fortaleceram junto com o controle do processo produtivo e os territórios.

Pode-se acrescentar que na reestruturação e expansão territorial entraram novos grupos na produção de azeite e agrodiesel, no caso de Manuelita, grupo empresarial familiar oriundo do setor canavieiro, investiu na palma desde os anos 1990 como mais um ramo na estratégia de expansão setorial e territorial. Em decorrência, esse grupo é hoje um dos maiores produtores de agrodiesel e de azeite de palma, consolidando-se como o maior grupo empresarial multilatinho, com investimentos na produção de alimentos no Peru, Brasil e Chile (MANUELITA S.A., 2017).

Concomitantemente, houve outros grupos que também monopolizaram todo o processo produtivo desde as sementes até o agroprocessamento de azeite e agrodiesel, nos quais estão o Grupo Empresarial Oleoflores e o Grupo Daabon; os dois com complexos agroindustriais no Norte do país (RUEDA e PACHECO, 2015, p. 35). Esses grupos, além do controle do processo produtivo, detêm uma grande fatia dos pequenos produtores integrados sob as APE, sendo que, pesquisas ao respeito mostram as formas de expropriação, subordinação e exploração dos camponeses e trabalhadores rurais (FAJARDO, 2014a; FAJARDO, SALINAS e ALVAREZ, 2010).

Em síntese, a Colômbia percorreu nos anos 1990 e começos do século XXI, um processo de internacionalização da agricultura, similar, mas em diferente intensidade, a

³⁴ Criado pela Lei 138 de 1994, o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural repassa um valor equivalente ao 1,5% do preço de referência por cada quilo de azeite de palma tanto de fruto quanto de amêndoa extraído.

outros países da América Latina. No entanto, a mundialização do agrohidronegócio palmeiro na Colômbia não teve participação importante de IED, ao contrário, transnacionais como a UNILEVER que participava da *joint venture* UNIPALMA de los Llanos, no Departamento de Meta, vendeu sua participação para grupos financeiros nacionais em 1991 (RAMÍREZ, 2012, p. 56). Os demais grupos empresariais nacionais se fortaleceram como monopólios e conseguiram agir junto ao bloco no poder desde finais dos anos 1990, particularmente no governo de Álvaro Uribe (2002-2006/2006-2010), até hoje, mantendo particular ênfase na flexibilização dos produtos extraídos da palma de azeite e seus mercados.

Em consequência, tanto na Colômbia quanto no Brasil houve um processo simultâneo e diferenciado de flexibilização dos produtos agroprocessados da cana-de-açúcar e da palma de azeite, impulsionado pelo projeto dos agrocombustíveis de um lado e pelo mercado internacional do outro. Portanto, consideramos que mesmo no contexto de neoliberalização continuada na Colômbia ou de neodesenvolvimentismo no Brasil, a aliança Estado-Capital atuou para resgatar da crise e modernizar os complexos agroindustriais (CAI), orientando-os principalmente para a exportação. Isto incentivou mudanças no processo de trabalho, ora no agroprocessamento com a esterificação do azeite para o agrodiesel na Colômbia, ora com as mudanças técnicas no plantio com a mecanização no Brasil, entretanto, esses complexos são levantados sobre a “vantagem comparativa natural”, a qual, segundo o entendimento de Delgado (2012, p. 108), se fundamenta na disponibilidade de terra e água para plantio, assim como as condições tropicais para o plantio e agroprocessamento de *commodities*. Essa aliança articulou ações tendentes ao aumento de crédito público, especulação do preço da terra e exportação. Eis o que o autor denomina de novo pacto da economia política do agrohidronegócio, que se constitui da “articulação público-privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais” (DELGADO, 2012, p. 109).

A articulação capital-Estado traz, não por acaso, estratégias de acumulação na forma de expropriação formal, mascarada pela lei e políticas públicas, ou violenta, valendo-se da barbárie da violência física e o assassinato que se recria em cada sociedade. Ao longo do século XX, no caso da sociedade colombiana, esta veio reproduzindo formas de expropriação de diversos tipos (especialmente armadas), executadas com crueldade contra camponeses e comunidades tradicionais por paramilitares, exército legal e guerrilha. Ao mesmo tempo, no Brasil, em pleno século XXI a violência no campo teve

uma intensificação desmedida contra militantes, camponeses, assentados, quilombolas etc. (FELICIANO, 2017). Tendo essas duas formações sociais como referência, descobrimos, não por coincidência, que ambas são as que encabeçam a lista de países com mais assassinatos de militantes envolvidos na luta pela terra, em 2016. Esses dados, coletados pela ONG inglesa *Global Witness*, destacam que nesse ano no Brasil foram assassinadas 49 pessoas e na Colômbia 37, as quais estavam vinculadas a movimentos de luta e resistência envolvidos em conflitos pelo controle da terra e de recursos naturais. Depois destes aparecem Filipinas, Índia, Honduras, Nicarágua y República Democrática do Congo, entre outros países do Sul Global (GLOBAL WITNESS, 2017, p. 11).

2.2.2 Mercadorias verdes e mundialização do processo de trabalho do agrohidronegócio no Brasil e na Colômbia

Um dos desdobramentos da reestruturação produtiva do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis, no contexto da mundialização do capital, no decorrer do século XXI, é a mudança na organização e controle do processo de trabalho agroindustrial. A partir de então, dependente da organização hierárquica das CGV adaptadas às normativas dos mercados internacionais ou regionais, os quais são regulamentados por instituições multilaterais (ONU, OMC, FAO, OIT etc.), pelos estados importadores (normas pautais e fitossanitárias) e as corporações alimentares e de agroenergia (selos e certificações).

Essa organização hierárquica mundializada também articula as ações da dupla capital-Estado em cada formação social para garantir as condições de exploração do trabalho para produzir mercadorias mundializadas, portanto, o processo de trabalho nos territórios do agrohidronegócio faz parte das tramas da regulação transnacional, “através de diferentes dispositivos de regulação baseados em princípios como o *just in time*, a qualidade total, a responsabilidade social [RSE] e socioambiental [RSA] e a satisfação dos consumidores” (MORAES e CUTILLAS, 2014, p. 195, tradução nossa).

Temos visto o papel da dupla capital-Estado no processo da mundialização da agricultura no século XXI no tocante a cana-de-açúcar e a palma de azeite. No Brasil, o capital estrangeiro e nacional atingiu a produção e circulação no mercado mundial da *commodity* açúcar e do etanol. Na Colômbia, os capitais nacionais monopolizaram o plantio e o agroprocessamento para o mercado interno, e transportam a *commodity* utilizando os serviços das corporações especializadas no transporte (p.ex. *Cargill trading*). Portanto, em ambos os casos o controle destes capitais sobre a mercadoria chega

até a comercialização, pois sendo matérias-primas, ou no caso do etanol um bem final para consumo, elas são vendidas às corporações alimentares (capítulo 1) ou do ramo da agroenergia, sendo que, ora misturam o etanol brasileiro, ora esterificam o azeite de palma colombiano para produzir agrodiesel.

Essa hierarquização ou divisão técnica entre capitais repercute na estrutura das CVGs, ou seja, na divisão técnica do trabalho mundializado. A esse respeito, Chesnais (1996) entende haver vínculos entre as formas de organização da produção das corporações transnacionais e a acumulação flexível.

Atualmente [anos 1990], os grupos têm começado a apertar suas redes, a concentrar as filiais e a substituir a produção deslocalizada, organizada em base intragrupo, por fornecimentos externos, por terceirização e contratos de longa duração. A mobilidade intrínseca do capital, combinada com a variedade de soluções técnicas oferecidas e a atratividade do suprimento nas proximidades (o “*just in time*”), vai levar necessariamente a uma variedade de esquemas de localização bem maior do que no passado.

O suprimento das matérias-primas passa pela utilização das inovações técnicas e tecnológicas dos meios de transporte e comunicação, no entanto, o que transparece é o controle do processo de trabalho pelas corporações de maneira direta ou indireta. A esse respeito, Chesnais (2016) atualiza e complementa sua análise:

[As transnacionais] maximizaram a apropriação da mais-valia nos níveis de unidade de negócio e planta, e reduziram o custo de transporte através da containerização. Desenvolveram ou estenderam simultaneamente mecanismos para a apropriação da mais-valia produzida por outras empresas através da subcontratação. A predação de valor e valor excedente pelas corporações mundializadas assumiram formas cada vez mais diversificadas (CHESNAIS, 2016, p. 159, tradução nossa)

Deste modo, a organização hierárquica do processo de trabalho na nossa pesquisa passa pela mundialização e a dupla capital-Estado agindo no contexto de relações assimétricas pautadas pelas relações Centro-Periferia ou Norte-Sul Global. No Norte os Estados criam normas para a importação das matérias-primas e as corporações se erguem como monopólios e/ou oligopsônios que se baseiam nas normas públicas (nacionais ou de instituições multilaterais como a OMC) e privadas (selos, certificações etc.) para comprar dos fornecedores internacionais as matérias-primas, oriundas do Brasil ou da Colômbia.

Ou seja, comparece uma organização mundializada do trabalho que se baseia na utilização de formas de terceirização externa ou *outsourcing*. Como colocado por Chesnais (2016, p. 163, tradução nossa)

[...] as grandes corporações iniciaram um processo de "desintegração vertical" e de externalização de componentes e peças para redes de subcontratação desde finais da década de 1970. Já, nos anos 2000, a terceirização externa (outsourcing) e a terceirização interna (offshoring) se tornaram centrais.

Para tanto, as CVG desde a perspectiva marxista nos exige identificar elementos da mundialização que abrangem a exploração do trabalho, não apenas nos enfoques sobre aspectos técnicos, mas também a interação entre eles, de acordo com o entendimento de economistas ortodoxos e Instituições Financeiras Internacionais como o Banco Mundial³⁵ (SANTANA BORGES, 2017; CHESNAIS, 2016).

Nossa análise se orienta especificamente nas formas mundializadas das relações de produção capitalista na forma de CVG, a qual está estruturada em condições de concorrência e subordinação de capitais, aprofundando nas formas de regulação “sob a gerência corporativa operando em nível global” (CHESNAIS, 2016, p. 163). Elementos determinantes na estruturação das CVG nas quais se inserem a cana-de-açúcar e o azeite de palma são a economia verde e aos fetiches construídos pelo ambientalismo do capital para criar valores de uso e troca verdes. Nesse processo se explicitam as ações da dupla capital-Estado dos países exportadores, para adaptarem e implementarem os fetiches do ambientalismo, com o intuito de garantir sua participação no mercado mundial.

Esses valores de uso e troca verdes afirmam a capacidade para reduzir emissões de carbono e seus aportes para um desenvolvimento sustentável, constituindo-se em um discurso reproduzido diferencialmente pelo bloco no poder de cada país (GAMEIRO, 2017; SOUZA, 2011). Deste modo, o ambientalismo do capital é introduzido como mais um elemento da direção moral e política exercida pelas frações de classes dominantes e dependentes, vinculadas ao agrohídronegócio, as quais atuam em torno da imposição deste como interesse geral e, portanto, agenciado pelo Estado como representante da sociedade. Ressalvamos que essa direção moral e política, ou seja, a hegemonia do agrohídronegócio, consiste na enunciação de temas e fatos que se constituem em discurso hegemônico.

Poderíamos destacar alguns destes temas: a) a importância das exportações e sua contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB); b) a necessidade de entregar financiamento, terras e água para seus empreendimentos, tirando do cenário a produção camponesa; c)

³⁵ No entanto, instituições financeiras e pesquisadores da teoria da administração nomeiam-nas de Cadeias Globais de Fornecimento (*supply chain*). Cf. Chesnais, 2016, p. 159-160.

os benefícios para o mercado de trabalho rural e a qualidade de vida dos trabalhadores; d) o desenvolvimento sustentável propiciado pela modernização do processo de trabalho; e) a utilização de biotecnologia e agrotóxicos como mediação para aumentar a produtividade e defender de pragas e doenças do cultivo; f) e a contribuição da agroenergia para reduzir a emissão de GEE (OLIVEIRA, 2016; ALONSO-FRADEGAS, LIU, *et al.*, 2015; OTERO, 2013; SOUZA, 2011; THOMAZ JUNIOR, 2009).

Isso nos estimula a aprofundar reflexões na escala nacional da hegemonia do agrohidronegócio, priorizando as ações da dupla capital-Estado. Esse referencial nos conduz à materialização dos discursos e das leis favoráveis aos agrocombustíveis e produção de *commodities*. Junto com isso, tem-se as linhas de financiamento de crédito público e de legitimação de novas áreas de expansão territorial, nas quais comparecem as áreas do nosso recorte de pesquisa. Assim, evidenciam-se as forças da dependência nas quais estão inseridos os países do Sul Global, tecidas pelo mercado mundial de capitais, bens e serviços, e a exploração do trabalho no regime alimentar corporativo.

Consideramos que a hegemonia do agrohidronegócio no século XXI se atrela à geopolítica do desenvolvimento sustentável proposta pela economia verde e suas raízes neoliberais, portanto o ambiente passou a compor as ações da dupla capital-Estado, enunciando os interesses das classes dominantes em cada país. Essas são precondições para articular novos e velhos discursos sobre o papel da agricultura e da agroindústria, justificando-se com argumentos oriundos dos campos científico e político, complementares do econômico, sendo que, tudo isso foi enfrentado com as propostas procedentes de movimentos sociais e ambientais. De acordo com o exposto por Porto-Gonçalves (2006, p. 299):

Os anos 1990 podem ser apontados como aqueles em que a questão ambiental atinge maior visibilidade no cenário internacional e se constitui como um tema obrigatório na agenda política. Essa constatação é praticamente consensual, muito embora quase sempre seja destacada a institucionalização da problemática ambiental, processo que remonta a 1972 [Conferência de Estocolmo], olvidando-se, assim, a tensa e intensa disputa que se dá no interior do campo ambiental e que esses próprios anos [19]90 tornarão cada vez mais evidentes.

Embora as constituições dos dois países³⁶ pesquisados enunciem a defesa e cuidado do meio ambiente para deter o aquecimento global como princípio para o desenvolvimento sustentável, interessa-nos o modo como o agrohidronegócio participa

³⁶ A constituição política vigente no Brasil foi promulgada em 1988, e na Colômbia foi promulgada em 1991.

como fração de classe dominante/atuante no bloco no poder em cada país. Fruto dessas composições, tem-se a reprodução de novos valores de uso complementares, vinculados aos produtos dos cultivos flexíveis, os quais são resultado de alianças “verdes” com capitais financeiros, industriais, petroleiros e da indústria automobilística, entre outros, ao mesmo tempo que mantém os acordos com latifundiários/grileiros, setores acadêmicos, pesquisadores e a mídia. Entretanto, é nesse contexto que acontece a manipulação capitalista da questão ambiental como mediação de segunda ordem, para garantir a produção e a troca das mercadorias verdes regulamentadas pelo mercado, especialmente pelo internacional. Nesse arcabouço oriundo dessa nova fronteira de acumulação que o ambiente comparecerá como elo para discutirmos os desdobramentos para a reestruturação produtiva e a exploração da classe trabalhadora no século XXI.

Como explicamos anteriormente, a exportação tem se convertido no carro-chefe dos interesses do agrohidronegócio nas últimas décadas, inclusive a promessa dos agrocombustíveis tem se abrigado nesse fato. Devido a diversos fatores, como vimos, os agrocombustíveis não se transformaram em *commodity*, e acabaram sendo orientados para o mercado interno, no entanto, não podemos descartar seu aporte à internacionalização no cenário do mercado mundial de carbono, como mercadoria que aporta aos MDL, gerando créditos de carbono que poderão ser vendidos como mecanismo de compensação aos países que ultrapassam as emissões permitidas pelo Protocolo de Quioto (CORNETTA, 2010), os quais foram referendados no Protocolo de Paris assinado em 2015. O mercado mundial de carbono ainda não se concretizou como mais um grande mercado, no entanto, temos visto que os agrocombustíveis se colocam estrategicamente na matriz energética nacional como uma energia renovável que reforça simbolicamente a ideia de uma produção e consumo ambientalmente responsáveis, de baixo consumo de carbono e alinhado com os protocolos ambientais internacionais, “sem prejuízo ao estilo de vida ‘moderno’, cujo símbolo mais difundido e reconhecido é o automóvel” (GAMEIRO, 2017, p. 84).

Aderimos, nesse sentido, ao que Moreno (2013, p. 65, tradução nossa) argumenta a respeito do papel do Estado para a implementação da economia verde, ou seja, que a demanda e o consumo dependem da “centralidade de um regime jurídico que assegure a criação de novas leis, bem como a reforma e ajustes dos parâmetros normativos existentes, e a consequente seguridade e validade jurídica dos contratos e investimentos”. O carbono se transforma em indicador internacional de troca, que reflete na governança mundial para conter o aquecimento global, sendo que, para isso, é importante a contagem

ou contabilidade do carbono. A agroindústria é uma das frentes de atenção para essa contagem, alicerçada por instituições multilaterais como a FAO e o BM, as quais fazem eco à Agricultura Climaticamente Inteligente (*Climatic-smart Agriculture*), que vem a ser

[u]ma proposta integral para a gestão das paisagens (terras de cultivo, gado, bosques e recursos pesqueiros) que aborda os desafios relacionados entre sim-
-segurança alimentar e mudança climática- e procura produzir três efeitos diretos de maneira simultânea [maior produtividade, maior adaptabilidade as condições naturais adversas, e menores emissões de carbono na produção de alimentos] (BANCO MUNDIAL, 2018)

Portanto, consideramos importante descobrir como o agrohidronegócio, no bloco no poder, na Colômbia e no Brasil, neste século XXI, conseguiu integrar esses novos valores de uso verdes na ordem moral e política de cada país, tendo como ponto de partida as leis e programas que regulam a produção e consumo de agrocombustíveis. Desta maneira, procedemos a identificar o financiamento para o setor e a legitimação da expansão territorial de plantios e plantas agroprocessadoras, e a exploração do trabalho, tudo isto, em uma intensa relação com os mercados e as normas internacionais públicas e privadas.

2.2.3 Bloco no poder e valores de uso e troca verdes dos agrocombustíveis: mundialização, adaptação da ordem jurídico-política e financiamento público

No decorrer deste século o regime alimentar se consolida como valor de uso e de troca, consensual no tocante ao papel da agroenergia e da agricultura na diminuição da utilização de combustíveis fósseis e a diminuição de emissões de carbono. Esse consenso é construído como um desdobramento do cumprimento das normativas internacionais contidas nos Protocolos Ambientais de Quioto (1995) e, recentemente, de Paris (2015). Portanto, consideramos importante debruçarmos sobre o efeito diferencial nas relações de produção do agrohidronegócio por meio da revisão e/ou criação de leis referentes aos agrocombustíveis, bem como a intervenção das organizações de classe como representação das frações que compõem o bloco no poder, e a importância do financiamento, particularmente, na expansão territorial e mudanças/ inovações introduzidas no processo de trabalho do agrohidronegócio.

2.2.3.1 Brasil. Articulação jurídico-política para a expansão territorial da produção dos agrocombustíveis

Freitas (2013, p. 353) apresenta para o caso do Brasil os impactos da Lei 9.478 de 1997, que regulamentou o fim do controle estatal sobre os processos da indústria petrolífera e também a nova função de regulação da política energética nacional. Essa decisão estabeleceu “um conjunto de princípios e objetivos que norteariam a política nacional brasileira de energia pós-Quitoto”, nos quais constava impulsionar econômica, social e ambientalmente para uma maior utilização de agrocombustíveis na matriz energética. Além disso, incentivar a geração de energia elétrica a partir da biomassa, e promover a competitividade no mercado internacional dos agrocombustíveis, entre outras disposições que criavam condições de mercado para atrair investimentos nacionais e internacionais.

As normas (Leis, Decretos ou Programas) que neste século XXI expressam a importância do projeto dos agrocombustíveis na matriz energética do Brasil, dão continuidade à trajetória histórica do século XX quanto ao uso do etanol e a introdução recente do agrodiesel (Quadro 9). Essas normas são expressivas sobre a atuação político-jurídica do bloco no poder, para a expansão do mercado interno dos agrocombustíveis atrelada à regulação internacional de Protocolos ambientais e às exigências ambientais dos mercados.

Quadro 9 - Normativa referente aos agrocombustíveis na matriz energética brasileira

Tipo de agrocombustível	Norma	Ano	Objetivo
Etanol	Proálcool Decreto nº 76.593/1975	1975-2000	1975: etanol como aditivo; 1979: E100, etanol como combustível
Etanol e Agrodiesel	Lei 9.478	1997	Dispõe sobre a política energética nacional, incluindo nesta os biocombustíveis (Art. 6)
Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel	Lei 11.097	2005	Introdução do biodiesel na matriz energética brasileira
Etanol	Decreto 4317	2002	Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) enquadrando os veículos <i>flex-fuel</i> na mesma categoria fiscal e tributária dos veículos a etanol
Etanol		2003	Venda de veículos <i>flex-fuel</i>
Etanol e Agrodiesel	Lei 13.576 RenovaBIO	2017	Cumprimento dos compromissos do Brasil no âmbito do Acordo de Paris (2015) e promover a adequada expansão dos biocombustíveis na matriz energética, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis; e a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.

Fonte: FREITAS, 2013; THOMAZ JUNIOR, 2009; BRASIL, 2017

Organização: Robinzon Piñeros

A trajetória da produção e utilização do Etanol no Brasil começa nos anos 1930, no entanto, sua massificação vai ser mediada pelo Programa Proálcool, na década de 1970. Alguns autores concordam em sinalizar que esse programa visava a modernização da agricultura e seus desdobramentos para a mudança da matriz energética, no entanto, mascarava o resgate dos usineiros endividados ou na bancarrota por meio de reprodução do capital agroindustrial, adicionando um novo produto oriundo do agroprocessamento da cana-de-açúcar. Nos anos 1980, ainda no contexto do Proálcool, o pacto Estado e latifundiários, grileiros e usineiros se amplia ao adicionar o capital das transnacionais montadoras de carros, representados pelas organizações de classe nacionais, estaduais ou setoriais (BARRETO, 2018; FREITAS, 2013; SOUZA, 2011; THOMAZ JUNIOR, 2009). Portanto, entre os anos 1980 e 2000, com mais intensidade nos anos 1990, houve uma massificação da utilização do etanol como combustível. Diante disso, sobreveio um reordenamento político e econômico no interior do setor agroindustrial canavieiro que se manifesta nos posicionamentos das organizações de classe intervenientes na luta política. Isto é, as políticas de liberalização do mercado de açúcar e etanol, os investimentos em pesquisa e logística para a distribuição e exportação (portos e terminais), e a crise de abastecimento e venda de veículos movidos só a etanol, entre outros, impõem novas atenções do Estado. Tudo isto, desejado pela burguesia nacional que abraçou o consenso neoliberal (BOITO JR, 2012; SOUZA, 2011).

Todavia, no Quadro 5, referente às normas não comparecem leis e decretos que modificaram o teor de mistura do etanol e outras disposições, entretanto expressa o remanejamento da participação do setor canavieiro no bloco no poder, referenciada pela dominação colonial há mais de cinco séculos, através da exploração do trabalho para produzir o açúcar extraído da cana-de-açúcar, e, nas últimas cinco décadas, pela expansão da produção de etanol como agrocombustível. Diante do cenário de crise dos anos 1990, a literatura que analisa o setor concorda com a recomposição da aliança com o capital transnacional das montadoras de carros. Além desta, comparecem outras alianças com capitais transnacionais do petróleo (Shell e British Petroleum) e do agrohidronegócio (Cargill) a partir da massificação da utilização da tecnologia *flex-fuel* em 2003 (GAMEIRO, 2017; SANTANA BORGES, 2017; SOUZA, 2011; THOMAZ JUNIOR, 2009).

Essa recomposição é resultado dos investimentos públicos e privados em pesquisa e das condições de mercado para a utilização massiva desta tecnologia, alavancadas pela diminuição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), em 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e da importância do setor canavieiro e das montadoras de carros durante os dois governos de Lula. Em consequência, desde 2003 o licenciamento de carros *flex-fuel* tem substituído o motor movido exclusivamente a gasolina, sendo que em 2015, 88% dos carros novos vendidos no Brasil utilizavam essa tecnologia, ou seja, movidos a álcool e/ou à gasolina. (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2016).

No mesmo Quadro 5 comparece o agrodiesel, isto porque desde a Lei 9.478 de 1997, observamos uma mudança efetivada pela nomenclatura do que nesta lei se entende como biocombustíveis, e que integra o agrodiesel à matriz energética brasileira. Projeto concretizado a partir do PNPB em 2005, programa que foi pensado inicialmente como uma parceria entre plantas de agroprocessamento da PETROBRAS e produtores camponeses de mamona, macaúba e outras culturas, no entanto, esse plano não foi efetivado, mas o agrohidronegócio da soja entrou nesse setor. Devido a isso, consideramos que o Brasil neste século XXI expandiu o leque da contribuição da agroenergia às energias renováveis, e, portanto, arquitetou-se uma aliança com capitais do agrohidronegócio canavieiro, da soja e pecuarista (sebo bovino). Ainda, é importante destacar o fortalecimento desta aliança com a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBIO) de 2017 no intuito de instituir mecanismos políticos e econômicos para apoiar a descarbonização da matriz energética nacional, criando certificados e incentivos financeiros para materializar o mercado de carbono no Brasil. Esse cenário legitima uma nova fase de expansão dos agrocombustíveis sob a normativa internacional do Protocolo de Paris assinado em 2015, criando valores de troca para o carbono e valores de uso atrelados ao cuidado do meio ambiente, como destacado em matéria publicada sobre o tema na Revista FAPESP, de abril de 2018:

Como resultado dessa política, o governo prevê ampliar a produção de etanol dos atuais 30 bilhões de litros para cerca de 50 bilhões de litros em 2030 e elevar a de biodiesel de 4 bilhões para 13 bilhões de litros no mesmo período. Ao mesmo tempo, calcula uma economia de 300 bilhões de litros de gasolina e diesel importados nos próximos anos. Projeta-se também um aumento de 10 milhões de hectares na área plantada dedicada à bioenergia. Os idealizadores do programa ressaltam que o Brasil tem hoje 198 milhões de hectares em pastagens, boa parte delas de baixa produtividade, que poderiam ser empregadas na produção dessas culturas (MARQUES, 2018, p. 34).

É importante reiterar que o fortalecimento da aliança capital-Estado, no que tange à cana-de-açúcar e seus produtos, está sustentado na interlocução das organizações da classe dominante. Com as políticas neoliberais e a desregulamentação do mercado interno e a expansão das exportações desde os anos 1990, as organizações do setor passaram por uma reestruturação visando a internacionalização, fato que significa além de exportar, se abrir à participação de representantes dos capitais transnacionais com investimentos no setor, e participar da frente política orientada pelo neodesenvolvimentismo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente nos dois mandatos do Presidente Lula.

O neodesenvolvimentismo dos governos do PT (2003-2016) teve como característica uma notável intervenção do Estado no mercado, equilibrando o enfraquecimento da economia, proposta pelas políticas neoliberais dos anos 1990. Sob o pensamento de Sicsú, de Paula e Michel (2007, p. 515), o Estado “neo” ou “novo” desenvolvimentista tem um papel forte voltado para “o financiamento da atividade produtiva e não para a atividade especulativa”, e, por conseguinte, “mais capaz no plano político, regulatório e administrativo, além de financeiramente sólido”. Essa intervenção do Estado é diferente à do desenvolvimentismo dos anos 1960, no sentido de que o “novo” tem uma posição de maior participação no mercado mundial e, ao mesmo tempo, direcionado ao mercado interno para o consumo.

Durante os dois governos do presidente Lula, esta orientação foi atrelada às políticas voltadas para a intervenção do Estado na política de financiamento de investimentos em atividades produtivas via Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com a finalidade de proteger a produção interna e o aumento da construção de infraestrutura, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2), bem como, a expansão do mercado interno, atreladas às políticas sociais de redistribuição de renda (BRAGA, 2012; SINGER, 2009; THOMAZ JUNIOR, 2009). De acordo com Boito Junior (2012, p. 69), o neodesenvolvimentismo é um modo de desenvolvimento “possível, dentro do modelo capitalista neoliberal periférico”, isto é, não é uma mudança estrutural na luta política de classes, o que elenca é o protagonismo de uma fração da burguesia nacional crítica da implantação do neoliberalismo ortodoxo nos anos 1990, em consequência dos impactos da abertura comercial e da desregulamentação financeira.

Entre os setores que participam desta burguesia estão empresas de capital nacional, algumas empresas estatais e multinacionais já instaladas, nas quais comparece o agrohidronegócio canavieiro (BERRINGER, 2014). Essa burguesia aceitou a

intervenção do Estado como alavanca para a conquista de novos mercados internacionais e manter sua participação no mercado interno, inclusive, associada com capitais transnacionais, por meio de investimentos *joint-venture*, como visto na produção de açúcar e etanol. Como colocado por Boito Junior (2012, p. 70)

Na década de 2000, a burguesia interna abandonou aquela posição defensiva [da década de 1990] e, acomodando-se ao modelo neoliberal, abriu mão do protecionismo herdado do velho desenvolvimentismo e partiu para a conquista dos mercados vizinhos que também tinham sido abertos.

Essa fração da burguesia neoliberal, moderada ou neo-desenvolvimentista, partícipe do bloco no poder, fez parte da frente política constituída pelo PT e movimentos sociais e sindicais para enfrentar a outra grande fração da burguesia, “compradora [no tocante a abertura econômica], aliada subalterna do grande capital financeiro internacional” que adotou abertamente o neoliberalismo ortodoxo, interessada na expansão sem limites do imperialismo. No entanto, ambas as frações priorizam, como classe dominante dependente, o grande capital monopolista em detrimento das pequenas e médias empresas e dos interesses dos trabalhadores (BOITO JR, 2012, p. 72 et seq.).

O cenário político e econômico decorrente do impacto do neoliberalismo, desde os anos 1990, intensificou a reestruturação e a criação de organizações de representação do capital do agrohidronegócio do açúcar e do etanol, simultaneamente com os produtores de agrodiesel, como bloco dos agrocombustíveis. Assim escudadas, se posicionaram favoráveis ao processo de abertura comercial com vistas a exportar *commodities* ou agrocombustíveis (Quadro 10). Nessa seara, também comparece a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), criada em 1993 para agrupar diferentes setores atrelados pelo latifúndio, desde o plantio, ao agroprocessamento, bem como, os investimentos de capital monopolista e mundializado. Todo esse conjunto de organizações de classe, além de outras oriundas da exportação de frango e carne bovina, influenciou na criação em 2003 do *think thank* do agrohidronegócio brasileiro, ou seja, no Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE).

Por fim, estas organizações não apenas atuam como representação dos interesses de classe junto aos órgãos de decisão e burocracia do Estado, mas também têm papel destacado na difusão e defesa dos seus interesses, tanto nos cenários políticos do mercado, quanto na manipulação da socialização e sociabilidade exercida pela mídia, e a educação pública e privada, orientada para reproduzir o discurso hegemônico das mercadorias

verdes e formar opinião pública favorável, além de controlar a esfera da reprodução dos trabalhadores (LAMOSA e LOUREIRO, 2014; ALVES, 2011; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Quadro 10 - Organizações de representação de classe do agrohidronegócio canavieiro e dos agrocombustíveis

Instituição	Fundação	Setor
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo COPERSUCAR	1959	Agrohidronegócio canavieiro
Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil ORPLANA	1976	Agrohidronegócio canavieiro
União dos Produtores de Bioenergia UDOP	1985	Agrohidronegócio canavieiro
Associação Brasileira do Agronegócio ABAG	1993	Agrohidronegócio em geral
União da Indústria de Cana-de-Açúcar UNICA	1997	Agrohidronegócio canavieiro
Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais ICONE	2003	Agrohidronegócio em geral
Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil APROBIO	2011	Agrohidronegócio sojero

Fonte: Diversas

Organização: Robinzon Piñeros

Em síntese, no Quadro 10 apresentam-se as organizações de classe mais importantes do agrohidronegócio canavieiro no Brasil, assim como do agrodiesel (APROBIO), incluindo aquelas que agrupam múltiplos segmentos como a ABAG e a ICONE. Note-se que no contexto geral, algumas destas foram criadas nos anos 1990, denotando a importância da atuação em bloco, do agrohidronegócio e da conformação do bloco do agrodiesel, mediante a Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (APROBIO). Entretanto no setor canavieiro, a COPERSUCAR, a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA), e a União dos

Produtores de Bioenergia (UDOP) são organizações ativas, que foram criadas em décadas anteriores. Apenas a UNICA, criada em 1997, que vai se somar recentemente como uma das mais importantes organizações de classe.

Essas organizações do setor canavieiro defrontaram a desregulamentação neoliberal com uma fragmentação dos interesses, o que impulsionou a reestruturação e substituição de outras. De acordo com Souza (2011, p. 90-91), a fragmentação dos interesses se produz pelo posicionamento perante a abertura comercial, as cotas de produção, os custos de transporte do etanol, subsídios etc. Nesse contexto também havia uma disputa entre a região Nordeste e a Centro-Sul, baseada “nas incertezas dos mecanismos públicos de sustentação existentes”, que garantiam a produção subsidiada no Nordeste e o crescimento da área plantada no Centro-Sul, com protagonismo do Estado de São Paulo.

A reorganização vai ter na COPERSUCAR e na UNICA, as organizações mais importantes do setor neste século XXI. Como foi visto, a COPERSUCAR, ainda com o desligamento voluntário de dezenas de usinas associadas, possui um protagonismo histórico, vinculado ao seu papel durante o Proálcool na produção e no desenvolvimento tecnológico da indústria via pesquisa. Já, desde 2004 entrou em processo de reestruturação, passando de cooperativa para empresa com emissão de ações, as quais são de propriedade dos sócios e usinas associadas. Além disso, se especializou na produção, logística e comercialização, transformando-se em uma das maiores comercializadoras (*trading*) de açúcar e etanol do mundo, inclusive, ao realizar a joint venture ALVEAN em 2014, em parceria com a Cargill.

A UNICA surge como o órgão fundamental a favor da liberalização do mercado de açúcar e etanol, e como opção para aglutinar os interesses fragmentados das antigas organizações de representação industrial como a Associação das Indústrias de Açúcar e Álcool (AIAA) e a Sociedade dos Produtores de Álcool de São Paulo (SOPRAL). Conforme posto por Souza (2011, p. 105), a UNICA conseguiu concentrar uma grande parte da representação dos interesses do setor, especialmente dos produtores do Estado de São Paulo. Além disso, diferentes análises concordam em destacar a importância na concentração da representação do setor através da produção e difusão dos discursos políticos, econômicos e científicos, elegendo o referencial da sustentabilidade ambiental e da economia verde (GAMEIRO, 2017; CARVALHO, 2012; SOUZA, 2011).

Na escala do Estado de São Paulo, organizações como a UNICA e a ORPLANA terão papel fundamental na assinatura do Protocolo Agroambiental em 2007, promovido

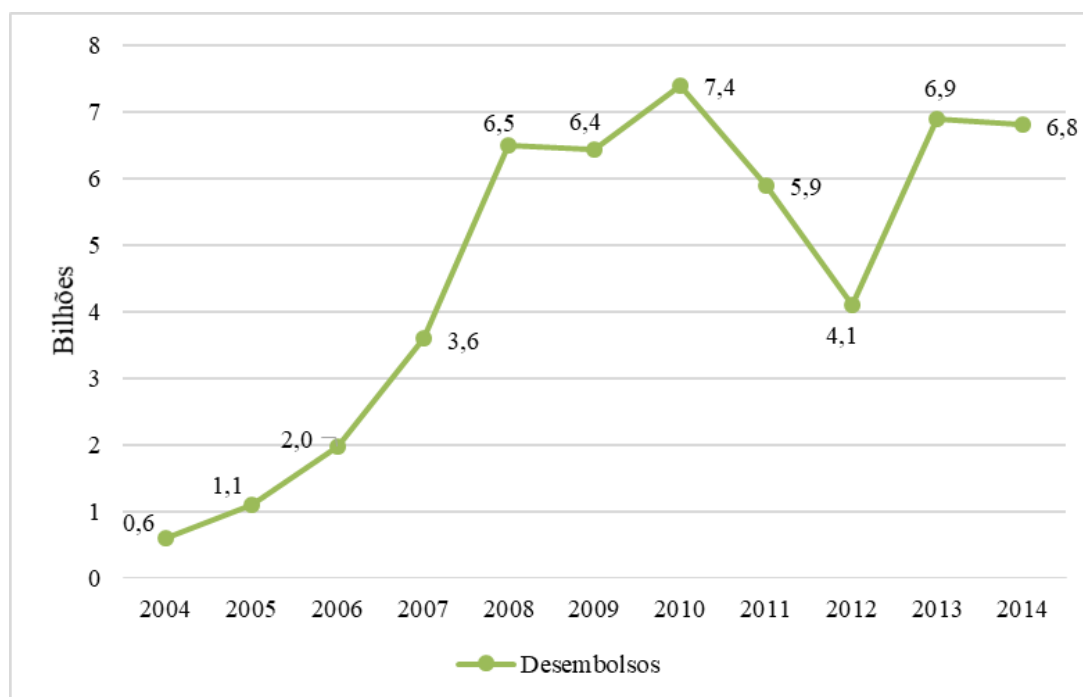
como pacto voluntário entre o governo estadual e os produtores. O Protocolo atrela interesses para regular e aplicar a legislação referida à queima da cana-de-açúcar e seus efeitos ambientais, bem como estimular a imagem de sustentabilidade da produção de açúcar e etanol, especialmente para o mercado internacional. Além disso, existem interesses mascarados de destruição de relações de produção, inserindo inovações tecnológicas no plantio, substituindo os cortadores manuais pela colheitadeira mecanizada, ou seja, trocando trabalho vivo por trabalho morto. Intuito intrínseco do capital de elevar sua composição orgânica, diminuir custos de produção com capital variável, para tanto, eliminar/descartar trabalhadores do processo de trabalho, para aumentar a produtividade. Além disso, suprimir da memória operária os protestos dos trabalhadores, contra a superexploração, os quais tiveram sua máxima expressão em 1984, com o Movimento de Guariba (SP) (SABADIN, 2017; THOMAZ JUNIOR, 2009; MORAES SILVA, 1998).

Toda esta articulação da dupla capital-Estado se implementa com a participação do setor canavieiro nas linhas de financiamento do BNDES e de outros bancos de desenvolvimento internacionais como o BID e o Banco Mundial. O BNDES tem sido fundamental no financiamento recente do agrohidronegócio, ou a partir dos governos do PT. Nesse contexto, Silva (2017) analisa as linhas de financiamento ativas do BNDES, até 2015, e direcionadas para o setor canavieiro, elencando que existem duas linhas específicas: Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (PRORENOVA), e o Programa de Apoio ao Setor Sucroenergético (PASS). Além destes programas, a autora elenca outros que direta ou indiretamente continuam beneficiando o setor: Programa de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS), que fomenta a inovação com tecnologias que subsidiam a indústria com a finalidade de melhorar o processamento da biomassa e seus subprodutos; o PAISS-Agrícola que se direciona para os projetos de inovação no plantio (genética, sistemas integrado de manejo, propagação de mudas etc.); o BNDES-Finem, na sua linha de Apoio à Agropecuária, que financia equipamentos, implantação e renovação de canaviais (SILVA, 2017, p. 77 e 78).

Contudo, as informações referentes ao montante dos desembolsos do BNDES para o agrohidronegócio canavieiro mostram uma tendência de aumento exponencial no

período 2004-2014³⁷, embora tenha decrescido entre 2010 e 2012, sem voltar para os níveis do começo do século XXI (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Desembolsos do BNDES para o agrohidronegócio canavieiro. 2004-2014



Fonte: (MILANEZ e NYKO, 2015; MILANEZ, CAVALCANTI e FAVERET, 2010)
Organização: Robinzon Piñeros

Eis a articulação política e econômica que regula os efeitos das crises periódicas do setor, materializada através de créditos para recompor as relações de produção sob princípios pautados pelas questões ambientais, ajustados às necessidades de destruição criativa do capital. De fato, o objetivo desta articulação vem sendo o aumento da produtividade via modernização do patamar tecnológico, expansão territorial e adequação do processo de trabalho, segundo as normativas dos protocolos ambientais internacionais, nacionais e estaduais que, de fato, se transformaram em estratégias de impacto para a avaliação do capital financeiro no mercado, via certificações (Certificado Etanol Verde), ou selos (Etanol Mais Verde do Estado de São Paulo).

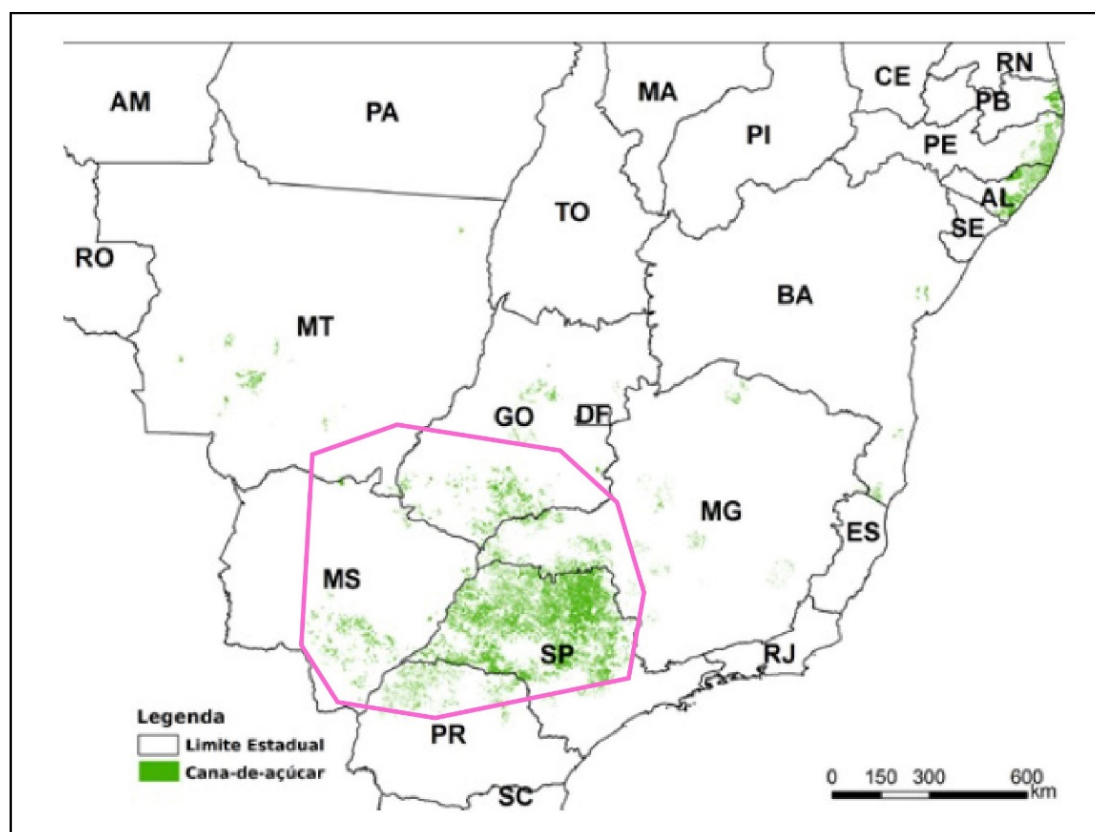
Como levantado por Silva (2017, p. 82), na mesma linha da nossa argumentação, o aumento mais acentuado dos investimentos do BNDES a partir 2006

³⁷ Utilizamos o período 2004-2014 devido à disponibilidade das informações nas fontes consultadas.

[...] está relacionado com a conjuntura das pautas ambientalistas, institucionalizadas nesse período como o Protocolo de Quioto, que justificavam a aposta do governo brasileiro e das empresas na produção de etanol como *commodity* global.

Deste modo, o aumento do crédito público tem impulsionado a (re)divisão territorial do trabalho que vai se manifestar pelo avanço territorial no cenário do Polígono do Agrohidronegócio Canavieiro (Figura 7). Esta demarcação territorial enfatiza a concentração da produção de cana-de-açúcar, com base nas áreas de cultivo e de processamento agroindustrial, dos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Paraná e, principalmente, do Estado de São Paulo (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 301).

Figura 7 - Produção canavieira no Brasil com destaque para o Polígono do Agrohidronegócio Canavieiro. Safra 2015/2016



Fonte: (CONAB, 2016, p. 34; THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 302) Organização: Robinzon Piñeros

Pode-se sinalizar, então, que o arranjo espacial dos projetos do BNDES, no período 2004-2009, concentrava os créditos mais altos (acima de R\$300 milhões), direcionados para o “Sul do Mato Grosso do Sul, o Sul e o Sudeste de Goiás, e o Oeste de Minas Gerais, sobretudo em razão do menor custo de arrendamento de terras”. Já, no

que tem a ver com o estado de São Paulo, foi onde o BNDES sediou os projetos de menor monta (abaixo de R\$150 milhões), os quais, com frequência, foram destinados à ampliação de unidades agroindustriais existentes, concentradas “em regiões com significativo parque industrial instalado” (MILANEZ, CAVALCANTI e FAVERET, 2010, p. 341).

No entanto, em São Paulo foram implementados projetos *greenfield* que visavam a ocupação de áreas “tradicionalmente mais especializadas na pecuária”, localizadas no Oeste paulista, (MILANEZ, CAVALCANTI e FAVERET, 2010, p. 341). Esses projetos passaram a arrendar terras devolutas ou griladas pelo latifúndio pecuarista, no Pontal do Paranapanema. Essas mesmas terras são disputadas desde os anos 1990 por movimentos sociais, com destaque para o MST, que as reivindicam como parte de um projeto de reforma agrária popular (FELICIANO, 2009; THOMAZ JUNIOR, 2009).

2.2.3.2 Colômbia. Agrocombustíveis e expansão territorial do agrohidronegócio na Orinoquia

A trajetória de utilização de agrocombustíveis na Colômbia começa a se materializar nos finais do século XX e vai se consolidar em meados da primeira década do XXI. Similar ao Brasil e outros países, a justificativa se ancora na dualidade da crise energética oriunda dos preços internacionais do petróleo e da utilização de energias renováveis. No entanto, outros argumentos comparecem para que seja carimbada e renovada a participação do agrohidronegócio palmeiro e canavieiro nacional, no bloco no poder a partir da produção de *commodities* e agrocombustíveis.

O conflito armado é um fator importante para o deslanche das políticas que visam apoiar a exportação de açúcar e de azeite de palma, bem como, o início da produção de agroenergia. Não obstante, o conflito tem maior intensidade nas áreas rurais onde atuam grupos armados, de um lado as guerrilhas de cunho revolucionário, criadas nos anos 1960: *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e *Ejército de Liberación Nacional* (ELN)³⁸; do outro o exército, representante do Estado, e os grupos paramilitares (para estatais), dispersos, porém conformados com apoio diferenciado de militares,

³⁸ Houve outras forças guerrilheiras criadas entre os anos 1960 e 1980 que acabaram assinando armistícios com o governo nas décadas de 1980 e 1990. Nestas estão: Ejército Popular de Liberación (EPL), criada em 1967; o Movimento Armado Quintín Lame, conformado como guerrilha indígena, criado em 1984; o Movimento 19 de Abril (M-19 criado em 1979 e que assinou acordo de paz em 1989).

latifundiários, pecuaristas e traficantes, sendo, pois, a maior parte destes grupos criados na década de 1980, para conter o avanço territorial armado das guerrilhas e debilitar as lutas e exigências dos movimentos sociais camponeses, indígenas e afrodescendentes. Em 1997 a maior parte destes grupos paramilitares se confederaram nas *Autodefensas Unidas de Colômbia* (AUC) e intensificaram o avanço territorial contra as guerrilhas. No século XXI a dinâmica do conflito manteve os enfrentamentos armados entre guerrilha, exército e paramilitares, com o agravante de uma amplificação das ações armadas contra a população, especialmente massacres, sequestros, assassinatos seletivos de lideranças sociais e sindicais etc.

Esse cenário de conflito armado prolongado tem como pano de fundo uma estrutura fundiária historicamente concentrada que no decorrer histórico levou a um uso da terra marcado pela subutilização na agricultura e sobre a exploração na pecuária³⁹. Daí decorre a expropriação violenta de 6,5 milhões de hectares de terra de camponeses, indígenas e comunidades tradicionais, entre 1980 e 2010, e ainda, a expulsão violenta de 3,6 milhões de pessoas entre 1997 e 2010, conhecidas como *desplazados*⁴⁰ (deslocados). (MACHADO, 2011, p. 13; SABOGAL, RIVEROS, *et al.*, 2015).

O deslocamento de pessoas e coletivos na Colômbia denota múltiplos conflitos que se recriam temporal e espacialmente. Todos estes conflitos comparecem “no contexto de um prolongado conflito armado interno no qual a população civil tem sido obrigada a se deslocar”, tendo como principais protagonistas a “grupos armados que têm disputado, em alianças e guerras, o controle como estratégia de ordem política, econômica e militar” do território (SABOGAL, RIVEROS, *et al.*, 2015, p. 129). Neste sentido, o deslocamento é produto da utilização da violência para a expropriação por via armada, econômica ou jurídica de terras e territórios, que são estratégicos para a reprodução do capital, o que explica a ação dos grupos armados ao serviço de traficantes, coronéis (*terratenientes*), latifundiários, políticos e empresários (Ibid., p. 132)

Assim sendo, outro propulsor do deslocamento é o plantio de coca para a produção de cocaína, realizado em terras públicas (devolutas, unidades de conservação etc.) ou de camponeses, colonos ou comunidades tradicionais, os quais diante das dificuldades para

³⁹ De acordo com Machado (2011, p. 13), Colômbia tem 21 milhões de ha de terra apta para a agricultura e utiliza apenas 4,5 milhões de ha, no entanto a área de terra apta para a pecuária é de 21 milhões de ha mas utiliza 38 milhões de ha.

⁴⁰ O termo *desplazado* ou deslocado remete à nomenclatura da ONU para a população atingida em conflitos armados, sendo classificadas neste grupo as pessoas expulsas pela força que não ultrapassam as fronteiras do seu país, condição diferente à do refugiado, que também é expulso pela força mas migra fora do seu país de origem.

a produção e comercialização de excedentes oriundos da pequena agricultura e/ou pecuária, aceitaram ou foram obrigados a se subordinarem aos traficantes e/ou grupos armados, que financiam suas ações com dinheiro do tráfico. Atualmente o tráfico, além da mineração ilegal, dinamiza o conflito armado, financiando a guerrilha do ELN e novos grupos armados. Esses grupos são conformados por antigos integrantes que depois de processos de paz e entrega de armas se reorganizaram em pequenos exércitos, nos quais destacam-se as denominadas “Bandas Criminais” ou “BACRIM”, conformadas por antigos membros das AUC, que assinaram um acordo de paz em 1995. Além destes, estão as “dissidências das FARC”, que são antigos guerrilheiros das FARC que não aceitaram os termos do acordo de paz de 2016.

Podemos afirmar que, diante dessa realidade, há na Colômbia um amálgama de interesses oriundos do capital, do Estado e de movimentos sociais, que focam no desejado desenvolvimento rural ou a reforma agrária como um alicerce para a superação do conflito armado. Inclusive, no acordo de paz assinado entre o Estado e a guerrilha das FARC, em 2016, resultado de mais de quatro anos de diálogo, o primeiro ponto trata sobre a “reforma rural integral”, que contém muitas das demandas históricas por acesso à propriedade e permanência na terra, crédito e infraestrutura para o campesinato e comunidades tradicionais.

Entretanto, os interesses de capitais do agrohidronegócio e latifundiários estão comprometidos com um projeto de desenvolvimento fundamentado nos monocultivos e na vocação agrícola-exportadora e agroenergética, com vistas a aumentar a produtividade e avançar nas fronteiras agrícolas, expropriando terra, água e subordinando ou explorando os trabalhadores (FAJARDO, 2014). Nessa tendência está o projeto do agrohidronegócio palmeiro e canavieiro colombiano que visa aumentar a área plantada e a produtividade, visando aumentar o volume de exportação das *commodities* açúcar e azeite de palma, e atender o mercado interno dos agrocombustíveis.

Portanto, a saída do conflito armado para a dupla capital-Estado comparece mais como uma pacificação no viés neoliberal, no sentido de que é uma condição essencial para o funcionamento do mercado, atraindo investimento e produzindo benefícios privados que se espalham socialmente, ou seja, a paz como condição para a mobilidade e a valorização do capital. Por trás da pacificação há um projeto autoritário que justifica a violência e a expropriação de terras e territórios com fins desenvolvimentistas, atrelados de diferentes maneiras à política norte-americana de luta contra as drogas (RODRÍGUEZ e UPRIMMY, 2003; PIÑEROS, 2015).

Isto comparece nos programas de substituição do plantio de coca por plantações de palma de azeite, a partir de famílias camponesas e de ex-combatentes de grupos armados, financiados pelos Estados Unidos, via USAID, no marco do Plano Colômbia⁴¹. O programa *Más Inversión para el Desarrollo Sostenible* (MIDAS), inaugurado em 2001, tinha entre seus objetivos o apoio a Alianças Produtivas Estratégicas (APE), que configuravam uma forma de subordinação de famílias camponesas através de contratos de venda do fruto colhido na plantação familiar para as plantas extratoras (denominadas de empresas âncora), por 25 anos. Além disso, contemplava a entrega de crédito público com a empresa como mediador (fiador), com garantia e desconto direto das mensalidades de pagamento, com base na produção vendida (FAJARDO, 2014a). Ao contrastar os dados do censo de plantações de palma, de 2011, temos que a área plantada nessas pequenas unidades que incluem as APE (menos de 5 ha e não mais de 50 ha), alcançavam 21,6% (51.121 ha), e a grande propriedade (entre 50 e mais de 2000 ha) concentrava 78,4% (340.066 ha) (FEDEPALMA, 2015a). De fato, demonstra-se que o modelo palmeiro é concentrador de terra, por isso as APE são uma estratégia de controle territorial e de experiência de Responsabilidade Social Empresarial para difundir uma boa imagem diante do mercado nacional e internacional e as comunidades envolvidas.

Em consequência, o projeto dos agrocombustíveis na Colômbia vai lastrear as condições particulares do conflito armado, estrutura fundiária, produção e tráfico de cocaína, mas vai conseguir deslançar de modo que o país se destaque na utilização de etanol e agrodiesel em sua matriz energética, representado pelo bloco nacional dos agrocombustíveis. O histórico das normativas para os agrocombustíveis, que começa a se arquitetar desde os finais da década de 1990, inicia 2001 com as diretrizes para a utilização de etanol oriundo da cana-de-açúcar (Lei 693) e, posteriormente, em 2004, com a Lei 939, deu-se abertura para a utilização do agrodiesel (Quadro 11). No decorrer da primeira década do século XXI adicionaram-se outras normativas que aumentaram o teor de mistura de etanol e agrodiesel em até 10% (E-10 e B-10), procedimento este, regulado, pelo aumento da área plantada e a produção do agrohidronegócio. Além disso, tentou-se abrir o mercado para os motores *flex fuel* a partir de 2012 (Decreto 1135 de 2009), no entanto, essa medida foi postergada (Decreto 4892 de 2011). Também comparece como temática importante a importação de etanol para cumprir com o teor regulamentado,

⁴¹ O Plano Colômbia (2000-2015) foi um programa de ajuda econômica dos Estados Unidos baseado em atuação militar e intervenção social em zonas de conflito armado, plantio de coca e processamento de cocaína.

inclusive essa temática terá um capítulo nas negociações do TLC com os Estados Unidos, garantindo o livre mercado para os excedentes de etanol deste país.

Quadro 11 - Normativa referente aos agrocombustíveis na matriz energética colombiana

Tipo de agrocombustível	Norma	Ano	Objetivo
Etanol	Lei 693	2001	Normas para a utilização de álcool carburante e estímulos de mercado para sua produção, comercialização e consumo
Etanol	Resolución 18 0687	2003	Regulação técnica das normas da Lei 693/2001 referente a produção, armazenagem, distribuição e mistura
Agrodiesel	Lei 939	2004	Normas para a utilização de biodiesel (de origem vegetal ou animal) e estímulos para sua produção, comercialização e consumo
Agrodiesel	Resolución 18 2142	2007	Registro de produtores de agrodiesel e teor de mistura (B-5 até B-10) por região dependendo da oferta e plantas de mistura
Etanol, Agrodiesel e agroindústria	Decreto 4051	2007	Regulamentação de zonas francas, incluindo as agroindustrias
Etanol e Agrodiesel	Conpes 3510	2008	Lineamentos de política para promover a produção sustentável de biocombustíveis
Etanol	Decreto 1135	2009	Promoção de utilização de motores <i>flex-fuel</i> (E85) a partir de 2012
Etanol e Agrodiesel	Decreto 4892	2011	Modificação sobre a obrigatoriedade de uso de tecnologia <i>flex-fuel</i> e aumento do teor de mistura de etanol e agrodiesel
Etanol	Resolución 9 0454	2014	Normativa para a exportação sem prejuízo ao mercado interno e importação para cumprir com o teor de mistura
Etanol e Agrodiesel	Lei 1715	2014	Regulação da integração das energias renováveis, incluindo agrocombustíveis, no Sistema Energético Nacional
Etanol, Agrodiesel e agroindústria	Lei 1776	2017	Zonas de Interesse de Desenvolvimento Econômico e Social ZIDRES. Entrega de terras de grandes extensões de terra a investidores

Fonte: Fedebiocombustibles, 2016 Organização: Robinzon Piñeros

Embora a implementação da normativa dos agrocombustíveis tenha começado pelo etanol (2001), e posteriormente integrou o agrodiesel (2004), em 2008 o Conselho Nacional de Política Econômica e Social (CONPES), órgão público encarregado da assessoria ao governo sobre temas de desenvolvimento, elaborou o documento CONPES 3510, que orienta a criação de políticas referidas à produção de agrocombustíveis

[...] aprovechando las oportunidades de desarrollo económico y social que ofrecen los mercados emergentes de los biocombustibles. De esta manera, se busca expandir los cultivos de biomásas conocidas en el país y diversificar la canasta energética, dentro de un marco de producción eficiente y sostenible económica, social y ambientalmente, que permita competir en el mercado nacional e internacional

A partir dos avanços na implementação e regulamentação do mercado interno dos agrocombustíveis e dos encaminhamentos do CONPES, referidos à questão social, econômica e ambiental, geridos por fundamentos de sustentabilidade e competitividade

de mercado, serão feitas pesquisas com diagnósticos das áreas para a expansão dos cultivos que vão aportar matéria-prima para as plantas de etanol e agrodiesel. Com isto, prepara-se uma complexa justificativa do Estado para o avanço do agrohidronegócio em áreas de fronteira agrícola com terras planas e água, além de validar sua intensificação nas áreas históricas de plantio. Para o caso da cana-de-açúcar o vale do Rio Cauca, no Sudoeste da região Andina, e para a palma de azeite, uma porção da região Caribe, o Nordeste da região Andina e o Sopé dos lhanos, na região Orinoquia (MME; MAVDT; MADR; DNP; BID, 2012).

Nesse contexto foram realizados estudos que visavam dar viabilidade ambiental, social e econômica por parte do Ministério de Ambiente, Moradia e Desenvolvimento Territorial (2008), e do Ministério de Minas e Energia junto com o BID (2012). Nesse particular, ambos concordaram com a avaliação positiva da disponibilidade de terras no Leste do país, na região da Orinoquia, onde se projetará a nova fronteira agrícola para o avanço do agrohidronegócio canavieiro, palmeiro, assim como o sojeiro e florestal.

Na sequência, para garantir a seguridade jurídica ao capital monopolista para acessar e controlar as terras previamente delimitadas, comparece a Lei 1776 de 2017 ou *Ley de Zonas de Interés de Desarrollo Rural Económico y Social (ZIDRES)*, que oferece garantias jurídicas para a concentração de terra, reformando a Lei 160 de 1994 que proíbe a acumulação de mais de uma Unidade Agrícola Familiar (UAF), ou seja, da unidade de terra pública (baldia na legislação colombiana), que o Estado pode entregar para os camponeses ou para uso coletivo de comunidades tradicionais. O objetivo é alavancar o mercado de terras e a concentração em áreas marginais, com baixa densidade populacional e altos níveis de pobreza. Deste modo objetiva delimitar áreas onde poderá ser entregue grandes extensões de terra aos empreendimentos empresariais do agrohidronegócio.

A figura jurídica da exploração que emerge nessa lei é a de condomínios agropecuários onde o Estado entrega créditos e terra devoluta para empreendimentos agroindustriais, entre os quais se conta com áreas que incluem terra e moradia para camponeses e trabalhadores (MARTÍNEZ, 2016). No entanto, essa lei ainda não foi implementada devido a processos de revogação por parte de movimentos sociais, ambientalistas e congressistas, porém, ainda assim, continua vigente e agências do Estado já levantaram as áreas de referência onde poderão se implementar as ZIDRES (COLOMBIA, 2018).

No levantamento realizado pela *Unidad de Planificación Rural Agropecuaria* (UPRA), em 2018, foram calculados 7.278.967 ha⁴² passíveis de serem destinados para as ZIDRES. A distribuição dessas áreas por departamento e regiões naturais, de acordo com a regionalização oficial do Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC), pode ser visualizada no Mapa 4.

A Orinoquia é a região que mais concentra terras devolutas (baldias na legislação colombiana) passíveis de serem entregues para estes projetos, somando 5.559.459 ha, entre cinco Departamentos: Vichada (2.483.806 ha), Meta (2.391.192 ha), Casanare (404.475 ha), Arauca (268.545 ha), Guaviare (11.441 ha). Em seguida está a região do Caribe, com 1.220.208 ha, conformada por 7 Departamentos: Córdoba (449.548 ha), Magdalena (448.299 ha), Sucre (139.866 ha), Bolívar (125.636 ha), Cesar (39.377 ha), La Guajira (17.310 ha), Atlántico (172 ha). Posteriormente, a região Andina, com 483.358 ha, distribuídos entre 9 Departamentos: Antioquia (230.112 ha), Tolima (85.840 ha), Santander (54.278 ha), Cundinamarca (32.235 ha), Norte de Santander (20.549 ha), Boyacá (18.825 ha), Huila (18.076 ha), Cauca (17.318 ha), Nariño (6.125 ha), e a região Amazônica, com 15.942 ha, distribuídos nos Departamentos de: Caquetá (2.096 ha), Amazonas (152 ha) e Putumayo (13.694 ha).

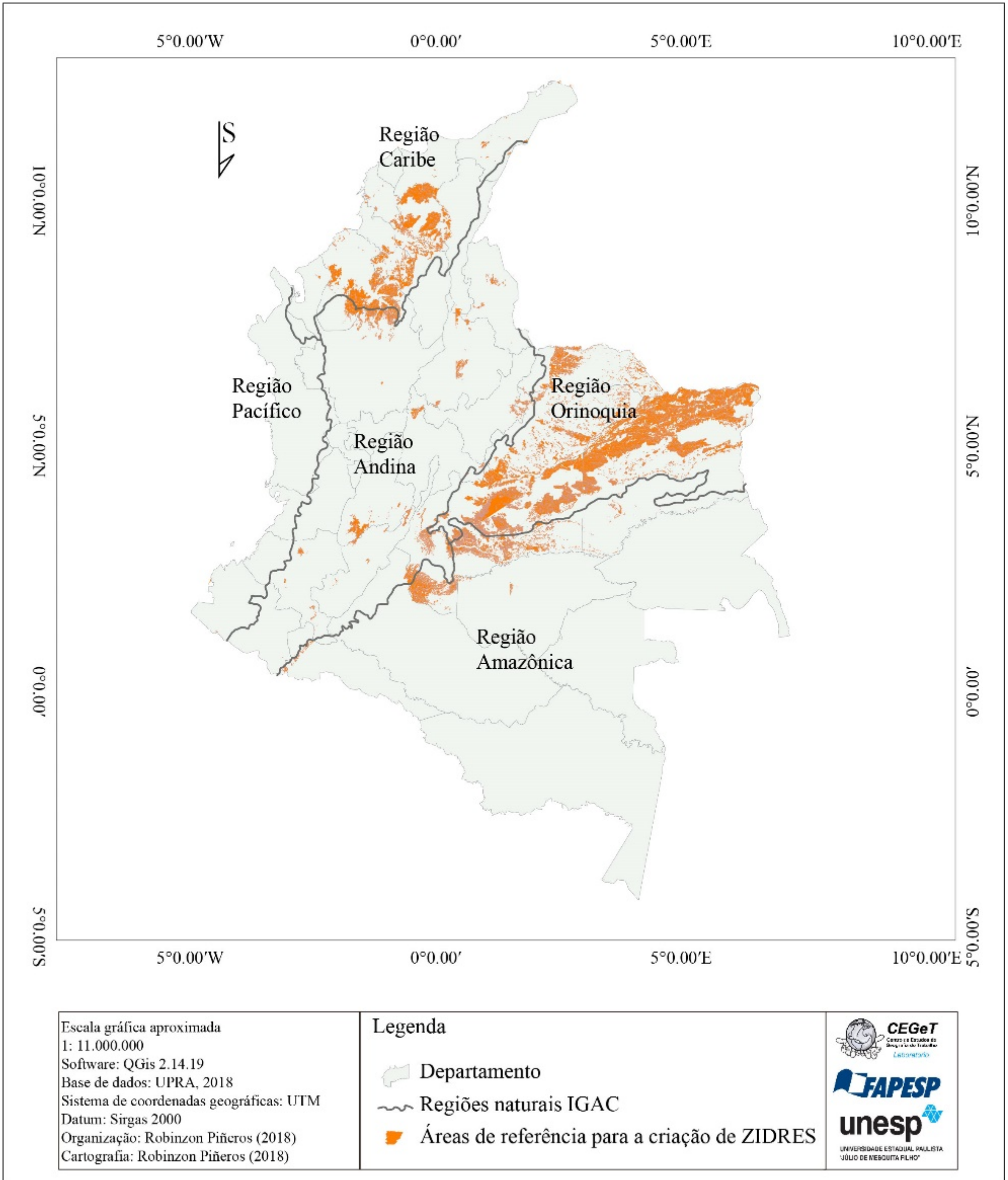
Afinal, temos as áreas de referência mais extensas que estão na Orinoquia e no Caribe, sendo que, estas, têm sido cenário central do conflito armado, plantio de coca e lutas pela terra. Sem contar que foram inseridas como prioritárias nas políticas de pacificação militar do Plano Colômbia e da Seguridad Democrática dos governos de Álvaro Uribe e também de atuação de paramilitares das AUC.

A respeito desta lei e sua implementação, Martínez (2016, p. 30) sinaliza os benefícios que oferece para o capital do agrohidronegócio nacional e transnacional desconhecendo o pactuado com as FARC:

Las Zidres hacen evidente que la restitución de tierras y la “reforma rural”, concertada con las FARC-EP sobre el punto 1 de la agenda de negociación, pasan a un muy segundo plano, y que en la política agraria continúan prevaleciendo los intereses del bloque de poder terrateniente [latifundiário e coronelista] en el cual convergen: el Banco Mundial, el cual reclama de tiempo atrás condiciones de seguridad para la inversión extranjera; las transnacionales y latifundistas que acapararon baldíos de forma ilegal a expensas de la violencia y el fraude; y los gremios agroindustriales, en particular la SAC [Sociedad de Agricultores de Colombia] e Indupalma, quienes exigen que el Estado satisfaga los intereses rentísticos de sus asociados.

⁴² Total revisado e conferido por meio da somatória de todos os valores, sendo que na publicação da UPRA (2018) comparece 7.278.964 ha.

Mapa 4 - Áreas de referência para a criação de ZIDRES



Outro tipo de normativas referentes a incentivos tributários são as que têm a ver com a reforma da legislação de zonas francas, em 2007 (Decretos 383 e Decreto 4051), e que contempla a inclusão das agroindustriais, que rebateu na criação de zonas francas agroindustriais, por capitais canavieiros e palmeiros. Em 2016 existiam 100 zonas francas, das quais 13 foram do setor agroindustrial, e, destas, 11 estavam vinculadas com azeite de palma, açúcar ou agrocombustíveis: 5 de azeite de palma, 1 de açúcar, 3 de agrocombustíveis, e 2 plantas de etanol (AZFA, 2017, p. 18)

Este arcabouço jurídico recente preparou as condições para o avanço territorial apresentado e para se projetar nas áreas marginais disponibilizadas, especialmente na Orinoquia. Esse equacionamento para a expropriação foi revalidado desde o primeiro governo de Álvaro Uribe Vélez (2002), que fortaleceu a participação de setores agroindustriais, latifundiários e expropriadores (armados ou não) no bloco no poder. A política de seguridade democrática, como ele a nomeou, estava baseada no ataque político militar ao “terrorismo” e à criação de uma “confiança investidora” para dinamizar o avanço do capital nas áreas rurais, especialmente naquelas de disputa com as guerrilhas.

Nesse contexto, Hortúa (2016, p. 66-67, tradução nossa) analisa como os interesses do capital do agrohídronegocio está inserido nos Planos Nacionais de Desenvolvimento⁴³ de cada governo, desde 2002. Em cada período presidencial de Álvaro Uribe e Juan Manuel Santos a autora elenca o protagonismo da palma de azeite e da cana-de-açúcar, considerados por seu aporte no que tem a ver com as energias alternativas (agroenergia e geração de energia elétrica), alimentos, exportações. E ainda, como “uma forma de recuperar o controle sobre o território onde atuavam grupos armados fora da lei e cultivos ilícitos”, tendo como resultado “a inserção do país nas dinâmicas econômicas a nível global entanto que o Estado poderia recuperar a legitimidade em zonas de conflito”.

Contudo, diferente do Brasil, os agrocombustíveis não significaram um pacto entre capitais do agrohídronegocio e de montadoras de carros para colocar no mercado uma nova tecnologia como foi a *flex-fuel*. Isto porque a agroenergia se utiliza como aditivo dos combustíveis fósseis nos motores convencionais. No entanto, significou a decidida intervenção política-econômica-militar do Estado, inclusive com investimentos da empresa pública de petróleo da Colômbia (ECOPETROL), para financiar alguns

⁴³ O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) é o documento base elaborado obrigatoriamente por cada governo. Neste são colocados os temas e objetivos das políticas públicas de acordo com o programa de governo proposto.

projetos de plantas como a destilaria Bioenergy, em Puerto López (Meta), e a planta de agrodiesel Ecodiesel, em Barrancabermeja (Santander). O resultado disso foi a consolidação do monopólio dos capitais agroindustriais que investiram nas plantas de agrodiesel (Daabon, Oleoflores, Manuelita, BioD, Odin, entre outras), e etanol (Grupo Ardila Lulle, Manuelita, Río Paila-Castilla, Mayagüez), os quais acabaram subordinando capitais de menor porte, especializados no plantio e fornecimento de cana-de-açúcar, venda de fruto para a extração de óleo e azeite, respectivamente.

Isto posto, a atuação do bloco no poder do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis na Colômbia está mediada pelas organizações de representação de classe (Quadro 12), as quais mantiveram sua coesão, expectativas e interesses sem maiores sobressaltos. Apenas surgiu a *Federación Nacional de Biocombustibles de Colombia* (FEDEBIOCOMBUSTIBLES), em 2004, como órgão representante dos produtores de cana-de-açúcar e palma de azeite no setor da agroenergia.

Quadro 12 - Organizações de representação de classe do agrohidronegócio canavieiro e dos agrocombustíveis na Colômbia

Instituição	Fundação	Setor
Asociación de Cultivadores de Caña de Azúcar de Colombia ASOCAÑA	1959	Agrohidronegócio canavieiro
Federación Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite FEDEPALMA	1962	Agrohidronegócio palmeiro
Asociación Colombiana de Productores y Proveedores de Caña de Azúcar PROCAÑA	1973	Agrohidronegócio canavieiro
Federación Nacional de Biocombustibles de Colombia FEDEBIOCOMBUSTIBLES	2004	Agrocombustíveis em geral

Fonte: diversas fontes e (MONDRAGÓN, s.d.) Organização: Robinzon Piñeros

No setor canavieiro existem duas organizações de representação de classe: a ASOCAÑA, criada em 1959, que representa os capitais das usinas e destilarias, e a PROCAÑA, constituída por produtores e fornecedores de cana-de-açúcar.

A ASOCAÑA concentra o poder dos capitais monopólicos das unidades agroindustriais canavieiras, incluindo as que expandiram seus investimentos nas novas

destilarias de etanol, sendo as mais influentes pela importância econômica e política que podem exercer os grupos empresariais associados, especialmente três conglomerados: a Ardilla Lulle (alimentos, bebidas, agroindústria, etanol e outros setores), a Manuelita (alimentos, agroindústria, etanol e agrodiesel), e a Río Paila-Castilla (cana-de-açúcar, palma de azeite, pecuária e etanol). A segunda é oriunda de uma divisão de interesses, acontecida nos anos 1970, entre usineiros e produtores de cana-de-açúcar (latifundiários e pequenos produtores). É uma associação pequena que tem contribuído com a modernização e internacionalização dos seus associados em referência às exigências do mercado nacional e internacional (MONDRAGÓN, s.d., p. 27).

Do outro lado está a Federación Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite (FEDEPALMA), a qual se destaca nas últimas décadas por ser o único órgão de representação deste setor e, portanto, protagonista da recente expansão da área plantada, do aumento da produtividade, da exportação e da produção de agrodiesel. Sua participação na frente política junto ao governo do presidente Álvaro Uribe foi um dos alicerces da expansão do setor, e assim foi colocado na revista oficial de FEDEPALMA em 2010:

El gobierno Uribe otorgó igualmente un decidido impulso a las siembras de palma de aceite. Los incentivos que ofrece la ley a la inversión productiva en el campo se extendieron a cultivos permanentes como la palma de aceite. Adicionalmente, como parte de las estrategias para preparar al sector para el Tratado de Libre Comercio con los Estados Unidos, se estableció una línea especial de crédito de largo plazo para reconversión productiva en condiciones acordes al ciclo de maduración de este cultivo. De esta manera, el área sembrada con palma de aceite se duplicó, pasando de 181.700 a más de 360.000 hectáreas, lo que representa una inversión cercana a los US\$650 millones. El promedio de siembras anuales se multiplicó por seis frente a la década anterior, llegando a un record de 27.200 hectáreas por año. Así mismo, ante la percepción de mayor confianza y seguridad en el futuro, como también de mejores condiciones de financiamiento, se construyeron nuevas plantas de beneficio y muchas empresas renovaron sus equipos e invirtieron en mejores tecnologías. El significado social de todo ello se traduce en cerca de 130.000 empleos directos e indirectos, que hoy se estima ofrece la palma de aceite, acompañado de un aumento del número de municipios donde ella se siembra, pasando de 67 a 104 durante la administración Uribe.

Em 2004 é criada a *Federación Nacional de Biocombustibles de Colombia* (FEDEBIOCOMBUSTIBLES), como organização de representação do setor canavieiro e palmeiro no novo setor dos agrocombustíveis, e órgão de coordenação junto ao Estado no tocante a políticas e financiamentos, bem como de interlocução com outros atores, como os grandes compradores que mesclam interesses segundo a lei, ou seja, os distribuidores de combustíveis. Sua intervenção tem sido orientada nos últimos anos por

cinco assuntos⁴⁴: legitimação (ambiental e social) do uso de agrocombustíveis; aumento do teor de mistura no mercado interno; regulação da importação de etanol dos Estados Unidos sob o marco do TLC; possível exportação dos excedentes de agrodiesel e etanol; e o desenvolvimento de outros setores da indústria oleoquímica para o setor da palma. Contudo, o principal objetivo é a proteção do mercado em vista de que o setor tem sido prejudicado pelos Tratados de Livre Comércio e o risco de aumentar a importação de etanol ou agrodiesel caso o mercado precisar.

Contraditoriamente, observa-se que a organização do setor dos agrocombustíveis exige mais intervenção do Estado para defender a produção nacional via subsídios. Para conseguir concorrer com a importação e conter os efeitos do livre-comércio, entanto que as vendas de *commodities* são beneficiadas pela política de abertura comercial e são defendidas pelas organizações de representação dos monocultivos.

Assim sendo, o recente ciclo de expansão da palma e, em menor medida, da cana-de-açúcar, tem se apoiado na difusão do projeto dos agrocombustíveis como uma solução ambiental, social e política nacional e, especialmente, para as áreas onde têm se intensificado e expandido o plantio e o agroprocessamento.

O Estado, em sua dimensão de formulador/executor de políticas neoliberais tem protegido o agrohidronegócio palmeiro e canavieiro mediante um pacote mais robusto de subsídios e programas públicos de financiamento. Os objetivos desse pacote é fortalecer a exportação de *commodities*, além disso, garantir seu protagonismo na mudança da matriz energética. Essa proteção política e econômica surge dos acordos para garantir salvaguardas setoriais para enfrentar a maior abertura comercial resultado dos TLC, e dos impactos nos indicadores de desenvolvimento e pacificação territorial.

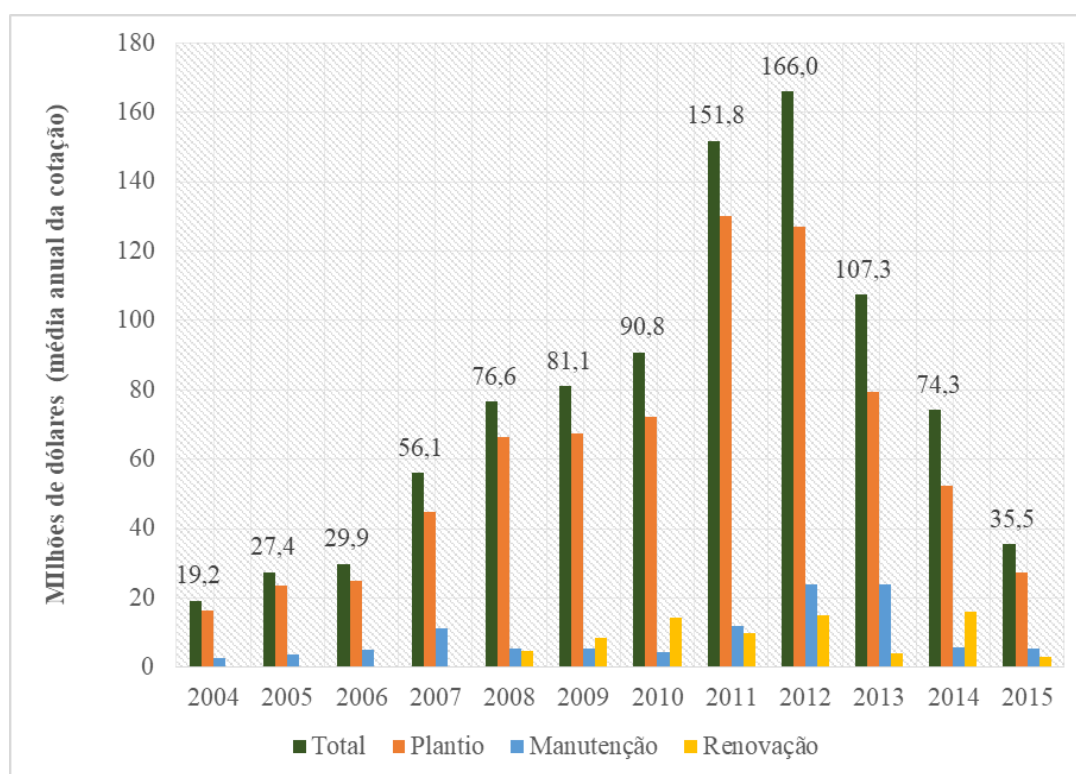
No caso da palma de azeite, essa nova fase se atrela a formas pretéritas de proteção estatal durante as décadas de 1960 e 1970, com subsídios econômicos voltados para consolidar o complexo nacional de oleaginosas, gorduras e óleos, no contexto das políticas de substituição de importações; já, na década de 1990, esse financiamento visava alavancar a internacionalização via exportação. Essa contínua interação da dupla capital palmeiro-Estado, acompanhada pela ação organizada tem construído o que Kalmanovitz e López (2006, p. 260), chamam de vantagem comparativa internacional como cultivo tropical, contando com um amplo e dinâmico mercado internacional.

⁴⁴ Levantado com dados da entrevista com diretivo de FEDEBIOCOMBUSTIBLES, 25/06/2017.

Essa vantagem comparativa tem sido alavancada pelo financiamento com crédito público de FINAGRO, nas linhas de plantio, renovação e manutenção, as quais desde 2004 têm aumentado constantemente. O ápice destas subvenções se observa nos anos de 2011, 2012 e 2013, durante o primeiro governo de Juan Manuel Santos, atingindo o máximo de 166 milhões de dólares, em créditos (Gráfico 6).

No entanto, do montante de créditos a maior fatia foi para o plantio, ou seja, para a expansão de novas áreas, entretanto as outras linhas no período relatado não ultrapassaram 15% do total dos créditos. Isto está relacionado ao fato de a palma de azeite ser uma cultura perene que demora 4 ou 5 anos para começar a produção de fruto, demandando financiamento para a manutenção. Além disso, tendo em conta que o ciclo de vida do cultivo é de 25-30 anos, as novas áreas ainda estão em um ciclo médio e deste modo a renovação se posterga. No entanto, na última década muitas áreas têm sido atingidas por doenças e pragas (apodrecimento do tronco, fungos e besouros etc.), que exigem a renovação da plantação, e por este motivo teve um aumento considerável a partir de 2009.

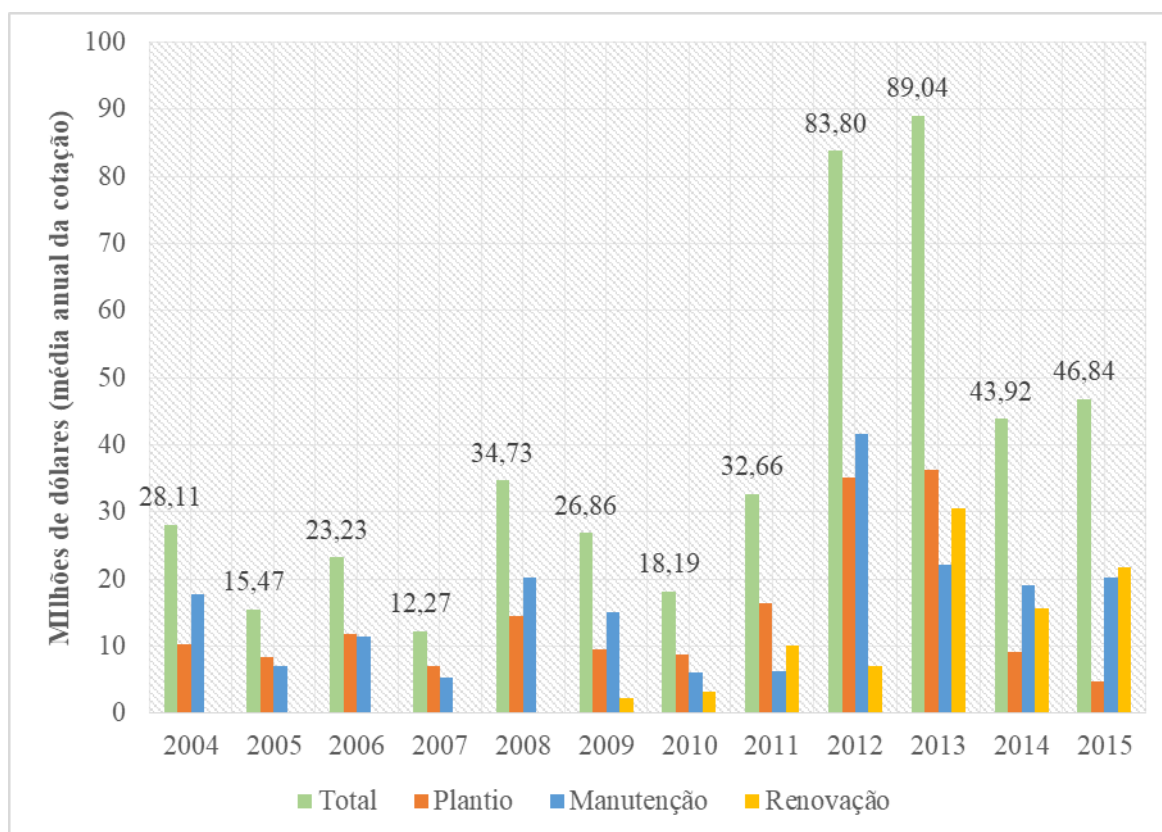
Gráfico 6 - Créditos FINAGRO para o agrohidronegócio palmeiro. Colômbia, 2004-2014



Fonte: AGRONET, 2018

Em contraste, os créditos para o setor canavieiro colombiano não ultrapassaram os 100 milhões de dólares anuais. Apenas em 2012 e 2013 alcançaram mais de 80 milhões de dólares. Trata-se de um setor que, ainda que tenha se flexibilizado para produzir etanol, está concentrado no Sudoeste do país, com pouco crescimento da área plantada devido à pouca disponibilidade de terras para a expansão no vale do Rio Cauca. (Gráfico 7). Essa condição tem levado grupos canavieiros a diversificar seus investimentos e buscar terras no Leste do país, no Departamento de Meta e Vichada (PIÑEROS, 2015; SALINAS, 2012).

Gráfico 7 - Créditos FINAGRO para o agrohidronegócio canavieiro. Colômbia, 2004-2014



Fonte: AGRONET, 2018

Além da função de coordenação política e econômica com a burocracia estatal, as organizações têm papel de coordenação ideológica para legitimar o setor diante da sociedade no geral, os mercados e para responder as denúncias das comunidades, movimentos sociais e ambientais, órgãos públicos, ONG etc., devido aos impactos ambientais, a expropriação e contaminação da água, a perda de soberania alimentar e a

expropriação (legal e/ou violenta). E ainda, motivações vinculadas ao deslocamento de populações por grupos paramilitares em terras e territórios onde posteriormente foram plantadas hectares de palma de azeite ou cana-de-açúcar (Figura 8)

Figura 8 - Peças comunicativas para a legitimação do Etanol e Agrodiesel colombiano



Peças comunicativas de legitimação do etanol e agrodiesel colombiano.

1. ASOCAÑA
2. FEDEBIOCOMBUSTIBLES

Fonte: ASOCAÑA, FEDEBIOCOMBUSTIBLES Organização: Robinzon Piñeros

Particularmente, o avanço das plantações de palma de azeite tem sido um dos problemas elencados nestas denúncias, devido à relação entre a rápida expansão territorial do plantio em três tipos de expropriação. O primeiro se refere ao avanço de plantações e áreas que anteriormente foram expropriadas por paramilitares, as comunidades camponesas e territórios coletivos de comunidades negras e indígenas, nas quais houve casos de deslocamento violento. É o caso de Jiguamiandó y Curvaradó no Departamento de Chocó, e Mapiripán no Departamento do Meta (COMISIÓN INTERECLESIAL JUSTICIA Y PAZ, 2015; MINGORANCE, MINELLI, *et al.*, 2004). Outro tipo é a compra de terras por investidores que aproveitaram os preços das terras que foram espoliadas violentamente às comunidades tradicionais ou camponesas, mas comparece como comprador de boa-fé. Outro é a compra de terras devolutas, acumulando UAF acima do permitido pela lei, como é o caso de Manuelita, no Departamento de Casanare (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2016; FAJARDO, 2014a; CORONADO e DIETZ, 2013; FAJARDO, SALINAS e ALVAREZ, 2010).

Essas denúncias e sua amplificação internacional, via movimentos sociais, ONG, e sindicatos, entre outros, são um empecilho para a hegemonia do agrohidronegócio palmeiro, agenciada por FEDEPALMA, sendo que ao mesmo tempo rebate na sua reputação internacional no mercado do azeite de palma, o que em termos financeiros afeta as condições de mercado.

Referente a essas condições ótimas para as inversões, podemos acrescentar, apoiados em Alonso-Fradejas (2015, p. 9), que os países compradores de *commodities*, como a União Europeia e Estados Unidos, têm criado normas ou barreiras pautais e não pautais⁴⁵ (selos e certificações privados) referidas a temas relacionados com as mudanças no uso da terra (desmatamento de bosques tropicais, expulsão de camponeses etc.) e aos cálculos sobre a emissão de GEE e sua redução para a importação de mercadorias. Estas regulações são apoiadas e/ou promovidas pelas corporações alimentares e agroenergéticas, e acaba se impondo aos governos, organizações de representação de classe e empresas que compõem as CVG nos países produtores.

Deste modo as associações como elo da dupla capital-Estado acabam produzindo e adotando discursos de legitimação ao redor das mercadorias verdes, assim como as empresas acabam modificando o processo de trabalho para se adaptarem às exigências dos compradores, do mercado. Essa dependência dos mercados internacionais exige contínua adaptação, ou seja, flexibilidade; por exemplo, a utilização de azeite de palma para produzir agrodiesel, na Europa, em 2003, foi uma medida temporal que vai até 2020, sendo que atualmente são discutidas as opções para substituir essa fonte de energia. Do mesmo modo, a discussão sobre a substituição desta *commodity* está sendo pressionada por ONGs e organizações de consumidores europeias contrárias ao consumo de produtos alimentares que contenham azeite de palma oriundo de plantações que impulsionam o desmatamento e impactos à diversidade, trabalho escravo etc. (Figura 9). Muitas destas ações estão baseadas em pesquisas e denúncias realizadas no Oeste Asiático, África e alguns países da América Latina (AMNESTY INTERNATIONAL, 2016; VERITÉ. FAIR LABOUR. WORLDWIDE, 2016).

⁴⁵ Barreiras pautais se referem às leis e normas oficiais que regulamentam a importação de produtos com critérios fitossanitários, ambientais, econômicos etc. As barreiras não pautais são um tipo de normas privadas (Selos e Certificações) baseadas em critérios similares, mas são elaboradas pelas corporações para regulamentar mercados atendendo as demandas dos consumidores.

Figura 9 - Publicidade da ONG supplychange.org contra a compra de azeite de palma na Europa



Fonte: Supplychaine.org

Para conter essas exigências os produtores do Sudeste Asiático (Malásia e Indonésia), em 2004, criaram uma certificação privada que garante ao mercado que, na produção da mercadoria não há desmatamento nem utilização de trabalho migrante superexplorado ou em condições análogas à escravidão. Esta é a certificação da RSPO (*Rountable on Sustentable Palm Oil*), que verifica todo o processo produtivo, desde o plantio até as plantas de agroprocessamento, de acordo com os princípios da sustentabilidade.

De acordo com isto a justificativa para certificar o azeite de palma vem de

[...] uma necessidade cada vez mais urgente, e crescente preocupação global de que as mercadorias sejam produzidas sem causar danos ao meio ambiente ou à sociedade. A certificação RSPO é uma garantia para os compradores de produtos de óleo de palma de que o padrão de produção é sustentável (RSPO, 2018).

Entretanto, o Parlamento Europeu tem se manifestado desde 2015, implementando restrições à importação desta *commodity* sem os selos e normas exigidos. Em 2017, se manifestou de novo, chamando os países associados a deter a importação até 2021 com a finalidade de não apoiar o desmatamento de florestas tropicais (PARLAMENTO EUROPEIO, 2017). Na Colômbia, a FEDEPALMA tem agenciado, como representante do setor, ações para interpretar e adaptar os princípios da RSPO ao contexto colombiano e latino-americano (FEDEPALMA, 2016). Ademais convidou os grandes empresários associados para se certificar com a RSPO, além de outros selos

privados, objetivando implementar “práticas sustentáveis” para manter sua participação no mercado de exportação⁴⁶.

Outro selo privado que está pautando a produção e comércio de azeite de palma para o mercado europeu é o ISCC (*International Sustainability & Carbon Certification*), criado na França para certificar a “cadeia de suprimento” referente à produção de biomassa sustentável, a qual é voluntária, mas bem avaliada pelo mercado. Como salientado por Rueda (2017, p. 28), assessora da FEDEPALMA e representante deste selo na Colômbia:

O ISCC es una norma técnica europea que se fundamenta en el cumplimiento de parámetros técnicos derivados de las normativas establecidas por la Directiva Europea de Energías Renovables. El reconocimiento de este estándar ISCC por el mercado europeo ha permitido su apropiación no solo en el mercado de biocombustibles, (para el cual fue creado), sino también por el sector de alimentos para quien cada vez es más llamativo gracias a la certificación ISCC PLUS.

Além disso, a autora expõe as formas de controle por trás da “voluntariedade obrigatória” do mercado sobre os produtores, ou seja, a forma de subordinação de capitais e do trabalho no Sul Global atrelados às CVG controladas por Corporações Transnacionais:

Esta norma técnica ISCC, que depende estrictamente del compromiso del productor agrícola en su camino a la sostenibilidad, se convierte en una medida de reconocimiento en los mercados externos y hace frente a aquellas **barreras No arancelarias** [barreiras não pautais], surgidas en los últimos años y, que reducen las posibilidades de certificación de la agroindustria y por ende, de acceso a los mercados internacionales (RUEDA, 2017, p. 28, grifo nosso).

Como apresentado, a função de coordenação política, econômica e social de FEDEPALMA, como organização de representação de classe se amplifica diante das exigências de legitimação avaliada pelo mercado, portanto sua atuação se desdobra em dois âmbitos. Isto é, no nacional, difundindo as benesses do agrohidronegócio e sua produção de *commodities* e agrodiesel, colocando-se como um setor que difunde desenvolvimento nos territórios onde opera, tentando se desligar da relação palma de azeite-paramilitares. No âmbito internacional, terá que legitimar o setor com a adequação às regulamentações estatais e privadas dos selos e certificações (RSPO, ISCC etc.) para

⁴⁶ Informações tomadas de entrevista com funcionária da FEDEPALMA encarregada da Responsabilidade Social Empresarial, Junho 2017.

garantir o acesso aos mercados, especialmente o europeu. Em outras palavras, proceder adequação de ordem política para demonstrar que o setor não desmata e não explora o trabalho em condições análogas as das plantações da Ásia e África.

CAPÍTULO 3 - O CAPITAL DO AGROHIDRONEGÓCIO DOS CULTIVOS FLEXÍVEIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA (BRASIL) E NO DEPARTAMENTO DE META E CASANARE (COLÔMBIA) NO SÉCULO XXI

O arcabouço do capítulo anterior vai nos permitir adentrar nos territórios pesquisados, no Brasil, ou no Pontal do Paranapanema, e na Colômbia, mais propriamente nos Departamentos de Meta e Casanare. A partir desta organização estamos enfatizando as contradições e a multiescalaridade que determinam a mundialização da agricultura, portanto, resultado da expropriação e controle da terra, da água e do trabalho para a produção de matérias-primas agrícolas para alimentos e/ou agrocombustíveis, que se inserem na divisão internacional do trabalho.

Portanto, este capítulo contorna o cenário onde será colocada a questão da juventude rural como geração útil para o capital, constituinte dos nós da classe trabalhadora nos territórios do agrohidronegócio estudados. O protagonismo da juventude está pautado por sua mobilidade para participar das relações de produção sob controle do capital, assim como pelas lutas e resistências nesses territórios, temáticas que trataremos nos capítulos posteriores.

A articulação da dupla capital-Estado que elencamos está atravessada pela multiescalaridade espacial e a dialética da diferença dos processos de mobilidade do capital (MOREIRA, 2008). Quer dizer, no sentido multiescalar conectam-se as relações e os processos mundializados da mobilidade do capital na fase alimentar-financeiro-energética do regime alimentar corporativo, sob controle das grandes corporações, com a importância da América Latina. Neste contexto, a análise se orienta pela atuação Estado-agrohidronegócio nos dois países estudados, os quais representam a localização e o encaixe no global da territorialização do projeto dos agrocombustíveis e do pacto das *commodities*. Ou seja, desvendamos o processo de legitimação da territorialização contraditória, simultânea e diferenciada sob comando do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis, interpelando o sentido genérico deste com a singularidade do processo no Brasil a partir do setor canavieiro e na Colômbia, por meio do setor palmeiro.

3.1 Os territórios do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis

Cada um dos países selecionados comparece relacionalmente como unidade-diversidade existente no espaço mundo (MOREIRA, 2016), espelhando suas particularidades através da ação do bloco no poder, protagonista da legitimação da agricultura para a exportação de matérias-primas agrícolas e para a produção de agroenergia. Em decorrência, nega-se ou obscurece-se o fim alimentar atrelado à soberania alimentar, ou seja, nega-se a possibilidade de garantir a alimentação da população mantendo a diversidade alimentar tanto na produção existente nas formas de produção camponesas e de comunidades tradicionais, quanto nas práticas de troca-consumo não capitalistas, abarrotadas de receitas e ingredientes.

Desta maneira, metodologicamente, da multiescalaridade emergem as diferenças geográficas produzidas pela expansão territorial da acumulação capitalista, visualizando as “relações em que se estruturam as diferentes feições, situações ou circunstâncias” consideradas no conjunto, que se constitui como totalidade ou nova unidade (PRADO JUNIOR, 1973, p. 61). Nesta totalidade persistem as diferenciações pautadas pela “variação de uma mesma categoria do fenômeno, na superfície terrestre, (...) que conduz à diferenciação de áreas”. Portanto, “diferenciação é variação, e essa diferenciação por variação pela superfície terrestre é por excelência o tema geográfico” (MOREIRA, 2008, p. 166).

Isto nos habilita a adentrar na análise em outra escala do desenvolvimento contraditório do capital, referida aos territórios do agrohidronegócio, dos cultivos flexíveis, que são áreas controladas pelo poder corporativo mundializado para expropriar e controlar terra, água, recursos, e dominar e explorar força de trabalho.

Os territórios estudados são o Pontal do Paranapanema no Oeste do Estado de São Paulo e os Departamentos de Meta e Casanare, ambos recortes se destacam por uma trajetória de plantio de cultivos flexíveis (cana-de-açúcar e palma de azeite), desde finais do século XX, localizando-se nas margens das áreas de concentração do plantio e agroprocessamento. Ou seja, são territórios que estavam integrados parcialmente e que no começo do século XXI são cenários do exponencial avanço do capital para a expansão de áreas de plantio, plantas agroprocessadoras e concentração de capitais, de terra e de renda, se integrando intensamente na fase alimentar-energética dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e da palma de azeite na Orinoquia colombiana.

Consideramos que são territórios diferenciados pelo uso corporativo que tem se estendido como resultado da mobilidade territorial dos processos de acumulação que temos relatado, especialmente pela disponibilidade de terras planas e água, e que se contrapõem aos usos preexistentes, ora de camponeses ou comunidades tradicionais, ora florestas nativas, savanas tropicais etc. Inclusive, esse processo de mobilidade pode acabar em formas híbridas de aliança com o latifúndio preexistente. Deste modo constitui um território usado afinado à divisão territorial do trabalho globalizada. (SILVEIRA, 2014; SILVEIRA, 2007).

São, portanto, territórios oriundos da reestruturação produtiva do capital, expressiva tanto nas inovações técnicas, tecnológicas e organizacionais do processo de produtivo (ALVES, 2011), quanto na expansão territorial das áreas de plantio e agroprocessamento de monocultivos, gerando formas diversas de expropriação, subordinação e exploração da classe trabalhadora (THOMAZ JUNIOR, 2009; MORAES SILVA, 1998). O agrohíbrido (re)estrutura esses territórios continuamente, como resultado da mobilidade do capital e da mundialização da produção. Quer dizer, da inter-relação escalar do território com a transferência de valor pelas filiais para a casa matriz (CHESNAIS, 1996), e/ou da participação na hierarquia da divisão do trabalho das Cadeias Globais de Valor (CVG) (CHESNAIS, 2016).

Por fim, nesse arcabouço escalar aparecem a territorialização dos monopólios, pautada pelo controle empresarial (nacional e/ou transnacional) da propriedade da terra e do processo produtivo agroindustrial (OLIVEIRA, 2016, p. 127), e a monopolização do território, mecanismo desenvolvido

[...] pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo (OLIVEIRA, 2016, p. 233)

As duas formas de controle exercidas pelos monopólios são expressivas dos modos como os territórios do agrohíbrido estão integrados à complexidade da produção mundializada. Eis a importância que tem nesse entendimento as CVG, entretanto destacam a governança que controla e hierarquiza a produção mundial em rede de mercadorias, impulsionadas pela acumulação flexível que desloca capitais e fragmenta espacialmente o processo produtivo (Capítulo 1), apoiadas nas tecnologias da informação

e comunicação, e os meios de transporte (CHESNAIS, 2016; MORAES, GADEA, *et al.*, 2012).

Em suma, a forma de organização do capital monopolista e a estruturação mundializada da produção, nos atenta para entendermos os desdobramentos das forças que intervêm na territorialização das relações de produção capitalistas e os mecanismos de subordinação e exploração do trabalho. Para isso, retomamos os apontamentos feitos sobre as ações da dupla capital-Estado para viabilizar, via financiamento público, a expansão territorial de áreas de plantio, construção de plantas agroprocessadoras e outras atividades relacionadas. Soma-se a isto a legitimação e regulamentação do projeto dos agrocombustíveis através das leis para alavancar a utilização e produção massiva da agroenergia na matriz energética de cada país. Poderíamos afirmar que a força motriz desse processo expansivo é diferente da Revolução Verde, vigente durante a segunda parte do século XX. A justificativa era a produção de alimentos, entretanto, no século XXI a economia verde defende a produção de valores de troca flexibilizados entre o mercado agroenergético e o alimentar. Essa nova força motriz instrumentaliza o ambiente, como ideologia que suporta a fase, tanto expansiva do capital para novas áreas de plantio, quanto intensiva para alavancar a produtividade agroindustrial.

Nesse ínterim, a atuação da dupla capital-Estado dos dois países optou pela elaboração de zoneamentos agroambientais para justificar dois processos: a intensificação da produção por meio do aumento da produtividade nos territórios integrados, e a expansão do plantio e agroprocessamento de cultivos flexíveis em novas áreas.

De fato, os zoneamentos são um componente fundamental para a implementação e legitimação de “táticas voltadas para a apropriação e o uso privado de alguns recursos territoriais indispensáveis à sua lógica de reprodução ampliada” (PERPETUA, 2016, p. 130). Os zoneamentos passam a ativar ou potencializar mecanismos para a expropriação ou pilhagem legítima, legal e ilegal desses recursos, com a finalidade da destruição total ou parcial das relações sociometabólicas, colocando-se como dinamizadores das disputas territoriais por terra e água para a agricultura (THOMAZ JUNIOR, 2010).

O ambiente e o desenvolvimento sustentável foram os eixos centrais para a elaboração de zoneamentos que delimitaram as áreas com terras e recursos para a expansão e intensificação do plantio e agroprocessamento, e, portanto, disputados pelo capital. De acordo com o que temos argumentado sobre o projeto dos agrocombustíveis e o regime alimentar corporativo, não é apenas uma coincidência que nos últimos quinze

anos nos dois países tenham sido produzidos zoneamentos que delimitaram tipos de áreas para a territorialização da cana-de-açúcar e da palma de azeite. (Quadro 13).

Quadro 13 - Zoneamentos para a produção de agrocombustíveis. Colômbia e Brasil 2000-2017

País	Título	Ano de publicação	Instituição/es que publica/m	Instituições consultoras
Colômbia	Evaluación ambiental estratégica de políticas, planes y programas de biocombustibles en Colombia con énfasis en biodiversidad	2008	- Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial	Instituto Humbolt Colombia
	Guía ambiental de la agroindustria de la palma de aceite en Colombia	2011	- Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial - Fedepalma	
	Evaluación del ciclo de vida de la cadena de producción de biocombustibles en Colombia	2012	- Ministerio de Minas y Energía - Banco Interamericano de Desarrollo	Universidad Pontificia Bolivariana
	Mapa resultados de la Aplicación de las Zonificaciones de aptitud de la tierra con fines Agropecuarios 2014 - 2015	2017	Unidad de Planificación Rural Agropecuaria, UPRA	
Brasil	Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo	2008	- Secretaria do Meio Ambiente - Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado	
	Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar	2009	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Embrapa Solos	
	Modelagem do Uso da Terra no Brasil. Estudo de Baixo Carbono para o Brasil	2010	- Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais ICONE - Banco Mundial	

Fonte: Revisão bibliográfica.

Organização: Robinzon Piñeros

Os zoneamentos são, mormente, uma produção de instituições públicas e, direta ou indiretamente, das organizações de representação de classe, municiados de conhecimento científico para realizarem a produção simultânea de igualização/diferenciação da natureza, com o intuito de organizar a escassez de recursos territoriais para orientá-los para a produção capitalista e o mercado. Neste caso, os zoneamentos subsidiam as políticas de internacionalização da agricultura e de planejamento, convertendo-se em documentos técnicos que legitimam o avanço territorial dos monocultivos. Deste modo, se produz a natureza como uma mediação de segunda ordem que “subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais (...) ao imperativo absoluto da expansão do capital” (ANTUNES, 1999, p. 21).

A diferenciação territorial da natureza impulsionada pela dupla capital-Estado por meio destes zoneamentos visa disponibilizar os recursos que demanda o

agrohidronegócio (terras planas, água e trabalho, entre outros), e demonstrar ao mercado internacional que as mudanças no uso da terra constituem um planejamento fundamentado em conhecimentos científicos focados ao desenvolvimento sustentável. Como reportado por Smith (1988, p. 152), ao afirmar que “a diferenciação qualitativa da natureza coloca certos limites para que os processos de produção possam ocorrer numa dada área. Esta é a base natural para a produção excedente. É também a base natural para a divisão do trabalho”. Simultâneo a isto, vai comparecer a igualização, ou seja, a nivelção da natureza pelo capital, através da imposição das relações de produção capitalistas, que na medida do seu desenvolvimento vão revolucionar continuamente as forças produtivas (SMITH, 1988, p. 170).

3.2 O Pontal do Paranapanema: zoneamentos e expansão do plantio e agroprocessamento da cana-de-açúcar para o Oeste paulista

Pode-se salientar, que o Pontal do Paranapanema se identifica por diferentes agrupamentos de municípios, por exemplo, a União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL), criada em 2005 e que agrupa 32 municípios, e também está a Região Administrativa de Presidente Prudente que agrupa 53 municípios. Consideramos que o recorte da Região Administrativa e mais o município de João Ramalho da UNIPONTAL oferecem subsídios para um entendimento da dinâmica de avanço da cana-de-açúcar no denominado Pontal do Paranapanema, além disso, este recorte também é utilizado no Projeto Temático ao qual está associada esta pesquisa.

Feito esse esclarecimento, procedemos a analisar os três zoneamentos que têm sido produzidos no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI. Um pela ICONE, sobre lineamentos econométricos para o estudo de baixo carbono do Banco Mundial para o Brasil, os outros dois zoneamentos foram produzidos por instituições públicas. O zoneamento da ICONE abrange todos os setores do agrohidronegócio brasileiro (grãos, etanol, açúcar, carne bovina, carne de frango, carne suína, celulose, leite e derivados), e apresenta uma modelagem macroeconômica que calcula as emissões de GEE atreladas à quantidade de terra necessária para o plantio e as modificações impulsionadas pela expansão.

Esse estudo foi utilizado pela ÚNICA para fazer *lobby* diante do Congresso dos Estados Unidos durante as negociações da abertura desse mercado para o etanol

brasileiro. O BLUM (*Brazilian Land Use Model*) como é conhecido esse estudo, em sua versão em inglês

Trata-se de uma ferramenta matemática, formada por centenas de equações, que ajudou a convencer os Estados Unidos de que o etanol brasileiro não é responsável pelo desmatamento da Amazônia e, portanto, não deveria ser penalizado por isso (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

A metodologia utilizada por este estudo garantiu a aceitação em 2010 do etanol pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) do governo dos Estados Unidos como um combustível renovável avançado que contribui para a diminuição de GEE e pode ser importado por esse país (GAMEIRO, 2017, p. 261; PENTEADO, 2011, p. 75).

Do outro lado está o Zoneamento Agroambiental da cana-de-açúcar para o Brasil (ZAA-BR), elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 2009, tendo como objetivo “a formulação de políticas públicas visando a expansão e produção sustentável de cana-de-açúcar no território brasileiro”. Os indicadores utilizados para identificar as zonas aptas não consideraram os biomas protegidos (Amazônia e Pantanal), terras indígenas demarcadas, remanescentes florestais, dunas, mangues, escarpas e afloramentos de rocha, reflorestamentos e áreas urbanas e de mineração. A área resultante da implementação destes indicadores passava a ser avaliada segundo os critérios de declividade menor de 12% para a implementação da colheita mecanizada, mudança que estava sendo impulsionada por governos estaduais, comandados por São Paulo, em parceria com as organizações de representação de classe (EMBRAPA, 2008).

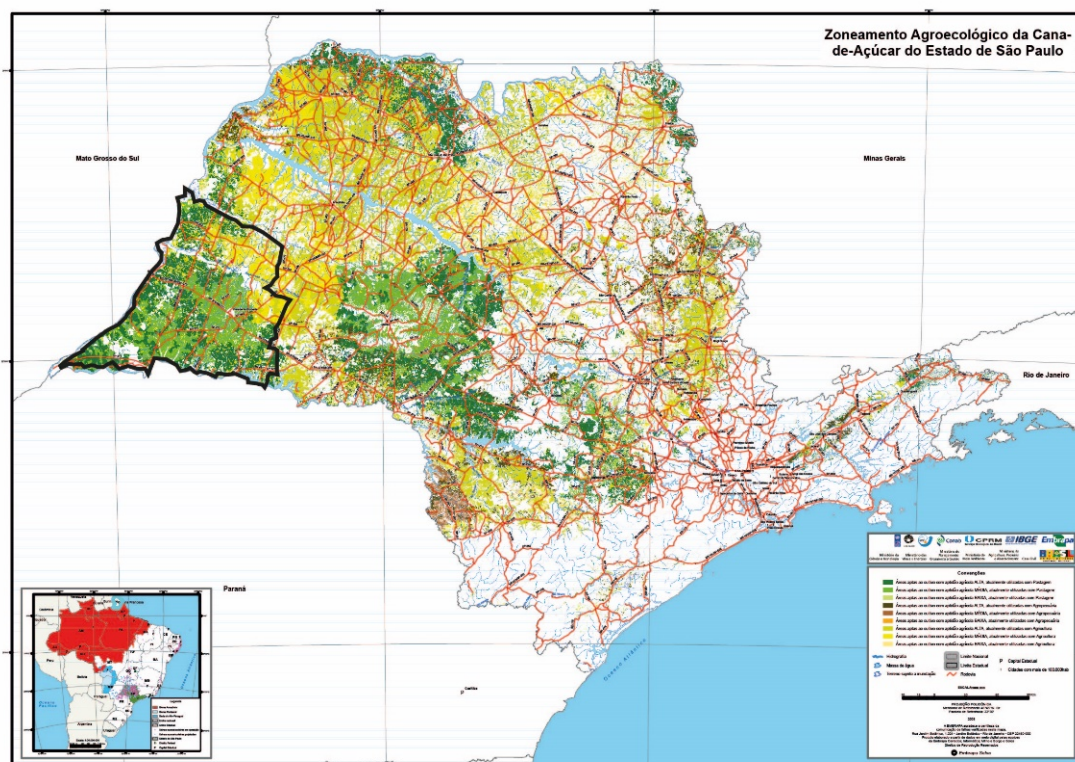
Essa diferenciação por biomas e declividade das áreas deu como resultado que o Brasil possui

64,7 milhões de ha de áreas aptas à expansão do cultivo com cana-de-açúcar, sendo que destes 19,3 milhões de ha foram considerados com alto potencial produtivo, 41,2 milhões de ha como médio e 4,3 milhões como de baixo potencial para o cultivo. As áreas aptas à expansão cultivadas com pastagens, em 2002, representam cerca de 37,2 milhões de ha (EMBRAPA, 2008, p. 8).

Esse conjunto de terras aptas compõe o Polígono do Agrohidronegócio Canavieiro e áreas adjacentes e, entre estas, o Estado de São Paulo possui 3.822.917 ha com pastagens, das quais 2.385.825 ha têm aptidão alta e 1.427.092 ha aptidão média para a

expansão (Ibid., p. 20). Nessa seara, o Oeste paulista possui uma grande fatia das terras com aptidão alta e média, e nestas, destaca-se o Pontal do Paranapanema (Figura 10).

Figura 10 - Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar do Brasil com destaque para o Estado de São Paulo e o Pontal do Paranapanema



Fonte: (EMBRAPA, 2008) Organizado por: Robinzon Piñeros

Por trás da generalidade tipológica de pastagens considerada neste zoneamento há uma disputa territorial entre o avanço do agrohidronegócio canavieiro e a luta pela terra protagonizada por movimentos sociais. Destaca-se o MST, que desde os finais da década de 1980 acionaram estratégias para ocupar terras de fazendas griladas, passando a reivindicar a criação de projetos de assentamento (BARRETO, 2013; THOMAZ JUNIOR, 2009; FELICIANO, 2009). Consequência desta disputa até 2015 no Pontal do Paranapanema têm sido criados pelo governo do Estado e pela União 116 assentamentos, espalhados em 19 municípios, ocupando uma área de 143.311 ha. Nestes, moram 6.041 famílias voltadas para o trabalho da/na terra e a subsistência fora do lote, entre a qual se contempla o assalariamento no plantio e agroindústria das empresas de açúcar e etanol da região (DATA LUTA, 2017).

Contrasta nesta disputa pela terra o avanço extremo do agrohidronegócio canavieiro nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, o que Thomaz Junior (2009) agrupou no Polígono do Agrohidronegócio

canavieiro. O aumento da área plantada entre 2000 e 2015 (Tabela 4) identifica à região Sudeste como a que mais concentra o plantio de cana-de-açúcar. Em 2015 nessa região havia 6.650.787 ha plantados, destacando-se os estados de São Paulo (5.576.838 ha) e Minas Gerais (917.878 ha). Na sequência, comparece a região Centro-Oeste (1.767.707 ha) com os estados de Goiás (930.052 ha), Mato Grosso (291.100 ha) e Mato Grosso do Sul (546.099 ha); depois a região Nordeste (1.032.934 ha) e a região Sul (653.913 ha) concentrada na área plantada no Estado do Paraná (626.375 ha).

Tabela 4 - Área plantada (ha) por Região e Estado. Brasil. 2000-2015

Região	Estado	Área Plantada (ha)			
		2000	2005	2010	2015
Sudeste	São Paulo	2.484.790	3.084.752	5.071.205	5.576.838
	Minas Gerais	292.571	349.112	746.527	917.878
	Rio de Janeiro	158.824	168.279	133.286	79.388
	Espírito Santo	43.914	64.373	81.393	76.683
Sul	Paraná	327.165	404.520	625.885	626.375
	Rio Grande do Sul	32.876	32.570	35.970	19.508
	Santa Catarina	16.439	16.714	9.528	8.030
Centro-Oeste	Goiás	139.186	200.048	578.666	930.052
	Mato Grosso	135.029	205.961	212.498	291.100
	Mato Grosso do Sul	98.958	136.803	399.408	546.099
	Distrito Federal	243	498	923	456
Nordeste	Alagoas	461.912	406.788	434.370	308.006
	Pernambuco	359.662	368.188	361.937	315.467
	Paraíba	93.055	105.403	123.691	120.559
	Bahia	92.060	92.947	96.743	104.863
	Rio Grande do Norte	43.380	53.940	65.326	59.491
	Ceará	34.535	35.098	43.024	19.149
	Maranhão	19.912	31.728	50.477	47.685
	Sergipe	21.208	26.867	46.665	57.258
Norte	Piauí	7.241	9.966	12.841	15.022
	Pará	8.064	9.952	10.897	13.301
	Amazonas	4.168	5.756	5.407	3.828
	Tocantins	3.590	2.767	10.803	36.395
	Acre	220	798	2.769	3.573
	Rondônia	410	700	3.824	2.393
	Roraima	361	548	563	290
	Amapá	68	75	130	140
Total Brasil		4.879.841	5.815.151	9.164.756	10.179.827

Fonte: IBGE

Organização: Robinzon Piñeros

Como visto, esse avanço está pautado pelas novas condições do mercado mundial referente às exigências ambientais dos países importadores, além disso, pelas

regulamentações ambientais da legislação nacional e estadual alusivas à queimada da palha da cana⁴⁷, que se constituem em fatores determinantes para a reestruturação do processo produtivo canavieiro neste século XXI, especialmente no Estado de São Paulo.

Atendendo a essas exigências ambientais do mercado e seus desdobramentos na legislação nacional, a parceria governo do Estado de São Paulo e as organizações de representação de classe (UNICA e ORPLANA), criou o Projeto Etanol Verde (2008) e sua renovação em Etanol mais Verde (2017) (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2017). O projeto Etanol Verde faz parte dos 21 projetos estratégicos da Secretaria do Meio Ambiente, e foi assinado em 2008 pelas organizações de representação de classe, e contemplava duas regulamentações: o Zoneamento Agroambiental do Estado de São Paulo para o setor sucroenergético (ZAA-SP) e o Protocolo Agroambiental do Estado de São Paulo para o setor sucroenergético (PrAA-SP). Ambos configuram uma regulamentação ambiental e social para modernizar o setor, atendendo as demandas ambientais do mercado e da legislação estadual e nacional, e, resolvendo estrategicamente algumas das críticas a respeito das formas de degradação do trabalho feitas por movimentos sociais, pesquisadores, ONGs, Comissão Pastoral da Terra etc. (GAMEIRO, 2017, p. 192; THOMAZ JUNIOR, 2009).

O ZAA-SP se converteu em uma referência para que o governo estadual comandasse, via licenciamento, as áreas de expansão e localização de unidades agroindustriais canavieiras, assim como as áreas a serem preservadas. No entanto, o PrAA-SP passou a atuar como sistema de regulação por certificação, outorgando o certificado Etanol Verde que representa o cumprimento “voluntário” da implementação da legislação ambiental no processo produtivo, o que acaba se transformando em um certificado de boas práticas e responsabilidade social e ambiental das empresas e associações de fornecedores que o recebem.

O ZAA-SP foi estabelecido em setembro de 2008, um ano antes do ZAA-BR, e se converteu na base da legitimação ambiental e social da expansão territorial do plantio e implantação de unidades agroindustriais canavieiras no estado.

A classificação do ZAA-SP inclui a divisão por Regiões Administrativas (RA's) do Estado e a variação da área plantada entre 2000 e 2015, segundo dados do IBGE. O conjunto das informações representadas coloca em destaque a expansão da área plantada para o Oeste paulista, onde as taxas de variação mais altas foram sediadas, em ordem

⁴⁷ O governo do Estado de São Paulo iniciou a regulamentação das queimadas com o Decreto N° 42.056 de 1997, sancionado como Lei 11.241 de 19 de setembro de 2002.

crescente, pelas RA de Araçatuba (202%), São José do Rio Preto (392%) e Presidente Prudente (519%).

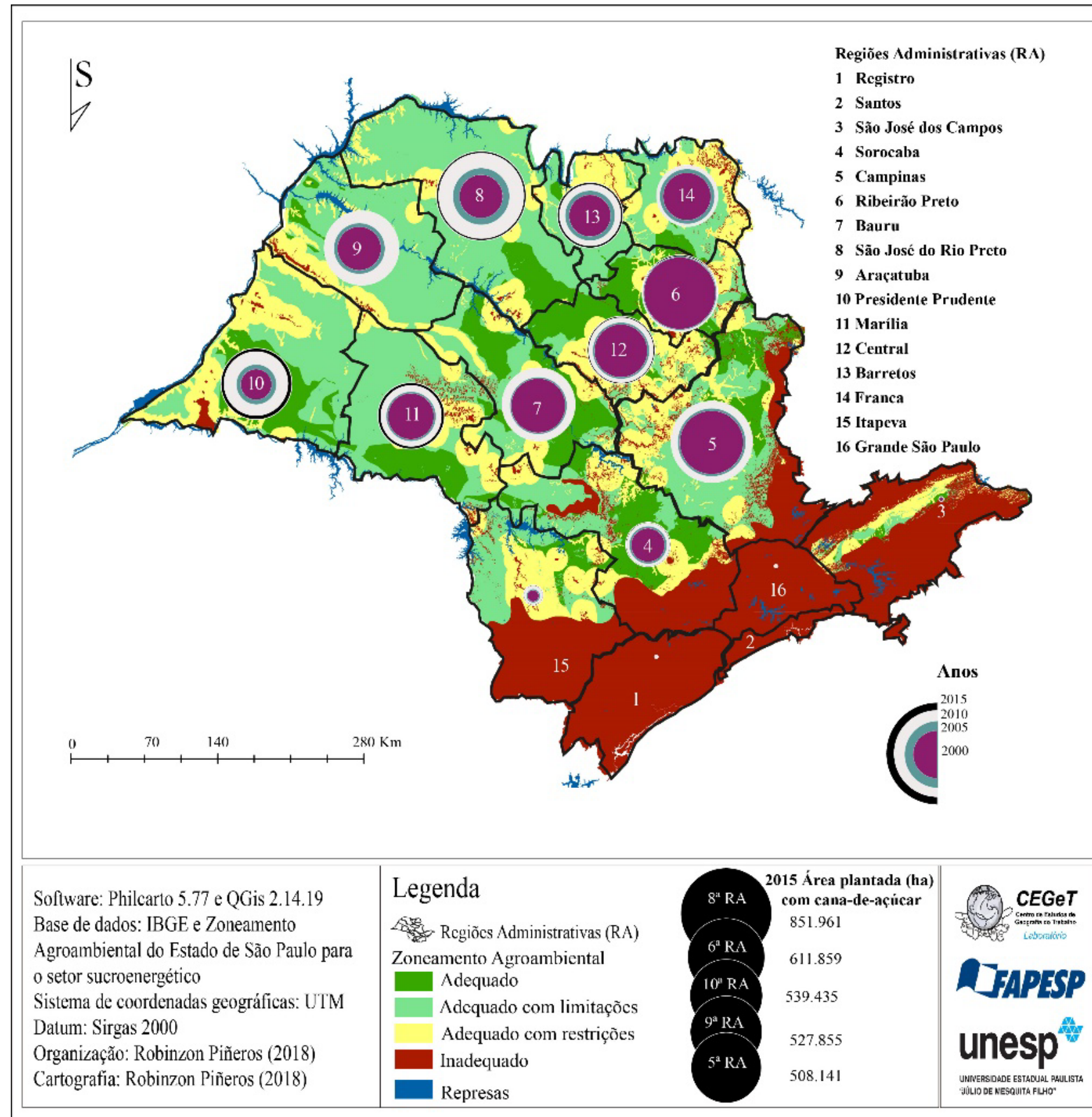
Ao mesmo tempo, as RAs de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, foram as que mais aumentaram em termos absolutos entre os anos de 2000 e 2015. Ou seja, a RA de Araçatuba, passou de 174.284 ha para 527.855 ha; a RA de São José do Rio Preto, passou de 172.987 ha para 851.961 ha; e a RA de Presidente Prudente, tinha 87.066 ha em 2000 e 539.435 ha em 2015. A intensidade do aumento é marcante entre 2005-2010 com a taxa de variação mais alta do período analisado (2000-2015), sendo que para o Estado todo foi de 113, 34%, ou seja, passou de 3.084.752 ha em 2005 para 6.581.113 ha em 2010. Esse período, como tem sido abordado por nós, destaca-se pela expansão do mercado do etanol e do açúcar, pelo intenso aumento das diversas formas de investimentos estrangeiros e a mundialização dos grupos empresariais brasileiros, assim como pelo aumento da produtividade, sendo que, o resultado é o aumento do volume de produção de açúcar e etanol (Mapa 5).

Para o Estado de São Paulo, particularmente para o Oeste paulista e, especialmente, para o Pontal do Paranapanema (10^a RA Presidente Prudente), se destacam a tensão do avanço territorial do projeto do agrohidronegócio canavieiro no século XXI para controlar as terras pretendidas por camponeses sem terras e desempregados, ocupadas ilegalmente por latifundiários grileiros. Em decorrência, negando a possibilidade de acesso à terra para implementar políticas de reforma agrária para camponeses, desempregados urbanos e rurais, jovens agregados⁴⁸ e outras camadas de excluídos que lutam pela terra.

Outra das consequências que atinge os assentados é que a que tem a ver com a sua sobrevivência nos seus lotes sem uma política pública que alavanque seu trabalho e a produção da/na terra. Essas condições obrigam a muitos a saírem dos seus lotes para vender sua força de trabalho. Eis o cenário de contínuos embates para a classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema, alicerçando tanto a mobilidade territorial do trabalho para o capital, quanto as lutas e resistências pelo acesso e permanência na terra e a produção de alimentos (LEAL, 2017).

⁴⁸ A respeito dos agregados como uma nova geração de jovens, filhos de assentados que moram nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, atualmente Ana Lúcia Teixeira realiza pesquisa de doutorado em Geografia, intitulada “A nova geração camponesa nos assentamentos do Pontal do Paranapanema: as estratégias de resistência do campesinato para a reprodução socioterritorial” na FCT/UNESP. A temática pesquisada subsidia o entendimento desses jovens que participam da luta pela terra a partir das estratégias individuais e familiares para ficarem no lote.

Mapa 5 - Zoneamento Agroambiental do Estado de São Paulo para o setor sucroenergético e variação da área plantada por Região Administrativa. 2000-2015



A territorialização do capital no Pontal do Paranapanema perpassa por estratégias como o arrendamento e a compra de terras, com a finalidade de controle para a expansão de canaviais para produzir matéria-prima, estendendo-se a municípios que até começos do século XXI não tinham lavouras de cana-de-açúcar. Já no agroprocessamento as estratégias foram a compra de unidades desativadas e a construção de novas unidades, entre outras. Essas estratégias são identificadas no Sudoeste do Pontal por Barreto (2012 p. 69):

Unidades canavieiras até então desativadas [em 2003] (Alvorada do Oeste, Decasa, Paranapanema I) foram compradas/incorporadas por grupos de capital nacional ou internacional. Além de as empresas desativadas voltarem a produzir, inicia-se também um processo de construção de mais quatro novas unidades agroprocessadoras com tecnologia de ponta e alta capacidade de produção (Paranapanema II/Sandovalina, Usina Conquista do Pontal/Mirante do Paranapanema, Atena/Martinópolis e Cocal II/Narandiba)

A expansão territorial de canaviais e usinas pelo Pontal do Paranapanema comparece como concentração de capitais representada pela incorporação de antigas unidades e a construção de novas usinas, a permanência de usinas de grupos familiares reestruturados e de investimentos de grupos ou conglomerados de porte médio (Quadro 14). Entre os grupos de maior porte e capacidade de moagem estão o conglomerado multilatinho Odebrecht (Brasil), com a compra em 2007 da Usina Alcídia, em Teodoro Sampaio e a construção e ativação da Usina Conquista do Pontal (UCP), em Mirante do Paranapanema em 2009, para a produção de açúcar e etanol. Também está o investimento do conglomerado norueguês UMOE, que adquiriu em 2004 a usina Paranapanema I, em Narandiba, e construiu a Paranapanema II-Bioenergy, em 2006, situada no município de Sandovalina. Em 2011 a Paranapanema I foi desativada, e a cota de moagem foi transferida para a Paranapanema II-Bioenergy e, por último, a compra da Usina Rio Vermelho em Junqueirópolis pela *trading* suíça GLENCORE em 2010.

Quadro 14 - Unidades Agroindustriais Canavieiras em Funcionamento, em 2015 no Pontal do Paranapanema (10ª RA)

Município	Usina	Grupo	Ano de Implantação/Compra
Junqueirópolis	Glencane - Unidade Rio Vermelho	Glencane-Glencore	2010
Presidente Prudente	Alto Alegre - Unidade Floresta	Lincoln Junqueira	1982
Lucélia	Bioenergia do Brasil	Sociedade unipessoal	1979
Adamantina	Branco Peres Açúcar e Álcool S/A	Branco Peres	1982
Narandiba	Cocal II- Narandiba	Grupo Cocal	1982
Dracena	Dracena, Usina Dracena	s.d.	s.d.
Sandovalina	Umoe Bioenergy -Paranapanema II	UMOE	2006
Mirante do Paranapanema	Unidade Conquista do Pontal	Grupo Odebrecht-ATVOS	2007
Martinópolis	Usina Atena	Roberto Sodré Viana Igreja	2007
Pauliceia	Usina Caeté	Grupo Carlos Lyra	2007
Santa Mercedes	Usina Santa Mercedes	s.d.	s.d.

Fonte: UDOP; BARRETO, 2012

Organização: Robinzon Piñeros

Das empresas em funcionamento, quatro estão sob comando de grupos que concentram capital e conseguem articular a produção em rede entre as demais unidades de sua propriedade, razão pela qual aparecem na lista dos grupos que mais moem cana-de-açúcar no Brasil (Umoe–Bioenergy, Odebrecht Agroindustrial/ATVOS, Lincoln Junqueira, Cocal e Glencore) (BUNDE, 2017, p. 272). Sendo que, outras produzem açúcar e/ou etanol em menor escala, assim como outras vendem a cana-de-açúcar, como a Usina Dracena, que na safra 2012/2013 parou a moagem por causa do endividamento (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

O outro elo do Projeto Etanol Verde é o PrAA-SP de 2007, que carimbou a aliança entre produtores, fornecedores e governo do estado para acelerar a mecanização da colheita e legitimar a expansão territorial. Os antecedentes deste Protocolo remetem à legislação ambiental que tentava regulamentar a queima da cana-de-açúcar contida na Lei Estadual N° 11.241 de 2002, a qual estabelecia avanço gradativo na eliminação da queima, substituindo essa prática pela utilização de colhedoras até 2021, para as áreas mecanizáveis com declividade inferior a 12%, e até 2031 para as áreas mecanizáveis acima desta cota. No entanto, pode-se adicionar que existiam outros interesses por trás do PrAA-SP, entre os quais a necessidade de acelerar a implementação da mecanização por parte dos produtores, especialmente os maiores, que compreenderam que o mercado internacional estava exigindo uma adequação a uma produção “sustentável”, com tecnologias limpas, além disso, para atender as exigências no tocante à exploração e condições de trabalho degradantes, especialmente no corte manual. O estado de São Paulo

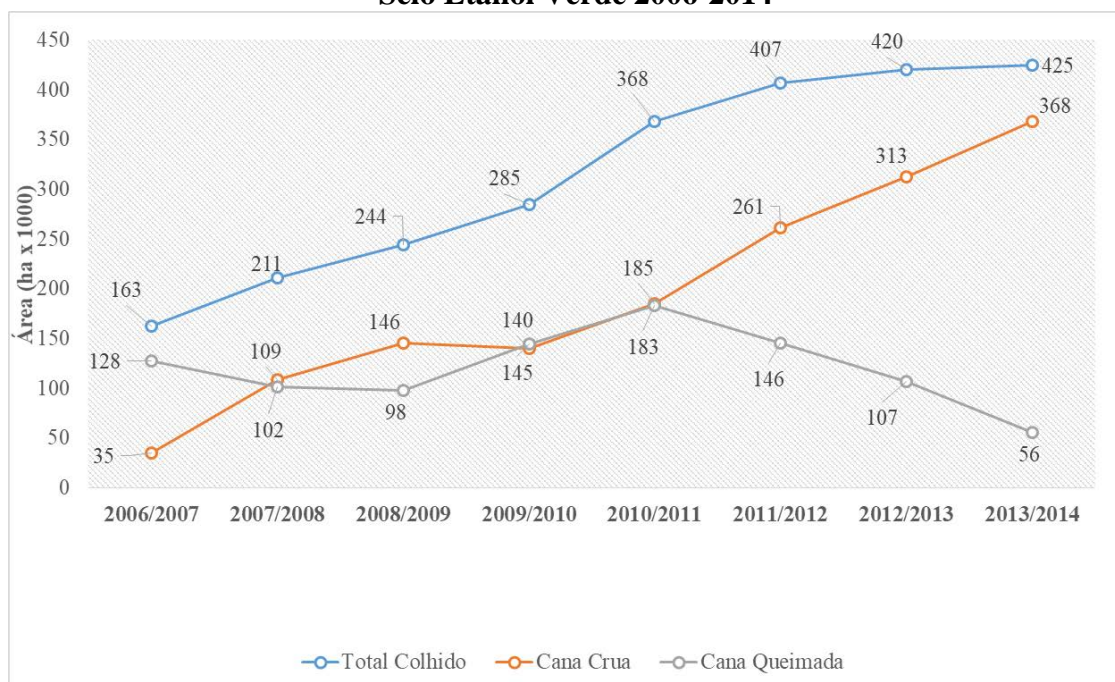
atuou nesse contexto através de estratégias de promoção do etanol verde, conciliando entre o crescimento econômico e a atenção às exigências ambientais do mercado internacional. O resultado foi o impulso a mecanismos alternativos à legislação (Lei 11.241/2002), baseados na aceitação de compromissos e responsabilidades individuais e voluntárias com códigos de boas práticas ambientais, agrícolas e sociais por parte dos atores do setor. Desta concepção surge a articulação entre as organizações de representação e o estado de São Paulo para ajustar as condutas seguindo protocolos voluntários e, deste modo, construir uma boa imagem do setor no tocante às questões sociais e ambientais (SABADIN, 2017, p. 88-89).

Entretanto, outros interesses de classe já estão presentes neste Protocolo, como a diminuição de custos via introdução de trabalho morto, a desarticulação dos organismos de representação de classe, e as formas de luta dos trabalhadores. Desde os anos 1980, ou mais precisamente, após a Greve de Guariba, em maio de 1984, os interesses do capital passam a se voltar a tomadas de decisões que lhes assegurem, crescentemente, o controle do processo de trabalho agrícola, especialmente, no corte da matéria-prima. (BARRETO, 2013, p. 149; THOMAZ JUNIOR, 2009; THOMAZ JUNIOR, 2002a).

Em consequência, o PrAA-SP se converteu no roteiro construído pela classe dominante por meio da inserção de mecanismos de ajuste de conduta ou códigos de boas práticas empresariais, atendendo as avaliações do capital financeiro e do mercado internacional. Para tanto, foi antecipada a implementação da colheita mecanizada, ajustando os tempos para a eliminação da queimada da cana-de-açúcar de 2021 para 2014 para as áreas com declividade até 12%, e de 2031 para 2017 no caso das áreas acima de 12%.

Observa-se que a área com colheita mecanizada aumentou exponencialmente a partir da implementação do Protocolo. Na Safra 2006/2007, 34,2% da colheita era mecanizada e na Safra 2013/2014 alcançou o 83,7%. No intuito de desagregar essas informações para o Pontal do Paranapanema, os dados de cana colhida por tipo de colheita, na Safra 2006/2007 atingiram 21% de mecanizada, e para 2013/2014 aumentou para 83%. (Gráfico 4). No entanto, esses dados têm da Safra 2013/2014 têm que ser lidos com atenção, sendo que essa porcentagem representa as unidades agroindustriais canavieiras certificadas pelo Etanol Verde, o qual abrangia, na Safra 2013/2014, 77% das empresas agroprocessadoras de cana-de-açúcar do estado, e 15% das associações de fornecedores (SMA-SP, 2015).

Gráfico 8 - Área Colhida por tipo de colheita no Pontal do Paranapanema (10ª RA). Unidades Agroprocessadoras com Selo Etanol Verde 2006-2014



Fonte: (SMA-SP, 2015)

Organização: Robinzon Piñeros

Por fim, o Projeto Etanol Verde comporta dois mecanismos: o ZAA-SP e o PrAA-SP, que apontam para a destruição de forças produtivas. Inicialmente o zoneamento equaliza a natureza para licenciar ambientalmente o avanço do plantio e agroprocessamento nas condições físicas, econômicas e de infraestrutura que requer o agrohídronegócio. A destruição continuada de relações de produção via protocolo voluntário, com certificação, tem sido renovada com o Protocolo Etanol Mais Verde em 2017, mantendo as mesmas diretrizes do anterior Protocolo. Pode-se concluir que o Protocolo, como materialização dos acordos entre as classes dominantes e a hegemonia do mercado no regime alimentar corporativo, tem influenciado de maneira determinante na acelerada expulsão de um segmento da classe trabalhadora, do processo de trabalho no corte manual, gerando desemprego e descarte dos cortadores de cana, muitos dos quais adoecidos e migrantes do Nordeste. Com isto, configuram-se as condições para a mobilidade do trabalho de uma nova geração de trabalhadores da cana, para os quais nos atentamos na segunda parte da tese.

3.3 Departamentos de Meta e Casanare: zoneamentos para disponibilizar e legitimar o avanço do capital na “última” fronteira agrícola

No caso da Colômbia foram elaborados 4 Zoneamentos, os quais respondem às diretivas da Comissão Nacional de Política Económica y Social (CONPES) (Quadro 9). As diretivas principais são: 1) o documento CONPES 3477 de 2007, que trata da *Estrategia para el desarrollo competitivo del sector palmero colombiano* que vai sinalizar a parceria entre o Estado - representado pelo Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural (MADR), e o setor palmeiro, representado por FEDEPALMA. 2) O outro CONPES 3510, de 2008, que dita os “*Lineamientos de política para promover la producción sostenible de biocombustibles en Colombia*” cujo objetivo é promover a produção sustentável de agrocombustíveis para o mercado emergente, aproveitando os desdobramentos positivos no tocante à questão econômica e social.

Esses CONPES são resultados do interesse político criado pelo bloco no poder, desde começos da primeira década do século XXI, a respeito da produção de etanol e agrodiesel para a mistura aos combustíveis fósseis. O Estado, segundo o CONPES 3477/2007, sinaliza o setor palmeiro como estratégico, propõe apoiar sua competitividade e valoriza seus aportes para o “desenvolvimento”, emprego e bem-estar em zonas rurais, especialmente naquelas que estão em fronteiras agrícolas e em disputa por grupos armados. Para isso, projeta-se apoio econômico para financiamento, isenções fiscais e pesquisa, além do apoio militar para a pacificação nas áreas de plantio e expansão, como parte da Política Nacional de Consolidação durante os governos Uribe, que visava controlar militar, policial e socialmente os territórios em disputa. Não obstante, é colocada a elaboração de estudos e cartografia para atualizar a “identificação e caracterização de zonas aptas para o cultivo de palma de azeite, a uma escala de 1:100.000” (COLOMBIA, 2007, p. 18, tradução nossa). Ou seja, oficializou-se a diferenciação e igualização da natureza para disponibilizar recursos territoriais para o capital palmeiro, materializando a morte da natureza e o nascimento do meio ambiente, no sentido de outorgar à natureza apenas valores de troca (ESCOBAR, 2007).

O CONPES 3510/2008 vai acrescentar a priorização da produção, comercialização e consumo de agrocombustíveis, ora etanol da cana-de-açúcar que já estava sendo misturado à gasolina desde 2005, ora agrodiesel que começou a ser adicionado em 2008. Os argumentos gerais sobre o crescimento do uso da agroenergia na Colômbia também foram apontados para sinalizar as oportunidades de desenvolvimento

sob parâmetros da “sustentabilidade ambiental”. Para isso se anunciava a elaboração do primeiro zoneamento ou avaliação ambiental de 2008, que vai se transformar em referência de desenvolvimento ambientalmente sustentável para as políticas, planos e programas de agroenergia no futuro (COLOMBIA, 2008, p. 25).

O zoneamento feito em parceria entre o Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial (MAVDT) com o Instituto Alexander von Humbolt, na Colômbia em 2008 tinha por objetivo

[...] evaluar los efectos ambientales, con especial énfasis en biodiversidad, de carácter acumulativo, sinérgicos e indirectos, de políticas, planes y programas de fomento de los biocombustibles y formular estrategias y lineamientos integrales de sostenibilidad ambiental para la política pública de biocombustibles colombiana, con énfasis en las materias primas priorizadas para la producción de etanol y de biodiesel (INSTITUTO ALEXANDER VON HUMBOLDT-MAVDT, 2008, p. 9)

E entre os objetivos específicos comparece a espacialização das áreas para o plantio, tendo como base

[...] criterios ambientales para la identificación y planificación de las áreas geográficas en donde se proyecte el desarrollo de los cuatro cultivos [cana de açúcar, palma de azeite, mandioca e cana para a elaboração de rapadura] para la producción de biocombustibles y de las áreas que por su sensibilidad ambiental deban ser descartadas para tal fin (Ibíd., p.9)

Em decorrência, essa avaliação sinalizou a partir da revisão de outros estudos a disponibilidade de terras para os quatro cultivos (cana-de-açúcar, palma de azeite, mandioca e cana para elaboração de rapadura⁴⁹), no entanto, os projetos de agroenergia vinculados ao agroprocessamento da mandioca, e da cana para a rapadura não foram desenvolvidos ou sucumbiram. Nesse contexto, dois milhões de hectares estão disponíveis para a cana-de-açúcar, localizadas nos Departamentos de Cesar, Meta, Tolima e Córdoba. Para a palma de azeite foram calculados em 15 milhões de hectares, localizados nos Departamentos de Cesar, Meta, Tolima e Guajira. No entanto, 7% das terras para a cana-de-açúcar e 15% para a palma, apresentam riscos para os bosques de La Guajira, Cesar e Meta, e para as savanas tropicais do Meta e Casanare.

O estudo, ainda alude aos impactos ambientais e sociais que têm sido gerados pelo avanço destes cultivos. No caso do avanço da palma, destaca os impactos no

⁴⁹ Em espanhol “caña panelera”.

Departamento de Meta, sendo que, entre o ano 2001 e 2005 foram plantados 14.608 ha, dos quais 24,8%, “correspondiam a ecossistemas de bosques naturais, corpos de água e savanas de sopé da *llanura*, e 75% faziam parte de terras para cultivos transitórios, pastagens e outras áreas” (INSTITUTO ALEXANDER VON HUMBOLDT-MAVDT, 2008, p. 37, tradução nossa).

Esse estudo adiciona ao colocado os conflitos que comparecem no Meta (Ibid., p. 50), agrupando-os: o primeiro conflito se refere ao preço da terra, sendo que existia em 2007 grande expectativa para o início de projetos de produção de etanol e agrodiesel no departamento, os quais só se materializaram depois de 2008, portanto, houve uma reconversão de terras dedicadas à pecuária e ao plantio empresarial e camponês de arroz. Em consequência disto os “*llaneros*”, gentílico para os nativos dos sopés e savanas do Leste da Colômbia, vivenciaram a mudança para uma paisagem de jornaleiros de monocultivos, incluída a palma. Transversal a todo o sinalizado está o conflito armado que no Sudeste e Centro Leste do país, expressou-se em alta intensidade pela via da disputa territorial entre as guerrilhas, paramilitares, traficantes e exército regular, sendo que este, impulsionou o deslocamento forçado de população rural.

Além disso, ressalta-se outro conflito oriundo da migração de força de trabalho para o agrohidronegócio, tendo em conta que “as dinâmicas de provisão de mão de obra têm trazido à região trabalhadores de fora [migrantes], que possuem conhecimentos agrícolas na produção de palma, conformando novos assentamentos na região” (INSTITUTO ALEXANDER VON HUMBOLDT-MAVDT, 2008, p. 50, tradução nossa). No nosso trabalho de campo, visitamos alguns desses assentamentos ou pequenos povoados rurais que acabaram se convertendo em um indício de pesquisa, o qual conseguimos apurar para identificar como locais de passo e/ou moradia dos trabalhadores migrantes. Para tanto, conseguimos identificar alguns desses assentamentos, os quais ficam próximos das plantações de palma, onde está se fixando a força de trabalho, de modo temporário e/ou permanente. Esta temática será desenvolvida no Capítulo 5.

Posteriormente, em 2011, o MAVDT, em parceria com a FEDEPALMA, retoma os estudos do Zoneamento de 2008 e o atualiza, diante do desenvolvimento da produção de agrocombustíveis no país, tendo como referência as diretivas dos CONPES para o setor palmeiro (3477/207) e de agrocombustíveis (3510/2008). Neste, além de utilizar o zoneamento realizado no estudo de 2008, é colocado o zoneamento que utiliza FEDEPALMA (Figura 11), para classificar quatro zonas de plantio e produção de azeite

e agrodiesel, que abrange 106 municípios e 16 departamentos (MAVDT-FEDEPALMA, 2011, p. 6).

Figura 11 - Regionalização por áreas de produção de palma de azeite de acordo com a FEDEPALMA



Fonte: (MAVDT-FEDEPALMA, 2011, p. 7)

Complementar ao visto, a abordagem ambiental das instituições estatais é reivindicada por FEDEPALMA, ressaltando que o setor palmeiro tem um desempenho

ambiental que acolhe as exigências nacionais e os protocolos internacionais, entre estes o Protocolo de Quioto e o selo RSPO.

O Zoneamento de 2012 vai descartar dois dos cultivos sobre os quais havia se construído uma expectativa de produção de agrocombustíveis, ou seja, a mandioca (yuca) e a cana para rapadura. Preparado pelo Ministerio de Minas y Energia (MME-COL) o MAVDT, o MADR, Departamento Nacional de Planeación (DNP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), neste Zoneamento é apresentado um panorama do avanço da produção, consumo e das expectativas de exportação para alguns mercados, resultado dos TLC assinados pelo governo.

Colombia es el segundo mayor productor de biocombustibles en América Latina, después de Brasil. Está planeada una expansión significativa, con más de 5 millones de hectáreas de tierra potencialmente disponibles para el cultivo de agricultura energética. Consecuentemente, el Gobierno de Colombia ha aprobado directrices de mezclas para biodiesel (B5) y para etanol (E10) con la opción de incrementar la proporción de mezcla hasta E20. Además, las exportaciones de biocombustibles a Estados Unidos y la Unión Europea, bajo los Tratados de Libre Comercio, representan una enorme oportunidad y reto (MME; MAVDT; MADR; DNP; BID, 2012, p. 4).

A principal conclusão, que será retomada pelos setores palmeiro e canavieiro para legitimar sua produção, é que os agrocombustíveis colombianos são sustentáveis, pois “têm um bom desempenho e cumprem com a redução mínima do 40% de GEE, como estabelecido por muitos parâmetros de biocombustíveis (RSB, CARB 2009, TC383, EU-RED)”. Isto significa que não há um impacto significativo pela mudança do uso do solo, e ainda, a palma ao substituir pastagens aumenta a captura de carbono “devido às relativamente altas reservas de carbono da biomassa da plantação” (Ibid, p. 33, tradução nossa). O equacionamento da diferenciação/igualização dos zoneamentos, no caso colombiano, consegue legitimar de um lado a intensificação da produção de agrocombustíveis, complementar da produção de *commodities*, e do outro, vai entregar ao capital as ferramentas para se territorializar e construir a boa imagem no mercado internacional.

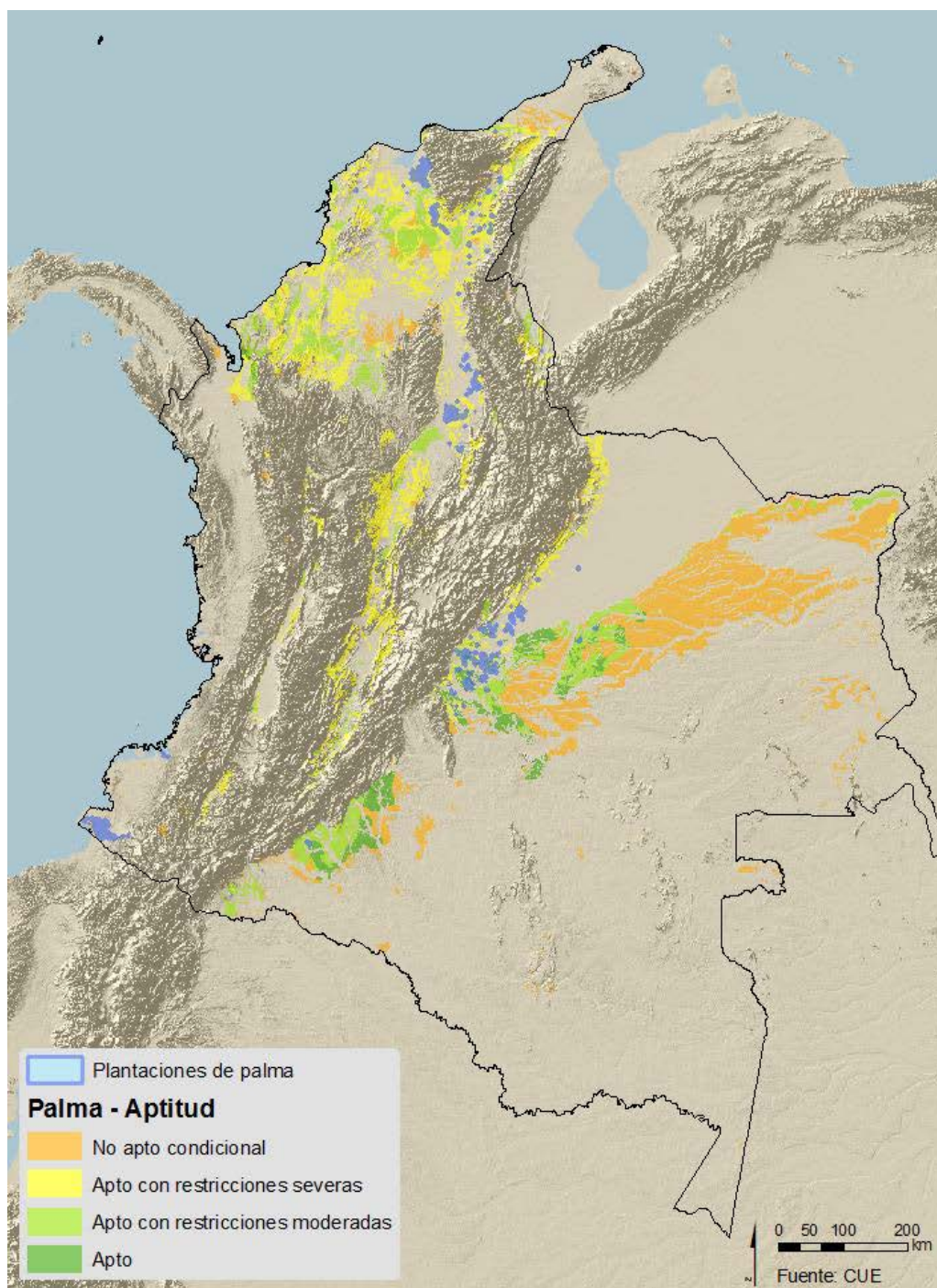
Nessa sequência, esse zoneamento disponibilizou as áreas de expansão por meio de mapas e tabelas, elementos que estavam incompletos nos anteriores zoneamentos. De acordo com isto, a área com potencial de expansão de palma de azeite ficou estimada em 9.354.000 de hectares, e para a cana-de-açúcar de 1.973.000 de hectares. Destas a maior quantidade de terras aptas e moderadamente aptas para os dois cultivos está concentrada no Departamento de Meta (MME; MAVDT; MADR; DNP; BID, 2012, p. 34). Segundo

esses dados, o Departamento de Meta possui aproximadamente 800.000 ha de áreas moderadamente aptas, e 600.000 ha altamente aptas para lavouras de palma de azeite, e, 700.000 ha moderadamente aptas e 50.000 altamente aptas para a cana-de-açúcar. Além disso, o estudo caracteriza 200.000 ha para palma e 700.000 ha para cana-de-açúcar, mas como marginalmente aptas, por estarem distantes dos portos de embarque para a exportação. Quer dizer, a logística para a exportação dificulta uma maior participação da produção do Leste nos mercados mundiais, mas sua proximidade com Bogotá oferece acesso a um dos maiores mercados de alimentos e de consumo de agroenergia do país (Figura 12).

O último zoneamento foi realizado em 2017 e se titula “zoneamento de atitude para o cultivo comercial de palma de azeite”, elaborado pela Unidad de Planificación de Tierras Rurales, Adecuación de Tierras y Usos Agropecuarios (UPRA), órgão público vinculado ao Ministério de Agricultura, criado em 2011 no primeiro governo de Juan Manuel Santos (2010-2014), com o fim de “orientar a política de gestão do território para usos agropecuários” (COLOMBIA, 2011, p. 1, tradução nossa). Esta instituição faz parte de um novo conjunto de instituições públicas oriundas da orientação política do governo Santos I (2010-2014), que visava solução política para o conflito interno mediada por um acordo de paz com as guerrilhas, diferente da solução armada como luta antiterrorista dos governos Uribe.

O reconhecimento do conflito armado colocou de novo em destaque suas origens rurais, atreladas à desigual estrutura fundiária, pouca ou nula presença de instituições do Estado, pobreza, violência armada, deslocamento e espoliação de terras, além de reforçar a questão da produtividade e a inserção do setor agropecuário na política econômica de exportações. Nos dois governos de Santos a terra foi um tema central, pautado pela construção de uma política agrária que tentou criar uma institucionalidade de regulamentação para garantir o livre mercado, sem priorizar a reforma agrária que a redistribuísse, sob protagonismo do Estado (MACHADO, 2015). Para tanto, com a solução política do conflito e a criação de uma nova institucionalidade, tentou resolver e evitar novos conflitos pela terra junto a uma modernização institucional necessária para o pós-acordo com as FARC.

Figura 12 - Áreas com aptidão para o plantio de palma de azeite (2012)



Fonte: (MME; MAVDT; MADR; DNP; BID, 2012, p. 21)

A dupla capital-Estado reafirma nesse zoneamento a disponibilidade de terras para o projeto expansivo dos cultivos flexíveis. Desta vez, acolhe os estudos anteriores e suas justificativas ambientais para produzir a cartografia 1:100.000 que já tinha sido colocada como prioridade no CONPES 3477/2007. Assim sendo, o objetivo deste zoneamento foi

[...] priorizar las áreas más competitivas para el desarrollo de cultivos comerciales de palma de aceite y fortalecer el desarrollo de políticas para el sector palmero, desde su planificación hasta su ordenamiento territorial, la UPRA y Fedepalma validaron la zonificación de aptitud a escala 1:100.000 para el cultivo comercial de palma de aceite, mapa que se elaboró de la mano de productores y representantes del gremio (UPRA, 2017a).

O resultado foi a multiplicação da área disponível para a expansão das lavouras de palma de azeite em quase duas vezes, se se considera o zoneamento de 2012. Ou seja, o órgão encarregado de classificar e planificar as terras no país, disponibilizou 16.188.247 de hectares tipificados em três categorias: alta, com uma área de 2.955.194 ha; média, com 9.591.783 ha; e baixa, com 3.641.270 ha. Destes totais, de novo, o Departamento de Meta é o que possui mais área definida para o plantio de palma, com 3.057.422 ha, seguido pelos Departamentos de Vichada (2.319.361 ha), Córdoba (1.265.463 ha), Caquetá (1.254.566 ha) e Antioquia (1.121.915 ha), totalizando 55,9% do total de terras aptas.

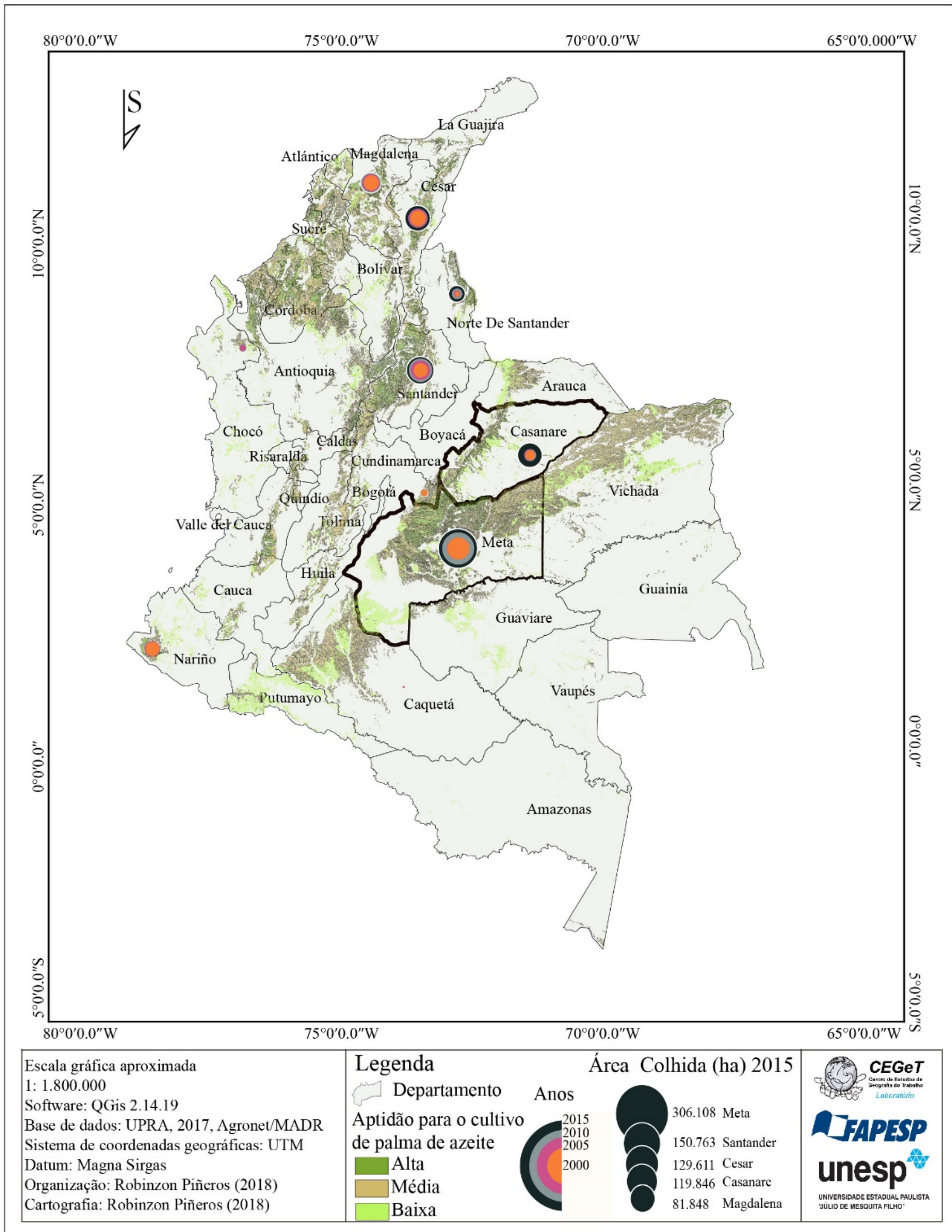
Isto posto, no intuito de representarmos as informações do zoneamento da UPRA em 2017 com o avanço efetivo das plantações de palma de azeite, fizemos cruzamento com os dados de área colhida⁵⁰ no período 2000-2015 (AGRONET, 2018) (Mapa 6). O resultado evidencia o avanço do capital palmeiro desde as zonas palmeiras do Norte, onde historicamente se concentrou, para o Leste do país, nos departamentos de Meta, Casanare e Caquetá. Nesses departamentos tem encontrado as condições para sua expansão, com terra disponível, barata, devoluta, em alguns casos espoliada por paramilitares, e como área de retaguarda fitossanitária⁵¹ contra doenças que têm atingido as plantações do Norte e Sudoeste do país.

A partir das informações representadas, concluímos que os zoneamentos, igual ao que ocorre no Brasil, não apenas disponibilizaram terras e outros recursos territoriais para a expansão, mas também legitimaram as áreas onde têm avançado o plantio e as plantas agroprocessadoras. No caso colombiano, sua importância se fixa na novidade que resulta da recente produção e consumo de agrocombustíveis, buscando argumentos para justificar sua viabilidade econômica, social e ambiental.

⁵⁰ Utilizamos esse dado porque é o único disponibilizado para o nível departamental pelo MADR e Agronet.

⁵¹ Em entrevista com o Engenheiro de produção de uma planta de extração de azeite de palma em 14 de abril de 2016, no município de Puerto Gaitán, ele afirmou que o Leste, os “llanos”, são uma área que tem sido pouco afetada pelas doenças que atacam a palma, a mais letal é o apodrecimento do talo (Putridión de Cogollo), além de outras pragas que têm afetado plantações em outras regiões palmeiras, como em Nariño, Sudeste. Essa é uma das causas para a expansão em áreas afastadas das áreas de concentração de plantações no Centro e Norte do país.

Mapa 6 - Zoneamento UPRA 2017 de áreas aptas para o plantio de palma de azeite e avanço da área colhida entre 2000 e 2015



De acordo com isto, os Departamentos com mais área colhida em 2015 foram Meta (306.108 ha), Santander (150.762 ha), Cesar (129.611 ha), Casanare (119.846 ha) e Magdalena (81.448,00 ha), sendo que destes, quatro também foram os que mais colheram fruto em 2000, e apenas Casanare estava fora desse grupo, com 17.564 há. Ou seja, o Departamento de Casanare foi o que mais cresceu em área plantada e colhida nos quinze anos apresentados, com uma taxa de variação de 582,3%. Em consequência, os Departamentos da região palmeira Leste (Meta, Casanare, Vichada, Caquetá e Cundinamarca) em 2015 foram colhidos 439.146 ha, sendo que a região Norte e Centro, juntas, colheram 489.307 ha. Isto significa que o Leste sediou um crescimento notadamente maior do que as outras duas regiões se se considerarmos que no ano 2000 foram colhidos 120.898 ha no Leste e 135.640 ha no Centro-Norte.

A mobilidade territorial das plantações de palma para o Leste do país faz parte do interesse do capital para se valorizar na Orinoquia, como território da “última fronteira agrícola” da Colômbia, destacando suas características de savana tropical, similar ao Cerrado brasileiro, denominando-a política e midiaticamente de Cerrado colombiano (SEMANA, 2010), direcionada para o agrohidronegócio de monocultivos como a palma de azeite, soja e milho.

A esse respeito, autores como Devia Acosta (2018, 2015), La Rota e Salcedo (2016), e Jiménez (2012), sinalizam as múltiplas territorialidades do capital que convergem nesse espaço para se valorizar. Tais capitais disputam recursos territoriais da Orinoquia: a minero-energética atrelada à exploração das jazidas de petróleo; a agroenergética, pelo avanço da palma de azeite para agrodiesel, a cana-de-açúcar para etanol; a produção de *commodities*, com cultivos como soja, milho e palma de azeite; os cultivos arbóreos, como pinus e teca para a produção de madeira; seringueira, para a produção de borracha; os projetos de infraestrutura nacional vinculados aos planos de integração comercial estratégica de Sul-América (IIRSA)⁵²; a pecuária; e o capitalismo ilegal do processo de plantio de coca e produção de cocaína.

Contudo, esses autores ressaltam a importância que os territórios da Orinoquia têm na fase contemporânea de valorização do capital mundializado, tendo como motor o

⁵² Os projetos incluídos nesse plano para a Orinoquia são: “Proyecto multimodal Puerto Gaitán - Puerto Carreño, incluye mejoramiento de la navegabilidad del Río Meta”, “Corredor vial Buenaventura-Bogotá”, “Paso de frontera Puerto Carreño” e “Tramos faltantes de pavimentación entre Villavicencio y Puerto López” (IIRSA, 2012).

extrativismo petrolífero e a produção de cocaína, agroenergia e *commodities*. Importância que se dinamiza desde os anos 1980 com sucessivos investimentos e exploração de petróleo, aumento da área plantada de monocultivos, controle territorial-militar, paramilitar, e guerrilheiro, e construção de infraestrutura de transporte (rodovias e hidrovias) que conectam a região com Bogotá e outras cidades e portos do país. Colocando em foco as fases de avanço do capital no território da Orinoquia colombiana, diferentes autores têm sinalizado uma fase que se inicia no século XVI com a conquista e o período colonial caracterizada pelo avanço de jesuítas para doutrinar comunidades indígenas, extrair plantas, plantar alimentos e espalhar a pecuária trazida pelos espanhóis. Outra fase mais intensiva vai se produzir no período republicano, nos finais do século XIX, com a extração da árvore de quina⁵³ para a exportação e o plantio de café, o que trouxe como consequência o desmatamento do sopé da cordilheira. Ciclo que continua com a busca e exploração de jazidas de petróleo por companhias norte-americanas no século XX e sua ininterrupta até hoje, sendo, pois, essa, atualmente, a região onde mais se extrai petróleo cru no país (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1999; DEVIA ACOSTA, 2018).

A partir da metade do século XX, a Orinoquia recebeu fluxos de camponeses expulsos de Departamentos andinos como Tolima, Huila, Santander, Boyacá e Cundinamarca, entre outros, por latifundiários (*terratenientes*) e por guerras internas propiciadas por filiações aos partidos políticos tradicionais (Liberal e Conservador). Essa fase é denominada de “La Violencia”.

Afinal, o campesinato expulso por perseguição política e/ou expropriação da terra, se aglutinou em frentes de colonização que seguiram o sentido Sul e Sudeste da Orinoquia e Norte da Amazônia. Nessa trajetória, derrubaram florestas para criar vilarejos afastados, mas articulados com redes de troca e filiações políticas que teceram lutas e resistências diante do avanço de latifundiários, grupos armados e a inoperante ação do Estado. Outra etapa do avanço do capital se sobrepõe nos finais da década de 1970 com a expansão do capitalismo ilegal da produção e exportação de drogas ilícitas (maconha e cocaína). Essa fase também envolve uma frente de colonização camponesa, tanto espontânea quanto dirigida pelo Estado via políticas de Reforma Agrária, que se desloca no sentido Centro Leste e Sudeste, à procura de terras, sendo que, algumas com a finalidade de plantar coca. No entanto, nessas frentes de colonos houve uma mistura entre pequena propriedade e o

⁵³ A árvore de Quina foi parte da economia extrativa do Século XIX das florestas amazônicas e andinas. Era exportada para a Europa por suas propriedades medicinais para o tratamento da febre, paludismo e outras doenças (ZÁRATE BOTÍA, 2001).

latifúndio, criada pela atividade pecuária, a dinâmica do tráfico e o controle militar do território pelos paramilitares, traficantes e guerrilha (JIMÉNEZ, 2010; GARCÍA GUTIÉRREZ, 1999; JARAMILLO, MORA e CUBIDES, 1989).

Essas fases de avanço espacial e temporal do capital e de colonização camponesa se justapõem e particularizam na extensão da Orinoquia. Não obstante, a dinâmica de expansão percorre o sentido Oeste-Leste, levando população da região andina para o sopé e a savana tropical orinoquenses. Movimento que, de fato, se desloca do eixo histórico de povoamento e concentração de capital desde o século XVI nas cordilheiras, vales inter-andinos e savanas do Norte (ZAMBRANO e BERNARD, 1993).

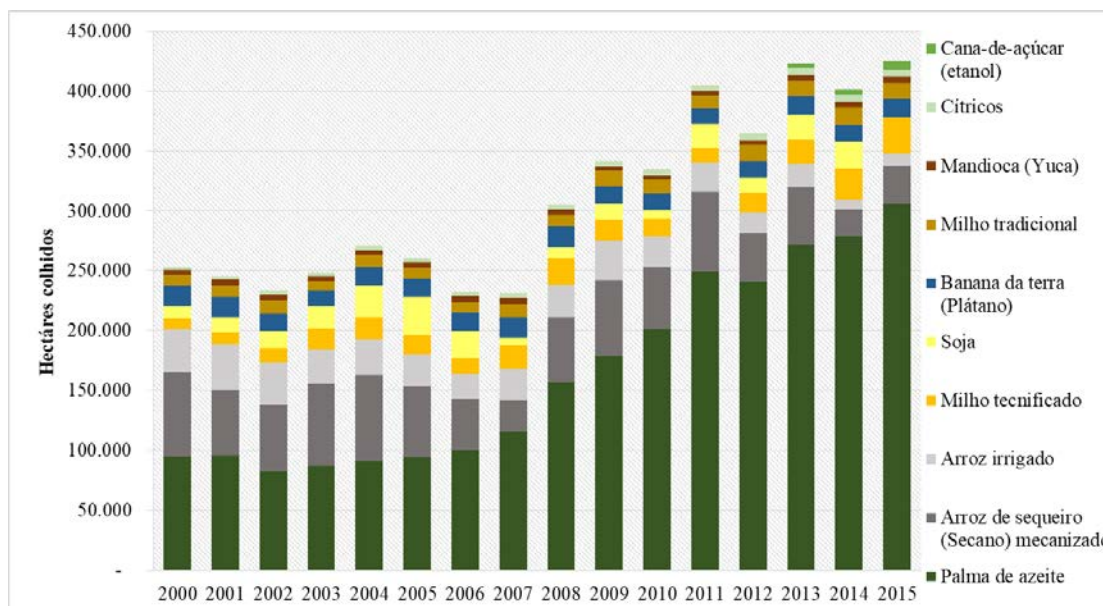
Do processo contemporâneo, pautado pelo avanço de cultivos flexíveis (cana-de-açúcar, soja e palma de azeite) distinguimos o agrohídronegócio palmeiro, tendo em consideração sua dinâmica de avanço, destacando elementos diferenciais aos sinalizados por outros pesquisadores interessados na compra de terras por capitais estrangeiros na Orinoquia (SALINAS, 2012). Poderíamos afirmar que, entre todas as territorialidades de monocultivos em disputa pela fronteira agrícola, é este que tem se expandido substituindo outros monocultivos como o arroz, integrando/destruindo áreas de exploração camponesas e de pastagem para a pecuária, ou mesmo, integrando terras devolutas. Nas últimas três décadas a dinâmica destrutiva de formas de produção vinculadas à terra para serem integradas como plantações de palma e plantas agroprocessadoras é resultado da ação da dupla capital-Estado. Essa articulação se mostra extremamente eficiente em torno da FEDEPALMA, com o propósito de integrar/expropriar terra e renda, além de direcionar os privilégios financeiros outorgados pelo Estado (crédito, exceções fiscais etc.).

O resultado desta dinâmica é a hegemonia da palma de azeite na produção departamental e municipal, deslocando especialmente ao plantio de arroz de sequeiro mecanizado, monocultivo resultado da expansão do pacote da Revolução Verde na região nos anos 1970. O processo de concentração das terras de cultivo da palma de azeite na área colhida por departamento, como mostram os dados oriundos de Agronet/MADR, para os principais cultivos nos Departamentos de Meta e Casanare, se explicita, no período 2000-2015 (Gráficos 9 e 10).

No caso do Departamento de Meta a palma de azeite representava 37% (95.050 ha) do total (188.256 ha); já em 2015 representava 64%, ou seja, 306.108 ha de 475.296 ha. Em relação contrária, a área colhida de arroz diminuiu substancialmente, tanto de sequeiro quanto irrigado. Isto é, no ano 2000, o arroz de sequeiro mecanizado totalizava

25% da área colhida do Departamento (970.465 ha), já em 2015 representou 7% da área colhida total (31.643 ha) (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Área colhida (ha) dos principais cultivos no departamento de Meta. 2000-2015



Fonte: (AGRONET, 2018) Organização: Robinzon Piñeros

O aumento da área colhida com palma se acentuou entre 2008 e 2009, anos nos quais deslanchou a produção nacional de agrodiesel, devido a investimentos oriundos de uma associação de produtores de azeite de palma do Nordeste do Meta e Sudoeste do Casanare⁵⁴ (FEDEBIOCOMBUSTIBLES, 2018). Nesse contexto, no Departamento de Meta teve início, em 2009, a produção das duas principais plantas agroprocessadoras, sendo, pois, uma do conglomerado Manuelita S.A., em San Carlos de Guaroa, e a BioD, no município de Facatativá (Cundinamarca).

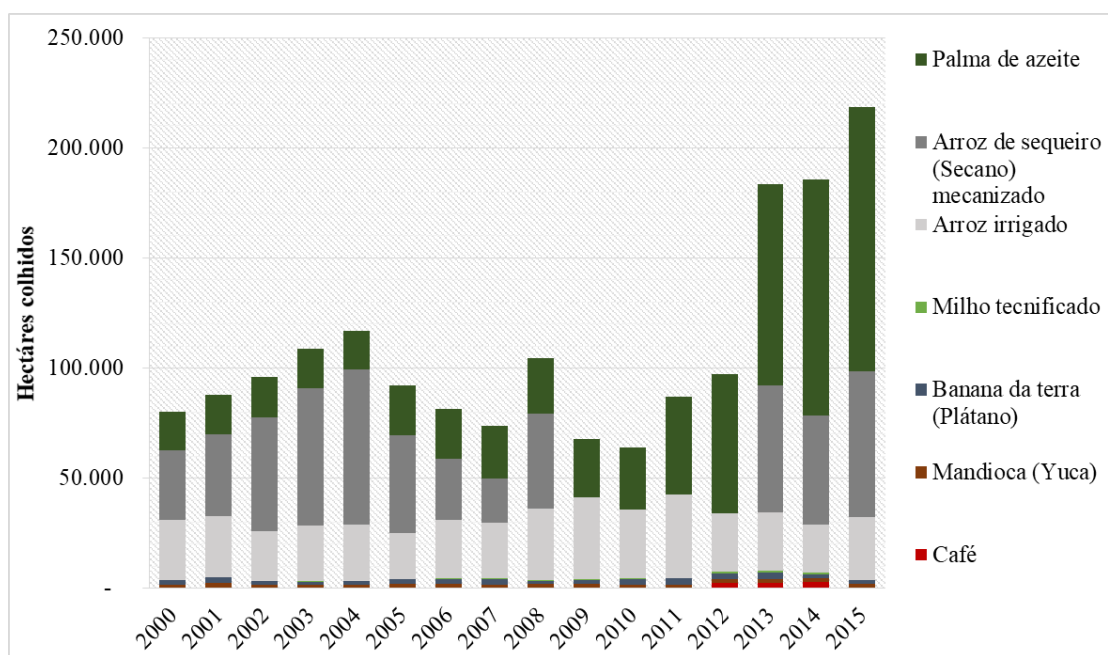
Outro fato a destacar no caso do Departamento de Meta é a introdução da cana-de-açúcar para a destilaria BIOENERGY-ECOPETROL, em Puerto López. Em 2013 começou a expansão desta empresa, com 4.411 ha, em 2015 já possuía 7.065 ha, e em 2016, duplicou para 14.797 ha (AGRONET, 2018). Essa rápida expansão é resultado de várias estratégias, nas quais comparecem a compra e arrendamento de terras por 20 anos, pela destilaria. No entanto, houve outra estratégia no tocante a terceirizar, pois desde

⁵⁴ Os grupos palmeiros são: Guaicaramo, Hacienda La Cabaña, Palmasol, Inparme, Palmeras Santana, Oleaginosas San Marcos, Palmeras La Carolina, Agroganados Internacional, Copalma, Oleaginosas Santana, Palmeras del Humea, Palmeras La Margarita, Astorga. Fonte: trabalho de campo.

2010, 39% do processo agrícola deu-se por meio de contrato de fornecimento de cana por 22 anos, entre BIOENERGY-ECOPETROL e o grupo canavieiro Río Paila-Castilla⁵⁵. Esse grupo passou a controlar parte das terras próprias e arrendadas da destilaria, além de arrendar terras sob seu domínio (RIO PAILA-CASTILLA, 2013).

No Departamento de Casanare (Gráfico 10) similar ao Meta, o avanço da palma de azeite teve aumento, ao mesmo tempo em que a área colhida de arroz de sequeiro decresceu. No ano 2000 a palma atingiu 21% (17.564 ha) da área colhida total do departamento (85.057 ha), sendo que o arroz de sequeiro atingia 37% (31.521 ha). Para o ano 2015 a área colhida total deste departamento aumentou para 229.206 ha, sendo que a palma passou para o primeiro lugar em área colhida, com 52% (119.846 ha) e o arroz de sequeiro decresceu para 29% (66.384 ha).

Gráfico 10 - Área colhida (ha) dos principais cultivos no departamento de Casanare. 2000-2015



Fonte: (AGRONET, 2018)

Organização: Robinzon Piñeros

A palma teve aumento na área colhida no período 2012-2013, depois do início da extração de fruto nos cultivos em que foram plantadas pelo menos cinco anos atrás, idade com a qual a palma inicia a produção de fruto. Além disto, comparece em cena a entrada de novas plantas de extração de azeite, entre as quais se destaca Palmar de Altamira,

⁵⁵ Informação tomada de entrevista com funcionário de BIOENERGY-ECOPETROL em 04/04/2016 e do canal de Youtube de Rio Paila (RIO PAILA-CASTILLA, 2013)

investimento de Manuelita S.A., que atua como complexo palmeiro que extrai azeite de 10.000 ha, sendo 70% de pequenos e médios palmeiros, e 3.000 ha do conglomerado. Esse complexo é um dos mais afastados, localizado no extremo Leste do Casanare, no município de Orocué, em terras de fronteira agrícola e de deficiente logística para o traslado, tanto da matéria-prima, quanto da força de trabalho (FEDEPALMA, 2014).

Deste protagonismo da palma de azeite nos dois Departamentos surgem duas conclusões. O avanço da área colhida de palma diante do descenso do arroz nas duas variedades mais plantadas, apesar de ter reflexo distinto em cada Departamento. Como visto, no Departamento de Meta decresceu tanto a porcentagem na área colhida quanto os dados absolutos. Já no Departamento de Casanare, diminuiu a porcentagem, mas a área colhida de arroz duplicou, isto porque a ocorrência total para o Departamento aumentou por conta do avanço da palma, mas o setor arrozeiro continua sendo importante para esse Departamento.

Esses dados, contrastados com as visitas de campo nas áreas de expansão da palma de azeite rebatem no tocante a San Carlos de Guaroa (Meta). De acordo com os depoimentos dos trabalhadores e antigos moradores, antes a paisagem dominada pelos cultivos de arroz era generalizada, mas acabou sendo transformada pelo avanço da paisagem palmeira. Essa transformação não é apenas nos cultivos, pois o trabalho *por jornal* ou assalariado, no arroz, diminuiu e alguns trabalhadores passaram para as atividades agrícolas da palma, especialmente na área de tratores, sendo que, outros migraram.

No trabalho de campo, foi observada a dinâmica de transformação de vilarejos (*caseríos* ou *inspecciones de policía*) criados por trabalhadores do arroz e por pequenos empresários ou latifundiários em décadas anteriores, que com o *boom* da palma passaram a receber os trabalhadores migrantes que chegaram para alugar quartos ou casas, ou comprar um terreno para morar, com o objetivo de trabalhar no corte e colheita de fruto de palma. Podemos citar o caso de Surimena e La Palmera (San Carlos de Guaroa, Meta), Veracruz (Curamal, Meta) e Los Mangos (Cabuyaro, Meta).

Outra conclusão é que entre o arroz de sequeiro e a palma de azeite há uma disputa territorial que se favorece, atualmente, a favor da palma. Algumas terras utilizadas para o cultivo do arroz possuem as condições para as plantações de palma, somado ao apoio político e financeiro outorgado pelo bloco no poder para o setor palmeiro, que têm contribuído para o deslocamento do arroz, inclusive, para transformar empresários do arroz em palmeiros. Nessa seara, podemos afirmar que indiretamente, o setor arrozeiro

tem sofrido os embates da política econômica favorável à exportação de *commodities* agrícolas e à produção de agrocombustíveis. Além disso, o setor também tem sofrido os efeitos das importações almeçadas pela política de abertura comercial e tratados de livre comércio para cobrir a demanda interna deste alimento básico, somada ao contrabando do grão e a pouca ajuda técnica e financeira para os médios e pequenos produtores (PARRA, 2014).

A região palmeira, do Leste, possui uma diversidade e tamanho de capitais palmeiros que constituem o que denominamos de complexo agroindustrial palmeiro da Orinoquia colombiana, que atrela plantações, plantas de extração de azeite e plantas de produção de agrodiesel. Uma das características que distingue este complexo da Orinoquia, se comparado às regiões palmeiras do Norte, Centro e Oeste, é o tamanho médio das plantações, que no Departamento de Meta atinge 350 ha, acima da média nacional de 63 ha (RUEDA e PACHECO, 2015, p. 16). Isso rebate no fato de o complexo estar constituído por maior quantidade de plantações com exploração de força de trabalho via salário, e as poucas plantações de pequeno porte com subordinação do trabalho camponês sob modelos de Alianças Produtivas Estratégicas (APE), ou como se denomina, no Brasil, de integração.

De acordo com a bibliografia revisada e informações de trabalhos de campo, no Noroeste do Meta há duas APEs, sendo uma associada à extratora Unipalma de los Llanos (Cumaral, Meta), constituída por antigos trabalhadores desta empresa, e a Asociación de Palmicultores de Guarupay (Asopay), associada à extratora Hacienda La Cabaña (Cumaral, Meta), constituída por famílias de deslocados pelo conflito armado. No Sul do Meta há algumas APEs, apoiadas pela USAID, no município de Puerto Rico e Puerto Lleras, originárias do apoio a famílias camponesas vítimas do conflito ou vinculadas com o plantio de coca (FAJARDO, 2014a; FEDEPALMA-USAID, 2010).

Contudo, a expansão territorial do complexo agroindustrial palmeiro da Orinoquia tem se orientado desde o sopé da cordilheira para os municípios de Puerto Gaitán e Mapiripán (Meta), Orocué e Maní (Casanare), em áreas localizadas nas savanas tropicais denominadas de Altillanura, delimitação recentemente feita pelo Estado, para as terras planas não inundáveis da Orinoquia e que integram a última fronteira agrária (DÍAZ, 2016; PIÑEROS, 2015; FAJARDO, 2014a; DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 2011). Deste modo, o panorama da expansão territorial do agrohídronegócio palmeiro aprofundou o controle da terra pelo capital, representado pelos grupos empresariais que já estavam na região há mais de três décadas, ou seja, os

novos palmeiros reconvertidos de atividades agrícolas e pecuárias, e alguns investidores que aproveitaram as políticas de financiamento para a palma, bem como, paramilitares, traficantes, capitais mundializados oriundos de outras regiões do país. Vale lembrar, ainda, os grupos canavieiros do Vale do Cauca, fundos de investimentos como Corficolombiana que investiram em palma e outros cultivos como seringueira (PIÑEROS, 2017), assim como capitais transnacionais como a ítalo-espanhola POLIGROW que possui plantações e planta extratora no município de Mapiripán (Meta) (COMISIÓN INTERECLESIAL JUSTICIA Y PAZ, 2015).

Da diversidade de capitais interagindo neste complexo têm sido divulgados pela mídia aqueles com dimensão mundializada, os quais se interessaram pela Orinoquia na recente fase da mobilidade do capital. Esses capitais têm sido reportados pela imprensa especializada como a migração de grupos empresariais nacionais, e alguns internacionais, denominando-os como os “*Nuevos Llaneros*” (Figura 13) os quais estão desenvolvendo uma “colonização sem machado”, aproveitando a abertura desta nova fronteira e as vantagens oferecidas pelo Estado através das leis, documentos CONPES, zoneamentos de cultivos, ZIDRES, crédito público e planos de desenvolvimento (DÍAZ, 2016). Esses “pioneiros” do capital do agrohidronegócio são identificados por sua coragem para enfrentarem as condições adversas para a agricultura, como a acidez dos solos, a insegurança jurídica para acumular mais de uma UAF e criarem latifúndios indispensáveis para seus empreendimentos serem rentáveis, além disso, salientam a pouca qualificação da força de trabalho local, o que os obriga a realizarem investimentos em capacitação ou capital humano (DINERO, 2011).

Entre esses pioneiros destacam-se os que estão investindo em cultivos flexíveis, sendo que muitos destes são grupos empresariais históricos do Vale do Cauca, oriundos do setor canavieiro. O Manuelita S.A. da família Eder, grupo multilatinho, comparece como o mais importante, com investimentos em cinco países da América Latina, proprietário de canaviais, usinas de açúcar e uma destilaria de etanol no Vale de Cauca, bem como acionista da Usina Vale do Paraná em Suzanópolis (SP) (MANUELITA S.A., 2017). O grupo também possui investimentos em palma de azeite, desde finais dos anos 1980 no Departamento de Meta e, na primeira década de 2000, aumentou seus investimentos no cultivo de palma para o Departamento de Casanare. De fato, esses investimentos rebatem no notado aumento da área plantada do monocultivo de palma neste Departamento.

Figura 13 - Portada Revista Dinero. Febrero 2011



Fonte: DINERO, 2011

Outro grupo empresarial canavieiro é Rio Paila-Castilla, com investimentos desde 2010, em palma, soja e cana-de-açúcar, no município de Santa Rosalia, no Departamento de Vichada, e com contrato de fornecimento de cana-de-açúcar para a destilaria BIOENERGY-ECOPETROL em Puerto López (Meta) (RIO PAILA-CASTILLA, 2018). Destacamos esses dois grupos, por serem importantes no avanço da palma de azeite e da cana-de-açúcar no Departamento de Meta, Casanare e Vichada.

Finalmente, o complexo agroindustrial palmeiro da Orinoquia, em 2015, concentrava 27 plantas extradoras de azeite, vinculadas aos grupos investidores, integradas diferencialmente ao setor alimentar e/ou a produção de biodiesel. (Quadro 15).

Quadro 15 - Plantas extratoras ativas em 2015, no complexo agroindustrial da Orinoquia

Extratoras de azeite ativas 2015	Grupo	Município	Departamento	Integrada	
				Agrodiesel	Alimentos
Palmar de Altamira S.A.S.	Manuelita	Orocué	Casanare	Manuelita S.A.	
Extractora Cusiana S.A.S.		Tauramena	Casanare	s.d.	s.d.
Extractora del Sur de Casanare S.A.S.		Villanueva	Casanare		Sim
Palmeras Santana Ltda.		Villanueva	Casanare	BioD	Sim
Alianza Oriental S.A.		Acacías	Meta	BioD	
Inversiones La Mejorana S.A.S.		Acacías	Meta	BioD	
Oleaginosas Santana S.A.S.		Acacías	Meta		Sim
Palmeras del Llano S.A.		Acacías	Meta	s.d.	s.d.
Palmeras La Margarita Díaz Martínez & Cía. Ltda.		Acacías	Meta	s.d.	s.d.
Guaicaramo S.A.	Guaicaramo	Barranca de Upia	Meta	BioD	Sim
Alianza del Humea S.A.S.		Cabuyaro	Meta	s.d.	s.d.
Compañía Palmicultora del Llano S.A. - Palmallano S.A.		Cabuyaro	Meta	s.d.	s.d.
Hacienda La Cabaña S.A.		Cumaral	Meta	BioD	Sim
Plantaciones Unipalma de los Llanos S.A.		Cumaral	Meta		Sim
Agropecuaria La Rivera Gaitán S.A.S.		Granada	Meta	s.d.	s.d.
Poligrow Colombia Ltda.	Poligrow	Mapiripán	Meta		Sim
Abago S.A.S.		Puerto Gaitán	Meta		Sim
Extractora San Sebastiano S.A.S.		Puerto Gaitán	Meta		Sim
Sapuga S.A.		Puerto Gaitán	Meta		Sim
Aceites Cimarrones S.A.S. Zona Franca		Puerto Rico	Meta	s.d.	s.d.
Aceites Manuelita S.A.	Manuelita S.A.	San Carlos de Guaroa	Meta	Manuelita S.A.	s.d.
Aceites Morichal S.A.S.		San Carlos de Guaroa	Meta	s.d.	s.d.
Baquero Ramírez Víctor Ramón		San Carlos de Guaroa	Meta	s.d.	s.d.
Extractora La Paz S.A.		San Carlos de Guaroa	Meta	La Paz	
Servicio de Maquila Agrícola de los Llanos S.A.S.		San Carlos de Guaroa	Meta	s.d.	s.d.
Agropecuaria Santamaría S.A.		San Martín	Meta		Sim
Entrepalmas S.A.S.		San Martín	Meta		Sim

s.d.: sem dados

Fonte: FEDEPALMA, 2016; RUEDA e PACHECO, 2015; informações de trabalho de campo.

Organização: Robinzon Piñeros

A distribuição das plantas extratoras de óleo no complexo concentra-se entre o Sudoeste do Casanare (Villanueva e Tauramena) e o Noroeste do Meta (Acacías, San Carlos de Guaroa, Granada, Cumaral, Barranca de Upia e Cabuyaro). No entanto, faz parte deste complexo um grupo de plantas espalhadas no Leste, recentemente construídas na Altillanura, entre estas se destaca a Extratora Palmar de Altamira em Orocué (Casanare), que entrou em operação em 2014.

No Meta, entre 2013 e 2015, iniciaram a extração de quatro novas plantas: uma na área de maior concentração de plantações e plantas, a Alianza del Humea no município de Cabuyaro, criada em 2013. As outras estão no Leste do Departamento, em Puerto Gaitán estão a Extratora San Sebastiano, construída em 2013, e a extratora Abago em 2015; no município de Mapiripán está a extratora Poligrow, criada em 2015. Existem

outras três que estão localizadas no Sul do Meta, onde há menor concentração de plantações (Puerto Rico, San Martín) mas é uma frente de expansão (FEDEPALMA, 2015).

A localização das plantas agroprocessadoras de agrodiesel, implantadas a partir de 2009, coincide com os núcleos de concentração das plantações e das plantas extratoras, inclusive, BioD, que se localiza a mais de 80 km do fornecimento de matéria-prima (azeite de palma), mas acaba se localizando estrategicamente no município de Facatativá (Cundinamarca) onde se encontram as plantas de mistura do agrodiesel ao diesel (Tabela 5).

Tabela 5 - Plantas de produção de agrodiesel ativas no complexo agroindustrial palmeiro da Orinoquia. 2015

Plantas de produção de agrodiesel	Ano de implantação	Município Planta	Departamento	Grupo	Moagem (ton/ano)
Manuelita	2009	San Carlos de Guaroa	Meta	Manuelita S.A.	137.000
BioD	2009	Facatativá	Cundinamarca	Associação de Produtores	200.000
La Paz	2015	San Carlos de Guaroa	Meta	La Paz	70.000
Total complexo palmeiro da Orinoquia					407.000
Total Nacional					986.000

Fonte: FEDEBIOCOMBUSTIBLES, 2018; MANUELITA, 2015; trabalho de campo.

Organização: Robinzon Piñeros (2018)

Em síntese, a Orinoquia, nos zoneamentos ambientais, aparece como uma das áreas com mais recursos territoriais disponíveis para a valorização do capital em geral, e para o agrohidronegócio palmeiro em particular. Nesse contexto, conseguiu se legitimar o avanço territorial das plantações de palma, das décadas anteriores, e as projetou para as novas áreas de fronteira no Leste, nos Departamentos de Meta e Casanare, inclusive, em áreas do recorte da Altillanura. Geograficamente, o crescimento deste complexo agroindustrial segue o curso Oeste-Leste das planícies aluviais do Rio Meta e seus afluentes, ou seja, aproveita a disponibilidade de água para irrigação, além disso, somam-se as concessões para a utilização de água outorgadas pela autoridade ambiental, a Corporación para el Desarrollo Sostenible del Área de Manejo Especial La Macarena (CORMACARENA), que tem possibilitado que grandes empresas monopolizem o uso da água para a agricultura no Departamento de Meta (ROA-GARCÍA e BROWN, 2015, p. 22).

Além da disponibilização de recursos territoriais na última fronteira agrícola, os zoneamentos também garantiram ao mercado internacional que a produção do agrohidronegócio nacional está pautada por princípios ambientalmente sustentáveis, e, portanto, ajuda no controle da emissão de GEE, além de não estar desmatando para expandir a área plantada. Essa garantia ambiental para o mercado, produzida pela dupla capital-Estado através dos zoneamentos, vai ser inserida pelas empresas palmeiras produtoras como um dos itens dos relatórios que entregam para obterem as certificações privadas, como a RSPO ou o ISCC, e com isso, garantem sua participação mundializada em segmentos das CVG.

Por último, a mobilidade do capital na Orinoquia tem configurado relações de produção que incluem tanto aos agroindustriais e rentistas que controlam plantações e plantas de extração e esterificação, quanto aos trabalhadores explorados no processo do trabalho agroindustrial. No zoneamento do ano 2008 é enunciado o protagonismo da força de trabalho que está chegando junto à expansão das plantações, composta, via de regra, por homens jovens e velhos que migram sazonal e permanentemente das regiões palmeiras do Norte e do Sudoeste do país. Ou seja, os novos “llaneros” não são apenas a representação dos agroindustriais pioneiros na Orinoquia, pois também estão aqueles “sem rosto” que tiveram que migrar temporal ou definitivamente para se empregar em labores sazonais que conhecem desde crianças nas suas regiões de origem.

A esse respeito, a palma de azeite, na Colômbia, é intensiva na utilização de força de trabalho no processo de colheita do fruto, matéria-prima para extrair o azeite e o agrodiesel, sendo que até hoje tem sido implementada a mecanização de algumas das funções que o compõem (ALFONSO, BOTERO e ROMERO, 2009). Ou seja, o aumento da área colhida não é resultado da capacidade produtiva dos donos dos meios de produção, mas sim, da exaustão e dispêndio de energia dos trabalhadores que sobrevivem às condições de exploração baseadas na terceirização e o pagamento por produção. Relações que têm se deslocado junto com o capital palmeiro, alicerçadas pelo entendimento setorial agenciado por Fedepalma desde os anos 1990, durante a introdução de inovações organizacionais e tecnológicas para a reestruturação produtiva no agroprocessamento focada nas *commodities* e a agroenergia (RUEDA e PACHECO, 2015; RAMÍREZ, 2012).

Desde os anos 1990, foram implementadas na zona Centro e Norte as Cooperativas de Trabalho Associado (CTA), como sistemas de contratação coletiva e individual, sem constituir um vínculo laboral, já que se trata de terceirização, e tem se

disfarçado com distintas denominações. Assim, o trabalho na palma de azeite na Orinoquia é majoritariamente assalariado, e a utilização destas CTA é, via de regra, o método mais utilizado para contratar os trabalhadores, especialmente os sazonais e migrantes, para as plantações. Portanto, a territorialização do agrohidronegócio palmeiro trouxe para o *greenfield* ou a fronteira, essas práticas de exploração e flexibilização do trabalho, que garantem, não apenas a extração de mais valia, mas também têm sido eficazes no controle dos sindicatos e da força de trabalho no geral (VÁSQUEZ, 2016; THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 84). Eis os sujeitos explorados aos quais o ambientalismo do capital tem mascarado e que algumas pesquisas têm dado importância (AROSA, 2015; RAMÍREZ, 2012), e, às quais nos somamos para compreendermos a mobilidade do trabalho que envolve os jovens rurais como transversalidade da classe trabalhadora.

3.4 O ambientalismo do capital: controle territorial e mobilidade do trabalho

Encerramos este percurso iniciado no Capítulo 1, que elenca a articulação do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis no regime alimentar corporativo sob dois discernimentos: o controle da agricultura pelo poder corporativo, e os subsídios da agricultura para a administração da crise estrutural do capital.

Nesse percurso o ambiente emergiu como um elemento central, utilizado pelo capital como nova fronteira de acumulação, sobre o qual tem conseguido construir valores de uso e troca que contribuíram para fetichizar as mercadorias oriundas dos cultivos flexíveis, isso quer dizer que, as *commodities* e os agrocombustíveis foram igualizados como energia, ora para alimentar humanos (*food*) ou animais (*feed*), ora para abastecer os tanques dos carros (*fuel*).

Isto é, o que temos denominado como ambientalismo do capital, inspirado em Porto-Gonçalves (2008, 2006), representa as formas de captura do movimento ambientalista para a administração da crise estrutural do capital. É importante asseverar que o ambientalismo do capital defronta outras formas de compreender o ambiente e, neste, a agricultura, seja como ecologismo dos pobres (MARTÍNEZ-ALIER, 2007) ou como práticas de produção agroecológica. A análise multiescalar do ambientalismo do capital que atravessa o projeto dos agrocombustíveis e a produção de *commodities* nos levou a esmiuçar a tríade capital-Estado-trabalho para nos ocupar da dupla capital-Estado, observável nos dois países do recorte estudado, por meio do conceito de bloco no poder, com o fim de identificarmos as ações das classes dominantes para manipular a direção

moral e política da sociedade sob os fundamentos do desenvolvimento sustentável. Sem contar, os desdobramentos nas formas de leis de regulamentação da produção e utilização de agrocombustíveis, bem como as políticas de financiamento público para produção de mercadorias verdes, nomenclatura na qual se inserem os produtos dos cultivos flexíveis.

Mészáros (2011, p. 987), ao refletir a centralidade que ocupa a ecologia para o capital, afirma que capturar a questão ambiental como compromisso desvia a atenção de outros problemas políticos, sociais e força à

[...] população em geral a custear, sob o pretexto da “sobrevivência da espécie humana”, na sobrevivência de um sistema socioeconômico que se defronta agora com deficiências derivadas da crescente competição internacional e de uma mudança crescente na sua própria estrutura de produção, em favor dos setores parasitários.

A dupla agrohidronegócio-Estado utiliza essa máscara ambiental para obscurecer ou postergar críticas que atingem a desigualdade substantiva, relativas à questão agrária, à soberania alimentar e à exploração/subordinação do trabalho, entre outras. Por meio dos zoneamentos, conseguiu disponibilizar áreas com terras passíveis de se transformar em propriedade capitalista (o Leste da Orinoquia e áreas do Polígono do Agrohidronegócio Canavieiro), sob critérios de suas propriedades agroambientais, para serem utilizadas no plantio, tanto de cana-de-açúcar, quanto de palma de azeite. Na sequência, legalizaram e legitimaram processos passados, presentes e futuros de expropriação de terras e desmatamento e, em consequência, destruição de outras formas de subsistência e autoconsumo da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, esses zoneamentos se somaram a outros mecanismos de legitimação da ocupação de áreas expropriadas (leis, políticas públicas, projetos de infraestrutura etc.) com a finalidade de legalizar a posse ilegal de grandes extensões de terras ocupadas pelo latifúndio grileiro, como no Pontal do Paranapanema, ou expropriadas violentamente durante o conflito armado interno (Orinoquia colombiana).

O avanço territorial do agrohidronegócio nos dois territórios pesquisados se produz em áreas onde já havia plantios de cana-de-açúcar e palma de azeite, respectivamente. Não obstante, a dinâmica ostensiva do avanço territorial na primeira década do século XXI, impulsionada pelo preço internacional das *commodities* e o projeto dos agrocombustíveis, alicerçou a destruição das relações de produção para dar passo a formas diferenciadas de reestruturação do trabalho agroindustrial.

No Brasil, utilizou-se a questão ambiental para passar do “cinza ao verde” (SABADIN, 2017, p. 84), ou seja, as organizações de representação do setor canavieiro se adequaram às exigências das leis ambientais do Estado de São Paulo que proíbem a despalha da cana, por via da queima. Para isso, assinaram “voluntariamente” o PrAA-SP, acelerando a reestruturação produtiva que tinha se dinamizado há uma década, e, em decorrência, houve uma antecipação da meta de 100% de colheita mecanizada.

A consequência da mecanização foi a expulsão gradativa dos cortadores manuais de cana, que acabaram sendo parte da insustentabilidade do processo de trabalho pretérito, e ficaram ancorados no passado cinza da queimada da cana e seus impactos negativos ao ambiente. O trabalhador do corte manual fez parte da insustentabilidade, como elencado por Veiga (2010), Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola, em documento de discussão:

A nova configuração da demanda pelo etanol da cana-de-açúcar, estabelecida em função da urgência do uso da energia renovável no mundo, e que resultará em maior expansão deste produto agrícola, põe em foco o homem e o meio ambiente como preocupações centrais.

E agrega

Enfim, se a proposta maior, que partiu do próprio setor sucroalcooleiro, atendendo às demandas da sociedade, é investir em estudos e tecnologia para fazer da cana-de-açúcar um produto identificado plenamente à sustentabilidade, então deve-se reforçar que nada mais é insustentável do que a colheita manual deste produto. O homem em foco não se trata tão somente do homem universal, que sofre com a degradação ambiental e luta pela preservação e restauração dos valores ambientais, mas também, e principalmente, do homem do processo do corte da cana.

O desemprego é uma realidade iniludível para esses cortadores manuais, mas o autor elenca muito bem o novo perfil do trabalhador, resultado da profissionalização do corte por meio da exigência “de capacitação técnica e atualização em mecanização agrícola de maneira geral” (VEIGA, 2010, p. 9). O novo trabalhador envolvido na colheita mecanizada e tudo o que tem a ver com a máquina (manutenção, limpeza, borracharia etc.) estará atravessado pela formação, deslocando a força física do bom cortador, analisado por Moraes (1998), pelas novas habilidades físico-cognitivas do trabalhador atual.

A exclusão dessa geração remanescente de cortadores passa pelo aceite do seu descarte ou pela sua capacidade para se adaptar às novas condições do processo de trabalho, mediado por programas de formação oferecidos no âmbito do Protocolo, como

o Programa RenovAção (UNICA, 2015), ou mesmo “ir atrás”, individualmente, de formação profissional, custeando cursos em instituições particulares. Concomitante ao remanejamento dos “insustentáveis” se produz uma inovação geracional do trabalho vivo, configurando uma nova geração de trabalhadores que cumprem com o novo perfil físico-cognitivo do trabalhador. “Portanto, o processo de reestruturação produtiva é, desse modo, um processo de reestruturação das gerações de trabalhadores que constituem os coletivos de trabalho nas empresas” (ALVES, 2011, p. 108). Eis o protagonismo dos jovens rurais na reestruturação do capital como sujeitos da classe trabalhadora, no Estado de São Paulo e no Pontal do Paranapanema.

Na Colômbia, a expansão de plantações de palma de azeite, para a Orinoquia atrelou a mobilidade de capital e mobilidade de trabalhadores oriundos de zonas palmeiras do Norte, Centro e Sudoeste, além de camponeses e colonos de outras regiões. A massa de trabalhadores migrantes está composta de jovens, adultos e velhos trabalhadores da palma. Uma fatia significativa está entre os 18 e 29 anos, sendo que muitos deste têm nos pais antigos trabalhadores da palma, portanto, tiveram experiência de trabalho infantil nas funções de colheita nesse cultivo (RAMÍREZ, 2012). Estes trabalhadores assalariados mais novos são resultado de múltiplas experiências de expropriação e expulsão da terra, atreladas ao conflito armado e seus atores (guerrilha, paramilitares, traficantes e exército), e ao avanço de monocultivos como a palma de azeite.

Para considerarmos o contexto do conflito armado, segundo os dados oficiais, em 2014, se contabilizavam 6.459.501 de deslocados pelo conflito, entre os quais haviam camponeses expulsos da terra, bem como afrodescendentes e indígenas expulsos de suas formas coletivas de propriedade, entre outros. Do total de deslocados, 1.211.286 eram jovens entre 18 e 26 anos, ou seja, 18,7%, o que nos indica a importância da mobilidade desses expulsos e ameaçados como força de trabalho para o capital do agrohidronegócio. Tudo isto, lembrando que os territórios da palma têm sido foco de ação da espoliação paramilitar (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2016; SABOGAL, RIVEROS, *et al.*, 2015; MINGORANCE, MINELLI, *et al.*, 2004).

Deste modo, o protagonismo da mobilidade da juventude para as plantações de palma de azeite atrela a expropriação da terra por via coercitiva ou jurídica, assim como por expulsão produzida pelo cerco feito pelos monocultivos às comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes, e ainda, o desemprego rural e as condições de vida precárias nas zonas palmeiras do Norte e outras regiões do país. A conjunção desses

fatores e outros pessoais, levam a esses trabalhadores mais novos a migrarem para os “*llanos*” em busca de uma oportunidade de melhor salário ou de escape diante do perigo constante de serem assassinados. Levam suas esperanças e habilidades para o trabalho no corte e colheita de fruto de palma, e isto é um diferencial que garante que possam trabalhar em qualquer plantação dos *llanos* por terem experiência. Enfim, a migração destes trabalhadores foi funcionalizada pelo capital para resolver a falta de força de trabalho “especializada” nas novas áreas plantadas da Orinoquia colombiana (ACUÑA, 2008).

Os jovens rurais comparecem nessa totalidade representada pelos dois recortes territoriais como a geração que é explorada na fase mundializada do agrohídronegocio, portanto, como parte do precariado (BRAGA, 2012, p. 18-19). Ou seja, são parte integrante da classe trabalhadora que vivenciam o desenvolvimento desigual das condições de exploração, controle e exclusão operadas nos países de capitalismo periférico, integrado à fase de mundialização do capital no regime alimentar corporativo e sua fase alimentar-financeiro-energética.

Os jovens comparecem como uma geração da classe trabalhadora, descortinando mais um elemento da transversalidade de classe no avanço territorial do agrohídronegocio no século XXI. A relação geração e trabalho aparece através das idades como indicador da capacidade de trabalho, a qual remete às habilidades para as funções agroindustriais de acordo com as necessidades das empresas do ramo. Portanto, coloca-se em consideração a mobilidade do trabalho para a exploração capitalista de algumas características corporais (dispêndio de energia e saúde) e sociais (vulnerabilidade, qualificação, local de moradia etc.) dos sujeitos.

É nesse contexto que emerge o complexo de relações que sustenta o movimento de (des)realização do trabalho, e que abordamos no Capítulo 3, sob as atenções dos desdobramentos da dupla capital-Estado para explorar a classe trabalhadora. Com base nesse entendimento, na segunda parte desta tese comparece a outra face da tríade capital-Estado-trabalho, por meio da análise da mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais, configurada pelo processo de expropriação/desterração, exploração e controle que os sujeita aos territórios do agrohídronegocio dos cultivos flexíveis, e, portanto, à acumulação de capital mundializado.

PARTE 2

A MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO DE JOVENS RURAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO) E NOS DEPARTAMENTOS DE META E CASANARE (COLÔMBIA)

Caldo de cana

Nação Zumbi

Compositor: *Jorge Du Peixe & Dona Cila*

Eu decido é agora
Feito de caldo de cana
Eu vou admirar
Admiral o mundo novo
Eu vou, eu vou
Eu decido é agora
Feito de caldo de cana
É a cana caiana
Meu destino é agora
Feito de cana
Meu destino é agora
Feito caldo de cana
Eu vou...
Eu nunca fui comprado
Nem tão pouco, vendido
Nunca fui pré-datado
Ainda não tô vencido
A ilusão vem de fora
O sujeito se engana
Quando o tempo demora
A saudade lhe chama
Eu nunca fui comprado
Nem tão pouco, vendido
Eu nunca fui pré-datado
Ainda não tô vencido
A ilusão vem de fora
O sujeito se engana
A mentira é certa
E a verdade insana...

CAPÍTULO 4 – A MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO DA JUVENTUDE RURAL

Neste capítulo apresentamos a construção conceitual da Mobilidade Territorial do Trabalho, fundamentada, pois, no percurso histórico e teórico do conceito, originariamente utilizado por autores oriundos das ciências sociais, bem como com as constatações recentes que vimos contribuindo por meio das nossas pesquisas (ALVES, 2014; PERPETUA, 2012). Posteriormente, colocamos a nossa proposta conceitual da mobilidade territorial do trabalho, pautada pela Geografia do trabalho que estamos ajudando a construir, e a análise da dinâmica territorial que decorre como consequência da reestruturação produtiva no âmbito do capital do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis. Assim, baseados na centralidade do trabalho para a geografia, acrescentamos ao nosso conceito elementos para uma crítica fundamentada do sociometabolismo do capital, ancorada na análise territorial da relação estrutura-sujeito.

Na sequência, comparece a definição de juventude rural atrelada à mobilidade territorial do trabalho. Nossa proposta está subsidiada pela revisão geral da abordagem acadêmica através de estudos, artigos e publicações sobre jovens rurais, focados nas intercorrências do trabalho, êxodo e migração. Complementa-se de apontamentos para compreendermos as relações sociais e lutas nas quais está atrelada a juventude como geração, onde comparece como grupo social, espacial e temporalmente vinculada como transversalidade da classe trabalhadora.

4.1 A mobilidade territorial do trabalho e intersecções teóricas

A mobilidade do trabalho se apresenta como conceito basilar que se expressa na materialidade da subsunção do trabalho pelo capital, portanto, aspecto central para a análise processual da produção e exploração da mercadoria “força de trabalho”. Esse conceito, oriundo do referencial marxista, visa compreender o processo e o controle do trabalho através das mediações do capital para mobilizar os sujeitos entre territórios (migração), funções (polivalência), empregos (rotatividade), qualificações (formação/escolarização) e múltiplas formas individuais e coletivas de dominação

protagonizadas pelo capital, e o Estado para possibilitar a venda e exploração de força de trabalho.

Segundo Gaudemar (1977), a mobilidade remete às condições históricas do capitalismo, no que tange “à produção das forças de trabalho, à sua utilização no processo de produção, a sua circulação entre as diferentes esferas de atividade” (p. 192-193). Nesse sentido, ao aprofundarmos nessa seara estamos fazendo uma análise da contradição capital x trabalho, o que nos leva a construir referenciais críticos em dois níveis. O primeiro, do desenvolvimento histórico e contraditório do capital do agrohidronegócio, através das suas estratégias para se mover conforme o vaivém da acumulação flexível (HARVEY, 2005). O segundo, materializado na exploração e controle do trabalho, o que requer que procedamos na análise da degradação do trabalho, salientada no processo de produção, utilização e circulação da força de trabalho nas condições territoriais singulares.

Em consequência, nessa análise comparece a materialidade do controle do trabalho, constituído por todos aqueles mecanismos intrínsecos ao capital que configuram a pretensão de dominação total das condições sociais de produção, isto é, as formas organizacionais, mercantis, históricas e espacialmente determinadas. A dominação contemporânea do capital, segundo Alves (2011), comparece no local de trabalho, seja na usina, seja na área agrícola, na forma de inovações organizacionais atreladas ao Toyotismo, em sua difusão desigual e combinada junto ao taylorismo e ao fordismo, assim como de formas paternalistas de controle do trabalho. Além disso, atua fora do local de trabalho, ancorando-se na vida cotidiana do trabalhador, no campo da reprodução social, mostrando a unidade orgânica do sociometabolismo do capital (ALVES, 2011, p. 121).

Em suma, para compreendermos a mobilidade territorial do trabalho, é preciso termos em consideração os processos de mobilidade e territorialização do capital apresentados nos capítulos anteriores, o que nos permitirá aprofundarmos nas contradições destas mobilidades, pautadas pela leitura geográfica da mobilidade do trabalho.

Na primeira parte deste capítulo pontuamos o percurso histórico e teórico do conceito de mobilidade do trabalho, o qual teve como tema central as migrações campocidade, sendo que nesse decurso, comparece a contraposição entre autores filiados às teorias liberais neoclássicas e autores baseados nas correntes marxistas. Posteriormente, colocamos a nossa proposta conceitual sobre mobilidade territorial do trabalho, pautada

pela Geografia do trabalho e a análise da dinâmica territorial enquanto reflexo da reestruturação produtiva no âmbito do capital do agrohidronegócio na América Latina. Baseados na centralidade do trabalho para a geografia, acrescentamos ao nosso conceito elementos para uma crítica fundamentada no sociometabolismo do capital, fundada na análise territorial da relação estrutura-sujeito.

4.1.1 A mobilidade do trabalho: Percursos do conceito e disputas

Ao adentrarmos na história de um conceito estamos nos propondo à leitura crítica dos posicionamentos acadêmicos e políticos, inerentes à produção científica e seus desdobramentos nos modelos de desenvolvimento agenciados pelos sujeitos e instituições sociais (Estado, Universidade, Movimentos Sociais, Sindicatos etc.).

Derivado dessa proposta analítica, consideramos que o conceito de mobilidade do trabalho aparece nas ciências sociais como uma ferramenta analítica para entender a migração, especialmente a migração interna, no sentido campo-cidade, alicerçada pela ruptura estrutural produzida pelas forças sociais e econômicas desencadeadas pelo capitalismo desde o século XVIII. Nesse sentido, comparecem os sujeitos sociais associados a esses deslocamentos, como campesinato e as comunidades tradicionais originárias, identificados como força de trabalho móvel, migrante. Ou seja, como população gerida pelo Estado e o capital para transformá-la em força de trabalho e exército industrial de reserva, passível de deslocamento para os centros urbanos no sentido campo-cidade, assim como, campo-campo.

Destacamos que a mobilidade tem sido analisada sobretudo como migração, especialmente como migração interna. É, nessa seara que foram revisadas a produção e utilização do conceito pelas duas vertentes de análise ou escolas desde o início do século XIX. Não obstante, na parte final ampliaremos a mobilidade para as outras duas dimensões propostas por Gaudemar (1977), a dimensão profissional e a dimensão produtiva.

A primeira escola é a **neoclássica**, herdeira da teoria clássica da economia e da teoria demográfica de Malthus, a qual considera a migração como efeito de atração-repulsão (*push-pull*) vinculada ao crescimento demográfico e sua influência no aumento dos preços dos alimentos e salários. Decorrente desses fundamentos, no final do século XIX, Georg Ravenstein, geógrafo inglês, propôs as leis da migração interna produzida pela urbanização e industrialização das sociedades. O autor inseriu no modelo teórico

variáveis independentes de tempo (durabilidade), espaço (distância), posição social (sexo) e fatores de inovação como a apropriação social da tecnologia. Já em meados do século XX, nessa mesma linha de análise, Everett Lee acrescentou variáveis focadas nas áreas de expulsão e propôs hipóteses sobre o volume da migração e os fluxos, entre outros aportes (BECKER, 1997, p. 326-327).

Outro geógrafo destacado e influente nessa escola é o estadunidense Wilbur Zelinski, que cunhou em 1971 a hipótese fundada na relação entre a migração e o desenvolvimento, entendido como modernização das sociedades. A hipótese explicitava que “há regularidades no crescimento da mobilidade pessoal através do espaço-tempo durante a história recente, e essas regularidades compreendem um componente essencial do processo de modernização” (p. 222, tradução nossa). O que significa que a mobilidade é entendida como medida da desterritorialização para a modernização capitalista das sociedades, tanto pelo deslocamento populacional enquanto equilíbrio espacial, quanto pela mobilidade social ascendente das camadas inferiores.

A migração segundo os neoclássicos é positiva, ressaltando o deslocamento de indivíduos no espaço geográfico por razões econômicas, fazendo uso da sua liberdade positiva ou liberdade jurídica, produto do uso de sua racionalidade de custo-benefício para procurar melhores condições de vida ou de investimento.

O migrante significa (...) um portador de trabalho, fator produtivo que, em combinações adequadas com a terra e o capital, apresenta interesse para os processos de desenvolvimento econômico. O espaço pode ser tido, para os neoclássicos, como “equilibrado” ou “desequilibrado”, conforme a combinação de fatores esteja mais ou menos próxima de um determinado ‘ótimo’ (PÓVOA-NETO, 1997, p. 15).

Esse estilo de pensamento entende o desenvolvimento desigual como dual, reconhecendo a existência de setores atrasados (comunidades originárias e tradicionais, campesinato, marginais urbanos), e um setor moderno, vinculado à indústria urbana, e atualmente no âmbito do agrohidronegócio. A migração comparece nesse dualismo como mecanismo de equilíbrio, portanto, manifesta-se como fluxo de ajustamento e um indicador dos níveis de progresso.

Em síntese, o foco da escola neoclássica é a “mensuração dos fluxos demográficos” e as “características individuais dos migrantes” sobre o espaço geográfico homogêneo, ou tendente à estabilidade. Os estudos espaciais nessa perspectiva utilizam

métodos estatísticos para a explicação dos fluxos (linhas) e aglomerações (pontos) (BECKER, 1997, p. 323).

A segunda escola tem o seu patamar na teoria marxista e é denominada de **histórico-estrutural** (BECKER, 1997; PÓVOA-NETO, 1997; ORTIZ, s.d.). As diferenças em relação à escola neoclássica estão na concepção do progresso como modernização, na racionalidade do indivíduo como motor da migração e na tendência ao equilíbrio espacial da população se projetando ao progresso histórico linear, isto é, à industrialização e à urbanização das sociedades. Na escola histórico-estrutural entende-se que a tendência do capital para gerar excedentes de força de trabalho (exército industrial de reserva) não produz equilíbrio nenhum, ao contrário, arranja as condições desiguais nas quais o capital se valoriza através do controle e degradação do trabalhador, no âmbito da desigualdade estrutural pautada pela dominação de classe.

Na sociedade de classes a subsunção do trabalho ao capital está mascarada pela liberdade positiva, ou seja, a liberdade formal de possuir a propriedade privada, no caso do trabalhador, da sua força de trabalho. Nesse sentido, a aparente igualdade jurídica e econômica dessa relação é regulada pela exploração e controle exercidos pelo capital e o Estado, normatizada através das leis e políticas que garantem a propriedade privada e a troca das mercadorias (por exemplo, o contrato de trabalho), e a dominação viabilizada pela interiorização individual da cultura da desigualdade (MÉSZÁROS, 2007, p. 191). A igualdade formal, como colocado, é o fundamento positivo da liberdade moderna no sentido burguês, segundo Marx (2010), como direito humano que reproduz o indivíduo limitado a si mesmo, como possuidor de propriedade privada, a qual é garantida institucionalmente pelo Estado.

A escola histórico-estrutural sinaliza que a interpretação neoclássica corresponde a uma leitura mecanicista e teleológica da história, a qual, segundo os autores neoclássicos, está pautada pelo desenvolvimento hegemônico do capital. A contraproposta é que a história é um processo não linear estruturado pela materialidade das forças dialéticas da sociedade de classes. Assim sendo, a escola estrutural-histórica faz uma mudança na análise ao interpretar a história como processo dialético, além disso, critica o pressuposto de “racionalidade” do indivíduo isolado, procurando suas próprias vantagens [liberdade positiva]. Desse modo, coloca o processo histórico como um conjunto de estruturas dinâmicas que alicerçam e forçam a mobilidade do trabalho, ancoradas nas formas de acumulação primitiva e controle da força de trabalho pelo capital. Desse modo, configura-se a maior ou menor propensão à migração dos grupos e

classes sociais [liberdade negativa]. Portanto, a migração passa a ser compreendida com base na heterogeneidade pautada pela “existência de organizações sócio-espaciais específicas” (PÓVOA-NETO, 1997, p. 19).

Na segunda parte do século XX, essa escola se complementa com a proposta de Gaudemar (1977). O autor, através da análise aprofundada da obra de Marx e a crítica aos neoclássicos, defende que há diferentes dimensões que constituem a produção histórica da mobilidade forçada da força de trabalho. Destarte, a escola histórica estrutural ganhou com Gaudemar o entendimento da mobilidade como desdobramento do poder estrutural do capital, e do Estado para gerir a subsunção do trabalho, e juntamente garantir sua valorização. De tal modo, a mobilidade vai encampar o processo da mercadoria que é levada ao mercado para ser comprada sob o controle do capital, ou seja, sua produção, utilização e circulação (p. 192).

4.1.2 Entendimentos para uma mobilidade territorial do trabalho

A relação capital x trabalho é uma relação de poder na qual intervêm a estrutura político-jurídica e o controle dos meios de produção para a expropriação de terra e outros recursos territoriais, entre os quais comparece o trabalho explorado ou subordinado. Essa relação, na nossa pesquisa, está historicamente atrelada à multiescalaridade da mundialização do capital no âmbito do regime alimentar corporativo e à acumulação flexível.

Como relação de poder está atravessada pelas relações de classe, as quais colocam a dupla capital-Estado em vinculação dialética com a classe trabalhadora, baseadas, pois, nas formas repressivas e consensuais, físicas e ideológicas, para a valorização do capital, exercendo a direção moral, intelectual e política da sociedade, ou seja, o poder como

[...] forma aberta e massiva contra as lutas sociais que transgridam os limites da propriedade privada e da ordem burguesa, e de forma molecular e oculta organizando e disciplinando o funcionamento cotidiano dos diversos centros de poder capitalista (BOITO JR, 2007, p. 25)

De tal modo, o poder é a relação central na produção de territórios (HAESBAERT, 2011). Dito poder, segundo Raffestin (1996, p. 143-145) é uma ação que forma ou projeta o território como uma apropriação do espaço, seja de maneira concreta com plantios, rodovias, plantas de agroprocessamento etc.; ou abstratamente, como representação, p.ex.

com os zoneamentos ambientais que disponibilizam uma porção representada do espaço com recursos territoriais que garantem a exploração capitalista. Ambos os processos, material e ideologicamente, transformam o valor de uso do espaço em valor de troca no território.

O território é uma síntese contraditória dos entraves materiais e ideológicos do modo de produção, no qual o capital busca se valorizar. Por sua vez, o Estado cumpre a função de regulação e a classe trabalhadora é explorada, deste modo, subsiste e resiste como parte das relações de produção no território, sendo assim, uma construção histórica, resultado da luta de classes (OLIVEIRA, 2009; RAFFESTIN, 1996). Deste modo, o território são as relações sociais historicamente determinadas e localizadas no devir do desenvolvimento das forças produtivas em contínua relação com a natureza.

As forças vivas atuantes na luta de classes que intervêm na apropriação do espaço constituem a territorialização, ou seja, constituem o elemento processual das relações sociais que se referem à apropriação e representação, material e abstrata do espaço por um ou vários atores. No sentido dialético, não há uma apropriação total, ainda que hegemônica, desse espaço territorializado. Como salientado por Souza (1995, p. 99), o território existe, entanto este é reflexo de “*relações de poder delimitadas e operando sobre um substrato referencial*”, eis as territorialidades como dinâmica relacional do diverso nas quais emergem e se esvaecem as disputas territoriais (SOUZA, 1995; FERNANDES, 2008; RAFFESTIN, 1996).

A dinâmica histórica e relacional que constitui o território é expressiva nas formas de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR), ou seja, no movimento histórico e na capacidade destrutiva/criativa do processo de valorização do capital. A mobilidade, de acordo com Haesbaert (2011), não se refere apenas como desterritorialização materializada no deslocamento (migração), como saída, expulsão do próprio território ou atração coletiva/subjetiva de outro território. Pode-se dar uma desterritorialização “através da ‘imobilização’ no mesmo território, pelo simples fato de que os ‘limites’ do território, mesmo quando mais claramente estabelecidos, são produto de uma relação de poder, na qual outro pode se impor de modo violento ou via consenso” (HAESBAERT, 2011, p. 237).

Eis a multidimensionalidade da mobilidade do trabalho, podendo implicar tanto a mobilidade espacial ou migração, quanto a mobilidade através da dimensão profissional, obrigando os sujeitos a se qualificarem nos circuitos educativos ou de formação ofertados no território. No nosso entender, essa mobilidade-imobilidade que envolve a TDR está

atravessada pelo conceito de mobilidade do trabalho de Gaudemar (1977), ou seja, a capacidade de subsunção do trabalho ao capital, que se desenvolve na territorialização do capital para materializar e representar a divisão territorial do trabalho. Ou seja, nos territórios do agrohídronegócio se reproduz a relação social de troca da força de trabalho explorada ou de subordinação do trabalho oriundo de formas não totalmente capitalistas, como a camponesa ou de comunidades tradicionais.

A mobilidade do trabalho expõe, por conseguinte, o uso capitalista do trabalho, não apenas pela quantificação da mais-valia ou renda extraída, mas pelos dispositivos que produz para controlar territorialmente o trabalho individual e social. Assim, a mobilidade faz parte dos dispositivos de controle da economia política

[...] assegura a repartição dos indivíduos no espaço e a distribuição dos papéis funcionais dos diferentes espaços, enquadra e codifica as atividades, estende as estratégias de desenvolvimento e as táticas de equilíbrio, manobra, põe a funcionar todas as forças de trabalho (GAUDEMAR, 1977, p. 50)

Esses dispositivos atravessados pela mobilidade assinalam três dimensões

Na sua dimensão espacial, ela assegura a repartição dos indivíduos no espaço, na sua dimensão profissional, constitui o postulado implícito de toda nomenclatura dita homogênea, portanto de toda a codificação das atividades; na sua dimensão produtiva mais geral, ela conduz a todos os processos pelos quais o capital dispõe das forças de trabalho e as usa na multiplicidade dos processos de extorsão da mais-valia tanto absoluta quanto relativa (ibid., p. 51)

Tais dispositivos são formas de controle construídas pelo Estado e o capital, atreladas ao entendimento da mobilidade como um assunto de população ou capital humano, representando a sua quantidade, qualidade e disponibilidade espacial, ou seja, como um recurso territorial que representa um custo, revelado como capital variável. Segundo Raffestin (1996), esse é o poder moderno tentando governar a população através da contagem (recenseamento) e da regulação dos fluxos naturais (natalidade, morbidade e mortalidade) e espaciais (imigração, emigração e migrações internas). Além dessas mediações políticas da organização espacial da população, há outras que estão na base da acumulação primitiva e que remetem à expropriação da terra, bens comuns ou meios de produção, pautadas pela lei e a força para disponibilizar a população transformada em força de trabalho “livre” ou trabalho subordinado (MARX, 2013; HARVEY, 2005).

O trabalho como recurso territorial passível de exploração/subordinação é, neste sentido, parte dos movimentos concretizados pela ação simultânea da estrutura social de

classes e a dinâmica territorial, ou seja, faz parte do que Thomaz Junior (2013, 2017, p. 31 e 176) denomina de movimento territorial de classe, no qual a classe trabalhadora é objeto das formas multifacetadas e degradantes de exploração e subordinação, e consentaneamente, protagonista das lutas e resistências.

A mobilidade do trabalho faz parte da temporalidade e espacialidade da valorização do capital, no nosso caso, do regime de acumulação e seus reflexos no regime alimentar corporativo na fase do capital mundializado. Portanto, desvela os modos como o capital tem reestruturado as formas para se valorizar, simultaneamente ao processo produtivo e às relações de produção. Neste cenário, a Geografia do trabalho tem se interessado por compreender essa reestruturação e seus desdobramentos para a classe trabalhadora, analisando as “profundas alterações no espaço e no território (enquanto categorias de uso interligado)”, para captar o movimento através das suas contradições (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 6).

Esse arcabouço teórico subsidia nossa compreensão da mobilidade do trabalho como uma relação de poder que se configura em um campo de forças dialético, que apropria e representa o espaço como o objetivo de disponibilizar o trabalho para a valorização do capital. Em concordância com isso, e com a intenção de elencar o viés espacial do controle e da exploração do trabalho, sugerimos o conceito de mobilidade territorial do trabalho produto das relações de poder, ancoradas na dialética capital x trabalho no âmbito do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis.

Dessa forma, poderíamos sinalizar que a mobilidade territorial do trabalho na América Latina tem sido interpretada por alguns autores das duas vertentes apresentadas, como soma e como perda, tanto demográfica ao se transferir espacialmente população, ou cultural, como perda de uma identidade vinculada com a origem territorial (ORTIZ DE D´ARTERIO, 2007; LARA FLORES, 2006). Na vertente mais próxima à demografia, o deslocamento espacial foi vinculado à saída e perda quantitativa de população do campo, transferida quantitativamente como uma adição para a população urbana, portanto, o êxodo ou migração campo-cidade refletem os impactos do desenvolvimento capitalista nessa transferência de população. Já, no que tange aos autores marxistas, a migração campo-cidade foi interpretada como expressão do processo de proletarianização e descamponização, acrescida da perda de identidade ou alienação, produto da saída/expulsão da terra no sentido qualitativo (LARA FLORES, 2006; THOMAZ JUNIOR, 2006; SALGADO, 2004). Isto é, nessas vertentes a mobilidade tem

sido analisada, mormente, como desterritorialização, como perda alicerçada pelas destrutividade quantitativa e qualitativa do capital na polaridade campo-cidade.

O território nessas interpretações comparece como contíguo e com limites fixos, ou seja, uma sequência de posições (pontos) produzidas pelas relações de poder para movimentar pessoas (SOUZA, 1995). Além disso, as leituras focadas na passagem de camponês para proletário ou na migração/êxodo demográfico sinalizam, mormente, a desterritorialização, e deixam de lado as formas complementares de territorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2011). Eis a necessidade de fazermos uma utilização mais dinâmica do conceito de território e os movimentos territoriais os quais pretendemos desvendar. O notado aumento e diversidade das migrações campo-campo, por conta da expropriação e assalariamento no agrohidronegócio, ou em empregos de serviços (turismo, comércio etc.). Assim emergem as mobilidades da classe trabalhadora no contexto do mundo do trabalho e suas mudanças pautadas pela precarização e degradação do trabalho, com indicadores, tais como o aprofundamento do desemprego e a temporalidade descontínua do emprego (tempo parcial, temporários, safrista etc.).

Nessa sequência, é importante trazer a interpretação sobre a classe trabalhadora ampliada proposta por alguns autores (THOMAZ JUNIOR, 2009; ANTUNES, 2009), salientando a centralidade do trabalho na leitura da mobilidade territorial, no nosso caso, ancorada na mobilidade de jovens pelo capital do agrohidronegócio da cana-de-açúcar e da palma de azeite. Nessa perspectiva, emergem outros sujeitos sociais e sua relação ontológica com o trabalho (THOMAZ, 2013), por exemplo, no campo, teremos uma diversidade de sujeitos atingidos pela mobilidade forçada, atrelada à expropriação de terra, água e recursos naturais, além das forças sociais que configuram os mercados de trabalho, inclusive, com sua outra face, o desemprego. Portanto, surge uma diversidade de sujeitos da classe trabalhadora que põem em questão o entendimento dualista do operário assalariado de um lado, e do outro o camponês, assentado, indígena, quilombola, afrodescendente, trabalhador autônomo, ambulante, intermitente etc. (THOMAZ JUNIOR, 2017, 2006).

O esforço de compreendermos a classe trabalhadora ampliada se adere às propostas de Antunes (2009, 2018), e Thomaz Junior (2006, 2009, 2013, 2017) para descortinar a materialidade do ser social que trabalha diante a reestruturação do capital, visibilizando os sujeitos que estão em outros campos diferentes ao dos operários industriais, sem deixar estes últimos de fora. Afinal, são elencadas as relações pautadas pela precariedade, flexibilidade em inúmeras adjetivações que remetem à diversidade de

atividades produtivas e não produtivas, materiais e imateriais, que compõem o metabolismo do capital contemporâneo (ANTUNES, 1999, p. 103).

A esse respeito Thomaz Junior (2006) sinaliza que a reestruturação produtiva acarretou a necessidade de compreender as dimensões qualitativa e quantitativa dos sujeitos da classe trabalhadora, inclusive, aqueles que estão subordinados. E prossegue

A reestruturação produtiva do capital produz então, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, bem como atinge expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialmente capitalistas. Apesar da sua forma clássica se expressar no assalariamento, também se estende aos trabalhadores por conta própria, para os autônomos, para os camponeses. Na qualidade, pois, de elemento subordinado ao sistema de trocas, o trabalho estranhado está aprisionado às determinações da sujeição da renda da terra ao capital, à propriedade privada e a toda estrutura social do edifício da dominação de classe e do destrutivismo intrínseco ao modo capitalista de produção (THOMAZ JUNIOR, 2006, p. 147)

Essa proposta analítica foca nas formas de movimentação desses sujeitos para serem inseridos e mantidos no processo de trabalho do agrohidronegócio. Tematicamente se interessa pelas relações de produção, as formas de exclusão, o controle e a superpopulação ajustada à notável degradação do trabalho, expressa pelos empregos flexíveis, precários, a alta exposição ao risco dos agrotóxicos e acidentes de trabalho, a exaustão, os tipos de arregimentação e contratação, a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, também pelas formas de controle via mercado de trabalho e a intermediação (gatos, turmeiros, contratistas ou coyotes) etc. (THOMAZ, 2009; LARA, 2006; MORAES; 1998). O notado interesse por essas novas identidades faz comparecer a força estrutural mundializada do agrohidronegócio para alicerçar a mobilidade territorial do trabalho através da expressão subjetiva do impasse ou dilema de classe (THOMAZ JUNIOR, 2006). Ou seja, a decisão de se manter no trabalho familiar da/na terra ou se assalariar como trabalhadores temporários, safristas ou integrados, entre outros, vivenciando a degradação do trabalho, sob diversas dimensões. A começar pela limitação dos direitos, a instabilidade no emprego, rotatividade, ou a exigência de polivalência, a exposição aos riscos, adoecimentos, mutilações, passando pelo desemprego, até o descarte e a morte.

Portanto, dessa necessária ampliação do entendimento da classe trabalhadora, comparecem perguntas que colocam em destaque quais são os sujeitos sociais imersos nas múltiplas formas da mobilidade territorial do trabalho na fase atual do

agrohidronegócio dos cultivos flexíveis. Essas perguntas visibilizam a heterogeneidade da classe trabalhadora precarizada, explorada e suas transversalidades (gênero, geração, raça, etnia), transformadas em qualidades ou singularidades sociais dos sujeitos mais vulneráveis (DA PONTE, 2014; HIRATA, 2014; PIÑEROS, 2014; REIGADA, 2014; THOMAZ JUNIOR, 2013; MORAES SILVA, 2010, ANTUNES, 2009, VASAPOLLO, 2007). De tal modo, as transversalidades constituem o aprofundamento e complementariedade das relações de classe, as quais entrecruzam a classe com o gênero, a geração, a raça e a etnia na dinâmica territorial do trabalho (MORAES SILVA, 1998, p. 134).

4.1.3 A centralidade da mobilidade territorial do trabalho nas disputas de classe no século XXI

A mobilidade territorial do trabalho no capitalismo é subordinada estruturalmente pelo movimento totalizador que caracteriza o capital. Ou seja, é reflexo da dominação capitalista das condições de (re)produção e exploração do trabalho de homens e mulheres. Segundo Gaudemar (1977), a mobilidade é uma qualidade essencial da força de trabalho aproveitada pelo capital, que vai além da forma dos fluxos existentes nos deslocamentos de uma esfera para outra, isto é, coloca ênfase nos deslocamentos que constituem a migração, assim como nos deslocamentos ao interior da profissão, habilitação, função etc. Portanto, ancora-se na análise do uso do trabalho pelo capital, desvendando a face escondida no plano social e político da produção do espaço pelo capital (GAUDEMAR, 1977, p. 15-16; MOREIRA, 2009, p. 58).

A mobilidade, antes de tudo, é uma qualidade essencial da força de trabalho, aquela que possibilita a sua utilização intensiva e extensiva pelo capital. Nosso autor opta por utilizar esse conceito querendo superar noções como elasticidade (mormente utilizado pelos autores neoclássicos), que enfatizam a capacidade de mudança de forma nos termos de um desejado equilíbrio de mercado, mas não dá conta da deformação que resulta da exploração (GAUDEMAR, 1977, p. 15-16). Todavia, afirma que o conceito de plasticidade tem em conta a possibilidade de receber diferentes formas, só que o autor afirma que apenas refere-se a uma determinação externa que a modifica e, além disso, “elimina das suas evocações os deslocamentos espaciais”, entendidos como os movimentos que são produtos da migração, seja interna ou internacional.

Ao nosso entender a mobilidade e a plasticidade são conceitos que dão conta de fenômenos oriundos da teoria marxista (MEZZADRA, 2014; THOMAZ JUNIOR, 2013, 2009; BRAVERMAN, 1977, GAUDEMAR, 1977). Ambos demonstram a potência intrínseca no trabalho como valor de uso transformado em valor de troca, sendo que no sentido geral, é a compra de capacidades físicas e/ou psíquicas, avaliadas pelo capitalista como características desejáveis do capital variável que precisa.

A respeito da potência do trabalho, Braverman (1977) destaca:

O trabalho humano (...) é susceptível de vasta gama de atividades produtivas. Os processos de trabalho ativo que residem em *potencial* na força de trabalho dos homens são tão diversos quanto ao tipo, modo de desempenho etc. que para todos os fins práticos podem ser considerados infinitos, tanto mais que novos modos de trabalho podem ser facilmente criados mais rapidamente do que serem explorados. O capitalista acha nesse caráter infinitamente plástico do trabalho humano o recurso essencial para a expansão do seu capital. (BRAVERMAN, 1977, p. 57, grifo nosso)

Salientamos que no momento da compra-venda da força de trabalho, apresenta-se como “força em potência”, com capacidades quase infinitas de uso, não como “força em ato”, ou como uma força com todas as suas possibilidades definidas. O que faz o capitalista é exercer o controle para intensificar essa potencialidade pretextando extrair a mais-valia, todavia, forçando os limites individuais da própria natureza humana dos corpos e psique dos trabalhadores, chegando até a sua degradação (MEZZADRA, 2014, p. 93).

Contudo, a relação social de compra-venda da potência do trabalho se ancora nas condições da formação social para valorizar o capital, “onde os meios de produção se dispõem na distribuição territorial adequada à reprodução e encarnam a própria forma como a segunda natureza se modeliza como condição de produção” (MOREIRA, 2009, p. 50). Em conclusão, temos que a mobilidade do trabalho é reproduzida territorialmente no processo através do qual o capital se valoriza e exerce controle (total ou parcial) nas três esferas da força de trabalho: reprodução, uso e circulação.

A primeira esfera comparece como o uso dessa força no processo de trabalho capitalista, mediada ora pelo contrato, ora pelo acordo ajustado aos costumes. Embora essa relação seja produto de forças históricas objetivadas na destruição criativa (acumulação primitiva ou por espoliação) e/ou estranhamento da esfera da reprodução do trabalho vivo. Ao mesmo tempo, ela se projeta no tempo e no espaço como circulação, ou melhor, como mobilidade, alicerçando deslocamentos espaciais individuais e coletivos

em busca de emprego, de formação para ficar, se adaptar e/ou mudar de setor ou função, ou mesmo como imobilidade atrelada ao desemprego e descarte, entre outras.

Na nossa pesquisa, comparece o assalariamento da força de trabalho de jovens rurais pelo capital do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis na América Latina, territorializado através do pretendido controle da terra, da água e outros recursos territoriais, e, coincidentemente, domínio da população local e migrante, sem distinção se são trabalhadores, se moradores. O avanço territorial do capital supõe, mormente, a destruição/deslocamento de modos de vida oriundos das vivências históricas das comunidades originárias, tradicionais, camponeses, indígenas etc., forçando os sujeitos ao assalariamento, à subordinação, à busca pela subsistência individual e coletiva.

Tudo isso leva-nos à realidade de expropriação objetiva e subjetiva da classe trabalhadora, o que, segundo Thomaz Junior (2013), nos possibilita uma compreensão da dialética intrínseca das relações de trabalho

[...] vinculadas às ações políticas, econômicas, estratégicas que asseguram ao capital, ao Estado, condições para o efetivo controle e dominação de classe, quanto também expressão de ações que o identifica como protagonista da superação da exploração, dominação e controle do capital (THOMAZ JUNIOR, 2013, p. 4)

Enxergar a relação social municia a observação não só do processo de trabalho capitalista em geral - como inserção abstrata da classe trabalhadora na divisão técnica do trabalho e a extração de mais-valia -, mas também possibilita-nos o discernimento da síntese histórica e espacial das contradições existentes no trabalho estranhado, via mediações de segunda ordem. Nesse sentido, estamos voltados para o entendimento do lugar de trabalho em contínua interligação com as instâncias da reprodução social, cada vez mais, sob controle do sociometabolismo do capital. A esse respeito Alves (2011, p. 90) explica que o capitalismo contemporâneo direciona-se com grande interesse à esfera da reprodução, sendo assim expande um sistema manipulatório que se reproduz material e simbolicamente através de instituições e práticas voltadas para o mercado, fundamentadas na ideologia. Em consequência, o sujeito defronta o mercado como a única realidade na qual, individualmente, poderá melhorar o seu nível de vida.

Essa é a captura da subjetividade que constitui o controle do trabalho, trazendo como resultado múltiplas mobilidades pautadas pelo desemprego estrutural, exigência de formação/educação, migração, rotatividade que trazem adoecimento, exclusão, descarte. Esse é o mal-estar do trabalho, que se atrela aos medos construídos pela ameaça constante

de perda do emprego, de baixa qualificação, que obrigam ao sujeito trabalhador entregar grande “parte de sua vida social para viver do trabalho e para o trabalho assalariado, aceitando condições de precarização da vida” (ALVES, 2011, p. 90 *et seq.*).

Teórica e metodologicamente, inferimos que a mobilidade territorial do trabalho se apresenta como relação de trabalho no mercado, o que não se esgota só no viés da relação econômica, por conseguinte, o conceito é abrangente, para desvendar as contradições oriundas da relação capital x trabalho nas esferas da reprodução e circulação. Por conseguinte, como indicado por Marx (2013), “a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado, na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho” (p. 314). Essa relação social está expondo a mobilidade do capital e a mobilidade do trabalho, acarretando as múltiplas determinações históricas e espaciais que atuam na política, economia, cultura e produção de sujeitos, as quais levam a enfrentar o vendedor, ou seja, o indivíduo estranhado que vende a sua força de trabalho para o capitalista.

No entanto, existe outra relação de trabalho que não pesquisamos e comparece em diferente modo nos territórios do agrohídronegócio. Nessa relação o vínculo entre capitalista e o camponês, ou sujeito de comunidades tradicionais, é denominado de integração, o que significa a subordinação por meio da venda do produto do trabalho na terra, para o capitalista (BARTRA, 2006).

Nessa sequência, capitalistas e classe trabalhadora se defrontam em uma relação de poder pautada pelo tripé capital-Estado-trabalho, na qual há exploração mediada pela expropriação e pela dominação. Eis o elo do poder como dialética controle-luta/resistência, o que para nosso referencial se coloca no plano das classes sociais, permitindo-nos observar os sujeitos de classe que comparecem de maneira relacional construindo a história e como construção da história (THOMPSON, 1991).

Nesse arcabouço apresentado recai nosso entendimento da Geografia do trabalho, fazendo a crítica da produção do território pelo capital do agrohídronegócio e seus interesses de controlar a biomassa, investigando nessa forma de expropriação de recursos territoriais na dinâmica contemporânea do mundo do trabalho. Todo esse construto comparece como movimento territorial de classe (THOMAZ JUNIOR, 2013, p. 12) que atinge a objetividade e a subjetividade da classe trabalhadora, entendidos como processos estruturais (objetivos) agenciados pelo capital para mobilizar a força de trabalho, e subjetivos, pois têm a ver com a manipulação e internalização da cultura da desigualdade substantiva (ALVES, 2007, p. 114; MÉSZÁROS, 2007, p. 191).

Sabedores disso, concordamos com o entendimento de Mészáros (2011) sobre a reprodução da desigualdade substantiva, mecanismo do sociometabolismo do capital caracterizado como:

[...] um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas (MÉSZÁROS, 2011, p. 188).

Alhures estabelecemos a sinonímia entre mobilidade e plasticidade do trabalho, mas no intuito de fazer uso teórico e metodológico desses conceitos no sentido relacional. Isso significa que a mobilidade e plasticidade ainda são entendidas como a potência contida na força de trabalho, e podemos utilizá-las como reflexo da dialética sujeito-objeto que comparece no território. Quer dizer, na relação onde, primeiramente, o capital apresenta-se como estrutura externa, objetiva, força esmagadora que se identifica como determinação estrutural, estabelecida e salvaguardada através das formas pelas quais expropria e internaliza nos indivíduos a sua “posição social” (MÉSZÁROS, 2007). Do outro lado, o sujeito de classe é determinado e determinante através da internalização da estrutura, não como processo mecânico, como simples reflexo do poder da estrutura, se não dinâmico, o que conduz a pensarmos de um lado a produção social, e do outro, as maneiras como o sujeito utiliza e representa os elementos que a sociedade nele incorpora.

O debate sobre essa dialética é muito rico e polêmico, mas podemos nos referenciar em autores que têm dado tratamento rigoroso e fundamentam nossa posição. No âmbito do estudo dos trabalhadores rurais podemos destacar a Moraes Silva (2010), que ressalva que por trás das “condições objetivas ou estruturais, há as ações dos indivíduos”, ou seja, há “uma relação estreita entre indivíduo e sociedade” que subsidia a construção de uma história social da classe trabalhadora, entrecruzando a “memória individual com a memória social, coletiva” (p. 23).

De modo igual, comparece a figura renovadora do marxismo de Thompson (1981), colocando ao lado da análise do desenvolvimento das formas do capital (estrutura histórica do modo de produção) a “experiência humana”. Nesse sentido o autor afirma:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica), das mais complexas maneiras (sim,

"relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada" (THOMPSON, 1981, p. 181)

A experiência de classe dos sujeitos faz transparecer os significados do material e do simbólico que estão presentes na relação de trabalho (DE LA GARZA, 2014). Essa experiência é fundamental para outorgar o protagonismo à classe trabalhadora ampliada, transcendendo, sem desmanchar, a definição que reificou a imagem do operário industrial urbano, ou trabalhador manual direto da fábrica. Como colocado por Antunes (1999), a reestruturação produtiva estende os limites dessa classe, a qual, "hoje incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho em troca de salário" e ainda mais, engloba aqueles "cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, seja para uso público, como os serviços públicos tradicionais, seja para uso capitalista" (p. 197). Nessa seara, também retomamos a proposta de Thomaz Junior (2009) de uma classe trabalhadora ampliada na qual participam além dos trabalhadores e desempregados, com suas entradas e saídas do mercado de trabalho (formal e informal), os camponeses e sujeitos oriundos de comunidades originárias e tradicionais (posseiro, extrativista, pescador artesanal, arrendatário/meeiro, faxinalense etc.), trabalhadores rurais e comerciantes, entre outros.

Todos estes sujeitos se encontram na urdidura da mobilidade territorial do trabalho, exercida pelas formas institucionais do capital e o Estado, comparecendo como força objetivada nas estratégias para subsumir/capturar o trabalho vivo. Decorrente disto, alguns autores têm proposto outras identidades para a classe trabalhadora, oriundas das condições impostas pela reestruturação do capital, as quais expõem a degradação do trabalho contemporâneo: terceirizados, integrados, assalariados, precariado, hifenizados, e infoproletários, entre outros (THOMAZ JUNIOR, 2009, 2013, 2017; ALVES, 2011; ANTUNES, 1999, 2018; BRAGA, 2012; SOTELO; 2015).

A respeito da importância teórica e política da subjetividade da classe trabalhadora, Thomaz Junior (2013) chama a atenção para construirmos uma referência epistemológica e crítica que apreenda as "dinâmicas territoriais vivenciadas pelos homens e mulheres que resistem à avalanche degradante e ao descarte iminente, típicos do desenvolvimento destrutivo do capital". Diante dessa tarefa emancipatória, propõe repensarmos a "gestão do capital sobre o tecido social", enfatizando a plasticidade do trabalho, enquanto expressão da "materialidade e da subjetividade" do movimento territorial de classe (THOMAZ JUNIOR, 2013, p. 22).

Ao tomarmos isso em consideração, encontramos que a plasticidade expressa a vivência subjetiva do trabalho, diversa e degradada pela flexibilidade, desemprego crônico, rotatividade e descarte. Portanto, a plasticidade reconstrói, metodologicamente, no mundo do trabalho, a experiência no nível do sujeito. Entretanto, a mobilidade reflete as forças estruturais do capital para expropriar, controlar e explorar a força de trabalho.

Eis a leitura geográfica do sujeito, que vivencia o movimento territorial de classe como momentos individuais de emprego-desemprego, com durabilidades difusas, deslocamentos em diferentes escalas para trabalhar e estudar, mudanças de emprego no tocante à função e ao setor econômico, adoecimento, desterroamento, e outras tantas experiências que formam parte da sociabilidade e socialização de classe como controle, luta e resistência (THOMAZ JUNIOR, 2013, 2017; ALVES, 2011; BOURDIEU; WACQUANT, 2005; THOMPSON, 1991; HELLER, 1987).

Assim, todo o arcabouço teórico e metodológico que apresentamos suporta duas reflexões. A primeira é o avanço na discussão teórica sobre a mobilidade territorial do trabalho, o que levou-nos à abordagem relacional da classe como estrutura e sujeito, o que sem dúvida subsidia o entendimento geográfico da expropriação-exploração-controle dos jovens rurais pelo agrohidronegócio. Decorrente disso, a segunda reflexão é retomar o conceito de trajetória como possibilidade de integrar os relatos de vida com a estrutura da mobilidade alicerçada pelo capital (PIÑEROS, 2014; MORAES, 2010; BOURDIEU, 2007). Esse recurso teórico construído no campo da sociologia, antropologia e história, com um forte referencial ao tempo, à história social e de vida, requer da categoria espaço para podermos ter um entendimento complementar. Para isso, a proposta de Soja (1993) contribui quando chama atenção sobre a interseção entre história, biografia e sociedade da teoria social crítica, a qual tem estado focada na experiência temporal do ser social, acrescentando a importância da experiência espacial, portanto, “essa ‘história de vida’ tem também uma geografia; tem ambientes, locais imediatos e localizações provocativas que afetam o pensamento e ação” (p. 21-22).

4.1.4 A mobilidade territorial do trabalho nos territórios do agrohidronegócio

Tendo como referência a conceituação da mobilidade territorial do trabalho, a situaremos no que tem a ver com o avanço do capital do agrohidronegócio dos cultivos

flexíveis, nos recortes territoriais pesquisados. Esse exercício nos possibilita constatar o papel da juventude rural como parte da classe trabalhadora

Consideramos que as três dimensões da mobilidade (espacial, profissional e produtiva), elencam como fato econômico, político e social, as formas como o capital controla e explora a força de trabalho (GAUDEMAR, 1977, p. 51). Ou seja, a dimensão espacial e suas escalas apresentam os deslocamentos ou localização da força de trabalho “livre” disponibilizada pela violência e o consenso. Entretanto a dimensão profissional que elenca as funções, cargos ou ocupações requeridas pelo capital. Do mesmo modo, atenta-se pela dimensão produtiva, concretizada no processo de trabalho e sua organização visando a extração de mais valia aumentando a produtividade do trabalho, p.ex. com a polivalência, o trabalho temporal etc.

As três dimensões se apresentam separadas e interligadas no mercado de trabalho. O mercado, é orientado por determinantes econômicos. Mas não apenas isso, também como uma relação social de troca constituída por elementos de caráter valorativo, que levam em consideração o controle, a dominação da concretude do trabalhador e suas características sociais como o gênero, raça, etnia, geração (HIRATA, 2014; MORAES SILVA, 1998; LARA FLORES, 1991), e que são indicadores de qualidades socialmente construídas para a exploração da potência da força de trabalho.

Diante disso, cada dimensão constitui, de maneira diferencial e entrecruzada, a territorialidade configurada pelo capital para sua reprodução. Essa articulação reflete as formas como procede a força estrutural do capital do agrohídronegócio para produzir sua territorialidade, articulada, pois, à mundialização da divisão territorial do trabalho pela acumulação flexível. Isto é, à divisão do trabalho existente nas CVG nas quais estão inseridas as *commodities* e agrocombustíveis (MORAES, GADEA, *et al.*, 2012; THOMAZ JUNIOR, 2009). Esse processo elenca formas antigas e contemporâneas de expropriação da terra, água e natureza, assim como o deslocamento de trabalhadores, a desqualificação do trabalho e as condições de trabalho degradantes.

Nesse sentido, a desterritorialização produzida pelo capital não supõe o controle total nem a supressão ou negação de outras territorialidades em disputa, expressivas da multiterritorialidade da luta de classes (PERPETUA e THOMAZ JUNIOR, 2014; HAESBAERT, 2011). A respeito da classe trabalhadora, essa multiterritorialidade é semeada pelo tempo e a experiência de classe (BRANDÃO, 2007; THOMPSON, 1991). Ou seja, a mobilidade como meio de subsumção do trabalho, como meio para tornar o sistema orgânico do capital uma totalidade (MÉSZÁROS, 2007), não consegue suprimir

ou controlar totalmente as experiências históricas e espaciais da reprodução da classe trabalhadora.

Assim, a territorialidade do capital controla e organiza a mobilidade territorial do trabalho, constituindo-se em uma dimensão estruturante das trajetórias dos trabalhadores explorados, subordinados, descartados, adoecidos, desempregados, em suma controlados. Eis, pois, a biografia construída entre a determinação da estrutura e o fato, o relato de vida da experiência de classe dos sujeitos (BOURDIEU, 2008; BERTAUX, 1997; THOMPSON, 1981). O relato, as constatações, são resultado da ação desse campo de forças que constituem o território, ou os territórios, dos sujeitos da classe trabalhadora, isto é, eles são produto “dos mecanismos sociais que privilegiam ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e como totalidade” (BOURDIEU, 2008, p. 77). A mediação nessa relação entre estrutura e sujeito, é a trajetória que remete a “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço, ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (ibid., p. 81).

Nessa sequência, e como temos colocado no item anterior, a força estrutural da mobilidade se entrelaça com a plasticidade do trabalho, sendo, pois, essa última mediada pelos impasses ou dilemas de classe que defrontam os sujeitos, para configurar a trajetória. Portanto, valemo-nos desta noção proposta por Thomaz Junior (2009, 2013) para dar conta das

[...] idas e vindas, remanejamentos e mudanças de habilitações laborativas, conseqüentemente, de profissões, categorias sindicais, de espaços de sociabilidade, de mudanças no perfil identitário, na subjetividade, nos territórios do trabalho, enfim, essa plasticidade constantemente refeita, tem influenciado diretamente a materialização das diferentes expressões do trabalho, no tempo e no espaço (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 205).

Sendo estabelecida essa relação entre mobilidade e plasticidade do trabalho nas trajetórias, salientamos que a nossa investigação reflete os efeitos da reestruturação produtiva nos territórios pesquisados. A reestruturação está pautada pelas diferenças oriundas do desenvolvimento desigual do capital, portanto, estamos diante das formas heterogêneas da dominação e exploração da classe trabalhadora, que respondem às diferenças geográficas, sociais e históricas (HARVEY, 2005).

Neste sentido, como visto, o ambiente é o elemento comum na expansão mundializada do capital do agrohidronegócio, comparecendo como mecanismo de classe para concretizar leis e zoneamentos ambientais que disponibilizam recursos territoriais

para a produção de *commodities* e agrocombustíveis. No entanto, o avanço, além do controle desses recursos, reflete na divisão territorial do trabalho, atrelada à reestruturação do capital.

A reestruturação do capital, como mobilidade do trabalho, de acordo com Alves (2007, 2011)⁵⁶ se concretiza em três dimensões ou tipos de inovação: tecnológicas, organizacionais e sociometabólicas. As inovações tecnológicas colocam em cena a base técnica, atrelando a introdução de tecnologias e máquinas, trabalho morto, como o anseio de aumentar a produtividade. A maquinaria, traz em cena a combinação de diferentes gerações da máquina, desde o formato mecânico até a utilização de tecnologia de informação e comunicação, p.ex. georreferenciamento. As inovações organizacionais respondem às formas de controle do trabalho dentro e fora do local de trabalho, especialmente referidas ao Toyotismo, como “modelo de gestão” do trabalho vivo, o qual pode comparecer como uma combinação e adaptação de formas tayloristas e fordistas, inclusive, com formas de paternalismo. Por último, as inovações sociometabólicas elencam os nexos ideológicos do produtivismo que se disseminam pela sociedade na forma de valores, expressam a captura da subjetividade para engajar, deslocar ou disponibilizar tanto ao trabalhador quanto ao desempregado. Ou seja, é o controle expresso no consenso subjetivo e coletivo para disponibilizar territorialmente a força de trabalho. Eis também a forma de gestão da imobilidade dos trabalhadores migrantes e dos desempregados para se identificar com a condição precária. Deste modo, a captura é um processo complexo “que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação, não apenas no local de trabalho (...), mas nas instâncias sociorreprodutivas” (ALVES, 2011, p. 114).

Contudo, todo esse arcabouço oferece subsídios para acreditarmos que a mobilidade do trabalho arranja as formas territoriais da expropriação-dominância/controla-exploração da classe trabalhadora, as quais, convergem na trajetória dos sujeitos.

Em atenção a essas constatações, a nossa hipótese foi que nos territórios do capital do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis, no século XXI, têm alicerçado a mobilidade do trabalho de jovens rurais, em concordância com os formatos diferenciados da reestruturação produtiva, para aumentar a produtividade e a disponibilidade de força de

⁵⁶ Alves (2007, 2011) trata a reestruturação interessado em desvendar o Toyotismo como “modo orgânico” ou espírito do capital no século XXI. No entanto, utilizamos suas proposições teóricas e metodológicas para pensarmos a agroindústria e a presença de formas tayloristas e fordistas na organização do trabalho.

trabalho em condições precárias e degradantes, as quais se expressam na trajetória individual atrelada à experiência de classe.

Por conseguinte, a mobilidade está configurada diferencialmente, em primeiro lugar pela mobilidade espacial de trabalhadores jovens, sazonais e temporários oriundos de outros departamentos, no caso da Colômbia. Da mesma forma que sua fixação/imobilidade em povoados próximos às plantações, realidade que observamos nas áreas de expansão e concentração das plantações de palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare. Do outro lado, no Brasil, temos a exploração de jovens, oriundos de assentamentos rurais e áreas urbanas próximas das empresas e unidades agroprocessadoras, como protagonistas nas mudanças no processo de trabalho pela introdução da mecanização da colheita e do plantio da cana-de-açúcar. Isto, mudou o cenário do corte manual, ou seja, da utilização de força-de-trabalho de migrantes para a predominância de trabalhadores regionais, alicerçado pela mobilidade para se adaptar as novas funções do trabalhador, ancoradas na qualificação profissional.

Como visto, a mobilidade territorial do trabalho provê de elementos teóricos e políticos para avançarmos na crítica da insustentabilidade do sociometabolismo do capital que atinge aos jovens rurais (MÉSZÁROS, 2007) como sujeitos da nossa pesquisa, como transversalidade de classe.

4.2 Juventude rural e mobilidade territorial do trabalho no século XXI

Os estudos sobre juventude e trabalho, ou melhor, as relações que se materializam nesse ambiente de realizações, durante os séculos XX e XXI, têm atraído mais interessados ao entendimento dos jovens urbanos. Com o interesse focado nos jovens rurais, sejam assalariados, migrantes, camponeses, castanheiros, indígenas, quilombolas etc., nossas atenções requerem reflexões para que os situemos no âmbito da contradição capital-trabalho e da questão agrária na América Latina, com especial atenção para o Brasil e a Colômbia. Isto é, nos desdobramentos para os trabalhadores jovens que fazem parte da reorganização do espaço produtivo pelo capital no campo, e se inserem nos processos migratórios do trabalho para o capital.

Com base em estudos anteriores, a pretensão é aprofundar entendimentos sobre os desdobramentos do mesmo processo e suas diferentes territorialidades, ou seja, Brasil, Colômbia e América Latina. Com esse intuito, na primeira parte apresentamos revisão geral da abordagem acadêmica através de artigos e livros, no campo dos estudos sobre

jovens rurais, fazendo um levantamento e análise das temáticas do trabalho, êxodo e migração. Na segunda parte, colocamos apontamentos para compreendermos as relações sociais e as lutas, as quais estão atreladas à categoria analítica de juventude, sinalizando-a como uma das categorias da interseccionalidade de classe, junto ao gênero, raça e etnia.

4.2.1 A juventude rural sob o olhar acadêmico

Um dos estudos mais importantes e com abrangência na América Latina é o “Estado da arte das pesquisas sobre juventude rural na América Latina” (KESSLER, 2005). Segundo o autor, a definição de juventude rural contém vazios teóricos produto do pouco interesse dos pesquisadores, além do que existe uma invisibilidade desta população nas políticas públicas. Ainda assim, a juventude rural compartilha com a juventude urbana no âmbito da pesquisa, a aproximação analítica sequenciada pelas determinações etárias e biológicas, o que tende a se manifestar em pesquisas que coisificam a faixa etária definida tanto pela lei, quanto pelas determinações biológicas que a encaixam como uma fase de transição denominada adolescência ou juventude.

Nesse cenário, a principal crítica feita para estas lacunas e definições homogeneizantes é o desconhecimento das condições históricas, sociais e territoriais onde os sujeitos jovens se (re)produzem. Tais condições no caso do campo estão ancoradas nas contradições próprias da questão agrária: combinações de tipos de trabalho familiar e coletivo, subordinação, expropriação de recursos territoriais, luta pela terra, desterroamento e deslocamento (*desplazamiento*), proletarização, dominação e resistência no cenário da modernização técnica/tecnológica proposta pelo capital, mudanças no uso da terra e da água, intensificação da concentração da propriedade da terra, violência anunciada para excluir os trabalhadores que mantêm posse precária com a terra, desconhecimento ou desconsideração do campesinato na produção de alimentos, criminalização dos movimentos sociais, etc.

No entanto, ao interagirem no mesmo contexto com crianças e adultos, os jovens são atingidos por condições específicas, atreladas a diversos aspectos. Por exemplo: dificuldades legais e familiares para a posse, herança e exploração da terra, sua significativa participação nos movimentos migratórios pelos campos e cidades para se assalariar e/ou para obter ganhos monetários, maior interesse e participação na educação secundária e pós-secundária que os leva a se deslocar à procura da continuidade dos

estudos, a ter elevadas taxas de gravidez antes dos vinte anos, dentre outras. Todos esses aspectos e situações concretas colocam os jovens na condição de defrontarem individualmente as contradições no que se refere à sua identidade camponesa, e/ou de trabalhador, atreladas às condições de gênero e idade (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998; KESSLER, 2007; CASTRO, MARTINS, *et al.*, 2009).

Essas condições diversas e adversas se mostram conturbadas e dificultam compreender o que está acontecendo com os jovens e, ao mesmo tempo, com as condições específicas particulares dos territórios onde eles estão interagindo. Nesse particular, temos os estudos realizados por Castro (2009), no Brasil, que examina essas condições particulares da juventude no contexto rural através do notado interesse da academia nas últimas décadas. A esse respeito, a autora afirma que, ainda que tenha aumentado a quantidade da produção acadêmica sobre juventude rural desde os anos 1990, essa categoria social ainda apresenta influência determinista, vinculada que está à solução de problemas e expectativas sociais alheias, por isso “a categoria tende a ser constantemente adjetivada, sem que se busque a autopercepção e formação de identidades daqueles que são definidos como ‘jovens’” (p. 181).

E conclui que para além dessa representação exógena, eles emergem como um sujeito social:

[o] jovem rural se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, camponês, agricultor familiar, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos (CASTRO, 2009, p. 5)

Castro (2009) coloca em destaque o sujeito social para superar a aparente linearidade expressa nas definições que se vinculam na produção externa do sujeito, por meio das determinações produzidas pelas estruturas sociais, econômicas, políticas e/ou culturais. A proposta da autora é compreender o sujeito como uma produção social, sendo que, em nosso entendimento isso é possível só de maneira **relacional**, enfatizando a dialética existente entre indivíduo/sociedade de classes. Assim, cabe retomar Marx para pensarmos que o indivíduo é uma produção histórica que acontece só na sociedade (*zoon politikon*), configurando as condições políticas para se individualizar, e desse modo ter o raciocínio para se posicionar frente à sua realidade social como sujeito de classe.

Esse apontamento possibilita compreendermos que a juventude rural é um sujeito social (re)produzido numa sociedade determinada historicamente pelo metabolismo do capital. Posicionados nesse plano, na produção acadêmica a respeito da juventude rural,

poderíamos distinguir eixos de análise que analisam a relação entre modo de vida camponês e a mobilidade do trabalho destes para o capital. Essa perspectiva aprofunda outro elemento para se compreender o assalariamento desses jovens fora do âmbito da produção familiar, ou seja, são analisados como uma categoria social diferenciada. Assim sendo:

[O]s jovens rurais saem da condição de apenas filhos de agricultores e tornam-se categoria significativa nos estudos rurais, associada a algumas problemáticas específicas, tais como o êxodo rural e a migração (CASTRO et al., 2009, p. 56).

A mobilidade territorial da juventude se manifesta através do êxodo e da migração em diferentes escalas. Assim mesmo, atrela-se às interseções da condição de ser filho de camponês (e suas múltiplas realidades individuais, familiares e coletivas), subordinado à hierarquia da divisão familiar do trabalho, ao interesse de sair do sítio familiar para se assalariar, constituir uma nova família e/ou estudar, e também atinge a reversibilidade, isto é, a decisão de ficar ou voltar para participar da divisão do trabalho familiar e a subsistência no lote ou sítio.

Já no caso específico da mobilidade territorial dos jovens rurais no Brasil, têm estudos que relacionam as dimensões demográficas com o avanço do capitalismo no país através da urbanização da população. Camarano e Abramovay (1999) apontam que desde os anos 1990, no Brasil, a maioria dos migrantes que saíram do campo, ora para a cidade, ora para outras regiões de exploração agropecuária, extrativa etc., foram os mais jovens, com maior proporção das mulheres jovens (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998, p. 14).

Diante disso, as diferenças de gênero estão sinalizando uma maior quantidade de homens que ficam no campo, o que não significa que estejam imóveis no seu lugar de origem, já que se movimentam diferencialmente entre regiões e estados, configurando uma mobilidade campo-campo, expressiva no número de migrantes homens que saíram entre 1990-1995. Destes, 54,6% eram do Nordeste, tendo como um dos principais destinos os canaviais de Riberão Preto e do Oeste Paulista para trabalharem no corte da cana-de-açúcar (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998, p. 12).

Embora essa mobilidade por procura de emprego no corte da cana-de-açúcar vá diminuir nas décadas posteriores devido ao processo de mecanização, a expansão territorial das unidades do capital agroindustrial canavieiro para o Centro Oeste e Centro Sul vai deslocar o emprego no corte manual (THOMAZ JUNIOR, 2009; OLIVEIRA,

2009). O fato de ter maior quantidade de jovens mais novos migrando para os territórios do capital do agrohidronegócio, leva-nos a definir nossas reflexões a respeito dos coletivos que compõem a classe trabalhadora e suas características sociais e culturais, sendo que esses coletivos são inseridos como valor de troca através das formas renovadas da “hegemonia do capital, articulando, de modo original, *coerção capitalista e consentimento do trabalhador*” (ALVES, 2007, p. 167, grifo do autor).

Temos, então, uma realidade complexa que está demonstrando as redefinições da plasticidade do trabalho e suas formas de controle, que estão focadas em um período do ciclo vital da mercadoria força-de-trabalho: a juventude. Com esse intuito tentamos desvendar as contradições que defrontam a classe trabalhadora nas últimas décadas por conta do avanço do capital no campo e florestas nativas, expropriando e subordinando o campesinato e outros sujeitos sociais de áreas rurais atingidos em diferente medida pelo capital (indígenas, seringueiros, quilombolas, assalariados, pescadores artesanais, ribeirinhos etc.).

Neste cenário, temos que admitir que a capacidade de migrar dos jovens rurais é uma característica compartilhada pelos jovens da América Latina (BARTRA, 2011; PIÑEROS, 2014). Com a territorialização do capital no campo está se intensificando a proletarização não só nas cidades, mas também nos campos, nos territórios das cadeias globais de valor do agrohidronegócio, e outras formas de exploração capitalista no meio rural, sobretudo nas atividades de mineração, turismo, lazer, comércio etc. É por isso que precisamos refletir sobre a exploração do trabalho dos jovens rurais como parte da mobilidade territorial da força de trabalho para o capital, expediente que elenca o “metabolismo social e suas referências espaciais, nas diferentes escalas, diante dos novos padrões de acumulação de capital” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 46)

4.2.2 Juventude e dinâmica territorial do trabalho

A relação que circunscreve e vincula a juventude rural às realidades da reestruturação produtiva dá sustentação à tese da centralidade do trabalho, baseada na relação ontológica homem-natureza, atravessada pela exploração e dominação protagonizada pelo capital. Sob esse referencial teórico tentamos dar conta do metabolismo do capital e as possibilidades emancipatórias tecidas na materialidade das contradições e das práticas da classe trabalhadora. Essa decisão nos leva a assumir uma

metodologia específica para nos aproximar daquelas práticas como ponto de encontro com as forças vivas dos homens e mulheres que trabalham e, ao mesmo tempo, que vivenciam os embates do capital para induzi-los à concorrência no mercado de trabalho, também têm oportunidade de protagonizar as lutas coletivas de resistência e emancipatórias.

No caso dos jovens rurais é importante considerar a heterogeneidade dos seus relacionamentos com o mundo do trabalho (KESSLER, 2007, p. 16). Algumas formas dessa heterogeneidade se materializam em: a) trabalho familiar não remunerado; e, b) proletarização total ou parcial em empregos rurais ou urbanos, em diferentes atividades econômicas como indústria, agroindústria, turismo, e/ou comércio de bens e serviços. A alternância dessas opções tem diversos desdobramentos que só poderão ser compreendidas territorialmente, tendo em conta a alta rotatividade em empregos (mormente precários), em atividades sazonais, temporárias. Mesmo assim temos que nos atentar às estratégias individuais dos jovens para avaliá-las como optativas, forçadas, de transição ou definitivas.

Também comparece a disponibilidade para se deslocar, sendo, pois, isso uma das “qualidades” ou “atitudes” que os jovens rurais têm para se acomodar aos embates do mundo do trabalho. Mas pode-se afirmar que a naturalização da condição de migrante esconde uma construção hegemônica que atinge a capacidade de movimentar as forças vivas para o trabalho assalariado, aprimoradas pelas condições de precarização e flexibilidade. Hoje a juventude rural se envolve nesta lógica da mobilidade territorial, colocando-se como força de trabalho em movimento, seja no território ou entre territórios, seja entre categorias ou em processo de formação ou qualificação com aparentes características adaptativas altamente valorizadas pelas companhias.

Embora a movimentação seja entendida como fluxos de migração/êxodo/mobilidade, ela não se produz apenas na direção histórica campo-cidade. Na verdade, ela também abrange o deslocamento campo-campo e cidade-campo à procura de empregos nos territórios do agrohidronegócio, expediente que tem crescido nas últimas décadas devido às políticas do Estado, que encontram nesse modelo uma estratégia para o desejado crescimento econômico e desenvolvimento rural através da mobilidade/territorialização do capital.

Esses deslocamentos também estão relacionados com as ações específicas sobre a luta pela terra, protagonizada pelos movimentos sociais que mobilizam proletários e desempregados, autônomos, moradores das periferias urbanas (MARQUES, 2008;

THOMAZ JUNIOR, 2013). Assim como, por intermédio das lutas pela permanência na terra, expressivas da plasticidade do trabalho para se manter como camponês, diarista, assalariado etc., ao mesmo tempo que participa de movimentos sociais, associações de assentados, ou se insere em práticas de agricultura agroecológica, orgânica etc.

Nesse cenário, os jovens rurais se confrontam como sujeito social entre as habilidades manipulatórias do capital reestruturado, e as possibilidades de emancipação como classe e as decisões individuais pautadas pela experiência de classe. Os desdobramentos desse processo se observam no aumento das probabilidades dessas populações para se proletarizar e se subordinar ao capital reformado no campo, seja através do desterroamento/expropriação violenta das terras camponesas e de comunidades tradicionais, seja da persuasão ou chantagem de comunidades e/ou populações para acreditarem no “progresso” prometido pelo investimento do capital em seus territórios (agrohidronegócio e mineração).

Nessa dinâmica somam-se os desdobramentos da questão agrária não resolvida em vários países da América Latina, a qual elenca outras dificuldades para os jovens acederem ao trabalho na terra, atreladas a fatores familiares como a herança legal e familiar da terra, econômicos no tocante ao financiamento, e o reconhecimento como beneficiários não tutelados pelos pais nas políticas públicas. Além disso, a hegemonia cultural da cidade e o consumo afetam o campesinato e outros sujeitos sociais, chegando por meio de estereótipos culturais espelhados pela mídia e materializados no consumo de mercadorias e dos padrões da vida urbana que alicerçam o assalariamento dos jovens. Temos assim, em plena atuação, outros mecanismos que estranham a identidade atrelada ao trabalho na/da terra que são subsumidas ao consumo e à negação de sua herança de classe, realizando-se através do dinheiro (próprio ou da família) produto da venda da força de trabalho nas esferas da produção e distribuição.

Nesse intuito, é a juventude um dos sujeitos sociais que se encontra no centro do turbilhão do modo civilizatório do capital, e enfrenta com maior intensidade as consequências do **impasse de classe**⁵⁷, referente à decisão individual ou coletiva de renunciar ou negar o “modo camponês/familiar de reprodução social, e adotar a

⁵⁷ Compreendemos o impasse de classe em seu duplo significado, expressando a dialética indivíduo/sociedade: a) como uma determinação estrutural, expressada como uma situação que obriga, e cuja saída ou resolução é praticamente impossível ou muito difícil, e b) como sinônimo de “dilema” defrontado, e razoado pelo indivíduo.

racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem” (THOMAZ JUNIOR, 2006, p. 137)

Adentrando nisso, podemos dar conta de fatores subjetivos que interferem nesse **impasse de classe** e se apresentam como conflitos geracionais que justificam as aspirações de se deslocar, de migrar (PIÑEROS, 2014; CASTRO, MARTINS, *et al.*, 2009). Um dos mais importantes é a representação do trabalho da/na terra familiar, considerado por muitos deles como fatigante e monótono, ou tendo em perspectiva a condição de gênero, muitas das mulheres jovens entendem esse trabalho hierarquizado como uma das causas que as expulsa ou as relega. Por outro lado, temos aqueles que não percebem retribuição econômica, pois a renda é apropriada hierarquicamente pelos adultos (pais e irmãos mais velhos); no caso das mulheres, mostram-se as forças da dominação patriarcal ainda muito persistentes. Além do mais, o distanciamento do modo de vida camponês é reforçado pela educação rural que procura formar força de trabalho para o capital, produzindo nos sujeitos o desejo do mundo urbano, consumo e individualização, o que ao final alicerça o deslocamento.

Essa incerteza de se manter como camponês ou sair para se assalariar nos centros urbanos ou nos empreendimentos do agrohidronegócio está produzindo novas e diversas fragmentações no interior da classe, sobretudo, acrescentando a mobilidade territorial da força de trabalho. Conceituando esse processo, Thomaz Junior (2012) propõe analisá-lo como movimento territorial de classe da classe trabalhadora, que “[...] é, portanto, a expressão geográfica da plasticidade do trabalho. Conceito, aliás, que nos têm permitido entender as (re)existências e as (des)realizações das diferentes formas e manifestações dos homens e mulheres que trabalham” (THOMAZ JUNIOR, 2012, p. 7).

Nesse intuito, o movimento territorial de classe se desdobra nas experiências vividas dos sujeitos no mundo do trabalho, metamorfoseando-se como (des)realização de classe; não só em suas formas desumanizantes, também nas lutas pela terra ou pelo trabalho digno. Porém, no caso da juventude rural precisamos analisar o processo que opera através das motivações subjetivas e os embates de classe que a induz percorrer os territórios do capital à procura de emprego, e, além disso, desvendar como essas decisões estão atreladas às formas estruturais produzidas pelo capital para disponibilizar força de trabalho no mercado.

4.2.3 Juventude e centralidade do trabalho no século XXI

Baseamos nossa interpretação em concordância com Castel (2010), em torno das diferenças que atingem as gerações no seu relacionamento com o mundo do trabalho. A noção de geração é entendida pelo autor como experiências dos sujeitos segundo o tempo social e histórico nos quais as vivenciam. A juventude da classe trabalhadora atualmente é atingida pela expansão do trabalho precário, parcial, temporário e terceirizado que se apresentam como as incertezas do mundo do trabalho, às quais se soma a fragilidade da durabilidade do emprego/desemprego. Nesse sentido, a ruptura que experimentam como geração é produto da reestruturação produtiva do capital.

Diante disso, salientamos que a relação dos jovens contemporâneos com o mundo do trabalho do agrohidronegócio está circunscrita às condições de sobre-exploração e precariedade. Os desdobramentos dessas condições são a alta rotatividade em atividades assalariadas e não assalariadas⁵⁸, atravessadas por condições de contratação precárias, em tempo parcial, temporárias, sazonais, ocasionais, por conta própria, franqueadas ou domésticas.

A elevada rotatividade própria dos trabalhadores hifenizados (BEYNON, 1994), no caso dos jovens, tem outra característica, isto é, além de terem índices mais altos de desemprego, apresentam menor tempo médio de desemprego, condição da qual resultam trajetórias laborais de precariedade caracterizadas por mudanças entre empregos e categorias profissionais/sindicais, habilitações, assim como pelo alto grau de “autonomia”. O que podemos analisar é que há uma extrema individualização, na qual se desmancha o sujeito e suas possibilidades de resistência através de formas coletivas, como os sindicatos e os movimentos sociais.

Nessa condição comparecem as formas de trabalho atípico nomeadas popularmente como “bicos”, “trampos”⁵⁹ (no Brasil), ou “camello” (na Colômbia), que para os jovens urbanos são as ocupações de tempo parcial, sem contrato, em lojas de comércio, restaurantes, lanchonetes, mototaxista ou motoboy, vendedores ambulantes nas ruas etc. No campo, aparecem através de diferentes tipos de “diárias” que engajam

⁵⁸ Nessa rotatividade dos jovens emergem condições de não estudo e não trabalho, as quais têm dado para serem conceituadas de “geração Nem-Nem”, nem estuda, nem trabalha.

⁵⁹ Alguns dos nomes para os trabalhos atípicos que, sobretudo, envolvem jovens em outros países são: em Portugal: ganchos, tachos e biscates; Espanha: chollos, chapuzas y changas.

trabalho jovem, seja como integrados ou diretamente como assalariados/diaristas; os avulsos⁶⁰, que ocupam o extremo da precarização para os ocupados; os intermitentes, categoria legalizada a partir das reformas constitucionais, pós-golpe de 2016, no Brasil; e também os contratos sazonais nas lavouras do agrohidronegócio.

O caso dos jovens expõe a importância que tem para o capital a precariedade de grupos sociais que em nível de aparência são marginais, entre os quais estão as mulheres, os migrantes, entre outros. Assim, o trabalho precário não é mais uma figura marginal de “suporte à produção”, tendo em vista que no século XXI é parte central das formas de estranhamento da classe trabalhadora (VASAPOLLO, 2007, p. 93).

A produção flexível da fase atual do capitalismo se baseia na “mobilidade, flexibilidade e precarização da força-de-trabalho” (Ibid., p. 95), o que significa que há uma contínua transformação por conta da diminuição do emprego com garantias de direitos sociais e trabalhistas. Com a perda das garantias e a tendência à desfiliação de sindicatos e partidos, a plasticidade do trabalho é transformada continuamente pela força de coação e sedução do capital, constituindo entre a juventude uma diversidade de trajetórias de classe. Em outras palavras, o que acontece é a intensificação do *turnover*, as mudanças entre funções, habilitações, setores produtivos, emprego desemprego/emprego, emprego/formação, desemprego/formação.

Nosso interesse volta-se a essa diversidade e seus desdobramentos na juventude rural que está no alvo da exploração do capital, pois a relação com o trabalho, assim como com a educação, é distinta dos jovens urbanos. Além disso, privilegiamos a compreensão da fluidez e rapidez com que esses jovens interagem no mundo do trabalho, com uma diversidade de deslocamentos para os territórios do agrohidronegócio e do capital no geral. Essa dinâmica territorial do trabalho tem notável expressão no Sul Global com o aumento da produção de *commodities* para a produção de alimentos e/ou agrocombustíveis (soja, cana-de-açúcar, sorgo, milho, palma de azeite etc.), assim como a mineração e o controle/comércio de água, encurralando a produção camponesa e a soberania alimentar.

Isto é, a juventude rural está inserida no controle do trabalho nos territórios do capital à mercê do mercado atrelado ao Regime Alimentar Corporativo. Da mesma maneira, a precarização da juventude rural tem implicações no processo de ruptura da memória de luta e sociabilidades coletivas, como colocado por Alves (2011), produzindo

⁶⁰ Cf. THOMAZ JUNIOR, 2017; BARRETO, 2018.

mudanças na classe trabalhadora por via das inovações geracionais do trabalho vivo. Isso ocorre por meio da

[...] destruição (e reconstituição) de coletivos compostos por trabalhadores e trabalhadoras de determinadas faixas etárias e com determinados acervos de experiências de vida e de luta de classes, sendo portadores de determinados valores morais e sociais. (ALVES, 2007, p. 198).

Em síntese, as trajetórias laborais dos jovens rurais e seus desdobramentos territoriais atingem as diversas formas da mobilidade de força de trabalho para o capital. Os autores que utilizamos para nos referenciar (PIÑEROS, 2014; OSORIO; JARAMILLO; ORJUELA, 2011; KESSLER, 2007; CASTRO *et.al.*, 2000; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998), nos fornecem elementos para admitirmos alguns tipos de mobilidade territorial do trabalho: a) campo-cidade: os jovens saem para as cidades (nacionais ou internacionais) para trabalhar ou estudar; b) campo-campo inter-regional: os que percorrem distâncias longas para trabalhar no agrohidronegócio (formais, temporários, informais etc.); c) cidade/campo ou campo/campo local: os que moram em áreas urbanas e rurais próximas de cultivos e/ou unidades de processamento agroindustrial e se assalariam em atividades afins.

Porém, as trajetórias dos jovens rurais validam a prioridade de compreendermos a mobilidade como movimento territorial de classe, balizado pelas formas de expropriação do trabalho, da terra, da água e dos recursos territoriais, pelo capital. Dessa forma, nos deslocamentos humanos, rotatividade, qualificação profissional se relacionam indistintamente aos processos econômicos, políticos, culturais e sociais que (re)produzem a classe trabalhadora, tanto no âmbito da sua exploração, quanto das suas resistências.

4.2.4 A juventude como geração

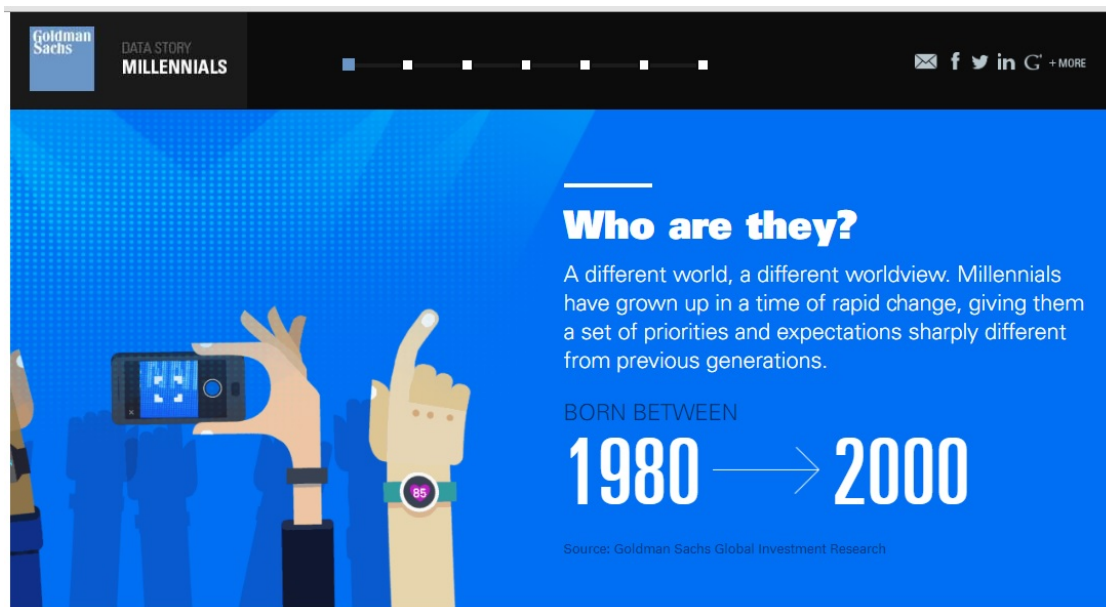
Nosso entendimento da juventude como uma geração, refere-se à produção social dos indivíduos, na qual comparece a história como tempo processual e a idade como tempo individual. Isto salienta que a geração não é prefigurada por ciclos demográficos, com tempos determinados ou como período ou fase biológica, como parte de um progresso ordenado teleologicamente tal como o positivismo tentou defini-la. Como colocado por Weller (2010) ao revisar a proposta e as críticas realizadas por Karl Mannheim nos anos 1920, e resgatar seus aportes para a utilização desse conceito

(WELLER, 2010). O próprio Mannheim colocava sua crítica ao positivismo nos seguintes termos:

No fundo desta questão estava a finalidade de encontrarem uma *lei geral* do ritmo da história, e de achá-la com base na lei biológica da limitada duração da vida dos homens e do fato da idade e suas etapas (MANNHEIM, 1993, p. 195, tradução nossa)

Essa crítica vai pôr em destaque que a geração não é uma homogeneidade temporal e espacial que determina todos os âmbitos da experiência dos sujeitos. A atualidade desta crítica se coloca diante de pesquisas e reportagens que pretendem patentear identidades homogêneas da juventude, designadas como sujeitos fora do curso da história dos adultos, que não estão levando a herança social do seu tempo. Como exemplo estão os *millennials* ou geração “Y”, coorte⁶¹ dos nascidos entre 1979 e 1995 ou 1980 e 2000, segundo reportagens e relatórios que procuram entender o comportamento destes como consumidores nos Estados Unidos, mas que acabou se espalhando como uma geração mundializada, padronizada pelo mercado (Figura 14).

Figura 14 - Definição dos *Millennials* pela agência qualificadora de risco Goldman Sachs



Fonte: Goldman Sachs⁶²

⁶¹ Coorte é um grupo de pessoas que tem em comum um evento que ocorre no mesmo período, por exemplo, a data ou o ano de nascimento. Como conceito é utilizado na demografia para identificar um grupo com um atributo populacional.

⁶² Disponível em: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/pages/millennials/>

A geração pressupõe primeiramente uma adesão que constitui uma conexão geracional sem elencar um grupo concreto. Para isso, é fundamental entender que essa adesão é um “fenômeno social cujas propriedades têm de ser descritas e compreendidas” (MANNHEIM, 1993, p. 207, tradução nossa). Esse fenômeno, ainda que socialmente existente, não supõe um estoque de “experiências comuns acumuladas”, que são “a possibilidade ou ‘potencialidade’ de poder vir a adquiri-las” (WELLER, 2010, p. 214). Neste contexto, comparece a situação de geração atrelada à sua situação de classe, a qual é a marca da individualidade no coletivo, constituída a partir da idade ou ciclo vital que distingue geração como grupo, como relação social e sua experiência de classe.

A partir disto, surge a justificativa para entendermos a juventude em geral, e a juventude rural em particular, como geração. A juventude não é um grupo social homogêneo pautado externamente pela idade, e como período vital está atravessada pela relação com outros períodos vitais como produto das forças históricas que configuram os limites entre as idades ou ciclos vitais. Nessa linha de argumentação, Bourdieu afirma que a juventude é só uma palavra, que tem por trás uma configuração social de lutas pelas classificações por idade, atravessadas pelo sexo e a classe social, e “equivalem sempre a impor limites e a produzir uma *ordem* à qual deve se ater, na qual cada um deve manter-se no seu lugar” (2003, p. 152, grifo do autor).

Em consequência, a definição de juventude não pode apresentar *a priori* um marco preciso de definição etária ou um processo de indicador biológico de identificação. Na pesquisa das condições materiais, ou seja, da conexão geracional, emerge a idade como um fato de controle pelo capital, além de outras características sociais desses sujeitos jovens, e que definem sua disponibilidade territorial como população para ser mobilizada pelo capital (MARIN, 2009). A conexão geracional que os jovens rurais compartilham, na Colômbia e no Brasil, está pautada pelas condições materiais do Regime Alimentar Corporativo, a sua expansão territorial e a exploração de força de trabalho no século XXI, tal como foi apresentado nos capítulos 1, 2 e 3.

Corresponde, ao que constatamos na nossa pesquisa, quando identificamos o grupo concreto que constitui os jovens rurais em cada um dos territórios, com as experiências oriundas das relações de classe em cada um, pautadas pelo ciclo vital e sua faixa etária. Isto é, pela definição da geração útil por parte do capital (MÉSZÁROS, 2011), que se objetiva no cruzamento da idade dos jovens rurais e sua posição de classe, da sua experiência como classe trabalhadora.

Deste modo, aderimos a uma concepção nominalista da juventude, a qual não coloca definições ou faixas etárias *a priori* para estruturar os sujeitos. Daí, surge a reconstrução dos elementos estruturais que atuam como forças sócio-históricas, os aspectos que definem e diferenciam (BRUNET e PIZZI, 2013; BRUNET e PIZZI, 2013a). Em decorrência, não há uma homogeneidade da juventude rural da classe trabalhadora, mas há diferentes juventudes territorialmente diferenciadas na totalidade do sociometabolismo do capital. Eis de novo elencados os elementos que constituem a trajetória dos sujeitos.

Essas juventudes, no nosso estudo, não estão centradas especificamente na juventude camponesa ou das comunidades tradicionais, daí optamos por estudar a juventude rural enquanto juventude assalariada pelo agrohidronegócio. Dimensão que tem sido pouco estudada, ou mesmo, ignorada, ficando às vezes oculta por outras categorias ou grupos sociais como a infância, como trabalho infantil, ou como filho ou filha. Isto não exclui a perspectiva da origem de classe desses jovens, filhos de camponeses, assentados, assalariados, intermitentes, afrodescendentes etc., expostos às formas de expropriação tanto da terra, da água, quanto da sua reprodução social enquanto classe.

Como salientado por Novaes (2009, p. 117) os

[...] jovens trabalhadores assalariados (...) são quase invisíveis no debate sobre políticas públicas de juventude. Se os jovens rurais já se ressentem do lugar que seus problemas específicos ocupam na hierarquia das demandas juvenis, podemos dizer que a juventude dos trabalhadores assalariados da cana é recorrentemente ignorada.

Deste modo, explicitamos a emergência da juventude como transversalidade de classe, e aprofundamos nas relações entre a juventude rural e a mobilidade territorial do trabalho no século XXI nos dois países pesquisados.

CAPÍTULO 5 – OS TRABALHADORES RURAIS JOVENS E SUAS TRAJETÓRIAS

O tempo de vida de um meio de trabalho compreende, portanto, sua repetida utilização num número maior ou menor de processos de trabalho sucessivos. E com o meio de trabalho ocorre o mesmo que com o homem. Todo homem morre 24 horas a cada dia. Porém, apenas olhando para um homem não é possível perceber com exatidão quantos dias ele já morreu, o que, no entanto, não impede que companhias de seguros, baseando-se na expectativa média de vida dos homens, possam chegar a conclusões muito seguras e, mais ainda, muito lucrativas.
(Marx, 2013, p. 359)

Na sequência da análise do avanço territorial do capital do agrohídronegócio no Pontal do Paranapanema e nos Departamentos de Meta e Casanare nesse capítulo aprofundamos nas formas de controle e exploração da força de trabalho. Na primeira parte analisamos o mercado de trabalho e as dimensões da mobilidade territorial do trabalho dos jovens rurais. Para isso, utilizamos a idade como indicador da utilização da força de trabalho e da criação de segmentos, nos quais comparecem os jovens como uma faixa etária que agrupa as valorações do capital pelas características sociais desses sujeitos.

A partir disso, aprofundamos no entendimento das gerações que identificamos em cada recorte, os órfãos e herdeiros da cana-de-açúcar e os *otros nuevos llaneros*, e os tipos de mobilidade espacial e profissional alicerçados pelo mercado de trabalho. Na segunda parte, adentramo-nos na experiência de classe desses jovens por meio da reconstrução de suas trajetórias, constituída pela plasticidade do trabalho objetivada em dois elementos: a expropriação/desterração e a exploração. Afinal, desses relatos emergem as formas de flexibilidade, precariedade e degradação do trabalho vivenciadas pelos jovens rurais.

5.1 O mercado de trabalho do agrohídronegócio dos cultivos flexíveis

Essa seção apresenta uma análise da configuração do mercado de trabalho, complementar ao entendimento econômico de compra e troca da mercadoria força de trabalho. De acordo com nosso referencial teórico, o mercado é a relação social oriunda da mobilidade produzida pelas forças estruturais, espaciais e temporais do capital para desenvolver e controlar a força de trabalho por meio da expropriação dos meios de produção, expulsão da terra, desqualificação, demissão ou descarte do trabalho. Afinal, todos estes comparecem como mecanismos para adaptar e controlar a força de trabalho necessária, e expulsar e/ou disponibilizar outra parte como superpopulação relativa.

O mercado de trabalho como relação social está atravessado pela valoração da potência da força de trabalho associada às características sociais do trabalhador livre, apreciadas para a extração de mais-valia e mediadas pelas transversalidades de gênero, etnia, raça e idade (MORAES SILVA, 1998; LARA FLORES, 2001). Portanto, como aponta Marx (2013, p. 317) “diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral”, e, neste sentido, considera-se que o mercado não é neutro, ao contrário dos postulados da economia neoclássica.

No mercado são produzidos segmentos de força de trabalho induzidos pelas forças estruturais do capital, os sujeitos que compõem esses segmentos se deslocam para os locais de valorização do capital (fronteira agrícola, cidade, mineração, etc.). Concomitante a isto, criam-se segmentos de força de trabalho mais móveis entre empregos e funções, pautados por vínculo de trabalho frágil e temporal, inclusive, em contínua desqualificação. Por conseguinte, reforçamos que o mercado está atravessado pelo poder molecular do capital no território para mobilizar as transversalidades da classe trabalhadora, com o fim de se valorizar. Deste modo, materializa o controle sobre a força de trabalho mediado pela violência e o consenso.

A partir disto, propomos analisar o papel da juventude no mercado de trabalho nos dois territórios pesquisados, entendendo que no desenvolvimento desigual e combinado do capital, apresentado nos Capítulos 2 e 3, conseguimos abordar as diferenças do avanço territorial dos cultivos flexíveis e a reestruturação produtiva no processo de trabalho, no século XXI. No Brasil o setor canavieiro do Estado de São Paulo dinamizou a introdução da mecanização do processo de trabalho na área agrícola, no plantio e na colheita, demitindo uma legião de trabalhadores, mormente migrantes do Nordeste do país. No entanto, na Colômbia houve uma expansão das plantações de palma de azeite que acarretou a migração e contratação precária de trabalhadores com experiência nas funções agrícolas da palma para os Departamentos de Meta e Casanare. Ou seja, o processo de trabalho agrícola teve poucas modificações no tocante ao uso intensivo de força de trabalho para a colheita do fruto, composta pelo corte do cacho, carregamento e recolhimento de frutos soltos e funções relacionadas.

Esses trabalhadores jovens, no Pontal do Paranapanema e nos Departamentos de Meta e Casanare, estão em uma conexão geracional por serem força de trabalho controlada e explorada pelo agrohidronegócio dos cultivos flexíveis nesse século XXI, com empregos oriundos da fetichização da economia verde sob os princípios do

ambientalismo do capital, portanto, são uma geração conectada historicamente. Ou seja, essa conexão geracional se concretiza na sua posição de classe como trabalhadores rurais do capital da cana-de-açúcar ou da palma de azeite, respectivamente, diferenciando-se pela idade e as suas experiências ancoradas na mobilidade territorial do trabalho. Portanto, a posição geracional destes jovens trabalhadores está pautada pela cronologia social que entrecruza o tempo histórico com a idade individual, tornando, assim, a geração em um grupo concreto, observável e diferenciado, uma transversalidade da classe trabalhadora diante das forças estruturais do capital que a mobiliza territorialmente.

Neste sentido, não vamos nos aventurar em classificar os jovens como Geração X, Y ou outras tantas classificações arbitrárias e homogeneizantes, muitas destas eurocêntricas, inclusive, porque impõem seus significados como violência epistêmica. Reconhecemos que a posição de classe é um diferencial que se reproduz em cada território de acordo com as condições materiais de produção da existência nas quais interagem os jovens, velhos, crianças, mulheres etc., da classe trabalhadora, nos conflitos de classe.

Portanto, a idade comparece como um fato que remete às incidências do passado, do tempo social, sobre o percurso da vida das pessoas e os processos sociais (DAL ROSSO, 2017, p. 207), por conseguinte, a idade, ao mesmo tempo que individualiza o curso de vida, também remete às diferenças entre as faixas etárias dos ciclos de vida oriundas das classificações sociais da idade, por sua vez, produto das relações de poder que impõem limites e uma ordenação da vida pautada institucionalmente (BOURDIEU, 2003, p. 152).

Neste sentido, os ciclos de vida não são pautados por faixas etárias arbitrárias, são, primeiramente, o reflexo das forças jurídico-políticas do Estado para criar as leis que delimitam as idades (estatuto da criança, do idoso, do jovem etc.), assim mesmo, para legitimar as instituições as quais se remetem essas idades (família, escola, universidade, fábrica etc.) (PIÑEROS, 2012; CASAL, GARCÍA, *et al.*, 2006). O resultado disto é a configuração de modelos de regulação do tempo vital, entre os quais comparece o modelo de três etapas, de regulação da entrada-saída do mercado de trabalho: criança/jovem, adulto, velho.

Como salientado por Miranda (2007), esse modelo foi criado no pós-guerra no contexto das políticas do Estado de Bem-estar com base na ideia da vida ativa do adulto empregado no mercado de trabalho formal. Portanto, as outras etapas não adultas acabaram sendo a preparação para o trabalho, representando a criança e a juventude como

a educação e formação como ideais, e o retiro da vida ativa no mercado de trabalho ficou para os velhos e, idealmente, aposentados.

A partir da metade do século XX, esse modelo se implementou na Europa, Estados Unidos e se espalhou para alguns países periféricos, via instituições e missões multilaterais. Em consequência, criaram-se instituições, sistemas de proteção social e políticas sociais para essa regulação vital do trabalho, e com isto, dos sujeitos. Essa estruturação do ciclo vital, pautado pelo emprego ou sociedade salarial como analisada por Castel (2006), foi desmontada pela reestruturação do capital e as políticas neoliberais. Embora esse modelo pareça ter uma homogeneidade mundial, não chegou a ser vivenciado por determinadas camadas sociais dos países periféricos nas cidades e campos, ainda, pelas camadas mais pobres dos países do Norte Global. Decorrente disso, esse modelo vital da sociedade salarial ocidental careceu de uma universalidade, e com a reestruturação produtiva se tornaram visíveis novas e velhas formas da precariedade do trabalho para a classe trabalhadora.

Contudo, a idade e os ciclos de vida na perspectiva do capital são reflexos da sua condição de mercadoria, com características pautadas pelas transversalidades (sexo, gênero, raça e idade) e as qualificações. No entanto, esta situação é produzida em uma sociedade que

[...] se organiza em princípios e práticas de competição, ela provoca desigualdades com base na idade e nas preferências na contratação de trabalhadores de determinadas faixas etárias, enquanto os de outras idades são rejeitados e permanecem desempregados (DAL ROSSO, 2017, p. 207)

A classificação por faixas etárias é mais um indicador das valorações dos sujeitos no mercado de trabalho, das formas como o capital substitui e renova a força de trabalho de acordo com as necessidades do processo produtivo e a extração de mais-valia. Essas características constituem a potência ou capacidade de trabalho que possuem homens e mulheres transformados em capital variável, imposta socialmente e incorporada como estranhamento pelo indivíduo ou coletivo. Isto é, a potência ou capacidade de trabalho se materializa nas habilidades físicas ou físico-cognitivas que requer o processo de trabalho específico.

Deste modo, como elencado por Mészáros (2011, p. 801-802), surge a geração desejada, ou útil, criada pelo capital para demarcar o descarte ou expulsão da geração indesejada, condenada “pelo capital à inatividade obrigada e à perda da sua humanidade”. Eis o conflito de gerações úteis e inúteis para o Capital. Alves (2007, 2011) acrescenta

que esse processo de inovações geracionais, alicerçado pelo capital, ocupa e descarta homens e mulheres junto às inovações tecnológico-organizacionais da reestruturação produtiva.

Beaud e Pialoux (2009) estudaram esse conflito geracional no contexto da reestruturação produtiva, na indústria automotiva, na França, nos anos 1980 e 1990. Os autores expõem como uma empresa do setor automotivo contratava temporariamente jovens de famílias operárias com o objetivo de elevar o ritmo do trabalho, sendo que os colocaram junto aos mais velhos, aos operários da geração do fordismo/taylorismo, criando uma situação de envelhecimento social, de desqualificação do trabalho dos mais velhos, diante da introdução de novas máquinas robotizadas e mudanças no processo de trabalho. Além disso, elencam como parte desse processo, a introdução de uma nova geração de trabalhadores, mais formada, com mais anos de educação em comparação aos pais e aos operários antigos, que demonstrou um engajamento com os objetivos da empresa e menos com os da sua classe. Deste modo conseguiu “matar dois coelhos com uma única cajadada: diminuir a pressão social exercida fora da fábrica [oriunda dos efeitos do desemprego induzido pela reestruturação] e dinamizar a grande massa de operários não qualificados que estão envelhecendo” (BEAUD e PIALOUX, 2009, p. 40).

Em decorrência, o capital não exerce uma única manipulação da questão geracional, são as condições territoriais concretas as que oferecem os subsídios para sua compreensão em direta relação com as outras transversalidades de classe (gênero, raça, etnia). Para tanto, esta seção está baseada na observação desde o exterior, de certo modo estrutural, referenciada em dados estatísticos sobre o mercado de trabalho, e com os complementos das informações extraídas no trabalho de campo. Essa combinação nos possibilitou avançar para atingirmos nossos objetivos de desvendar a mobilidade do trabalho dos jovens e suas incidências na inclusão e/ou exclusão de coletivos de trabalho vivo.

A partir disto, utilizamos como indicador da juventude a faixa etária entre os 18 e 29 anos, dependendo da disponibilidade de dados para cada país. Diferentes estudos sinalizam que a utilização da idade como referente para a distinção da juventude são arbitrárias (BRUNET e PIZZI, 2013; WEISHEIMER, 2005). No nosso caso, consideramos que a faixa etária é produto da ação jurídico-política do Estado, dos interesses do capital e da luta dos setores sociais para distinguir esse grupo social (BARCELLOS, 2014, p. 62). Portanto, não é arbitrária ao se manifestar como imposição histórica de uma classificação etária, e nos possibilita desvendar o que aconteceu com os

jovens rurais empregados no setor do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis entre os anos 2000 e 2015.

A idade de 18 anos é um referente etário nos dois países que habilita os indivíduos para o exercício de outros direitos civis⁶³, da sua liberdade formal com maioridade civil. O limite dos 29 anos se ampara nas leis de juventude nacionais vigentes, e os estudos de juventude de instituições internacionais que trazem como justificativa a extensão dos anos de educação da população e a postergação da saída da família de origem. No tocante a esse último assunto, retomamos o marco etário dos estudos latino-americanos de juventude rural realizados por instituições como a CEPAL, a FAO e a ONU, entre outras. Em estudo sobre a juventude rural da América Latina, realizado para a FAO, Dirven (2016, p. 6, tradução nossa) acolhe a faixa etária 18-29 anos em sintonia com os estudos CEPAL, e apresenta o panorama legal da definição desta faixa etária pela legislação e as instituições internacionais:

[...] los organismos de las Naciones Unidas consideran el rango entre 15 y 24 años de edad y hacen la distinción entre jóvenes adolescentes (de 15 a 19 años) y jóvenes adultos (de 20 a 24 años). Para el análisis del trabajo infantil, la OIT distingue los niños y jóvenes de 5 a 11 años, de 12 a 14 años y de 15 a 17 años, en sintonía con las Resoluciones sobre el trabajo infantil (...). A su vez, la Declaración sobre los Derechos del Niño considera “niños” a todos los menores de 18 años de edad, excepto en aquellos países donde son considerados “adultos” a una edad más temprana (DIRVEN, 2016, p. 6).

No caso brasileiro o Estatuto da Juventude de 2013 (Lei 18.252 de 2013) acolhe a definição de juventude entre 15-29 anos, resultado da visibilidade política deste grupo social desde os primeiros anos do século XXI, discutido em torno de uma “estrutura político-administrativa específica para tratar do tema por parte do Estado” durante os governos Lula, que tiveram como fato importante a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e um conjunto de políticas específicas (BARCELLOS, 2014, p. 61-62). Essa nomenclatura se sobrepõe à definição demográfica da juventude defendida pelo IBGE, que marca entre os 15-24 anos, porém nada diz dos processos sociais, participação e garantia de direitos inclusos que o Estatuto da Juventude legitima (WEISHEIMER, 2005).

Na Colômbia a faixa etária legal da juventude teve dois momentos, o primeiro com a Lei 397 de 1997, ou Lei de Juventude que definiu a faixa entre os 14-26 anos

⁶³ Cf. Código Civil brasileiro, Artigo 5, e Lei 27 de 1977 da Colômbia que fixa a maioridade nos 18 anos (Art. 1).

(Artículo 3), e o segundo, o estatuto de cidadania juvenil (Lei Estatutária 1622 de 2013) modificou para 14-28 anos (Artículo 5).

Contudo, tanto no Brasil quanto na Colômbia, o limite etário da juventude foi modificado em 2013. Consideramos que pode ser utilizado para a análise dos dados de anos anteriores, sendo que mostra o histórico da mudança da participação desse grupo etário no mercado de trabalho durante a primeira e a segunda década do século XXI.

5.1.1 Órfãos e herdeiros do corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo

A mecanização do processo de trabalho no plantio e colheita da cana-de-açúcar como fato mais destacado da reestruturação produtiva no setor canavieiro, se objetiva na mudança técnica e tecnológica iniciada desde os anos 1960 para aumentar a produtividade e diminuir os custos de produção e sociais com a utilização do corte manual e da queima da cana (BACCARIN, 2016; THOMAZ JUNIOR, 2009; MORAES SILVA, 1998; SCOPINHO, 1995). A denominada modernização do processo produtivo no âmbito da agroindústria canavieira tem duas faces complementares. Uma se refere ao trabalho vivo, visando sua substituição e controle para aumentar a produtividade por meio da introdução de maquinário especializado (colheitadeira, tratores, caminhões e Unipod, entre outras), e, recentemente, adicionam-se a estas as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) atreladas aos modelos da agricultura de precisão e da agricultura climaticamente inteligente ou agricultura inteligente, e seus vínculos à Revolução 4.0 (BARRETO, 2018; BUNDE, 2017; MORENO, 2013). Outra, se distingue pela legitimação social e ambiental do setor canavieiro para o mercado nacional e internacional, por meio do fetiche do processo produtivo atrelado à ideologia do ambientalismo do capital, que envolve as mercadorias produzidas: etanol, açúcar e polietileno como mercadorias verdes (SABADIN, 2017; GAMEIRO, 2017).

Essas duas faces convergem no fato político e econômico resultado da aceleração da implementação da mecanização da colheita na última década como resultado do consenso entre usineiros, fornecedores e o Estado de São Paulo através da assinatura voluntária do Protocolo Agroambiental em 2007. De acordo com a análise de Baccarin (2016, p. 107), o avanço da mecanização no Estado de São Paulo, em 2006, atingia 40%, sendo 11% de cana queimada e 29% de cana crua, e o restante, 60%, era colhido manualmente. Portanto, o aumento da colheita de cana crua, deve-se ao avanço da

mecanização, ou da área colhida de cana crua, que no Estado atingiu, em 2014, o patamar de 83,7% (SMA-SP, 2015, p. 26).

Os impactos sobre o mercado de trabalho se apresentam como uma variação inversamente proporcional entre a diminuição do número de empregos diante do aumento exponencial da área plantada de cana no Estado, sendo que este último fato foi apresentado no Capítulo 3.

Diferentes autores indicam a mecanização do corte como um fator de expulsão do mercado de trabalho dos cortadores manuais. Os dados recentes analisados por Baccarin (2016, p. 136 et seq.), oriundos dos bancos de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), indicam que entre 2007 e 2014 houve uma diminuição do número de trabalhadores no setor canavieiro.

Baccarin (2016), a partir desses dados, criou quatro categorias que respondem ao processo de trabalho da agroindústria: pessoas na agricultura; pessoas na indústria; administrativos, transporte e apoio; e, não sucroalcooleiros. A partir dessas categorias calculou a média mensal e, por ano, de pessoas ocupadas em cada uma. Em termos absolutos essas estimativas demonstram que, das quatro categorias agrupadas, a ocupação anual no setor passou de 324.349 em 2007, para 267.322 trabalhadores em 2014 (-57.027 ou -17,6%).

Entretanto, a categoria “pessoas na agricultura” foi a mais afetada por essa diminuição, sendo que a média de emprego mensal por ano passou de 217.928 em 2007 para 127.422 em 2014 (-90.506 ou -41,5%). Para aprofundar quais ocupações foram atingidas pela desocupação, o autor desagregou em 3 subgrupos profissionais, os quais mostraram variações. No subgrupo ocupação “trabalhadores canavieiros”, entre os quais estão os cortadores manuais, as pessoas ocupadas passaram de 186.738 em 2007 para 76.436 em 2014 (-110.301 ou -59%). Os outros subgrupos desta categoria revelaram números positivos, como é o caso dos trabalhadores “na mecanização”, que passaram de 24.279 em 2007, para 42.312 trabalhadores em 2014 (18.033 ou 74,3%), e, os trabalhadores em “outros agrícolas” tiveram 6.911 em 2007 e 8.673 em 2014 (1.762 ou 25,5%). As outras categorias também apresentaram aumento de ocupados. A categoria “pessoas na indústria” teve 40.186 em 2007, e 45.921 em 2014; de outro lado a categoria Administrativos, Transporte e Apoio, teve 61.637 pessoas em 2007 e 91.056 em 2014 (29.419 ou 36,4%). No conjunto, a variação negativa geral dos empregos no setor ficou evidente com a supressão de trabalho vivo pelo trabalho morto da máquina. De acordo

com os argumentos de Braverman (1977) as inovações técnicas e organizacionais ao redor da mecanização do processo de trabalho compõem de um lado como desemprego de uma massa de trabalhadores e, do outro, como perda de controle do ritmo de trabalho pelo novo trabalhador. Neste caso, a colheita mecanizada passa o controle para o ritmo da máquina controlada por meio da tecnologia e as metas da gerência.

Portanto, o resultado é a eliminação de empregos e também o deslocamento para outras ocupações e atividades dentro do setor ou fora deste (BRAVERMAN, 1977, p. 151). Isto comparece nos dados apresentados, ou seja, mesmo que o emprego tenha diminuído, esse fato se concentrou na diminuição do número de cortadores manuais no Estado todo, mas o subgrupo profissional “pessoas na mecanização” e a categoria “administrativos, transporte e apoio” aumentaram o número de empregos.

De acordo com isto, questionamo-nos a respeito dos impactos na mobilidade do trabalho, da juventude, tendo em consideração tanto a eliminação de ocupações quanto o deslocamento do emprego para outras ocupações ou atividades no setor. Baccarin (2016, p.157-158) advertiu que entre 2006-2014 houve uma diminuição do total de trabalhadores canavieiros com até 29 anos, que passou de representar em 2007, 49,8% no Estado, para 33,3% em 2014. Em decorrência, salienta que teve um aumento da idade média dos trabalhadores canavieiros, o que ele chama de “envelhecimento”, sendo que “a faixa de 30 a 39 anos, apresentou certa estabilidade (...) enquanto crescia a participação dos trabalhadores entre 40 e 49 anos”.

Além disso, coloca argumentos gerais sobre essa saída dos jovens do mercado de trabalho canavieiro, os quais teriam um tipo de desalento alicerçado pela “melhoria das condições de vida das famílias brasileiras e das maiores possibilidades de continuar estudando” (BACCARIN, 2016, p. 157). Essas explicações estruturais podem, de algum modo, dar conta de uma diminuição da participação dos jovens no setor canavieiro, no entanto, consideramos que há outros fatores que elencam uma contradição no papel da juventude diante dessa nova morfologia do trabalho.

Essa contradição a designamos a partir da figura metafórica dos órfãos, grupo que recebeu esse nome na matéria do jornal Folha de São Paulo, de 30 de junho de 2017, e que tratou a migração de volta para o Nordeste de uma “legião de ex-boias-frias desempregados e com problemas de saúde” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017). Os entrevistados tinham mais de 30 anos, eram trabalhadores descartados que voltaram para seu local de origem tentando reestruturar sua trajetória laboral e familiar, levando o que

sobrou da exploração no corte manual: lesões, doenças e marcas no corpo. As razões técnicas e políticas desse desemprego massivo são claramente expostas, entanto que

[Esses trabalhadores] Não foram derrotados só pela tecnologia, mas perderam espaço também devido a um acordo que restringiu a queima da palha da cana, responsável por fumaça, fuligem e gases tóxicos, e obrigou as usinas a se mecanizarem cada vez mais (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

A reportagem traz em consideração o rosto dessa massa que foi demitida na última década, especialmente o dos mais velhos que, de acordo com seus depoimentos, saíram jovens para os canaviais de São Paulo.

‘Se a cana enriquecesse, eu seria milionário. Trabalhei 26 anos direto, cortando 18 toneladas por dia. Tenho dores na coluna e um braço torto. Foi só o que consegui ganhar’, disse Geraldo Melchiades, 52, que viajava todo ano ao interior paulista desde 1979 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017)

Ponderamos, tendo como referência a mudança no peso relativo dos jovens até 29 anos no conjunto dos trabalhadores, que além dessa massa de descartados maiores de 30 anos, há outros mais novos e invisíveis que também foram descartados, enquanto outros migrantes continuam se movimentando entre os empregos canavieiros, no corte manual, nas poucas empresas que ainda o utilizam, ou se qualificaram para outras funções relacionadas à mecanização, e outros que têm ficado, mas saíram do setor canavieiro e se ocuparam na construção civil, trabalhos informais, etc. Essa ponderação sobre o protagonismo dos trabalhadores migrantes jovens, nos anos 2000, se sustenta nas comprovações de Novaes *et.al.* (2007, p.7), quando aborda a transversalidade da juventude entre os trabalhadores migrantes do corte manual, pois, que

[...] o critério etário não é claramente explicitado pelos arrematadores de mão-de-obra. Porém, não é difícil comprovar a hipótese de que a idade se tornou um critério no recrutamento de mão-de-obra para o corte da cana. Trata-se de uma evidência que salta aos olhos: nos ônibus que saem do Nordeste para as usinas de São Paulo, nos canaviais e nos alojamentos das usinas. Na safra de 2005, tivemos acesso a um significativo conjunto de carteiras de trabalho (1.269 carteiras) que tinham sido entregues pelos trabalhadores a uma empresa de contabilidade na cidade de Cosmópolis (SP) para que fosse finalizado o contrato temporário de trabalho (procedimento esse realizado no final da safra da cana). As fotos da carteira de trabalho indicavam que a maioria era de trabalhadores jovens.

Portanto, afirmamos que a juventude é uma característica social compartilhada por muitos trabalhadores expulsos pelo processo de reestruturação produtiva. Essa transversalidade de classe possui uma particularidade, pois ela se dilui com o passar da idade, concomitante com o desgaste da saúde e do corpo, e com a contínua migração; talvez por isso fica oculta. Ainda, salientamos que muitos destes órfãos mais velhos

também foram jovens na faixa etária até 29 anos, que compartilhavam as características sociais de baixa escolaridade e socialização no trabalho da terra (NOVAES, 2009; NOVAES, CONDE, *et al.*, 2007) que o capital precisou mobilizar para o corte manual, e que no momento em que essa função se tornou “insustentável”, foram demitidos.

Como resultado desse processo, emergem os herdeiros, ou os outros jovens que vão constituir o novo perfil que valoriza mais a escolaridade e outras habilidades vinculadas ao ritmo de trabalho imposto pelas máquinas colheitadeiras, plantadora, pulverizadores de agrotóxicos (Uniport), tratores, trasbordos e caminhões etc. Em consequência, a mecanização o setor canavieiro iniciou um processo de reestruturação geracional e intra-geracional. Portanto, nos interessamos por aqueles jovens rurais que aparecem nessa dinâmica territorial da nova morfologia do trabalho canavieiro, ou como os denominamos, os herdeiros da cana.

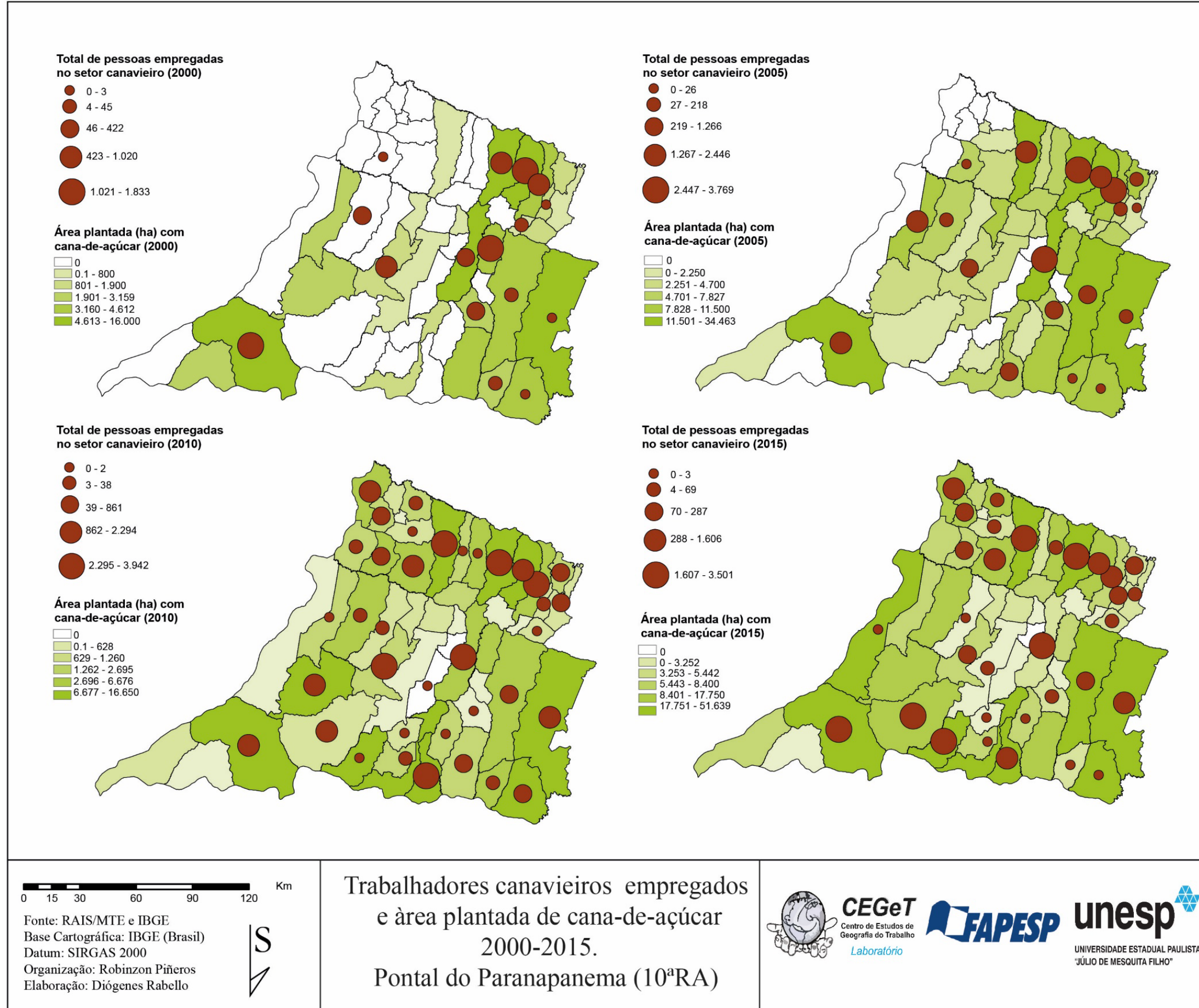
5.1.2 Órfãos e herdeiros no Pontal do Paranapanema

Para constatar a diminuição dos empregos, concentrada nas funções de corte manual em relação à juventude, detalhamos esse fato no mercado de trabalho no Pontal do Paranapanema (10ª RA). Para tal fim, utilizamos os microdados da RAIS/MTE para os anos 2000, 2005, 2010 e 2015 e desagregamos o Setor Canavieiro, constituído por quatro atividades registradas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE2.0)⁶⁴: cultivo de cana-de-açúcar (113-0/00), fabricação de açúcar em bruto (1071-6/00), fabricação de açúcar refinado (1072-4/01) e fabricação de álcool (19.31-4)⁶⁵. Posteriormente, fizemos o cruzamento da categoria Agroindústria Canavieira pelos 53 municípios da 10ª RA, constatando o número de empregos anuais no setor, sem demissões. E ainda, o cruzamento dessa análise do mercado de trabalho com a área plantada de cana-de-açúcar oriunda dos dados do IBGE nos possibilita representar a territorialização do capital por meio da distribuição e concentração espacial da contratação da força de trabalho e da área plantada (Mapa 7).

⁶⁴ A CNAE2.0 foi implementada em 2007 e para os anos anteriores procedemos a homologar as atividades econômicas da CNAE95 com as da CNAE2.0.

⁶⁵ O procedimento metodológico que utilizamos para cruzar e analisar os dados oriundos da RAIS/MTE diferem dos utilizados por Baccharin (2016, p.128 et seq.). Nosso objetivo é apresentar os empregos totais do mercado formal de trabalho por ano no setor canavieiro, esse dado é posteriormente desagregado pela categoria trabalhador canavieiro e a faixa etária. Por esse motivo, não fazemos comparação direta com os dados do estudo de Baccharin (2016), sendo que não há reciprocidade no tratamento metodológico dos dados.

Mapa 7 - Pessoas empregadas anualmente na Agroindústria Canavieira (RAIS/MTE) e Área Plantada com Cana-de-Açúcar (IBGE) no Pontal do Paranapanema (10RA). 2000-2015



Transparece neste mapa o avanço territorial da lavoura da cana-de-açúcar no período estudado (2000-2015), sendo que em 2000 eram 27 municípios sem cana plantada, em 2005 passou para 11 municípios, em 2010 foram 2 municípios, e em 2015 apenas 1 município, totalizando, pois, neste último ano, na 10ª RA, 534.093 ha. Isto demonstra o dinâmico e extensivo avanço da cana-de-açúcar nas áreas de pastagem, muitas delas terras griladas e em disputa pela luta pela terra de movimentos sociais (FELICIANO, 2009), mas com a declividade ótima para serem “disponibilizadas” pelos protocolos agroambientais, como visto no capítulo 3, para o avanço do capital do agrohidronegócio.

Na trilha desse avanço territorial do plantio, há uma expansão e posterior concentração de empregos nos municípios (Tabela 6). No ano 2000, dos 53 municípios da 10ª RA, 27 totalizavam 7.673 empregos. Em 2010, depois do intenso avanço das lavouras de cana-de-açúcar, 51 municípios registraram 33.096 empregos canavieiros, e em 2015 um total de 52 municípios concentrava 21.073, um número menor de empregos, similar a 2005 com 21.020 empregos.

Em decorrência, o Mapa 7 representa a contratação feita pelos escritórios dos grupos, concentrados nos municípios sede das unidades agroindustriais canavieiras, ou seja, Mirante do Paranapanema, Sandovalina e Narandiba. Já, nos municípios próximos o emprego é registrado pelas empresas terceirizadas e, no geral, há um raio de contratação de força de trabalho nos municípios próximos às empresas agroprocessadoras, respeitando as áreas de plantio.

Além da expansão quantitativa do mercado de trabalho, houve uma concentração espacial do emprego no Sul do Pontal do Paranapanema. Fato decorrente da desativação de empresas falidas e a concentração de capital protagonizada por três grupos que desativaram unidades adquiridas entre 2004-2009, como a Alcídia, em Teodoro Sampaio, pela Odebrecht Agroindustrial; a Paranapanema I, em Narandiba, pelo grupo UMOE; e a construção de uma em Sandovalina (Paranapanema II-UMOE/BIOENERGY), e outra em Mirante do Paranapanema, (Conquista do Pontal-Odebrecht). Outro caso é a Usina Cocal II em Narandiba, do grupo COCAL, com sede em Paraguaçu Paulista.

Como visto, o número de empregos cresceu até 2010, junto com a expansão territorial da cana, ou seja, nesse processo expansivo houve a necessidade de força de trabalho, tanto para a agroindústria quanto para a construção das novas usinas. No intuito de desvelar quais as mudanças no total de emprego dos trabalhadores do corte manual da cana-de-açúcar, no período de descenso entre 2010-2015, utilizamos as ocupações

CBO2002: trabalhador da cultura de cana-de-açúcar (6221-10), e trabalhador volante da agricultura (6220-20), nas quais são registrados mormente estes trabalhadores, a partir desta classificação, criamos a categoria “trabalhador canavieiro”.

Tabela 6 - Faixa etária de trabalhadores canavieiros admitidos no Pontal do Paranapanema (10ªRA). 2000-2015

Trabalhador canavieiro	Anos				Variação 2010-2015	
	2000	2005	2010	2015	%	Absoluta
Faixa etária						
15-17	5	11	-	1	100,0	1
18-24	839	3.046	4.050	948	- 327,2	- 3.102
25-29	687	2.366	3.137	708	- 343,1	- 2.429
30-39	1.072	4.020	4.873	1.583	- 207,8	- 3.290
40-49	615	2.634	3.534	1.556	- 127,1	- 1.978
50-64	479	1.431	1.929	1.356	- 42,3	- 573
65 ou mais	57	118	102	102	-	-
Total	3.754	13.626	17.625	6.254	- 181,8	- 11.371
Total empregos setor canavieiro	7.673	21.020	33.096	21.733	- 52,3	-
% trabalhador canavieiro no total do emprego no setor	48,9	64,8	53,3	28,8	-	-

Fonte: RAIS/MTE

Organização: Robinzon Piñeros

O cruzamento das admissões de trabalhadores canavieiros entre 2000 e 2015 com a faixa etária destes mostra que os trabalhadores canavieiros foram a categoria com peso relativo, entre 50 e 64% nos três anos do período (2000, 2005 e 2010), mas em 2015 decresceu para 28%. A variação entre 2010 e 2015, em termos absolutos, significou a perda de 11.371 empregos, ou seja, o crescimento do emprego do setor canavieiro, no Pontal do Paranapanema, entre 2000 e 2010, foi concentrado na categoria trabalhadores canavieiros, e a partir dos finais da primeira década, começa a decrescer, resultado da demissão em massa de cortadores manuais (Tabela 6). No tocante à faixa etária, os dados apresentados indicam que os jovens (até 29 anos) foram o grupo etário que mais diminuiu entre os trabalhadores canavieiros, sendo que entre 2010 e 2015 desapareceram 5.531 empregos de jovens (18-29 anos). Uma explicação está no envelhecimento demográfico dos jovens entre 25-29 anos, que os transfere para o grupo de 30-39 anos, que, a princípio, foram remanejados e qualificados pelas empresas nas atividades relacionadas com a mecanização. No entanto, nem todos foram remanejados, por isso, esta tendência é que a juventude migrante, empregada no corte manual, comparece como órfãos, ou seja, como a fração da classe trabalhadora que mais sofreu o descarte protagonizado pelo capital agroindustrial canavieiro, via a mecanização do corte e do plantio da cana-de-açúcar.

Constata-se, em primeiro lugar, que no Pontal do Paranapanema a demissão dos cortadores manuais também se concentrou no trabalhador migrante. A pesquisa sobre este grupo de trabalhadores no recorte pesquisado comparece nos trabalhos de Oliveira (2016), Bento (2005), Barreto (2018, 2013) e Thomaz Junior (2009; 2017), que analisaram a realidade da migração de trabalhadores oriundos do Nordeste e outras regiões do Brasil, nos séculos XX e XXI. Oliveira (2016, p. 77), afirma que a migração para o trabalho no setor canavieiro, no Pontal do Paranapanema, tem registro desde os anos 1970, com as empresas agroprocessadoras estimuladas pelo Proálcool, sendo que a origem destes trabalhadores variava entre os municípios próximos do Norte e Noroeste do Paraná, até os estados Nordestinos. Na fase expansiva do capital, já nos finais da primeira década do século XXI, tendo à frente capitais mundializados, de novo foram trazidas turmas de trabalhadores migrantes.

Quando da aquisição da unidade Alcídia, em 2007, pelo Grupo ETH-Odebrecht, na safra 2008/2009 foram arrematados aproximadamente 400 trabalhadores dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e municípios do Noroeste do Paraná, todos para o corte manual de cana-de-açúcar. Esses trabalhadores ficaram durante a safra alojados nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha (OLIVEIRA, 2016, p. 78)

O trabalho de Bento (2015), volta-se para a persistência da migração de trabalhadores, muitos destes oriundos de Minas Gerais, para o corte manual, nos municípios de Martinópolis, Narandiba e Caiabu. O autor faz uma análise das trajetórias destes trabalhadores, sobressaindo a contínua migração e mudança de emprego e atividade, de tal modo que destaca a mobilidade espacial e setorial que, entre outros fatores, está atrelada ao declínio do trabalho manual. Além disso, o autor elenca a importância que tem para muitos destes trabalhadores a qualificação profissional, especialmente os cursos que habilitam para desempenhar funções junto ao corte mecanizado. Essas buscas, aos diplomas, aos certificados, transformam-se em mediação para os trabalhadores continuarem migrando, apesar do crescente desemprego, porém insistindo nas ocupações vinculadas aos empregos canavieiros.

Nessa sequência, ao mesmo tempo que houve uma expulsão dos cortadores manuais, também há uma tendência ao aumento da idade média do trabalhador canavieiro, isto é, da maior representatividade quantitativa dos trabalhadores na faixa entre 30 e 49 anos, em 2015. A partir disso, questionamo-nos a respeito de como comparecem as faixas etárias em todas as ocupações no setor canavieiro entre 2010 e 2015 no Pontal do Paranapanema (10ª RA) na base de dados analisada. Selecionamos os

anos 2010 e 2015 porque houve notável diminuição de empregos, decorrente da implementação da mecanização e do encerramento de um ciclo de construção de novas unidades agroprocessadoras.

Com esse objetivo, selecionamos as ocupações com mais de 100 empregos registrados em cada ano, depois foi calculada a representatividade percentual dessas ocupações no total de empregos do ano analisado, do que resultou que a amostra para 2010 representa o 87% e para 2015 o 80% do total de admitidos. Posteriormente, essas ocupações com mais de 100 empregos foram organizadas em grupos de ocupações de acordo com o processo de trabalho: Agrícola⁶⁶, Industrial⁶⁷, Mecanização⁶⁸, Mecânica e Manutenção de máquinas agrícolas, industriais e veículos⁶⁹ e Administrativo⁷⁰. Além disso, em 2010 houve um grupo de ocupações registradas no setor da Construção⁷¹, como dito, vinculadas à fase de implantação de novas unidades ou de outras obras complementares, e para o ano de 2015 compareceu outra ocupação que corresponde às funções de laboratório, nas análises físico-químicas⁷².

Tendo como base essa classificação por ocupações e grupos, procedemos a fazer cruzamento com a faixa etária, como indicador da distribuição das idades para identificarmos sua tendência, especialmente interessados nas tendências das ocupações agrícolas, mecanização e mecânica e manutenção de máquinas agrícolas, industriais e veículos (Tabela 7).

⁶⁶ Grupo conformado pelas ocupações CBO/2002: trabalhador da cultura de cana-de-açúcar (622110), trabalhador volante da agricultura (622020), trabalhador na operação de sistemas de irrigação e aspersão (Auto Propelido) (641015), supervisor de exploração agrícola (620105), trabalhador agropecuário em geral (621005), técnico agrícola (321105), trabalhador da pecuária (bovinos corte) (623110).

⁶⁷ Grupo composto pelas ocupações CBO/2002: apontador de produção (414210), alimentador de linha de produção (784205), soldador (724315), técnico de laboratório industrial (301105), operador de equipamentos de refinação de açúcar (processo contínuo) (841310), operador de caldeira (862120), operador de moenda na fabricação de açúcar (841315), operador de evaporador na destilação (811430), faxineiro (514320), operador de estação de bombeamento (862140).

⁶⁸ Grupo conformado pelas ocupações CBO/2002: motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais) (782510), operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas (641010), operador de colheitadeira (641005), operador de pá carregadeira (715135), caminhoneiro autônomo (rotas regionais e internacionais) (782505), operador de carregadeira (711210).

⁶⁹ Grupo conformado pelas ocupações CBO/2002: mecânico de manutenção de máquinas em geral (911305), mecânico de manutenção de máquinas agrícolas (913115), mecânico de veículos automotores a diesel (exceto tratores) (914425), mecânico de manutenção de automóveis motocicletas e veículos similares (914405), lubrificador de veículos automotores (exceto embarcações) (919110), borracheiro (414110), mecânico de veículos automotores a diesel (exceto tratores) (914425), eletricitista de instalações (veículos automotores e máquinas operatrizes, exceto aeronaves e embarcações) (953115).

⁷⁰ Grupo conformado pelas ocupações CBO/2002: assistente administrativo (411010), auxiliar de escritório em geral (411005), armazenista (414110).

⁷¹ Grupo conformado pelas ocupações CBO/2002: servente de obras (717020), pedreiro (715210), técnico de obras civis (312105)

⁷² Grupo conformado pela ocupação CBO/2002: auxiliar de laboratório de análises físico-químicas (818110).

Tabela 7. Variação de admitidos por função agroindustrial no Pontal do Paranapanema (10ª RA) de acordo a admitidos por ocupação CBO2002. 2010-2105, RAIS/MTE

Faixa etária	Agrícola			Industrial			Mecanização			Mecânica e manutenção de			Administrativo			Construção			Laboratório análise		
	2010	2015	Variação	2010	2015	Variação	2010	2015	Variação	2010	2015	Variação	2010	2015	Variação	2010	2015	Variação	2010	2015	Variação
15-17	-	1	1	-	-	-	-	-	-	8	-	-8	1	3	2	-	-	0	-	-	-
18-24	4.644	1.329	-3.315	809	470	-339	184	118	-66	215	302	87	249	183	-66	128	-	-128	-	83	83
25-29	3.827	1.378	-2.449	545	431	-114	452	451	-1	172	302	130	166	194	28	93	-	-93	-	44	44
30-39	5.940	2.802	-3.138	768	695	-73	873	1.102	229	261	477	216	139	171	32	154	-	-154	-	67	67
40-49	4.260	2.288	-1.972	504	380	-124	670	869	199	169	274	105	55	73	18	113	-	-113	-	17	17
50-64	2.246	1.777	-469	231	266	35	313	485	172	71	135	64	10	41	31	38	-	-38	-	1	1
64 ou mais	133	126	-7	12	14	2	7	15	8	1	3	2	1	3	2	2	-	-2	-	-	-
Total	21.050	9.701	-11.349	2.869	2.256	-613	2.499	3.040	541	897	1.493	596	621	668	47	528	-	-528	-	212	212

Fonte: RAIS/TEM

Organização: Robinzon Piñeros

De acordo com a Tabela 7, há três grupos que concentram mais empregos nos dois anos analisados: ocupações agrícolas; mecanização; e mecânica e manutenção de maquinário agrícola e industrial e veículos. Respeito das ocupações agrícolas, que agrupam a cortadores manuais e outras funções, mesmo com a demissão massiva entre 2010-2015 (-11.349 empregos), continuam sendo a fase do processo de trabalho agroindustrial com mais empregos (9.701 em 2015). Entre esses, os jovens entre 15-29 anos passaram de representar 8.471 empregos em 2010 a 2.707 empregos em 2015 (-5.764), ou seja, 40,8% e 27,9%, respectivamente. No caso do grupo de trabalhadores entre 30 e 39 anos, foram o segundo grupo com mais demissões (-3.138 empregos), e passaram de representar o 28,2% em 2010 para 28,8% em 2015, tendo uma variação mínima.

No entanto, mesmo com a diminuição quantitativa dos jovens e o aumento da idade média nas funções agrícolas, consideramos que há uma intensa exploração da juventude. Essa afirmação tem como referência o cálculo da vida útil do cortador de cana-de-açúcar, pautado entre 10 a 15 anos (MORAES SILVA, 2008, p. 8), de acordo com isso, a faixa etária da exploração começa formalmente aos 18 anos (ou antes, pela participação em programas de Jovem Aprendiz) e se posterga até os 35 anos. Em consequência, com a saída massiva de jovens cortadores de cana-de-açúcar, a vida útil de acordo à faixa etária dos trabalhadores nas funções agrícolas entre 2010 e 2015 vai além dos 35 anos e se alonga apenas um pouco após os 40 anos. Nesse sentido, afirmamos que o ciclo vital da exploração da força de trabalho na fase agrícola não foi alterado substancialmente, e se concentra nos trabalhadores nas funções agrícolas entre os 18 e 39 anos, os quais representaram o 56,7% em 2015. Esse fato alerta sobre a intensidade do desgaste e dispêndio de energia do trabalhador agrícola nessas funções atingidas pelos riscos, atualmente acrescentados pela utilização extensiva e intensiva de agroquímicos nas lavouras reflexo de um processo de trabalho químico dependente, e pelos acidentes de trabalho em funções agrícolas complementares da mecanização (THOMAZ JUNIOR, 2017a; MORAES SILVA, 2008).

Nesse sentido, de acordo com os dados analisados, podemos assegurar que o aumento de uso de agrotóxicos rebateu no grupo de ocupações agrícolas. Isto porque, entre todas as ocupações agrícolas houve uma que aumentou a quantidade de admitidos e que se refere ao “trabalhador na operação de sistemas de irrigação e aspersão (auto propelido) (641015)”. Nessa função estão aqueles que operam os jatos de vinhaça e os operadores das máquinas pulverizadoras de agrotóxicos (maturadores, pesticidas, defensivos etc.) de grande porte, como o Uniport, ou os pulverizadores acoplados ao

trator. No entanto, há outra função complementar da pulverização de agrotóxicos com máquinas portáteis carregadas nas costas (pulverizadora costal), justificada pela acessibilidade a determinadas áreas do plantio e/ou pelos custos.

Contudo, o panorama geral do mercado de trabalho no Estado de São Paulo, mostra diminuição do trabalho do cortador manual, mas o subgrupo trabalhadores canavieiros, subsiste com antigas e novas ocupações manuais que não comparecem ao registro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Essas ocupações manuais, imersas na categoria de trabalhadores rurais, são pesquisadas por Moraes Silva, Bueno e Melo (2014, p. 98), que trazem à cena o trabalhador ambulante e polivalente, com funções pautadas pelo trajeto da máquina no canavial, como as bituqueiras, e os tratos culturais focados na distribuição da vinhaça e os agrotóxicos. Da mesma forma que os trabalhadores avulsos e intermitentes, expressões mais refinadas da precarização sistêmica (THOMAZ JUNIOR, 2017a; 2017b; 2018a).

Poderíamos acrescentar outras funções identificadas nos trabalhos de campo, que se somam a esses ambulantes e polivalentes, para as quais são contratados jovens. Os “noteiros” ou “apontadores de produção” que entregam os bilhetes de produção ou de cana colhida aos motoristas, os quais, de acordo ao relatado nas entrevistas, estão expostos ao risco de serem atropelados pela pouca visibilidade que têm os motoristas na cabine. Fer, estudante do último ano de ensino médio, em entrevista, apontava algumas questões sobre essas funções

P: Como é a trajetória de entrada dos jovens na usina? Os que têm ensino médio conseguem um tipo de trabalho e os que não têm...

Fer: Se você só terminou o terceiro e não tem carta, quando você entra, você entra para borracheiro, para noteiro. É o mais comum aqui, quase todo mundo entra assim, se você não terminar, o trabalho que vai ter para mim na usina vai ser noteiro, vai ser difícil entrar em outro. [P: Ou borracheiro...]. Agora quem já terminou, quem tem um curso de informática bom, as vezes entra na parte de dentro. No caso do meu primo já tinha curso, já tinha trabalhado em informática, entrou na parte de dentro, quando ele entrou na usina [...]. (FER, Teodoro Sampaio, Estudante de último ano de ensino médio e Assentado. 16 anos, Dezembro de 2015)

Há também os da turma da gestão de qualidade, encarregados de atividades de supervisão da cana colhida no processo de Corte, Carregamento e Transporte (CCT). Lê, trabalhador, morador de Teodoro Sampaio, explicava essas funções

Lê: Porque lá é assim. São divididos, né? E a equipe a qual eu faço parte, é gestão de qualidade. Nós fazemos a avaliação final, de toda a operação. É um

serviço de muita responsabilidade. Tem que ter muita paciência. Porque nós avaliamos as perdas da colheita mecanizada. Nós avaliamos o plantio da cana. Nós avaliamos o herbicida. No caso a parte do veneno. Então tudo isso aí. Fazemos as infestações finais das brocas. Para ver a quantidade de broca. A porcentagem que um canavial, um talhão vai estar de manifestações de brocas.

P: Vocês são, tipo, a mediação entre a área agrícola e a área industrial?

Lê: Isso! A gente fica lá no campo. Faz aquela avaliação. E passa para a indústria, né? E se caso der algum problema, dentro do parque industrial, aí eles vão lá no relatório (LÊ, Teodoro Sampaio, Estudante EJA e trabalhador canavieiro. 22 anos, Outubro 2016)

Outro eixo que resulta do declínio da ocupação do cortador manual é que outros grupos ocupacionais aumentaram sua participação. Baccarin (2016, p. 137 e 140) faz apontamentos no sentido do aumento do subgrupo de trabalhadores “na mecanização”. Concomitante, houve aumento do controle administrativo do escritório, o que “pode ser considerado como um indicativo de que aumentaram os controles das empresas sucroalcooleiras sobre os processos de trabalho, inclusive os agrícolas”. Além disso, apresentou-se um crescimento expressivo de motoristas ocupados nas colhedoras, tratores, transbordo, caminhões do plantio e dos comboios etc., colocando essa função como uma das categorias mais exploradas (BARRETO, 2018; MORAES SILVA, BUENO e MELO, 2014).

Mas, contraditoriamente, o motorista em geral carrega a imagem mais visível do novo trabalhador canavieiro, motivo pelo qual alguns dos jovens mais novos que entrevistamos desejavam tirar sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para dirigir um trator ou um caminhão na “usina”, como opção de trabalho e projeto de vida fora do assentamento. Nesse contexto, Fer o jovem, estudante e assentado, comparava o “serviço” no trator e na terra, sendo que, para ele, o trabalho na parte agrícola da agroindústria é mais leve, só precisa da habilitação. Ao perguntarmos pelo seu projeto de vida ele afirmava que, caso não conseguisse ir para a cidade, ficaria no assentamento como trabalhador da empresa, igual ao pai e ao irmão.

P: Se não tivesse oportunidade de sair, o que você preferiria fazer?

Fer: Se não tivesse, aí eu trabalhava na usina.

P: O que você prefere desse trabalho. Você falava que o trabalho na usina é mais confortável

Fer: Eu creio que sim. Esse povo que trabalha no trator, é muito confortável, é tudo muito fácil de dirigir, o ar condicionado lá dentro é 24 horas. Tem sua hora de descanso. Eu acho muito confortável, porque muita gente trabalha no sítio, todo dia tira o leite, vá ver o quintal, vá plantar, vá colher as plantações.

Todo dia fica no mesmo batente, agachando, o povo aqui reclama muito de dor na coluna, por ter que ficar abaixando... (FER, Teodoro Sampaio, Estudante de último ano de ensino médio e Assentado. 16 anos, Dezembro de 2015)

No que tem a ver com o perfil dos trabalhadores, vários autores chamam a atenção sobre a qualificação profissional, sendo que as agroindústrias passaram a elevar o nível educativo mínimo, ao patamar para o ensino fundamental e ensino médio, e para outras funções de controle, administração ou produção eleva-se para a qualificação técnica ou profissional. A elevação do nível educativo passa a valer tanto para homens quanto para mulheres depois da diminuição dos cortadores manuais, os quais tinham níveis educativos mais baixos.

Moraes Silva (1998, p. 313-314) já elencava as exigências de um nível educativo mais alto, além de outros critérios transversais para a seleção dos trabalhadores aos finais do século XX.

As usinas estão implantando uma nova forma de seleção de mão-de-obra, por meio dos critérios: sexo, idade, escolaridade. Sexo masculino, idade até 25 anos, escolaridade até a 4ª série para o trabalho agrícola, e até a 8ª série para o trabalho na área industrial. Na realidade, a escolaridade é o item acrescentado ao perfil do bom cortador de cana, analisado anteriormente o trabalho dos jovens.

A escolaridade vai denotar a mudança do disciplinamento ou controle do trabalhador, passando do modelo do bom cortador, expressivo na sua força e habilidade para cumprir com a quantidade de cana cortada e garantir seu salário por produção, para outro que foca nas habilidades físico-cognitivas do bom trabalhador e bom aprendiz, que cumpre ou interioriza as metas coletivas da safra. Além disso, esses herdeiros da cana se capacitam e aprendem continuamente com os cursos oferecidos pela empresa, ou se interessam por elevar sua escolaridade com cursos técnicos e profissionais, fato expressivo do que Alves (2007, 2011) denomina de captura da subjetividade.

A respeito da captura da subjetividade, o Capital utiliza a alfabetização e o nível educativo para implementar estratégias de fidelização fora do local de trabalho, isto, por meio da utilização de redes sociais para difundir informações empresarias e que tem por objetivo disseminar valores corporativos. Em primeiro lugar, apresentamos uma postagem no Facebook da empresa ATVOS (antes Odebrecht Agroindustrial), observa-se as formas de socializar as metas de safra através das redes sociais, na qual os trabalhadores/seguidores expressam seu engajamento individual com o trabalho coletivo (Figura 15). Com isto, afirmamos que a escolaridade ou habilidades na leitura e na escrita

são valorizadas, não apenas no local de trabalho, mas também são um meio para manter o trabalhador engajado fora do local de trabalho, e no caso da ATVOS/Odebrecht, criar concorrência *on-line* entre os trabalhadores das unidades agroindustriais canavieiras (polos), que possuem nos estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso⁷³.

Figura 15 - Publicação em Facebook (28/06/2018) do recorde diário de produção de Etanol na Usina Conquista do Pontal (ATVOS)



Fonte: ATVOS, 2018⁷⁴

Complementar disso, na Figura 16, comparecem os perfis para a seleção de ocupações associadas à manutenção automotiva, na qual há dois destaques: a escolaridade mínima no ensino médio e a carteira de motorista CNH-B. As redes sociais para as empresas como a UMOE/BIOENERGY, de Sandovalina, têm sido um meio para divulgar vagas e estabelecer novas mediações na arregimentação, nas quais dialogam diretamente com os candidatos e divulgam amplamente entre a população dos municípios. Para a UMOE, este é um meio de construir uma imagem corporativa positiva, a qual tem desdobramentos nas certificações ou selos nacionais ou internacionais do Etanol. Além disso, controla a expectativa dos trabalhadores e desempregados. Na publicação citada, também comparece a divulgação do perfil do trabalhador regional, disposto a morar ou ser morador em Sandovalina ou municípios próximos. Para o trabalhador ou

⁷³ Cf. <https://www.atvos.com/a-empresa/polos-e-unidades/>

⁷⁴ <https://www.facebook.com/SomosAtvos/posts/1898973500153258>

desempregado, sem dúvida, as habilidades da leitura e da redação, somadas às facilidades junto às redes sociais, utilização de celulares e computadores para acessar as redes sociais, é “exigência” consentida. Portanto, não se trata apenas de consumo para lazer ou fetiche de consumo, mas também é um aparelho que possibilita a busca de emprego.

Figura 16 - Publicação em Facebook (02/07/2018) com a divulgação de vagas de emprego na Usina UMOE/BIOENERGY

VENHA FAZER PARTE DO NOSSO TIME!

Estamos selecionando:

- ✓ **Mecânico Soldador Automotivo III (Manutenção Preventiva) – 01 vaga**
Requisitos: Ensino Médio completo e experiência na função. Necessário ter disponibilidade para residir na região de Sandovalina – SP.
- ✓ **Líder de Manutenção Automotiva (Colhedora) – 01 vaga**
Requisitos: Curso Técnico completo, CNH-B, conhecimento em mecânica, elétrica e hidráulica de equipamentos agrícolas. Experiência com gestão de equipe e ter disponibilidade para residir na região de Sandovalina – SP.
Atividades: Liderar a manutenção de colhedoras da frota, participar do planejamento da área, distribuir o serviço de manutenção preventiva, corretiva, minirreforma e emergencial para os colaboradores. Acompanhar a operação e prestar suporte a equipe sempre que necessário.

*Interessados enviar currículo para:
recrutamento@umoe.com.br
 Assunto: Mecânico / Líder Automotiva

COMENTÁRIOS:

- Up
- Sera que não tem nenhum capacitado para passar para nível 3 tem muitos mecânicos bom nesta empresa
- Boa manô obrigado pela divulgação
- boa noite ja trabalhei nesta empresa de mecânico 2 Oficina alto motiva tenho interesse em volta

Fonte: UMOE/BIOENERGY, 2018⁷⁵

Afinal, a escolaridade e a qualificação, como filtros de seleção e como estratégia de controle para além do local de trabalho, são mais uma perda do controle sobre o trabalho pelo trabalhador, sendo que há uma mudança da qualificação oriunda do dispêndio de energia centrado na habilidade e força individual. Atualmente, o capital canavieiro introduz a mediação externa da instituição escolar para a aprendizagem de habilidades complementares e indispensáveis do bom trabalhador, materializadas nos diplomas e certificados (BOURDIEU, 2006; BRAVERMAN, 1977).

Contudo, na nova morfologia do trabalho no plantio da cana-de-açúcar, expressa nas mudanças no mercado de trabalho, transpareceu em primeira instância a figura do órfão, no qual há um protagonismo invisível da juventude, diante da demissão massiva de trabalhadores por causa da mecanização na colheita e no plantio. Arelado a isso, alguns destes órfãos passaram a ter trajetórias de migração mais intensas e outros que,

75

<https://www.facebook.com/usinaumoebioenergy/photos/a.378001642619626.1073741828.377993615953762/509887126097743/?type=3&theater>

hipoteticamente, optaram por se fixar passando a ocupar as novas e reestruturadas ocupações que exigem mais escolaridade e outras habilidades. Entretanto, junto aos órfãos comparece a outra fração dessa geração de jovens rurais trabalhadores do setor canavieiro, os quais fazem parte do perfil das ocupações do trabalhador da mecanização da colheita, ou aqueles que entram na nova fase de mobilidade territorial do capital e que temos denominado de herdeiros da cana.

Em consequência, a mobilidade territorial do trabalho na dimensão espacial, materializada na figura do trabalhador migrante oriundo de outros estados, tem perdido protagonismo com a mecanização. Atualmente a mobilidade espacial mudou de escala, concretamente, com a mudança do perfil as empresas preferem utilizar força de trabalho regional. Isto está relacionado com a mobilidade profissional, que requer de trabalhadores com um perfil de qualificação diferente, o qual está sendo formado pelas empresas através de cursos, assim como na rede de instituições educativas públicas particulares de educação fundamental, técnica e profissional dos municípios. Por conseguinte, a qualificação do novo perfil dos trabalhadores recai sobre a figura do trabalhador regional, ocupada por jovens oriundos dos assentamentos, cidades e distritos próximos às unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar e áreas de plantio de cana-de-açúcar do Pontal do Paranapanema.

5.1.3 Os *Otros Nuevos Llaneros*. Trabalhadores migrantes e sazonais na palma de azeite nos Departamentos de Meta e Casanare

Em 2008, no XXXVI “*Congreso de Cultivadores de Palma de Aceite*” o presidente do conselho diretivo de Fedepalma apresentou o documento “É o momento de dar o pulo” na abertura do evento. Neste documento, colocou algumas reflexões sobre o futuro do setor e questionou todos os presentes sobre a agitação social oriunda de sindicatos e organizações de trabalhadores, além de exigências internacionais (ONG e países compradores da *commodity*) para melhorar as condições de trabalho: “um olhar para o futuro do setor, leva a perguntar de onde vão sair todos os trabalhadores para atender as novas áreas plantadas e em processo de plantio?” (ACUÑA, 2008, p. 115, tradução nossa). Imediatamente ele responde que a mecanização é uma necessidade do setor, uma saída para a questão laboral, diminuindo a quantidade de trabalhadores, aumentando a produtividade e afastando a agitação social causada pela exploração dos trabalhadores.

O desejo de mecanizar está presente no setor há um tempo, como outro fator do processo de reestruturação, iniciado desde finais dos anos 1980. A mecanização é apresentada como um objetivo para alavancar a produtividade, com referência aos países asiáticos, sendo que o custo da força de trabalho na palma de azeite na América Latina “chega até 42% dos custos totais de produção, em comparação com os países asiáticos, onde a média é de 25%” (GONZÁLEZ, 2016, p. 2).

Assim, o processo de trabalho, intensivo em força de trabalho, agrupa funções associadas à colheita, carregamento do fruto e tratos culturais da palma de azeite. Na colheita e carregamento estão as funções de cortador do cacho segundo a altura da palma (*gancho* ou *cosechero*), arrumador das folhas (*encallador*), recolhimento do fruto espalhado no chão (*pepero*), carregamento do fruto em carretas deslocadas por animais (búfalo, mula ou boi) ou trator, carregador do cacho às caçambas (*alceros* ou *racimeros*). Nos tratos culturais estão as funções fitossanitárias, polinização e trabalhos de manutenção da palma como poda de galhos e limpeza do solo ao redor da planta (*plateo* em espanhol ou coroamento em português), entre outras (MOSQUERA, DÍAZ e GARCÍA, 2006 e trabalhos de campo).

Em decorrência disto, a substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto está nos planos imediatos do setor, no entanto, há empecilhos técnicos e econômicos que impedem sua massificação. Neste sentido, os custos do adiamento da mecanização têm sido subsidiados através das salvaguardas políticas e econômicas outorgadas pelo Estado, e garantidas por fazer parte do bloco no poder, com crédito público e a disponibilização de recursos territoriais para a expansão da área plantada, como visto nos capítulos 2 e 3.

Além disso, a inoperância da inspeção e vigilância das condições de trabalho pelo Ministério de Trabalho e outras instituições, permitiu que o setor palmeiro tenha sido, nestas últimas três décadas, o laboratório para a implementação de estratégias de diminuição de custos de força de trabalho, mediadas pela terceirização. De fato, isto favoreceu a utilização de trabalhadores temporais e terceirizados, especialmente para os períodos de safra nos quais a demanda de *corteros*, *encalladores*, *racimeros* e *alceros* aumenta.

Os custos dos equipamentos e as condições dos solos têm impedido, na Orinoquia e em outras regiões, o desejo empresarial de mecanizar funções como o corte do cacho e a colheita dos frutos soltos, além de outras funções da fase agrícola as quais são intensivas na utilização de força de trabalho. No diálogo com o presidente do sindicato de uma das maiores empresas do Meta, ele comentava que no início da década de 2010 tentaram

introduzir maquinário para o corte, mas o peso da máquina nas condições físicas dos solos tornava arriscada a operação, motivo pelo qual desistiram da compra do maquinário⁷⁶. Ainda assim, diferentes empresas têm substituído a utilização de búfalos e mulas por tratores, especialmente nas atividades de carregamento e transporte para as plantas de extração de azeite. Também têm utilizado guinchos para o levante dos cachos amontoados e colocá-los em caçambas (Figura 17) (HART, CORREDOR, *et al.*, 2009; ALFONSO, BOTERO e ROMERO, 2009).

Essas condições adversas para a mecanização colocam ao agrohidronegócio da palma de azeite da Colômbia, na busca incessante de exploração do trabalho de cortadores (*cosecheros*), coletores de fruto, polinizadoras e outras funções agrícolas. Para tanto, a expansão territorial para o Leste do país não apenas tem mobilizado o capital, mas também tem deslocado uma massa de trabalhadores e as práticas empresariais de exploração baseadas no salário por produção, como meio para alavancar a produtividade individual ou por turma. Isto, especialmente no processo de corte e colheita, onde o cálculo varia, segundo a empresa, entre a tonelada colhida ou o número de cachos colhidos (ton. colhida/média de peso por cacho)⁷⁷, assim como nas funções de tratos culturais e manutenção da planta. Além disso, observa-se, tanto na literatura específica, quanto nos relatos dos trabalhadores entrevistados, formas de aumentar a produtividade por meio da especialização tayloristas/fordista, com a utilização de turmas (*cuadrilla de cosecha*) de no mínimo dois (cortador e coletor/carregador dos cachos e fruto), ou três (cortador, coletor de fruto solto e carregador de cachos) trabalhadores. (RAMÍREZ, 2012; MOSQUERA, DÍAZ e GARCÍA, 2006).

De acordo com Urrea (2010), as CTA afetam a relação capital x trabalho na ordem jurídica, isto é

[...] desplaza a amplios sectores de la población trabajadora de la relación asalariada para convertirla, bajo la utilización de la legislación cooperativa, en un trabajo que se quiere hacer presentar separado del vínculo de dependencia directa del capitalista y que se rige por lo tanto por fuera del derecho laboral (URREA, 2010, p. 289).

⁷⁶ Entrevista com o presidente do Sindicato patronal de empresa palmeira de San Carlos de Guaroa em 15/01/2015, San Carlos de Guaroa.

⁷⁷ Os dois sistemas de cálculo do salário por peça observados em trabalho de campo são: a) ton. cortada dia x trabalhador ou turma, b) número de cachos cortados dia / média de peso (kg.) do cacho estimado pela empresa. De acordo ao observado em uma das empresas do Norte do Meta a média por cacho é 14-15 kg.

Figura 17 - Processo de corte de cacho, colheita de fruto solto e carregamento da palma de azeite



1 Corte do cacho. San Carlos de Guaroa (Meta) 22/06/2017

2 Carreamento com búfalo e trasbordo a caçamba. Cumaral (Meta) 21/06/2017

3 Colheita do fruto solto. San Carlos de Guaroa (Meta) 22/06/2017

4 Carreamento de carreta com trator. Puerto Gaitán (Meta) 13/04/2016

Fonte: Fotos 2, Piñeros; 1, 3 e 4, cedidas por trabalhadores.

As CTA se transformaram a partir dos anos 1990 no formato utilizado para terceirizar o trabalho pelas grandes empresas privadas (FARNÉ, 2007), e pelas empresas públicas, especialmente no setor da saúde (URREA, 2010). Farné (2007, p. 16) afirma que a adoção das CTA em diferentes setores teve como exemplo “o porto de Buenaventura (1993) e o setor palmeiro (Unipalma de Llano (sic) em 1993, e Indupalma em 1995)”, entretanto, no setor canavieiro começou a ser utilizado nos anos 2000.

Em 2006 o número total de CTAs na Colômbia era de 3.296, e totalizava 451.869 trabalhadores associados ou cooperados (FARNÉ, 2007, p. 16). Urrea (2007, p. 11) relaciona o rápido crescimento das CTAs entre o ano 2000 e 2006 com a flexibilização jurídica para a terceirização, o relaxamento da vigilância deste tema pelo Estado, sem contar, ser uma prática empresarial para rebaixar custos, além de um estímulo indireto do governo de Álvaro Uribe (2002-2006), para a reativação econômica depois da crise econômica que afetou o país nos finais da década de 1990.

Diante a expansão das CTA e as reclamações do uso abusivo por constituírem um tipo de intermediação laboral, o qual encobre a terceirização e a precarização do trabalho, a partir de 2006 o governo tentou regular a relação empresas-CTA e o vínculo cooperado-CTA. No que tem a ver com as empresas e as CTA, o Decreto 4.588 de 2006 ratificou a natureza cooperativa das CTA, portanto, seus cooperados são gestores e fornecedores que recebem uma compensação monetária, e proibiu a sua utilização como empresa de intermediação laboral. Além disso, o comprador dos serviços da CTA não pode participar da organização e funcionamento desta.

No tocante aos cooperados, a Lei 1.233 de 2008 coagiu as CTAs ao pagamento das contribuições individuais de saúde e previdência social destes. Com isto, tentou-se proteger os direitos trabalhistas dos cooperados, os quais juridicamente não fazem parte de uma relação laboral sendo que prestam serviços, e, a princípio, o salário é administrado pela CTA. Isto é, o custo das obrigações legais de saúde e previdência é pago pelo do trabalhador e não pelo empregador, o que aumenta a mais-valia extraída (SÁNCHEZ, 2008, p. 32).

As CTAs, como um tipo de intermediação laboral, vão integrar junto ao assassinato sistemático de sindicalistas⁷⁸ o eixo das denúncias nacionais e internacionais feitas por sindicatos, ONGs e instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Uma das consequências destas denúncias transpareceu na discussão do Tratado de Livre Comércio entre a Colômbia e os Estados Unidos. Como visto no capítulo 2 e 3,

⁷⁸ Valencia e Celis (2012) pesquisaram a violência sistemática contra o sindicalismo na Colômbia desde os anos 1980. A proximidade entre as lutas e programas entre o sindicalismo, os movimentos sociais e os movimentos políticos oriundos de grupos guerrilheiros desde os anos 1980, fizeram que os ativistas fossem declarados objetivo militar com perseguições e homicídios por grupos armados, especialmente militares e paramilitares. Dos 2.870 homicídios de sindicalistas entre 1977 e 2011, um total de 1.011 (35%) foi do setor “agricultura, caça e pesca” (VALENCIA e CELIS, 2012, p. 29), isto demonstra o impacto do conflito armado no campo, não apenas com a expropriação de terra, também com a desarticulação e desaparecimento das organizações de luta e resistência dos trabalhadores rurais.

esse é um reflexo da mundialização do processo de trabalho e sua regulação, neste caso, por meio do sistema interestatal.

A formalização laboral sem intermediação, a supervisão dos assuntos trabalhistas e as condições de trabalho por parte do Ministério do Trabalho e as garantias para a liberdade de associação sindical, foram três grandes assuntos que congelaram a assinatura do TLC entre 2006 e 2011. Esta situação foi alicerçada pela oposição de congressistas estadunidenses para ratificá-lo sem compromissos específicos da Colômbia na proteção dos trabalhadores, posicionamento que representava as reclamações dos sindicatos desse país, sinalizando que na intermediação laboral praticada na Colômbia havia concorrência desleal.

Para superar o empecilho, em 2011 foi assinado o *Plan De Acción Laboral* (PAL) ou *Plan Obama-Santos*, um acordo paralelo não incluído no texto oficial do TLC. Neste, a Colômbia se comprometeu a adotar

[...] 37 medidas concretas dirigidas a resolver problemas surgidos por la debilidad de la institucionalidad pública encargada de investigar y sancionar la existencia de casi 7 millones de trabajadores que no tienen protección social ni gozan de sus derechos laborales por estar inmersos en relaciones laborales ilegales; por el uso generalizado e ilegal de Cooperativas de Trabajo Asociado (CTA); por la ausencia de control a las Empresas de Servicios Temporales (EST) y otras formas de tercerización laboral (SAS, Fundaciones, etc.); por el uso antisindical de los pactos colectivos por parte de las empresas; por las masivas violaciones a la libertad sindical que no son sancionadas ni restablecidas; por la ausencia de regulación legal en materia de servicios públicos esenciales; por el asesinato y amenazas que reciben los dirigentes sindicales; por las dificultades para el acceso a medidas de protección; y por la impunidad de los miles de crímenes cometidos contra sindicalistas (CTC; CUT, 2014, p. 6).

No PAL foram priorizados cinco setores econômicos: palma de azeite, cana-de-açúcar, mineração, portos e floricultura. O objetivo era fortalecer a inspeção do Ministério de Trabalho no tocante à intermediação com CTAs e Empresas de Serviços Temporários ESTs, condições de trabalho e as garantias de liberdade de associação (COLOMBIA, 2011).

Concomitante às negociações do PAL, em 2010, por meio da Lei 1.429 ou Lei de Formalização e Geração de Emprego e o Decreto 2.025 de 2011, que regulamenta o artigo 63 desta lei, reafirma-se a ilegalidade da intermediação laboral via CTAs. Com essa norma se ajustou a inspeção dos cinco setores priorizados, no entanto, no relatório de 2015 da Escola Nacional Sindical (ENS) sobre a implementação do PAL, verificou-se

que ainda não haviam sido efetivadas ações de inspeção, demonstrando que a intermediação continuava.

A inspeção trouxe como consequência sanções e multas, tanto para as empresas dos cinco setores quanto de outros, mas não há comprovação do pagamento das multas, o que impede validar o impacto corretivo destas. A esse respeito, o relatório citado coloca que a inspeção é um mecanismo para que as empresas não utilizem a intermediação laboral ilegal e as motivam a assinar acordos de formalização. Não obstante, o número de acordos de formalização e beneficiários nada dizem sobre uma mudança nas formas de precarização do trabalho. Os dados apresentados demonstram que nos setores prioritários não houve diminuição desta realidade, por exemplo, no setor da palma, até 2014 foram assinados acordos de formalização para 1.326 trabalhadores, dos 133.550 trabalhadores terceirizados reportados em 2011 (ESCUELA NACIONAL SINDICAL, 2015, p. 106).

Em consequência, diferentes autores valorizam a legislação que de algum modo buscou melhorar as condições de trabalho dos colombianos em geral, e dos cinco setores priorizados no PAL, em particular. Porém, a resposta das empresas tem sido a persistência da terceirização e a precarização do trabalho, mascaradas por antigos e novos modelos de intermediação legais, sob a figura de empresas fornecedoras de trabalhadores/serviços, como as Empresas de Serviços Temporários (EST) ou, as Sociedades por Ações Simplificada (SAS), inclusive os Contratos Sindicais (CS) (FARNÉ, 2015; ESCUELA NACIONAL SINDICAL, 2015).

Na sequência do PAL, o relatório da ENS, em 2016, apresenta a complexidade da terceirização oriunda das estratégias ilegais das empresas. Para nosso interesse proporcionam informações do setor palmeiro, entretanto, destacam que os acordos de formalização laboral tiveram um impacto limitado, mas positivo, no sentido de que teve uma participação determinante dos sindicatos, que conseguiram estabelecer mecanismos de negociação coletiva com algumas das empresas.

No tocante às formas de intermediação, os percalços são diversos por conta da incapacidade do Ministério do Trabalho para realizar inspeção nos setores rurais, especialmente em áreas de fronteira agrícola como as da Orinoquia. Essas condições permitem que as empresas palmeiras continuem utilizando as outras modalidades de terceirização, especialmente nas funções agrícolas de colheita, manutenção e plantio. Tudo isso, somado à “atitude anti-sindical”, impedindo a criação e filiação aos sindicatos, ou fortalecendo os sindicatos patronais (ESCUELA NACIONAL SINDICAL, 2016, p. 37).

Soma-se a isso, o descaso do Estado para vigiar e controlar a ilegalidade das formas de terceirização em todos os ramos da economia colombiana, além da ausência de dados públicos e abertos sobre a massa de trabalhadores e suas condições de trabalho. As pesquisas consultadas sobre trabalhadores de palma oferecem estimativas nacionais e regionais a partir de diferentes fontes e metodologias (VÁSQUEZ, 2016; RAMÍREZ, 2012; OLIVERA, ESCOBAR, *et al.*, 2011), inclusive, utilizam enquetes com amostragens para se aproximar das características sociais dos trabalhadores.

Vásquez (2016, p. 72), pesquisa as condições laborais na palma de azeite e cana-de-açúcar na Colômbia, e utiliza-se de informações divulgadas por FEDEPALMA para o setor palmeiro, nas quais comparecem o número total de trabalhadores classificados entre diretos e indiretos. Para sua análise, o autor unificou a categoria trabalhadores indiretos como terceirizados e trabalhadores diretos como contratados diretamente pela empresa. De acordo com essa classificação, assevera que em 2012, 60% dos 118.500 trabalhadores do setor tinham vínculo mediado pelas CTA, EST, SAS ou CS.

Ramírez (2012) elenca dados coletados em 2011 sobre as condições de trabalho em diferentes zonas palmeiras da Colômbia. Ao analisar a terceirização, a autora afirma que nas 5 empresas pesquisadas 75% da força de trabalho é contratada por meio de CTA. Destas, duas atuam no Departamento de Meta, Manuelita e Unipalma de los Llanos, terceirizando aproximadamente 90% e 67% dos trabalhadores, respectivamente. Ramírez, Ochoa e Chávez (2014), pesquisaram o mercado de trabalho da palma de azeite no Departamento de Meta aos finais dos anos 2000, e destacaram que entre 60 e 70% dos trabalhadores em área agrícola são terceirizados nas plantações onde aplicaram enquetes, ou seja, nos municípios de Cumaral, San Carlos de Guaroa e San Martín.

A explanação sobre a intensidade da utilização de CTAs e outras empresas de intermediação laboral no setor palmeiro da Colômbia, permite-nos reforçar os argumentos colocados nesta seção sobre a exploração por meio do assalariamento e a terceirização nos Departamento de Meta e Casanare. Está-se diante de um cenário de precariedade garantida por outras formas de terceirização utilizadas pelas empresas, com o intuito de escapar dos controles legais e as escassas inspeções do Ministério do Trabalho (Figura 18). Nota-se os tipos de anúncios de arrematação de trabalhadores em alguns dos municípios ou distritos (*inspecciones de policía*) visitados nos trabalhos de campo entre 2015 e 2017.

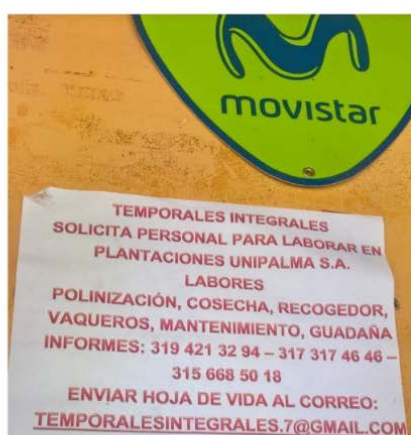
Figura 18 - Anúncios de empresas de intermediação laboral no setor da palma de azeite do Meta e Casanare. 2017



1



2



3



4

1 e 2 - Anúncio de emprego por Empresa de Serviços Temporários na área de colheita e manutenção da palma de azeite. Colado em bar do município de San Carlos de Guaroa (Meta). 15/06/2017

3 - Anúncio de emprego na área de colheita e manutenção da palma de azeite. Colado na frente do escritório da Empresa de Serviços Temporários (EST) no Distrito de Veracruz (Cumaral, Meta). 20/06/2017

4 - Escritório de Empresa por Ações Simplificada (SAS). Barranca de Upía. 21/06/2017

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Os anúncios demonstram como as CTAs desapareceram das estratégias das empresas, ainda que na conversa com trabalhadores e habitantes dos municípios e distritos palmeiros se referiram às SAS e EST como as “cooperativas”. Nesse novo cenário, durante trabalho de campo em Puerto Gaitán (Meta), em abril de 2016, foi

possível dialogar com um vereador que ao mesmo tempo era administrador⁷⁹ de uma SAS (criada em 2011), que fornecia pessoal de campo (corte, colheita, adubo e carregamento, entre outros) para a maior empresa palmeira do município.

Durante a entrevista o administrador assegurou que os contratos são temporários, por tarefa ou peça, e, ainda, enfatizou que os contratos são assinados para o período da safra ou a “ *cosecha* ”, que começa em janeiro e termina em junho. Ou seja, no máximo os trabalhadores ficam seis meses em uma empresa. Além disso, explicou que alguns destes trabalhadores permanecem depois da safra e são contratados por tarefa para funções de manutenção como poda e adubação. Nesse depoimento, tem-se que a sazonalidade é outra característica do trabalho na palma, tanto em Meta e Casanare, quanto em outras regiões. Ao perguntar pela origem desses trabalhadores sazonais o administrador respondeu:

P: [...] hay mucha gente que trabaja en esto de la palma y se mueve de acuerdo a los períodos de cosecha...

J.P.: Sí, a la temporada llamamos nosotros, [P: ¿de dónde viene esta gente?] vienen costeños⁸⁰, vienen vallunos⁸¹, vienen boyacos⁸², vienen santandereanos⁸³, de aquí del llano, también hay una parte de personas de los llanos.

P: ¿Pero eso en particular aquí en Gaitán, o en la palma?...

J.P.: Eso todas las plantaciones tienen casi el mismo método de trabajo, o sea, es que tienen el mismo método. El gremio de palmeros, ellos manejan como una, cómo le digo yo, como una... el mismo método. Ellos también manejan los mismos valores. El trabajo en la palma en lo que es Meta y Casanare que es donde hay harta palma, inclusive, en la costa, el precio, la diferencia en algunas labores es muy poca (...)

P: Pero me decían que en la costa es más barato el jornal [diária] que acá, no sé si un poquito o mucho más

J.P.: Sí se paga un poco más, no es que sea mucha la diferencia respecto a la costa. Pero sí un poco por la distancia... (J.P., Puerto Gaitán, Administrador SAS e vereador, Abril 2016)

⁷⁹ Entrevista com J.P., 13/04/2016, Puerto Gaitán (Meta).

⁸⁰ Oriundos de Departamentos do Norte do país, alguns com plantações de palma de azeite e próximos ao Mar Caribe, por isso o gentílico de *Costeños* (litorâneos).

⁸¹ Oriundos do Departamento de Valle del Cauca, Sudoeste da Colômbia.

⁸² Oriundos do Departamento de Boyacá, no centro do país.

⁸³ Oriundos do Departamento de Santander, onde há cultivos de palma de azeite.

Nesse excerto comparece a origem migratória dos trabalhadores, especialmente dos *costeños* e dos *vallunos*. Há uma coincidência nessas origens, pois são afrodescendentes em diferentes graus de miscigenação e identidade, no tocante a sua herança étnico-racial. Por exemplo, alguns vêm de comunidades que ainda possuem territórios coletivos como no Cauca, entanto que os *costeños* têm mais miscigenação e muitos vêm de áreas rurais ou pequenos municípios de regiões palmeiras.

Em suma, temos conseguido distinguir as formas gerais de controle e exploração da força de trabalho que operam no mercado de trabalho através da terceirização e o assalariamento na palma de azeite no Meta e Casanare. Atrelado a isso, conseguimos elencar que a mobilidade territorial do trabalho, além de estar pautada pela terceirização, também se caracteriza pela migração sazonal e/ou sedentária de trabalhadores oriundos de outras regiões. Soma-se a isto, a origem afro de uma parte destes trabalhadores, a qual aparece como elemento valorativo do mercado de trabalho, sendo que, o “negro” ou seus gentílicos *costeños* ou *valluno* remetem à masculinidade, estatura alta e força.

Essas três características: terceirizados, migrantes e homens no caso das funções de corte e colheita, constituem o esquema de representação do corpo e sua potência de trabalho, a qual naturaliza a relação de dominação que existe entre o capitalista e os trabalhadores. Portanto, o esquema de representação por trás dessa naturalização se constitui de formas de divisão objetiva a partir da divisão sexual do trabalho, expressiva na representação da virilidade ou força sexual associada ao homem, à qual vai se associando com a estatura, a cor da pele e a idade (BOURDIEU, 2012). Dita classificação opera, sobretudo, no corte do cacho da palma, função na qual se utiliza dois tipos de ferramenta, de acordo com a altura da palma. Nas palmas mais novas, com mais de 4 anos, utiliza-se o sacho (*barretón*), e nas mais velhas, as quais podem se erguer até os 18 metros, utiliza-se a faca ou foice malaia (*cuchillo malayo*) soldada em uma lâmina/bengala de aço (entre 5 e 15 metros). Por conseguinte, essa função exige força e estatura, a qual é relacionada com os homens, especialmente, negros.

Além disso, na representação das qualidades do trabalhador comparece a idade, emparelhada com o dispêndio de energia e a saúde, na qual, a juventude é protagonista pois tem menor incidência de doenças típicas do trabalhador agrícola da palma, tais como hérnias, dores e fraturas na coluna, bursite no ombro. Além de outras doenças e agravos resultado do prolongamento de cargas físicas (levantamento de peso, movimento e esforço), químicas (exposição e riscos relacionados com a utilização de agrotóxicos) e psíquicas (oriundas da intensidade do trabalho, dívidas com a empresa, perseguição

sindical e a instabilidade resultado das condições precárias de contratação) (GALLO, HAWKINS, *et al.*, 2018, p. 106).

Enfim, dispêndio de energia, saúde e projetos pessoais são explorados nas funções de corte de cacho, em uma faixa etária produtiva que vai aproximadamente até os 45 anos. Nesse contexto, segundo o registro de Gallo, Hawings, *et al.* (2018, p. 104), o desgaste diário no corte de cacho é resultado de uma média de 500 golpes que realiza o trabalhador com sua ferramenta. Deste modo, a idade e o desgaste acumulado constituem a faixa útil. Essa faixa foi descrita pelo presidente de um sindicato patronal, cargo que ocupa há 20 anos em uma empresa palmeira de San Carlos de Guaroa, à qual migrou oriundo do Valle del Cauca. Ele a denomina de “a vida útil do trabalhador de colheita”:

P: ¿Y cuáles son las enfermedades más comunes en los trabajadores de campo?

Sindicalista: Las enfermedades más comunes, buen punto. Ehh, las hernias, el dolor en la cintura; hay gente que no tiene precaución, hay veces que se deja llevar por la ansiedad del destajo [salário por peça], por ganar más. Entonces no hace buen uso de los elementos de protección y se hernia rápido. Hernias lumbares y pues eso hace que un trabajador se joda [adoeça]. Y la otra es que, la vida útil de un trabajador de cosecha es muy mínima, como la del futbolista...

P: ¿Y cuántos años más o menos?

Sindicalista: No, pues es que un trabajador, imagínese un trabajador, estamos hablando de 25 años, ya de ahí pa'lante el trabajador pa' cosecha no [presta]. En las leyes laborales no hay una diferencial para el palmero, ni se habla del palmero, imagínese usted cosechando con un trabajador de 62 años, de 50 años, con un gancho de 15 metros. O sea, la vida útil de un trabajador es 45, máximo 48 años. Ya un trabajador de 50 años lo mira uno con pesar. (SINDICALISTA, Dinamarca (Acacías, Meta), Presidente sindicato patronal empresa palmeira e Trabalhador da área industrial. Janeiro 2015)

Comparece, deste modo, no coletivo de trabalhadores agrícolas explorados no setor palmeiro o que Urrea (2015) denomina de dimensão étnico-racial da estrutura ocupacional colombiana, que reflète na maior incidência de trabalhos precários nas populações indígena e afrodescendentes. O autor afirma que essa dimensão ou, segundo nosso referencial teórico, a transversalidade:

[...] faz parte da construção sócio-histórica das diferenças visíveis (cor de pele, rasgos faciais, cabelo, textura física) e não visíveis (costumes, procedência, tradições etc.) entre as pessoas e populações, que estabelecem relações assimétricas e de dominação-exclusão entre umas populações e outras (URREA, 2015, p. 2, tradução nossa)

A partir disto, concluímos que entre os trabalhadores explorados no avanço territorial da palma de azeite na Orinoquia colombiana, há uma nova geração de migrantes, que se soma a outras gerações que têm migrado anteriormente para a fronteira

dos *llanos orientales*, em busca de terra e trabalho (MOLANO, 1989; JARAMILLO, MORA e CUBIDES, 1989). Portanto, estes fazem parte dos/as *otros/as nuevos/as llaneros/as*, os explorados pelos grupos empresariais de palmeiros que estão investindo atualmente na última fronteira agrícola do país e que têm sido nomeados pela mídia como os *nuevos llaneros*⁸⁴, como visto no capítulo 3.

5.1.4 As origens regionais dos *Otros Nuevos Llaneros*

No intuito de investigarmos a origem regional desses trabalhadores migrantes, precisamos estimar o aumento da área plantada e sua relação com o aumento da exploração de força de trabalho. Com esse objetivo, realizamos um levantamento do aumento municipal da área plantada com palma entre os anos de 2007⁸⁵ e 2015, com informações públicas do banco de dados Agronet/MADR nos Departamentos de Meta e Casanare, e o município de Paratebuena, do Departamento de Cundinamarca, que por sua localização faz parte da dinâmica do complexo agroindustrial palmeiro da Orinoquia. Posteriormente, utilizamos os dados do Censo Nacional de Palma de Azeite de 2011, realizado por FEDEPALMA, referentes ao número de trabalhadores agrícolas empregados por hectare, para a Região Palmeira Leste⁸⁶ (FEDEPALMA, 2015, p. 84).

Esse procedimento foi realizado tendo em consideração que não há dados oficiais que ofereçam essa informação, portanto, tivemos que fazer uma estimativa⁸⁷ que será complementada com informações oriundas de outras pesquisas (Mapa 8). Em 2007 existiam 125.625 ha plantados com palma no complexo agroindustrial da Orinoquia, sendo que 6 municípios concentravam 82.152ha (65,3%), entre estes San Carlos de

⁸⁴ Mantemos a expressão em espanhol com a finalidade de nomear na mesma língua a esses sujeitos. Essa denominação de *Nuevos Llaneros* e *Otros Nuevos Llaneros* como referência à dialética de classes, compareceu no texto no site www.etnoteritorios.org, publicado no ano de 2017 resultado das atividades no estágio BEPE. Disponível em: <http://www.etnoteritorios.org/CentroDocumentacion.shtml?apc=x-xx-1-&x=1262>

⁸⁵ Utilizamos como referência o ano 2007 de acordo com a disponibilidade na base de dados Agronet/MADR.

⁸⁶ De acordo com as informações contidas neste Censo, na Região Palmeira Leste em 2011 havia 157.863 ha plantados e 14.204 trabalhadores em campo, ou seja, em funções que tem a ver com colheita, plantio e tratamentos culturais.

⁸⁷ A estimativa utilizou a média de trabalhadores agrícolas por hectare de 2011 e a área colhida de palma, sendo que esse dado oferece informação sobre o processo de trabalho efetivado no corte, colheita de frutos soltos, carregamento, manutenção etc. A operação realizada foi: **Total Trabalhadores Agrícolas = (Área municipal colhida (ha) / Total de trabalhadores agrícolas em 2011) * Total municipal de hectares plantados.**

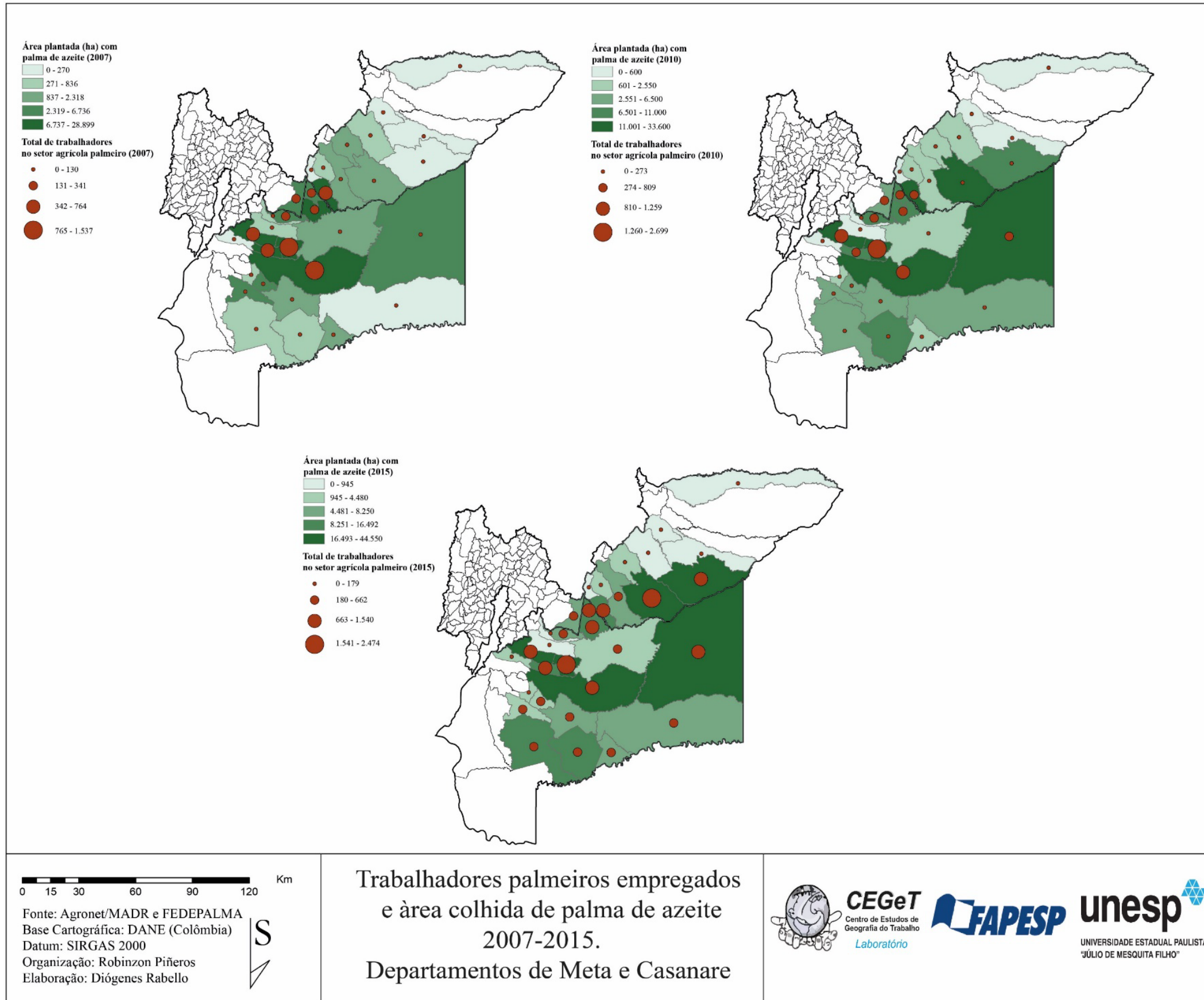
Guaroa com 28.899ha, com maior área plantada, sendo que, essa concentração estava nas áreas pioneiras e de expansão nos anos 1990, localizadas no sopé da Cordilheira.

Em 2010 começa a se dar uma desconcentração espacial das plantações no sentido Leste, e com isso, dos 193.744 ha plantados, 6 municípios concentravam 102.838 ha (53,07%), e novamente San Carlos de Guaroa tinha a maior área plantada, ou seja, 44.550 ha. Convém lembrar que a produção de agrodiesel na Colômbia começou em 2008, e dinamizou a expansão territorial das plantações. Neste cenário, na dinâmica de aumento da área plantada comparecem outros municípios como Maní (Casanare), e Puerto Gaitán (Meta), com áreas superiores a 11.001 ha. Em 2015, o processo de expansão da área plantada no complexo foi extraordinário, passando a 300.851 ha plantados, além disso, a desconcentração das plantações continuou se deslocando no sentido Leste, anexando o município de Orocué (Casanare) com área superior a 16.493 ha. Entretanto, San Carlos de Guaroa passou a ter a maior área plantada do complexo e do país, com 44.550 ha, o que representa 57% da área total do município (SAN CARLOS DE GUAROA, 2000, p. 42), ou seja, o monopólio territorial do capital do agrohidronegócio palmeiro neste município é avassalador.

A mesma dinâmica territorial de avanço das plantações de palma no sentido Leste, comparece nas estimativas do contingente trabalhadores agrícolas. Em 2007 tinha 6.601 trabalhadores, em 2010 aumentou para 10.792, e em 2015 alcançou 19.383 trabalhadores. Esses trabalhadores, de acordo com outras pesquisas e informações coletadas em campo, concentram uma notável quantidade de jovens trabalhando na área agrícola. Olivera, et.al (2011, p. 11-12), em pesquisa contratada pela FEDEPALMA, sinalizam que os trabalhadores palmeiros na Colômbia são jovens, com elevada participação na faixa etária de 27 e 29 anos, e acrescenta que a formação predominante está entre os níveis de Básica Primaria (5 anos) Básica Secundária (4 anos) e Ensino Médio (2 anos)⁸⁸.

⁸⁸ Equivalentes ao Ensino Fundamental (8 anos) e Ensino Médio (3 anos)

Mapa 8 - Área plantada (ha) de palma de azeite e estimação de emprego em funções agrícolas. 2007-2015



Nessa sequência, a pesquisa de Ramírez, Ochoa e Chavez (2014, p. 60), nos municípios de San Carlos Guaroa, Cumaral e San Martín, oferece contribuições sobre as características sociais dos trabalhadores e do processo de trabalho nos finais dos anos 2000⁸⁹. Adiciona-se que os municípios pesquisados conformavam na época da pesquisa o núcleo de concentração das plantações, e, ainda, as informações foram coletadas nas empresas mais representativas em plantações, extração de azeite e número de trabalhadores.

Os autores identificaram a faixa etária de maior produtividade em relação ao dispêndio de energia e o salário por peça. A esse respeito afirmam que “na faixa dos 18 até os 46 anos recebem mais salário do que as pessoas da faixa 47-60 anos, isto porque estes últimos não possuem a vitalidade e eficiência suficiente para as atividades agrícolas” (RAMÍREZ, OCHOA e CHÁVEZ, 2014, p. 108). Esse é o motivo pelo qual as empresas preferem contratar pessoal mais novo, na faixa etária que atinge melhor a média de produtividade de 4,5 toneladas/dia de fruto segundo o trabalho de Mosquera, Díaz e García (2006, p. 40).

Outro fato é a predominância de homens no trabalho agrícola à base de 88%, sob o argumento de que o esforço físico para a manipulação da vara com a faca, e o levantamento do cacho para seu carregamento, entre outras funções representadas como masculinas, devem ser priorizadas. (RAMÍREZ, OCHOA e CHÁVEZ, 2014, p. 108). No entanto, o trabalho feminino vem tomando importância em algumas funções, consideradas de cuidado, especificamente na área de sanidade, encarregada do controle de doenças e pragas, e na polinização.

Esta última função, é resultado das modificações genéticas de uma nova espécie plantada desde 2007, a qual tem a capacidade de suportar uma doença que apodrece o tronco⁹⁰. No entanto, a nova espécie ou “híbrido”, como foi denominada, apresenta o problema de ter menores índices de polinização, afetando a produção de cachos de fruto (SÁNCHEZ, DAZA, *et al.*, 2011). A solução para esse percalço foi a polinização assistida, para a qual têm sido contratadas, mormente, mulheres, isto de acordo com os relatos dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados.

Ana, trabalhadora no setor de sanidade desde 2016, moradora do povoado de La Palmera, em San Carlos de Guaroa, explica segundo sua experiência, que as funções femininas estão na polinização, sanidade e colheita de fruto solto:

⁸⁹ Foram aplicadas enquetes no ano 2007 e 2008 aos trabalhadores das plantações selecionadas.

⁹⁰ Pudrición de Cogollo (PC) ou Podridão do Tronco.

Ana: Yo digo que ahora, lo que más utilizan a las mujeres es en pepeo [colheita de fruto solto], la polinización, así donde más, la polinización. (...) Yo creo que en polinización es donde más ocupan a las mujeres. Pero entonces mire que en sanidad yo también he visto hartas mujeres, por ejemplo donde yo estoy trabajando la mayoría son mujeres. [Lina: ¿yo no he visto hombres allá?] Mire que sí, allá esta apenas, está Omar, Don Pablo, Carlos, tres hombres como registradores. De resto son solas mujeres, en el grupo de X hay como cinco mujeres. Yo digo que si todas las mujeres piensan como yo pienso, yo digo que nosotras las mujeres deberíamos de capacitarnos más en la sanidad, porque no es un trabajo tan pesado, requiere responsabilidad pero usted trabaja un poco más suave... (ANA, La Palmera, San Carlos de Guaroa (Meta), Trabajadora palmeira, tratos culturais. 26 anos, Junho de 2017)

O gênero se entrecruza com a idade no trabalho agrícola, e disso surge a materialidade das transversalidades de classe no mercado de trabalho, como produto das representações das habilidades e qualificações, as quais comparecem para o trabalhador ou trabalhadora como predisposições individuais que refletem no estranhamento, para o capitalista comparecem como produtividade e controle.

Estas representações recaem sobre indicadores de habilidades para o trabalho agrícola, que, em aparência, são biologicamente determinadas ou inatas, como a força física, virilidade e dispêndio de energia dos homens e a sensibilidade e cuidado maternal das mulheres (CAVALCANTI, MORAES, *et al.*, 2015; MORAES SILVA, 1998, p. 183; LARA FLORES, 1991, p. 111). Nesse sentido, Bourdieu (2012, p. 33) afirma que o gênero está adscrito à construção social da relação entre os sexos, que aparece primeiramente como representação do corpo biológico e suas diferenças sexuais, e “se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho de construção prática que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo”.

Assim, a representação do trabalho feminino se coloca como mais leve, mas, as observações, entrevistas e conversas com as trabalhadoras deixam em evidência que além de terem uma dupla jornada de trabalho, uma em casa e outra na empresa palmeira, as funções que elas desenvolvem não são leves. Elas têm que percorrer longas distâncias para polinizar, fazer inspeção fitossanitária ou passar veneno no maior número de palmas, atividade que é a base do pagamento por tarefa. Soma-se as condições do terreno e estradas entre as fileiras de palmas, as quais impedem um deslocamento seguro pelos buracos e canais de irrigação, presença de animais peçonhentos e tamanduás (*oso palmero*), além do sol e da chuva. Algumas destas, são condições similares às que defrontam os homens envolvidos em funções de colheita.

Deste modo, a mobilidade territorial do trabalho comparece como força estrutural que mobiliza para a Orinoquia colombiana homens e mulheres na faixa etária produtiva, adequando-se às exigências variáveis e valorativas do mercado de trabalho para as funções agrícolas. Nesta seara, temos visto que na última década o trabalho das mulheres, de aparência leve, tem sido apreciado para as novas funções de sanidade e polinização das palmas, e isto tem contribuído para uma mudança na composição por sexo da classe trabalhadora. Além disso, as funções típicas de corte de fruto, colheita de fruto solto e carregamento têm mobilizado mais homens por causa da relação diretamente proporcional entre aumento da área plantada e a utilização de força de trabalho em funções agrícolas, de acordo com as apurações feitas.

Contudo, do sexo e da idade emergem elementos da materialidade da força de trabalho e sua exploração e controle. Para aprimorar mais o quadro da mobilidade territorial do trabalho, precisamos aprofundar nas origens regionais destes trabalhadores migrantes, dos *Otros Nuevos Llaneros*, e sua relação com o capital do agrohídronegocio palmeiro. Como temos sinalizado, na Orinoquia colombiana está a última fronteira agrícola, decretada politicamente pelos interesses do bloco no poder para disponibilizar os recursos territoriais para a expansão do agrohídronegocio. Nesse contexto, o complexo agroindustrial da palma de azeite, como visto no Mapa 8, tem se territorializado no sentido Leste, ou desde o núcleo mais antigo de plantações no sopé, para as novas áreas entre o Sul do Casanare e no Norte do Meta, seguindo o curso do Rio Meta.

Há dois elementos que contribuem para o entendimento da utilização de força de trabalho migrante. Nesse sentido, convém destacar a diversidade do campesinato na Orinoquia, o que nos permite sinalizar que nas áreas de expansão recente no Nordeste do Meta e Sul do Casanare, os *llaneros* têm se dedicado ao trabalho na pecuária (*vaqueiros*) e nos cultivos de arroz, tanto como proprietários ou posseiros, quanto sob modelos de diárias (*jornal*) e subordinação nas fazendas (*hatos*). Em outras áreas, especialmente no Sul e Sudoeste do Meta, a colonização e lutas camponesas distribuíram a terra em pequenas e médias propriedades, nas quais é plantada uma diversidade de produtos de produção camponesa (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1999).

Esse campesinato tem sido submetido desde os anos 1980 à expropriação de terras mediada pelo assassinato e a expulsão de famílias e populações no contexto do conflito armado, especialmente pelos paramilitares. No Meta e Casanare atuaram entre a metade dos anos 1990 e 2006 o *Bloque Centauros* e as *Autodefensas Campesinas del Casanare*, que faziam parte da federação de exércitos paramilitares denominada *Autodefensas*

Unidas de Colombia (AUC). A ação destes exércitos paramilitares na Orinoquia iniciou com a intenção de controlar a produção de cocaína (plantios de coca e processamento) expulsando as FARC do território, as quais prestavam segurança aos plantios. No entanto, muitas das terras expropriadas de camponeses foram concedidas a conformarem latifúndios para empreendimentos de pecuária ou palma de azeite, especialmente no Sul do Meta, tendo como centro de operações o município de San Martín (VERDAD ABIERTA, 2011; VERDAD ABIERTA, 2009).

A convergência de baixos salários, trabalho extenuante e expropriação paramilitar, têm configurado a resistência dos camponeses e moradores locais ao trabalho na palma, o qual é representado como pesado e com salários baixos. No trabalho de campo, nas entrevistas com representantes de empresas e do setor, a pouca disponibilidade da força de trabalho local era avaliada como um fator cultural, relacionado com a preguiça, ou com a especialização e identidade com o trabalho no plantio de arroz e na pecuária. Outra razão que emergiu foi a importância que os moradores locais dão para a indústria petroleira local, devido aos altos salários.

Esta atividade econômica representa o segundo fator para a utilização de força de trabalho migrante. Os Departamentos de Casanare e Meta possuem jazidas de petróleo, portanto, essa indústria desde os anos 1990, tem sido um setor que ocupa população local e migrante com trabalhos temporários, mas com salários acima da média regional, e considerados altos. (DEVIA ACOSTA, 2018; DEVIA ACOSTA, 2011). Sobre isso, Arosa (2015, p. 62) pesquisa os impactos sociais da palma no município de Maní (Casanare), que aumentou a área plantada depois da saída dos paramilitares em 2006. Baseado nas representações de empresários palmeiros, trabalhadores migrantes e de pessoas nascidas no município, o autor apresenta como o trabalho na palma e outros cultivos, como o arroz, não são de interesse para os moradores locais, pois avaliam como extenuante e com baixa remuneração diante da possibilidade de se empregar nas empresas petroleiras. Os empresários, por sua parte, justificam a utilização de força de trabalho de outras regiões diante da pouca disponibilidade de trabalhadores na região e pela impossibilidade para pagar salários similares aos das empresas petroleiras.

No entanto, com a diminuição dos preços internacionais do petróleo nos anos 2010, a exploração de jazidas tem diminuído e, em consequência, aumentou o desemprego. Por exemplo, em Puerto Gaitán, em trabalho de campo em 2016, a Secretaria de Desenvolvimento da prefeitura, expressava que depois da bonança do petróleo, com a Jazida “Rubiales”, o desemprego atingiu fortemente o município.

Segundo a funcionária, a proposta do Prefeito era dar atenção para a “economia verde” da palma, que tem aumentado a área plantada desde 2010. Isto com a finalidade de garantir emprego para os moradores locais, e em segundo lugar, para os migrantes, sendo que para isso, estavam estabelecendo convênios com as empresas palmeiras.

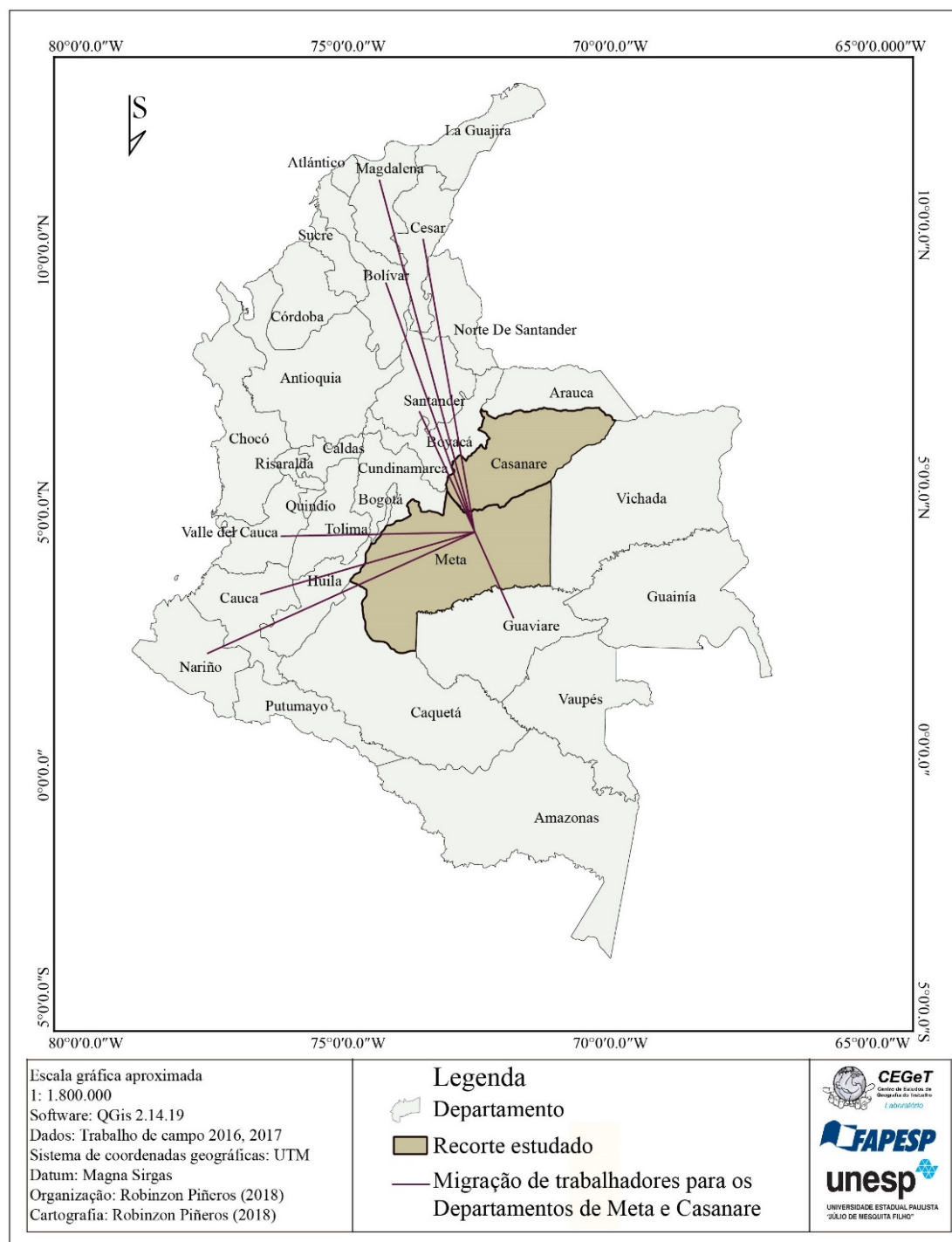
Contudo, nessa interseção entre o avanço territorial da palma no Leste do país, a pouca disponibilidade de força de trabalho local, e os efeitos nacionais e locais do conflito armado, transparece a figura do trabalhador migrante no complexo agroindustrial da palma da Orinoquia. As pesquisas sobre migração interna de trabalhadores rurais na Colômbia é um assunto com poucos estudos, no entanto, às vezes aparecem em outros estudos sobre deslocados pelo conflito armado (*desplazados*), (GRANADOS, 2010; BELLO, 2006).

González (2010) apresenta um estado da arte sobre os estudos de migrações na Colômbia, e a autora classifica as pesquisas de migrações internas de trabalhadores rurais no grupo de enfoques econômicos. Ela destaca que esses estudos foram realizados nos anos 1970 e 1980 e se interessaram pela migração de trabalhadores no cultivo de café e algodão. Este último, desapareceu como cultivo comercial, como consequência da abertura comercial dos anos 1990. Não obstante, ainda que a temática da migração de trabalhadores rurais não seja muito pesquisada, há outras pesquisas que analisaram as condições de exploração do trabalho nos monocultivos de palma de azeite e de cana-de-açúcar (RAMÍREZ, 2012; PÉREZ e ALVAREZ, 2009).

Em nossa pesquisa, como temos visto, a presença do trabalhador migrante é fundamental, por isso, procuramos pesquisas sobre os migrantes nos Departamentos de Meta e Casanare, baseados nas origens que identificamos nas informações das entrevistas e dos trabalhos de campo. Foram poucas as pesquisas que conseguimos identificar (AROSA, 2015; VILLEGAS, 2005?), mas os fatos e análises que aportam nos permitem entender a relação entre migração e trabalho na palma de azeite (Figura 19).

Sobressai historicamente na migração dos trabalhadores rurais os oriundos do Sudoeste do país, dos Departamentos de *Cauca*, *Valle del Cauca* e *Nariño*. Áreas de concentração de população afro, atreladas a formas de extração artesanal de ouro, e como força de trabalho na cana-de-açúcar (Valle del Cauca e Cauca) e plantações de palma de azeite em territórios afrodescendentes, em sistema de plantação e integração vertical (*Nariño*). Villegas (2005?), pesquisou a organização social e resistências de afrodescendentes que migraram desde o Cauca e o Valle del Cauca para Villanueva (Casanare), desde começos dos anos 1980.

Figura 19 - Departamentos de origem dos trabalhadores migrantes da palma de azeite



De acordo com sua reconstrução histórica, uma das empresas de palma de azeite mais antigas nesse Departamento, Palmar del Oriente, criada em 1976, projetou uma expansão da área de cultivo e, diante da escassez de força de trabalho, iniciou em 1980 um incentivo à migração através do “enganche”, ou seja, sistema de intermediação feito por um representante da empresa (*contratista*) que procura os trabalhadores nas suas

regiões de origem. Os municípios de procura desses trabalhadores foram: *Pradera, Palmira y Florida no Valle del Cauca e Santander de Quilichao, Puerto Tejada, Timba, Guachené y Caloto no Cauca*. Nestes municípios, de acordo com os empresários, a população afrodescendente era “‘resistente’, ‘rude’ e estava acostumada a trabalhar nos cultivos agroindustriais dos engenhos canavieiros” (Zamora, 2003, *apud* Villegas, 2005?, p. 31, tradução nossa). Já, entre os trabalhadores, os motivos para aceitarem essa oferta estavam nas condições de exploração na cana-de-açúcar, no entanto nos *llanos* os *constratistas*, ofereceram melhores salários, moradia e formalização, entre outros benefícios (VILLEGAS, 2005?, p. 31-32).

Essa migração do Cauca e Valle del Cauca foi continuada durante os anos 1990 e 2000 com a expansão de plantações. Atualmente, além de Villanueva, existem dois povoados Veracruz em Cumaral (Meta) e Dinamarca em Acacías (Meta), onde há grupos e famílias de trabalhadores migrantes oriundos desta região, e que ainda trabalham para empresas palmeiras. Em Dinamarca e Surimena, povoado de San Carlos Guaroa, também tiveram outra onda migratória do Valle del Cauca nos anos 1990, com os investimentos em palma de azeite pela empresa Manuelita S.A., a qual utilizou *constratistas* para levar trabalhadores da cana-de-açúcar, alguns dos quais eram antigos trabalhadores da sua filial nesse setor⁹¹. O crescimento populacional dos Distritos onde esses grupos de antigos migrantes fixaram moradia, reflete a mobilidade do trabalho pelo capital e a expropriação da terra em outras regiões da Colômbia. Além disso, esses núcleos de antigos migrantes são, até hoje, elos de relações de parentesco e amizade, conectadas aos municípios do Cauca e Valle del Cauca, fato que acaba se transformando em uma rede de apoio e difusão de empregos que mantêm o fluxo de trabalhadores para os *llanos*⁹².

Outro grupo, oriundo do Sudoeste, são os “*tumaqueños*”, vindos do Departamento de Nariño, onde há um núcleo palmeiro no qual, na década de 2000, as plantações foram atingidas pela doença da podridão do tronco da palma. Nessa área, como apresentado por Restrepo (2004), coexistem o assalariamento e o trabalho subordinado de famílias

⁹¹ Informação tomada das entrevistas com Bombeiro do Distrito de Surimena, San Carlos de Guaroa (15/06/2017) e Entrevista com o presidente do Sindicato patronal de empresa palmeira de San Carlos de Guaroa (15/01/2015).

⁹² No trabalho de campo realizado em junho de 2017, identificamos relações de parentesco e amizade entre os moradores de Veracruz (Cumaral, Meta) e Dinamarca (Acacías, Meta). Uma manhã de domingo em Veracruz, chegou um ônibus com adultos, jovens e crianças, esse fato foi interpretado como a chegada de trabalhadores migrantes afros, mas, ao perguntar ao ajudante do motorista pela origem dos passageiros ele disse que vinham de Dinamarca. Depois, em entrevista com um jovem filho de trabalhadores migrantes caucanos, ele comentou que existiam campeonatos de futebol, festas de integração e outras atividades entre esses dois municípios pois tinha muitas famílias e conhecidos oriundos do Cauca. Ele participava dessas viagens como jogador do time de futebol de Veracruz.

afrodescendentes nas plantações de palma de azeite. Com a difusão da doença nesta região as empresas e famílias tiveram que derrubar partes das suas plantações e, em consequência, demitiram diaristas e as famílias dos integrados perderam renda. Soma-se a esse fato, os impactos da pulverização com Glifosato sobre os plantios de coca, nos anos 2000 em Tumaco, como parte da política de luta contra as drogas do Plano Colombia, sendo que algumas famílias tinham sistemas de policultivo com palma de azeite, coca e produtos de autoconsumo.

O desemprego regional na palma, o tráfico e o conflito armado influenciaram para que muitos jovens de Nariño migrassem como trabalhadores rurais para as plantações dos Departamentos de Meta e Casanare. Como relatado por Helen, migrante, trabalhadora em tratos culturais:

P: y como fueron a dar a Villanueva [Casanare], porque digamos la palma en Tumaco y ¿a Villanueva se vinieron a trabajar en qué?

Helen: Porque o sea, allá en Tumaco compraban mucho la coca, alrededor de la gente que tenía finca [sítio] y la palma quedó alrededor de la finca, entonces la gente sembró mucha coca y cuando eso que mandaron a fumigar le cayó todo el veneno a la palma. Entonces esa palma se murió toda, entonces la gente ya buscó otros horizontes, y pues en eso mis hermanos se fueron pa'l Vichada, y del Vichada pasaron a Villanueva, de ahí yo me fui para allá a visitarlos y me quedé allá, me fui de visita y me quedé por allá.

P: ¿y en el Vichada también trabajan en palma?

Helen: No... Ellos vinieron a trabajar palma allá en Villanueva, yo me vine a visitarlos y me quede ahí, cuando ellos, 6 meses decidieron irse pa' San Martín... (HELEN, Surimena (San Carlos de Guaroa, Meta), Trabalhadora palmeira, tratos culturais. 27 anos, maio de 2016)

O outro grupo são os *costeños*, sendo, pois, gentílico para os oriundos do Norte da Colômbia, de Departamentos próximos ao litoral Caribe (Cesar, Magdalena Atlântico e Bolívar, entre outros). O plantio da palma de azeite foi introduzido nessa região, portanto, há um histórico de exploração e experiência de trabalho nas funções agrícolas. Os *costeños* são o grupo de migrantes que mais se destaca atualmente nos municípios onde tem plantações de palma de azeite no Meta e Casanare, inclusive, no Departamento de Vichada, ao Leste. Ao indagar pelos motivos da migração desses trabalhadores, compareceram as razões laborais atreladas à exploração no setor da palma no Norte do país, bem como o desemprego e a baixa remuneração paga por tarefa, como parte do salário por peça, o que induziu sua migração para os *llanos* pois o pagamento por tarefa é maior. Outro motivo elencado era a violência paramilitar, pois que no Norte do país, o controle desses grupos foi maior. Nos relatos de vários trabalhadores migrantes

transparecia o medo de serem assassinados ou perseguidos, o que os obrigou a se deslocarem, sem se declarar oficialmente vítimas desses grupos.

Joe, trabalhador, cortador de fruto, oriundo de Algarrobo (Magdalena), comenta como os *costeños* foram a nova onda migratória para a palma de azeite nos últimos dez anos, depois dos *vallunos*.

P: ¿Pero porque habrán traído primero del Valle? ¿Por lo que Manuelita es de allá?

Joe: Sí, seguramente. Y después fue que comenzaron a migrar gente de la Costa, y los que vinieron miraron que la cosa era como buena y comenzaron a comentar, y de ahí pa'cá se ha venido una masiva de gente. Y el trabajo, lo que yo le contaba la mano de obra, por allá abunda mucho, lo que no hay acá (JOE, Surimena (San Carlos de Guaroa, Meta), trabajador palmeiro, cortador de cacho. 32 anos, Abril de 2016).

Temos que a expansão do mercado de trabalho nas ocupações agrícolas da palma de azeite no recorte estudado, tem alicerçado a mobilidade espacial de grupos de trabalhadores oriundos de zonas palmeiras e de outras áreas rurais da Colômbia. Os motivos para migrar elencam o desemprego e as condições de trabalho e, além disso, comparecem os efeitos do conflito armado, ora por expropriação da terra, ora por medo ou ameaças individuais ou coletivas relacionadas com grupos armados (guerrilha, narcotraficantes ou paramilitares).

A interseção entre migração, idade, etnia/raça e sexo como características da classe trabalhadora mobilizada pelo capital palmeiro na Colômbia, problematiza a configuração do mercado de trabalho como uma mediação do controle territorial do trabalho. Controle que passa pela persistência das estratégias da precarização do trabalho via terceirização (CTA, SAS, EST etc.), utilizadas pelo setor palmeiro no país todo.

Isto acaba produzindo uma rotatividade que conecta territorialmente a mobilidade do trabalho, ou seja, permite a renovação etária da força de trabalho e vai expulsando ou descartando as faixas etárias com menor produtividade. Ao mesmo tempo, as diferenças nas condições precárias entre uma e outra zona palmeira acabam expulsando excedentes de trabalhadores.

No nosso caso, os Departamentos de Meta e Casanare, desde os anos 1980, vêm recebendo os excedentes e os expulsos das zonas palmeiras do Norte e Sudoeste do país, sendo que isso está atrelado à arregimentação via *contratista*, ou representante da empresa, que ao chegar no destino é um funcionário das CTA, SAS ou EST. Afinal, a mobilidade territorial do trabalho pelo capital do agrohídronegócio palmeiro integra fatores econômicos, políticos e culturais que deslocam trabalho temporário e, em muitos

os casos, acaba fixando precariamente trabalhadores expulsos (*desplazados*) que não têm um local para voltar. Desta maneira tem se configurado o mercado regional de trabalho.

5.2 Trajetórias dos trabalhadores rurais jovens: plasticidade do trabalho e relatos de desterração, exploração e controle do trabalho no agrohidronegócio dos cultivos flexíveis

O mercado de trabalho tem nos mostrado uma parte da nova morfologia do trabalho nos cultivos flexíveis no século XXI, diferenciada pelo avanço territorial de cada setor, em cada país, porém, conectados pela dupla mundialização, a dos capitais nacionais e transnacionais mobilizados nas CVG para a produção de *commodities* e/ou agroenergia, monopolizando terra e outros recursos territoriais, e, a do processo de trabalho que acabou se acoplando às exigências pautadas pelos mercados internacionais de *commodities* flexibilizadas e dos agrocombustíveis para diminuir as emissões de GEE (Capítulos 1, 2 e 3).

Como apresentado no Capítulo 1, os cultivos flexíveis fazem parte da flexibilidade total alicerçada pelo capital no regime alimentar corporativo. Ou seja, tem descentralizado a produção de alimentos e agroenergia através da acumulação flexível, sob comando de capitais financeiros e empresas nacionais ou transnacionais articuladas nas CVG. Simultaneamente, o bloco no poder de países como Brasil e Colômbia tem flexibilizado a legislação para disponibilizar financiamento público, terras e outros recursos territoriais (água, florestas e savanas tropicais etc.) para a expansão da área plantada com monocultivos. No caso dos cultivos flexíveis, agrega-se a legitimação dessa expansão pelos princípios do ambientalismo do capital sobre a sustentabilidade da produção de agrocombustíveis e *commodities*.

Contudo, a expansão do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis no século XXI busca quebrar a rigidez existente no que tem a ver com a posse e a propriedade da terra, assim como com a legislação ambiental, para a expansão para novas áreas agriculturáveis. O objetivo desse projeto social, econômico e político, atrelado ao neoliberalismo, é validar a expansão territorial da agroindústria, e, com esta, a despossessão, expulsão, desemprego, assalariamento ou subordinação dos diferentes sujeitos que fazem parte dos modos de vida que existem e resistem nos espaços rurais: camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, posseiros etc. Entretanto, como demonstrado na primeira parte desse capítulo, para os trabalhadores rurais do Sul Global o emprego é precário e flexível, manifestando-se através do movimento contraditório de formas regressivas, baseadas em

relações autoritárias e arbitrárias atreladas a formatos atrasados de organização do trabalho; e de formas espectrais, as quais se misturam com a organização do trabalho baseada na introdução de inovações técnicas e tecnológicas junto com uma organização do trabalho a partir do consenso coletivo e individual (THOMAZ JUNIOR, 2017a, p. 4).

Essa flexibilização do trabalho auxilia a valorização do capital por meio da exploração de sujeitos sociais que comparecem no mercado de trabalho como segmentos mais vulneráveis, como as mulheres, jovens, crianças, indígenas, afrodescendentes e migrantes, entre outros. Portanto, a flexibilização da força de trabalho é um processo estrutural da relação capital x trabalho, e uma construção social que se refere à exploração, territorialmente determinada, de segmentos vulneráveis em empregos mais precários, em função da sua posição como classe trabalhadora, atravessada pelo sexo, a idade e a origem étnico e racial (ANTUNES, 1999; LARA FLORES, 1992, p. 35).

Nessa sequência, na análise do mercado de trabalho emergiu a geração de jovens rurais que vende sua força de trabalho para o agrohidronegócio. No entendimento do que é uma geração, temos utilizado a proposta de Mannheim (1993) a respeito da conexão geracional e da situação de geração. No entanto, para compreendermos melhor a geração, propomos complementá-la com a de Mauger (2009, 2013), para quem a conexão geracional é definida como um efeito de geração ou de coorte demográfica, pautado pelo cruzamento das condições históricas da reprodução do capital e a datação de nascimento da população.

Já a situação de geração significa para Mauger (ibid.) o efeito do momento, ou seja, as particularidades da conjuntura defrontada ou vivenciada pelo coletivo concreto a partir da sua experiência de classe, a qual, no nosso caso, tem a ver com a dinâmica particular da mobilidade territorial do trabalho. Isto é, a experiência dos jovens como segmento mobilizado para e no mercado de trabalho, junto com outros segmentos. Além disso, o autor adiciona um outro elemento, o efeito de idade, que observa a experiência biográfica pautada pela idade dentro do ciclo de vida, isto é, da juventude e sua relação com outros ciclos vitais.

Com esse entendimento, afiançamos que a idade é um marcador social da classe trabalhadora, uma transversalidade que se entrelaça diferencialmente com outros marcadores como gênero, raça e etnia (HIRATA, 2014; SAFFIOTI, 1992). Particularmente, a idade é reflexo do controle social do tempo, ou seja, da hierarquização nas relações sociais, o que, conseqüentemente, remete a que os calendários sociais da idade sejam um modo de cronologia social (ARANGO, 2004, p. 330; BESSIN, 1997).

Assim, a vida útil da força de trabalho é pautada pela cronologia social do sociometabolismo do capital, a qual abrange o controle e a exploração para mobilizar territorialmente os sujeitos como força de trabalho disponível, e, ao mesmo tempo, representa seu oposto, o descarte ou a exclusão das idades não úteis, ora por fatores de degradação da saúde, ora por desqualificação do trabalho. Com isso, confirmamos que a reestruturação produtiva, observada no setor da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema e na palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare, também é um processo de inovação tecnológico-organizacional que incumbe a questão geracional como coletivo mobilizado, ora para ser descartado, ora para ajudar na renovação dos coletivos de trabalho (ALVES, 2012, p. 16). Nesse contexto, o ciclo vital da juventude é considerado como uma fatia da geração útil, e também seu oposto, o descarte geracional dos jovens e velhos inúteis, desqualificados, adoecidos ou insustentáveis, como visto com os órfãos da cana-de-açúcar.

O procedimento para identificar a juventude como parte da geração útil foi feito na seção anterior a partir da análise da concentração quantitativa dos grupos de idade, no sentido de que a concentração etária reflete as preferências de contratação de trabalhadores de determinadas faixas etárias para determinadas ocupações. Na análise do mercado de trabalho realizada, converge a conexão de geração ou efeito de geração como resultado da sincronização das idades como uma coorte demográfica de jovens rurais entre 18 e 29 anos, que participaram no mercado de trabalho na fase expansiva do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis nos dois recortes entre o ano 2000 e 2017. Deste modo, apareceram circunscritos territorialmente como força de trabalho jovem, segundo a faixa etária hegemônica das leis de juventude de cada país e de uma instituição multilateral como a CEPAL.

A situação de geração, ou o efeito de momento, transpareceu na materialidade do controle territorial da força de trabalho pelas empresas dos setores analisados, definindo o perfil do trabalhador pelos seus marcadores históricos, sociais e subjetivos. Portanto, a situação de geração elencou o perfil concreto de jovens rurais explorados pelo capital por meio da classificação das idades, e a partir disso, emergiram as concretudes das gerações úteis e inúteis, diferenciadas pelas particularidades de cada recorte territorial.

Conexão e situação de geração constituem o que anunciamos na seção anterior como a observação do elemento estrutural, do qual emerge a trajetória social da juventude rural empregada em empresas canavieiras no Pontal do Paranapanema e palmeiras do Meta e Casanare, desde o ano 2000. Com isto, conseguimos identificar uma “organização

de biografias individuais (...) orquestradas e ritmadas segundo o mesmo tempo” (BOURDIEU, 2006, p. 425), ou seja, o tempo da trajetória coletiva do grupo concreto de jovens explorados, atrelada aos efeitos do avanço territorial do capital do agrohidronegócio mundializado em cada território. Eis a mobilidade territorial do trabalho desses jovens rurais, opondo-se a uma construção arbitrária de faixas etárias ou gerações.

Com esses fundamentos, afinal, constatamos que a segmentação por idades nos mercados de trabalho as gerações são o reflexo da subsunção da vida como vida útil para o capital do agrohidronegócio. Por conseguinte, a vida útil dos trabalhadores agrícolas abrange o ciclo vital dos jovens (a faixa etária jovem definida institucionalmente entre 18-29 anos) e uma parte do ciclo dos adultos com 30 anos ou mais. Esse ciclo vital da mercadoria força de trabalho é a geração útil, constituída por jovens e adultos mobilizados pelo agrohidronegócio canavieiro e palmeiro, resultado de uma classificação social das idades procedente do cálculo capitalista da expectativa média de vida útil, por conseguinte, da possibilidade de utilização de determinadas idades nas atividades que compõem o processo de trabalho agrícola (DAL ROSSO, 2017; MARX, 2013, p. 359).

No caso da juventude, sua capacidade de trabalho para as funções agrícolas é avaliada pelas suas características físicas associadas ao dispêndio de energia para funções manuais, como são o corte manual da cana-de-açúcar e as funções manuais ao redor do plantio e colheita (VERÇOZA, 2016; NOVAES, CONDE, *et al.*, 2007) ou o corte de fruto da palma azeiteira e as funções fitossanitárias (GALLO, HAWKINS, *et al.*, 2018; PIÑEROS, 2016). Além disso, a capacidade de trabalho também é avaliada pelas características intelectuais e sociais para operar as novas tecnologias de informação e comunicação, integradas às máquinas na colheita e plantio da cana-de-açúcar (GPS, botões e telas que compõem a cabine das máquinas). Não obstante, a capacidade de trabalho avaliada pelo capital acaba sendo um meio de controle, que segmenta de acordo com os critérios do trabalhador tipo, constituído pelas características físicas e/ou físico-cognitivas para a função.

Afinal, a segmentação do mercado de trabalho se revela objetivamente como um perfil, como uma característica coletiva socialmente produzida, a qual rebate na experiência biográfica de classe que leva os trabalhadores rurais jovens a se posicionar nessa história coletiva, a qual é narrada por meio dos seus relatos de vida (BERTAUX, 1997). Esses relatos dizem muito sobre os impasses de classe (THOMAZ JUNIOR, 2006), as decisões individuais que constituem a história individual e da classe para sair

do lote e para trabalhar no setor canavieiro ou migrar para Meta ou Casanare e trabalhar no setor da palma de azeite. Eis a trajetória pautada pela idade e seus efeitos sociais, expressiva do efeito da idade (MAUGER, 2013; 2009), na qual comparece a “percepção da posição ocupada no mundo social e a relação encantada ou desencantada com essa posição” (BOURDIEU, 2006, p. 425). Deste modo, a trajetória se apresenta relacionalmente como resultado tanto dos elementos estruturais da classe, elencados na primeira parte desse capítulo, quanto dos subjetivos, ou seja, como “histórias individuais que são outras tantas respostas, em determinado estado, das oportunidades objetivamente oferecidas pela história coletiva ao conjunto de uma geração” (Ibid., p 276).

Deste modo, a geração se expressa relacionalmente como uma trajetória coletiva (conexão e situação de geração) que remete às forças estruturais do capital e do Estado que mobilizam territorialmente a força de trabalho para o mercado (MARIN, 2009), com a trajetória individual nos relatos de vida. Ou seja, a plasticidade do trabalho é o relato das experiências individuais de exploração e resistência que fazem da trajetória individual um percurso vital não linear de decisões, sonhos, projetos que se entrelaçam com a trajetória laboral em empregos em diferentes funções e setores, desemprego, migrações, habilitações e qualificação (THOMAZ JUNIOR, 2013; 2009; 2006; ALVES, 2012, p. 16).

Com esses referenciais, damos passo à análise da reconstrução das trajetórias narradas pelos jovens rurais nesse movimento de desterramento-exploração-controle centrado na experiência de emprego nas empresas canavieiras ou palmeiras, respectivamente. Para isso, teremos como referente os elementos centrais que caracterizaram a mobilidade territorial do trabalho desses jovens. Isto é, no Pontal do Paranapanema a mecanização do plantio e da colheita e plantio, e, concomitante, a formação profissional exigida pelas empresas canavieiras; nos departamentos de Meta e Casanare, a migração oriunda de outras regiões, especialmente daquelas com histórico de plantações de palma de azeite.

5.2.1 Trabalhar, estudar e migrar nas trajetórias dos trabalhadores rurais jovens

A juventude rural estudada comparece como uma nova geração, mobilizada territorialmente como força de trabalho disponível para as novas áreas de expansão dos cultivos flexíveis. Essa nova geração emerge no processo de reprodução de capital, que envolve mecanismos ou procedimentos próprios da acumulação primitiva (MARTINS,

2014, p. 82), como expropriação, despossessão etc. (GAUDEMAR, 1977; HARVEY, 2005). Mecanismos que estão mediados pela utilização da violência e de meios político jurídicos (p.ex. zoneamentos ambientais, leis sobre produção e utilização de agrocombustíveis, leis trabalhistas etc.) que garantem ao capital o controle da terra e outros recursos territoriais. Em decorrência, os camponeses e comunidades tradicionais que moram nas áreas da territorialização do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis defrontam-se com a expulsão e/ou o encurralamento, nesse último caso, camponeses e comunidades tradicionais resistem na sua terra os conflitos ambientais decorrentes do uso de agrotóxicos (CARNEIRO, RIGOTTO e PIGNATI, 2012), assim como os sociais atrelados à perda de soberania alimentar (LEAL, RABELLO e PIÑEROS, 2017; CORONADO e DIETZ, 2013), migração dos jovens e mulheres para as cidades de diferente porte para estudar ou para trabalhar, alguns nas empresas do agrohidronegócio, como no Pontal do Paranapanema. Assim mesmo, outros migrantes vêm para esses territórios do agrohidronegócio em busca de emprego durante a safra ou durante o ano todo, passando pelos empregos atrelados às diferentes funções agrícolas, como no caso da palma de azeite no Leste da Colômbia.

Por consequência, a trajetória dos jovens trabalhadores rurais está atrelada aos mecanismos velhos e novos de expropriação e despossessão presentes no Regime Alimentar Corporativo, que os leva a defrontar o impasse de classe como decisão individual atrelada aos mecanismos estruturais de acumulação primitiva, assim, saem temporária ou totalmente da terra. Desse modo, a trajetória dos que saem, remete à desterração, como salientado por Thomaz Junior (2018, p. 44):

A desterração representa o movimento do trabalho envolvido numa dinâmica territorial que atinge consentaneamente seu desenraizamento (inicial), seus deslocamentos ou mobilidades e fixações objetivadas, forçadas ou não, e, ao mesmo tempo, as novas posições/inserções laborais e (des)realizações, no ambiente ocupacional. Ou seja, esse movimento da mobilidade territorial do trabalho, que contém a migração ou a mobilidade forçada, mediante mecanismos expropriatórios diversos, e que requalifica igualmente a reinserção laboral/profissional

Nessa desterração se configuram diferentes trajetórias coletivas e individuais de saída da terra, sem se tratar de uma transformação mecânica do camponês, afrodescendente, quilombola, indígena etc. em assalariado, sendo que muitos acabam se transformando em população sobrando, desempregados, *desplazados*, militantes da luta pela terra, trabalhadores migrantes etc. (THOMAZ JUNIOR, 2006; MORAES SILVA, 1998). Afinal, temos uma fatia desses jovens da classe trabalhadora que se submete ao

mercado de trabalho do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis que seleciona, controla, descarta, adoce e desemprega os coletivos de trabalho vivo, isto no entendimento que colocamos no capítulo 1, que afirma que a formação da classe trabalhadora é um processo do qual emergem diferenciações geográficas, históricas e antropológicas (HARVEY, 2005, p. 122), diferenciações que têm emergido na análise dos dois recortes estudados.

5.2.1.1 Trajetória dos herdeiros da cana em funções agrícolas e de mecanização (motoristas e mecânicos) no Pontal do Paranapanema

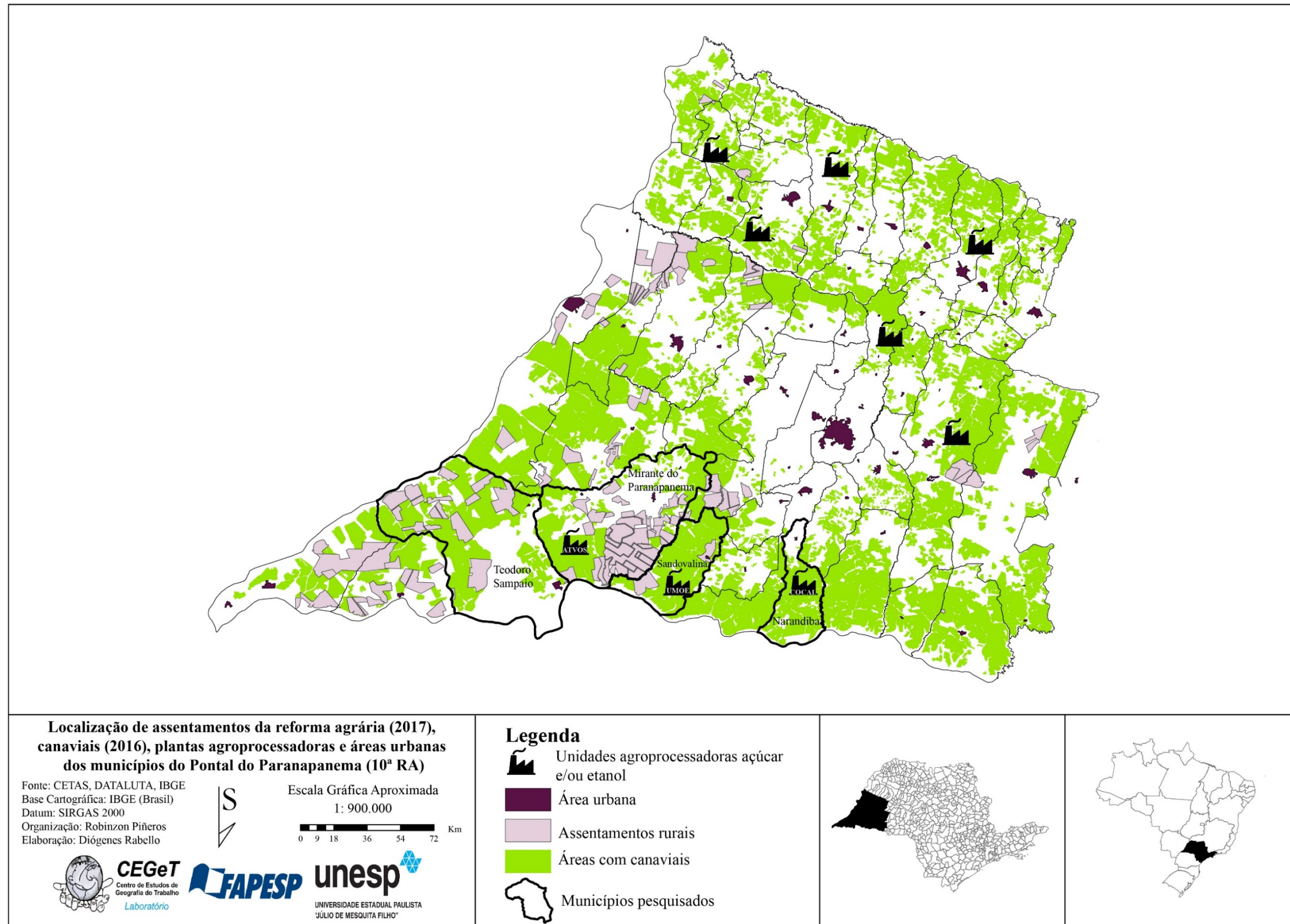
O novo perfil do trabalhador vai mobilizar territorialmente para o mercado de trabalho a população próxima das unidades agroprocessadoras e canaviais. No Mapa 9 apresenta-se a localização dos canaviais e plantas agroprocessadoras, junto aos assentamentos da Reforma Agrária e sedes e distritos dos municípios do Pontal do Paranapanema (10ª RA), com destaque para os municípios selecionados⁹³ na nossa pesquisa de campo e entrevistas com trabalhadores: Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Sandovalina e Narandiba⁹⁴.

De acordo com o exposto na seção anterior, o ciclo vital da mercadoria força de trabalho nas funções agrícolas no Estado de São Paulo, e, em particular, no Pontal do Paranapanema, fragmentou-se com o desemprego dos cortadores de cana, declarados insustentáveis para as novas condições técnicas, tecnológicas e organizacionais representadas pela mecanização. O desgaste do cortador manual ficou marginalizado, mas não desapareceu o desgaste e a degradação da força de trabalho nas ocupações substitutas ao redor do mesmo processo de trabalho agrícola, quer dizer, do plantio e da colheita mecanizada da cana-de-açúcar, nas quais são implementadas novas e velhas formas de intensificação do trabalho e prolongação da jornada de trabalho (BARRETO, 2018), que acabam se relacionando com as características sociais das idades.

⁹³ Além desses municípios, durante o trabalho de campo de 2016 e 2017 visitamos, junto à pesquisa do Projeto Temático, o Assentamento Gleba XV de Novembro, no município de Euclides da Cunha. Neste assentamento tivemos contato com alguns trabalhadores jovens que trabalhavam para o conglomerado Odebrecht na usina Alcídia e, após a desativação desta em 2015, foram transferidos internamente para a nova Usina Conquista do Pontal (UCP) e tiveram que ir morar na cidade de Teodoro Sampaio.

⁹⁴ No município de Narandiba não foram realizadas entrevistas, no entanto, fizemos acompanhamento da página de Facebook da empresa Cocal, a qual possui canaviais e uma planta agroprocessadoras nesse município, visando identificar o perfil do trabalhador segundo os anúncios publicados.

Mapa 9 - Localização dos assentamentos da reforma agrária, canaviais, plantas agroprocessadoras e áreas urbanas dos municípios do Pontal do Paranapanema (10ª RA)



Com a expulsão massiva, mas não total, do cortador manual no Pontal do Paranapanema, o novo perfil do trabalhador canavieiro vai se concentrar na figura do trabalhador regional. Esse agrupa tanto aqueles oriundos dos municípios próximos das plantas agroprocessadoras ou das lavouras, quanto os migrantes que se sedentarizaram, ou seja, fixaram sua moradia além do período da safra.

Os municípios pesquisados, apresentados no Mapa 9, concentram 36 dos 116 assentamentos existentes até 2017 no Pontal do Paranapanema (10ª RA), número que expressa a luta pela terra (Tabela 8), além disso, expressa a concentração de famílias assentadas (1.615) cercadas pelo avanço dos canais ao redor dos seus lotes. Esses assentamentos foram criados a partir dos finais dos anos 1980 e, com mais intensidade, na segunda parte dos anos 1990 (DATALUTA, 2017), concomitante às lutas atreladas a movimentos sociais, especialmente do MST (SOBREIRO FILHO, 2013; FELICIANO, 2009).

Tabela 8 - Número de assentamentos e famílias assentadas nos municípios pesquisados

Município	Total assentamentos por município	Total famílias assentadas por município
Mirante do Paranapanema	13	556
Teodoro Sampaio	21	864
Sandovalina	2	195
Total municípios pesquisados	36	1.615
Total Pontal do Paranapanema (10ª RA)	116	6.041

Fonte: (DATALUTA, 2017)

Organização: Robinzon Piñeros

Os assentamentos rurais nos municípios estudados estão localizados no raio de atuação das empresas canavieiras, sendo impactados pela saída de muitos jovens para trabalhar, os quais são formados nas escolas rurais e se empregam nas novas funções demandadas pelo setor. Alguns desses jovens assentados nasceram na década de 1990, isto é, nasceram na transição entre o barraco do acampamento e a posse do lote familiar. Um dos jovens entrevistados relatou que nasceu “embaixo da lona” ao se referir ao tempo de acampamento da família (LOERA, 2015), o que podemos identificar como uma marca

do efeito da geração que estabelece uma conexão, uma origem coletiva de classe e a origem da sua trajetória laboral, primeiro nos trabalhos atrelados ao lote familiar e posteriormente como assalariados.

A partir dessa descrição, procedemos a apresentação da trajetória dos jovens assentados, que começa com a saída do assentamento para se assalariar no setor canavieiro, a qual inclui a possibilidade de sair para morar nas cidades próximas ou a de ficar no lote como agregado, sendo posteriormente elencadas as formas de exploração e controle relacionadas com o novo perfil do trabalhador canavieiro no Pontal do Paranapanema.

5.2.1.2 Entre ficar e sair para se assalariar no Pontal do Paranapanema

A busca de emprego fora do lote comparece como o momento marcante da trajetória dos herdeiros da cana, no qual aparecem relacionados os projetos e sonhos de autonomia e emancipação da família de origem. Rico, filho de assentados do Município de Mirante do Paranapanema, foi morar com a esposa na cidade de Teodoro Sampaio com 21 anos para entrar como Jovem Aprendiz em uma empresa canavieira de Mirante do Paranapanema, tendo sido posteriormente contratado como mecânico pela referida empresa. Ele contou sobre essa origem como acampado e assentado, junto com sua esposa, também filha de assentados.

P: [...] Vocês nasceram em Mirante do Paranapanema, seus pais são assentados lá, mas vocês sempre cresceram dentro do assentamento ou como foi?

Rico: Eu nasci em Primavera, só nasci mesmo, aí de Primavera já fui para o acampamento que é da Haroldina hoje. Eu tenho a mesma idade da Gleba [...], vinte e um ano. Eu fui crescendo lá dentro, desde, nascer e até...

P: Quer dizer que vocês nasceram em baixo da lona?

Rico: Nasci lá dentro. (RICO, Teodoro Sampaio, Jovem Aprendiz e trabalhador canavieiro. Filho de assentados. 21 anos, Novembro 2016)

Criados nos assentamentos, esses jovens terminaram o ensino médio e, diante das expectativas de estudar e/ou trabalhar, projetaram ir embora para a cidade. Nesse ínterim, com a expansão das lavouras e agroindústria canavieira, apareceu a oportunidade de se empregar nas funções agroindustriais. A saída do assentamento se apresenta para esses jovens como uma transição entre educação e emprego assalariado, sustentada na avaliação individual de deixar do lado o trabalho e as difíceis condições de vida no lote,

avaliação muitas vezes reforçada pelos conselhos da família. Em particular, nos relatos compareceu a falta de dinheiro para investir e a infraestrutura produtiva dos lotes e assentamentos, além do cansativo trabalho no lote.

Tino, amigo do Rico, filho de assentados do Município de Mirante do Paranapanema, foi morar na cidade de Teodoro Sampaio com 20 anos para trabalhar como Jovem Aprendiz em uma empresa canavieira de Mirante do Paranapanema, tendo sido posteriormente contratado como mecânico pela empresa. Ele relata os motivos pelos quais os jovens saem do assentamento

P: [...] Por que saem do assentamento?

Tino: Olha cara, você não tem estrutura de vida lá, como você vai sustentar uma família no sítio? É muito sofrido! Para você conseguir um salário mínimo lá é... Pra você trabalhar para tirar um salário mínimo, você não vive, você não tem vida, entendeu? Porque você acaba trabalhando demais.

P: Lá é mais cansativo o trabalho?

Tino: É! Eu conheço gente que tira seiscentos litros de leite por dia... seiscentos litros de leite por dia! A renda mensal é de vinte a trinta mil. Só que, por exemplo, ele ganha vinte e cinco, gasta vinte com as vacas, sobra cinco... só que cinco horas da manhã tá de pé, tira leite aí termina de tirar leite lá pras dez, aí vai lavar o barracão né, tem que lavar tudo a ordenha tudo. Aí acabou de lavar a ordenha, tem que fazer a ração pro gado, almoça, tem que mexer no sítio, depois tem que fazer ração de novo pro gado a tarde. Depois tem que tirar leite a tarde de novo, nisso vai acabar o que? Sete, oito horas da noite, aí tem que lavar tudo de novo, nisso já são dez horas. E o que ele viveu? Você pode ter tudo, tem carro, tem ... sítio se você trabalhar para sobreviver você não tem vida. Lógico que existe rendas mais fáceis, existe um projeto chamado CONAB, que você planta e o governo compra de você.

P: Esse é um pouquinho melhor?

Tino: Esse é um pouco melhor! Só que o governo paga, mas não tem data, ele pode comprar agora e pagar no final do ano que vem. Aí é complicado. Você tem uma cota, ele pode comprar até oito mil por ano de você ou é semestre. Não sei se é semestre?

P: Ah, então é muito que ele compra?

Tino: É!

P: E quais outras condições fazem difícil morar no campo? Morar no sítio? Além da renda que já é um problema? Qual outra assim?

Tino: A renda, a falta de emprego e tudo o que você precisa é difícil, porque tudo o que você precisa, você precisa ir na cidade.

Quando se refere à CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), Tino reconhece a expressiva participação dos assentados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que teve entre 2010 e 2015 em Mirante do Paranapanema o maior número de famílias e associações envolvidas com a entrega de alimentos plantados nos

seus lotes (LEAL, 2017). O relato de Tino coloca a importância do PAA e outros programas que permitiram às famílias assentadas trabalhar na terra e vender seus produtos em um mercado institucional que garante renda familiar. No entanto, esses programas diminuíram seu alcance pela redução abrupta da verba e pelo descaso do governo, especialmente depois do golpe de 2016.

Para os jovens, mesmo que esses programas tenham garantido renda familiar, há o problema de que tal renda é administrada pelos pais. Por isso, alguns jovens buscam uma emancipação, autonomia pessoal e econômica, que é projetada fora do lote, materializada na vida na cidade. Em outros casos pode ser que essa autonomia seja conquistada através da figura do agregado, ou seja, como jovem morador do lote da família que tem sua renda autônoma e, em vários os casos, constrói outra casa na qual mora com sua família: cônjuge e filhos.

Dudu, filho de assentados do Município de Sandovalina e motorista de colheitadeira, mora no lote da sogra junto com a esposa Carlota que é tratorista em uma empresa canavieira. Ele complementa a representação das dificuldades do trabalho dos assentados e justifica sua decisão de morar no lote e trabalhar fora:

P: E vocês como agregados, mesmo trabalhando lá [na usina] e morando aqui não tem problema?

Carlota: Não tem problema.

Dudu: Tranquilo, só não o dono né [no sentido que o titular não pode ter renda fora do trabalho no lote]

[...]

Dudu: Por que é difícil, eu vou falar bem a verdade pra você, é bem difícil você sobreviver do sítio, você tem que ter um capital muito bom e você tem que montar um (...) Igual meu pai mexe com leite lá. É um capital muito grande pra você investir e conseguir se manter no sítio, porque pra você fazer três mil reais aqui no sítio é bem difícil, tem que ter um retiro, bom alguma coisa por que sobreviver do sítio não é fácil não...

P: Vocês moram no sítio, mas suas pretensões são por fora?

Dudu: É por fora

P: E você também é criada no sítio?

Carlota: Sou

P: Aqui neste sítio?

Carlota: É, a gente casou novo e o pai dele morava no Bom Pastor, aí depois a gente foi morar na fazenda também, aí depois nós fomos para a cidade e ficamos uns cinco, seis anos na cidade aí viemos para cá... (DUDU,

Sandovalina, trabalhador canavieiro, motorista colheitadeira. Agregado em assentamento. 34 anos, Janeiro 2018)

Como demonstrado no relato, a emancipação da família de origem e a autonomia de renda e o trabalho penoso e cansativo são os principais motivos dos jovens para deixar o trabalho no lote, mas, isso não significa a ruptura com sua origem familiar camponesa. Mesmo como assalariados, os jovens mantêm uma relação com os pais, irmãos e família extensa que mora no assentamento, sendo a terra um elemento articulador. Inclusive, no caso dos agregados, a propriedade familiar é uma possibilidade de solidariedade parental para poupar dinheiro, cuidar das crianças e dos idosos ou fazer investimentos em infraestrutura e produção no lote. Esses acordos familiares para morar no lote têm temporalidades, ora como transição ou espera para depois sair para a propriedade da família emancipada; ora fixa, como acordo mutuo de moradia, cuidado e trabalho no lote. Afinal, essas temporalidades da relação dos pais com os filhos agregados no lote atrelam a rede familiar, como colocado por Teixeira (2015) em pesquisa realizada em assentamento do Pontal do Paranapanema, na qual analisava a diversidade de formas de reprodução social das famílias assentadas.

No caso dos jovens que saem do assentamento e vão trabalhar no setor canavieiro e morar na cidade, a escala geográfica da mobilidade permite manter uma relação próxima com a família, baseada nas visitas no final de semana ou nos dias de folga, além disso, prover ou receber apoio econômico. No relato de Rico comparece essa relação:

P: E o vínculo lá com o assentamento, como vocês acham que vai ser mais para a frente? Vocês continuariam indo?

Rico: Continuará sim, porquê lá minha sogra mora lá, a mãe dela, e minha mãe também, de vez em quando a gente vai para lá ainda. Não está totalmente na cidade, de final de semana a gente vai para lá, de vez em quando a gente vai para lá, ajuda a fazer alguma coisa, vai passear. A gente que teve esse contato grande com assentamento não tem com a gente sair assim

P: Quanto tempo demora daqui [Teodoro Sampaio] até o assentamento? Uns quarenta minutos?

Rico: Meia hora. (RICO, Teodoro Sampaio, Jovem Aprendiz e trabalhador canavieiro. Filho de assentados. 21 anos, Novembro 2016)

A mobilidade territorial do trabalho dos jovens assentados como trabalhadores regionais no Pontal do Paranapanema está atravessada pela escala e as temporalidades da saída, as quais estão atreladas ao projeto individual e à relação com a família no lote do assentamento, mesmo com conflitos ou desacordos geracionais com os pais pela

apropriação da renda e a titularidade do lote. Em consequência, o assalariamento desses jovens não determina uma linearidade da trajetória pautada pela saída definitiva, pela desterroação absoluta, ao contrário, o retorno ao lote é uma possibilidade diante das incertezas e dificuldades da emancipação familiar e do emprego, todavia, a terra da família se torna uma salvaguarda intergeracional. Isto é, como no caso de Dudu que, aos 31 anos e com 6 anos de trabalho no setor canavieiro, decidiu com a esposa vender a casa que tinham na cidade de Sandovalina e construir a casa no lote da sogra, tornando-se agregados fixos.

Afinal, os jovens assentados que fazem parte do coletivo de trabalhadores regionais defrontam-se com a contradição do impasse de classe de um modo particular. A saída do lote da família não implica uma migração de longa distância, igual à dos cortadores de cana vindos de outros estados. Além disso, o assentamento, segundo sua localização, pode ser utilizado como um local de moradia, ou mesmo, pode morar na cidade com a possibilidade de voltar para o lote da família caso ficasse desempregado ou como parte de alguma estratégia familiar.

De algum modo, esses jovens trabalhadores rurais oriundos dos assentamentos fazem parte do que Castro (2016) denomina de movimentos de permanência e de migração de retorno no campo. A autora sinaliza a importância desses movimentos nas pesquisas populacionais recentes do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e ressalta que essas constatações demonstram que além do êxodo, há outras mobilidades, sendo que nem todos os jovens vão embora para as cidades de porte maior. De acordo com isso, a autora argumenta que as políticas focadas na juventude rural durante os governos do PT (2013-2016), possibilitaram a participação política e a visibilidade destes nos movimentos sociais, potenciando o campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude rural, o que teve impacto na permanência da diversidade de jovens rurais “do campo, das águas e das florestas” ao redor do trabalho da terra e a produção de alimentos (p.ex. na agroecologia) e da educação no campo (CASTRO, 2016).

No caso do Pontal do Paranapanema, os jovens assentados fazem parte dessa permanência tanto no viés da participação em políticas públicas de produção e trabalho no campo e em movimentos sociais como o MST e o Levante Popular da Juventude (BENINI, RABELLO e FELICIANO, 2014), quanto da permanência que emerge das mobilidades entre assentamentos e as cidades do Pontal do Paranapanema para se assalariar nas lavouras ou na agroindústria canavieira. Esse último tipo de permanência, é expressiva das contradições entre o desenvolvimento rural insustentável proposto pelo

agrohidronegócio com o latifúndio e a produção de *commodities* e agroenergia, e o proposto pelos movimentos sociais camponeses com a produção de alimentos e a luta pela terra. Isto é, na nossa pesquisa essa contradição emerge da necessidade que tem o agrohidronegócio canavieiro da força de trabalho regional, que encontra disponível nos assentamentos e cidades próximas, e que controla territorialmente pela via do mercado de trabalho e outras ações de paternalismo corporativo como cursos, programas sociais e ambientais.

Em consequência, a partir do assalariamento e disponibilização da força de trabalho desses jovens, o agrohidronegócio encontra mais um elemento para se legitimar diante a população local através do discurso do emprego. Concomitante a isso, os jovens projetam seus sonhos e projetos de vida no setor canavieiro cogitando a regularidade do salário e a possibilidade de consumo e, além disso, o entendem como uma recompensa que está relacionada com o esforço individual e familiar para terminar o ensino médio, nível mínimo exigido pelas empresas canavieiras. Isto é, a decisão se manifesta como a busca de autonomia e como uma saída diante as dificuldades econômicas e o trabalho árduo da terra. Deste modo, o agrohidronegócio em geral se apresenta contraditoriamente como uma oportunidade de permanência que oferece renda e autonomia para os jovens rurais, sendo que seu interesse está no controle e exploração e degradação territorial da força de trabalho jovem.

5.2.1.3 Formação e educação: exploração e controle do trabalho nas funções agrícolas e da mecanização

A exploração e controle refletem na trajetória dos jovens rurais como experiências de emprego-desemprego no setor canavieiro, e, como promoção relacionada com a qualificação profissional ou a classificação da CNH, atrelando a trajetória individual ao processo de reestruturação alicerçado pela mecanização do plantio e a colheita e o novo perfil do trabalhador canavieiro. Nesse cenário, a mobilidade territorial do trabalho dos jovens rurais no setor canavieiro está pautada pela dimensão profissional, representada pela formação educativa formal e a qualificação profissional contínua. Já no caso dos jovens assentados está atrelada à dimensão espacial em escala regional, sendo que a trajetória expressa a saída do lote, pautada pela possibilidade de ir morar na cidade ou de estabelecer acordos familiares para ficar como agregado com emprego assalariado.

Por conseguinte, a mobilidade no viés da educação formal e a qualificação profissional é ideologicamente apresentada pelo setor canavieiro como uma relação entre a mudança técnica e tecnológica e o aumento da escolaridade e qualificação da massa de trabalhadores. Mas, para os sujeitos comparece como uma exigência e esforço individual projetados na instituição educativa (escola, faculdade, instituto, Sistema S -SESI, SENAR, SEST-SENAT-, Escolas Técnicas Estaduais – ETECs - e instituições de ensino particular) e os cursos de curta duração oferecidos pelas empresas, potencializando a contínua atualização e concorrência por títulos, certificações, cartões e habilitações diante das funções e habilidades que aparecem e desaparecem na mudança do processo de trabalho com a mecanização.

A dimensão profissional da mobilidade contribui para que o trabalhador canavieiro se torne ainda mais flexível, como afirma Nascimento (2009, p.187), em análise sobre a relação entre a produção e qualificação no setor canavieiro brasileiro. Para o autor, o aprendizado de múltiplas competências acaba aprofundando a polivalência do trabalhador canavieiro, mediada pelo consumo de educação com conteúdos restritos (técnicos) ao trabalho (NASCIMENTO, 2009, p. 187). Assim, o jovem passa a representar o sujeito consumidor de educação para manter seu emprego, ou sua empregabilidade quando está em busca de uma vaga de emprego, ou seja, disponível diante as demandas do processo e do mercado de trabalho canavieiro. Desse modo, educação formal e qualificação transparentam as formas de exploração e controle flexíveis implementadas no setor canavieiro, valorizando os conhecimentos básicos (leitura e escrita) e o disciplinamento da educação básica (Ensino Fundamental e Médio) e as competências obtidas em instituições técnicas públicas ou particulares, especialmente aquelas localizadas no Pontal do Paranapanema. Em consequência, a trajetória dos jovens rurais justapõe o prolongamento no tempo da sua trajetória educativa com a trajetória laboral no setor canavieiro.

Eis o cenário no qual o perfil dos trabalhadores canavieiros é construído no setor e reproduzido pelas empresas no Pontal do Paranapanema, revelando a relação entre formação profissional (nível educativo formal, cursos e CNH) e a condição de trabalhador regional. Ou seja, as mobilidades profissional e espacial se conjugam para disponibilizar e explorar um jovem trabalhador que se desloca na escala regional para o local de trabalho e para as instituições de educação que oferecem capacitação nas qualificações impostas pelo capital canavieiro, que hegemoniza a oferta pública e privada de educação técnica,

opacando outras opções de educação, por exemplo, aquelas voltadas para a educação do campo.

Essa junção entre mobilidade profissional e regional se manifesta nas formas de arregimentação pelas empresas, as quais difundem os anúncios de vagas disponíveis junto com os perfis nas funções agrícolas, de mecanização e concertos mecânicos através das suas páginas oficiais de Facebook e outras redes sociais como LinkedIn⁹⁵, ou via WhatsApp, nos grupos internos das equipes de funcionários, assim como em locais físicos públicos das cidades ou dos assentamentos.

Nessa sequência, nos assentamentos se constata a divulgação direta dos empregos canavieiros em funções da área agrícola. Em referência a isso, o relato de Rico mostra como ele terminou o ensino médio e imediatamente encontrou seu primeiro emprego na carpa química e continuou morando no assentamento:

P: E você saiu em novembro [de 2013]? Não, dezembro da escola, e aí como fez para entrar na [Empresa de Sandovalina]? Como foi o processo para entrar na [Empresa de Sandovalina]?

Rico: Então eles estavam anunciando que estavam precisando de gente para passar veneno com bomba costal, aí a gente foi até o [Assentamento] Bom Pastor. Aí de lá eles levaram a gente na empresa, a gente fez uns exames e tal, e aí ficharam. Eles estavam pegando de atacado naquela época e foi até um pouco mais fácil

[...]

P: Me lembra, como foi que você ficou sabendo da [Empresa]?

Rico: Eles colocaram panfletos na escola, anunciaram também com carro de som no assentamento [em Mirante do Paranapanema] que iam pegar as pessoas e tal

P: Eles fizeram uma campanha

Rico: É fizeram campanha

P: E na escola eles aceitaram que eles deixassem o cartãozinho?

Rico: Eles colocaram o panfleto lá no ACESSA São Paulo que fica do lado (...) Na escola não colocaram não, colocaram no ACESSA...

Ele também relata a juventude dos seus colegas:

⁹⁵ LinkedIn é uma rede social orientada para interações de tipo profissional, na qual o usuário, pessoas ou empresas, alimenta seu currículo e interage com outros usuários. É utilizada por algumas empresas para oferecer vagas de emprego e divulgação de informação corporativa. Foi comprada em 2016 pela Microsoft. Das empresas pesquisadas, as três possuem um perfil nessa rede social. Cf. www.linkedin.com

P: Nessa experiência na função de carpa química, se pudessemos fazer uma classificação: tinha mais velhos, mais mulheres, mais homens?

Rico: Era só homem e a maioria jovem

P: Jovens até que idade?

Rico: Até vinte e cinco anos, a maioria...

R: Até vinte e cinco?

P: Tinha assim também pessoas com mais idade, mas a maioria até vinte e cinco anos (RICO, Teodoro Sampaio, Jovem Aprendiz e trabalhador canavieiro. Filho de assentados. 21 anos, Novembro 2016)

Tino também avalia sua saída do lote da avó aos 18 anos para seu primeiro emprego com carteira assinada, na mesma empresa canavieira em Sandovalina. Nessa trabalhou 6 meses e foi sua primeira experiência laboral no setor. Seu relato apresenta a relação entre as longas jornadas de trabalho e as tarefas da carpa química e os riscos que ele percebia:

P: O que era difícil dessa experiência, desse trabalho?

Tino: O que era difícil no trabalho era acordar muito cedo, você acordava cinco horas, quatro e meia. Você ia para uma roça muito longe né, você saía cinco horas de casa para chegar na roça nove horas.

P: Mas eles passavam para buscar vocês de ônibus [no assentamento]?

Tino: De ônibus, tinha um ônibus do rural, aí você chegava trabalhava no sol quente de meio dia com quarenta e três, quarenta e quatro graus, com uma bomba nas costas, peso de vinte e vinte e cinco quilos. No começo é fácil você coloca vinte e cinco quilos nas costas assim e você vai, e quando você chega no meio do canavial... aí você cansa, foi bastante sofrido.

(...)

Tino: Meu primeiro emprego foi aos dezoito anos, quando entrei na catação química na [Empresa]

P: Catação química?

Tino: É! passar veneno com o costal nas costas
(...)

P: E você teve alguma doença, algum acidente durante...?

Tino: Olha, não que eu saiba, mas tipo assim, a gente teve muito contato com veneno, entendeu! As vezes a gente tava passando muito veneno e estourava uma mangueira, dava um banho de veneno... só que a gente tinha uma roupa tratada quimicamente para não impermear o veneno. Só que em grande quantidade ela acaba entrando né, ela não deixa entrar pouca quantidade assim né, quando respinga ela não deixa. Ela tinha ... quando era muita quantidade. (TINO, Teodoro Sampaio, Jovem Aprendiz e trabalhador canavieiro. Filho de assentados. 20 anos, Novembro 2016)

Nas trajetórias de Rico e Tino, a saída do lote está marcada pelo trabalho na carpa química. Eles expressam a percepção que tinham dos riscos à saúde, inclusive, Rico justifica sua saída da empresa canavieira por medo a tomar “banho de veneno” e reconhece que os efeitos dos riscos aos que esteve exposto podem se manifestar depois.

P: Você saiu da [Empresa] por que? Foi demitido?

Rico: É, eles já iam cortar gastos aí eu pedi para um líder meu me tirar, me demitir, porquê estava muito desgastante mexer com veneno direto [...] Era direto, estourava mangueira de veneno nas suas costas...

P: Mas nunca teve assim uma consequência visível?

Rico: Por enquanto ainda não, dos exames que eu fiz ainda não. Mas dizem que o veneno pode entrar no seu corpo e ter sintomas muito mais depois né. Então eu já estava meio assim de ter que fica acordando todos dias quatro horas da manhã, não pelo serviço, mas por ficar mexendo com o veneno direto, direto, direto, aí eu acabei pedindo para ele desligar

As trajetórias de Rico e Tino indicam múltiplas experiências de trabalho no setor canavieiro, tendo sido o primeiro emprego formal de ambos no setor canavieiro, na carpa química, enquanto moravam no assentamento junto à família de origem. Essa experiência foi curta, apenas trabalharam alguns meses e voltaram para o trabalho no lote. Depois, ao final do ano de 2015 eles ficaram sabendo das inscrições do projeto Jovem Aprendiz da empresa canavieira de Mirante do Paranapanema, na turma de formação de mecânicos. O compromisso para participar do programa foi o de se mudar para Teodoro Sampaio para acompanhar as aulas teóricas e práticas, pois a empresa não disponibilizava ônibus para os assentamentos. Afinal, depois dos 11 meses do curso foram contratados como mecânicos e continuaram morando na cidade.

Esse Programa Jovem Aprendiz do qual participaram está vinculado ao programa RenovAção, o qual faz parte das ações do no contexto do Protocolo Agroambiental, e que foi implementado pela UNICA e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) com patrocínio do BID e empresas transnacionais montadoras de maquinário e caminhões (CASE, FMC, IVECO, JHON DEERE) e a Syngenta. O projeto está focado na

[...] qualificação e a recolocação da mão de obra desempregada com a mecanização. Para minimizar o problema e, em contrapartida, atender a demanda por trabalhadores com um novo perfil - aptos a operar máquinas dotadas de alta tecnologia (UNICA, 2015, p. 11)

Nesse contexto, a empresa canavieira de Mirante do Paranapanema adotou o Projeto Renovação como parte da sua política de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e o renomeou como “programa Acreditar Jr” e o implantou desde 2014 em todas as unidades que possui no Brasil. A partir disso, a empresa pretendeu criar uma imagem corporativa própria através da relação com a comunidade. No período 2016-2017 a empresa fez “investimento sustentável” de R\$ 3,1 milhões no programa, formando durante um ano e meio um número de 415 jovens das comunidades próximas da planta e do plantio. O objetivo do programa sinaliza o interesse do grupo por fortalecer relações de paternalismo corporativo baseadas na sua imagem social, o controle territorial e a formação de força de trabalho disponível:

A formalização do vínculo dos participantes como aprendizes ao longo do programa garante a remuneração de acordo com os parâmetros legais previstos para menores aprendizes e promove o desenvolvimento local e a disponibilidade de mão de obra qualificada para a Empresa. (ODEBRECHT, 2017, p. 59)

Valendo-se de outras formas de arregimentação mediadas pelas redes sociais, as empresas aproveitam a conectividade virtual de muitos dos habitantes de assentamentos e cidades para divulgar as vagas para motoristas, tratoristas, mecânicos e líderes de colheita e plantio mecanizado, entre outros. Na Figura 20, extraída da página de Facebook de uma empresa canavieira localizada em Nanduba, comparece a função de motorista de trator atrelada à mobilidade espacial e profissional através da exigência de: a) o nível educativo mínimo, b) curso NR-31 específico para a função, c) CNH, além do conhecimento prático na função, e d) residir em alguma das cidades próximas às lavouras.

Figura 20 - Anúncio de emprego na página de Facebook (14/08/2017) da empresa COCAL, Unidade Narandiba, SP.



TEMOS VAGAS

➤ **Tratorista Produção Agrícola**
(Cultivo – Cod. 2879)

Unidade Narandiba/SP

Requisitos:

- Ensino médio
- Experiência em operar o trator na aplicação de torta de filtro, calcário, gesso, fosfato e outros insumos que forem necessários
- Desejável experiência na função
- NR 31.8 / NR 31.12
- CNH "C"
- Residir nas cidades de Pirapozinho/ Narandiba

Prazo de inscrição: 15/08/2017

Valorizamos a inclusão de deficientes.
Envie seu currículo para o e-mail: recrutamento@cocal.com.br especificando no campo Assunto o cargo pretendido.
Confira todas as oportunidades no site: www.cocal.com.br

 **cocal**

https://www.facebook.com/cocalenergiareponsavel/?ref=br_rs

Atualmente, esses requisitos são um fator que ajuda a explicar o alongamento da faixa etária nas funções de mecanização, em particular dos motoristas. Essa extensão da vida útil parece estar relacionada com a formação e especialização destas funções, a qual se compõe da experiência prática como motorista, da formação (nível educativo, cursos, capacitações etc.) e da categoria da CNH específica para a função, “B” ou “C” para tratoristas, operadores de colheitadeira e outras máquinas agrícolas, e “E” para motorista de caminhão. A procura por motoristas no mercado de trabalho regional se atrela à sua especialidade, resultado da qualificação que configura uma trajetória laboral que se inicia aproximadamente aos 20 anos de idade e se estende para além dos 30 anos, atrelando capacitações para conhecer o maquinário (marcas e tecnologias), equipamentos e veículos, que se complementa com a obtenção das categorias da CNH. Essa constatação surge das trajetórias de motoristas com mais de 30 anos, que relataram seu ingresso a empresas canavieiras entre os 20 e 25 anos de idade e, mesmo com eventos de desemprego, ficaram no setor pela sua capacitação e a letra da sua CNH.

No caso de Léia, moradora da cidade de Teodoro Sampaio e filha de assentada, a qualificação como motorista e a CNH foram uma oportunidade para a promoção interna

evitando a trajetória de desemprego. O relato dela explica como foi transferida da unidade agroprocessadora desativa em 2015 em Teodoro Sampaio para a outra, propriedade da mesma empresa, em Mirante do Paranapanema:

Léia: Atualmente eu sou motorista de caminhão transbordo.

P: Caminhão transbordo?

Léia: É. Tem um ano e meio que eu mudei de profissão. Eu era operadora de colhedora.

P: E porque foi transferida de um para outro?

Léia: Na realidade, eu fui transferida porque nossa frente, que era de colheita, parou e passou para ser do plantio. Daí quem tinha categoria E [CNH], eles aproveitou para não mandar embora, passou pro... pro... pros caminhões né. (LÉIA, Teodoro Sampaio, trabalhadora canavieira, motorista de caminhão. 35 anos, Outubro 2016)

A especialidade do motorista tem alta procura pelas empresas canavieiras no mercado regional de trabalho, pelo fato de que, a partir da mecanização, passou-se a colher durante a noite, e, portanto, houve um aumento da demanda por motoristas de colheitadeiras, tratores e caminhões, os quais trabalham por turnos. Entretanto, não é uma regra que haja uma relação diretamente proporcional entre o aumento do número de colheitadeiras, tratores e caminhões com o aumento de motoristas. Isto depende da empresa e a exploração por meio de turnos para elevar as taxas de corte e produção, e, concomitante, a exploração por meio da extensão da jornada de trabalho. Para isso, algumas empresas excedem as 8 horas da jornada legal de trabalho, particularmente as empresas terceirizadas, como relatado por Carlota (2018) que trabalhou para empresas terceirizadas e depois entrou diretamente com a empresa canavieira de Sandovalina.

Carlota: Eu já trabalhei e saí, trabalhei para terceiros saí, e agora eu voltei para a usina de novo

P: Trabalhou dentro da usina para terceiros?

Carlota: Era

P: Qual empresa que era

Carlota: Era [...] na época

P: Como foi essa experiência? Quais funções você...

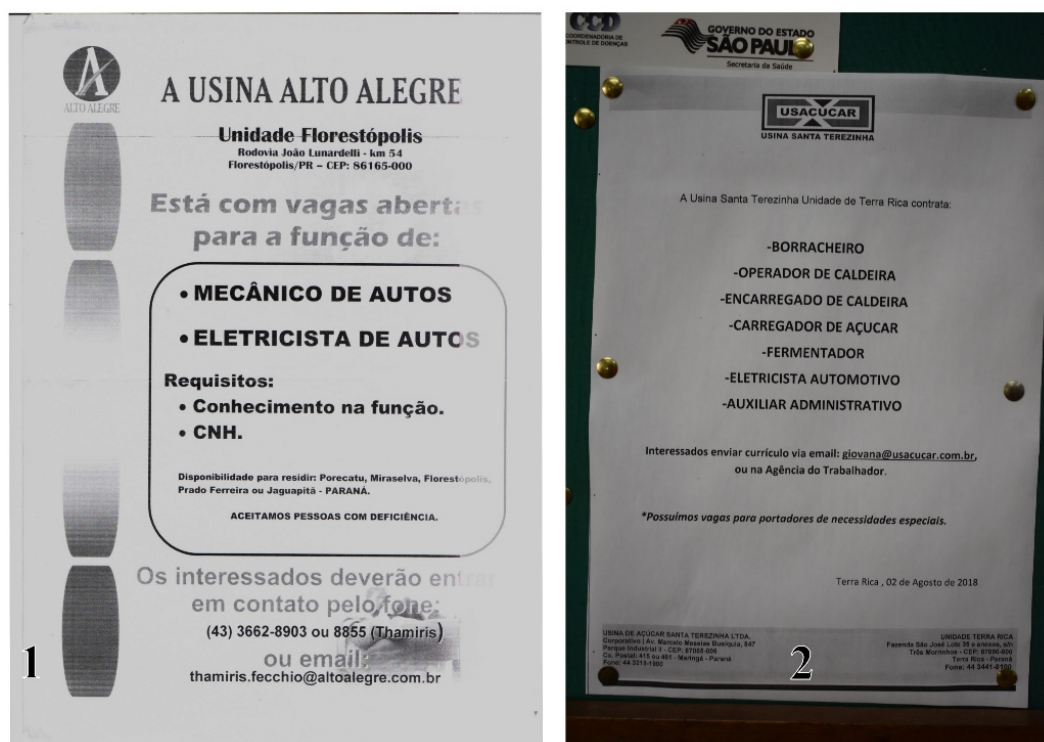
Carlota: Eu também era tratorista, era bom, só que a gente trabalhava doze horas, era das nove da manhã às nove da noite

R: Ah! É?

Carlota: É! só que era mil e quatrocentos (R\$1.400) na carteira, só que o mês que a gente recebeu menos foi dois e duzentos (R\$2.200), doze horas né, então saia bem. Hoje em dia a usina não pega mais para doze horas, não permite mais... Ter tem, mas é pouco, é escondido [nas empresas terceirizadas]... (CARLOTA, Sandovalina, trabalhadora canavieira, tratorista. Agregada em assentamento. 32 anos, Janeiro 2018)

Em referência aos outros locais de divulgação das vagas são os lugares públicos do município, como o balcão de emprego do município de Teodoro Sampaio ou a sede do sindicato, nos cartazes ou bilhetes de divulgação comparecem outras funções com menor qualificação, como a carpa química, qualidade ou borracheiro (Figura 21). Inclusive, a partir desses anúncios divulgados em lugares públicos, observa-se a dinâmica territorial ampliada do mercado de trabalho do setor canavieiro entre o Pontal do Paranapanema e o Norte do Paraná (Florestópolis e Terra Rica), com empresas que procuram trabalhadores em Teodoro Sampaio (São Paulo).

Figura 21 - Anúncios de emprego no Balcão de Emprego de Teodoro Sampaio, SP.



1 Anúncio de vagas em empresa canavieira do Estado de Paraná, divulgado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Teodoro Sampaio, outubro de 2016.

2 Anúncio de vagas em empresa canavieira do Estado de Paraná, divulgado no Balcão de Emprego. Teodoro Sampaio, agosto de 2018.

Fonte: Trabalho de campo

Organização: Robinzon Piñeros

Em decorrência, as trajetórias dos trabalhadores evidenciam as mudanças no processo de trabalho impulsionadas pela reestruturação produtiva no setor canavieiro. Essa relação, objetiva a reprodução do controle do trabalho pelo capital por meio de métodos de racionalização e automatização representados pelas máquinas, que simplificam e extinguem funções e empregos, visando aumentar a produção e produtividade, ao mesmo tempo que se adequa às regulamentações legais (NR 31)⁹⁶ e consensuais do setor para o mercado internacional (Protocolo Agroambiental do Estado de São Paulo), o que leva a outro patamar a avaliação das qualidades do trabalhador.

Como temos advertido na anterior seção, a mudança do perfil do trabalhador atrela todas as funções agrupadas no processo de trabalho agroindustrial. No entanto, no que tange às funções relacionadas com as funções agrícolas, plantio e colheita mecanizados, essa mudança estreita sua relação histórica com o controle do trabalho do perfil do bom cortador de cana: obediente, dócil e heterônimo, e ainda, segmentado como homem, forte, jovem e engajado com a usina (MORAES SILVA, 1998, p. 205-206). Porém, passa-se da capacidade individual baseada na energia/força/habilidade para cortar a cana-de-açúcar e as punições e descartes por não atingir a média, para aquelas ainda mais individualizadas, fundamentadas nos marcadores sociais do esforço individual para se qualificar, para “ir atrás de”⁹⁷ algum curso ou oportunidade para se qualificar para o trabalho. Ou seja, acumular diplomas de cursos e habilitações formais (p.ex. CNH) e, ainda, engajar-se para cumprir as metas de produção coletiva (corte, destilação etc.) informadas através dos líderes, cartazes, Facebook e outros meios. A punição acaba sendo o desemprego e a desestruturação de projetos pessoais de autonomia e emancipação familiar, que alicerçam o sentimento individual de não ter se esforçado o suficiente por obter cursos e diplomas, os quais representam a formação contínua para estar atualizado ou habilitado para o trabalho.

Junior, filho de assentados do município de Euclides da Cunha Paulista, foi morar em 2015 na cidade de Teodoro Sampaio depois que foi transferido para a nova unidade agroprocessadora. Em 2016, pretendendo fazer um curso profissional em uma faculdade em Presidente Prudente, ele refletiu sobre o futuro e as oportunidades que a educação e formação oferecem:

⁹⁶ Norma Regulamentadora 31 de 2005. Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura

⁹⁷ Frase muito utilizada pelos trabalhadores nas entrevistas dessa pesquisa e do Projeto Temático para denotar o esforço contínuo por qualificação profissional e manter o emprego.

P: Então se a gente falasse do futuro já, como você enxerga seu futuro daqui a 5, 10 anos?

Junior: A gente espera chegar lá, a gente sempre prefere o melhor para gente, então espero que eu consiga concluir o curso

P: Você acredita que estudar realmente rende?

Junior: Sim, se quiser uma promoção no trabalho, já abre mais as opções, uma função melhor e um cargo melhor (JUNIOR, Teodoro Sampaio, trabalhador canavieiro. Filho de assentados. 24 anos, Outubro de 2016)

O nível educativo e a qualificação profissional acabam se transformando atualmente na socialização que veicula os sonhos e projetos ao tempo que interioriza a obediência, concorrência e heteronímia dos trabalhadores do setor canavieiro. Afinal, consoma-se a reprodução de trajetórias de vida flexível, pautadas pelo consentimento coercitivo para se formar e comprometer seus sonhos e projetos de vida com o emprego nas empresas canavieiras. Araujo (2009) denomina de modo de vida *just-in-time* a experiência dessa geração de trabalhadores expressa pela reestruturação do capital no setor metalúrgico do ABC paulista, a qual está atrelada à utilização de princípios do Toyotismo que buscam a desqualificação contínua do trabalho para criar um sujeito flexível, adaptado às contínuas mudanças técnicas e de organização do trabalho. Segundo o autor, a vida *just-in-time* promovida pelo capital contemporâneo, por um lado “procura desfazer-se da figura do “‘gorila domesticado’ fordista”, e por outro, “faz emergir em nossa contemporaneidade o ‘autômato flexível’”, que desde sua juventude deverá dedicar mais horas de estudo para garantir sua empregabilidade (ARAUJO, 2009, p. 63). Essa é uma faceta da captura da subjetividade, a qual, segundo Alves (2011, p. 93) se fundamenta na

[...] presença totalizadora do trabalho abstrato, que se virtualiza, sai do local de trabalho e preenche os espaços de lazer e do lar. O tempo de vida tornou-se mera extensão do tempo de trabalho. Na medida em que o espaço da empresa se desterritorializou, ele se estendeu, ao mesmo tempo, para além do local de trabalho, com as novas tecnologias de comunicação e informação contribuindo para que as tarefas do trabalho estranhado invadissem a esfera doméstica (...) O impacto na vida pessoal e familiar e na saúde física e mental é deveras significativo.

Carlota e Dudu relataram como esse modo de vida *just in time* se espalha no setor canavieiro no Pontal do Paranapanema a partir das exigências das empresas:

Carlota: Só que agora entrou um novo gerente, e cada gerente que entra é normas diferentes. O último gerente, mesmo agora que ele entrou para ser líder

[hipótese], você tem que ter um grau de superioridade, vamos supor o Dudu quer ser líder ele entendeu trabalhou dez anos na usina ele entendeu tudinho de colheita

P: Ah! E ele já é antigo aqui

Carlota: Não, esse gerente entrou agora esse ano. Ai, ele está impondo essa regra. Igual o Dudu tem vaga para líder, subiu pra cuidar do módulo, aí o Dudu tem dez anos de usina. Se tiver um cara que se formou esse ano em técnico agrícola, mas ele não entende nada de colheita, ele vai dar preferência para esse cara que tem ensino superior...

Dudu: Por que ele tem o certificado [...]

P: Quer dizer que a educação e a formação está por cima da experiência [...]

Carlota: Tem diploma, exatamente

Dudu: Ele é gerente geral né, então ele quer saber de curso [...] Diploma o cara pode ter dez anos de experiência se ele não tiver um curso num vale de nada...

P: E isso está gerando uma concorrência por ter diplomas?

Carlota: Isso [...] Tanto que teve um monte de líder que começou a dar o nome para fazer faculdade, faculdade a distância essas coisas... (CARLOTA, Sandovalina, trabalhadora canavieira, tratorista. Agregada em assentamento. 32 anos, Janeiro 2018)

Consideramos que no caso dos herdeiros da cana-de-açúcar, esse modo de vida *just-in-time* se perfila como um elemento que atravessa a trajetória dos jovens rurais oriundos de assentamentos ou de pequenas cidades ou distritos próximos dos canaviais e unidades agroprocessadoras, para os quais o emprego no setor canavieiro representa uma, ou a única, opção de emprego assalariado na região. Essa maneira de vivenciar a flexibilidade nas suas vidas e corpos acaba se atrelando às múltiplas formas de degradação sistêmica do trabalho como o adoecimento e o descarte geracional.

5.2.2 Trajetórias dos *otros nuevos llaneros*. Migração, trabalho e moradia nos Lhanos Orientales.

Como visto, na mobilidade territorial do trabalho nos departamentos de Meta e Casanare se reproduz a terceirização laboral do setor palmeiro colombiano através de CTA, SAS ou EST. Atrelado a isso, os trabalhadores oriundos de outras regiões têm se fixado temporária ou permanentemente em povoados ou alojamentos (*campamentos*) próximos das plantações. A migração de trabalhadores é uma característica particular do complexo agroindustrial palmeiro da Orinoquia, resultado do estímulo por parte dos empresários palmeiros do Leste do país, desde os finais dos anos 1980, para resolver a

necessidade de força de trabalho com características físicas e experiência para as funções agrícolas das plantações, somada à disponibilidade de homens e mulheres para migrar pelas condições de pobreza, expropriação da terra individual e coletiva, exploração e desemprego nas regiões de origem. A essa disponibilidade para migrar, durante os anos 1990 e especialmente no século XXI, acrescentam-se as causas concernentes ao deslocamento impulsionado pelo conflito armado por expulsão da terra ou da propriedade urbana, ameaças de morte, assassinatos, massacres etc., em diferentes regiões do país. E, nesse contexto, também comparece a expropriação da terra e assassinatos por parte de paramilitares em regiões palmeiras do Norte e Sudoeste do país.

Essa migração, alicerçada e aproveitada pelo capital do agrohidronegócio palmeiro, estreita sua relação com o Regime Alimentar Corporativo caracterizado pela utilização de trabalho assalariado e a expropriação de terras, água e outros recursos territoriais para a produção de *commodities* que se enlaçam às Cadeias Globais de Valor. A mobilidade espacial de força de trabalho nacional e internacional, em geral, responde à intensa demanda de trabalho nas funções agrícolas, como exposto por Moraes *et al.* (2011, p. 18, tradução nossa) “nessas agriculturas intensivas a necessidade de fixar trabalhadores tem se traduzido, paradoxalmente, não apenas no assentamento mas em uma forte mobilidade” recriando e intensificando os circuitos de migração.

O deslocamento de trabalhadores para as plantações do Leste do país tem configurado uma concentração de trabalhadores nos municípios palmeiros, adaptando-se à infraestrutura urbana da sede do município ou dos distritos (*inspecciones de policía o corregimientos*), ou de pequenos povoados (*caseríos*), esses últimos criados anteriormente e habitados por camponeses, trabalhadores das fazendas ou jornaleiros de outros cultivos como o arroz. Nesses núcleos de concentração de trabalhadores palmeiros interagem migrantes sazonais com retorno para as áreas de origem (migrações pendulares), migrantes sazonais que circulam o ano todo entre o mercado de trabalho regional da palma de azeite e outros empregos agrícolas e não agrícolas (migrações circulares) (LARA FLORES, SÁNCHEZ e SALDAÑA, 2014). Esses migrantes circulares não retornam para seu local de origem por motivos pessoais, econômicos ou atrelados a fatores como a expropriação da terra, e por consequências diretamente vinculadas ao conflito armado e ao narcotráfico, como o medo originado por ameaças e perseguição de grupos armados ou contextos de violência.

Em consequência, o capital palmeiro conseguiu atrair e deslocar essa força de trabalho migrante, sazonal e permanente, para disponibilizá-la em um mercado de

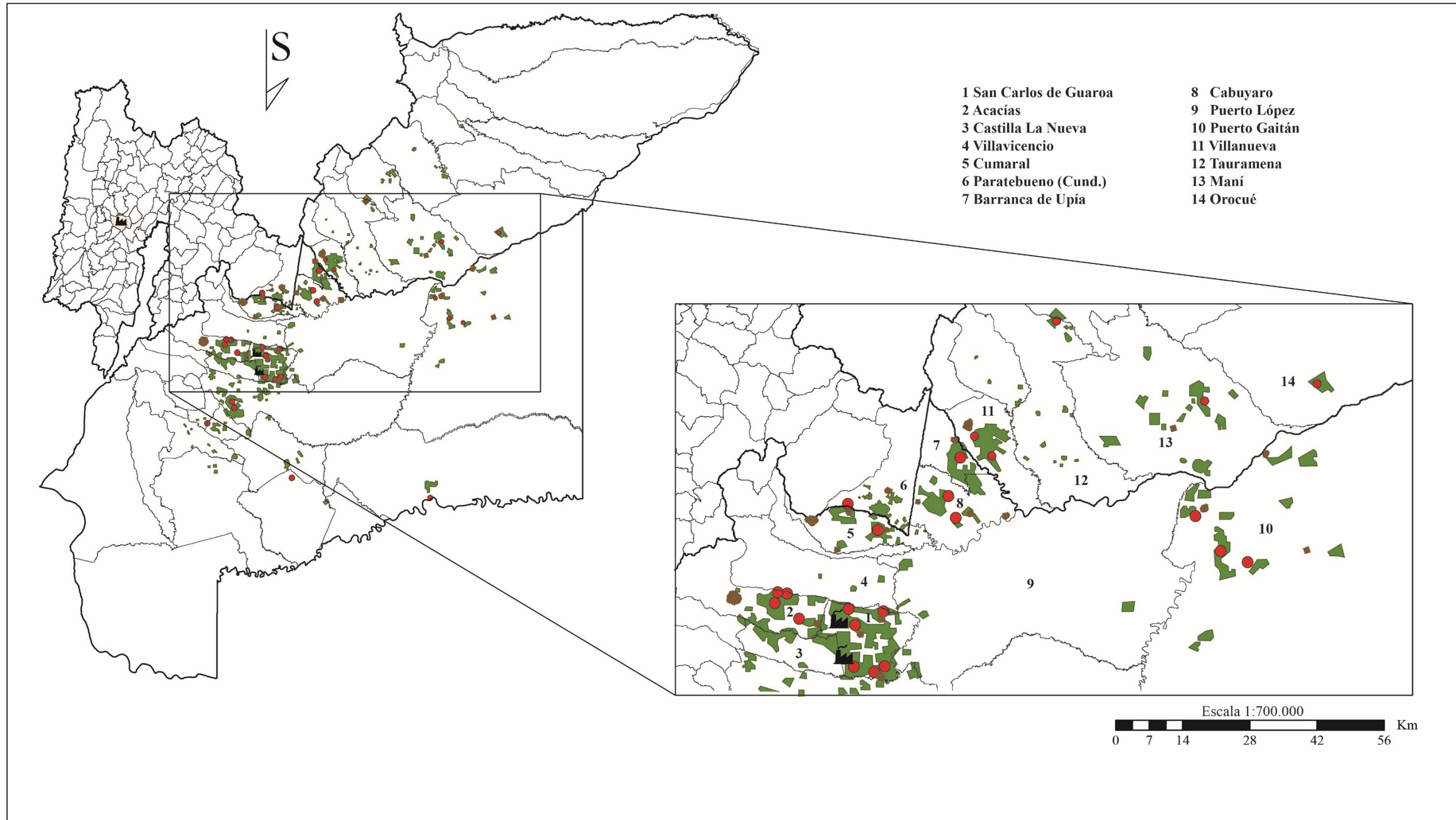
trabalho estruturalmente precário, no intuito de responder às demandas internacionais e nacionais de azeite de palma, e nacionais de agrodiesel. O controle desse mercado de trabalho se apresenta sob o comando de dois tipos de empresas (como detalhado no Capítulo 3), o primeiro com as empresas de maior porte e com capital mundializado que produzem azeite de palma (para exportação e o mercado interno) e agrodiesel, expressivos nas três plantas de esterificação de agrodiesel do complexo (Manuelita S.A., BioD e La Paz). O outro grupo está constituído pelas 27 empresas de menor porte que possuem plantas extratoras de azeite e estão integradas ao mercado nacional de óleos e gorduras vegetais, exportam através de *traders* ou vendem sua produção de azeite para as plantas de agrodiesel, além disso, estão as plantações que vendem fruto tanto para extratoras para a produção de azeite quanto para plantas de esterificação de agrodiesel.

A territorialização dessa migração norteou a nossa pesquisa desde o primeiro trabalho de campo em 2016, sendo que desconhecíamos a importância dos trabalhadores migrantes para a expansão da palma de azeite para o Meta e Casanare. A partir das entrevistas e visitas a municípios palmeiros, conseguimos fazer levantamento dos locais onde tem se concentrado essa migração desde finais dos anos 1980, e com mais intensidade desde 2005, na fase de expansão intensiva das plantações.

O Mapa 10 identifica a localização das plantações, plantas de agrodiesel e locais com núcleos de moradia temporal ou permanente de trabalhadores migrantes. Em decorrência, há dois tipos de núcleos de moradia, uma que se caracteriza como assentamento de trabalhadores em casas ou quartos alugados nas áreas urbanas da sede, distritos (*inspecciones de policía*) ou povoados (*caseríos*) de municípios palmeiros como San Carlos de Guaroa, Cumaral, Acacías, Puerto Gaitán, Cabuyaro, Barranca de Upía, Villanueva, no Departamento de Meta, e Villanueva, Maní e Orocué, no Departamento de Casanare.

De acordo com o levantamento realizado no trabalho de campo, encontramos povoados com importante quantidade de moradias de trabalhadores nos municípios de San Carlos de Guaroa (*inspección de policía* de Surimena e La Palmera), Acacías (*inspección de policía* de Dinamarca), Puerto Gaitán (*inspección de policía* San Miguel e La Cristalina), Cabuyaro (*caserío* Los Mangos e Guarupay) e Cumaral (*inspección de policía* Veracruz).

Mapa 10 - Localização das áreas urbanas com locais de moradia de trabalhadores palmeiros (2017) e áreas de palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (2015)



- | | |
|------------------------|------------------|
| 1 San Carlos de Guaroa | 8 Cabuyaro |
| 2 Acacias | 9 Puerto López |
| 3 Castilla La Nueva | 10 Puerto Gaitán |
| 4 Villavicencio | 11 Villanueva |
| 5 Cumaral | 12 Tauramena |
| 6 Paratebueno (Cund.) | 13 Maní |
| 7 Barranca de Upía | 14 Orocué |

Escala 1:700.000
0 7 14 28 42 56 Km

Localização das áreas urbanas com locais de moradia de trabalhadores palmeiros (2017) e áreas de plantações de palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (2015)

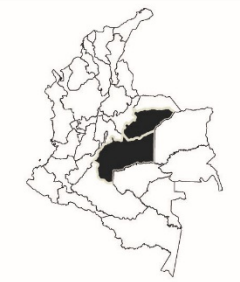
Software: QGis 2.14.19
Fonte: FEDEPALMA e trabalho de campo
Base Cartográfica: DANE (Colômbia)

Datum: SIRGAS 2000
Organização: Robinzon Piñeros
Elaboração: Diógenes Rabello



Legenda

- Áreas urbanas. Sedes e povoados (*Inspecciones de policía* ou *caseríos*)
- Plantações de palma de azeite
- Plantas extratoras de azeite de palma
- Unidades agroprocessadoras de agrodiesel



Outro tipo de moradia é o alojamento (*campamento*), propriedade da empresa palmeira, mormente localizado dentro da plantação, não obstante, no povoado de Veracruz (Cumaral) encontramos um alojamento urbano. Esse é o tipo de moradia mais antigo para recepcionar os trabalhadores migrantes, que moram nesses locais durante uma ou várias semanas sob regime de “internos”, até saírem de folga para os núcleos urbanos próximos para descansar, retornar para seu local de origem ou buscar emprego em outras plantações.

De fato, os alojamentos são uma forma particular de alocação de trabalhadores no complexo agroindustrial da palma de azeite da Orinoquia. Por exemplo, na região palmeira do Norte é mais comum o modelo de locação em povoados urbanos próximos às plantações. Como relatado por advogada que pesquisa e intervém junto a sindicatos e movimentos sociais nos departamentos de Santander, Norte de Santander y Cesar, alguns desses povoados cresceram pela população atraída pelas plantações próximas⁹⁸, por exemplo, no município de Puerto Wilches e a empresa Promociones Monterrey (MOLANO, ROZO, *et al.*, 1987).

Entretanto, no Meta e Casanare, na última década, os alojamentos nas plantações têm diminuído em quantidade na área onde se concentra a maior área com plantações, no sopé da cordilheira, aproveitando as melhoras relativas das estradas, mormente de terra, para garantir condições de transporte entre áreas urbanas de povoados e sedes dos municípios e a plantação, ora com ônibus fornecidos pelas empresas palmeiras, ora com motos dos próprios trabalhadores. Além disso, questões legais e econômicas têm contribuído para que as empresas não utilizem alojamentos, isto pela redução de custos e pelo encobrimento do vínculo de emprego por meio da terceirização. Nesse último caso, porque legalmente se os trabalhadores estão a serviço da empresa palmeira, dona da plantação e do alojamento, não podem estar contratados por outra empresa que terceiriza (CTA, EST ou SAS), já que, se assim, incorreria-se em intermediação laboral, pois as funções agrícolas são atividades fim ou de missão permanente das empresas palmeiras (VÁSQUEZ, 2016, p. 72).

Baseados nessas formas de moradia dos trabalhadores, procedemos a reconstrução das trajetórias dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes, mormente jovens, sendo que nesses locais comparece a diversidade de origens migratórios que constituem a

⁹⁸ Ela sinalizou alguns povoados (*corregimientos*) como “Puerto Sogamoso (município de Puerto Wilches, Santander), El Pedregal (município de Bucaramanga, Santander), Minas (Município de San Martín, Cesar) (ADVOGADA, Comunicação via WhatsApp. Maio de 2018).

mobilidade territorial do trabalho. Ditos locais são produto tanto das formas de controle territorial do trabalho pelas empresas palmeiras e da ação ou desatenção do Estado, quanto das estratégias dos trabalhadores para ficar durante a safra e voltar para sua região de origem ou continuar circulando no mercado de trabalho regional, ou mesmo, para se fixar sozinho ou com a família. Afinal, reforçamos que essa migração faz parte das estratégias de flexibilização da força de trabalho, portanto, da construção de trajetórias de vida flexíveis para sua disponibilização nos mercados de trabalho do agrohidronegócio palmeiro.

5.2.2.1 Tipos de moradia para a alocação dos trabalhadores rurais

Ir à procura de emprego nas plantações de palma de azeite na Orinoquia colombiana, ou *Llanos Orientales*, representa a busca de outras oportunidades longe da região de origem. A viagem junto a outros trabalhadores está mediada pelos arregimentadores (*contratistas*) ou por indicação de algum conterrâneo ou antigo companheiro de trabalho, a chegada acaba em algum dos tipos de moradia existentes.

Malgrado sua quantidade tenha diminuído e não esteja disponível um número oficial e sua localização, os alojamentos ainda existem e localizam-se especialmente nas plantações de empresas de menor porte e em empresas localizadas nas áreas de expansão recente e mais afastadas de povoados urbanos. As condições de moradia nesses alojamentos muitas vezes são precárias, com riscos oriundos da proximidade com as plantações, dos currais dos búfalos e pelas condições de higiene que apresentam (Figura 22). Essa relação entre empresa e trabalhadores está mediada pelo pagamento de um valor de aluguel não pactuado, taxado diretamente pelo capitalista; a alimentação é fornecida pela empresa, mas às vezes é facultativo ao trabalhador comprá-la ou não. Há, nessa prática, uma relação com as formas de endividamentos como forma de sujeição e controle dos trabalhadores, que afeta a sua mobilidade e seu salário, dependendo dos descontos no salário praticados diretamente pelas empresas.

Figura 22 - Alojamento (*campamento*) de trabalhadores agrícolas em empresa palmeira do município de San Carlos de Guaroa (Meta). Junho de 2017.



Alojamento de trabalhadores e almoxarifado ao lado do curral dos búfalos utilizados para o carregamento de fruto cortado.
San Carlos de Guaroa (Meta) 15/06/2017

Os alojamentos são mais comuns nas áreas de expansão das plantações no Leste, sendo uma estratégia para enfrentar as longas distâncias entre as áreas urbanas e as plantações, além das condições das estradas de terra, que impedem o trânsito diário de ônibus. Destacam-se entre esses municípios Puerto Gaitán no Meta, e Maní e Orocué no Casanare, municípios que aumentaram significativamente a área plantada entre 2010 e 2015. Nesses, as condições de moradia podem ser ainda mais precárias, como conseguimos observar em uma visita a uma plantação e planta de extração de azeite de palma de azeite em Puerto Gaitán (Meta), a qual foi solicitada diretamente à administração da empresa palmeira em abril de 2016 (Figura 23).

Figura 23 - Alojamento (*campamento*) de trabalhadores agrícolas em empresa palmeira do município de Puerto Gaitán (Meta). Abril de 2016.



1 Refeitório de alojamento.
Puerto Gaitán (Meta) 14/04/2016
2 Alojamento de trabalhadores com o estacionamento das motos para seu deslocamento pelas plantações.
Puerto Gaitán (Meta) 14/04/2016
3 Área de frente do alojamento
4 e 5 Depósito de adubos, utilizado como alojamento auxiliar em temporada de safra. Puerto Gaitán (Meta) 14/04/2016

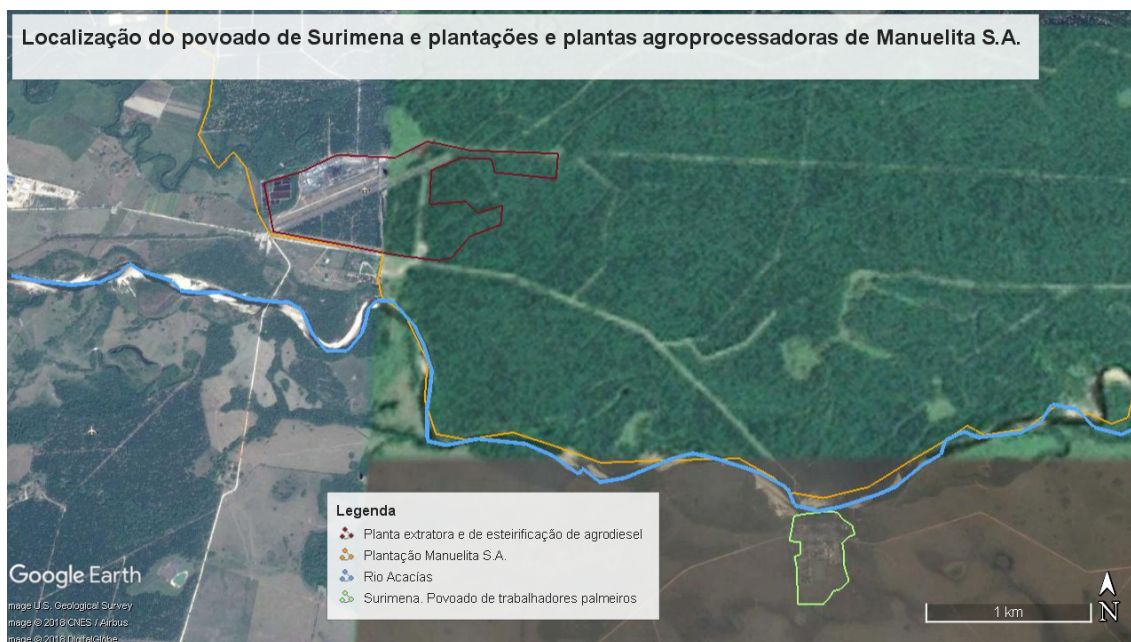
Fonte: Trabalho de campo, 2016

Nossa visita coincidiu com uma reunião dos administradores da empresa junto aos trabalhadores agrícolas para lhes informar que a partir desse mês passariam a ser contratados por uma *Empresa de Servicios Temporales* (EST), sendo que a empresa palmeira os tinha contratado diretamente porque o convênio com outra EST havia terminado, portanto, essa relação foi transitória. Durante a reunião, além de presenciar as reclamações dos trabalhadores pelas condições de moradia e alimentação, foi possível observar as condições dos quartos coletivos, os locais para lavar roupa e a adequação de um depósito de adubos como alojamento durante a temporada de safra, por conta do aumento do número de trabalhadores. Sem dúvida, o local não oferece boas condições para o descanso dos trabalhadores e apresenta alto risco de intoxicação pelos resíduos de químicos. No entanto, os trabalhadores manifestavam que iam trabalhar nessa empresa porque era uma das que pagava melhor pelas funções agrícolas na região, embora, sob o sistema de salário por tarefa ou peça.

Outras empresas, especialmente as empresas de maior porte que plantam e agroprocessam azeite e/ou agrodiesel, entre as quais está a multilatiniana colombiana Manuelita, têm diminuído o número de alojamentos pelos motivos anteriormente elencados: custos e razões legais. Com isso, passaram a privilegiar a contratação de trabalhadores alocados em povoados próximos, impulsionando, desse modo, a urbanização em áreas próximas às plantações, no que poderíamos chamar de vilas ou bairros de trabalhadores rurais. Esse é o caso do povoado de Surimena (San Carlos de

Guaroa), localizado no Sudoeste da plantação, onde moram trabalhadores de Manuelita e outras empresas palmeiras (Figura 24).

Figura 24 - Localización de las plantaciones y agroindustria de Manuelita y Surimena (San Carlos de Guaroa)



Fonte: Google Earth, 2018

Organização: Robinzon Piñeros

Nesse povoado, a empresa Manuelita tem influência na urbanização das últimas décadas, sendo que nele assentou alguns dos trabalhadores e suas famílias, vindos do Vale do Cauca nos anos 1990. Os tipos de moradia (Figura 25) dão conta do processo de urbanização com o alojamento coletivo de propriedade da empresa (tipo de moradia 3), para casas familiares, construídas por meio de programas de Responsabilidade Social Empresarial (tipo 4), e as casas construídas pelos próprios trabalhadores (tipo 1 e 2), algumas das quais são alugadas para os trabalhadores migrantes safristas.

Figura 25 - Tipos de moradia de trabalhadores em Surimena (San Carlos de Guaroa, Meta)



Tipos de moradia de trabalhadores em Surimena (San Carlos de Guaroa, Meta)

1 y 2 Com com material recuperado na periferia do vilarejo

3 Alojamento (campamento) da empresa Manuelita, construído na década de 1990, hoje está desabilitado.

4 Construção do projeto de moradia social “Villas de Surimena” em 2014

Fonte: Trabalho de campo, 2014; 2017.

Contudo, os tipos de moradia configuram uma rede de locais que constituem um modo de imobilidade territorial temporária ou permanente da força de trabalho. Por meio dessa imobilidade a força de trabalho torna-se disponível durante a temporada da safra ou por um tempo prolongado para os empregos pós-safra, aqueles voltados para os tratamentos culturais ou nas funções da planta de extração ou esterificação do agrodiesel. Portanto, nesses locais convergem os dois segmentos de trabalhadores, os sazonais de migração pendular ou circular, e os trabalhadores que fixaram sua moradia, com emprego contínuo ou rotativo nas diferentes empresas palmeiras.

Os locais de moradia que acolhem os dois segmentos de trabalhadores põem em cena as formas de controle fora do local de trabalho com ações para sedentarizar a força de trabalho. Leite Lopes (1996) analisou essa mesma problemática no contexto das usinas de açúcar e fábricas têxteis do Nordeste brasileiro nos anos 1970. O autor afirma que essa imobilização é resultado de formas diretas ou indiretas de coerção física ou simbólica, nestas últimas comparecendo as relações de dívida, ligações de fidelidade, concessão de lotes para construir a moradia ou um roçado ou o fechamento de oportunidades de saída (LEITE LOPES, 1996, p. 286).

Na Colômbia, uma aproximação a formas de coerção no setor da palma de azeite comparece em dois estudos. Para o caso do Departamento de Casanare, a pesquisa de Villegas (2005?), mesmo que o foco sejam as formas de organização de afrodescendentes migrantes, pois permite entender como a empresa palmeira estabelece estratégias para trazer os trabalhadores dos departamentos de Vale do Cauca e de Cauca para fixá-los como força de trabalho barata no município de Villanueva. O outro estudo foi realizado por Molano, Rozo, *et al.* (1987) no município de Puerto Wilches (Santander), analisando o processo de implantação e expansão de uma empresa palmeira que impactou na estrutura fundiária e na configuração populacional do município com a migração de trabalhadores.

A rede de locais e tipos de moradia faz parte do território onde chegam os trabalhadores migrantes. Após descrevê-los, procedemos a apresentação da trajetória dos trabalhadores rurais jovens que migraram para se assalariar no setor palmeiro. A trajetória representa a plasticidade do trabalho, travada pelas motivações para saírem dos seus locais de origem e se transformarem em trabalhadores que vivenciam as formas de exploração e controle que configuram a mobilidade territorial do trabalho no complexo agroindustrial da palma de azeite na Orinoquia.

5.2.2.2 Migrar para trabalhar na palma de azeite nos Lhanos Orientais

De acordo com as origens dos trabalhadores, identificadas nos trabalhos de campo, consideramos importante na sua trajetória os motivos pelos quais migraram para os Lhanos Orientais, sendo essa uma área de fronteira agrícola com um histórico de migrações de luta pela terra por colonos e camponeses e de expropriação por parte de latifundiários, narcotraficantes, paramilitares etc. durante o século XX e XXI. Entretanto, a migração de trabalhadores rurais para as plantações de palma de azeite na fase expansiva do agrohidronegócio palmeiro no século XXI é diferenciada por se tratar de uma mobilidade temporal ou sedentarizada em busca de emprego. As origens regionais dos trabalhadores, identificadas na primeira parte desse capítulo, misturam-se com os motivos individuais ou familiares para migrar, os quais estão atrelados aos conflitos e formas de despossessão e expropriação.

O grupo dos costeños, de acordo com os trabalhos de campo, é o mais expressivo entre os trabalhadores migrantes atuais, os quais têm origens diversas, pois o gentílico acolhe uma diversidade de homens e mulheres do Norte do país, além das cordilheiras,

nascidos nos fundos de vale ou savanas, nos departamentos de Cesar, Magdalena, Bolívar e Atlântico, que se estendem até o litoral Caribe. Sua trajetória coletiva está vinculada às antigas plantações de palma de azeite, bem como daquelas oriundas da expansão recente, e seu mercado de trabalho precário (RAMÍREZ, 2012), tendo como origem modos de vida camponês ou ribeirinho, assim como moradores de povoados urbanos dispersos. Além disso, como muitos outros colombianos, seus relatos estão atravessados pela violência armada e simbólica do conflito armado, especialmente pelas ações de assassinato, perseguição e expulsão dos grupos paramilitares.

A trajetória de Juan mostra sua relação com a palma de azeite desde criança e seus motivos para migrar e ficar nos Lhanos Orientais. Trabalhador palmeiro oriundo do município de Zona Bananera, Departamento de Magdalena, no qual a agricultura está baseada nas plantações de bananeira e palma de azeite. Sua trajetória no trabalho da palma de azeite começou com 8 anos, na colheita de fruto solto para ajudar na renda da família, composta por 10 irmãos. Por causa do trabalho, deixou os estudos e não terminou o ensino fundamental básico (*básica primaria*). O pai era comerciante de mercadoria trazida da Venezuela (contrabando) e foi desaparecido pelos paramilitares. Assim que fez 18 anos, começou trabalhar em comercio de cerveja, construção civil (Departamento de La Guajira) e como camelô (Barranquilla, Departamento de Atlântico). Com 23 anos foi para o Departamento de Cesar para trabalhar novamente na palma, na colheita de fruto e como cortador de cacho de palma pequena, já que sua estatura o impede de cortar em palma mais alta. Com 28 anos migrou para os Lhanos para arrecadar dinheiro para voltar e fazer investimentos em comércio varejista de peixe, mas, acabou ficando e pediu para sua esposa e 4 filhos irem morar juntos, eles chegaram uns meses depois dele migrar.

A viagem para os Lhanos, foi junto com outros 50 trabalhadores arregimentados por uma CTA que operava no Departamento de Cesar.

Juan: Hicieron una convocatoria allá, vinimos 50. Una palmera de acá arribita. De los 50 nos dividieron, hicieron dos grupos. Uno de 20 y uno de 30. El de 20 nos quedamos aquí y el de 30 lo llevaron para Pachaquiario [Puerto López]. Esos sí no aguantaron, esos se fueron a la quincena. [Allá estuvieron en palma] del mismo dueño de acá los llevó para allá. Ellos no aguantaron. Nosotros ahí nos aguantamos como tres meses, y de ahí si llegamos acá al pueblo [...] (JUAN, Surimena (San Carlos de Guaroa, Meta), trabajador palmeiro, colhedor de fruto e cortador de cacho. 35 anos, Abril de 2016)

O período mínimo de trabalho para pagar os custos da viagem, sem descontos no salário, era de três meses, assim que terminou de trabalhar interno na plantação, saiu e foi para Surimena, onde tinha colegas e familiares da esposa. Com a migração da esposa e

os filhos, os planos de voltar e fazer investimentos foram adiados e acabaram ficando, depois compraram um terreno e, posteriormente, ele foi escolhido no programa de moradia empresarial de Manuelita.

Juan: Porque yo no había traído a Rosa [Esposa], como a los 20 días traje a Rosa acá, la mujer mía, porque yo venía con la idea de buscarme un millón de pesos y me voy, yo con un millón de pesos en el costa tengo un plante [inversión] grande, porque claro, uno allá con un millón de pesos para vender pescado pues es bueno. [...] Y salí pues con esa idea, pues con esa idea, pero vea, ya voy para 7 años y todavía no lo conseguí [risos] [P: ...conseguí otro plante] conseguí otro, porque allá compré un lotecito [en Surinam], uno esquinero, en ese tiempo lo compré en 2.800.000 [pesos], que día un compañero me estaba dando 9 millones y le dije: ¡No! Ya yo compré eso, pues eso será de los pelaos [hijos]... (Ibid.)

A casa e o trabalho foram os motivos para ficar, inclusive, ele acrescenta que também é uma forma de fugir da violência e que se a família da Costa precisa migrar pelos mesmos motivos, ele vai recebê-los em casa:

Juan: [...] No sabe uno, como tiene uno su familia por allá también, más que todo ahorita si está atacando la violencia allá, eso me tiene preocupado, tengo a mis hermanos allá, cuando uno menos cree pueden decir: ¡Voy para allá! [os Lhanos] porque tocó desocupar el pueblo⁹⁹. ¿Y adonde lo mete uno? mientras que despegan, pues toca darles ahí... (Ibid.)

Além disso, relata como tem prestado ajuda para outros colegas que migraram:

Juan: [...] Porque acá, el tiempo que llevo yo acá, le he dado la mano a más de un compañero de allá del pueblo. Pero vienen, hacen cagadas y vuelven y se van. Gracias a Dios de la familia mía no han venido, siempre llegan amigos, que se han criado con uno allá y uno los conoce, los distingue [conhece] mucho, pues uno les da la mano. (Ibid.)

No tocante à migração de costeños, Juan agrega que há uma discriminação, algumas vezes justificada, sobretudo, porque alguns têm ido embora sem pagar as contas no bar ou no mercado. Além disso, pelos costumes atrelados às festas, som alto, consumo de álcool, baderna e piadas.

Juan: pero entonces, que se van, quedan debiendo plata, ¡mierda! Eso por acá, si tienen algo es que al costeño acá siempre lo han querido como discriminar mucho. [P: ¿Por qué, qué dicen del costeño?] Pues lo que pasa, es que nosotros tenemos como una costumbre, que el costeño es como libre, casi que la ley no, no. O sea, uno sabe que eso es malo hacerlo y él lo hace. A veces por lo menos nosotros de chanza [piada] podemos mamarle gallo [bagunçar] a una persona, ponerle apodos [apelidos], acá no. Acá la gente es más civilizada en esa parte, el escándalo no les gusta, tanta tomata [consumo de álcool]. [...] El costeño

⁹⁹ Juan se refere as ações de paramilitares para expulsar população. O grupo armado chega e avisa a todos os povoadores que têm que sair ou serão assassinados, especialmente os colaboradores da guerrilha ou “comunistas”. Em termos do Direito Internacional Humanitário é uma prática de “deslocamento (*desplazamiento*) armado”

es muy mamagallista [zoador], y esa parte se dejó agarrar la mala aquí, ya ahorita hay buen costeño aquí, mucho costeño, y ya por eso [...] y claro, muchos que estamos acá que hemos tratado de cambiarle la cara a los que han venido y han hecho cagadas [...] (Ibid.)

No entanto, a discriminação é resultado do encontro de modos de vida distintos alicerçado pela migração de trabalhadores, podendo derivar em conflitos. Ainda, as “cagadas” de ir embora sem pagar as dívidas de comida ou bebida pelos migrantes Costeños não estão apenas vinculadas à representação da sua identidade, sendo também consequência das condições precárias da migração e emprego. Ou seja, muitos trabalhadores são enganados com promessas de salários altos com os quais teriam a possibilidade de pagar as contas individuais e o que sobrar enviar para a sua família na Costa.

Desse modo, a migração está atravessada pela enganação e abusos dos intermediários (*contratistas* ou CTA) e pelas condições precárias oferecidas pelos empresários palmeiros, aliança que reproduz a dupla precariedade do trabalho que se territorializa na Orinoquia, migração e terceirização laboral que obrigam alguns a continuar migrando ou voltar para sua terra sem dinheiro. Essa dupla precariedade comparece no caso de jovens costeños noticiado em 2017 por um meio de comunicação regional, que apresenta as condições de exploração de jovens costeños que migraram para Maní (Casanare) para trabalhar na plantação Palmar de Altamira, de propriedade do grupo Manuelita.

Esses trabalhadores foram expulsos do alojamento depois de reclamarem pelas condições de trabalho e pelas más atenções médicas a um deles, que cortou o pé com podão (*machete*). Eis o relato das condições de migração e trabalho desses migrantes:

[...] la jornada diaria laboral es de cinco de la mañana a tres de la tarde de lunes a domingo, que por cada fruto que desperdicien o pierdan se les descontará 100 pesos, pero si es un racimo serán 12 mil pesos.

A los 15 días promedio de estar trabajando uno de los cortadores de fruto sufre un accidente donde ve comprometido su pie por cuenta de machetazo que se da a la hora de hacer un corte, no es llevado con ningún médico, es suturado por una enfermera en el mismo campamento y se le ordena volver al campo, nunca fue reportado el incidente a riesgos laborales y fue amenazado que si no continuaba trabajando debería dejar la finca, según el capataz de grupo “la gente que no producía no sirve en esta industria”

Cuando el joven se negó a volver al campo y uno más de su cuadrilla reclamó que era injusto y que además les habían prometido un préstamo para enviar dinero a sus familias, los jefes inmediatos de campo tomaron la decisión de desvincularlos de la palmera, obviamente sin pago alguno y sacándolos del predio a su suerte. [...]

Son dirigidos al Ministerio de trabajo, la casa de la justicia y a un abogado particular, donde reposan (sic) el caso, pero donde no han podido lograr que les paguen lo adeudado y ahora están pidiendo ayuda económica para poder regresar a su lugar de origen. (VIOLETA STEREO, 2017)

Os trabalhadores oriundos de Tumaco (Departamento de Nariño) compõem outro dos grupos significativos entre os trabalhadores da colheita da palma de azeite. Como foi colocado na primeira seção, o desemprego e a doença que atacou as plantações de palma levaram muitos homens e mulheres a migrarem através de intermediários (*contratistas*) para áreas de palma. Alguns foram para os Lhanos e outros para o Equador, país que, como foi tratado no capítulo 2, possui número expressivo de área plantada de palma de azeite e utiliza força de trabalho migrante oriunda da Colômbia. Genaro, nascido em um povoado de Tumaco, que estava desempregado e decidiu migrar em 2006 para San Martín (Meta), relata o destino de alguns dos seus antigos companheiros de trabalho que também estavam desempregados.

P: ¿Cuánto tiempo duró desempleado?

Genaro: Yo duré como un mes, por ahí un mes...

P: De toda la gente que salió desempleada de esa cooperativa [CTA] ¿para dónde se fueron?

Genaro: Toda esa gente, hay gente que cogió para el Ecuador, hay gente que está por aquí también [nos Lhanos]... [P: ¿Al Ecuador a qué?] a cosechar también palma. La mayoría de la gente de allá de Tumaco está allá, en el Ecuador.

P: ¿Allá pagan mejor?

Genaro: Pagaban, porque como ya fue mucha la cantidad de gente que fue, entonces empezaron a pagarlos barato porque había ya mucha gente. Porque la gente empezó a quedarse sin trabajo y corrían para allá. Para aquí para este lado también, aquí pa' este lado de San Martín para allá, también hay palmeras hartas, también hay tumaqueños que se vinieron. Pero ahorita ya se están devolviendo, porque sembraron esa palma híbrida que llaman, esa palma que no se cría tan alto... entonces, el problema es que sembró esa palma y ya están cosechando, ya abrieron otra vez las plantaciones [En Tumaco]...

A trajetória de Genaro, afrodescendente, está marcada pelo trabalho infantil na palma, plantada em 3 hectares da propriedade da sua família junto com outros cultivos de consumo familiar. Esse sistema consorciado e integrado é comum no Sudoeste da Colômbia nas comunidades afrodescendentes (RESTREPO, 2004). Desde os 8 anos ele coletava os frutos soltos e os cachos, depois os carregavam, junto com seus irmãos, em caixotes puxados por mulas. O fruto coletado era levado até a rodovia mais próxima, depois era transportado em caminhão (alugado por vizinhos que também produziam como

camponeses integrados) até a planta extratora que comprava o fruto da produção familiar. Mais velho, começou a trabalhar como terceirizado para plantações empresariais através de uma CTA e, posteriormente, ficou desempregado por causa da infestação e derrubada das palmas pelo ataque da doença que apodrece o talo. Sobre essa relação entre infestação, desemprego e migração, ele relatou:

Genaro: El PC [podrecimiento do talo] mató toda la palma, no quedó nada, no hubo nada que nos salvara. Quedamos sin trabajo. Un ingeniero que llegó por ahí buscando personal para trabajar aquí en San Martín, en una finca que se llama [X]. Fueron a buscar gente, a recoger gente a Tumaco en un bus. Yo me vine ahí porque yo sin trabajo. [P: ¿Cuántos años tenía?] Nosotros la cosechamos desde los 9 años (...) pero cuando la palma se acabó yo ya tenía 20 años, 21 años. [P: O sea, usted se vino cuando tenía 20 años] Tenía 21 [...]

P: ¿Allá [en Tumaco], en qué estaba trabajando en esa época?

Genaro: Allá si aprendí a cortar, estaba aprendiendo apenas, a cortar palma adulta con gancho [bengala com faca]

Sobre o processo de migração, ele se refere ao *contratista* como o *ingeniero* (engenheiro). Não fica claro se essa classificação tem a ver com a formação educativa ou é apenas marcador de hierarquia (similar ao doutor ou senhor). No relato, também comparece a forma como é feita a arregimentação de pessoal para ser levado para os Lhanos e as condições de moradia em alojamentos, longe dos centros povoados.

P: Cómo fue el proceso de venirse para acá. Es decir, fue un ingeniero a buscar gente para venirse a trabajar a San Martín. El hombre fue con un bus, y ¿qué les dijo?

Genaro: Él le comentaba cómo era la vaina, el trabajo acá, era para cosechar palmas de 8 metros con gancho [bengala com faca]. Iba buscando personas que, que fueran gancheros, que supieran cortar con ganchos. Yo no sabía, yo estaba apenas queriendo aprender, porque yo no sabía. Si no que yo como estaba sin trabajo, dije que quería trabajar. Entonces le daban a uno 60 mil pesos o 70 mil pesos, para la comida donde paraba el bus, para almorzar, desayunar, almorzar. Entonces nosotros llegamos allá a una finca. De San Martín pueblo a la finca, en bus, son como casi dos horas. Eso es lejísimos, y solamente uno salía cuando era día de pago, de resto no había transporte para uno, tenía uno...

P: Y allá vivía en qué, ¿en campamento?

Genaro: En un campamento [P: ¿Y cuántas personas vivan ahí?] Uy, no las conté [risos], más o menos si habían en ese campamentos como unos 50.

P: ¿Y los contrataron para estar todo el año, o cómo era?

Genaro: Como era una cooperativa, o sea, hasta cuando uno quiera trabajar. O sea, en cooperativa hasta donde uno quiera trabajar, si uno ve que sirve el trabajo, si no, se va... [P: ¿Se quedó ahí cuánto tiempo?] Yo no me quedé ahí si no como 20 días no más. Eso es muy lejos por allá, no me amañaba por allá.

P: ¿Pero a usted no le tocaba pagar el pasaje y eso?

Genaro: No, a mí me trajeron. O sea, el bus lo traía a uno, ellos le pagaba todo. Cuando yo llegué ahí, me dieron unos 8 días la comida gratis, que porque apenas yo estaba llegado. Pero yo duré 20 días no más trabajando allá y me salí...

P: ¿Y le descontaron esos días ahí, no?

Genaro: No, eso corría por cuenta de ellos...

Mesmo que não fique claro se foi descontado ou não o valor da viagem (passagem e comidas) entre Tumaco e San Martín, na arregimentação estão calculados esses custos, os quais são deduzidos pela cooperativa ou empresa através de descontos no salário mensal ou no pagamento por tarefa diária (*jornal*). De outro lado, a aparência de liberdade para deixar o alojamento na plantação, mesmo que pareça uma decisão individual autônoma, está pautada na imobilidade atribuída à necessidade de emprego e nos custos econômicos do retorno a sua região de origem. Além disso, ficar também está atrelado à rede de trabalhadores migrantes constituída por parentes e conterrâneos, a qual oferece informação e ajuda para sair e buscar emprego em outras plantações onde as condições de moradia e pago por tarefa sejam melhores. Assim, conformam-se diferentes trajetórias migratórias individuais e familiares, que têm como causa as poucas oportunidades de emprego e renda para ficar na terra ou no povoado de origem, mas esses trabalhadores possuem experiência em trabalho na palma a qual é apreciada pelas empresas palmeiras da Orinoquia. Para aproveitar e explorar essa experiência, desdobram estratégias de arregimentação baseadas na utilização de CTAs ou indivíduos (“engenheiros” ou *contratistas*) que intermediam entre o local de origem e os transportam para os diferentes tipos de moradia, ora alojamentos, ora povoados.

Afinal, a intermediação de CTAs, atualmente as SAS, e *contratistas* materializa a mobilidade territorial do trabalho, que tem desdobramentos nas trajetórias migratórias, sendo que muitos acabam ficando, ou sedentarizando a migração nos Lhanos, seja porque a família veio morar junto, ou o trabalhador ou trabalhadora conformam um novo núcleo familiar, em alguns casos, deixando um outro núcleo familiar (filhos e/ou cônjuge) no local de origem. Outros ficam porque não têm como retornar à finca (sítio) ou à casa no povoado, por questões econômicas ou relacionadas com a violência do conflito armado.

Nesse sentido, a violência executada por atores armados como paramilitares, guerrilha, exército e narcotraficantes está presente nas formas de desterração, impulsionando aos habitantes rurais a migrarem abandonando sua terra e propriedades

para fugir da morte e dos vexames do conflito armado. Nessa seara, camponeses e comunidades afrodescendentes têm sofrido com mais intensidade a expulsão da sua terra por paramilitares, que a ocupam, adequam e inserem legal ou ilegalmente na produção de palma de azeite. Os casos mais conhecidos desse tipo de expropriação estão no Departamento de Chocó e Bolívar, no Departamento de Meta está o caso do município de Mapiripán pela empresa italo-espanhola Poligrow (COMISIÓN INTERECLESIAL JUSTICIA Y PAZ, 2015). No caso dos trabalhadores entrevistados, alguns relataram sua decisão de migrar por medo das condições de controle territorial dos atores armados, como é o caso de Juan.

Há outro tipo de trajetória atravessada pelo conflito armado: trata-se de famílias camponesas que plantam coca como alternativa de renda em meio à pobreza e ao abandono do Estado, assim como de trabalhadores diaristas (alguns destes são migrantes de outras regiões) que colhem e/ou processam a folha de coca (*raspachines*¹⁰⁰ e *cocineros*¹⁰¹) oriundos de municípios ou departamentos próximos às plantações de palma de azeite. O caso de Lina, Diva e Ana, filha, mãe e tia, atrela o assassinato do esposo de Diva (pai da Lina e cunhado da Ana) em 2003 pela guerrilha no Departamento de Guaviare, e o começo de uma trajetória familiar comandada pelas mulheres para buscar emprego e outro lugar para morar. Com o assassinato, começa a saída e o abandono da terra e o plantio de coca, primeiro na cidade de San José del Guaviare, capital do departamento. Ana relata esse momento:

P: Bueno ¿ustedes empezaron trabajando allá en San José de Guaviare en qué?

Ana: No, nosotros vivíamos en el campo. Duramos un tiempo viviendo en el campo pues trabajando con la coca, que es el trabajo en Guaviare, para el campo casi no hay palma, hasta hace poco que están metiendo cultivos de palma, pero están chicas, y así. Después, en el 2003, fue cuando mi hermana quedó viuda, que mataron el papá de los niños, la guerrilla, y de ahí si ya nos salimos para el pueblo, y ahí conseguir trabajo en lo que saliera en el pueblo, almacenes, restaurantes, en lo que fuera...

Em 2006 o mercado de trabalho da palma se apresentava como uma oportunidade de renda para a mãe, quem migrou com seus quatro filhos para o povoado de La Palmera, em San Carlos de Guaroa. Nessa tentativa ficaram um ano e voltaram para San José del Guaviare, deixando para trás apenas um dos filhos que começou a trabalhar em empresa

¹⁰⁰ Raspachin se refere aos camponeses ou diaristas que colhem a folha de coca e a vendem para a produção de cocaína.

¹⁰¹ O laboratório de processamento da folha de coca é chamado de cocina (cozinha).

palmeira. Lina relata que nessa época tinha poucas mulheres no trabalho agrícola da palma, portanto, a mãe não conseguiu emprego, ao passo que ela mesma não podia trabalhar por ser menor de idade.

P: ¿Y hace cuánto ustedes están por acá por Palmeras o por esta región por aquí trabajando?

Lina: Pues la verdad ya hace un tiempo, yo tenía trece años. Once años, estuvimos acá un año [2006], y cuando eso no había como trabajo para las mujeres y mi mamá era viuda, quedo viuda entonces nos devolvimos otra vez para el Guaviare [2007].

P: ¿O sea se vinieron quiénes, las dos?

Lina: Todos, mi tía, mi mamá, mis hermanos y pues yo. Y un año duramos acá y nos devolvimos porque no les daban mucho trabajo a las mujeres y ahí como a los dos años [2009] se vino mi mamá de nuevo para acá y entonces ahí ya había trabajo para las mujeres en la palma, sembrando palma, ya se había abierto trabajo para las mujeres...

Essa trajetória se atrela temporalmente à fase expansiva da palma de azeite no Departamento de Meta e ao fato de que o setor palmeiro estava promovendo o plantio de palma híbrido, a qual precisa de polinização artificial. Esses dois fatores abriram o mercado de trabalho feminino, além de outras funções relacionadas com os tratamentos culturais ou *sanidad*. Por isso, ao voltar em 2009, esse mercado de trabalho estava em expansão e o filho mais velho já estava morando no povoado e prestou ajuda para elas morarem junto, enquanto alugavam ou compravam uma casa ou terreno. O filho da Diva, tinha comprado um terreno e construído uma casa básica em alvenaria, a qual depois vendeu para as três mulheres que, em 2017, moravam todas como mães solteiras junto com a filha mais nova da Diva, que estudava e cuidava dos filhos da irmã e da tia.

Diva trabalhava para a Manuelita como polinizadora. Lina, depois de fazer os 18 anos em 2011, foi trabalhar na colheita de fruto para a Manuelita por um ano, depois passou a outras empresas nas funções de sanidade e, em 2016, voltou a trabalhar para a Manuelita, dessa vez, como trabalhadora da empresa, sem terceirização. Ana ficou desde 2009 em San José del Guaviare e em 2016 foi de novo para La Palmera. Com ajuda do irmão, entrou em *Empresa de Servicios Temporales* (EST) que contrata pessoal para uma empresa palmeira, tendo sido contratada como polinizadora e depois passando à sanidade.

Temos visto que a migração vincula diferentes origens regionais, e com essa diversidade, também envolve motivações distintas que espelham as contradições que vivenciam camponeses e afrodescendentes para permanecer na terra ou defrontar as

múltiplas formas de despossessão, expropriação e espoliação contemporâneas. Os relatos trazem à tona as consequências da desterração que impulsiona estratégias individuais e/ou familiares para se assalariar, migrando através de intermediários (*contratistas* ou CTAs) ou por conta própria para os territórios onde opera o mercado de trabalho da palma de azeite, projetando nesses empregos como que uma alternativa de renda individual e familiar. Eis a mobilidade territorial do trabalho sob comando do capital, aproveitando e alicerçando o deslocamento de homens e mulheres em diferentes escalas para explorar a geração útil, representada pelo dispêndio de energia e pela experiência nas funções de corte, como no caso dos cortadores de fruto oriundos da Costa e de Tumaco, ou do deslocamento de mulheres empregadas nas funções de polinização e sanidade.

Assim, afirmamos que a mobilidade territorial do trabalho no agrohidronegócio palmeiro da Orinoquia expressa-se pela migração de trabalhadores oriundos de outros departamentos, colocando em cena as formas territoriais de alocação dos migrantes pendulares, circulares e sedentarizados, que acabam sendo formas de controle fora do local de trabalho, exercidas pelas empresas palmeiras e plantações que constituem o complexo agroindustrial. Isto, no intuito de garantir a disponibilidade de força de trabalho que está no ciclo vital da exploração da força de trabalho, ou seja, entre os 18 e 45 anos. Essa disponibilidade se atrela à precariedade estrutural do trabalho no setor palmeiro colombiano, ou seja, à persistência histórica da terceirização do trabalho nas funções agrícolas através da intermediação de CTA, SAS e EST.

5.2.2.3 Formas complementares de exploração e controle do trabalho. A moto como veículo dos trabalhadores rurais na palma de azeite

Nessa trama de tipos de moradia e trabalho nas plantações e a terceirização laboral, comparece um meio de transporte que representa a mobilidade territorial dos trabalhadores entre locais de moradia e entre moradia e plantações. A moto e, em menor medida, a bicicleta, são veículos da classe trabalhadora, sendo que algumas empresas palmeiras não oferecem ônibus aos trabalhadores pelo fato de morarem em povoados ou em alojamentos próximos às plantações. Em outros casos, alguns trabalhadores rejeitam ir de ônibus para a plantação, garantindo uma autonomia para voltar para os povoados ou alojamentos assim que terminar a tarefa do dia, sob a lógica do salário por peça, isto é, trabalham o tempo necessário para garantir o salário mínimo que eles consideram bom, sem “matar-se” e sem ter que esperar o ônibus da empresa. Isso significa sair ao meio

dia e ir para casa, ou esperar no meio da plantação até as 14 ou 15hs, enquanto não passa o ônibus.

A moto acaba sendo um bem de consumo necessário que partilha sua função como veículo pessoal, familiar e laboral (Figura 26). Para além de um fetiche, ou um veículo só de jovens, representa uma necessidade real para se deslocar entre povoados nos quais o transporte público tem poucas frequências e o custo é caro. Guardar dinheiro ou pedir um crédito para as empresas palmeiras, quando trabalhador, para comprar o veículo novo é uma prática comum. Além disso, a compra e venda de motos usadas ocorre em um mercado local muito ativo, que permite aos trabalhadores migrantes comprar motos e vendê-las segundo seus deslocamentos. A difusão da moto como veículo da classe trabalhadora rural foi descrita por Breman (2014), autor que demonstra como essa é uma mercadoria de primeira necessidade que se soma às mudanças das condições de vida nas áreas rurais da Índia, em povoados rurais que também estão atrelados à exploração de força de trabalho pela agricultura capitalista e outras indústrias.

Figura 26 - A moto e a bicicleta como médio de transporte para o deslocamento entre a moradia e as plantações.



Fonte: Trabalho de campo, 2016; 2017

A moto, portanto, não é um gasto suntuoso, é um meio de transporte para o trabalho e a vida cotidiana em povoados afastados dos centros urbanos. Além disso,

também é um objeto de venda rápida que serve para arrecadar dinheiro em situações de dificuldade econômica. Assim o relata Fredy, cortador de cacho, nascido no município de Medina (Cundinamarca), próximo ao complexo palmeiro da Orinoquia, que saiu com 19 anos para trabalhar na palma de azeite e se tornou um migrante circular. Ele tinha uma moto que utilizava para se deslocar entre Medina e Villanueva, onde morava e trabalhava em uma plantação. Quando a mãe adoeceu teve que vendê-la:

P: ¿Y por qué vendió la moto?

Fredy: Cuando mi mamá quedó hospitalizada, no tenía plata, y me tocó venderla por eso

P: También, la moto es como un ahorro, para un desvare

Fredy: Es como tener una cadena de oro. (FREDY, Surimena, San Carlos de Guaroa (Meta), Trabajador palmeiro, cortador de cacho. 28 anos, Abril de 2016)

Não obstante, no Meta e Casanare a moto também é um reflexo da precariedade do trabalho. Ao perguntar aos trabalhadores agrícolas pelo custeio dos gastos da moto (combustível, manutenção etc.) pela utilização para se deslocar entre o local de moradia e as plantações ou entre as plantações, os mesmos diziam que eram eles os responsáveis e que a empresa só pagava ou ajudava para os supervisores ou capatazes.

Nesse sentido, o relato de Ana descreve a importância da moto no trabalho:

P: Otra cosa que ustedes me decían y que he notado, es la necesidad de la moto...

Ana: La moto es indispensable, porque por ejemplo aquí creo que la única empresa en Palmeras que tiene transporte es Manuelita, la única, para transportar la gente para el trabajo. Porque por ejemplo, la plantación donde yo estoy trabajando allá no había transporte de bus, allá cada quien si consigue trabajo mire cómo llega y como se devuelve...

Manuel, filho de afrodescendentes do Norte do Departamento do Cauca que migraram nos anos 1990 para Veracruz (Cumaral), relatou o uso da moto ao interior das plantações de palma e, além disso, contou como a bicicleta aparece como veículo para aqueles mais novos e que não conseguem ter dinheiro para comprar uma moto:

P: Si, hasta en Villavo. Bueno, entonces usted dice que no tiene moto, pero ¿por qué para la gente es tan importante la moto? yo veo que toda mundo anda en moto

Manuel: Sí, digamos, el que no tiene moto aquí ya si en el transcurso [...] en la palmera hay partes, lejos que les toca andar y si usted tiene su propia moto pues usted sale de sus labores y pa'coger de allá pa'cá. Pues como hago yo,

pues yo a veces me vengo en la máquina [trator], pero ya más que todo me vengo en la cicla [bicicleta], porque a veces uno sale como cansando y ese ruido de esa máquina y no... (MANUEL, Veracruz (Cumaral, Meta), trabajador palmeiro, cortador de cacho e tratorista, 23 anos, Junho de 2017)

Em consequência, o custo de deslocamento da moto recai sobre o bolso do trabalhador, portanto, é trabalho não pago, que subtrai a possibilidade de compra de outros bens para reprodução da força de trabalho. De fato, afeta o salário levando-o a níveis que estão por baixo do custo de reposição da força de trabalho, convertendo-se em uma forma de superexploração do trabalho (MARINI, 2008).

O celular para os herdeiros da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema e a moto para os *otros nuevos llaneros*, são exemplos das forças manipulatórias do capital para aproveitar os bens consumidos pelos trabalhadores e integrá-los às estratégias de controle do trabalho. A moto, no caso dos trabalhadores palmeiros, é, antes de um fetiche, um meio de transporte para se deslocar e, em alguns casos, encurtar a jornada de trabalho, mesmo assumindo os custos econômicos de manutenção e combustível. Desse modo, como veículo para se transportar a moto faz parte das trajetórias flexíveis dos trabalhadores, tornando-os disponíveis no mercado de trabalho palmeiro e, além disso, um risco que as empresas não assumem com parte dos acidentes laborais.

5.2.3 Trajetórias flexíveis e precarização do trabalho dos jovens rurais nos cultivos de cana-de-açúcar e palma de azeite

Nesse capítulo apresentamos a interseção entre a mobilidade territorial (GAUDEMAR, 1977) e a plasticidade do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009), entendidos relacionalmente como planos objetivo e subjetivo da exploração e controle do trabalho pelo agrohidronegócio dos cultivos flexíveis, configurando as trajetórias dos jovens rurais. Baseados na proposta teórica e metodológica do Capítulo 3, construímos a trajetória por meio da face estrutural apresentada na primeira seção, destacando a mobilidade territorial do trabalho para disponibilizar a força de trabalho no mercado de trabalho através do cruzamento da agregação quantitativa das idades com as funções agrícolas em cada território. Na segunda seção, a face subjetiva das trajetórias apareceu através dos relatos dos jovens, nos quais emergiram as motivações e representações “encantadas ou desencantadas” da desterração e exploração, expressas na saída do assentamento, da terra camponesa ou de comunidades afrodescendentes para se assalariar no setor canavieiro ou palmeiro. A escala geográfica da mobilidade em cada recorte

trouxe elementos das formas desiguais e combinadas de expropriação e despossessão que expulsam jovens rurais, ora na escala regional do Pontal do Paranapanema, ora na escala inter-regional dos trabalhadores do Meta e Casanare.

A partir da análise dos dois territórios em dois países de América do Sul, conseguimos identificar diferencialmente o papel dos jovens no perfil dos trabalhadores da fase atual de mundialização e reestruturação do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis. Nesse contexto, constatamos como o capital do agrohidronegócio depende da mobilidade territorial do trabalho em diferentes escalas, ora como migrações inter-regionais para dar conta da utilização intensiva de força de trabalho nas funções de colheita e tratos culturais na palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare, ora na escala regional para a reestruturação geracional exigida pelas inovações organizacionais, técnicas e tecnológicas atreladas à mecanização do plantio e colheita da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema.

Ao mesmo tempo, os relatos dos trabalhadores jovens expressam a degradação do trabalho por conta das exigências de qualificação profissional, a terceirização, as condições de moradia, os riscos diante a pulverização de agrotóxicos e as formas manipulatórias do capital para utilizar os bens de consumo da classe trabalhadora para controlar a disponibilidade da força de trabalho, por meio do telefone celular, moto e moradia, ora como empregados, ora como superpopulação relativa (desempregados, estudantes etc.). Nessas formas manipulatórias encontramos alguns dos formatos reestruturados de controle territorial do capital, e que são utilizados como parte do discurso hegemônico para propagandear os jovens e as mulheres como os mais beneficiados pelo mercado de trabalho criado pela territorialização do agrohidronegócio. E, no caso particular dos jovens, acrescenta-se a difusão da imagem de emprego e diminuição do êxodo para retê-los nas áreas rurais como parte do modelo de agricultura sem agricultores. Nesse contexto, constroem-se as representações subjetivas sobre o emprego e seus benefícios por aqueles que estão na faixa etária da geração útil, enxergando no trabalho do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis uma oportunidade para conseguir emprego e materializar sonhos e projetos de vida com autonomia econômica, entendida como renda individual oriunda do salário diante a renda familiar administrada pelos pais, e também como uma saída da pobreza e das tarefas cansativas e penosas do trabalho na roça. No caso colombiano comparece ainda, a decisão de fugir da violência do conflito armado.

Com a saída temporal ou permanente das formas de trabalho familiar camponês ou afrodescendente, muitos jovens se mobilizam territorialmente para vender sua força de trabalho ao agrohidronegócio, que segmenta por idade e gênero o mercado de trabalho de acordo com a avaliação do dispêndio de energia, habilidades e experiência em tarefas agrícolas, assim controla-se a disponibilidade de acordo com o processo de trabalho agroindustrial. Nessa relação entre os jovens rurais e o emprego em funções agrícolas diversas emerge a transversalidade de classe pautada pela idade, agrupada como uma geração territorialmente determinada: os órfãos e herdeiros da cana-de-açúcar e os *otros nuevos llaneros* na palma de azeite.

Essas gerações configuram trajetórias diferenciadas: no Pontal do Paranapanema alguns percebem que o emprego está relacionado com a formação educativa obtida nas escolas dos assentamentos, e assim, projetam uma prolongação da trajetória educativa (cursos técnicos ou profissionais) junto com a laboral, atrelada à demanda de qualificações e habilitações do mercado de trabalho canavieiro, que expulsou outra geração pela desqualificação do trabalho do corte manual; já nos departamentos de Meta e Casanare aparece uma trajetória migratória, temporal ou sedentarizada, com empregos terceirizados que permitem arranjar uma renda diante as condições de pobreza, violência e desemprego das áreas rurais de origem. Tudo isso, apresenta-se, contraditoriamente, com a consciência sobre os riscos à saúde oriundos da exposição aos agrotóxicos e acidentes de trabalho.

Desse modo, a trajetória é atravessada pelo impasse de classe (THOMAZ JUNIOR, 2006), representado pela decisão individual, atrelada à influência das relações com a família de origem, de sair para morar na cidade próxima ou se tornar agregado para trabalhar fora do lote em empresas do setor canavieiro; ou migrar longas distâncias para se tornar trabalhador migrante pendular, circular ou sedentarizado das empresas palmeiras. Essas trajetórias, certamente, como afirma Vasapollo (2005, p. 368) demonstram como os jovens fazem parte da figura do “trabalhador precarizado, enquanto marginal e ‘suporte’ da produção”, como marginalizados pelas formas de terceirização, desemprego e descarte por saúde ou desqualificação, e também como suporte da produção, entanto geração útil para o capital. Portanto, os jovens rurais camponeses, assentados e afrodescendentes estudados comparecem como uma transversalidade de idade/geração, gênero e raça, ou seja, como grupos sociais vulneráveis que são disponibilizados como força de trabalho flexível e móvel na expansão do agrohidronegócio mundializado, alicerçando um mercado de trabalho agrícola com

empregos cada vez mais precários (MORAES, GADEA, *et al.*, 2012, p. 21; THOMAZ JUNIOR, 2009).

A partir disso, podemos afirmar que nos dois recortes identificamos trajetórias flexíveis, atreladas a aquilo que no Capítulo 1 denominamos de flexibilidade total, que atinge as formas de reprodução do capital para administrar a crise estrutural através da acumulação flexível (HARVEY, 1999), na qual se insere a mundialização da agricultura, e, nesta, a expansão dos territórios dos cultivos flexíveis no Sul Global. Essa flexibilidade alicerçada pelo capital comparece nas trajetórias dos trabalhadores em diferentes formas: salarial (salário por tarefa ou bônus por metas), horária (extensão e intensificação da jornada de trabalho), funcional (realização de múltiplas tarefas ou funções não especializadas) e geográfica (mobilidade territorial) (MORAES, GADEA, *et al.*, 2012, p. 21).

Além disso, nossa atenção para o desenvolvimento desigual e combinado do capital do agrohidronegócio possibilitou que em cada recorte pudéssemos evidenciar nas trajetórias as formas diferenciadas da formação da classe trabalhadora. De acordo com o enunciado por Harvey (2005, p. 122) sobre a acumulação primitiva na forma de expropriação da terra e/ou despossessão dos meios de produção, nesse caso, constituída pelo impasse de classe (THOMAZ JUNIOR, 2006) que representa a saída dos jovens da terra camponesa ou afrodescendente, e que envolve a “apropriação e cooptação de realizações culturais preexistentes, bem como o confronto e a supressão”, e também a possibilidade de que a classe trabalhadora construa sua história, ainda que não seja nas condições da sua escolha. Assim, o resultado é que a classe trabalhadora existe ou resiste com vestígios das formas de organização do trabalho não capitalistas e protocapitalistas, como visto pela persistência das relações sociais entre os trabalhadores e suas famílias camponesas para criar redes de solidariedade e acordos sendo a terra um elemento central. Isso demonstra que a desterreação e posterior assalariamento não é um processo absoluto de perda ou formatação do sujeito e sua origem de classe, é mais do que isso, uma maneira de diferenciação geográfica, histórica e antropológica da classe trabalhadora e sua plasticidade. Portanto, temos que estar atentos para identificar, analisar e potencializar o caráter de classe dessas transversalidades.

Do mesmo modo, evidenciamos que a expropriação/despossessão, exploração e controle, que aparece nas trajetórias dos trabalhadores jovens, é um processo contínuo que atinge não apenas a biografia individual e se apresenta como uma despossessão intergeracional, ou seja, prolonga-se no tempo da reprodução social da família tendo o

trabalho na terra e os modos de vida do campo como eixo central, e se desdobra desde a geração dos mais velhos (pais e família extensa) até a dos mais novos (jovens e crianças). Isto é, os trabalhadores jovens são filhos e filhas da classe trabalhadora e não apenas indivíduos isolados e despossuídos dos meios de produção que vendem sua força de trabalho no mercado. Li (2017) ao analisar os efeitos de geração e gênero, produzidos pelo avanço territorial da palma de azeite na Indonésia, entende esse processo como um deslocamento inter-geracional (*intergenerational displacement*) que envolve um o deslocamento da terra por expulsão, despossessão ou integração vertical das gerações mais velhas e que impulsiona o deslocamento dos mais novos para trabalharem como assalariados no mercado de trabalho da palma de azeite.

Na nossa pesquisa, as trajetórias ressaltam a origem social dos jovens em famílias camponesas, assentadas da reforma agrária ou afrodescendentes, nas quais o trabalho na terra é um elemento articulador da socialização. Não obstante, a saída envolve a expulsão e/ou despossessão por causa das dificuldades para construir seu projeto de vida no campo como consequência da falta de apoio e reconhecimento do Estado à produção camponesa, das condições de vida no campo e da violência. A saída também está vinculada à hegemonia do modelo de desenvolvimento do agrohidronegócio que encurrala ou expropria materialmente os territórios camponeses através do avanço territorial dos monocultivos e a agroindústria, e, simbolicamente através do discurso contraditório da modernização, que difunde e propaga a falácia da geração de emprego e a sustentabilidade ambiental como os maiores aportes para as comunidades afetadas. No entanto, reforçamos que a saída não é uma ruptura com a família e sua origem camponesa, de modo que aparecem diversas formas de relação e acordos entre pais, filhos e família extensa, como no caso dos agregados que trabalham fora do lote, ou como no caso da rede de apoio familiar para a migração para trabalhar nos Lhanos.

Finalmente, apontamos que o entendimento dos jovens como uma geração pautada pela idade encara dificuldades teóricas e metodológicas particulares, sendo que a idade denota o passo do tempo e ao restringi-la a uma faixa etária pode se perder o ponto de vista da experiência do adulto que foi jovem. No trabalho de campo tivemos a possibilidade de entrevistar trabalhadores com mais de 29 anos, e consideramos que seus relatos sobre a sua juventude faziam parte das trajetórias dos trabalhadores rurais jovens, por estarem no recorte temporal da expansão territorial dos cultivos flexíveis nos países pesquisados. Assim, afirmamos que a categoria de geração expressa uma diferença com a categoria de gênero, no sentido de que é uma categoria transitória, ou seja, “cada pessoa

sofrendo transições esperadas ao longo do curso da vida” (SCOTT, 2010, p. 25). Portanto, o entendimento da geração enquanto transversalidade de classe está pautado pela mobilidade, exploração e descarte que refletem na subsunção da juventude como geração útil para o capital do agrohidronegócio, assim como seu contrário, a geração descartada como visto com os órfãos da cana-de-açúcar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo apresentar as contradições do avanço do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis e seus desdobramentos para os trabalhadores jovens em dois países da América do Sul. Compreendemos que esses cultivos fazem parte da fronteira de acumulação do século XXI para a administração da crise estrutural do capital, portanto são parte das disputas territoriais por terra, água e outros recursos territoriais, incluída a força de trabalho. Os cultivos flexíveis pesquisados foram a palma de azeite na Colômbia, no recorte dos Departamentos de Meta e Casanare, e a cana-de-açúcar no Brasil, no recorte do Pontal do Paranapanema (10ª RA). A análise empreendida permitiu oferecer considerações sobre o controle e a exploração do trabalho, atrelados à configuração de segmentos da classe trabalhadora mobilizados territorialmente por suas características sociais como a idade, gênero e raça, valorados como indicadores da potência de dispêndio de energia, docilidade, habilidade e vulnerabilidade da geração útil subsumida ao capital.

A escolha da juventude como sujeito da classe trabalhadora nos posicionou em um campo pouco pesquisado, os jovens rurais enquanto assalariados rurais, tendo em consideração que a maior parte das pesquisas focam no jovem rural como camponês, assentado, afrodescendente etc. que sai, migra ou fica e resiste na terra. Não obstante, mantivemos como referência a origem camponesa na sua trajetória, pois elenca mais um elemento da expropriação/despossessão contínua do capital para mobilizar territorialmente a força de trabalho. Além disso, desvendamos como a idade comparece como uma estratégia de exploração dentro da reestruturação produtiva, seja para construir o novo perfil adequado aos requerimentos do processo de trabalho mecanizado no Estado de São Paulo, ou como trabalho deslocado desde outras regiões da Colômbia para as novas áreas de expansão territorial, mantendo as condições de terceirização e precarização que caracterizam o setor palmeiro colombiano.

Para chegarmos a essa constatação, percorremos na primeira parte da tese (Capítulos 1, 2 e 3), equipados do contínuo confronto teoria-método-realidade concreta, a escalaridade particular da nossa pesquisa em dois países atrelados pelo desenvolvimento desigual e combinado do capital mundializado do agrohidronegócio. Nesse movimento, municiados de fontes bibliográficas e dados estatísticos da FAO e da IEA, fomos até a escala mundializada do regime alimentar para investigar a contradição alimentos-

agroenergia. A manipulação dessa contradição, tem permitido ao capital utilizá-la ideologicamente para disseminar dois discursos complementares: sua capacidade para alimentar a população mundial com uma ordem alimentar pautada na produção e circulação de *commodities* e, concomitante, sua capacidade para produzir excedentes oriundos desses cultivos para a produção de agroenergia e conter a lógica destrutiva do ambiente, atrelada à dependência energética do petróleo. Afinal, a contradição alimentos-agroenergia é solucionada com a simplificação da agricultura como biomassa controlada corporativamente por monopólios e oligopsonias, e, com isso, comparece genericamente como energia, que no mundo das mercadorias pode se trocar ou flexibilizar como energia para humanos ou animais (alimentos) ou como energia para automóveis (agrocombustíveis).

Essa primeira síntese trouxe em consideração o papel do Brasil e da Colômbia na mobilidade mundializada do capital, pautada pela acumulação flexível, que deslocou desde o Norte Global investimentos de capitais e constituiu hierarquicamente outros elos das Cadeias Globais de Valor para subordinar a agricultura dos países do Sul Global. Tudo isso, por meio do controle da terra, água e a exploração de força de trabalho. Essa última, passível de ser mobilizada por meio da expropriação de modos de vida tradicionais e/ou comunitários atrelados à terra, florestas nativas, savanas tropicais etc.

Além disso, baseados nas leituras, entrevistas com funcionários públicos e representantes do setor, sistematização de fontes bibliográficas e dados de instituições públicas e empresariais de cada país, conseguimos desconstruir uma fatia das ações da dupla capital do agrohidronegócio-Estado para alavancar a produção e utilização de agrocombustíveis junto com a disponibilização de áreas de expansão de lavouras e intensificação da produção. Essas áreas foram catalogadas por essa aliança de acordo com o seu aporte ao desenvolvimento sustentável, com isso, os planos, políticas e programas de modernização da agricultura mais uma vez suplantaram a discussão da reforma agrária e a subsistência de outros modos de vida e trabalho camponeses.

Para chegarmos nessa inferência foi determinante entender o papel que têm os zoneamentos agroambientais, produzidos quase simultaneamente nos dois países, em um contexto de sincronia mundializada do projeto dos agrocombustíveis. Seus conteúdos estão pautados pela direção intelectual e moral das classes dominantes nacionais veiculada através do Estado, das instituições de pesquisa e das empresas e associações de representação do setor. Esses zoneamentos agroambientais são uma mediação técnico-científica, baseada na avaliação do ambiente (estudado interdisciplinarmente) e na

utilização de levantamentos cartográficos para produzir os territórios do capital. Decorrente disso, tomou relevância na nossa argumentação a utilização e interpretação dos mapas e as informações que representam, sendo produtos oriundos de relações de poder.

Desse modo, conseguimos elucidar o que denominamos de ambientalismo do capital, produção ideológica do capital cooptando e manipulando os princípios de movimentos ambientalistas para viabilizar e alavancar a produção e troca de mercadorias verdes, como os agrocombustíveis. O ambientalismo do capital é mais um componente da economia verde e a produção de energias renováveis ou limpas, armadilha reformista para amplificar as relações de produção capitalista sob o resguardo do Estado por meio de disponibilização de terras e outros recursos territoriais, financiamento público, exceções tributárias e subsídios, e, ainda, pela legislação que regulamenta o uso e produção dessas energias.

Contudo, nossa pesquisa aprofunda em um elemento da incontornabilidade e destrutividade capitalista por amplificar suas fronteiras para a acumulação, dessa vez, o ambiente tem sido o alvo para a criação de mercadorias que diminuam as emissões de GEE, nessas, os agrocombustíveis são os representantes da primeira geração de combustíveis oriundos da biomassa. Porém, começa a se viabilizar a pesquisa e a produção da segunda geração de combustíveis oriundos de outras fontes de biomassa, que, em aparência, resolve a contradição alimentos-agroenergia.

Nesse cenário, consideramos que o Brasil continuará sendo protagonista na produção e consumo de agrocombustíveis, assim como na nova geração que utiliza outras fontes de biomassa, dando continuidade a suas políticas e programas de mudança da matriz energética com biocombustíveis, contidas na Lei 13.576 de 2017 ou RenovaBio. Na Colômbia, o cenário de produção e utilização de agrocombustíveis terá continuidade, e alavancará o avanço territorial do agrohíbrido na Orinoquia colombiana, fato que tem muitas possibilidades de acontecer pelas condições de pacificação depois do acordo de paz com as FARC, liberando áreas controladas por essa guerrilha ou por outros atores armados para a criação de ZIDRES e outras formas de domínio capitalista da terra.

Nessa sequência, no Capítulo 3 a análise se adentrou nos territórios pesquisados para estabelecermos a relação entre a mobilidade do capital e a mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais. Assim, elencamos como a armadilha ambientalista do capital é uma mediação para justificar processos de reestruturação produtiva que acolhem as inovações organizacionais, técnicas e tecnológicas, e, nesse conjunto, comparecem as

inovações geracionais do trabalho vivo, mobilizando novas gerações de trabalhadores que cumprem com o perfil do trabalhador que requer o capital. No Estado de São Paulo essa geração faz parte do avanço sistemático da mecanização da colheita e plantio da cana-de-açúcar que substitui a geração dos cortadores manuais, mormente migrantes. Nos departamentos de Meta e Casanare é mobilizada uma geração de jovens camponeses e afrodescendentes oriundos de outras regiões da Colômbia, muitos destes com experiência no trabalho agrícola da palma de azeite, para trabalhar nas áreas antigas e de fronteira agrícola no complexo agroindustrial da Orinoquia.

Por fim, nesse cenário multiescalar a mobilidade territorial do trabalho é aprofundada nas análises dos capítulos 4 e 5. Ponderamos que a análise da juventude como uma faixa etária trouxe em apreço um aporte para pensarmos relacionalmente sobre outra das transversalidades da classe. Nesse contexto, identificamos a relação entre a faixa etária e a vida útil (MARX, 2013) dos trabalhadores da cana-de-açúcar e da palma de azeite, para isso, procedemos na primeira parte do capítulo 5 à revisão de pesquisas e tratamento de informação oriunda da base de dados da RAIS/MTE no Estado de São Paulo e de FEDEPALMA na Colômbia. Desse modo, conseguimos entender como a juventude rural faz parte da geração útil para o capital através da sua representatividade no mercado de trabalho, portanto, a idade transpareceu como um elemento que o capital mobiliza territorialmente, e que está atrelada a representações empresariais das características sociais (gênero, experiência em atividades agrícolas, qualificação técnica e profissional) e corporais (estatura, força e habilidades).

Na análise das faixas etárias como uma relação entre a mobilidade territorial do trabalho e a plasticidade do trabalho presente nos relatos de vida, identificamos duas gerações de jovens trabalhadores (MAUGER, 2013; MANNHEIM, 1993). Essas gerações se transformaram em um grupo concreto por meio da reconstrução das trajetórias dos jovens em cada recorte pesquisado. Os órfãos e herdeiros da cana-de-açúcar constituem duas gerações atravessadas pelo processo de reestruturação produtiva do setor canavieiro e a inovação geracional, os primeiros são os cortadores manuais que compõem a geração descartada, composta por jovens, adultos e idosos que voltaram para seus locais de origem em outros estados brasileiros, levando as marcas do desemprego tecnológico e a exaustão do trabalho no seu corpo adoecido. Os herdeiros da cana constituem a nova geração com um nível educativo mais alto (ensino médio), com cursos de qualificação técnica e profissional, além de habilitações complementares como a CNH, para as funções atreladas às funções agrícolas (trabalhador da cultura da cana-de-açúcar,

trabalhador volante da agricultura, operário de sistemas de irrigação e aspersão etc.), mecanizadas (motoristas) e de manutenção automotiva (mecânicos, borracheiros etc.). No Pontal do Paranapanema, esse perfil se complementa com a disponibilidade regional nas cidades e assentamentos próximos às lavouras ou plantas agroprocessadoras, consolidando a figura do trabalhador regional que substitui o trabalhador migrante.

Os *otros nuevos llaneros*, são a geração de trabalhadores migrantes de outras regiões da Colômbia que acompanham a expansão das plantações de palma de azeite no complexo agroindustrial da Orinoquia, especialmente nas áreas de fronteira agrícola. Utilizamos a nomenclatura de *otros nuevos* porque essa geração emerge da invisibilidade de homens e mulheres jovens e adultos da classe trabalhadora no relato épico ao redor da figura dos *nuevos llaneros*, construída pela mídia e setores políticos para identificar os empresários agroindustriais que desde os anos 1990 têm investido em terras e agroindústria na Orinoquia colombiana. Os trabalhadores da palma de azeite migram com a intermediação de *Cooperativas de Trabajo Asociado* (CTAs), *contratistas* ou por indicação da rede de conterrâneos ou familiares fugindo do desemprego rural e dos baixos salários, além das condições de violência atreladas ao conflito armado. Desse modo, na mobilidade conjuga-se migração inter-regional, alocação em uma rede de alojamentos (*campamentos*) e povoados palmeiros sob o controle das empresas e plantações e a terceirização laboral por meio de CTAs e SAS.

Contudo, evidenciamos nos dois recortes a construção de trajetórias flexíveis dos jovens rurais, as quais espelham a figura do trabalhador precarizado “enquanto marginal e ‘suporte’ da produção” (VASAPOLLO, 2005, p. 368). Marginal pelas formas de terceirização, trabalho avulso, tipos de alocação, riscos derivados do uso extensivo e intensivo de agroquímicos, desemprego e descarte por saúde ou desqualificação; e como suporte da produção, enquanto parte da geração útil para o capital. Concomitantemente, essas trajetórias são estruturadas pela hegemonia do modelo de desenvolvimento do agrohídronegócio que encurrala ou expropria materialmente os territórios camponeses, e discursivamente difunde e propaga as falácias da criação de emprego, a sustentabilidade ambiental e a retenção dos jovens nas áreas rurais como os maiores aportes para as comunidades atingidas.

Apreciamos que esse quadro de destrutividade do capital do agrohídronegócio que elencamos na nossa pesquisa se insere no que Thomaz Junior (2017) denomina de degradação sistêmica do trabalho. Essa noção entende a relação expropriação/exploração como um processo contínuo da reprodução do capital, que na fase atual se mostra a partir

dos desdobramentos da utilização da técnica e da tecnologia no processo de trabalho para a exploração, controle e degradação do trabalho de homens e mulheres. Essa degradação atinge as formas de uso capitalista da força de trabalho, além disso, se atenta ao adoecimento e aos riscos para a saúde pela exposição a agrotóxicos tanto de trabalhadores quanto das populações, acidentes de trabalho etc. A amplitude dessa degradação abre novas questões para outras pesquisas pessoais e coletivas.

Vale destacar que a tese exhibe diversos temas e questionamentos que poderão ser desenvolvidos e aprofundados em outras pesquisas, entre esses colocamos: a possibilidade de ampliar a análise da classe trabalhadora a partir da idade como transversalidade de classe, pensando em outras expressões das gerações, aquelas expulsas ou descartadas (jovens, velhos e idosos) por desqualificação e/ou saúde, como visto no caso dos órfãos da cana-de-açúcar. Por exemplo, nos assentamentos do Pontal do Paranapanema poderíamos aprofundar nesses descartados ou desqualificados que moram nos assentamentos da reforma agrária. Também nos departamentos de Meta e Casanare tivemos a possibilidade de conversar com trabalhadores e representantes dos sindicatos que sinalizavam o descarte por doenças osteomusculares (costas, ombro, bursite/manguito rotador etc.) sem receberem nenhum tipo de ressarcimento ou aposentadoria.

De outro lado, também pode ser importante para posteriores pesquisas o conflito territorial pela educação, protagonizado por movimentos sociais do campo e as empresas e associações de representação do agrohídronegócio. Essa disputa está no centro da questão da saída dos jovens assentados do Pontal do Paranapanema para se assalariarem nas empresas canavieiras, portanto, como disputa se expressa de um lado na proposta de educação do campo do MST e outros movimentos sociais, para transmitir e reproduzir as condições de vida e trabalho camponês na terra. E do outro lado está a educação para o agrohídronegócio, que objetiva a utilização do sistema educativo público e privado para a formação de um trabalhador qualificado para as funções da mecanização e que concorre empregos no setor canavieiro.

No caso da Colômbia, consideramos importante ampliar a pesquisa das trajetórias dos trabalhadores migrantes da palma de azeite para desvendar as consequências e outras formas de terceirização, alocação e precarização do trabalho.

Nessa sequência, também pretendemos aprofundar nas formas de controle fora do local de trabalho por meio das práticas que denominamos de paternalismo corporativo (PIÑEROS e THOMAZ JUNIOR, 2018), implementadas pelas empresas através de

programas de Responsabilidade Social Empresarial que objetivam a criação de formas de coerção física ou simbólica que imobilizam e disponibilizam a força de trabalho (LEITE LOPES, 1996; 1988) e também controlam estrategicamente as populações (*stakeholders*) para conter ações coletivas de sindicatos ou movimentos sociais e legitimar sua imagem empresarial local e mundializada (ACSELRAD, 2016; CLAPP e FUCHS, 2009).

Finalmente, os temas que foram focalizados nesta tese fazem parte de um compromisso político e intelectual que se renova continuamente, alimentado pelos embates tecidos pelo capital e as classes dominantes para explorar jovens, mulheres, crianças, camponeses, afrodescendentes, indígenas etc. A conjuntura na qual terminamos de escrever esta tese se apresenta nefasta, projetada em uma nova onda de governos de direita, golpistas, autoritários, que buscam implementar uma nova fase de reformas para retirar os direitos da classe trabalhadora. O Brasil regrediu com uma reforma trabalhista que legalizou o trabalho intermitente e potenciou a informalidade laboral, e prepara uma reforma da Previdência. Na Colômbia, o acordo de paz trouxe esperança para muitos, mas a direita do governo eleito quer negar esse direito e impor políticas autoritárias, uma reforma da previdência (*Reforma Pensional*) e uma promessa de promover a economia laranja, e ainda, o país vivencia uma nova arremetida de violência no campo com assassinatos de trabalhadores rurais, lideranças sociais, camponeses, afrodescendentes, indígenas etc.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As comunidades tradicionais, as grandes empresas e suas territorializações estratégicas. In: PIRES, C.; HEIDRICH, A.; DA COSTA, B. **Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016. p. 150-163.
- ACUÑA, M. Es el momento de dar el salto. *Palmas*, Bogotá, v. 29, n. 2, p. 107-119, 2008.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS. Biodiesel, 2017. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/biocombustiveis/biodiesel>>. Acesso em: 10 Dezembro 2017.
- _____. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis**. ANP. Rio de Janeiro, p. 263. 2017a.
- AGRONET. Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural. **Estadísticas**, Disponível em: <http://www.agronet.gov.co/estadistica/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 10 Marzo 2018.
- ALEXOPOULOU, E. **Final Report Summary 4F CROPS (Future Crops for Food, Feed, Fiber and Fuel)**. União Europeia. Bruxelas, p. 32. 2010.
- ALFONSO, O.; BOTERO, R.; ROMERO, H. La mecanización del cultivo de palma de aceite. *Palmas*, Bogotá, v. 30, n. 4, p. 21-29, 2009.
- ALONSO-FRADEGAS, A. et al. The political economy of Oil Palm as a Flex Crop and its implications for transnational advocacy and campaigns: A preliminary discussion. **Think Piece Series on Flex Crops & Commodities**, Amsterdam, May 2015.
- ALONSO-FRADEGAS, A.; ALONZO, F.; DÜR, J. **Caña de azúcar y palma africana: combustibles para un nuevo ciclo de acumulación y dominio en Guatemala**. Guatemala: Instituto de Estudios Agrarios y Rurales (IDEAR), 2008.
- ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- _____. Juventude e nova precariedade salarial no Brasil: elementos da condição proletária no século XXI. In: ALVES, G.; ESTANQUE, E. **Trabalho, juventude e precariedade**. Bauru: Canal 6, 2012. p. 11-32.
- _____. **Trabalho e Subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Blog da Boitempo. **A derelição de Ícaro**, 2 Junio 2014.
- ALVES, J. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de degradação do trabalho represada na produção de**. Presidente Prudente: Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 671 f., 2014.
- AMNESTY INTERNATIONAL. **The great palm oil scandal: labour abuses behind big brand names**. Londres: Amnesty International, 2016.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARANGO, L. G. **Jóvenes en la universidad. Género, clases e identidad personal**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Nacional de Colombia, 2004.
- ARAUJO, R. **O modo de vida “just- in- time” do novo perfil metalúrgico jovem-adulto flexível do ABC: antigos dilemas, novas contradições e possibilidades**. Araraquara: Tese de Doutorado. Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2009.
- AROSA, R. **Aportes al mejoramiento de la calidad de vida de los migrantes vinculados a la agroindustria de palma de aceite (elaeis guineensis) en el municipio**

de Maní, Casanare. Villavicencio, 115 f.: Universidad de los Llanos. Maestria em Gestión Ambiental Sostenible, Facultad De Ciencias Básicas e Ingeniería, 2015.

AZFA. Reporte anual estadístico. Zonas francas Colombia. Bogotá: Asociación de Zonas Francas de las Américas (AZFA), 2017.

BACCARIN, J. A indústria abarca a cana-de-açúcar e corta rente o trabalho volante: mudanças tecnológicas recentes na lavoura canavieira e impactos na ocupação agrícola no estado de São Paulo. 190 f. ed. Jaboticabal: UNESP, FCAV. Tese Livre Docência, 2016.

BANCO MUNDIAL. Agricultura inteligente con respecto al clima, 2018. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/es/topic/climate-smart-agriculture>>. Acesso em: 14 Janeiro 2018.

BARCELLOS, S. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, f. 306: [s.n.], 2014.

BARRETO, M. J. Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho. Presidente Prudente. Dissertação. Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013 244f.

_____. **Novas e velhas formas de degradação do trabalho no agrohidronegócio canavieiro nas Regiões Administrativas de Presidente Prudente e Ribeirão Preto (SP).** Presidente Prudente: Tese Doutorado. Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2018.

BARTRA, A. El capital en su laberinto. De la renta de la tierra a la renta de la vida. 1. ed. México: Itaca, 2006.

_____. Campesindios: formación del campesinado en un continente colonial. In: _____. **Tiempos de mitos y carnaval. Indios, campesinos y revoluciones de Felipe Carrillo Puerto a Evo Morales.** México D.F.: Itaca PRD-DF, 2011. p. 115-146.

_____. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BEAUD, S.; PIALOUX, M. Retorno à condição operária. Investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo, 2009.

BECKER, O. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: **CASTRO, I.; GOMES, P. C.; LOBATO-CORRÊA, R. Explorações geográficas. Percursos no fim do século.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 319-343.

BENINI, L.; RABELLO, D.; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? um dilema da juventude camponesa. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 15, n. 1, p. 136-150, Julho 2014.

BELLO, M. N. El desplazamiento forzado en Colombia. Acumulación de capital y exclusión social. In: **ARDILA, G. Cátedra Manuel Ancizar. Colombia: migraciones, transnacionalismo y desplazamiento.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006. p. 381-396.

BENTO, F. Migração de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI. Presidente Prudente, 249f. Monografia (Graduação em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista: [s.n.], 2015.

BERRINGER, T. Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula. Campinas: UNICAMP, Tese doutorado em Ciência Política, 2014.

BERTAUX, D. Los relatos de vida. Tradução de Mónica Moons. Paris: Nathan, 1997.

- BESSIN, M. Les paradigmes de la synchronisation: le cas des calendriers biographiques. **Informations sur les Sciences Sociales**, Paris, v. 36, n. 1, p. 15-39, 1997.
- BEYNON, H. A destruição da classe operária inglesa? **Conferência apresentada no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.**, 1994. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_01.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- BID E GLOBAL HARVEST INITIATIVE. **O próximo celeiro global: como a América Latina pode alimentar o mundo: um chamado à ação para o enfrentamento dos desafios e a busca de soluções.** New York: BID, 2014.
- BOITO JR, A. **Estado, política e classes sociais. Ensaios políticos e históricos.** São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- _____. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR, A.; GALVÃO, A. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.** São Paulo : Alameda, 2012. p. 67-104.
- BORRAS JR, S. et al. Aproximación a la dinámica política de los cultivos y las materias primas flexibles: implicaciones para la investigación y la incidencia política. **Serie de documentos de reflexión sobre cultivos y materias primas flexibles**, La Haya, n. 1, p. 20, 1 jun. 2014.
- BOURDIEU, P. La juventud no es más que una palabra. In: BOURDIEU, P. **Sociologia y Cultura.** México: Grijalbo, 1990.
- _____. A "juventude" é só uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia.** Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 151-162.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp: São Paulo; Porto Alegre, RS: Editor Zouk, 2006.
- _____. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, P. **Razões Práticas.** São Paulo: Papyrus, 2008. p. 74-82.
- _____. Espíritos de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação.** São Paulo: Papyrus Editora, 2008. p. 91-123.
- _____. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação.** São Paulo: Papyrus editora, 2008.
- _____. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012
- BP. Biocombustíveis, 2018. Disponível em: <https://www.bp.com/pt_br/brazil/o-que-fazemos/biocombustiveis.html>. Acesso em: 6 Fevereiro 2018.
- BRAGA, R. **A política do precariado. Do populismo à hegemonia lulista.** São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRANDÃO, C. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **RURIS**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 37-64, Março 2007.
- BRASIL. Lei n. 13.576, de 26 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e dá outras providências**, Brasília, D.F., dez 2017.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BRENNER, R.; GLICK, M. La escuela de la Regulación: teoría e historia. **The new left review**, Londres, n. 21, p. 5-90, 2003.
- BRITISH PETROLEUM, 2016. Disponível em: <<http://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy/oil/oil-prices.html>>. Acesso em: 2 Fevereiro 2017.
- BRUNET, I.; PIZZI, A. El enfoque nominalista de la juventud. Una alternativa crítica a la perspectiva funcionalista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 11, n. 1, p. 51-62, 2013.

_____. La delimitación sociológica de la juventud. **Última década**, Valparaíso, n. 38, p. 11-36, Julio 2013a.

BUNDE, A. **Os impactos dos investimentos externos diretos (IEDs) sobre a (re)estruturação e estrangeirização do setor sucroenergético no Brasil**. [S.l.]: 336 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

BYERLEE, D.; FALCON, W.; NAYLOR, R. **The tropical oil crop revolution: food, feed, fuel and forest**. New York: Oxford University Press, 2016.

CALZADA, J.; MOLINA, C. La industria del biodiesel en Argentina. **Informativo semanal**, Rosario, 01 Setembro 2017. 5. Disponível em: <http://carbio.com.ar/wp-content/uploads/2017/10/Art%C3%ADculos-Semanal-BCR-_17_09_01.pdf>.

CARGILL BRASIL. Açúcar & Etanol, 2017. Disponível em: <<http://www.cargill.com.br/pt/produtos-servicos/agricola/acucar-etanol/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CARNEIRO, F.; RIGOTTO, R.; PIGNATI, W. Frutas, cereais e carne do Sul: agrotóxicos e conflitos ambientais no agronegócio no Brasil. **e-cadernos do CES**, Coimbra, n. 17, p. 10-30, 2012.

CARVALHO, F. D. S. **O setor sucroenergético no Brasil: Estado, hegemonia e relações internacionais - o caso da UNICA no agrobusiness internacional**. Marília. 231 f.: UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Mestrado em Ciências Sociais, 2012.

CASAL, J. et al. Aportaciones teóricas y metodológicas a la sociología de la juventud desde la perspectiva de la transición. **Papers. Revista de Sociología**, p. 21-48, 2006.

CASTAÑO, E. J. **Influencia del TLC Colombia – Estados Unidos en las condiciones laborales y el desarrollo humano de los trabajadores de las pymes exportadoras de ACOPI en el Eje Cafetero**. Madrid: Tese (Doutorado em Doctorado en Ciencias Jurídicas y Sociales) Universidad Rey Juan Carlos. 368f., 2017.

CASTRO, E. Guaraná de. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 45, p. 193-212, Jul/Dez 2016.

_____. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista latinoamericana de ciencias sociales niñez y juventud**, Manizales, v. 7, n. 1, p. 179-208, Jun. 2009

CASTRO, E. et al. A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político. Contribuições para um estado da arte. In: VOMMARO, S. V. A. Y. P. A. **Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas**. Buenos Aires: Homo Sapiens ediciones, 2010. Cap. 2, p. 89-112.

CASTEL, R. **El ascenso de las incertidumbres**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

_____. **La inseguridad social: ¿Qué es estar protegido?** Buenos Aires: Manatíal, 2006.

CAVALCANTI, J. S. B. et al. Trabalhadores rurais e as novas condições de trabalho no Vale do São Francisco, Nordeste do Brasil. In: RIELLA, A.; MASHERONI, P. **Asalariados rurales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. Cap. 2, p. 49-72

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. **Tierras y conflictos rurales. Historia, políticas agrarias y protagonistas**. Bogotá: Centro Nacional de Memoria Histórica, 2016.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

- _____. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro Revista**, São Paulo, p. 7-28, Febrero 2001.
- _____. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 1-44, jan-jun 2002.
- _____. A "nova economia": uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F., et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. p. 43-68.
- _____. **Finance Capital Today. Corporations and Banks in the Lasting Global Slump**. Boston: Brill, 2016.
- CHESNAIS, F.; SERFATI, C. "Ecologia" e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 39-75, 2003.
- CLAPP, J.; FUCHS, D. **Corporate power in global agrifood governance**. Massachusetts: MIT, 2009.
- COLOMBIA. **CONPES 3477. Estrategia Para El Desarrollo Competitivo Del Sector Palmero Colombiano**. Bogotá. 9 de julho: [s.n.], 2007.
- _____. **CONPES 3510. Lineamentos de política para promover la producción sostenible de biocombustibles en Colombia**. Bogotá: [s.n.], 2008.
- _____. **CONPES 3917**. Departamento de Planeación Nacional. Bogotá. 2018.
- _____. **Decreto 4145. Por el cual se crea la Unidad de Planificación de Tierras Rurales, Adecuación de Tierras y Usos Agropecuarios - UPRA y se dictan otras disposiciones**. Bogotá, 3 de noviembre: [s.n.], 2011.
- _____. Plan de acción de Colombia y Estados Unidos para derechos laborales. **Presidencia de la República de Colombia**, 2011. Disponível em: <<http://wsp.presidencia.gov.co/Especiales/2011/DocumentosTLC/PlanAccionEspa%C3%B1ol.pdf>>. Acesso em: 21 Junio 2016. <https://ustr.gov/sites/default/files/uploads/agreements/morocco/pdfs/Colombian%20Action%20Plan%20Related%20to%20Labor%20Rights.pdf>.
- COMISIÓN INTERECLESIAL JUSTICIA Y PAZ. **Los claro oscuros del grupo palmicultor Poligrow en Colombia**. Bogotá: Comisión Intereclesial de Justicia y Paz, 2015.
- CONAB. **Acompanhamento da Safra brasileira de cana-de-açúcar n. 4**. CONAB. Brasília, p. 76. 2016.
- CORNETTA, A. **A financeirização do clima: uma abordagem geográfica do mercado de carbono e suas escalas de operação**. São Paulo: 204 f. Dissertação (Geografia) FFLCH, Universidade de São Paulo, 2010.
- CORONADO, S.; DIETZ, C. Controlando territorios, reestructurando relaciones socio-ecológicas: La globalización de agrocombustibles y sus efectos locales, el caso de Montes de María en Colombia. **IBEROAMERICANA. América Latina - España - Portuga**, Berlin, v. XIII, n. 49, p. 93-115, 2013. Disponível em: <<http://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/358/32>>.
- CORSI, F. L. A crise estrutural e recuperação ciclica do capitalismo global. In: SALA, J.; GASPAROTO, A. L.; (ORGS.) **Relações internacionais. Polaridades e novos/velhos temas emergentes**. Marília: UNESP-Oficina Universitária, 2010. p. 55-70.
- COSAN. Raízen, 2018. Disponível em: <<http://cosan.com.br/pt-br/negocios/energia/raizen>>. Acesso em: 23 Janeiro 2018.
- CTC; CUT. **Tres años de incumplimiento del Plan de Acción Laboral Obama-Santos**. Bogotá: [s.n.], 2014.

- DA PONTE, K. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho**: Um estudo a partir da fábrica de preservativos masculinos de Xapuri (aC). Presidente Prudente: TESE PPG 360f., 2014.
- DAL ROSSO, S. **O ardil da flexibilidade**: Os trabalhadores e a teoria do valor. Brasília : Boitempo, 2017.
- DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra: banco de dados, 2017. Disponível em: <www.fct.unesp.br/dataluta>. Acesso em: 14 Junho 2018.
- DE LA GARZA, E. En los límites del trabajo. In: SUÁREZ, H. **Las formas de pertenecer, individuo y sociedad**. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Sociales - UNAM, 2014. Cap. 8, p. 127-164.
- DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à agricultura do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- DELOITTE. **Global Powers of retailing 2016**. Deloitte. [S.l.]. 2015. <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/global/Documents/Consumer-Business/gx-cb-global-powers-of-retailing-2016.pdf>.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **Caracterización de las condiciones de desarrollo territorial de la Altillanura**. Departamento Nacional de Planeación. Bogotá, p. 36. 2011.
- DEVIA ACOSTA, C. Y. **Configuración territorial, petróleo y conflicto. Los casos de Aguazul y Tauramena, 1974-2005**. Bogotá: Dissertação (Maestria en Geografía) Universidad Tecnológica y Pedagógica de Colombia. 287 f., 2011.
- _____. **Urbanización, red urbana y extractivismo. Una visión del caso de Villavicencio (Meta, Colombia)**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Tese (Doutorado em Geografia) , 2018.
- _____. Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: Territorialidades en disputa. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 28, p. 68-91, 2015. Disponível em: <revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/3991/4151>.
- DÍAZ, I. Colonización sin hacha; narrativas estatales sobre región, naturaleza y desarrollo de la Altillanura colombiana. In: JIMENO, M., et al. **Etnografías contemporáneas III: las narrativas en la investigación antropológica**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2016. p. 167-190. Disponível em: <http://www.humanas.unal.edu.co/conflictosocialyviolencia/files/7914/9006/6248/libro_etnografias_contemporaneas_repositorio.pdf>.
- DINERO. Los nuevos llaneros, Bogotá, 21 Febrero 2011.
- DIRVEN, M. **Juventud rural y trabajo decente en América Latina**. Santiago de Chile: FAO, 2016.
- EMBRAPA. **Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar**. Rio de Janeiro: EMBRAPA SOLOS, 2008.
- ESCOBAR, A. **La invención del tercer mundo**. Caracas: Fundación editorial el perro y la rana, 2007.
- ESCUELA NACIONAL SINDICAL. **Cuatro años de incumplimiento del plan de acción Obama-Santos. Informe sobre los cuatro primeros años de implementación del Plan de Acción Laboral (PAL) 2011-2015**. Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2015.
- _____. **Cinco años de incumplimiento cinco años esperando cambios reales. Informe sobre los cinco años de implementación del Plan de Acción Laboral (PAL)**. Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2016.
- FAJARDO, D. **Las guerras de la agricultura colombiana 1980-2010**. Bogotá: ILSA - Instituto Latinoamericano de Servicios Legales, 2014.

_____. La transición hacia la producción de agrocombustibles en dos regiones de Colombia: el sur occidente del Caribe y la Orinoquia. **Revista ALASRU**, Ciudad de México, n. 10, p. 257-276, Octubre 2014a.

_____. Territorios de la agricultura colombiana. In: FAJARDO, D.; SALINAS, Y.; ALVAREZ, P. **La Colombia de los agrocombustibles**. Bogotá: Grupo Semillas, 2010. p. 3-9.

FAJARDO, D.; SALINAS, Y.; ALVAREZ, P. **La Colombia de los agrocombustibles**. Bogotá: Grupo Semillas, 2010.

FAOSTAT. Food and Agricultural commodities production / Countries by commodity, 23 jun. 2017. Disponible em: <http://faostat3.fao.org/browse/rankings/countries_by_commodity/E>.

FARNÉ, S. Las Cooperativas de Trabajo Asociado en Colombia. **Boletín del Observatorio del Mercado de Trabajo y Seguridad Social**, Bogotá, n. 10, p. 34, 2007.

_____. **Acuerdos de formalización laboral: ¿ruta hacia la formalización en Colombia?** FES (Friedrich Ebert Foundation). Bogotá, p. 24. 2015.

FEDEBIOCOMBUSTIBLES. Información Estadística Sector Biocombustibles. **Fedebiocombustibles**, 15 Junio 2018. Disponible em: <http://www.fedebiocombustibles.com/estadistica-mostrar_info-titulo-Biodiesel.htm>.

FEDEPALMA. Planta extractora de Manuelita Aceites y Energía, y le apuesta a la protección ambiental en Orocué, Casanare. **El Palmero**, Bogotá, n. 510, p. 10-11, Agosto 2014.

_____. **Anuario estadístico**. Bogotá: Fedepalma, 2015.

FEDEPALMA. **Censo Nacional de Palma de Aceite. Colombia 2011**. Bogotá: FEDEPALMA, 2015.

_____. **Interpretación Nacional para Colombia del Estándar RSPO 2013 de Principios y Criterios (P&C) para la Producción de Aceite de Palma Sostenible**. Bogotá: FEDEPALMA, 2016.

FEDEPALMA-USAID. **Estudio de alianzas de palma africana a nivel nacional**. Fedepalma-USAID. Bogotá, p. 40. 2010.

FELICIANO, C. **Territórios em disputa. Terras (re)tomadas no Pontal de Paranapanema**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 575 f., 2009.

_____. A prática da violência no campo brasileiro do século XX. In: RAMOS FILHO, E. D. S.; MITIDIERO JUNIOR, M. A.; SANTOS, L. R. S. **Questão agrária no século XXI. Escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p. 81-100.

FER. [S.l.]: [s.n.], Teodoro Sampaio, Estudante de último ano de ensino médio e Assentado. 16 anos, Dezembro de 2015.

FLACH, B.; LIEBERZ, S.; ROSSETTI, A. **EU Biofuels Annual 2017**. USDA Foreign Agricultural Service. Washington, p. 44. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. Órfãos da cana. Mecanização da lavoura cria legião de ex-boia frias desempregados e com problemas de saúde, São Paulo, 30 Junho 2017.

FREITAS, E. **Território, poder e biocombustíveis: as ações do Estado brasileiro no processo de regulação territorial para a produção de recursos energéticos alternativos**. São Paulo: 501 f., v. Tese (Geografia Humana), FFLCH, Universidade de São Paulo, 2013.

FUND INTERNATIONAL MONETARY. Primary Commodity Prices, 2018. Disponible em: <<http://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx>>. Acesso em: 20 Janeiro 2018.

GALLO, Ó. et al. **La palma de aceite en Colombia: integración económica, organización del trabajo y salud laboral**. Un diagnóstico de la industria y la cadena de

suministro, y su impacto sobre la salud y vida de los trabajadores y las trabajadoras del sector. Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2018.

GAMEIRO, M. B. P. **O fetiche da mercadoria "verde": a questão ambiental na construção social da imagem do etanol brasileiro.** 311 f. ed. São Carlos. Universidade Federal de São Carlos: Tese Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2017.

GARCÍA GUTIÉRREZ, E. **La cuestión agraria en la Orinoquia colombiana.** Villavicencio: Corpoica-PLANTE, 1999.

GARCÍA, H.; CALDERÓN, L. **Evaluación de la política de biocombustibles en Colombia.** Fedesarrollo. Bogotá, p. 154. 2012.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

_____. **El orden y la producción. Nacimiento y formas de la disciplina de fábrica.** Madrid: Trotta, 1991.

GILBERTSON, T. et al. **Preparando el terreno para los agrocombustibles. Políticas europeas, criterios de sostenibilidad y cálculo climáticos.** Amsterdam: Transnational Institute, 2007.

GLOBAL WITNESS. **Defender la tierra.** Londres: Global Witness, 2017. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/ru/campaigns/environmental-activists/defender-la-tierra/>>.

GONZÁLEZ, A. La agroindustria de la palma de aceite en América. **Palmas**, Bogotá, v. 37, n. Especial, Tomo II, p. 215-228, 2016.

GONZÁLEZ, M. L. Estado del arte sobre los trabajos migratorios en Colombia (1970-2010). **Revista de Análisis Internacional**, Bogotá, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://revistas.utadeo.edu.co/index.php/RAI/article/view/25/31>>.

GORESTEIN, S.; ORTIZ, R. La conquista de las transnacionales. Estrategias empresarias y marcos regulatorios en los mercados agroalimentarios. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 262, p. 64-76, Marzo-Abril 2016.

GRAIN. **Planet palm oil. Peasants pay the price for cheap vegetable oil.** Barcelona: Grain, 2014. Disponível em: <<https://www.grain.org/article/entries/5031-planet-palm-oil>>.

GRANADOS, J. **Las migraciones internas y su relación con el desarrollo en Colombia:** una aproximación desde algunos estudios no clasificados como migración interna de los últimos 30 años. Bogotá: Tese Maestría (Estudios Ambientales y Rurales). Pontificia Universidad Javeriana, 133f., 2010.

GREENFACTS. Biofuel policies in the United States of America, 2018. Disponível em: <<https://www.greenfacts.org/en/biofuels/figtableboxes/biofuel-policies-usa.htm>>.

Acesso em: 30 Janeiro 2018.

_____. Biofuel policies in the European Union, 2018a. Disponível em: <<https://www.greenfacts.org/en/biofuels/figtableboxes/biofuel-policies-europe.htm>>.

Acesso em: 30 Janeiro 2018.

GRUPO MANUELITA. Sostenibilidad, 2015. Disponível em: <<http://www.manuelita.com/sostenibilidad/>>. Acesso em: 6 Janeiro 2015.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HART, C. et al. Panel sobre estrategias empresariales para la reducción de costos de producción en plantaciones de palma de aceite en Colombia. **Palmas**, Bogotá, v. 30, n. 2, 2009.

HARVEY, D. **A condição posmoderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **A produção capitalista do espaço.** Rio de Janeiro: Annablume, 2005.

- _____. **O novo imperialismo**. Segunda. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. O "novo" imperialismo: acumulação por espoliação. **Social Register**, Buenos Aires, El nuevo desafío imperial, p. 99-129, Enero 2005a.
- _____. Hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. In: HARVEY, D. **Spaces of global capitalism**. Tradução de Juan Villasante y Lisa Di Cione. [S.l.]: Verso, 2006. p. 69-116.
- _____. **Os limites do capital**. São paulo: Boitempo, 2013.
- HEINRICH BÖLL FOUNDATION; ROSA LUXEMBURG FOUNDATION; FRIENDS OF THE EARTH EUROPE. **Agrifood Atlas. Facts and figures about the corporations that control what we eat**. Bruselas: Heinrich Böll Foudation; Rosa Luxemburg Foundation; Friends for Earth Europe, 2017.
- HERRE, R. Agricultural traders' second harvest. In: FOUNDATION, H. B.; FOUNDATION, R. L.; EUROPE, F. O. T. E. **Agrifood Atlas. Facts and figures about the corporations that control what we eat**. Bruselas: Heinrich Böll Foundation; Rosa Luxemburg Foundation; Friends of the Earth Europe, 2017. p. 26-27.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, Junho 2014.
- HIRTZ, S. From seven to four. Growing by shrinking. In: FOUNDATION, H. B.; FOUNDATION, R. L.; EUROPE, F. O. T. E. **Agrifood Atlas. Facts and figures about the corporations that control what we eat**. Bruselas: Heinrich Böll Foundation; Rosa Luxemburg Foundation; Friends of the Earth Europe, 2017. p. 20-21.
- HOLT-GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A. La transición de los agrocombustibles. Reestructurando lugares y espacios en el sistema alimentario mundial. **Agroecologia**, Murcia, v. 4, p. 69-78, 2009.
- HOUTART, F. **Agrocombustibles. Falsa solución global y destrucción local en Colombia**. Bogotá: Comisión Intereclesial de Justicia y Paz, 2010.
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. U.S. **IEA International Energy Information**, 2017. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/>>. Acesso em: 2017.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA. **Atlas de la agroenergía y los biocombustibles en las Américas**. San José de Costa Rica: IICA, v. 1. Etanol, 2007.
- INSTITUTO ALEXANDER VON HUMBOLDT-MAVDT. **Evaluación ambiental estratégica de políticas, planes y programas de biocombustibles en Colombia**. Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial. Bogotá, p. 129. 2008.
- INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY. IRENA. **Employment in the Renewable Energy Sector (Year: 2012-2016)**, 2016. Disponível em: <<http://resourceirena.irena.org/gateway/dashboard/?topic=7&subTopic=53>>.
- IRENA. Growth in IRENA Membership , 15 Janeiro 2018. Disponível em: <<https://www.irena.org/irenamembership>>.
- J.P. ADMINISTRADOR SAS. PUERTO GAITÁN. [S.l.]: [s.n.], Abril 2016.
- JARAMILLO, J. E.; MORA, L.; CUBIDES, F. **Colonización, coca y guerrilla**. Bogotá: Alianza Editorial, 1989.
- JARAMILLO, J.; VERA, J. P. Etnografías desde y sobre el Sur global. Reflexiones introductorias. **Universitas Humanística**, Bogotá, n. 75, p. 13-34, Enero-Junio 2013.
- JIMÉNEZ, C. **Una aproximación crítica a la definición de una nueva geografía productiva en la Orinoquía colombiana**. México: Universidad Autónoma de México. Tese (Doctorado en Estudios Sociales). 326 f, 2010.

_____. Valorización capitalista de la Orinoquia colombiana. División territorial del trabajo e intersección en la acumulación transnacional. **Ciencia Política**, Bogotá, n. 13, p. 150-180, Enero-Junio 2012. ISSN 1909-230X/.

JOE. [S.l.]: [s.n.], San Carlos de Guaroa (Meta), trabajador. 32 anos, Abril de 2016.

KESSLER, G. Juventud rural en América Latina. Panorama de las investigaciones actuales. In: BRUNIARD, R. (). **Educación, desarrollo rural y juventud: la educación de los jóvenes de provincias del NEA y NOA en la Argentina**. Buenos Aires: UNESCO-IIEP-FIDA, 2007. p. 16-67.

KIPLE, K. **The Cambridge World History of Food**. Cambridge: Cambridge University Press, v. 2, 2000.

KLOSS, E. **Transformação do etanol em commodity. Perspectivas para uma ação diplomática brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, 2012.

LA ROTA, M. J.; SALCEDO, L. La Altillanura: desafíos y posibilidades del ordenamiento territorial en la nueva frontera agrícola colombiana. In: DUARTE, C. **Desencuentros territoriales. Caracterización de los conflictos en las regiones de la Altillanura, Putumayo y Montes de María**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2016.

LAMOSA, R.; LOUREIRO, C. F. Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 533-554, Junho 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362014000200011&lng=en&nrm=is>.

LAND MATRIX. The Online Public Database on Land Deals, 2018. Disponível em: <<http://landmatrix.org/en/>>. Acesso em: 27 Janeiro 2018.

LANDER, E. **La economía verde: el lobo se viste con piel de cordero**. La Haia: Transnational Institute, 2011.

_____. **El Neoextractivismo como modelo de desarrollo en América Latina y sus contradicciones**. Neo-Extractivismo y el Futuro de la Democracia en América Latina: Diagnósticos y retos. Berlin: Fundación Heinrich Böll Stiftung. 2014.

LARA FLORES, S. Las obreras agrícolas: un sujeto en movimiento. **Nueva antropología**, México, v. XI, n. 39, p. 99-114, 1991.

_____. La flexibilidad del mercado de trabajo rural: (una propuesta que involucra a las mujeres). **Revista mexicana de sociología**, Ciudad de México, v. 54, n. 1, p. 29-48, Ene-Mar 1992.

_____. Análisis del mercado de trabajo rural en México en un contexto de flexibilización. In: GIARRACA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 363-382.

_____. El trabajo en la Agricultura: Un recuento sobre América Latina. In: DE LA GARZA, E. **Teorías sociales y estudios del trabajo: nuevos enfoques**. [S.l.]: Anthropos, 2006.

LARA FLORES, S.; SÁNCHEZ, K.; SALDAÑA, A. Asentamientos de trabajadores migrantes en torno a enclaves de agricultura intensiva en México: nuevas formas de apropiación de espacios en disputa. In: PEDREÑO, A. **De cadenas, migrantes y jornaleros**. Madrid : Talasa , 2014. p. 150-171.

LEAL, S. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP, no contexto dos conflitos**. Presidente Prudente: Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 107 f., 2017.

- LEAL, S.; RABELLO, D.; PIÑEROS, R. **Agroecologia e acesso a políticas de produção de alimentos como estratégias de resistência ao avanço do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, São Paulo (Brasil)**. XXXI Congreso ALAS. Montevideo: Associação Latino-Americana de Sociologia, 2017.
- LEITE LOPES, S. **A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"**. São Paulo: Marco Zero; Editora da Universidade de Brasília; CNPq, 1988.
- _____. Formas comparadas de imobilização da força de trabalho. Fábricas com vila operária tradicionais e grandes projetos. **Lusotopie**, Pessac, p. 285-298, 1996.
- LI, T. M. Intergenerational displacement in Indonesia's oil palm plantation zone. **The Journal of Peasant Studies**, Londres, n. 6, p. 1158-1176, Maio 2017.
- LOERA, N. **Tempo de acampamento**. São Paulo: UNESP, 2015.
- LÓPEZ, C. **Uribismo rural: un modelo perverso**. Bogotá: Partido Liberal, 2009. Disponível em: <<http://www.cecilialopez.com/Documentos/D.UribismoRural.pdf>>.
- MACHADO, A. **De la estructura agraria al sistema agroindustrial**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.
- _____. La tierra y el desarrollo humano. **Semillas**, p. 12-16, 2011.
- _____. Razón Pública. **La tierra, Santos II y el Plan de Desarrollo**, 2015. Disponível em: <<https://www.razonpublica.com/index.php/politica-y-gobierno-temas-27/8308-la-tierra,-santos-ii-y-el-plan-de-desarrollo.html>>.
- MACHADO, D. **Estratégias do Estado Logístico para Inserção Internacional dos Biocombustíveis Brasileiros**. 270 f. ed. Brasília. Universidade de Brasília,: Instituto de Relações Internacionais -IREL, v. Tese de doutorado em Relações Internacionais, 2014.
- MACHADO, T. A. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 71-98, 2016.
- MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. **Revista española de investigaciones sociológicas**, Madrid, n. 62, p. 193-242, Abril-Junio 1993.
- MANUELITA S.A. **Informe de Sostenibilidad 2015-2016**. s.d.: Manuelita, 2017.
- MAPA. Etanol- Comércio exterior brasileiro, 2018. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/etanol-comercio-exterior-brasileiro>>. Acesso em: 10 Janeiro 2018.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas**, 2018a. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/estatisticas>>. Acesso em: 12 Fevereiro 2018.
- MARIN, J. O. Juventud Rural: una invención del capitalismo industrial. **Estudios sociológicos**, México, v. XXVII, num 80, p. 619-653, Mayo-Agosto 2009.
- MARINHO, F. A Cooperação entre Brasil e Estados Unidos na área dos biocombustíveis: iniciativa bilateral e transbordamentos multilaterais. **A Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 4, n. 2, p. 330-355, mai/ago 2015.
- MARINI, R. Escritos de Ruy Mauro Marini. **La crisis del desarrollismo**, 1994. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/085_crisis_desarrollismo.html#1>. Acesso em: 20 Novembro 2015.
- _____. Dialética de la dependencia. In: MARINI, R. **Dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO-Siglo del Hombre Editores, 2008. p. 107-150.
- MARQUES, F. Impacto no mercado. **Revista FAPESP**, São Paulo, n. 266, p. 32-36, Abril 2018.
- MARTINS, J. D. S. **Fronteiras. A degradação do outro no fim do mundo**. São Paulo: Contexto, 2014.

- MARTÍNEZ, J. H. El papel de las Zidres en la transformación del despojo en “agronegocio” en Colombia. In: SEMILLAS, G. **Las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social (Zidres), en contra del campo colombiano**. Bogotá: [s.n.], 2016. p. 27-29.
- MARTÍNEZ-ALIER, F. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. Segunda. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **O Capital. Crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAUGER, G. Générations et rapports de générations. **Daimon. Revista Internacional de Filosofia**, Madrid, n. 46, p. 109-126, 2009.
- _____. “Modos de generación” de las “generaciones sociales”. **Sociología Histórica**, Murcia, n. 2, p. 131-151, 2013. Disponível em: <<https://digitum.um.es/xmlui/handle/10201/37773>>.
- MAVDT-FEDEPALMA. **Guía ambiental de la agroindustria de la palma de aceite en Colombia**. Ministerio de Medio Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial-FEDEPALMA. Bogotá, p. 86. 2011.
- MCKAY, B. et al. The political economy of sugarcane flexing: initial insights from Brazil, Southern Africa and Cambodia. **The Journal of Peasant Studies**, La Haya, v. 43, n. 1, p. 195-223, 2016.
- MCMICHAEL, P. The agrofuels project at large. **Critical Sociology**, v. 35, n. 6, p. 825-839, December 2009.
- _____. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP-UFRGS Editora, 2016..
- MÉSZÁROS, I. O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva. In: MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 185-194.
- _____. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MEZZADRA, S. **La cocina de Marx. El sujeto y su producción**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.
- MILANEZ, A.; CAVALCANTI, C. E.; FAVERET, P. O papel do BNDES no desenvolvimento do setor sucroenergético. In: ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. p. 335-350.
- MILANEZ, A.; NYKO, D. **O apoio do BNDES ao setor sucroenergético em 2014: a vez da inovação agrícola**. BNDES. Brasília, p. 2. 2015.
- MINGORANCE, F. et al. **El cultivo de palma africana en el Chocó. Legalidad ambiental, territorial y derechos humanos**. Bogotá: Human Rights Everywhere; Diócesis de Quibdó, 2004.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Boletim Mensal de Biocombustíveis Janeiro**. Ministério de Minas e Energia. Brasília, p. 27. 2015.
- _____. **Boletim Mensal de Biocombustíveis Janeiro**. Ministério de Minas e Energia. Brasília, p. 28. 2016.
- MIRANDA, A. **La nueva Condición Joven: Educación, desigualdad, Empleo**. Buenos Aires: Fundación Octubre de Trabajadores de Edificios, 2007.
- MME; MAVDT; MADR; DNP; BID. **Evaluación del ciclo de vida de la cadena de producción de biocombustibles en Colombia. Resumen ejecutivo**. Ministerio de Minas y Energía. Bogotá, p. 37. 2012.
- MOLANO, A. et al. **Estudio de la imagen de la imagen social de la economía de la palma**. Promociones Monterrey. Puerto Wilches. 1987.

- <<https://www.novacana.com/n/acucar/exportacao/raizen-wilmar-nova-empresa-raw-comercializar-acucar-041016/>>. Acesso em: 23 Janeiro 2018.
- NOVAES, J. R. Trabalho nos canaviais. Os jovens entre a enxada e o facão. **RURIS**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 105-127, Março 2009.
- _____. et al. **Jovens migrantes canavieiros: entre a enxada e o facão**. Rio de Janeiro: Instituto Pólis, Ibase, IDRC-CDRI, 2007.
- ODEBRECHT. **Relatório anual. Safra 2016/2017**. s.d.: Odebrecht, 2017.
- ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL. **Facebook**, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/OdebrechtAgroindustrial/photos/a.508192022564753.120845.481885258528763/1291025317614749/?type=3&theater>>. Acesso em: 15 dezembro 2016.
- _____. **Programa Acreditar Jr**, 2017. Disponível em: <<http://www.odebrechtagroindustrial.com/pt-br/programa-acreditar-junior>>. Acesso em: 15 Agosto 2017.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. A arma secreta do etanol brasileiro, São Paulo, 15 Fevereiro 2010. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,a-arma-secreta-do-etanol-brasileiro,511464>>.
- _____. Usinas vendem cana e deixam de moer, São Paulo, 21 Maio 2012. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,usinas-vendem-cana-e-deixam-de-moer-imp-,875714>>.
- _____. Após 'boom' de investimentos, setor sucroalcooleiro sai do radar das múltis, São Paulo, 12 Janeiro 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,apos-boom-de-investimentos-setor-sucroalcooleiro-sai-do-radar-das-multis,10000099588>>.
- OLIVEIRA, A. M. D. **Reordenamento Territorial e Produtivo do Agronegócio Canavieiro no Brasil e os Desdobramentos para o Trabalho**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009. 571 f. TESE p. ISBN TESE.
- OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.
- _____. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. **Observatorio Geográfico Latinoamericano**, 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf>>.
- OLIVEIRA, G. Regularização fundiária e a "corrida mundial por terras" no Brasil. **Campo-Território. revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. Número Especial, p. 43-75, Junho 2016.
- OLIVEIRA, G. D. S. **Mobilidade do trabalho para o agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema – SP**. São Paulo. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRD): [s.n.], 2016.
- OLIVERA, M. et al. **Estudio de la caracterización del empleo en el sector palmero colombiano**. Bogotá: Fedesarrollo, v. 37, 2011.
- OPPUK; RAINFOREST ACTION NETWORK, ILRF. **The human cost of conflict palm oil. Indofood: Pepsico's hidden link to worker exploitation in Indonesia**. s.d.: [s.n.], 2016.
- ORTIZ DE D´ARTERIO, P. **La movilidad territorial de la población en los contextos rurales. Una revisión teórica**. 1ª Jornadas de Antropología Rural. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. 2007.

OTERO, G. El régimen alimentario neoliberal y su crisis: Estado, agroempresas multinacionales y biotecnología. **Antipoda**, Bogotá, n. 17, p. 49-78, Julio-Diciembre 2013.

OXFAM. **Por trás das marcas. Justiça alimentar e as "10 Grandes" empresas de alimentos e bebidas.** Oxford: Oxfam, 2013. Disponível em: <<https://www.behindthebrands.org/pt-br/take-action>>. Acesso em: 10 Março 2017.

_____. **Divide y compraras. Una nueva forma de concentrar tierras baldías en Colombia.** Bogotá : OXFAM, 2014.

PARLAMENTO EUROPEU. Diretiva 2003/30/CE, 2003. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32003L0030&from=FR>>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

_____. Diretiva 2009/28/CE, 2009. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:en0009&from=PT>>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

_____. Documento de sesión. **Informe sobre el aceite de palma y la deforestación de las selvas tropicales,** 2017. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A8-2017-0066+0+DOC+PDF+V0//ES>>.

PARRA, S. M. **Impacto del tratado de libre comercio con Estados Unidos en el sector arrocero en el marco de gobernanza comercial.** Bogotá: Universidad Javeriana. Facultad de ciencias políticas y relaciones internacionales. Tesis de maestría (Maestría en Relaciones Internacionales), 2014. Disponível em: <<https://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/13424>>.

PEDREÑO, A. **De cadenas, migrantes y jornaleros.** Madrid: Talasa, 2014.

PENTEADO, M. M. **Acordos internacionais de biocombustíveis: o etanol brasileiro na geopolítica mundial.** São Paulo: USP, Tese, Doutorado, departamento de geografia 178f 2 volumes, 2011.

PÉREZ, M.; ALVAREZ, P. **Deuda social y ambiental del negocio de la caña de azúcar en Colombia: Responsabilidad social empresarial y subsidios implícitos en la industria cañera.** Análisis en el contexto del conflicto corteros-empresarios. Bogotá: Grupo Semillas, 2009.

PERPETUA, G.; THOMAZ JUNIOR, A. A relevância do conceito de território na análise da relação capital/trabalho e seus desdobramentos para a saúde dos trabalhadores. **Anais do IX seminário do trabalho. Trabalho educação e neodesenvolvimentismo,** Marília, 26-29 Maio 2014.

PERPETUA, G. M. **movilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS).** Dourados: Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2012. 251 f.

_____. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo.** Presidente Prudente: Tese. FCT/UNESP. Doutorado em Geografia, 2016, 370 f.

PIÑEROS, R. **Las transformaciones en la escolarización y el mundo del trabajo a comienzos del siglo XXI : sus implicancias en las condiciones de vida de los jóvenes en Bogotá.** Buenos Aires. Dissertação. Maestría en Ciencias Sociales con mención en Educación, Flacso Argentina, 2012.

_____. **O avanço do agrohidronegócio na Altillanura colombiana no século XXI e seus desdobramentos para o trabalho dos camponeses e de comunidades tradicionais.** XI ENANPEGE. Presidente Prudente: ENANPEGE. 2015. <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/7/225.pdf>.

_____. **Movilidad del capital y del trabajo en el agronegocio de la Palma de Aceite y Caña de Azúcar en la Altilanura colombiana.** VIII congreso Latinoamericano de Estudios del Trabajo. Buenos Aires: Agosto 3-5. 2016.

_____. Enoterrios. **Los nuevos llaneros agroindustriales. Anotaciones sobre el control corporativo del territorio.**, 2017. Disponível em: <<http://www.etnoterrios.org/CentroDocumentacion.shtml?apc=x-xx-1-&x=1262>>.

PIÑEROS, R.; THOMAZ JUNIOR, A. Juventude rural e mobilidade territorial do trabalho no século XXI. **Pegada eletrônica**, Presidente Prudente, v. 17, n. 2, p. 251-268, Dezembro 2016.

_____. A Responsabilidade Social Empresarial como territorialidade estratégica do agrohidronegócio da cana-de-açúcar no Brasil e da palma azeiteira na Colômbia. In: PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia e trabalho no século XXI. Edição Especial “Commodities, conflitos territoriais e degradação do trabalhado no Brasil contemporâneo”**. Presidente Prudente: Centelha, v. 9, 2018. p. 108-134.

PORTO-GONÇALVES, C. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos. **Interthesis**, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 1-55, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>>.

_____. Outra Verdade Inconveniente – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. **Universitas Humanistica**, Bogotá, n. 66, p. 327-365, Julio-Diciembre 2008. ISSN 0120-4807.

_____. De utopias e de topoi: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/Abya Yala). **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 10-58, 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/viewFile/32464/23001>>.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martin Fontes, 1977.

PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. **Experimental**, São Paulo, n. 2, p. 11-24, Março 1997.

PRADO JUNIOR, C. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. **Discurso**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 41-78, 1973.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. **Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1996.

RAÍZEN. Perfil da empresa, 2014. Disponível em: <<https://www.raizen.com.br/perfil-da-empresa-0>>. Acesso em: 23 Janeiro 2018.

RAMÍREZ, M. Á.; OCHOA, J.; CHÁVEZ, E. **Estudio del Mercado de Trabajo en el cultivo de palma en el departamento del Meta.** Bogotá: Editorial REDIPE, 2014.

RAMÍREZ, R. **Diagnóstico sobre la situación de los trabajadores de la agroindustria de la palma en el Magdalena Medio y Meta.** Bogotá: FENSUAGRO - CUT, 2012. 129 p. Con el apoyo de Fos solidaridad socialista y ABVV - Algemene Centrale Samen sterk. REN21. **Renewables 2017 Global Status Report.** Paris: REN21 Secretariat, 2017.

_____. **10 years of renewable energy progress.** Paris: UNEP-GIZ, 2017a.

RESTREPO, E. Hacia una etnografía del cultivo de palma africana en tumaco. **Universitas Humanistica**, Bogotá, v. XXXI, n. 58, p. 72-87, 2004.

RIELLA, A.; MASHERONI, P. (Eds.). **Asalariados rurales en América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2015.

- RIO PAILA-CASTILLA. Canal de Youtube Riopaila Castilla S.A. **InformaRSE 58, Un espacio de Riopaila Castilla**, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IK9-mSkZjg8>>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- _____. Palma. **Proyectos Altillanura**, 2018. Disponível em: <<https://www.riopaila-castilla.com/palma/>>.
- RIVEIRO, D. **Estado e capital em István Mészáros**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- ROA-GARCÍA, M. C.; BROWN, S. Assessing equity and sustainability of water allocation in Colombia. **The International Journal of Justice and Sustainability**, 1-31 2015.
- RODRÍGUEZ, C.; UPRIMMY, R. Justicia para todos o seguridad para el mercado : el neoliberalismo y la reforma judicial en Colombia y en América Latina. In: RESTREPO, D. **La falacia neoliberal. Crítica y alternativas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2003.
- RSPO. Round Table on Sustainable Palm Oil, 2018. Disponível em: <<https://rspo.org/certification>>. Acesso em: 12 Janeiro 2018.
- RUBIO, B. La crisis alimentaria y el nuevo orden agroalimentario financiero energético mundial. **Mundo siglo XXI**, México, v. IV, n. 13, p. 43-51, verano 2008.
- _____. **El dominio del hambre. Crisis de hegemonía y alimentos**. Segunda. ed. Ciudad de México: Universidad Autónoma de Chapingo-Universidad Autónoma de Zacatecas, 2015.
- _____. La fase de transición mundial y el dominio agroalimentario de Estados Unidos: Una visión histórico-estructural. **Revista latinoamericana de estudios rurales**, Buenos Aires, p. 137-158, Jun-Dic 2016.
- RUEDA, A. La importancia de unas prácticas sostenibles en la agroindustria de palma de aceite. **El palmicultor**, Bogotá, v. 542, p. 28, Abril 2017.
- RUEDA, A.; PACHECO, P. **Políticas, mercados y modelos de producción. Un análisis de la situación y desafíos del sector palmero en colombiano**. Bogor Barat: Centro para la Investigación Forestal Internacional CIFOR, 2015.
- SABADIN, A. C. **Das estratégias às justificações: uma análise da construção política do protocolo agroambiental paulista**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. Mestrado em Sociologia, 145 f., 2017.
- SABOGAL, M. et al. **Una nación desplazada: informe nacional del desplazamiento forzado en Colombia**. Bogotá: Centro Nacional de Memoria Histórica, 2015.
- SAFFIOTI, H. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: ADORNO, S. **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Sociedade Brasileira de Sociologia, 1995. p. 159-165.
- _____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183-215.
- SALGADO, C. Economías campesinas. In: CID-UNAL **La academia y el sector rural**. Bogotá: CID-UNAL, v. 1, 2004. p. 105-150.
- SALINAS, Y. El caso Colombia. In: FAO **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización**. Santiago de Chile: FAO, 2012. p. 179-208.
- SAN CARLOS DE GUAROA. **Esquema de Ordenamiento Territorial**. San Carlos de Guaroa: [s.n.], 2000.
- SÁNCHEZ, Á. et al. **Polinización asistida en palma de aceite**. Bogotá: CENIPALMA, 2011.
- SÁNCHEZ, A. F. **Protección laboral en la regulación actual sobre cooperativas de trabajo asociado, o déficit en trabajo decente Observaciones que la legislación debe**

cumplir para que la generación de trabajo de las CTA sea decente. Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2008.

SANTANA BORGES, R. **Financiarización, Cadenas Globales de Valor e Inversión Extranjera en la producción de etanol en Brasil a partir de la liberalización de la agroindustria. Una interpretación marxista del período de 1990 a 2010.** Madrid 566 f.: Universidad Complutense. Economía, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Tese, 2017.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim paulista de geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, Junho 1977. Disponível em: <http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/sociedade-e-espaco-a-formacao-social-como-teoria-e-com-metodo_MiltonSantos_1977.pdf>.

SÃO PAULO. **Lei 11.241. Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas.** São Paulo. 19 de setembro: [s.n.], 2002.

SAUER, S.; BORRAS, S. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. Número Especial, p. 6-42, Junho 2016.

SCOPINHO, R. **Modernização e Impactos Sociais: O Caso da Agroindústria Sucroalcooleira da Região de Ribeirão Preto.** Rio de Janeiro: Editora Fase, 1995.

SCOTT, P. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 15-33.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Protocolo Etanol Mais Verde**, 2017. Disponível em: <<http://www2.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/>>.

SEMANA. El 'Cerrado' colombiano, 2010. Disponível em: <<http://www.semana.com/economia/articulo/el-cerrado-colombiano/124179-3>>. Acesso em: 2 Julho 2015.

SERFATI, C. Dimensiones Financieras de la Empresa Transnacional: cadena global de valor e innovación tecnológica. **Revista Ola Financiera**, México, v. 2, n. 4, p. 111-149, Set-Dez 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/ROF/article/view/23055>>. Acesso em: 10 Setembro 2017.

SILVA, L. R. **O BNDES e a sustentação do setor sucroenergético no Brasil: implicações territoriais no contexto neoliberal e de financemzação.** Uberlândia. 152 f.: Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação Programa de Pós- Graduação em Geografia, 2017.

SILVEIRA, M. L. Los territorios corporativos de la globalización. **Geograficando**, La Plata, v. 3, n. 3, p. 13-26, 2007.

_____. El territorio usado, un caleidoscopio de divisiones del trabajo. **Revista Geografías del Sur**, Concepción (Chile), v. V, p. 15-34, 2014.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos**, São Paulo, p. 82-103, 2009.

SMA-SP. **Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético Paulista: Dados consolidados das safras 2007/08 a 2013/14.** Secretaria do Meio Ambiente. São Paulo, p. 59. 2015.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOBREIRO FILHO, J. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais**

- camponeses. Presidente Prudente: Tese Doutorado. Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 546 f., 2013.
- SOUZA, M. L. D. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. Geografia – Conceitos e Temas. In: CASTRO, I. E. D. E. A. **Geografia – Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.
- SOUZA, S. M. R. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira**: estratégias discursivas para a ação do capital no campo. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente. 2011. 282f.
- STEIMBREGER, N. **Geografía y sociología de la movilidad del capital global en los procesos de reestructuración de las cadenas de valor agrícola. Una investigación sobre el norte de la Patagonia**. Murcia: TESE DOCTORADO EN CAMBIOS SOCIALES Y POLÍTICOS, v. 331 f, 2008.
- SVAMPA, M. Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, Marzo-Abril 2013.
- TEXEIRA, A. L. **Geografia da vida camponesa**: espaços de vida, espaços de produção no assentamento Nova Conquista-SP. Presidente Prudente: Dissertação Mestrado. Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015, 164 f.
- THOMAZ JUNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. Número Especial, p. 4-26, agosto 2002.
- _____. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002a.
- _____. Se Camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JUNIOR, A. (). **Geografía e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, v. II, 2006.
- _____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Universidad Estadual Paulista. Presidente Prudente: Unesp, Campus Presidente Prudente. 2009. p. 900.
- _____. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Maringá, v. 5, n. 10, p. 32-122, agosto 2010. ISSN 1803-6271.
- _____. **Degradação e Centralidade do Trabalho (As Contradições da Relação Capital x Trabalho e o Movimento Territorial de Classe)**. México: CLACSO. 2012. p. II Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural: disputas territoriales, campesinos y decolonialidad CLACSO.
- _____. Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. **Pegada**, v. 14, n. 2, p. 1-24, 2013.
- _____. **O trabalho me impõe desafios renovados e me ocupa à autocrítica de uma obra inacabada**. Presidente Prudente. 298 f.: (Tese de Professor Titular) UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia., 2017.
- _____. Degradação sistêmica do trabalho no agrohídronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, p. 1-20, 2017b. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/2082>>.
- _____. Movimento territorial do trabalho e desterração do sujeito/classe. In: PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2018. p. 32-74. _____. Geografia do Trabalho por inteiro. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 19, n. 2 (No prelo), p. 42, 2018a.

- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 1991.
- TRANSPORT & ENVIRONMENT. **Cars and trucks burn almost half of palm oil used in Europe**. Transport & Environment. [S.l.], p. 4. 2016.
- _____. **Diesel. The tue (dirty) history**. s.d.: Transport & Environment, 2017.
- UNICA. **Projeto Renovação. Qualificação transformando vidas**. s.d.: [s.n.], 2015.
- UNILEVER. Our history, 2018. Disponível em: <<https://www.unilever.com/about/who-we-are/our-history/#>>. Acesso em: 13 Janeiro 2018.
- UPRA. UPRA presentó zonificación de palma de aceite en la XIV reunión técnica nacional del sector palmero. **Unidad de Planificación Rural Agropecuaria**, 2017a. Disponível em: <http://www.upra.gov.co/busqueda?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=http%3A%2F%2Fwww.upra.gov.co%2Fen_US%2Fweb%2Fguest%2Fbusqueda%3Fp_auth%3DzBdF0anS%26>. Acesso em: 10 Fevereiro 2018.
- URREA, F. Las cooperativas de trabajo asociado en Colombia como modelo de desregulación laboral. In: DE LA GARZA, E.; NEFFA, J. C. **Trabajo, identidad y acción colectiva**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, CLACSO, Plaza y Valdés, 2010. p. 287-314.
- _____. Dinámica de reestructuración productiva, cambios institucionales y políticos y procesos de desregulación de las relaciones asalariadas: el caso colombiano. In: NEFFA, J. C.; DE LA GARZA, E. **Trabajo y modelos productivos en América Latina. Argentina, Brasil, Colombia, México y Venezuela luego de las crisis del modo de desarrollo neoliberal**. Buenos Aires: CLACSO, 2010a. p. 137-202.
- _____. La articulación raza, género y fuerza de trabajo en la sociedad colombiana: un análisis empírico. **Cultura y Trabajo**, Medellín, n. 91, 2015.
- VALENCIA, L.; CELIS, J. C. **Sindicalismo asesinado**. Bogotá: Debate, 2012.
- VASAPOLLO, L. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 368-386, 2005.
- _____. **Por uma política de classe. Uma interpretação marxista do mundo globalizado**. São Paulo: Expressão popular, 2007.
- VÁSQUEZ, A. **El sector de la agroindustria. Condiciones laborales y problemáticas en la producción de aceite de palma y azúcar**. Documentos de la Escuela N° 104. ed. Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2016.
- VEIGA, J. E. A Insustentabilidade do Corte Manual da cana-de-açúcar: algumas considerações. **Textos para discussão**, n. 4, 2010. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/td/TD-04-2010.pdf>>.
- VERÇOZA, L. **Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos: Um estudo sobre trabalho e saúde**. Tese doutorado. ed. São Carlos: UFSCAR, v. 2008, 2016.
- VERDAD ABIERTA. Bloque Centauros, 2009. Disponível em: <<https://verdadabierta.com/bloque-centaruros/>>. Acesso em: 12 Janeiro 2018.
- _____. Así creció el paramilitarismo en los Llanos Orientales, 2011. Disponível em: <<https://verdadabierta.com/asi-crecio-el-paramilitarismo-en-los-llanos-orientales/>>. Acesso em: 12 Janeiro 2018.
- VERGOPOULOS, K. La crisis financiera y alimentaria mundial. **ALASRU**, s.c., n. 10, p. 45-62, 2014.
- VERITÉ. FAIR LABOUR. WORLDWIDE. **Labor and Human Rights Risk Analysis of Ecuador’s Palm Oil Sector**. Amherst: Verité, 2016.

- VILLEGAS, V. **Aquí estamos y aquí nos quedamos, porque aquí tenemos raíces. Organizaciones afrocolombianas en la construcción del Casanare:** la búsqueda de nuevos espacios para ser y proyectarse. Bogotá: Monografía (Graduação em Antropologia), Universidad Nacional de Colombia. 258f., 2005?.
- VIOLETA STEREO. Trabajadores de Planta Extractora el Palmar de Altamira, Casanare, denuncian explotación laboral, 8 Febrero 2017. Disponível em: <<https://www.violetastereo.com/wp/trabajadores-planta-extractora-palmar-altamira-casanare-denuncia-explotacion-laboral/>>. Acesso em: 5 Abril 2017.
- WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais:** mapa de estudos recentes. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Manheim. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 205-224, Maio-Agosto 2010.
- WILMAR INTERNATIONAL LIMITED. Corporate profile, 2018. Disponível em: <<http://www.wilmar-international.com/who-we-are/corporate-profile/>>. Acesso em: 23 Janeiro 2018.
- ZAMBRANO, F.; BERNARD, O. **Ciudad y Territorio. El proceso de poblamiento en Colombia.** 1ª. ed. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1993.
- ZÁRATE BOTÍA, C. G. **Extracción de Quina:** la configuración del espacio Andino-Amazónico. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001. Disponível em: <http://bdigital.unal.edu.co/3722/2/9587010833_1.pdf>.

Entrevistas citadas

Colômbia

- ADVOGADA. Comunicação via WhatsApp. Maio de 2018.
- ANA. Surimena, San Carlos de Guaroa (Meta), Trabalhadora palmeira, pratos culturais. 24 anos, Junho de 2017.
- FREDY. Surimena, San Carlos de Guaroa (Meta), Trabalhador palmeiro, cortador de cacho. 28 anos, Abril de 2016.
- JOE. Surimena (San Carlos de Guaroa, Meta), trabalhador palmeiro, cortador de cacho. 32 anos, Abril de 2016.
- JUAN. Surimena (San Carlos de Guaroa, Meta), trabalhador palmeiro, colhedor de fruto e cortador de cacho. 35 anos, Abril de 2016.
- HELEN. Surimena (San Carlos de Guaroa, Meta), Trabalhadora palmeira, pratos culturais. 27 anos, maio de 2016.
- J.P. Surimena, San Carlos de Guaroa (Meta), Trabalhador palmeiro, cortador de cacho. 28 anos, Abril de 2016, Puerto Gaitán, Administrador SAS e vereador, Abril 2016.
- LINA. Surimena, San Carlos de Guaroa (Meta), Trabalhadora palmeira, pratos culturais. 24 anos, Junho de 2017.
- MANUEL. Veracruz (Cumaral, Meta), trabalhador palmeiro, cortador de cacho e tratorista, 23 anos, Junho de 2017.
- SINDICALISTA. Dinamarca (Acacías, Meta), Presidente sindicato patronal empresa palmeira e Trabalhador da área industrial. Janeiro 2015.

Brasil

- JUNIOR. Teodoro Sampaio, trabalhador canavieiro. Filho de assentados. 24 anos, Outubro de 2016.

CARLOTA. Sandovalina, trabalhadora canavieira, tratorista. Agregada em assentamento. 32 anos, Janeiro 2018

DUDU. Sandovalina, trabalhador canavieiro, motorista colheitadeira. Agregado em assentamento. 34 anos, Janeiro 2018.

FER. Teodoro Sampaio, Estudante de último ano de ensino médio e Assentado. 16 anos, Dezembro de 2015.

LÊ. Teodoro Sampaio, Estudante EJA e trabalhador canavieiro. 22 anos, Outubro 2016.

LÉIA. Teodoro Sampaio, trabalhadora canavieira, motorista de caminhão. 35 anos, Outubro 2016.

RICO. Teodoro Sampaio, Jovem Aprendiz e trabalhador canavieiro. Filho de assentados. 21 anos, Novembro 2016.

TINO. Teodoro Sampaio, Jovem Aprendiz e trabalhador canavieiro. Filho de assentados. 20 anos, Novembro 2016.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevistas

Trabalhadores da palma de azeite (Departamentos de Meta e Casanare)

TÉRMINO DE CONFIDENCIALIDAD

Esta entrevista es usada con fines académicos, la información suministrada será de uso confidencial para la investigación. El investigador se compromete a mantener la **confidencialidad** de las informaciones suministradas, así como la identidad de los entrevistados para garantizar que no exista riesgo de ningún tipo, especialmente con las empresas en las que trabajan o trabajaron.

Fecha _____ Entrevista No. _____

Lugar _____ Entrevistador: _____

Acompañantes: _____

Coordenadas: _____

DATOS PERSONALES

Nombre completo: _____

Sobrenombre: _____

Lugar de residencia (municipio, vereda): _____

Teléfono de contacto: _____

Mejor horario para contactarlo: _____

Fecha de nacimiento: _____ Municipio: _____

Hace cuánto vive en este municipio?: _____

Estado civil: _____

Ocupación actual: _____ Empresa: _____

Nivel educativo: _____ Último año cursado: _____

Carrera, cursos técnicos, tecnológicos: _____

¿Cuántas personas viven en su casa, donde vive? _____

¿Qué relación tiene con estas? (familia)

Origen social

Familia de origen

¿Dónde nació su papá, dónde su mamá?

¿cómo se conocieron? ¿cómo llegaron a este/al municipio? (trabajo, cultura, política)

¿Cuántos hijos tuvieron? ¿cuántos hijos tiene ud?

Infancia, educación y trabajo

¿En qué escuela hizo la primaria?

¿En qué colegio la secundaria? ¿estudió algún curso técnico, tecnológico, universitario?

¿Hasta qué año estudió? ¿por qué dejó los estudios?

¿usted ayudaba en las labores/trabajos de su casa o finca? ¿en qué labores? ¿los otros hermanos(as) que hacían?

¿A qué edad empezó a trabajar?

¿Quién recibía el pago del trabajo (cuando recibía pago monetario)?

¿A qué edad empezó a recibir pago por su trabajo?

¿En qué invertía lo que ganaba? (gastos familiares, gastos personales)

Según usted, ¿Cuáles son los mayores gastos que tiene un joven actualmente?

Antes de entrar a trabajar en esta empresa ¿cuántos trabajos asalariados tuvo? ¿Qué hacía en los períodos en los que no tenía trabajo?

¿Tenía contrato de trabajo en estos trabajos, en cuáles?

Empleo en la empresa actual

¿Hace cuánto trabaja en esta empresa?

¿Cómo llegó a esta empresa? (quién lo trajo en caso de ser migrante, que le ofrecieron?)

¿Cuáles son los beneficios de trabajar en esta empresa? ¿Cuáles beneficios usted ha recibido (prestamos, viajes, fondo, salud, subsidio, etc.)?

¿En qué han aportado estos beneficios a su proyecto de vida? (vivienda, moto, celular, ropa, autonomía)

¿Considera que las actividades económicas y sociales de la empresa aportan al desarrollo del municipio, departamento, país?

Condiciones de trabajo en la empresa actual

¿Cuáles son los tipos o formas de remuneración/pago que tiene la empresa? (destajo, bonificaciones, salario integral, etc.)

¿Cuáles son los criterios de selección para entrar a esta empresa?

¿Cuáles son los tipos de contrato que ofrece la empresa?

¿cuál (es) función (es) tiene (tuvo) en esta empresa? ¿en qué consiste? (descripción)

¿cuántas personas trabajan en su sección (cuadrilla)? ¿qué funciones tienen? (género y generación)

¿cuáles son los orígenes de estos(as) compañeros(as)? Campo-Ciudad, género, etnia, raza.

¿cómo es el ambiente de trabajo? Conflictos de género, etnia, raza.

¿Existen supervisores? Qué tipo de relación establecen?

Hay horas y lugares específicos para: (¿cómo los evalúa?)

- Comer: almorzar, merendar, etc.
- Ir al baño
- Tomar agua (o les dan implementos)
- Uso del celular (restricciones)
- Protegerse de la lluvia

La empresa ofrece almuerzo? ¿Cuánto cuesta? ¿cómo se descuenta? ¿es obligatorio comprarlo con la empresa?

¿Cuáles son los turnos que tiene esta empresa? ¿Cómo se organiza su día en función de estos turnos?

¿Qué disponibilidad de tiempo le exige la empresa?

¿Qué es lo que más le gusta de su trabajo? ¿Qué es lo que menos le gusta?

¿Reciben bonificaciones por aumentar su rendimiento en el trabajo? ¿Cuáles?

¿La empresa le da dotación y equipos completos para su trabajo? ¿Son descontados? ¿Son buenos?

Salud en el trabajo

¿Se ha accidentado en el trabajo?

¿Conoce compañeros(as) que se hayan accidentado?

¿Cuáles son los accidentes más frecuentes? (género y generación)

¿Cómo son atendidos los accidentes por parte de la empresa? (paga incapacidad, reporta a la ARL, etc.)

¿Cuáles son los reclamos más frecuentes de los trabajadores de la empresa?

Participación

¿Usted ha hecho denuncias contra la empresa? ¿Por qué?

¿Ud ha participado de manifestaciones para mejorar las condiciones de trabajo? ¿cuáles?

¿Ud ha participado del sindicato?

¿Ud ha participado de grupos que denuncian o reclaman por las acciones de la empresa? (tierra, trabajo, ambiente, etc.)

¿por qué si o no participa?

Familia

¿Ud mantiene, apoya a sus padres, hermanos? (envío de dinero, pago de carrera, etc.)

¿Ud vive en la casa/finca de sus padres? ¿Cuáles son las razones para vivir con ellos?

¿Ud apoya en las labores de la finca?

¿A qué edad tuvo su primer hijo?

¿Convive con su esposa(o)/compañero(a)? ¿cuántos hijos tienen?

¿Piensa tener más hijos?

¿Ud recibe algún tipo de ayuda de sus padres, hermanos, familia?

Con este trabajo ud ha podido ayudar a su familia en algo (dinero, prestamos, etc.) y/o a tener su propia familia?

Migración

¿En qué municipios ha vivido, en cuáles ha sido por trabajo? Hoja

¿Cuáles de esos lugares donde ha vivido le gustaron más?

¿Por qué vino a este municipio? ¿ha cumplido las expectativas? (cuáles fueron las promesas)

¿Con quién vive acá? ¿cuánto pagan? ¿cómo se dividen para pagar, cocinar, lavar, etc.? (género)

Si pudiera decidir, ¿dónde viviría y trabajaría?

Educación y trabajo

¿Ud ha recibido cursos en la empresa? Cuáles?

¿Ud ha estudiado y trabajado al mismo tiempo? (describir)

¿La empresa le ayuda con tiempo y/o dinero para para estudiar?

¿Ud cree que lo que ha estudiado le ha servido para mejorar la búsqueda de empleo y su proyecto de vida?

Generación

Sus amigos y amigas de juventud (colegio, barrio, etc.) ¿qué están haciendo actualmente? (trabajo, hijos, familia, estudio, etc.)

¿Cuáles son las razones para quedarse, irse? (género)

¿Cuáles son los motivos de los que regresan? (hijos, malas experiencias, etc.)

¿Por qué los jóvenes se van o regresan al campo/pueblo?

Religión

¿Ud hace parte de alguna religión?

¿Cuál es la importancia de la religión en su vida?

Futuro

¿Cuáles son sus proyectos de vida?

¿Dónde desearía que sus hijos trabajaran?

Trabalhadores da cana-de-açúcar (Pontal do Paranapanema)

TÉRMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Esta entrevista será utilizada para fins acadêmicos. A informação será de uso confidencial para a investigação. O investigador se compromete a manter a confidencialidade das informações colhidas, assim como a identidade dos entrevistados para garantir que não exista risco de nenhuma natureza, especialmente com as empresas que trabalham os trabalhadores.

Data _____ **Entrevista No.** _____

Local _____ **Entrevistador: Robinzon Piñeros**

Pessoas presentes no local: _____

Coordenadas: _____

Nome completo: _____

Apelido: _____

Local: _____

Telefone para contato: _____

Melhor horário para contato: _____

Data de nascimento: _____ **Município:** _____

Há quanto tempo você mora nesse município? _____

Estado civil: _____

Ocupação atual: _____ **Empresa:** _____

Escolaridade: _____

Tem **realizado** **cursos** **técnicos** **e/ou**

profissionalizantes: _____

Quantas pessoas moram na sua casa? _____

Qual vínculo você tem com essas pessoas? (família, colegas etc.)

Origem social**Família de origem**

Onde nasceu seu pai e sua mãe?

Como eles se conheceram? Como eles chegaram ao município que moram/moraram? (trabalho, cultura, política)

Quantos filhos eles tiveram? Quantos filhos você tem (perguntar pelos filhos, mãe/s etc.)

Infância, educação e trabalho

Em qual escola fez o ensino fundamental? Em qual o ensino médio?

Fez algum curso técnico, tecnólogo, profissionalizante, universitário?

Até que idade estudou, qual foi o motivo para abandonar os estudos?

Você ajudava nas funções/serviços da casa ou lote? Quais? Os seus irmãos o que faziam?

Com quantos anos começou a trabalhar?

Quem recebia o pagamento do seu trabalho (dinheiro etc.)?

Com quantos anos começou receber o pagamento por seu trabalho?

Em quais coisas você investia o que recebia em dinheiro? (gastos familiares e pessoais)

Para você quais são os gastos mais importantes para os jovens como você atualmente?

Antes de começar a trabalhar nessa empresa, quantos empregos você teve? O que fazia nos períodos que não tinha emprego?

Tinha contrato/carteira assinada nesses trabalhos? Em quais?

Emprego na empresa atual

Há quanto tempo você trabalha nessa empresa?

Como você chegou trabalhar nessa empresa? (amigo, turmeiro, gato etc.) se for intermediação: o que ofereceram para você vir ou começar trabalhar?

Quais são os benefícios de trabalhar nessa empresa? Quais desses vocês tem recebido ou utilizado: plano de saúde, crédito, convênio etc.?

Quais são os aportes desses benefícios no seu projeto de vida? (moradia, moto, celular, roupa, amigos, autonomia etc.)

Você considera que as atividades econômicas e sociais da empresa trazem benefícios para o desenvolvimento do município, assentamento, país?

Condições de trabalho na empresa atual

Quais são os tipos ou esquemas de remuneração/pagamento dessa empresa? (pago por produção, salário mínimo etc.

Quais são os critérios para selecionar os trabalhadores nessa empresa?

Quais são os tipos de contrato que oferece a empresa?

Qual/is função/ões tem/teve nessa empresa? Descrever

Quantas pessoas trabalham na sua seção (turma, equipe)? Quais funções eles/as têm?

Quais são as origens desses companheiros/colegas? [Origens sociais, gênero, etnia, raça]

Como você avaliaria as suas condições de trabalho? Conflitos de classe, gênero, etnia, raça

Como é a relação com os supervisores/líderes?

Vocês têm horários e lugares específicos para (como os avalia)

- Comer: almoço, lanche, etc.
- Ir no banheiro
- Beber água (tem implementos?)
- Uso do celular (restrições)
- Proteção da chuva

A empresa fornece o almoço? Qual o custo? Como é descontado? É obrigatório comprar da empresa?

Quantos turnos tem a empresa? Você trabalha em qual turno? Já trabalhou em outros turnos? Como organiza o dia/semana segundo esses turnos? (família, lazer etc.)

A empresa exige a você uma disponibilidade de tempo?

O que você mais gosta do seu emprego? O que não gosta?

Vocês recebem bonificações para aumentarem o rendimento no trabalho? Quais?

A empresa fornece EPIs para o seu trabalho? São cobrados? Qual a qualidade?

Saúde no trabalho

Você tem vivenciado acidente no trabalho?

Conhece outros trabalhadores que tinham se acidentado?

Quais são os acidentes mais frequentes? Gênero e Geração

Como são encaminhados os acidentes pela empresa? Médico, posto de saúde etc.

Quais são as reclamações mais frequentes no tocante à saúde dos trabalhadores?

Participação

Você tem feito denúncias contra a empresa?

Você tem participado de manifestações pedindo melhoras nas condições de trabalho?

Você participa do sindicato?

Você participa/ou no sinicato?

Você tem participado de grupos/movimentos sociais que denunciam ou estão contra as ações desta empresa? (terra, trabalho, ambiente etc.) Por quê sim ou não participa?

Família

Você ajuda economicamente aos seus pais, irmãos, família? (transfere dinheiro, paga as contas, medicamentos etc.)

Você mora no sítio/lote dos seus pais? Quais são os motivos para morar com eles?

Você ajuda nos serviços do sítio/lote?

Quantos anos você tinha quando nasceu o primeiro filho?

Atualmente você mora com sua companheira/esposa/namorada? Quantos filhos vocês têm?

Tem pensado em ter mais filhos?

Você recebe algum tipo de ajuda (econômica ou não) dos seus pais, irmãos, família?

Com esse emprego você consegue ajudar aos seus pais (dinheiro, empréstimos) e/ou ter sua própria família?

Migração

Em quais municípios já morou? Quais desses tem sido por trabalho? Folha

Quais desses lugares/municípios você gostou mais?

Por que veio para esse município? Tem atendido as suas expectativas? (quais foram as promessas que teve para vir)

Com quem mora atualmente? Mora de aluguel? Quanto paga? Como se divide para cozinhar, lavar roupas etc.? [Gênero]

Se pudesse decidir, onde você moraria e trabalharia?

Educação e trabalho

Você tem recebido cursos de capacitação da empresa? Quais...

Você estuda e trabalha ao mesmo tempo?

Nessa empresa eles ajudam os trabalhadores que querem estudar? (tempo, dinheiro etc.)

Você acredita que os estudos ajudaram a arranjar emprego e no seu projeto de vida?

Geração

Seus amigos e amigas de juventude (escola, assentamento, bairro etc.) atualmente estão fazendo o que? (indagar por trabalho, filhos, família, estudos etc.)

Quais são as razões/motivos para ficar ou ir embora? (Gênero)

Quais os motivos para retornarem? (filhos, desemprego, más experiências etc.)

Por que os jovens vão embora ou voltam para o assentamento, município?

Religião

Você tem alguma religião?

Qual a importância da religião na sua vida?

Futuro

Quais são os seus projetos de vida?

Onde você desejaria que os seus filhos trabalhassem?